

# A EXPANSÃO QUATROCENTISTA PORTUGUESA

Vitorino Magalhães Godinho



A EXPANSÃO QUATROCENTISTA  
PORTUGUESA



VITORINO MAGALHÃES GODINHO

A EXPANSÃO QUATROCENTISTA  
PORTUGUESA

2.<sup>a</sup> edição



DOM QUIXOTE





**Publicações Dom Quixote**

Edifício Arcis

Rua Ivone Silva, n.º 6 – 2.º  
1050-124 Lisboa • Portugal

Reservados todos os direitos  
de acordo com a legislação em vigor

© Vitorino Magalhães Godinho  
e Publicações Dom Quixote, 2007

Concepção de mapas: Fausto Briosa

Capa: Atelier Henrique Cayatte

Revisão: Clara Vitorino

1.ª edição: 1962

2.ª edição (1.ª na Dom Quixote): Março de 2008

3.ª edição (2.ª na Dom Quixote): Junho de 2008

Paginação: Fotocompográfica

Depósito legal n.º 278 184/08

Impressão e acabamento: Guide – Artes Gráficas

ISBN: 978-972-20-3510-1

[www.dquixote.pt](http://www.dquixote.pt)

Por compromisso com o Autor, foi mantida a grafia original. (*N. do E.*)

## ÍNDICE

PREFÁCIO .....	9
A RECUSA DA COMISSÃO HENRIQUINA .....	15
PREFÁCIO A <i>Economia dos Descobrimentos Henriquinos</i> (1962) .....	21
INTRODUÇÃO .....	25
Capítulo I A Revolução intelectual do século XIII, a irradiação mediterrânea para o oceano e o seu abortar .....	41
Capítulo II O problema das origens na historiografia portuguesa .....	51
Capítulo III Os Turcos Otomanos e a génese da expansão europeia .....	69
Capítulo IV Os complexos económicos da Europa e as raízes hispano-portuguesas medievais da expansão .....	89
Capítulo V Os factores do surto da expansão quatrocentista .....	109
Capítulo VI As maneiras de sentir e de pensar e o comportamento económico .....	125
Capítulo VII Ceuta e Marrocos .....	153
Capítulo VIII Rumos da expansão .....	181
Capítulo IX O plano henriquino e o âmbito dos desígnios do Infante .....	207
Capítulo X Vectores do descobrimento do Atlântico .....	221
Capítulo XI Condições culturais da navegação oceânica e génese da náutica astronómica .....	239
Capítulo XII O povoamento das ilhas .....	295
Capítulo XIII Os impérios negros do ouro .....	315
Capítulo XIV Os resgates de Arguim e Guiné .....	327
CONCLUSÃO .....	353
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	361
ÍNDICES REMISSIVOS .....	385
MAPAS .....	401



## PREFÁCIO

Este livro tem uma história, que talvez valha a pena contar.

De 1942 a 1944, professor auxiliar contratado na Faculdade de Letras de Lisboa, tive a meu cargo as regências de História da Antiguidade Oriental, História da Antiguidade Clássica, História Medieval e Numismática, e as aulas práticas de História Moderna e História dos Descobrimentos (depois também uma parte das aulas teóricas, porque os titulares se encontravam ausentes). Durante o curso e o ano de estágio para professor do liceu, em que tão pouco aprendi pela frequência, procurara preparar-me afanosa e árduamente, como autodidacta, em História e Filosofia, e ainda Pedagogia, nos campos que se me afiguravam mais importantes e de maior interesse. Não podia, apesar disso, considerar-me preparado ao nível exigível no ensino superior, mas atingira possivelmente o nível da prática corrente. Em História dos Descobrimentos entendi que o caminho mais honesto e profícuo seria transformar as aulas em sessões de trabalho, onde, a partir directamente das fontes, procederia à sua análise crítica, buscando a problematização e esboçando hipóteses, com reflexão metodológica. A frescura da abordagem seduziu os estudantes, e daí nasceram os *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. Os moldes adoptados não eram muito comuns, e pareciam convincentes, o acolhimento foi por essa razão encorajador. Ao mesmo tempo, as tentativas de teorização levaram a um ensaio, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, para surpresa minha, considerado, em conjunto com os *Documentos*, renovador da historiografia nesse campo, todavia tão cultivado.

Os *Documentos* encontraram facilmente editor – pululavam as pequenas empresas com alto sentido da responsabilidade cultural. Quanto ao ensaio, apresentado ao Instituto para a Alta Cultura, não foi aceite para publicação, mau grado as diligências de Orlando

Ribeiro. Mas não houve dificuldades, mais uma vez, da parte de editor privado, cujo papel nunca é demais encarecer, nesses tempos em que o Estado não se ocupava dessas ninharias da investigação, menos ainda se das ciências humanas.

Entretanto a Faculdade de Letras entendeu não renovar o meu contrato. Receava-se nas altas esferas que as minhas aulas fossem subversivas, e pretenderam impor-me que fossem fiscalizadas. Só o poderia aceitar se fiscalizadas fossem também as de outros professores. Não era o caso. Um diário deu a notícia da minha demissão antes da reunião do Conselho Escolar que a determinou (em que só o Prof. Manuel Heleno votou a meu favor).

Três anos difíceis, a trabalhar nas Edições Cosmos. A amizade de Pierre Hourcade e Marcel Bataillon pôs-me em contacto com Lucien Febvre, que calorosamente me incitou a partir e me acolheu no CNRS e patrocinou as minhas sucessivas promoções. Por seu turno entregou-me também a Fernand Braudel. Com estes três mestres aprendi, por seu intermédio entrei para o círculo dos *Annales* e da fundação da 6.<sup>a</sup> Secção da École Pratique des Hautes Études, cujo diploma obtive. Convivi, trabalhei com Pierre Vilar, o marxista inteligente, com Maurice Lombard, medievista tão preocupado com a perfeição que não deixou a obra que dele se esperava, Jean Meuvret, grande especialista da história quantitativa, Michel Mollat, a quem a história das navegações tanto deve. Durante quatro anos dirigi seminários na École, encarreirei investigações de Pierre Chaunu, Frédéric Mauro, Albert Silbert.

Pude assim vencer o felizmente tão difícil *doctorat d'État*, e preparava-me para ser nomeado *maître de recherches* e professor de uma universidade francesa. Um professor português foi a Paris convidar-me para voltar para Portugal e participar numa experiência de renovação do ensino no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina. Apesar de todas as garantias quanto ao meu estatuto de oposicionista impenitente, sem ilusões. Tinha como companheiros Luís de Matos e Jorge Dias.

Já antes, aproximavam-se as Comemorações Henriquinas, a Comissão delas encarregada me convidara para escrever um *Panorama Económico dos Descobrimentos*, destinado à Colecção de divulgação. Consultados Jaime Cortesão e José de Bragança, também convidados, aceitei, embora com o atraso de ter primeiro que concluir a colaboração para a *New Cambridge Modern History*. Saiu um pouco mais longo do que o previsto para a Colecção, mas a Comis-



são dispôs-se a publicá-lo à parte. Em fim de Janeiro de 1961 foi-nos comunicado que, «sem dúvida valioso», não podia ser aceite para publicação. Porque era «orientado num espírito bem diferente do que presidiu às comemorações henriquinas». *Sic*. Cruzando-me casualmente com um historiador que colaborava nas Comemorações, lastimou o incidente, mas concordava com a recusa porque, explicitou com espanto matizado de assustada incompreensão, o trabalho era «demasiado económico, quase marxista». Perplexo, indaguei se não me tinham pedido para traçar um panorama *económico* das descobrimentos. Sem resposta, claro. Compreendi: o económico reduzia-se a mero instrumento ao serviço dos feitos da belicosa gente de espada em riste contra os inimigos da Fé. Esclareci que quinze contos não chegavam para me fazer mudar de opiniões.

Não direi que há males que vêm por bem. Nem sempre, todavia, tentativas de impor uma ortodoxia bacoca dão os esperados resultados. A Sá da Costa publicou o trabalho em edição de boa apresentação, e a recusa granjeou-lhe prestígio internacional. Raymond Mauny considerou que «Il sera désormais difficile de traiter de la question des découvertes portugaises au XVe siècle sans se référer à cet ouvrage dense, fourmillant de renseignements peu connus et de remarques percutantes». Nos *Annales* Catherine Coquery-Vidrovitch acha que o livro «présente des thèses nouvelles, solidement étayées par un appareil critique étendu», e sublinha que «L'ouvrage renouvelle entièrement notre vision du monde portugais au XVe siècle», assim como a questão da decadência mediterrânea, destacando que «un des charmes de l'ouvrage est en effet de ne jamais asséner brutalement une vérité historique, mais de faire apercevoir peu à peu les différentes facettes d'une réalité complexe, que nous embrassons finalement dans sa totalité». Mas apraz-me principalmente reter a apreciação de Henri Touchard, também nos *Annales*: «Ce livre de combat est un nuancé, qui évite de tomber dans la simplification que condamnait l'introduction On appréciera l'analyse très fine des sentiments religieux de la bourgeoisie marchande.» Ora já Georges Le Gentil, a propósito do ensaio que *A Economia dos descobrimentos henriquinos* retomava, escrevera. «J'ai beaucoup apprécié aussi l'interprétation psychologique du sentiment religieux à une époque donnée.» Como é que a Comissão Henriquina (se foi ela...) leu ao contrário?

A segunda experiência de magistério universitário no meu país

não durou mais do que a primeira. Já calculava que a inequívoca aceitação pelo regime da minha posição política não passava de um equívoco. Não me solidarizei com a mensagem de felicitações enviada a Salazar pelo seu discurso no início da guerra colonial. Quando do movimento estudantil de 1962, como, não sei por que razões, a tomada de posições por um grupo de professores reunidos na cantina da Cidade Universitária não foi entregue, exprimi o meu desagrado pela repressão em carta onde evitava provocações. Tive a honra de ser o único professor catedrático demitido.

De novo anos difíceis, a trabalhar na Arcádia, na Cosmos, na Sá da Costa. Anos de boa produção. A *Enciclopédia Focus*, inteiramente refeita, a colecção Lucien Febvre-Fernand Braudel *Rumos do Mundo*; os *Ensaios*, e sobretudo *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, em belíssima edição com profusa ilustração, que também se esgotou – a tese de doutoramento de Estado reescrita em português e ampliada com uma 3.<sup>a</sup> Parte.

Tinha as habilitações para exercer o magistério universitário em França. Albert Silbert e Michel Mollat propuseram a minha nomeação para Clermont-Ferrand, aprovada por unanimidade no Conselho Superior das Universidades de França. Os melhores anos de uma vida sacudida, feita sob a signo da coerência sem abdicções nem ilusões. Ver-me-ia envolvido no turbilhão resultante do 25 de Abril. Nova tentativa de crear algo de realmente novo no nosso ensino superior. Mas novamente se verificou que quando os portugueses clamam por inovação acabam por cair no mesmo. A estrutura que ideáramos de uma grande Área das Ciências Humanas foi esfrangalhada e encontrámo-nos com a cópia das Faculdades de Letras. Organização da investigação? uma poalha de pequenos centros dispersos, de bolsas e planos soltos, e a institucionalização em Institutos ou Centros de adequadas dimensões e com os necessários meios recorrentemente rejeitada.

Rodaram os tempos. A História foi engolida pelo comemorativismo vão e pela ficção delirante, as ciências humanas deixaram de se forjar pela maneira de pensar histórica, fragmentaram-se em compartimentos quase estanques e tornaram-se serviçais do chamado pragmatismo imediatista. Das celebradas celebrações dos Descobrimentos muito pouco restou, e tantos sentem vergonha pela gesta quatrocentista e quinhentista e genuflectem a pedir perdão pela escravatura (acusados por aqueles que não assinaram o convénio de proibição), por terem navegado por ignotos mares e entabulado re-

lações com variadas gentes (numa curiosa concepção hereditária da culpa). A economia deixou de ser construção científica adequada às diferentes realidades através das épocas e sociedades, a politicologia blindou-se no encadeamento dos factos políticos com factos políticos, a antropologia deleita-se nas «representações simbólicas» e esquece azenhas e charruas, as fábricas e o carvão, os homens e suas maneiras de sentir, pensar e agir, o espaço geográfico em que decorrem suas vidas, a dialéctica entre papéis sociais e personalidade, em suma; a sociologia torna-se monográfica, não se ocupa dos processos de longa duração nem das estruturas complexas. Proclamou-se a pluridisciplinaridade e a interdisciplinaridade, mas praticar-se-ão? Não diagnosticamos as profundas mutações ocorridas desde os anos 80 do século passado, não compreendemos e não sabemos explicar o choque das civilizações desencadeado pelo fanatismo religioso (e fechamos os olhos com o idílio do diálogo), a avassaladora explosão de violência até no quotidiano, a industrialização dos meios de comunicação social de predomínio estonteante, o fracasso das democracias que não chegaram a existir e enfrentam a desconfiança de todos nas instituições e nos dirigentes. Um mundo *alla rovescia*.

É urgente refazer as ciências humanas, é imperativo reinventar o sentido da acção humana. Não nos apegarmos a tradições mais imaginadas do que verdadeiras, nem tampouco inovar por inovar, sem comandarmos as mudanças, sem sopesarmos se são necessárias.

Por isso não é mau relermos os clássicos, voltar a obras que marcaram rupturas, consignaram conquistas da investigação científica e apontaram caminhos. Houve quem considerasse que valia a pena reeditar a *Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, como aliás os *Documentos sobre a Expansão*. Estes talvez menos envelhecidos, porque mais no plano da problematização do que no da explanação. Aquela, apesar de tudo, porque, como disse Catherine Coquery Vidrovitch, não atira pesadamente com verdades feitas, vai procurando com sucessivos toques e retoques aproximar-se da verdade. Uma outra razão apoia essa resolução. Dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, publicou-se recentemente uma *História da Expansão Portuguesa*, dos primórdios até a actualidade, de nova traça e alicerces firmes em todas as aquisições da pesquisa, de leitura escorreita. Acontece, porém, que, dado o âmbito cronológico e a

abordagem de múltiplas perspectivas, ficou espaço para um tratamento mais pausado das origens e das primeiras fases dos descobrimentos e expansão. Talvez a presente obra preencha tal desiderato.

Reeditar a quase meio século de distância apresenta dificuldades. Numa obra-prima não há que mexer, salvo pequenas correções ou aditamentos. Numa obra que o não é, até que ponto devemos actualizar, desenvolver, modificar? Entendemos, no caso presente, que a Introdução estava irremediavelmente ultrapassada, e portanto reescrevêmo-la. O capítulo sobre as raízes da expansão tinha deficiências notórias; damos nova versão, introduzindo contribuições das nossas próprias pesquisas. No capítulo sobre Marrocos não se analisavam as expedições propriamente ditas, a Ceuta e Tânger; é importante fazê-lo, até porque os aspectos militares têm despertado atenções, mas o historiador tem uma palavra a dizer, pois contribui com o exame crítico das fontes. Inserimos um capítulo inteiramente novo, cuja falta muito se fazia sentir, sobre a navegação e a náutica. A Conclusão foi refundida, visto que caía em simplismos que as nossas investigações tinham permitido superar. Melhorou-se a apresentação crítica das fontes e o seu elenco, actualizou-se a Bibliografia – moderadamente, porque o núcleo não podia deixar de ser o que servira à própria marcha do nosso trabalho; e procedemos a uma melhor arrumação. Não esquecemos que o tratamento das fontes e a indicação sistematizada dos estudos foram lá fora considerados uma mais-valia da obra. Parecem-nos de tanto maior importância, quanto a moda é seguir o modelo vigente nos Estados Unidos e mesmo na Grã-Bretanha, das infundáveis listagens por ordem alfabética, inúteis, sem o autor ser capaz de assumir a responsabilidade da orientação de leituras, nem ter a coragem de peneirar criticamente as referências. Regressámos ao título original do ensaio, porque mais adequado.

Esperamos com esta tentativa contribuir para que se volte a amar a História, sem a qual nos alienamos de nós próprios e às ciências humanas falta a perspectivação dos tempos e dos espaços, não conseguindo apreender, como Montaigne anseava, a humana condição.

Lisboa, Junho de 2007

Vitorino Magalhães Godinho



## A RECUSA DA COMISSÃO HENRIQUINA



S. R.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Of.º, nº. 1076

COMISSÃO EXECUTIVA DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE

Exmº. Senhor

Dr. Victorino de Magalhães Godinho

Como em devido tempo foi comunicado a V.Exã., o original do seu trabalho escrito para a "Colecção Henriquina" excede largamente os limites propostos e criou, por isso, dificuldades orçamentais que foi preciso estudar, com as demoras inevitáveis em tais casos.

Entretanto, esta Comissão Executiva, procedendo à leitura do referido original, verificou que o trabalho de V.Exã., sem dúvida valioso, foi orientado num espírito bem diferente do que presidiu às comemorações henriquinas, motivo por que lamenta ter de lhe comunicar não o ter podido incluir na "Colecção Henriquina".

Entende, todavia, esta Comissão Executiva dever retribuir o trabalho efectuado, pelo que juntamente remeto a V.Exã. um cheque sobre a Caixa Geral de Depósitos da importância de 15.000\$00.

Aproveito o ensejo para apresentar a V.Exã. os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Lisboa, 27 de Janeiro de 1961.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA,

*J. Caeiro da Matta*  
(Prof. J. Caeiro da Matta)

Lisboa, 28 de Janeiro de 1961

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Comissão Executiva do V Cen-  
tenário da Morte do Infante D. Henrique

Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Foi com profunda surpresa que tomei conhecimento do officio nº4076, pelo qual V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> me comunica que essa Comissão Executiva não pode in-  
cluir na "Colecção Henriquina" a obra que me deu a honra de me encomen-  
dar; tal impossibilidade resultaria de o meu trabalho, "sem dâvida valio-  
so", ter sido, na douda opinião de V.<sup>as</sup> Ex.<sup>as</sup>, "orientado num espirito bem  
diferente do que presidiu às comemorações henriquinas".

A minha ausência no estrangeiro não me permitiu dar-me conta do  
espirito que presidiu a tão justas comemorações, mas outro não pode ter  
sido do que o da rigorosa verdade histórica que nós, historiadores, ancio-  
samente buscamos, mesmo se tanta vez erramos e não a conseguimos. Dirigi-  
do V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o honroso convite que dirigiu a um historiador, e para mais  
sem quaisquer outras indicações (evidentemente descabidas), sinceramente  
não vejo que outro espirito pudesse ter norteado o meu modesto contri-  
buto. Volto, aliás, a volumes da colecção devidos a historiadores, como a  
Cartografia portuguesa antiga do Dr. Armando Cortesão ou a História dos  
Descobrimentos portugueses do Prof. Damião Peres, e é exactamente o mes-  
mo espirito que presidiu ao meu trabalho que neles transparece, mesmo  
se as nossas conclusões não são sempre as mesmas. Uma longa estadia pe-  
lo estrangeiro e o contacto com grandes valores universitários lá de  
fôra deram-me indicação segura do que pode verdadeiramente prestigiar-  
-nos em relação a olhos de estranhos. Sabe V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> sem dâvida, para  
mais, que a concepção da figura do Infante D. Henrique que hoje predomi-  
na mesmo entre os investigadores nacionais é aquela que tenho proposto  
em meus trabalhos desde 1943 - equilibrada e complexa; o que ainda me  
deixa mais perplexo quanto à invocada diferença de "espirito", visto que



essa mesma concepção que tenho proposto é a que me parece informa a biografia do grande pioneiro que na mesma coleção saiu. Aliás, s'ó dos historiadores podem julgar das concepções históricas.

Em conclusão, não vislumbro qualquer razão para o meu livro não sair na "Coleção Henriquina".

Sinto-me extremamente sensibilizado pelo gesto generoso dessa Comissão oferecendo-me todavia o pagamento do meu trabalho. Mas é sem dívida V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o primeiro a compreender que só poderei aceitar se ele fôr publicado e com a indicação de o ser por essa Comissão, embora fôra da coleção. Permitto-me portanto tornar-lhe a enviar o cheque que teve a bondade de me mandar, aguardando ser esclarecido quanto à publicação ou não por essa Comissão; não desejo em caso algum receber enquanto não fôr publicado.

Lamento que não me tenha sido esclarecido que o excedente de páginas, com o encargo suplementar que representava, é que atrasava a saída da minha obra na "Coleção Henriquina", pois teria renunciado à soma que me era devida, para contribuir para sanar tais obstáculos orçamentais.

Com os protestos da minha mais alta consideração

Vitório Magalhães Galvão

P.S.- No caso, que não creio, que essa Comissão não deseje publicar o meu trabalho, peço-lhe a subida fineza de mandar restituir-me os dois exemplares dactilografados. Com os meus melhores agradecimentos, renovo o preito de elevada consideração

Vitorino Magalhães Godinho

Rua Actor Isidoro 15-3ºD

Lisboa, 21 de Fevereiro de 1961

Lisboa

Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Comissão Executiva das  
Comemorações Henriquinas

Ex.<sup>mo</sup> Senhor

Não tendo recebido até hoje qualquer resposta à minha carta de 28 de Janeiro próximo passado, não posso deixar de interpretar esse silêncio como significando que essa Comissão decidiu não publicar o original que a seu pedido eu compusera e lhe confiara, subordinado ao tema "Panorama económico dos descobrimentos henriquinos". Considero-me, pois, inteiramente desligado de compromisso para com essa Comissão, e venho pedir a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> se digne promover que me seja devolvido o mais depressa possível esse original (em duplo exemplar dactilografado).

Agradecendo antecipadamente a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> tal devolução, aproveito o ensejo para lhe apresentar os meus melhores cumprimentos.

Vitorino Magalhães Godinho



S.  R.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Of.º.n.º. 1077

COMISSÃO EXECUTIVA DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE

Exm.º. Senhor

J. Vitorino de Magalhães Godinho

R. Actor Isidoro, 15-3.º.

L i s b o a

Satisfazendo o solicitado na carta de V.Ex.ª. de 28 de Janeiro último, tenho a honra de junto devolver o original dactilografado do trabalho intitulado "Panorama económico dos descobrimentos henriquinos".

Aproveito a oportunidade para acusar a recepção do cheque da importância de 15.000\$00 que por V.Ex.ª. foi devolvido com a referida carta.

Lamentando mais uma vez não ter sido possível promover a publicação daquele trabalho, apresento a V.Ex.ª. os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Lisboa, 21 de Março de 1961.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA,

J. (Caeiro - Matta)

(Prof. J. Caeiro da Matta)



PREFÁCIO  
A ECONOMIA DOS DESCOBRIMENTOS HENRIQUINOS  
(1962)

Sob a égide de três nomes inigualados tem de colocar-se qualquer obra, seja de pesquisa ou de divulgação, que se consagre ao período henriquino: Jaime Cortesão, Duarte Leite, Veiga Simões. Bem diferentes entre si, sem dúvida. O primeiro rasgou à história dos descobrimentos os horizontes mundiais, desentorpeceu-a do comentário literal dos textos graças a ousadas hipóteses a que o esplendor da forma conferia tanta sedução; articulou-a sólidamente à geografia humana, procurou esclarecê-la pelas maneiras de sentir e de pensar. No pólo oposto, o professor de Mecânica celeste trouxe-lhe o rigor, a exigência crítica incorruptível do espírito matemático, dando-nos com o seu estudo da *Crónica dos feitos de Guiné* o modelo, infelizmente não seguido, da análise das fontes e da elucidação inabalavelmente firmada dos factos de descobrimento; e por esse aprofundamento erudito rasgou o véu que nos velava múltiplas facetas da época. O diplomata que conviveu com Sombart estava melhor do que ninguém a par dos modernos caminhos da investigação histórico-sociológica e psicológica e da realidade da vida económico-social e político-cultural de Quatrocentos não só em Portugal como em toda a Península e na Europa inteira; para a compreensão profunda desses tempos de ocaso e alvorada as suas páginas na *História da expansão portuguesa* continuam a ser capitais. Mas sabe o autor destas linhas, porque repetidas vezes lho disse Veiga Simões, que este tinha efectivamente concluídas a *História do Infante D. Henrique* e a *História do Infante D. Pedro*, além do primeiro tomo, que ia do século III ao VIII, de uma *História social da Península* destinada a iluminar e

servir de alicerce àquelas duas. Irritante mistério plana sobre o destino desses trabalhos, cuja não publicação prejudica irremediavelmente o estudo do Portugal henriquino.

Pretendemos tão-só, no presente tentame de introduzir um vasto público na intimidade de uma época e de uma obra decisivas na evolução nacional e na génese do mundo moderno, mostrar as traves-mestras de toda uma sucessão de situações económicas em que uma e outra se processaram e consubstanciaram. Daí o dispensarmos de focar o retrato do Infante, daí o convergir de faróis para as estruturas e conjunturas globais. É que, se Zurara considerava, aristotèlicamente, que se conhece a obra quando se conhece o obreiro dela, hoje exigências de outra complexidade orientam a posição dos problemas e a explicação em história. Colocada como a colocou o cronista de Quatrocentos, e na sua esteira tantos escritores recentes, a questão restringiu-se duas vezes: em primeiro lugar, passou-se de um grande movimento histórico na sua polifacetada causalidade e na variedade do seu devir, às razões que moveram os dirigentes e nortearam os seus feitos; em segundo lugar, concentraram-se essas razões e esses feitos numa única personagem. Ora a sociedade tem a sua estrutura própria, as transformações sociais encadeiam-se objectivamente umas às outras, a razão de ser de uma transformação social reside noutra transformação social.

Distinguia Henri Berr três ordens interferentes no devir da humanidade: a contingência, a necessidade e a lógica. Esta última é o encadeamento interno da sucessão de ideias e sistemas de ideias, numa relativa independência quanto aos que as criam e pensam (é, na arte, a vida das formas de que falava Focillon; são, na antropologia, as estruturas de que fala Lévi-Strauss). É a contingência o domínio do individual – do que é singular, único (e que Oliveira Martins considerava, com muita profundidade, o encontro de diferentes ordens necessárias), daquilo de que não podemos dar conta estatisticamente. A necessidade reside na conexão recíproca ou nas correlações estatísticas que formam a estrutura e no encadeamento causal ou probabilístico no tempo das conjunturas e das estruturas. De um outro ângulo, aparentemente pelo menos, distingue Fernand Braudel três níveis em profundidade, cada qual com seu ritmo próprio: o estrato dos eventos, de tudo o que acontece, ou seja, das acções individuais ou de massas, localizadas e datadas, num aparentemente caótico fogo-de-artifício em cada momento, num suceder trepidante, extremamente rápido; a camada média, da conjun-

tura, em que o suceder é menos ofegante e mais necessário, ritmando-se ao sabor dos anos, dos lustros, das décadas, e não dos dias e das horas; o estrato profundo, em que os outros assentam, do tempo extremamente lento, em que quase parece não haver mudança mas que na realidade muda com os séculos, é a vida ao rés do solo, nas suas necessidades bem do âmago.

Não interessa discutir, procurar corrigir e melhorar ou substituir tais pontos de vista, certamente fecundos, trazidos a este átrio tão-só a fim de chamar a atenção para a indispensável posição dos problemas noutra pé, evitando ingenuidades e simplismos. Todavia convém sublinhar que, uma vez estabelecidas as conexões entre transformações sociais, não está resolvido nem sequer posto o problema da conduta e da compreensão das grandes personagens ou dos anónimos comparsas naquilo que têm de inconfundível. A acção daquelas como destes na marcha da humanidade não pode evidentemente apagar-se, conquanto circunscrita, a das primeiras, pela sua formação social-cultural e pela acção dos papéis secundários e das grandes massas sem nome. A personagem, de primeiro plano ou obscura, é a realidade mais difícil de surpreender, menos acessível à pesquisa, conquanto, desde que Lucien Febvre indicou as directrizes e rasgou os horizontes, a psicologia histórica tenha caminhado cada vez menos vacilante. Duas ou três observações, ao correr da pena: as razões conscientemente alegadas da conduta de uma personagem não são o conjunto de factores de que essa conduta depende, em geral pouco mais fazem do que reflectir o ambiente social-cultural, os paradigmas de uma época e grupo; as fontes antigas transmitem-nos quase sempre mais uma tipologia ideal do que uma individualidade no seu efectivo facetamento múltiplo, não nos dão quase nunca elementos para reconstituir de maneira científica o seu carácter.

Isto dito, está o leitor prevenido para não confundir, como infelizmente com frequência se confunde, causas económicas e ordem económica com cobiça, avidez de ganho, mira no proveito. Demonstrar que não só D. Henrique como até todos os dirigentes da expansão nunca se teriam maculado pelo mais ténue apetite material, antes sempre se teriam dedicado abnegadamente e no mais puro desinteresse, nada tem que ver com o papel do económico nessa expansão.

Afigura-se-nos que a autêntica grandeza do Infante dispensa bem que se insista em mantê-lo envolto nos ouropéis de uma mito-

logia. É apoucá-lo, afinal, recear vê-lo na realidade da sua vida entre seu pai e irmãos, entre os ministros, os cavaleiros, os mercadores, os marujos, preso nas contradições de seu tempo mas velejando para novos tempos. E persistimos em crer que a mais grata e duradoura homenagem será a nossa contribuição de hoje rumo ao porvir, se soubermos ser de novo pioneiros da aventura humana como ele o foi nessa era também de ocaso e alvorada.

Lisboa, 1962

## INTRODUÇÃO

Na abertura dos anos 60 do século xx publicaram-se duas obras, tão diferentes e por isso mesmo complementares: a grandiosa visão de *Os Descobrimentos Portugueses* de Jaime Cortesão (Lisboa, Editora Arcádia, 2 vols., 1958-1962), com a ousadia de interpretações arriscadas, o pano de fundo da geografia de mares e terras, a atenção às personagens e às circunstâncias sociais-culturais; em contraste, a colectânea (póstuma) de esparsos de Duarte Leite, *História dos Descobrimentos* (Lisboa, Edições Cosmos, 2 vols., 1959-1962), também inserindo a acção dos navegadores na realidade física, de precisão analítica, rigorosa na prova, e cujos exames das fontes antecedem a noção operatória de utensilagem mental, de Lucien Febvre. Os mapas portugueses de finais de Quatrocentos, do século xvi e primeiro Seiscentismo apareciam reunidos por Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota nos 6 vols. dos *Portugaliae Monumenta Cartographica* (Coimbra, 1960). Com *L'Économie de l'Empire Portugais XVe-XVIe siècles* (1958, publicado em 1969) introduzíamos a sistemática consideração do económico na expansão; completado por outra abordagem, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*.

Momento de balanço e de rasgar de novos horizontes, com inovação na problemática e na metodologia, pondo em causa todas as ciências humanas. Para medirmos as mudanças, olhemos um pouco para trás.

A História dos descobrimentos e da expansão crescera ao serviço de reivindicações nacionais e na obsessão das prioridades no descobrir e ocupar. O Visconde de Santarém destruíra as fabulosas viagens dos marinheiros de Dieppe às costas africanas no século xiv, com que a França pretendia legitimar os seus propósitos sobre a Guiné; os Franceses tiveram a coragem de acatar a demonstração. Mas a sua historiografia (e a de outros, curiosamente) continuou a



repetir a inventada lenda – ainda passado o meio do século xx um enorme cartaz no Musée de l’Homme, em Paris, a apregoava, Buron e até Marc Bloch referiram-na a sério, embora La Roncière, Ch. A. Julien e Raymond Mauny tivessem confirmado o historiador português. O imperialismo da historiografia italiana excede provavelmente todos os outros. Crinó, a propósito de Colombo, escreveu: «Dopo la scoperta del Nuovo Mondo, tutte le Nazione europee bagnate del’Atlantico si lanciarono una dopo l’altra, con spedizioni maritime verso lidi fino allora ignoti, la Spagna, oltre che con Cristoforo Colombo, con Amerigo Vespucci, l’Inghilterra con Giovanni e Sebastiano Caboto, la Francia con Giovanni da Verrazano: in queste corse maritime è sempre il genio italiano il gran faro delle vie del mondo.» Rinaldo Caddeo não lhe ficou atrás: a Itália revelou o Oriente graças a Marco Polo, Nicolò di Conti e Ludovico Varthema, os Vivaldi iniciaram a busca de nova rota para as Índias Orientais pelo mar do Poente, genoveses descobriram as Canárias ao findar o século xiii e a Madeira e Açores no xiv, as ilhas de Cabo Verde e a costa da Guiné foram descobertas por Cà da Mosto e Da Noli; o genovês Colombo adoptou o plano do florentino Toscanelli; e quem, senão Vespucci, viu pela primeira vez o Rio da Prata, e pela primeira vez sustentou a continentalidade das Américas?

Claro, para os historiadores alemães toda a náutica astronómica deriva dos trabalhos de Regiomontanus e da escola de Nuremberg – para quê atender aos estudos de Bensaúde, Luciano Pereira da Silva, Fontoura da Costa? Na sua preciosa edição da *Ymago Mundi*, Buron supõe, dada a ausência de qualquer referência explícita, que Colombo se teria servido das tábuas de Regimontanus. Prestígio de um mito: na verdade, numa nota marginal à Suma de d’Ailly, o genovês cita as tábuas alfonsinas.

Mas Portugal não ficou incólume ao vezo nacionalista. Periòdicamente surgem, e ainda hoje, os livros a demonstrar que Colombo era português. Os Portugueses não se teriam limitado a concluir o périplo africano, a penetrar no Extremo Oriente, a encontrar a Austrália, pois teriam ainda descoberto o continente americano de norte ao extremo sul. Em Portugal se teria creado a náutica astronómica, ambiciosamente baptizada de ciência náutica, quase sem haurir noutras contribuições, aqui se teria formado o pensamento moderno, com base na observação e experiência, a florado a ideia de dúvida metódica, e até a concepção da gravitação universal. Os des-

cobrimentos teriam renovado a literatura europeia, seriam o grande factor da génese do capitalismo, teriam salvo a Europa da mortal ameaça otomana, além de terem obrigado o Islame a refluir e de tornarem ecuménica a Cristandade.

Se os preconceitos chauvinistas, o recíproco desconhecimento de investigações, bibliografia, fontes, entre as historiografias nacionais, embaraçavam seriamente os progressos da história dos descobrimentos, conquistas e colonizações, outros obstáculos se erguiam no seu caminho. Em relação a Portugal, apontemos a escassez de fontes, que a total destruição das Casas da Mina e da Índia e o incêndio da Alfândega de Lisboa tornaram dramática. Perderam-se, além dos fundos da administração ultramarina de Quatrocentos e Quinhentos, crónicas como a de Afonso de Cerveira, jornais de bordo e mapas dos primórdios da expansão, faltavam registos de contabilidade e movimento comercial, correspondência de mercadores (que só em parte vinha suprir a de praças estrangeiras, caso das cartas dos Ruiz de Valladolid). Dificuldades de acesso aos arquivos, desarrumação dos fundos, ausência de catálogos e índices. Colecções heterogéneas outrora formadas: procurar no Corpo Cronológico era como buscar agulha em palheiro – documentos provenientes de todos os cantos do globo, de várias instituições, de natureza diversa. A publicação de fontes tanta vez caótica e dispersiva, frequentemente ao acaso de um achado, nem sempre com fidelidade paleográfica e diplomática. Carecia-se inacreditavelmente de edições críticas, rigorosamente eruditas, até de crónicas ou descrições fundamentais.

Mau grado a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, com excelente tratamento de muitos dos temas, a investigação não abordava a fundo campos como a economia, as estruturas sociais, a mentalidade. Apesar de ter havido um Costa Lobo, um Alberto Sampaio, e de Oliveira Martins ter posto problemas pertinentes, Herculano estudado a sociedade medieval; Jaime Cortesão perscrutara com pena aliciante os factores da formação de Portugal, António Sérgio bem procurara sacudir o pó, desafiando com inovadora problemática.

Mas a desconfiança dos meios oficiais pelas ciências humanas, o sagrado horror por tudo quanto cheirasse a económico e social – o nefando marxismo encapotado –, tudo impedia que a investigação científica se institucionalizasse, e tivesse apoios do Estado. As Faculdades de Letras tendiam para a fossilização, e não contavam

no seu elenco com tais matérias. Jaime Cortesão e Duarte Leite, António Sérgio foram publicados por editoras particulares. Não era porém só a falta de condições de investigação que a cerceava. Uma ideologia única era imposta: o Infante D. Henrique, virgem e sábio, é que lançara e dirigira a expansão, a expansão era uma cruzada contra Mafamede e sua seita, em prol da Cristandade. De escravatura era melhor não falar (publicando uma colectânea de estudos de Frédéric Mauro, não se incluiu o que respeita ao tráfico negreiro), a documentação atinente não estava acessível, sobretudo a estrangeiros.

Dado este conjunto de condições adversas, e de algumas orientações enviesadas, principalmente desde que o regime ditatorial se implantou, admire-se o esforço de tantos que conseguiram prosseguir, intensificar o movimento vindo do século XIX (em parte já do XVIII) de construção erudita, culminando em três grandes obras colectivas – a *História da Colonização do Brasil* (1921-1924), bem mais ampla do que o título indica, realizada graças à colónia portuguesa no Brasil, a *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, no começo dos anos 30, a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937-1940), com capítulos fundamentais – lembrem-se os de Veiga Simões e David Lopes. Estes edifícios alicerçaram-se na publicação de numerosas fontes quatrocentistas e quinhentistas, revelando obras capitais que uma cultura sobretudo manuscrita sob esta forma deixara, sem explorar as novas possibilidades da tipografia. Revelação da *Crónica dos Feitos da Guiné* de Zurara, dos Roteiros de D. João de Castro, da Relação da Viagem de Vasco da Gama por Álvaro Velho, do Corpo Diplomático, das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, do *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, para darmos apenas alguns exemplos. Cite-se, mais perto, o *Arquivo Histórico Portuguez*, onde se publicaram as cartas de quitação do reinado de D. Manuel, os documentos da Feitoria de Flandres, o numeramento de 1531. Pedro de Azevedo e Laranjo Coelho reuniram os documentos das Chancelarias Reais e António Baião os do Corpo Cronológico relativos a Marrocos, Pierre Cénival e Robert Ricard editaram as *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, onde se incluem volumes com documentação portuguesa ou relativos às acções dos Portugueses. A constituição da Filmoteca Ultramarina permitiu compulsar em Lisboa a principal documentação do Arquivo de Goa. Mas o grande salto erudito foi dado pelo trabalho de uma equipe, competentemente dirigida por J. M. Silva Marques, que reuniu

a documentação de 1057 a 1500 interessando aos *Descobrimentos Portugueses* (3 tomos, 1944 e 1949) – o melhor ponto de partida para as investigações ulteriores.

A náutica foi campo privilegiado de estudo: prolongando embora as querelas de prioridades, Joaquim Bensaúde desfez as lendas alemãs quanto às origens da náutica astronómica, e lançou as bases para a sua história (1912-1917); a Luciano Pereira da Silva devemos a primeira apresentação sistemática aprofundada de *A Arte de Navegar dos Portugueses* até meados do século xvi (1921) e a Fontoura da Costa uma outra, *A Marinharia dos Descobrimentos* (1934). As inúmeras contribuições de Gago Coutinho, relevantes para encarar as navegações em relação com ventos e correntes, e todo o meio geográfico em que se desenrolaram, foram compiladas em *A Náutica dos Descobrimentos* (1951-1952). Henrique Lopes de Mendonça já publicara excelente estudo sobre os navios portugueses dos séculos xv e xvi (1892) e editara o tratado náutico de Fernando Oliveira (1896). Quirino da Fonseca procurou aprofundar o conhecimento da caravela portuguesa (1934), também no âmbito das questões de prioridades. Os trabalhos no campo destas temáticas proliferavam.

Limitações superadas, viesamentos em parte corrigidos, possibilidades de construção histórica graças às realizações que, mau grado umas e outros, se foram acumulando, e estamos assim nesse momento culminante de Jaime Cortesão e Duarte Leite – 1962. A partir daí, e passadas as inúteis Comemorações Henriquinas, se já não contamos com figuras de proa, as condições vão melhorar, tímidamente, os ventos da nova historiografia, principalmente francesa (*Annales – Économies, Sociétés, Civilisations*), vêm bafejar a investigação. Teixeira da Mota e Luís Albuquerque multiplicam estudos analíticos sobre náutica e navegação, sobre a Guiné e Cabo Verde, publicam um elenco de fontes relevante. O império português, em especial o Brasil e o Oriente, é dissecado por Charles R. Boxer, que biografou Salvador Correia de Sá, reconstituiu a evolução de Macau, aprofunda as relações dos Portugueses com o Japão, apresenta descrições da China, desmistifica as relações raciais, define o papel dos municípios na expansão portuguesa, põe a questão da sociedade ultramarina. O mundo atlântico de 1570 a 1670, na área luso-brasileira, é o quadro da tese de doutoramento de Estado de

Frédéric Mauro, que, seguindo a orientação dos *Annales*, não des-cansará de elucidar os problemas dessa colônia, depois reino independente do outro lado do oceano.

A obra-prima de Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (na realidade, nos séculos XIV a XVII) tornou-se o modelo e fonte primacial de inspiração. Pelo seu âmbito – um amplo espaço em volta de um mar, e com aberturas para dois oceanos e três continentes. Porque assenta no soco da longa duração, de estabilidade geográfica, depois se ritma pelos movimentos kondratieffianos e de média duração, por último as curtas vibrações conjunturais. Uma teoria dos tempos múltiplos, e deixou de ser possível considerar a história sem teorizar a dimensão temporal; teoria que posteriormente Braudel refaz, afina, em relação com as formas sociais. A construção é portanto geográfica na base, económica e social no seu corpo, factual (*événementielle*) e logo biográfica no seu topo.

Mas a descolonização posterior à Segunda Guerra Mundial teve inesperadas consequências para a historiografia. Nas novas nações, que tanta vez pela luta armada é que conquistaram a independência, sentiu-se a necessidade de construir a memória colectiva precisamente para nações se tornarem. Quiseram afirmar-se pela oposição aos colonizadores, a quem responsabilizaram por todos os males, e cujo legado seria preciso destruir para se libertarem de um passado de servidão. Entenderam que a história dos descobrimentos, conquistas e colonizações e a etnografia feitas pelos antigos senhores não eram mais do que a tentativa de justificar o seu domínio sobre as populações indígenas e a espoliação de suas terras e bens. Acusaram os Europeus de introduzirem a escravatura, forma última de degradação, a fim de desenvolverem as economias de exportação – e no entanto todas essas sociedades já antes tinham escravos, o tráfico florescia, e depois só pôde florescer porque os ré-gulos vendiam os seus súbditos ou cativos. Independentes, essas antigas colônias dilaceraram-se por guerras intermináveis, de inaudita violência, com centenas de milhares, quando não de milhões de mortos e estropiados, povoações devastadas, milhões de seres humanos em debandada, mal sobrevivendo refugiados nas florestas ou arrebanhados em campos tanta vez sem condições mínimas. Os incipientes aparelhos administrativos ineficazes, os poderes de governo embrenhados no serviço de grandes interesses – a privatização do Estado, que Béatrice Hibou tão bem fez ressaltar. Em muitos

casos em coligação com redes internacionais de mamutes económico-financeiros ou mesmo sob incitamento e intervenção subterrânea de outros estados, instalada a corrupção e o caos ou uma férrea ditadura. Exige-se, no entanto, que os antigos colonizadores, ridiculamente, peçam desculpas pelo passado, e apresenta-se uma visão desse passado com uma Idade de Ouro a anteceder a chegada dos intrusos e a Idade de Ferro a viver-se após essa intrusão. Chega-se ao ponto de considerar que a declaração dos direitos do homem e do cidadão e a democracia não representam um passo gigantesco na evolução da humanidade, antes não passariam de hipócrita artimanha para esconder as pretensões imperialistas.

Não tem razão de ser tal desvalorização dos estudos europeus das sociedades dos outros continentes e dos processos de colonização. Sem dúvida estudiosos houve que serviram os interesses das administrações coloniais, mas nem estas foram sistematicamente opressivas e violentas, nem a maioria dos trabalhos se exclui do esforço científico. A verdade é que é nas histórias e outras obras de ciências humanas elaboradas pelos Europeus que se encontram as melhores, se não as únicas reconstituições dos tempos pretéritos dos outros povos. Mesmo nas civilizações que cultivaram a História, como a indiana ou a chinesa, a contribuição europeia não é despicienda. O requisitório contra os intrusos baseia-se predominantemente nas próprias fontes europeias: é uma das características da civilização europeia ser capaz de se pôr em causa a si mesma – chame-se à barra Montaigne em mais do que um ensaio; mas a quem pretenda mais, aconselhe-se reunir um dossier com as revelações das crónicas e outras fontes portuguesas quinhentistas.

Uma História isenta, e toda a História, investigação conduzida cientificamente, não pode deixar de o ser, esbarra hoje com o alastrar da intolerância e do fanatismo, escudado no sagrado, sedento (de novo!) de destruir os inimigos da Fé – e inimigos são até os que outra Fé professam. Não vale a pena negar o choque de civilizações, infelizmente demasiado evidente, cada uma delas fechando-se à mudança e recusando o intercâmbio. Orgulhosa da sua verdade absoluta que não desiste de impor à sociedade de acolhimento mesmo quando só representa uma minoria. Como se encasula na sacralidade, reprime a expressão do pensamento científico que, este, se norteia pela dúvida metódica e pela exigência da demonstração,

não se contentando com a crença e a fidelidade ritual. O outro que não é capaz de nos considerar como outros não se entende a si próprio – já foi também Montaigne a dizê-lo.

Decerto há ambiguidade no termo *História*. Designa o próprio desenrolar dos acontecimentos e evolução dos homens. Mas designa, por outro lado, feixes de concepções de senso comum ou pouco elaboradas, a maneira como uma nação, comunidade ou grupo reconstitui, pensa e sente o seu passado, as linhagens de sua avoenga, sob a forma de mitos, lendas ou chãmente narrativas. Como pode até designar a maneira como os indivíduos com uma formação cultural própria, de determinada crença, ou partido, etnia ou pátria, consideram o desenrolar das suas vidas, e se situam no mundo, como reagem perante os bens de cultura presente enquanto testemunhos de tempos revolutos. Noutra plano, História é uma maneira de tratar todos os problemas dos homens de uma perspectiva científica, portanto concatenando a sua formulação, com base na crítica das fontes, e inter-ligando a construção dos factos segundo teorias postas à prova da sua pertinência. Busca a universalidade das suas concepções, independentemente de nação, religião, côr política, etnia, meio social-cultural. Não atinge, evidentemente, a universalidade de aceitação que caracteriza os teoremas geométricos ou algébricos, as leis físicas ou mesmo as explicações biológicas e psicológicas, embora nestes dois campos esbarre com preconceitos de crença – baste lembrar o acérrimo combate contra o darwinismo nos EUA. O primeiro dever do historiador é não se submeter a injunções extrínsecas à natureza do seu ofício. De certo modo, tudo dessacralizar, no respeito pela variedade das opiniões e posições. A História do Islamismo não pode ser uma para os muçulmanos e outra para os cristãos, budistas, ateus. Na expansão muitos se sentiram investidos na missão de estender a Cristandade a todo o mundo, valendo todas as acções de dominação, incluindo destruição de templos, conversões forçadas. Ao historiador cabe não ocultar, procurar compreender porque se seguia tal ideologia, averiguar se havia ou não quem a contestasse. Não lhe cabe julgar. Ao historiador como cidadão cabe julgar, sim, o que se passa no seu tempo, aqui, de-seja-se, sem tibiezas. E denunciar as situações em que se intenta utilizar a História como serventuária quer de ideologias em conflito, quer de orientações autoritárias ou exaltação interessada de glórias.

Tradicionalmente, a história da expansão punha em cena os que desaferram para ignotos mares, os que guerreiam na mira de



dominar, os que plantam as roças ou gerem as feitorias, os sacerdotes a evangelizar. Não se vê na peça o outro lado da acção, as gentes que acolhem de bom grado ou com hostilidade os intrusos, aparecidos por vezes não se sabe donde, com intenções difíceis de adivinhar. É certo que os navegadores, sobretudo nos primórdios dessa gesta, acharam ilhas ermas, que povoaram, cujas paisagens afeiçoaram, e que constituíram articulações-chave no desenho das novas rotas oceânicas – caso da Madeira, dos Açores, do arquipélago de Cabo Verde, das ilhas do golfo da Guiné, das ilhas de Tristão da Cunha. Mas desde o século xiv tinham relações com as Canárias e suas populações. Para final de Quatrocentos as viagens colombianas integram no circuito da emergente economia atlântica as Antilhas e as Caraíbas, povoadas. No Oriente os Portugueses frequentam, em certos casos instalam-se com feitorias ou mesmo fortalezas, grandes ilhas de forte densidade, algumas das quais de elevado nível de formas de organização e de equipamento material, convertidas a religiões de cariz universalizante: São Lourenço (Madagascar), Ceilão, Samatra, Java; com os Castelhanos, presentes nas Filipinas, disputam o comércio e senhorio das Molucas. Nas terras firmes entram em contacto com populações esparsas, de civilização simples, como os índios do Brasil, organizada a um grau acima, como os Negros de Guiné e Sul de África, complexa e de estrutura de poderes em Estado, como Aztecas do México, Incas do Peru, a Pérsia, a Índia, a China, o Japão. A expansão portuguesa começara em Marrocos, um império de cidades industrializadas e em algumas regiões polvilhado de aldeias ricas.

Sem o conhecimento destas populações, sociedades, civilizações não parece que seja possível apreender os rumos da expansão marítima ou territorial, nem as formas de conduta dos que com elas entraram em contacto. Construir o entendimento entre uns e outros em presença, que fazer quando se precipita o desentendimento? Procurar conhecer essas gentes, saber como vivem, as produções e o que poderá adquirir-se (ou roubar-se), as vias e modalidades de comércio, se o há, o seu armamento e formas de combate, que deuses adoram e que cultos praticam (a fim de os conduzir à verdadeira fé). Os Portugueses, e depois os Castelhanos, como já antes os Venezianos, viram-se forçados, quando não só a curiosidade os impelia, a realizar inquirições muito completas, na busca do conhecimento verdadeiro (porque o mais útil, o único útil muitas vezes). Tropeçando num obstáculo de monta, raro superável: as concepções e



práticas religiosas, o sentido do sagrado e das crenças, as formas sociais de organização de oficiantes (existência ou não de clero e de outras personagens ligadas à celebração ou à doutrina).

Não se tratou, porém, somente de diferenças neste campo, erigido de embustes. A agravar, a ideologia da cruzada que Portugueses e Castelhanos adoptaram como legitimação e como motivação. A escravização como meio de conversão, a força das armas como meio de anexação de territórios (entendida como o reaver de um senhorio que os Infieis tinham roubado).

Não suponhamos todavia que todos os que na expansão participaram iam movidos por tal ideologia, consciente principalmente nas altas esferas. Já aquando da expedição a Tânger os opositores sublinharam que uns iriam por umas razões, outros por outras, tantos por cobiça ou forçados, a maioria com intenções mais ímpias do que santas. Ao longo destes séculos contrapôs-se o guerreiro e o mercador, os prégadores a coleccionar baptizados e os institutos religiosos a aproveitarem da mercancia. Entre estes institutos e o Estado frequentes vezes estalaram conflitos, até com o pio D. João de Castro.

O imperativo de estudar as sociedades e civilizações com que navegadores e conquistadores tiveram de lidar não resultou das reivindicações anticolonialistas do após Segunda Guerra Mundial. Já em 1947 lançámos uma *História Económica e Social da Expansão* cuja Primeira Parte tratava precisamente das Sociedades e Economias do Noroeste Africano – Marrocos e o Sáara, com as caravanas do ouro, séculos XII-XVI (acompanhado por um conjunto de mapas registando os resultados da investigação). E anteriormente Louis Massignon traçara o *Tableau du Maroc au XVIe siècle d'après Léon l'Africain*. Também, na esteira de investigadores espanhóis mas não só, procurámos reconstituir os traços essenciais do viver dos canários e até da sua cultura. Em 1962 escrevíamos: «revela-se indispensável conhecer a vida, a mentalidade, a sensibilidade dos habitantes dos continentes africano, americano e asiático, assim como as modalidades de suas interferências com as formas de agir, sentir e pensar dos intrusos europeus.» O que implicava que «Só como pluralidade de encontros poderemos apreender o sentido da expansão europeia». O mundo negro africano e o mundo brasileiro pré-cabralino, bem como as civilizações americanas pré-colombianas, e por maioria de razão as asiáticas, estão bem estudados (o que não quiere dizer que não precisem de continuar a sê-lo); mas o relacio-

namento da expansão europeia com essas realidades não se faz com tanta profundidade quanta seria de desejar, e os preconceitos não ajudam.

Como conhecer esses mundos outros, como os conheceram os homens dos séculos xv e xvi? Falámos em inquirições sistemáticas, e logo no dealbar da expansão foram lançadas. Na *Crónica da Guiné* está inserta uma descrição das Canárias que deve datar de cerca de 1424-1425. João Fernandes esteve entre os Azenegues saarianos a informar-se do seu modo de viver. Cà da Mosto (o Cadamosto das fontes portuguesas) dá-nos vários quadros dos «reinos» guineenses, e da passagem de Quatrocentos para Quinhentos temos descrições minuciosas do Sáara, dos rios de Guiné e da Serra Leoa (que Valentim Fernandes compilou). Quanto à precisão e exactidão desses materiais, baste dizer que missões geográficas e etnográficas do Institut Français d'Afrique Noire os utilizaram no seu trabalho no terreno, chegando mesmo a servir-lhes de roteiros. Todo o Oriente é abraçado pelas sumas geográficas de Duarte Barbosa e Tomé Pires, e sucedem-se as descrições regionais. O sistema de castas da Índia é correctamente apresentado até na Miscelânea em verso de Garcia de Rêsende (c. 1534). O levantamento da ilha de São Lourenço (Madagascar) foi feito, logo depois de achada, com extrema precisão e cuidado, cumprindo instruções minuciosas e sistemáticas. Importa salientar que os autores dessa literatura cronística, geográfica e etnográfica (porque não designá-la assim?) procuraram reunir anais, crónicas e outros documentos desses povos com que os Europeus contactaram e registar os seus testemunhos orais, no propósito de reconstituir o seu passado. Fê-lo João de Barros em relação ao Oriente, fizeram-no António de Herrera em relação ao México e Yucatán, frei Bernardino de Sahagún para os textos em náhuatl. Do ponto de vista da visão dos vencidos, pôde Miguel León-Portilla dar-nos a história da conquista dessas regiões – o Crepúsculo dos Aztecas (1962), e Nathan Wachtel a da conquista do Peru, vista pelo olhar índio (1977). Temos portanto, mas nem sempre, a perspectiva recíproca das duas partes do processo, num esforço cada qual de conhecer e compreender o outro, mas também de se conhecer e compreender a si próprio. O que leva a pôr o problema do encontro, contacto, comunicação ou desentendimento, a reclamar uma análise sociológica e antropológica (histórica, sempre): como Urs Bitterly desenvolveu em *Cultures in Conflict* (1989). Só que as culturas não se enfrentam constantemente em conflito: en-

contram-se, espiam-se, desentendem-se e comunicam, trocam entre si obras culturais, aprendem ou rejeitam condutas e valores. Marcel Mauss chamou a atenção para a importância da transmissão cultural, suas modalidades, seus equívocos ou influências. Que se dá mesmo em situações de conflito. Veja-se a difusão da artilharia e armas de fogo no Oriente no século XVI. Os Portugueses apetrecham os exércitos do Sofi da Pérsia contra os Turcos Otomanos – deliberada política. Mas os reinos indianos, para se defenderem da superioridade dos canhões portugueses (e dos artilheiros, entre os quais os alemães), não só buscam mestres e artilheiros europeus, como atraem os lusos renegados quer para o fabrico quer para o manejo das peças. Na Europa a arte da impressão leva a que se imprimam edições da mesma obra em vários países, e se multipliquem as traduções, por exemplo, do *Lazarillo de Tormes* ou do *Quixote*, para francês, inglês, alemão, italiano, como também acontece com a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Mais globalmente até, chega a dar-se a criação de reciprocidade das orientações. À cruzada cristã opõe-se a djihad islâmica, ou a esta opõe-se aquela. Os Portugueses estabelecem a carreira do ouro da Mina, os Castelhanos de Sevilha lançam-se na sua peugada, a guerra naval incendia-se. Citemos ainda a adoção de sistemas monetários sob a dupla pressão da concorrência e da força da presença no mercado: os Portugueses em relação às dobras maghrebina, primeiro, depois ao zechino e florim.

As perspectivas dos descobridores, colonizadores, conquistadores, logo, enviesadas, dir-se-á. Sem dúvida. Não tão enviesadas, no entanto, como alguns têm pretendido, por seu turno distorcendo em obediência a uma propaganda pouco esclarecida. Não é impossível estabelecer graus de credibilidade, atendendo ao que Gurvitch classificaria como níveis em profundidade do económico e do social-cultural. Temos para isso que aprofundar as atitudes e motivações não só dos navegadores, colonizadores, conquistadores e missionários em geral, mas mais finamente dos autores dessas descrições e testemunhos. Tarefa nem sempre fácil, convenhamos. Que é afinal penetrar no âmago de todo o processo expansionista.

Em tal processo impõe-se discernir rumos diversos, configurações espaciais e sociais-culturais que se sucedem por vezes com rupturas, outras em continuidade. Como Jaime Cortesão mostrou, não há um império português uno através dos tempos, há impérios que se edificam sobre ruínas de impérios, factores que mudam ou subterrâneamente se mantêm. Tem-se muitas vezes considerado a

expansão como um bloco monolítico. Eis, a granel, Marco Polo que de Veneza vai ao longínquo Cathay, Malfante que deixa Génova para se estabelecer no Tuat com a missão de descobrir o mistério do ouro, os Vivaldi aventurando-se, de Génova também, à viagem das Índias pelo oceano ocidental; eis Jacme Ferrer a embarcar em Barcelona em demanda do Rio do Ouro, as cocas biscainhas que se fazem ao largo em perseguição das baleias, percorrendo assim o Atlântico setentrional; dos portos algarvios as caravelas singram para o sul das Canárias, e para o oeste, outras velas irradiam da Madeira e dos Açores rumo ao mar de Sargaços ou ao verde litoral da Guiné; as naus de Lisboa dobram o cabo de Boa Esperança, enquanto os marinheiros de Bristol, e Caboto com eles, se lançam através do oceano até os bancos ricos de bacalhau. Constituirá tudo isto, e mais ainda, um processo único, contínuo de cada passo a outro passo? A enumeração inclina a distinguir vários processos cortados por discontinuidades, conquanto reagindo entre si; caminhos paralelos, mas igualmente caminhos divergentes, encruzilhadas, choques e colaborações. Que só têm sentido quando cartografados e datados, quando o leque dos factos e das personagens se relaciona com meios ou círculos bem definidos do ponto de vista económico, técnico, social, político, cultural, ideológico.

Quantas vezes se não debuxaram vastos frescos tais como: o estado dos conhecimentos geográficos no dealbar dos descobrimentos – cerca de 1415, ponhamos. Caldeiam-se a esmo d'Ailly e Marco Polo, Mandeville e os geógrafos muçulmanos, a cartografia genovesa-catalã e o *Tratado da Esfera* de Sacrobosco, as missões de franciscanos à Tartária e o *Libro del Conoscimiento*, a *Geografia* de Ptolomeu e as navegações dos Vikings, e tantas contribuições mais! Houve quem, sobre essas bases, retratasse o Infante D. Henrique a consultar metódicamente esse rol de literatura (sem esclarecer como pôde reuni-la) e depois meditando solitário até traçar luminosos «planos». De igual modo quanto a Colombo – Colombo o «sábio», e em cujo activo se inscrevem todas essas leituras e algumas mais.

O que podiam saber, o que sabiam na realidade os homens que desaferraram dos portos algarvios e de Lisboa em 1415-1420, ou em 1487-1497? O que é que lhes era efectivamente possível realizar? E os homens de Sevilha em 1490? Perguntas que Lucien Febvre nos ensinou a pôr. Cinja-se mais de perto a questão: determinados homens, com determinada utensilagem mental e material, desempenhando determinados papéis sociais, com uns tantos traços

psicobiográficos. Quere dizer que a análise estrutural e do devir se completa com a da psicologia colectiva e a da apreensão do individual. Dificuldade acrescida, pois vários escolhos devem ser evitados.

Antes de mais, o anacronismo (como sempre, Lucien Febvre). Damião de Góis liga os começos da expansão portuguesa à ameaça otomana crescendo até às costas atlânticas: realidade de meados de Quinhentos, de quando o cronista escrevia, transposta para 1415-1420, data em que nem sequer se poderia suspeitar para o futuro. Os humanistas do século XVI, leitores dos clássicos, relacionam as primeiras viagens quatrocentistas com as sugestões dos périplos da África por gregos, cartagineses e egípcios na Antiguidade, e retratam os navegadores como homens acicatados pela curiosidade científica, anelando verificar teorias sobre a forma do planeta, a distribuição das águas e continentes, o comprimento do arco do meridiano; quando eram essencialmente práticos da arte de navegar, apoiando-se apenas em dois ou três livros medievais como o Sacrobosco ou a *Semeiança del Mundo*. O Infante D. Henrique não é a personagem do Cadamosto ramusiano, de traço humanista, é a do texto quatrocentista, terra a terra. João de Barros, homem de Quinhentos, resume a Crónica da Guiné de Zurara, de quase um século anterior; comparem-se, meçam-se as deformações: viagens de iniciativa particular ou desconhecida são atribuídas em bloco ao Infante, todavia Barros não compulsou outra fonte. Ora a História não pode construir-se prestando igual atenção às fontes primárias e às reconstituições tardias, quase sempre eivadas de infiltrações deformadoras. Só nos devemos servir de versões de épocas posteriores nos casos precisos em que reproduzem fontes primárias, conquanto desaparecidas, se pudermos apesar disso testar a sua fidedignidade ou determinar as distorsões introduzidas. Importa, é certo, conhecer e compreender como se viu o passado, as sucessivas imagens que dele se forjaram, detectar tais deformações; por esta via entraremos na intimidade da época em que apareceram, mas nada nos podem dizer quanto à época a que se reportam. Denuncia-se assim uma forma de anacronismo insidiosa, sem esquecer que a outra forma é a projecção da nossa mentalidade e de como as cousas funcionam no nosso tempo nas sociedades e culturas dos tempos transactos. Nascida frequentemente do pré-juízo de que os homens foram sempre iguais na lógica do pensamento, nas suas afecções e emoções, na maneira de agir. Pré-juízo que leva a universalizar a econo-

mia de uma época e sociedade determinada – o nosso tempo – a todas as épocas e sociedades, e com isso a impossibilitar a explicação do que realmente se passou. A economia hoje dominante nem sequer é capaz de explicar as inesperadas mutações do mundo desde os anos 80 do século xx. O modelo para apreender a economia dos séculos xv e xvi não pode ser tirado a papel químico da ideologia actual, embora se revele eficiente adaptar a instrumentação schumpeteriana das ondulações longas e inovações; atendendo porém a que o modelo para as economias pré-estatísticas se constrói diferentemente do modelo para as sociedades de estatísticas demasiado abundantes.

Não é o anacronismo a única armadilha de que temos de nos desembaraçar. As melhores fontes coetâneas, nos seus retratos das personagens, copiam frequentemente os estereótipos correntes, que louvam as virtudes dos príncipes e senhores, não nos dão os homens de carne e osso. Vêmo-los em acção desempenhando papéis sociais definidos – escudeiros ou cavaleiros, mercadores ou artífices, damas da côrte, alcaides de castelo ou vedores da fazenda. Em certos casos, preservou-se uma documentação minuciosa que permite fazer a história de uma família ao longo de séculos, com profissões, heranças, querelas entre parentes – Jean Delay reconstituiu, com base no *minutier* do Châtelet de Paris, todas as vicissitudes de 1550 a 1850 de uma constelação familiar. Mas trata-se, segundo a sua expressão, de sociobiografias e não de psicobiografias – das funções sociais e não de pessoas. Falta documentação privada, as correspondências são mais de negócios ou de interesse público, mau grado alusões à vida privada que contém. Se seguirmos o aparecimento e evolução do retrato na pintura quatrocentista e quinhentista, no conjunto sobressai o que os retratados são na sociedade – com os seus trajes e atitudes –, sobretudo dos estratos dominantes; com o rolar dos anos figuram-se também representantes dos órgãos municipais, gentes do grande comércio; o auto-retrato revela o novo valor do indivíduo – exemplifique-se com os auto-retratos de Dürer. Seria de utilidade traçar a prosopografia de navegadores e conquistadores, e de outros actores nessa sociedade de ordens, pois os documentos a funções sociais se reportam. Mas as pessoas na sua complexidade escapam-nos, salvo casos excepcionais – a própria literatura será lenta a ultrapassar os tipos, embora com a *Celestina* de Fernando de Rojas se inicie a caminhada no sentido da personalização, ainda fruste no *Lazarillo* e em muito do teatro da época.

Portugal abre a gesta das navegações de descobrimento e do traçado das grandes rotas oceânicas quando se afirma como nação no quadro peninsular. Perturbador sincronismo, que conduz esse pequeno país ao singular destino de construtor de impérios e de gentes dispersas por todo o orbe, sempre com os problemas do ter-runho por resolver. A escolha nunca decidida entre a boa capa e o mau capelo.



CAPÍTULO I

A REVOLUÇÃO INTELECTUAL DO SÉCULO XIII,  
A IRRADIAÇÃO MEDITERRÂNEA PARA  
O OCEANO E O SEU ABORTAR  
(1290-1348)





Os homens reagiam em função da geografia mítica, só esporadicamente da realidade. Uma primeira brecha por onde passa a função do real é aberta pelas transformações do século XIII e adjacentes. Até aí, ausência de sistema de representação do globo; os chamados planisférios ou mapas-do-mundo juxtapunham terras separadas por mares e atravessadas por rios ou faziam correr estes por leitões fantasiosos (na lógica do mito), sem qualquer lei científica de correspondência nas formas, nas dimensões ou sequer na disposição relativa; tratava-se de configurações simbólicas, apenas. De 1270 a 1320 ressurgem a geometria euclidiana, e com ela a ciência pode construir o espaço, recebem-se a aritmética e álgebra hindu-muçulmanas, retoma-se a astronomia de Ptolomeu (que os meios islâmicos transmitem), a óptica de Apolônio e Ptolomeu, a medicina de Hipócrates, Galeno e Avicena (e mais uma vez os círculos muçulmanos transmitem e alargam, aprofundam), enquanto da China vem o «indicador do Sul» que no Mediterrâneo se transforma em autêntica bússola; por outro lado, missionários e mercadores desvendam a vasta Ásia, conhece-se o tráfico cameleiro transaariano. Com base nestas aquisições, vindas da cultura helénica mas reelaboradas e ampliadas pelas culturas judaica e islâmica, além da hindu, traça-se o primeiro sistema cartográfico, por rumos da agulha e distâncias estimadas. O mar Interior passa a ser correctamente representado com relativa correcção (há ainda alongamento em longitude e distorção na latitude do Levante) e torna-se o eixo da representação científica da ecúmena, que as informações dos caravaneiros das pistas euro-asiáticas estendem até o Cathay.

A partir de cerca de 1277, de Génova uma pequena frota de galés parte anualmente para o Poente – para Inglaterra e Flandres. Em começos de Trezentos, Veneza seguirá as pègadas da sua rival.

Rota antiga, sem dúvida bem antiga. Rota grega, sobretudo romana para as Cassitérides ricas de estanho. Rota dos Vikings dos fjords brumosos para o sol ardente e céu azul do mar Interior. Caminho ainda dos rudes barões e cavaleiros do Norte acorrendo a libertar o Santo Sepulcro. Todavia, pela primeira vez na história, ao que parece, uma carreira regular de navegação se abre, ligando os intensos focos meridionais de capitalismo nascente às cidades têxteis flamengas e aos mercados insulares da lã e dos metais industriais.

Em sentido oposto, desde meados do século XIII que os navios italianos, que até aí não ousavam ir além de Salé, avançam ao longo da costa marroquina até Safim.

Em 1291, duas galés capitaneadas pelos irmãos Vivaldi zarpavam de Génova para atingir as Índias Orientais pelo Oceano ocidental. Precusores de Colombo, como sustenta Magnaghi, quer dizer, rumando das Canárias em direitura para oeste na esperança de abordar, após a travessia, às costas extremo-orientais do mundo asiático? Precusores de Bartolomeu Dias e do Gama, como afirma a maior parte dos historiadores, quer dizer, costeando o continente africano com destino à Índia e não ao Cathay ou ao Cipangu? Difícil, ou até impossível, decidir. As fontes indicam apenas vagamente o termo demandado: as Índias Orientais, logo a escolha entre o Malabar e o Japão parece arbitrária; também para indicar a rota que os Vivaldi pensavam seguir, só: oceano Atlântico. Caddeo propõe uma reconstituição sedutora da viagem, e que esclareceria certas passagens obscuras das fontes: uma das galés teve de ser abandonada na Guiné, onde os negros cativaram alguns dos genoveses; a outra prosseguiu ao longo da costa africana, dobrou o cabo de Boa Esperança, acabando por naufragar perto de Mogadoxo, donde alguns cativos foram levados à côrte do Abexim. Mas os genoveses em poder do Preste João, de que ouviu falar o terceiro Vivaldi quando andava em busca de Ugolino e Vadino pelo caminho do mar Roxo, podem muito bem ser alguns dos salvos da esquadra genovesa do golfo Pérsico. Além disso, o périplo apresenta-se assás inverosímil, como aliás todos os périplos anteriores ao século XV: não se apoiavam em nenhuma escala atlântica, nem em mapas do oceano e das costas de África, nem na náutica astronómica, nem no conhecimento das correntes e ventos do Atlântico.

Seja como for, a tentativa dos Vivaldi fracassou, e ninguém a retomou. No entanto, da viagem dos dois irmãos e das viagens empreendidas por ordem do seu capitalista, Thedísio d'Oria, para os

buscar algures no Poente, um resultado positivo ficou: o redescobrimto das Canárias e a sua integração na navegação corrente e no horizonte cultural e económico da Europa. Lançarote Malocello conquistou a ilha que dele recebeu o nome e aí residiu alguns anos durante o primeiro terço do século XIV<sup>1</sup>. Em 1341, uma expedição florentino-genovesa equipada em Lisboa voltava pela Madeira e talvez visitasse ou avistasse os Açores. Em meados de Trezentos, os navios mediterrâneos frequentavam as Canárias com certa assiduidade. Que por várias vezes fizessem escala na Madeira e Porto Santo, é de crer sem dúvida: lógica da rota de torna-viagem, e a cartografia documenta os progressos no conhecimento do arquipélago. Ao invés, os Açores só uma ou duas vezes teriam sido achados, e só por acaso seria possível lá voltar: a sua localização nas cartas do século XIV não melhora, a disposição das ilhas e sua configuração também não, quer uma quer outras permanecem bem grosseiras.

A 10 de Agosto de 1346, o «uxer» – navio semelhante à galé – de Jaime Ferrer levanta âncora da Catalunha «per anar al riu de l'or» – em demanda do Rio do Ouro, logo com o alvo de estabelecer contacto directo com os mercados do metal amarelo na Guiné. O «uxer» deve ter dobrado o cabo Bojador e atingido talvez o actual Rio do Ouro, que não é o autêntico – o Senegal. Não voltou e dele nada se soube. Fracasso, igualmente. Os catalães e maiorquinos contentar-se-ão com saltar as Canárias, a fim de obter mão-de-obra para as plantações de açúcar de Valência e para vender no Maghrebe, uma vez que genoveses e venezianos detinham o rendoso resgate do mar Negro, para mais, lá bem longe.

Tentativas genovesas e catalãs-maiorquinas, suas bases de partida situam-se no Mediterrâneo ocidental, seu objectivo é o Poente, e desenrolam-se em fins do século XIII e durante a primeira metade do XIV. Veneza permanece voltada para o Levante: contemporaneamente, Marco Polo opõe-se aos Vivaldi.

São, porém, os problemas do Levante que preponderantemente

---

<sup>1</sup> Não há que ter em conta a hipótese de Verlinden quanto ao caso Malocello uma vez que o historiador belga ignorava as fortíssimas dúvidas que pesam sobre a autenticidade dos documentos que utilizou (cf. Jaime Cortesão, *Os Descobrimtos Portugueses*, I, pp. 209-210). Mas mesmo que fôssem autênticos, nem por isso ela seria de atender, visto repousar em interpretação redondamente errada do texto português.

comandam a acção genovesa. Os cristãos expulsos da Terra Santa – São João de Acre cai em 1291 –, as garras do Egipto mameluco a apertarem-se cada vez mais sobre o Crescente limítrofe, é toda uma barreira que súbitamente se interpõe entre a cidade italiana e os opulentos mercados asiáticos, criando condições difíceis para o trato cristão das especiarias. Génova esforçou-se por a saltar, voltando-se sucessivamente para o Levante e para o Poente. Por um lado, os genoveses equiparam uma esquadra no golfo Pérsico, a fim de bloquear o mar Roxo e forçar o Cairo a uma atitude razoável. Fracasso. Por outro lado, suas velas procuraram descobrir uma rota oceânica para as Índias. Novo fracasso. Acrescente-se, para retomar o fio da discussão da viagem dos Vivaldi, que visto tratar-se de resolver o problema das especiarias, provávelmente o destino dos dois irmãos seria o Malabar; não sendo o Cathay nem o Cipangu, a rota que se propunham sulcar deveria ser a do Cabo.

No ocaso do século XIII e em começos do século XIV abundam os projectos de cruzadas, nos grandes centros mediterrâneos. É a hora de Marino Sanudo e, em Maiorca, de Raimundo Lúlio.

A interrupção prejudicara mais Génova, obediente às objurgatórias pontifícias, do que Veneza, pouco propensa a impressionar-se com os coriscos da Santa Sé, mas que apesar disso durante 20 anos não enviou as galés a Alexandria. O comércio genovês debatia-se com uma concorrência vitoriosa, e essa a razão por que de Génova desaferraram os Vivaldi. Mas os genoveses reocuparam um lugar ao sol, e sobretudo tinham sólidamente em mãos o mar Negro – os escravos, a seda – e desenvolviam os seus negócios no Poente – Ceuta, Canárias, Suz, Sidjilmessa. A expansão catalã alongava-se através do Mediterrâneo, em marcha para leste, e os mercadores de Aragão não desdenhavam tratar em Alexandria e Beirute. A cartografia catalã revela um prodigioso conhecimento do interior da África do Norte: escalas das caravanas trans-saarianas, mercados sudaneses do ouro, reinos negros e nómadas «embuçados».

É que outro problema se punha, ao mesmo tempo que o das especiarias: o problema do metal amarelo. O surto mineiro da Europa central e oriental aviltava o valor da prata, logo encarecia o ouro. A razão entre os dois metais preciosos, que era, na Itália setentrional, de 10, em média, para o período 1250-1285, sobe a 13,5 de 1302 a 1335. Por isso a corrida para o ouro, a dura concorrência dos cristãos nos mercados maghrebins, o seu aparecimento nos oásis escalas das caravanas, a tentativa de Ferrer de al-

cançar pela via marítima a origem do precioso *tibar*, o estabelecimento de genoveses nas Canárias...

Em breve, porém, a produção mineira europeia decai, e conseqüentemente o preço do ouro expresso em prata baixa devido à rarefacção do metal branco. Nas cidades da Barbaria os mercadores cristãos compram quantidades suficientes do fulvo metal. A ocasião ainda não chegou, de impelir teimosamente as velas até os rios de Guiné. Quanto às especiarias, na década de 1340 os cristãos voltam a acomodar-se com o Cairo. Também ainda não chegara a ocasião de rumar, custasse o que custasse, através da imensidão oceânica, para o Malabar da pimenta.

Expansão abortada, numa palavra<sup>1</sup>; mas tentativas de expansão oceânica, apesar de tudo, das quais ficariam resultados não de desprezar. Postas em movimento pelo mecanismo que acabamos de esboçar, teria havido um conjunto de condições que as tornassem possíveis?

Lefebvre des Noëttes relacionava a génese dos descobrimentos com a invenção do leme de charneira. Mas, em resultado de uma crítica, considerada definitiva, de La Roërie, abandonou-se completamente esta hipótese. Processo a rever, talvez. Não só a argumenta-

---

<sup>1</sup> Na *Revue Belge de Philologie et d'Historie* (n.º 32, 1954), objectou-nos Ch. Verlinden: «Irradiação, sim; abôrto, não o creio. Porque, depois do fracasso dos Vivaldi, os Italianos, e principalmente os genoveses, começaram a descobrir e a colonizar de certo modo por interposta pessoa e sob soberania estrangeira. É já o caso quanto a Lanzarotto Malocello nas Canárias. E o seu esforço continua até bem entrado o século XVI.» Infelizmente, na esteira tradicional, o historiador belga estabelece unidade e continuidade entre *processus* expansionistas radicalmente diferentes e não tem em conta as inversões de conjuntura. Há, por um lado, tentativa de projecção oceânica das cidades mediterrâneas, destinada a resolver problemas próprios, e que falha. Há, mais tarde, a participação de genoveses, florentinos e até venezianos em vários *processus* de expansão de raiz atlântica que àqueles devem ocasionais apoios ou mesmo impulsos parciais mas não a razão de ser no seu conjunto. À ideia dos descobrimentos e colonização por testas-de-ferro (Verlinden é dos que pendem a ver esta história como simples capítulo da história italiana, em contradicção com as suas próprias pesquisas relativas à Idade Média ibérica), não convirá substituir a ideia bem mais singela de adaptação dos Italianos a um mundo em mudança, e de intervenção de alguns em certas dessas transformações para resolver tanta vez situações pessoais ou de empresas?

ção histórica de La Roërie, e sobretudo a sua utilização das fontes portuguesas, parece de reduzido alcance, mas também pode considerar-se que do ponto de vista técnico o debate não está encerrado. Que o leme não tenha resolvido todos os problemas da condução do navio, só o contrário espantaria. Decerto, a tonelagem não aumentou bruscamente, embora entre o século xv e meados do xvi a média de toneladas por navio tivesse pelo menos duplicado em Portugal. O papel decisivo do leme foi, não obstante, completamente diferente. Graças ao sistema de fixação, torna-se possível montar primeiro a barra, mais tarde a roda para o manobrar, logo aumentar em muito a força que o vira ou o sustenta. Porque situado na linha mediana do navio e girando em torno dela, permite bolinar – pois é o ângulo da linha mediana com a direcção do vento que importa acima de tudo. Conquista crucial para velejar nas regiões dos alísios, que em boa parte é preciso contornar decididamente longe das costas. O que está em jôgo é, nem mais nem menos, que a navegação oceânica.

Na mesma época em que se espalhava o novo meio de dirigir os navios – século XIII – a bússola começava igualmente a ser utilizada a bordo. A bússola, além de indicar a orientação do navio em relação aos pontos cardeais, torna possível traçar cartas de marear baseadas na rosa-dos-ventos e na estimativa das distâncias percorridas. Em Génova, primeiro, em Maiorca e Barcelona, logo de seguida, formou-se toda uma escola de cartógrafos, que desenhou admiráveis portulanos do Mediterrâneo, até ter a sua cúpula nessa obra-prima medieval que é o Atlas dos Cresques, de cerca de 1375-1381: a ecúmena então conhecida, do Atlântico à costa chinesa, desenrola-se com espantoso sentido de apreensão do real.

No esplendor das suas iluminuras surgem-nos as cáfilas de camelos em África e no Oriente, os reis do ouro, as cidades opulentas da Ásia, as naus no Índico, as galés junto às Canárias e Madeira; mas as Ilhas Britânicas estão frustemente desenhadas, e quando nos afastamos do eixo do conhecimento científico e da medida, as indicações baralham-se – caso do Sudeste asiático, por exemplo. Seja como fôr, embora aí ainda não estejam fixados os seus contornos, o oceano Índico é de há séculos regularmente sulcado pela navegação comercial, ao ritmo das monções. No entanto, no próprio Atlas ressaltam as permanências míticas, como em toda a cartografia trecentista e quatrocentista, e coevas da revolução intelectual são as viagens fantásticas de Mandeville e dos franciscanos castelhanos,

a *Ymago Mundi* do cardeal d'Ailly data de 1410, e recolhe todo esse repositório fabuloso vindo da Antiguidade. Persistências que atravessarão, e se avivarão até, em Quatrocentos e em Quinhentos.

Quanto não deverá este primeiro impulso para a conquista do oceano a tal conjunto técnico novo do leme, da bússola e da cartografia? A técnica serve os homens, os homens dela se servem, sem que os determine necessariamente. Mas o facto de dispor dos meios leva a empregá-los, sugere pelo menos o seu emprego, e permite, lançando-os na acção, realizar o que de outro modo de sonho não passaria. Só mais tarde, porém, os homens sentiriam a necessidade de desenvolver a aplicação das técnicas novas, pouco úteis no mar Interior, e de crear a náutica oceânica.

É que desde a Peste Negra, se não um pouco antes, a economia europeia sofria de estagnação e talvez mesmo declinasse. À expansão sucedia a contracção...







CAPÍTULO II

O PROBLEMA DAS ORIGENS  
NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA



Quando, na primeira metade do século passado, as pretensões francesas e as depreciações de Humboldt suscitaram entre nós as pesquisas de história dos descobrimentos, o Visconde de Santarém acentuou o carácter metódico das navegações e pôs em relevo os motivos científicos que teriam norteado o Infante D. Henrique. As vastas leituras de autores antigos e medievais incitariam o filho de D. João I a empreender as viagens de exploração com o fito de atingir o Oriente e confrontar com os dados de observação as ideias correntes de geografia; tratava-se, em suma, de construir um cabedal de conhecimentos verificados, e não de lançar indígenas ou embarcar escravos para a metrópole; daí a escolha dos seus colaboradores, ao par de tudo quanto na época se sabia.

De então aceitou-se quase indiscutivelmente a feição ordenada e o espírito científico dos descobrimentos, e esta ideia passou mesmo para a obra de Oliveira Martins, que é hábito apresentar unicamente como romântico intérprete da história. Mas na *História da Civilização Ibérica* e na *História de Portugal* o problema reveste complexidade nem sempre tida em conta quando se não destrinça o floreado literário das explicações efectivamente propostas. Sem dúvida, lemos que à nação «chama-a de longe um dúbio tentador – o Mar!» e também que a empresa de Ceuta substituiu um torneio projectado. Entendamo-nos, porém. Desligadas do contexto, as frases podem dizer o que nele integradas não significam, e estas alinham-se tão-só como imagens estilísticas amenizando o desenvolvimento das razões reais. Há flutuação de ideias em Oliveira Martins, há, sobretudo, o borbulhar de múltiplas sugestões nem sempre logicamente harmonizadas ou até harmonizáveis. Descortino, no essencial, dois fios explicativos a entrelaçarem-se. A um lado, o misticismo, o fervor de expansão da fé (o entusiasmo religioso

caracteriza o génio da raça, e mesmo Colombo foi movido pela crença religiosa), o individualismo e o estuar de vida mal contida nos limites nacionais – ou seja, a explicação vital-emocional. Não reside aqui, contudo, o mais penetrante de Oliveira Martins. Sem atentarmos na vaga referência à cobiça como móbil, apresenta-nos indicações mais precisas. O Infante D. Henrique tinha por desígnio alcançar o Preste João, chegar ao dourado Oriente, não por mar mas sim por terra; Ceuta fora o primeiro passo, princípio de mais dilatadas empresas, e só a queriam abandonar os que ignoravam ou combatiam os desígnios do Infante; Ceuta era a chave marítima do império marroquino, e a conquista de Marrocos (pelo menos do litoral) garantia dois objectivos – um campo de exploração e o monopólio do comércio do Sudão – e abria o caminho do Oriente através da África – o caminho do comércio da Índia. Ao mesmo tempo, D. Henrique pretendia devassar o mar desconhecido, e a ciência é a mola da expansão, cientificamente conduzida. Os portugueses construíram no século XVI um império comercial cuja alma era a pimenta, cujos fundamentos eram a pirataria e o saque, e que tinha por nervos os canhões. Afigura-se-me, por conseguinte, que a explicação de Oliveira Martins é pelos factores económico-científicos.

As *Considerações histórico-pedagógicas* (1918) e o ensaio sobre *A conquista de Ceuta* (1919) de António Sérgio representam a eliminação do fio explicativo vital-emocional de Oliveira Martins e a refundição da explicação económico-científica de modo a tornar a ciência em meio para realizar fins económicos. Para Sérgio, no início do século XV cruzam-se em Portugal a crise de subsistências, que só a esta nação afecta, e a crise comercial que atinge âmbito europeu. A escassez de cereais no reino notava-se com força desde Afonso III e induzia a ir buscá-los ao celeiro marroquino. Por outro lado, a progressão turca no Levante, a qual substituíra a civilização mercantil árabe por uma civilização guerreira, punha um dos maiores problemas da história mundial, cortando as vias comerciais entre a Índia e a Europa. Como abertura da expansão conquista-se Ceuta por ser porto de comércio e base para os cereais de Marrocos; esta empresa proporcionava derivações às gentes perdidas que a guerra da independência deixara à deriva. Ceuta não foi a substituição de um torneio, mas a consequência da Revolução de 1383-5 que elevou ao poder a burguesia comercial-marítima cosmopolita: esta classe é que desejou o feito e o sugeriu por João Afonso, vedor

da fazenda. O Infante D. Henrique continua a política burguesa, traçando desde o comêço o projecto de alcançar a Índia e de se apoderar do comércio oriental, e para isso desenvolve os estudos geográficos, comerciais e astronómicos, manda vir o cartógrafo Jaime de Maiorca e cria em São Vicente um posto de observação. Sérgio nega que o fervor religioso fosse causa dos descobrimentos e conquistas, pois não enxerga qualquer relação entre o espírito do cristianismo e o proceder nada cristão dos navegadores e conquistadores.

Enquanto Sérgio desenvolvia o fio explicativo económico, Joaquim Bensaúde retomava o fio explicativo religioso, já apresentado também por Beazley. O historiador inglês da geografia chamara a atenção para diferentes projectos de conquista do mundo islâmico, aparecidos nos séculos XIII e XIV, e para a pacífica penetração europeia no continente asiático por missionários e mercadores. Baseado nestes elementos, Bensaúde pôde afirmar a intensidade de uma corrente europeia na Cristandade para ferir no dorso o Islame<sup>1</sup> por um movimento envolvente em que se aproveitariam as alianças com príncipes cristãos nestorianos e jacobitas que se presumia existirem para lá da cinta de regiões muçulmanas. A iniciativa pertence à Santa Sé que segue a directriz da cruzada contra os infiéis e do acôrdo com os inimigos do Islame. O Infante D. Henrique foi o realizador da política pontifícia. Não era movido pela avidez mercantil, pois, embora procurasse extrair proveito das navegações, só o fazia com o intuito de custear 40 anos contínuos de explorações oceânicas: tanto assim que morreu endividado. Supor que o lucro era a mola real dos esforços marítimos de D. Henrique é não atender a que eles eram econòmicamente ruinosos, e é ainda querer transportar para o século XV razões e atitudes muito modernas; ora, para compreendermos a pleno a figura do Infante, devemos despojar-nos das ideias e sentimentos recentes, para nos embrenharmos no ambiente social, ideológico e emotivo da época. O Infante era um cruzado, os descobrimentos são as cruzadas da era de quatrocentos. A sua mentalidade medieval, de profunda religiosidade, dirigia-lhe toda a vida no sentido de guerrear os infiéis e propagar a fé e, mais concretamente, de libertar a Europa do pesadelo que constituía a invasão turca. Recusou-se a abandonar Ceuta porque a ci-

---

<sup>1</sup> Ideias aliás já apresentadas por Oliveira Martins.



dade era um baluarte da Cruz contra o Crescente; abandonou o irmão D. Pedro porque considerava a unidade nacional sustentáculo necessário da cruzada cristã.

Assim como toda a expansão se explicaria pelo Infante, assim toda a acção de D. Henrique se explicaria pelo sofrimento. Prostrado pela dor das tragédias da Casa de Aviz impostas pelo próprio infeliz Infante (seu único causador), esmagado pela terrível realidade do tormento moral da sua responsabilidade pela morte dos irmãos, D. Henrique, em alucinação religiosa, gera na fecundidade mental do sofrimento a obsessão das cruzadas marroquinas<sup>1</sup>.

«Nunca – escreve Bensaúde –, nem no período de D. Henrique nem no de D. João II, existiu a ambição desregrada das riquezas. Pairam sobre as duas grandes figuras e sobre todos os heróis da epopeia, um ideal superior de abnegação, de aspirações nobres e puras, um fogo sagrado de sacrifício e de sinceridade que ficarão para sempre na história como o traço mais profundo e mais belo das glórias nacionais.»<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Em apoio de tais fantasias (onde a cronologia sofre tratos de polé), Bensaúde apontou tão só Barrès, Taine, Romain Rolland – que nem sequer se ocuparam do Infante – e não cita uma única fonte. Nada disto tem que ver com a autêntica análise psicológica – tão difícil, tão delicada que quase roça o impossível no que respeita aos vultos do passado, sobretudo aqueles em relação aos quais é extremamente escasso o número de fontes e para mais este-reotipadas.

<sup>2</sup> Os principais textos de J. Bensaúde (desde 1930) foram reunidos em *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1943.

À tese de Bensaúde levantou Duarte Leite graves objecções, na sua crítica ao livro *A Cruzada do Infante D. Henrique* (*Seara Nova* n.º 849, de Novembro de 1943). Também David Lopes notou algumas das suas dificuldades (*História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III) e concordou com a primeira crítica de Duarte Leite (de 1930). Posteriormente as ideias de Bensaúde receberam algumas adesões infelizes (cf. Duarte Leite, *Bibliografia henriquina*, na *Seara Nova*, 1944).

Esta obra de Bensaúde foge às mais elementares exigências da fundamentação histórica. Bibliografia extremamente desigual: ao lado de obras como as de La Roncière e Bovill cita-se compêndio liceal (e nem sequer na última edição corrigida...); e além disso extraordinariamente deficiente: não se utilizam as grandes colecções de história geral, nem as obras fundamentais de René Grousset e F. Grenard sobre a Ásia; não se apresenta nenhuma história

À explicação (se assim se pode chamar) político-religiosa de Joaquim Bensaúde deu Jaime Cortesão adesão tanto mais significativa quanto a sobrepôs à teoria que anteriormente defendera, de carácter económico-geográfico, e quanto sobre a primeira se pronunciara em termos sem complacência: «A semelhante concepção terminantemente se opõem o anterior depoimento de Zurara; a prudência política do monarca, em cujo tempo se iniciou o plano; o espírito da época, de há muito eivado de preocupações utilitárias; o próprio temperamento do Infante, tam dado a tais cuidados; e finalmente a feição marcadamente comercial que a empresa das navegações vem a tomar ainda em tempos de D. Henrique, como adiante se verá.» (*História de Portugal*, t. III, p. 363). Em 1931 Cortesão afirmava que «na base de todos os descobrimentos geográficos, de carácter perdurável, encontram-se as razões económicas», embora reconhecesse que a estas andam ligadas razões espirituais. Situava o problema da génese dos descobrimentos no horizonte europeu e não estritamente nacional, e encadeava-os ao desenvolvimento da sociedade portuguesa na Idade Média, em que o género de vida se tornara o comércio marítimo a distância com base na agricultura. A subida dos preços das especiarias com os intermediários, a escassez de metal amoadado e a falta de segurança nas comunicações devido à pirataria dos infiéis concorrem a tornar aflitiva a situação do comércio rico na Europa ao terminar o século

---

económica – uma, ao menos; passa-se inteiramente em claro sobre os ensaios de Sérgio e os estudos de Veiga Simões, e não se tiveram na devida conta os trabalhos de Duarte Leite, David Lopes, Jaime Cortesão. Mas o mais grave ainda está em que nenhuma das afirmações é fundamentada por referência directa às fontes. Em que se baseia Bensaúde para afirmar que D. Henrique era um cruzado, que D. João I e D. Duarte não pensaram em conquistar Marrocos, que a tomada de Ceuta é da iniciativa de D. João I apoiado pelo Condestável, que em 1453 Ceuta e a própria Península se sentem em perigo, que os marinheiros e soldados eram todos almas generosas, cheios de abnegação e sacrifício, com fé de cruzados? Como não há uma única citação de passagem precisa de crónica, diploma ou relato, o mais que podemos conceder é tratar-se de hipóteses para futuras pesquisas mas por ora inteiramente inverificadas; a verdade, porém, é que, como tais, se afiguram gratuitas e sem fecundidade. Espanta tanto mais quanto, estrénuo paladino dos esplendores da tradição portuguesa contra os que pretendem denegri-los, Bensaúde destes exigia a estrita observância de métodos rigorosos de investigação.

xiv. Os muçulmanos erguem obstáculos formidáveis à penetração comercial dos cristãos através do Levante e do Norte de África. Ora, a feição marítima e mercantil da Europa no Outono da Meia Idade impulsionava fortemente à expansão, em busca do ouro sudanês e das especiarias orientais. Por outro lado, a Cristandade formava, pela unificação da Igreja entre os séculos xi e xiv, um bloco separado do mundo islâmico pelo ódio religioso, e os dois blocos temiam-se, espiavam-se e cobiçavam-se mutuamente. Daí o ardor proselitista da Igreja, que o franciscanismo, ao enraizar o amor e o estudo da natureza, veio fortalecer, criando verdadeiramente a mística da expansão geográfica. E, em parte devido ao impulso franciscano, em parte à difusão da ciência greco-árabe, sente-se no mundo europeu intenso apetite de conhecimento. De modo que, se o espírito de cruzada, mais persistente na Península, em consequência da Reconquista, foi o impulso iniciador, a verdade é que os descobrimentos resultaram do complexo de condições económico-geográficas e científico-religiosas.

Mas em 1940 Jaime Cortesão modificou o equilíbrio das causas no sentido das sugestões de Bensaúde. Fundamentalmente, a ameaça progressiva dos Turcos na primeira metade do século xv teria sido a causa decisiva das navegações portuguesas. Não que o nosso país estivesse interessado no comércio levantino ou sequer que o seu nível económico (atrasado relativamente à Itália e à Flandres) solicitasse a expansão; porém Portugal viu com agudeza o perigo catastrófico que pendia sobre a Cristandade. «Foi à luz do que se passava no Levante que o Extremo-Occidente ganhou a consciência da missão que as condições geográficas lhe apontavam.»

Consciente desta contundente e dramática realidade, pelas informações de D. Pedro e apelos do Papa, o Infante D. Henrique, perante o fracasso da política pontifícia de cruzada europeia, concebe o plano de destruir o Islame no Oriente, debelando assim «o desastroso alcance da invasão otomana sobre a economia e a civilização europeias». O golpe seria vibrado pela conquista dos alicerces económicos do império muçulmano, que eram o ouro africano e as especiarias orientais; para financiar o grande empreendimento utilizava-se a exploração comercial das terras ao sul do Bojador. Anos e anos de navegação demonstraram que só muito lentamente o projecto se iria realizando, e como, com a queda de Constantinopla em 1453, a situação europeia se tornou excepcionalmente grave, D. Henrique lança audaciosamente as suas caravelas através do gol-

fão para dobrar pela passagem do Sudeste, e através do Atlântico para descobrir o caminho do Noroeste, o que encurtaria o alcançar das fontes de riqueza do Islame. Para Jaime Cortesão, por conseguinte, os objectivos económicos dos descobrimentos constituíam acima de tudo um meio ao serviço de um fim político-religioso (a destruição do Islame e a defesa da Cristandade).

Na síntese monumental com que contava concluir uma vida de pesquisas Jaime Cortesão busca um equilíbrio entre a sua posição primeira e a que em seguida assumira: «os Descobrimientos Portugueses, se obedecem a factores geográficas e económicos – verdade indiscutível –, participam dum longo processo espiritual, que visa, tanto como o conhecimento científico do planeta e o seu enquadramento no universo, a sagração religiosa da natureza e da vida, a humanização e a libertação das consciências»<sup>1</sup>. É que os factores da ascensão da Europa cristã, como os obstáculos que do exterior se lhe erguem nessa época crucial revestem as três facetas: política, religiosa, económica. «Quando todas as fôrças do Ocidente chegavam ao apogeu e, como iremos ver, um novo ambiente espiritual lhe dilatava os horizontes, deu-se um súbito desenvolvimento do poder turco no Levante e no Sueste da Europa e um recrudescer da pirataria muçulmana, que tinha como base de operações os portos do Norte de África. Não só fecharam ao comércio cristão os portos da Síria, do mar Negro e de Constantinopla, testas de estradas comerciais que ligavam a Europa ao Oriente, como também a segurança no Mediterrâneo se tornou mais precária. A audácia dos piratas sarracenos foi até bloquearem o estreito de Gibraltar, como represália contra a desastrosa tentativa dos genoveses sobre o porto de Elmehadia, ninho daqueles corsários na África do Norte.»<sup>2</sup> Obstrução, portanto, das vias do ouro sudanês, por um lado, e das vias das especiarias asiáticas, por outro, provocando a alta de preços destas e a fome de moeda. «As origens e o plano dos descobrimentos, quer no seu aspecto económico, quer espiritual, só podem entender-se quando considerado Portugal como parte integrante e extremamente sensível da Cristandade, ameaçada progressivamente pelos Turcos desde os começos do século de Quatrocentos.»<sup>3</sup> A to-

---

<sup>1</sup> *Os Descobrimientos Portugueses*, prefácio.

<sup>2</sup> *Idem*, tomo I, p. 69.

<sup>3</sup> *Idem*, pág. 297.

mada e ocupação de Ceuta vêm trazer a segurança ao tráfego entre o Levante e o Poente, e assim baixa o custo das especiarias em Inglaterra<sup>1</sup>; em benefício exclusivo dos empórios mediterrâneos, para Portugal um grande malogro – e este malogro dramático de Ceuta, considerada como empório do tráfego oriental, constituiu a base negativa do plano de alcançar a Índia asiática. Desde 1424 estariam descobertos os Açores e o mar de Sargaços, em demanda do Extremo-Oriente<sup>2</sup>.

Embora não regateando ao Infante D. Henrique «a grande parte que lhe cabe na estrutura orgânica, na continuidade de acção e na antecipação da grande obra nacional dos Descobrimentos», «há que fazer a seguinte corrigenda: o que se atribui a um único homem partilhe-se largamente com toda a grei a que o indivíduo pertenceu». Ele é «o termo duma longa evolução local, o representante duma nação essencialmente marítima, a caminho de incarnar as tendências expansionistas da Cristandade, quer as do tráfico cosmopolita, quer as da fé religiosa»<sup>3</sup>. Oscilando entre a Idade Média e o Renascimento, prolonga anacrònicamente o cavaleiro cruzado mas antecipa já o mercador culto, e, se «irrecusavelmente homem de ardente fé católica», mas com «senso friamente prático», «o que transparece com mais evidência na personalidade do Infante é o *homo economicus*»<sup>4</sup>, «de atitude inquiridora e experimental»<sup>5</sup>. Ao invés de Bensaúde e de outros, Cortesão não reduz agora (como não reduzia em 1931) as fôrças religiosas à cruzada, antes destaca as tendências profundas das massas, sob a influência do franciscanismo e em ligação com o culto do Espírito Santo, para formas de religiosidade próximas da natureza e de risco quase herético; e sublinha, ao lado da fé, a dúvida, os progressos do espírito laico<sup>6</sup>.

Pela breve exposição das explicações sugeridas no nosso século

---

<sup>1</sup> *Idem*, pp. 255 e 251-2. Na realidade, são todos os preços que descem no Ocidente nos primeiros dois terços do século xv, logo não há que pôr em causa qualquer influência favorável da tomada de Ceuta; aliás as viagens a Flandres e Inglaterra das galés italianas nunca sofreram ameaça do curso marroquino.

<sup>2</sup> *Idem*, pp. 269 e 265.

<sup>3</sup> *Idem*, prefácio.

<sup>4</sup> *Idem*, prefácio, e I, p. 393.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 265.

<sup>6</sup> *Idem*, Parte I, caps. III e IV e pp. 241-8.

pode constatar-se a tendência para um acôrdo no diagnóstico da causa decisiva. Os descobrimentos e conquistas dos séculos xv e xvi constituíram a reacção europeia ao progressivo avanço turco que fêrreamente apertava o comércio ocidental e ameaçava os caboucos espirituais e a autonomia política da Cristandade. Ocorre imediatamente comparar as características e repercussões desta segunda expansão muçulmana (como a designou Fanfani<sup>1</sup>) com as da primeira, dos séculos vii e viii, segundo as interpretou Henri Pirenne<sup>2</sup>. O rápido subjugar da Pérsia, Síria, Egipto, Norte de África e Península Ibérica pelos muçulmanos dilacerou a unidade mediterrânea em que assentavam as civilizações romana e romano-germânica, e deste modo arruinou o tráfego mercantil, as fainas industriais e a vida urbana na Europa, impondo o regresso à economia agrária e a absorção das instituições públicas pelos laços de dependência privada. O renascimento das cidades nos séculos xi e xii e a reabertura do Mediterrâneo ao comércio cristão com as Cruzadas forjaram uma sociedade nova que, ao contrário da sociedade do século iv ao vii (em que a economia urbana se mantém mas em declínio lento, e a economia dominial progressivamente se afirma sem dominar exclusivamente), alcançou um nível de desenvolvimento económico-jurídico tal que, embora de momento abalada, pôde resistir ao imperialismo turco e breve vibrar-lhe golpes certos pela expansão geográfica e político-comercial. Actuando em sociedades de certo modo semelhantes mas de sentidos evolutivos opostos, as consequências das duas expansões muçulmanas manifestam-se também antagónicas, a primeira operando a contracção e a segunda favorecendo a dilatação do comércio e das crenças ocidentais. De modo que a explicação dos descobrimentos quase unânimemente sugerida, encadeia-se à da génese do regime senhorial e feudalismo numa teoria geral da evolução histórica.

O primeiro e mais saliente traço comum das hipóteses de Bensaúde, Sérgio e Cortesão é o papel atribuído aos Turcos numa crise económica e política que se teria dado na Europa no século xv. No entanto, apresentam ainda outros pontos de contacto muito importantes. Estes autores conferem todos ao Infante D. Henrique a

---

<sup>1</sup> Amintore Fanfani: *Storia economica dalla crisi dell' Impero romano al principio del secolo XVIII*. Milão, 1940, pp. 304-6.

<sup>2</sup> *Mahomet et Charlemagne*. Paris, 1935.



primazia na direcção dos descobrimentos, por outras palavras, desenvolvem razões que supõem no âmago do fio explicativo a figura do filho terceiro de D. João I.

Ora, a intervenção do Infante segundo tais directrizes requiere indispensavelmente que se aceite a existência do plano henriquino das Índias, que quer dizer, é necessário supor que D. Henrique pretendia alcançar o Oriente para manter a ideia de que a invasão turca provocou as navegações. Os historiadores mencionados concordam ainda em que os descobrimentos foram conduzidos metódicamente e com intensa preparação teórica e prática, de modo que as solicitações do espírito científico não seriam estranhas à conduta do Regedor e governador da Ordem de Cristo.

Sintetizaremos nas seguintes proposições os principais pontos a reter do que expusemos acerca da posição da historiografia portuguesa:

*a)* – A progressão turca na primeira metade do século xv ameaçou gravemente a segurança da Cristandade e

*b)* – provocou aguda crise comercial, cortando as rotas entre a Europa e a Ásia.

*c)* – A expansão portuguesa teve por objectivo resolver os problemas europeus que resultaram do imperialismo turco e do curso maghrebino.

*d)* – O Infante D. Henrique foi o grande obreiro da expansão portuguesa.

*e)* – O Infante D. Henrique concebeu o projecto de alcançar a Índia.

*f)* – As preocupações científicas caracterizam a obra do Infante.

Acrescentaremos as duas afirmações antagónicas que contrastam a explicação “económica” e a “político-religiosa”:

– O Infante D. Henrique era um cruzado, os Descobrimentos foram cruzadas.

– O Infante D. Henrique foi o continuador da política comercial burguesa de João Afonso, os Descobrimentos são o prelúdio do capitalismo moderno.

A primeira proposição corresponde à verdade histórica mas necessita de esclarecimentos capitais, à quarta há que pôr restrições, ao passo que as outras carecem de prova e algumas mesmo devem ser formalmente contraditadas. Mas acima de tudo há que subli-

nhar os termos em que o problema é quase unânimemente colocado: a génese da expansão deve-se à iniciativa do Infante D. Henrique, o seu prosseguimento à acção do Príncipe Perfeito, logo para a explicarmos temos de descortinar as razões que os decidiram. Exatamente no mesmo pé definia Zurara o problema: conhece-se a obra quando se conhece o fazedor dela, portanto o que importa é discernir as razões que moveram o Infante (cap. VII da *Crónica da Guiné*). E um conceituado erudito proclama, para se opor à hipótese de Sérgio: se é o Infante D. Henrique o impulsor dos descobrimentos, como é opinião unânime dos autores contemporâneos, é preciso ver o que ele pensava e não o que queria a burguesia. Armando Cortesão, na sua monumental *Cartografia e Cartógrafos portugueses*, formulou também a questão pela simples pergunta: o que levou o Infante aos descobrimentos? No fundo, quase todos vêm a aceitar como explicação certas declarações dos cronistas e do próprio D. Henrique.

No reduzido número de estudos que chegou a publicar antes da última Grande Guerra, Veiga Simões atinha-se ainda à consideração do factor quase consensualmente havido como essencial: «As rotas do Levante haviam sido cortadas pelos Turcos; a rota do Sul, através do Mar Vermelho, fôra monopolizada pelo Egipto, que a explorava a seu talante, carregando-a de alcavalas, encarecendo o produto, rarificando-o nos grandes mercados do Norte, donde ele iria alcançar as cidades do Sul da Alemanha que acordavam para o comércio nos fins do século XIV.» Ora, «só o comércio rico do Oriente teria um volume capaz de poder ser expresso» na massa de ouro do Sudão, sem aquele estéril<sup>1</sup>. Este ouro durante dois séculos alimentara o tráfego europeu a distância, mas as perturbações do Norte de África tinham-no estancado e a pirataria tornava instável a navegação pelo Estreito<sup>2</sup>.

«Com o avanço muçulmano dos fins do século XIV a Europa perdeu o contacto com as regiões auríferas do centro africano e ficou limitada à sua produção interior.»<sup>3</sup>

Mas, para além das razões que moveram esta ou aquela perso-

---

<sup>1</sup> *Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do Estado capitalista*. Lisboa 1938, p. 43.

<sup>2</sup> *Idem*, pp. 41 e 42.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 31.

nagem, Veiga Simões tentava já explicar o expansionismo por todo um longo *processus* social, objectivamente considerado, que radican- do na Reconquista se prolongaria séculos em fóra. Em tal *processus* o espírito de cruzada não desempenha papel de relêvo: «Religiosos povoadores como guerreiros religiosos eram conduzidos de prefe- rência pela dilatação dos terrenos dum senhorio civil e pela sua va- lorização em rendas» e não por tal espírito<sup>1</sup>. «A guerra religiosa era trazida de fóra» para a Península: pelas invasões almorávidas, por um lado, por outro e sobretudo pelos «guerreiros franceses da cru- zada internacional organizada sobre o Ebro pelo Papado e por Clu- ny, com sua feudalidade turbulenta e ávida»<sup>2</sup>. Todavia «Cluny e o seu espírito não teriam qualquer influência na sociedade portuga- lense»<sup>3</sup>. Não tem pois qualquer base o cruzadismo como explicação da expansão, e aliás essa tese de Bensaúde, já a crítica de «Duarte Leite eliminara do número das hipóteses a ter em conta»<sup>4</sup>.

Portugal, «a primeira unidade política europeia, de formação social *unicelular*» (p. 3), resulta de «dois factores simultâneos, um peninsular, outro de ordem geral: 1) A desagregação do império lionês nos cinco reinos peninsulares; 2) A reabertura do comércio a distância pelas cruzadas, que lhe deu assento à actividade económi- ca e lhe moldou as directrizes políticas. Porventura essas funções têm uma origem comum» (p. 25). O seu regime de propriedade nada tinha com o feudal (p. 33). Veiga Simões aderira então à hipó- tese de Sérgio quanto à influência das cruzadas na criação da eco- nomia nacional (p. 22). Mas marcava já certas diferenças (p. 24) que posteriormente viria a acentuar. «O volume da nossa burguesia, *verbi gratia*, e a sua formação social e económica, são inteiramente diferentes dos das burguesias citadinas europeias (e nisto reside uma das confusões de Sérgio). Por isso mesmo, a nobreza, após tentativas nos séculos XIV e XV de lhe invadir a função à sombra dos seus privilégios, pôde usurpar-lha a partir de D. Manuel e mono- polizar a condução da vida social portuguesa.»<sup>5</sup>

<sup>1</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>2</sup> *Idem*, pp. 8 e 9. Na realidade as expedições francas à Península e a polí- tica do Papado em relação a ela estão bem longe de revestir o carácter de cruzadas: ver P. Alphanhéry, *La Chrétienté et l'idée de croisade*, I, pp. 28-9.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>4</sup> Carta de 17-XI-1943.

<sup>5</sup> Carta citada.

A depressão que pesava sobre a Europa desde meados do século xiv atinge Portugal no seu último terço<sup>1</sup>. Alta de salários rurais, carência de mão-de-obra, redução dos réditos senhoriais, uma nobreza sem recursos que se vai acolhendo à côrte<sup>2</sup>. Nos começos do século xv, o problema português «assume três aspectos: carência de rendas para a nobreza por *estreiteza* das terras e impossibilidade de as fazer produzir mais; carência de território, em que o espírito neo-feudal dessa nobreza se pudesse expandir; e, sobrelevando a tudo, o predomínio das cidades em que o rei, lógicamente, apoiara a vida económica e social do reino; carência do instrumento monetário a distância capaz de vivificar pela sua entrada na economia *uma* a depressão em que ela sufocava e de restituir a essa economia forças próprias com que sobrelevar a crise»<sup>3</sup>.

Há que distinguir o plano de Ceuta, o plano da circumnavegação de África, o plano das ilhas, o plano de Granada. A expedição a Ceuta «deve ter sido largamente sugerida pelos mercadores genoveses de Lisboa»; conduzida pela burguesia, visava a rota do ouro<sup>4</sup>. A circumnavegação do continente africano visava as especiarias asiáticas, sem as quais o ouro ficaria estéril; tal objectivo surgiu graças ao «conhecimento exacto do mecanismo do comércio rico» que D. Pedro trouxera da sua estadia na Hungria; mas com esse objectivo fundia-se a procura directa do metal amarelo – cujo mercado fugira para o Cairo – e «dos escravos com que acudir à carência de mão-de-obra da metrópole, à sua alta de salários, e ao excessivo urbanismo»<sup>5</sup>. A conquista de Granada «seria um desviatório de nobres decaídos em rendas»<sup>6</sup>.

Veiga Simões procurava posteriormente ir muito mais longe na análise destes problemas. «A destriça na massa dos factos... do que sejam causas, fenómenos de aparecimento paralelo, e consequências, parece-me ser, para quem se curva sobre a sociologia histórica portuguesa, o problema mais delicado. O que nos pode aparecer por causas, poderá por vezes ser consequência, ou – na fórmula de

<sup>1</sup> *Portugal, o ouro, ...*, p. 33.

<sup>2</sup> *Idem*, pág. 33 e 35.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>5</sup> *Idem*, pp 43-4.

<sup>6</sup> *Idem*, pp. 44-5.

Simiand – concomitâncias. Convenci-me de que não é possível medir com rigor as causas do expansionismo sem apurar a importância das classes em cada momento histórico e a sua situação real. O volume de cada classe no quadro social só poderá ser medido com relativo rigor traçando-o, com a sua história, desde o início, sua evolução, seus recursos económicos e os que apreende estranhos ao seu volume próprio.» O expansionismo representa a mola «num país de colonização, construído pelo alargamento sobre terreno devoluto, ao Sul do Douro, numa célula social desarticulada da Galiza já pela ganância dos nobres, até à utilização das comendas de Cristo como remunerações burocráticas pela Restauração do mesmo *clan* que utilizava e dominava, desde a morte do Regente – e posto de parte o intervalo de D. João II –, a acção em todo o alémmar»<sup>1</sup>. Haveria, aliás, que distinguir em Portugal, em Quatrocentos, *múltiplas* e autónomas economias<sup>2</sup>.

Quanto «à tese do trigo de Marrocos, conhecido o vasto material documental sobre a acção dos nossos feitores na Andaluzia e as concessões de Fernando-o-Católico e Carlos V para abastecer as nossas praças de África, parece-me que o problema tem de ser encarado *praça por praça*, e não criar uma visão única para o conjunto da conquista – conforme o perímetro do seu campo e as possibilidades de compra de trigo marroquino para cada uma delas, e até para a Madeira e algumas vezes para Lisboa»<sup>3</sup>.

Entre os pontos que Veiga Simões julgava ter já apurado figuram: «as cinco fases do plano de expansão, de D. João I a D. Manuel; a finalidade restrita e especial da Crónica da Guiné; a formação da lenda henriquina nos primeiros anos do governo de D. Manuel»<sup>4</sup>.

A contribuição de Veiga Simões é duplamente importante: por um lado, como José de Bragança, fez intervir a figura do Infante D. Pedro; por outro lado e sobretudo, esboçou o que pode ser uma visão sociológica dessas grandes personagens e principalmente do *processus* colectivo do expansionismo. Mas também Veiga Simões estava preso às três primeiras proposições que caracterizam a expli-

<sup>1</sup> Carta citada.

<sup>2</sup> Carta de 22 de Maio de 1945.

<sup>3</sup> Carta citada de 17-XI-1943.

<sup>4</sup> Carta de 13 de Junho de 1943.

cação aventada pelos outros historiadores portugueses. A sua explicação, pelo que tem de novo e de próprio, ganhará possivelmente quando a desprendermos desses três pontos que veremos extremamente frágeis. Sociològicamente, haverá, porém, que procurar superar a contradição entre António Sérgio e Veiga Simões quanto ao papel da burguesia e da nobreza.







CAPÍTULO III

**OS TURCOS OTOMANOS  
E A GÉNESE DA EXPANSÃO EUROPEIA**



Se compararmos o desenvolvimento do mundo europeu com o desenvolvimento do mundo asiático, na Idade Média, aquele aparecer-nos-á, apesar de seus focos de capitalismo incipiente, em grau inferior de técnica e de organização económica. Para sugerir a complexidade da estrutura cujo coração é o oceano Índico, fortemente cerzida por intensas e amplas relações mercantis tanto marítimas como transcontinentais desde a China da porcelana e da seda, do Japão da prata e das ilhas das especiarias à Índia açucareira e têxtil, mercado da pimenta e do gengibre, à África Negra do ouro e do marfim e à Pérsia da seda e do branco metal, e daqui às escalas levantinas do Egipto e da Síria, bastará apontar que Marco Polo encontrou no Cathay moeda papel em curso, e que o cheque bancário – o nome o testemunha – é de origem persa. As principais técnicas que revolucionaram e revolucionarão a Europa – referiremos apenas o moinho de vento e o engenho de açúcar, o papel e o algodão, a bússola e a seda, os algarismos e certos processos de contabilidade – em diferentes regiões da Ásia nasceram. E repare-se que, enquanto o Atlântico continuava a ser barreira intransponível, o Índico era regularmente sulcado em navegação cuja arte é de fundamento astronómico.

De 1209 a 1234 os cavaleiros mongóis conquistam da Coreia à Pérsia, e três anos depois começam a submergir a Rússia meridional, desferindo rudes golpes ao Leste Europeu. Depois avançam no Levante – Baghdad cai em 1258 – e no Extremo Oriente vão assenhorear-se, em luta que se prolonga até 1279, do Sul da China. No ímpeto inicial, os nómadas muito destruíram e cortaram várias rotas – assim, a da Ásia Central, Pérsia e Mesopotâmia, obrigando, por isso, as caravanas a seguir pela primeira vez o caminho da Sibéria meridional, até alcançarem Tana na foz do Don e Caffa na Cri-

meia, onde se estabeleceram feitorias genovesas e venezianas. Mas às cavalgadas assoladoras sucede rapidamente o império das estepes, e depressa este se transforma, sob o influxo das civilizações dominadas, em império comercial e urbano. A dominação tártara, embora se desmembre nos quatro khanatos da China-Mongólia, da Ásia Central, da Pérsia e da Rússia, tece uma vasta unidade de quase toda a Ásia, bem servida por um conjunto de vias seguras e de comunicações relativamente rápidas, impulsionando a prosperidade material e estreitando os laços de interdependência dos dois continentes. Graças a este século de «paz mongólica», de perfeita tolerância com todas as religiões, sucedem-se as viagens de franciscanos e de mercadores italianos através de todo o Oriente.

A partir de cerca de 1285, a história económica mediterrânea é dominada pela rivalidade comercial das três potências burguesas de Veneza, Génova e Aragão, que se esforçam por conseguir cada qual a supremacia no mar Interior e o monopólio das transacções com o Levante. A coroa aragonesa estende o seu senhorio pela Sicília, Sul de Itália, Córsega, Sardenha e Grécia, e Raimundo Lúlio, o maior-quinho, um momento concebe o plano de união da Cristandade para arruinar o tráfego egípcio pela conquista de todo o Norte de África e organização de uma esquadra permanente. O khan mongol da Pérsia, em contacto estreito com Génova, procura construir uma frota para bloquear Ádem e desviar o comércio do Egipto e de Veneza; embora não chegue a executar o projecto, desenvolve o porto de Ormuz para atrair a rota marítima das especiarias. Entretanto, a república veneziana obtinha, em 1302, um acordo com os mamelucos, que lhe garantia substanciais vantagens económicas, mas, como tinha conhecimento das ideias arrojadas das suas concorrentes, que, apelando para o sentimento cristão, pretendiam servir-se da cavalaria europeia para romper o exclusivo comercial egípcio-veneziano, torna seu o espírito de cruzada contra o infiel e, pelo projecto de Marino Sanudo, propõe a Roma e à França levar a cabo a anexação do Egipto com o auxílio da Liga Hanseática e dos mongóis.

O fervor religioso é invocado, portanto, como meio de aliciar os senhores e cavaleiros à causa dos interesses de qualquer dos imperialismos mercantis rivais. A prova está em que frequentemente cada um só busca adiantar-se aos outros no entendimento com os muçulmanos. Referimo-nos, há um instante, ao tratado entre Veneza e o Egipto. Basta agora indicar que em 1319 a armada geno-

vesa ataca Rodes, a ilha dos Hospitalários, e vende aos Turcos a presa do saque. O reino de Jerusalém e os principados vassallos não tinham querido aliar-se aos tártaros, antes facilitaram ao Egipto seldjúcida a reconquista da Síria, para virem depois a sucumbir aos mamelucos a quem tinham auxiliado. A insegurança no Mediterrâneo Oriental provém sobretudo das lutas mesquinhas dos próprios cristãos entre si, quer pela turbulência irreflectida dos nobres e homens de armas, quer pela opposição das cidades mercantis umas às outras.

A irradiação mediterrânea para o oceano e os projectos de cruzada prendem-se às dificuldades nas relações com o império mameluco egípcio-sírio que controla os dois termos meridionais das rotas asiáticas. Em melhores termos com os khanatos mongóis, os cristãos frequentam sobretudo as rotas setentrionais, cuja importância é então superior, salvo, em parte, os venezianos, menos peados por restrições religiosas e mais lesto a adaptarem-se a todas as situações políticas. Mas, como vimos, não chegou a um quarto de século a interrupção total do trato nos portos do Egipto e da Síria, conquanto bastasse talvez (a darmos crédito a Heyd, II, p. 188) para provocar alta dos preços da pimenta e gengibre na Europa. Daí a fortuna, ao Norte, de Tana, Caffa, Trebizonda, Lajazzo. Com razão sublinhava então Marino Sanudo, no *Liber Secretorum fidelium Crucis*<sup>1</sup>, a mobilidade dos mercadores, que quando deparam com um caminho barrado logo enveredam por outro e até chegam a crear novas rotas.

Mas por meados do século xiv muda sensivelmente o panorama da Ásia. Por toda a parte rebentam revoltas dos povos submetidos contra os tártaros dominadores, e o fanatismo religioso tende a substituir a larga tolerância. A vasta unidade cultural-económica, completada por relativa solidariedade política dos vários khanatos, fragmenta-se, e os blocos desagregados embatem mutuamente, trazendo a perturbação ao mundo asiático. A China dos Ming, a partir de 1370, fecha-se aos estrangeiros, ao passo que as divisões da Pérsia e a instalação de chefes de intolerante islamismo dificultam todas as relações terrestres e pelo golfo Pérsico. A rota mortalmente atingida por tais convulsões é a que articulava o longínquo Cathay, pelo Norte do mar Cáspio, a Tana e a Caffa. Corte da rota seten-

<sup>1</sup> Citado por Lybyer, p. 578.



trional e incertezas da rota central com que nada tiveram que ver nem os turcos seldjúcidas do império egípcio-sírio, nem os da Ásia Menor, então fragmentada em emirados que excluem os estrangeiros cristãos do comércio interior mas mantêm os portos abertos a todo o trato<sup>1</sup>.

Tal obstrução das rotas setentrionais levou os venezianos, genoveses e aragoneses a melhorarem as suas relações com o império mameluco, obtendo do Papa a anulação da proibição de comércio com o Infiel. Voltam assim a prosperar as escalas levantinas meridionais, e esta transferência do fluxo comercial será definitiva. Como nota Lybyer, as especiarias barateiam comparativamente, e o seu preço não subirá antes do século XVI. A partir da anexação da Arménia Menor ou Cilícia, em 1375, os mamelucos estão senhores da terceira rota, e, como diz aquele historiador, guardarão as três intactas durante 140 anos (embora essa terceira via dependa das vicissitudes da Pérsia). Encontramo-nos, deste modo, ante uma situação politicamente estável, à qual teve de adaptar-se o comércio cristão, e à qual se adaptou efectivamente.

Os três grandes factos, de meados do século XIV em diante, são precisamente esta estabilidade do império mameluco, egípcio-sírio, que tem na mão o grosso dos tratos do Levante, a formação do poder otomano e o transitório império de Timur. Estes dois últimos, todavia, em nada afectam o comércio de Alexandria e Beirute, na medida em que estes mercados são fornecidos principalmente pela via do mar Roxo. É em 1363 que Timur se assenhoreia da Ásia Central, mas só depois de 1374 as suas hordas irradiam pela Pérsia e Irak, alcançando Baghdad em 1387; pela conquista do Cáucaso e Rússia meridional, de parte da Índia e da Síria, tomada aos mamelucos, e derrota dos otomanos da Anatólia, acabou de se formar um vasto império turco-mongol que se desmoronou com a morte do fundador, em 1405. Não julguemos, porém, que a expansão guerreira e sangrenta de Tamerlão (como os europeus lhe chamavam) foi totalmente prejudicial aos mercadores. Ouçamos Halphen: «De Samarcande, Timur fizera um grande centro de comércio, aonde convergiam os produtos da Ásia: pelo Tibete e Pamir, as mercado-

---

<sup>1</sup> Heyd, I, pp. 534-50, II, pp. 44 ss, 128, 505; Lybyer, p. 579. Em 1346, ainda Pegolotti descrevia a rota de Tana à China em plena prosperidade (*Libro di divisamenti di paesi e di misure di mercatanzie*, caps. I e II).

rias chinesas, por Delhi e Kabul, as da Índia; os raros europeus que visitaram então Samarcande regressaram maravilhados.» Elevando esta cidade centro-asiática a coração económico do império, o conquistador favoreceu as transacções em todos os sentidos, contrariando apenas o movimento pela rota mais setentrional, a que passava por Tana, que saqueara, para desembocar em Caffa.

Em meados do século xrv, a pluralidade de principados turcos da Ásia Menor reduzira-se à unidade graças à acção da dinastia de Otman, e este reino otomano assenta pé nas duas margens do Estreito. Encontrando o caminho barrado a leste e sudeste pelo império mameluco e, em breve, pelo império de Tamerlão, os otomanos avançam pelo débil império bizantino, pela Sérvia, Bulgária, Valáquia e Hungria, aniquilando em 1396, na batalha de Nicópolis, uma «cruzada» da cavalaria europeia. Assim passam naturalmente a participar do domínio do comércio do mar Negro. Mas confirmam todos os acordos comerciais pré-existentes com Génova e Veneza, e não interferem com as grandes rotas das especiarias.

Mesmo se admitíssemos que as conquistas de Timur feriram irremediavelmente as rotas terrestres e que as conquistas otomanas bloquearam o mar Negro – nem uma nem outra proposição é verdadeira –, não poderíamos deixar de ter em conta que o Atlas Catalão, de antes de 1381, por conseguinte não reflectindo ainda os seus efeitos (sobretudo os efeitos das conquistas turco-mongólicas), indica já que as especiarias seguem na sua maior parte o caminho do mar Roxo e Alexandria. Já então a principal estrada geográfica era, pois, a marítima e meridional, embora, naturalmente, o seu desenvolvimento aumentasse em seguida aos acontecimentos de que falámos. É necessário recordar também que nesses tempos o movimento de trocas era ainda muito incerto e irregular, sempre à mercê de um choque de exércitos ou de um saque, e, além disso, estava muito ligado à pirataria e à aventura.

Não dispomos de incontroversas séries estatísticas de preços das especiarias na Europa medieval. Mas as duas conhecidas, a de Th. Rogers e a de d’Avenel, já aduzidas por Lybyer, não autorizam a concluir no sentido da teoria da quase unanimidade da historiografia portuguesa. Em França, o preço da pimenta no último quartel do século xiv duplica em relação ao quartel anterior; ora no tempo corresponde à brutal expansão timúrida. Em Inglaterra, porém, a alta dá-se a meio de Trezentos, em sincronia com a fragmentação do mundo tártaro, e depois a pimenta volta a baixar de preço,

mantendo-se barata de 1380 a 1410; aliás no reino vizinho e rival o preço também desce no começo do século xv, quando o império de Tamerlão, plenamente formado, atingiu o auge. De igual modo que com o império mongol de Gengis Khan e Kubilai, verificamos que a expansão territorial guerreira afecta inicialmente a geografia das rotas e a prosperidade do tráfico, devido às operações militares e aos saques, bem como ao papel de novos focos de actividades, mas que os impérios já formados trazem um novo equilíbrio a um nível muitas vezes superior.

O antagonismo político ou de crença não prejudicava tanto como se supõe a boa harmonia das relações mercantis. Nem sequer era tão vincado como pode parecer a um primeiro relance. Timur, esse conquistador impiedoso que incarna a reacção muçulmana, foi considerado um libertador pelos cristãos quando derrotou os otomanos, seus irmãos na fé; e entre o infiel e os reinos católicos entabularam-se negociações. Não imaginemos que se degladiam dois mundos, a Cristandade e o Islame. Poucos anos antes os otomanos tinham passado à Europa a bordo da armada bizantina, e em 1444 – nove anos antes da tomada de Constantinopla – os genoveses fornecem-lhes os navios pedidos a troco de boa soma de ouro. E não vemos entretanto Castela disputar a coroa de Portugal e dilacerar-se nas guerras civis, ao passo que a França e a Inglaterra se esgotam numa contenda infundável? Sempre que o impõem as necessidades materiais desaparece a distinção e oposição entre cristãos e infiéis, surgindo as dissensões entre os próprios cristãos ou entre os próprios infiéis. Mais tarde, os portugueses terão de combater, no oceano Índico, tanto os rumes como alguns venezianos que os instigam e auxiliam, e a concorrência espanhola, conquanto não chegue a degenerar em guerra, enfraquecê-los-á em face do Crescente, ao mesmo tempo que os ataques dos católicos corsários franceses lhes vibrarão rudes golpes. A fidelíssima França aliar-se-á ao Turco para combater o imperialismo do católico Carlos V, que saqueia Roma... Já nenhum dos apelos do papa Eugénio IV, de 1442 a 1445, conseguira despertar de novo o espírito de cruzada.

O início do século xv assiste, aliás, a um recuo, não muito duradouro é certo, do poder otomano no Levante, pois não só em 1402 os turco-mongóis de Timur esmagaram os exércitos do sultão Bajazeto, como ainda as esquadras italianas continuam a deter o senhorio do mar, tendo os otomanos sido completamente derrotados na batalha naval de Galipoli, em 1416. O desmoronamento do im-

pério timúrida constituiu, assim, a condição indispensável da nova progressão otomana.

A historiografia portuguesa aceita comumente que, enquanto os preços dos produtos orientais vão subir em resultado desse avanço dos otomanos, a Europa sentirá, na primeira metade do século xv, a «fome do ouro», necessário às operações do comércio internacional. A África Negra aurífera e a Ásia das especiarias tornar-se-iam assim objectivos político-comerciais em conexão recíproca<sup>1</sup>. Pretende-se, umas vezes, que a expansão quatrocentista europeia resultou da perturbação comercial causada pelo avanço otomano, afirma-se, outras vezes, que constituiu um meio para vencer a ameaça turca que pesava sobre a Cristandade, privando o império muçulmano dos seus recursos económicos e envolvendo-o militarmente. Causa económica no primeiro caso, causa político-religiosa no segundo, ambas as explicações têm de comum responsabilizar os otomanos pelos descobrimentos, conquistas e colonização ultramarinas. No primeiro caso supõe-se que os otomanos não só ocuparam, dentro dos limites cronológicos correspondentes, a área das grandes rotas levantino-asiáticas, como também que interromperam o fluxo mercantil através delas. Na ideia do projecto contra o imperialismo turco está subjacente o pressuposto de que o domínio da Índia (ou, pelo menos, do oceano Índico) e do Norte de África, incluindo o Egipto, destruiria os alicerces económico-políticos da potência turca.

Simplemente a tese que atribui à pressão otomana a expansão oceânica, em qualquer das suas modalidades, é completamente incompatível com a cronologia e as realidades geográficas da época.

Só em 1421 Murad II reenceta a progressão turca na Europa, e só a partir de então as armadas otomanas rompem o ascendente italiano no Mediterrâneo levantino, que não transformam, porém, de forma alguma em «lago turco». É só para meados do século o sultanato otomano se recupera dos rudes golpes que lhe vibrara Timur. Alargando-se com esforço e lentamente pela Anatólia, o seu objectivo preferido são os Bálcãs. Escapa-lhe, bem entendido, a Síria, de novo nas mãos dos mamelucos desde o fim do império timúrida, e escapa-lhe até boa parte do Sul da Ásia Menor, que continua a constituir o reino da Caramânia,

---

<sup>1</sup> Esta reciprocidade de conexões foi posta em relevo por Jaime Cortesão.

fundado no século XIII pelo turcomeno Karaman Oglu. Ora nos portos caramânios de Scandolor, Manavgat, Anemur, Selef-Ké, Lamos os cristãos comerciavam activamente – motivo de escândalo para os cronistas otomanos. A capital, Konia, só cairá em 1467, desaparecendo os restos do reino independente em 1482<sup>1</sup>. Deste modo, durante todo o século XV o império otomano nada tem que ver com o oceano Índico – de que se conserva imensamente distante –, permanece fóra da zona das principais rotas que articulam a Europa à Ásia, e nem sequer ocupa a maior extensão da periferia levantina. É preciso esperar por 1516-1517 para que as suas garras se estendam à Síria e ao Egipto, entrando finalmente em contacto com o mundo índico e vindo a dominar as vias fundamentais para as transacções mercantis; só depois disso, já bem entrado o século XVI, os Turcos aparecem no Maghrebe e constituem, nos estados barbarescos, focos de ameaça à Península Ibérica e à navegação atlântica...

Nada consente, portanto, afirmar que, durante a era quatrocentista, a conquista do Norte de África e o senhorio do oceano Índico sapariam as bases do império otomano. Este não abarcava, com efeito, tais regiões, e menos se pode dizer que delas retirava os nervos do seu poder expansivo. Como o império bizantino anteriormente, ou ainda mais, o império turco é, quanto ao seu substrato geográfico, anatólio-balcânico. Este ponto é mais que suficiente para negar a realidade do plano de cruzada contra os Turcos otomanos pela circumnavegação da África ou pela progressão a partir de Marrocos, a não ser que se pretendam atribuir aos dirigentes quatrocentistas planos manifestamente absurdos. Que o absurdo se não deu, demonstra-o, se fôsse necessário demonstrá-lo, o facto de que, quando o rei-cavaleiro Afonso V pretendeu empreender a cruzada contra o Turco, aparelhou uma armada para o ir combater no Mediterrâneo Oriental: era aí, na verdade, que se decidia o choque.

A menos que, na Europa cristã, se encarasse o Islame levantino, apesar da sua partilha em estados, e afinal também étnica e económica, como real unidade política e religiosa podendo agir de concerto contra a Cristandade e evitando as dissensões internas. Império egípcio-sírio dos mamelucos – na origem, dos tur-

---

<sup>1</sup> *Encyclopédie de l'Islam*, t. II, pp. 792-7.

cos seldjúcidas –, império balcânico-anatólio dos otomanos, reino turcomeno da Caramânia seriam vistos como uma só mancha geográfica *turca*? Os testemunhos quatrocentistas não corroboram tal suposição. E na realidade o Soldão do Cairo, o Sultão otomano e o Persa querelam-se frequentemente em guerras violentas, e as respectivas expansões ameaçam-se mutuamente e dão-se a mútuas expensas, tanto quanto a expensas dos cristãos: o que está em jôgo são apenas interesses económicos e realidades geográficas.

A tomada de Ceuta (planeada desde 1409) e as viagens a Porto Santo e Madeira situam-se anteriormente ao recomeçar das conquistas otomanas com Murad II em 1421. Só dezasseis anos volvidos o imperador bizantino apela à cruzada contra o Turco: Gonçalves Baldaia descobria então o Rio do Ouro. Quando se precisa a ameaça sobre Constantinopla é que, a darmos crédito aos testemunhos concordes de Zurara, Diogo Gomes, Cadamosto e do próprio Infante D. Henrique, as navegações e feitos de armas dos portugueses deixam de ser empreendidos (se alguma vez o foram) com espírito de cruzada, e passam a constituir actos puramente comerciais.

Em França, de 1400 a 1525 o preço médio da pimenta não excede 5 francos por quilo, e esteve ao nível mínimo de 3 durante o segundo quartel. Em Inglaterra deu-se uma alta sensacional na década 1410-1420, mas seguidamente regressa-se aos preços baixos até também 1520, situando-se o mínimo em 1440-1450. Nem admira, porquanto a regressão económica geral se traduz, no domínio dos preços, por uma descida secular que afecta a maior parte. Assim, a expansão oceânica quatrocentista e o imperialismo turco não correspondem a qualquer movimento ascendente do custo das especiarias: prova de que não houve nenhum corte de rotas destes artigos orientais.

A setecentista *Histoire du commerce et de la navigation des Peuples anciens et modernes*, e na sua esteira Pagnini dal Ventura (*Della Decima*, vol. IV, 1766, p. XXI) supõem que Mahomet II, depois da conquista de Constantinopla, excluiu do mar Negro venezianos e genoveses (como ambos tinham excluído dois séculos antes os pisanos e florentinos), obrigando-os por isso, perdida essa importante navegação, a restringirem-se à de Alexandria, único tráfico que lhes ficou aberto no Levante. E certo que os otomanos revogaram todos os privilégios políticos de italianos

no império bizantino e no mar Negro, que vieram a senhoriar integralmente, tomando Caffa, donde sai boa parte dos genoveses, depois de terem tomado Trebizonda e por isso sustentado uma guerra de 9 anos com Veneza. Ao senhorio político, os Turcos pretendem juntar o domínio económico, excluindo os estrangeiros do comércio interno e até, quando possível, do comércio de trânsito. Lybyer sublinha que renovaram os acordos comerciais anteriores com as repúblicas italianas, e que as suas relações com aquelas que não tinham possessões no Levante, como Florença, se mantiveram uniformemente boas. Nos portos procuravam conservar, se não estimular a frequência de mercadores estrangeiros, e através do seu império as caravanas continuaram a circular com toda a regularidade, ligando, por exemplo, a sua capital Bursa a Tabriz na Pérsia e a Alepo na Síria. Que não os animava qualquer hostilidade ao comércio, nem mesmo insuperável fanatismo, mostra-o, entre tantos outros, o testemunho de Gilles le Bouvier acerca de Rodes: «et marchandent les Turs avecques eulx, quand ilz sont en trèves et apporrent les Turs blez, vins, chars et poissons, et aultres doulceurs en Rodes»<sup>1</sup>. Quando os Turcos ocuparem o Egipto, na segunda década de Quinhentos, procurarão reanimar o comércio no mar Roxo e protegerão os mercadores. «Não parece demonstrado – declara-nos Hauser – que o preço das especiarias subisse em Veneza antes do começo do século XVI»; nessa altura a subida resultava, porém, da decadência egípcia e da vitoriosa concorrência portuguesa.

Que a circulação pelas grandes vias do Mediterrâneo à Índia continuou intensa ao longo de todo o século XV, todas as fontes o documentam. Na Década I da *Ásia* (cap. 5 do Livro III), ao descrever a missão de informação de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã, refere João de Barros que a Ormuz concorrem todas as especiarias e riquezas da Índia, as quais seguem para Bagodá e daí ganham Alepo e Damasco transportadas por cáfilas de camelos; logo, essa vital artéria mercantil do golfo Pérsico e da Síria mantinha-se em activo tráfego no reinado de D. João II. A esta prova positiva podemos acrescentar a interpretação dada por

---

<sup>1</sup> *Le Livre de la description des Pays* (t. XXII do *Recueil de Voyages*), pp. 68-9.



Duarte Pacheco Pereira, no capítulo 3.º do Livro IV do *Esmeraldo de Situ Orbis*, às consequências da viagem de Vasco da Gama: enquanto até então os mouros do Oriente forneciam as especiarias e outros produtos asiáticos aos venezianos, que os distribuíam em abundância pela Europa, África e parte do Levante, depois de 1498 as naus portuguesas detêm todo esse comércio. Por conseguinte, as mercadorias orientais não tinham deixado de afluir aos mercados europeus.

Uzzano, escrevendo o seu manual de comércio em 1440, não indica qualquer dificuldade no abastecimento de especiarias, e trata normalmente do mercado de Alexandria (cap. 16). Ainda em 1422 se firmara um tratado entre o Soldão e a Comuna de Florença, de que vale a pena reproduzir as cláusulas essenciais:

a) Autorização de livre entrada e estadia, em todo o estado do Soldão, aos mercadores florentinos, com protecção às suas pessoas e mercadorias.

b) Autorização de comprar e vender, carregar e descarregar, sem qualquer coacção quanto a esta ou àquela mercadoria.

c) Garantia de que nenhum florentino será forçado a comprar especiaria ou a vender as mercadorias que trouxer.

d) Garantia de que ninguém fretará o seu navio contra sua vontade.

e) Só pagarão direitos aduaneiros depois de venderem as respectivas mercadorias.

f) Os navios que se avariarem em portos do Soldão não serão tomados e serão postos sob guarda.

g) Garantia ao mercador de só vender ou comprar ao Senhor ou Almirante que lho propuser pelo preço que ele próprio, mercador, desejar.

h) Todas as transacções efectuar-se-ão perante duas testemunhas sarracenas, e serão válidas a menos que ambas as partes acordem em as rescindir.

i) Os mercadores não serão obrigados a conceder empréstimos.

j) Os florentinos pagarão aos cameleiros, barqueiros, etc., segundo as tarifas em uso para as outras nações de francos.

k) Os navios florentinos recebem seguro contra ataques de sarracenos ou de outros francos.

l) Os florentinos não serão objecto de represálias nem serão obrigados a pagar indemnização pelos danos causados aos sarracenos por outros francos.

m) Autorização a terem «fondachi» em todas as terras do Soldão, com padre para officiar.

n) Estabelecimento de cônsules privativos, com direito às mesmas honras que os outros cônsules dos francos e como eles, segundo o uso antigo, pagos pelas alfândegas do Soldão.

o) O cônsul e os mercadores poderão ir «alli Porti dello Signor Soldano», sem que ninguém os estorve.

p) Dos mantimentos que importarem para consumo próprio não pagarão direitos.

q) Poderão guardar as suas festividades sem estorvo de ninguém; e os que morrerem em terras do Soldão serão enterrados na igreja cristã.

r) O florim terá curso em todo o império, como o ducado veneziano.

s) Os florentinos serão mais honrados pelos sarracenos do que os venezianos e genoveses<sup>1</sup>.

Estas cláusulas revelam bem as prepotências e arbitrariedades a que se sujeitavam os mercadores que frequentavam as escalas do Levante – mas que não diferiam, no fundo, das prepotências e arbitrariedades que caíam muita vez sobre os cristãos que iam tratar a outros reinos cristãos. Traduzem, em contrapartida, o interesse das autoridades mamelucas em atrair o comércio cristão aos seus portos, estabelecendo a concorrência entre as várias nações; e provam que de nenhum modo o Soldão praticava política obstrucionista quanto ao tráfico internacional, da qual seria, aliás, o primeiro lesado.

Bertrandon de la Broquière, em visita aos lugares santos e à Síria em 1432, é informado em Beirute por um genovês de que em Damasco encontrará «plusieurs merchans genevois, venis-siens, catelans, florentins et autres». A duas jornadas da primeira daquelas cidades «nous y trouvasmes plusieurs marchans françois, venissiens, genevois, florentins et catelans, entre lesquels y avait ung françois nommé Jacques Cueur qui, depuis, a heu grant auctorité en France et a esté argentier du Roy, lequel nous

<sup>1</sup> Apud Uzzano, pp. 70-3 da ed. Pagnini (*Della Decima*, t. IV).

dist que la gallée de Nerbonne qui estoit allée en Alexandrie devoit revenir à Baruth; et pensoyt que ledict Messire Andrieu et ses trois compaignons viendroyent sur la dicte gallée. Et estoient lesdictz marchans françois allez pour achepter aucunes marchandises et denrées comme espices et autres choses pour mettre sur ladicte grosse gallée qui estoit en Alexandrie et devoit venir à Baruth comme dict est»<sup>1</sup>. Decerto em toda a Síria não se pode mostrar que se é rico; e ao anoitecer, em Damasco, há oficiais que vão fechar as portas das casas dos mercadores. Eterna cobiça do nómada em relação ao sedentário – e muitas vezes as autoridades pertencem aos grupos nómadas.

Esse Jacques Coeur que La Broquière encontrou é, nem mais nem menos, que o primeiro capitalista do século xv francês, o protegido do Papa e argentário de Carlos VII, o qual constituiu um poderoso consórcio comercial e industrial cujas actividades irradiaram por Bruges, Londres, Lyon, feiras de Genebra, Avinhão, Catalunha, Itália e Levante, e abrangeram o comércio do sal, o trato das lãs e lanifícios em Rouen e La Rochelle, o dos pãos na Champagne, o tráfico das especiarias em Montpellier e Marselha, a exploração das minas de prata do Lyonnais e Beaujolais para com a moeda branca comprar a pimenta, o gengibre etc. nas escalas do Mediterrâneo Oriental<sup>2</sup>. A tal vigoroso impulso das relações mercantis entre a França e o Levante durante o segundo quartel de Quatrocentos imputou Lybyer, provavelmente com razão, a baixa do preço da pimenta que então se verifica naquele Reino.

Depois da desgraça de Jacques Coeur, o comércio francês não se desinteressou do Levante, e Montpellier continuou a ser o entreposto das especiarias, função em que será substituída, sob Luís XI, por Marselha. E a realeza continuou a dispensar a sua protecção a esse trato. O próprio Carlos VII, após a execução do seu argentário, escreveu ao Soldão de Babilónia – isto é, do Cairo – a agradecer-lhe o bom acolhimento dispensado às galés de França que navegavam no mar do Oriente, e a recomendar-lhe o negociante de Montpellier Pierre de Vaux, encarecendo (como

<sup>1</sup> No *Recueil des Voyages*, pp. 30 e 32.

<sup>2</sup> *Les affaires de Jacques Coeur – Journal du Procureur Dauwet* – publicado por Michel Mollat, t. I (Paris, 1952), pp. XII-XV.

em cartas similares dirigidas a Tunes, Bugia, Oram, Fez) as vantagens do comércio<sup>1</sup>.

Um manual comercial italiano da segunda metade do século xv – *Il Libro di mercatantie* –, ao expor o trato quer de Alexandria quer de Damasco, enumera que de lá se traz muito algodão, especiarias, panos de seda, pérolas e outras jóias, metendo-se panos de Florença, Lombardia, Languedoc, azeite, mel, açafraão, estanho, cobre, mercúrio, ferro, solimão, cera, coral etc.<sup>2</sup>. E Constantinopla, já sob senhorio otomano, continuava a receber toda a sorte de especiarias, tecidos florentinos etc., além de importar do reino mouro de Granada coiros cordovões, açúcar, cera e seda, como indica o mesmo livro.

No relato da viagem de Vasco da Gama da autoria de um dos portugueses que primeiro estiveram no Índico, Álvaro Velloso, e que o escreveu no próprio momento, logo, antes de quaisquer repercussões da expedição portuguesa no Levante, sublinha-se que o Soldão recebe de direitos das especiarias 600 000 cruzados. O provável exagêro do número não obsta à prova do fluxo desses produtos orientais. Não se pode sequer dizer que a Alfândega extorquisse aos mercadores somas indevidas: os direitos estavam fixados em 10%<sup>3</sup>.

Mas para quê acumular testemunhos, se basta relevar a sua unanimidade? Notemos que muitos dos historiadores para quem os descobrimentos resultaram do corte das rotas das especiarias pelos otomanos, pretendem demonstrar em seguida que foram a rota do Cabo e a acção portuguesa no Índico que provocaram a ruína do comércio do Levante – contradição mais do que evidente.

Não se tem reparado bem, aliás, que a conexão entre as conquistas turcas e as navegações para o sul do Bojador pressupõe desde o início, em Portugal, a realidade do plano de alcançar a Índia. Ora a realidade do plano henriquino da Índia não tem sido impugnada por espírito de polémica, antes pela exigência de usar com rigor irrefragável a crítica histórica, destrinchando o que está limpidamente, irrefutavelmente documentado, do que não

---

<sup>1</sup> P. de Cénival, na *Revue d'Histoire des Colonies*, 1932, pp. 455-8.

<sup>2</sup> Pág. 146 da ed. Borlandi.

<sup>3</sup> Lybyer, p. 586.

passa de conjectura, plausível ou não. Carecemos de provas peremptórias, plenamente claras, de que antes de D. João II se pretendia navegar até à Índia<sup>1</sup>. Parece-me profundo erro metodológico assentar a explicação do movimento das descobertas em base sujeita a controvérsia; impõe-se construir uma teoria que não dependa inteiramente de base tão duvidosa.

Que assim não fôsse. Uma concepção político-religiosa e económica de tal modo arrojada, como seria a da destruição do poderio turco na Europa e Levante pelo ataque no oceano Índico e na Barbaria, exigia não só que a mancha geográfica turca fôsse encarada como bloco de unidade efectiva (o que não correspondia à realidade quatrocentista), mas ainda a plena apreensão das articulações entre o poder político e militar e os recursos materiais, a ideia de bloqueio em escala mundial. Como poderia tal concepção surgir no longínquo Portugal, e porque seria este minúsculo país não ameaçado a ter a iniciativa? É difícil de crer que entre nós existisse tão completo conhecimento da situação internacional (a admitirmos que ela se definia desse modo, o que é errado) e tão aguda intuição de soluções mundiais (com idêntica restrição). O Infante D. Pedro viajara pela Flandres, Itália e Centro da Europa, onde combatera contra os turcos; participara também dos projectos imperiais contra Veneza. Ninguém, como ele, estaria habilitado para uma perspectiva de conjunto das questões internacionais. Ao Infante que percorrera as sete partidas poder-se-ia dever o alargamento do plano das navegações, de atlântico-africano, para asiático e mundial. É durante a sua Regência que Antão Gonçalves parte em demanda das Índias e do Preste João... Por tal hipótese do papel de D. Pedro – altamente provável – explicar-se-ia a inteligência dos problemas em escala mundial no Ocidente peninsular no segundo quartel do século xv. Simplesmente, temos de adequar essa compreensão à situação efectiva do mundo, que torna absurdos os planos atribuídos pelos historiadores aos dirigentes quatrocentistas. Buscava-se alcançar o Preste João – as «Índias» são aqui a África oriental central – para conseguir aliado contra o Islame norte-africano, alia-

---

<sup>1</sup> Duarte Leite, *O plano henriquino das Índias e os nossos escritores* (Seara Nova n.ºs 754, 755, 756), 1940. E na presente obra o cap. IX.

do disposto a abrir uma «segunda frente» – e de modo algum aliança contra o Sultão otomano, fóra do alcance.

Quão significativo se nos afigura o silêncio de todos os cronistas e diplomatas da época no que concerne esse suposto plano anti-otomano, ou até anti-turco em geral. Não quero já que nos referissem a articulação de ideias entre as navegações portuguesas e a cruzada contra os Turcos, embora só uma inacreditável política de rigorosíssimo sigilo pudesse dar conta da ausência das mais imperceptíveis alusões. Em nenhuma das fontes se nota a mínima preocupação pelo imperialismo turco, nunca se sente a Cristandade gravemente ameaçada, urgindo defendê-la a todo o custo, pelo menos até 1453, e com certeza até muito mais tarde, até o ocaso de Quatrocentos. Joaquim Bensaúde não ignorou esta lacuna da documentação da sua tese e Jaime Cortesão não a devia também ignorar, mas não lhe atribuíram o significado que realmente tem. Porque haviam as crónicas e as cartas de esconder tais inquietações, e até os meios de enfrentar a ameaça, se ela sobre todos pesava (e menos do que sobre os outros, sobre Portugal), e requeria acção concertada de todos? A projectada cruzada de Afonso V ao Mediterrâneo levantino e as cartas de Roma do cardeal Jorge da Costa descortinam talvez as primeiras preocupações dos portugueses pela potência turca. Nessa correspondência do Cardeal de Portugal, de 1480, época do cerco de Rodes e da tomada de Otranto pelos Turcos, transmite-se a estranheza italiana de não ver chegar socorro português, quando passam cavaleiros franceses e de outras nações. Em ambos os casos, a única acção considerada desenrolar-se-ia *no Mediterrâneo*.

Não será ousado concluir que o aparecimento e ascensão dos otomanos no Levante não só não basta para explicar a génese das navegações mas até não exerceu nela qualquer influxo. Teria, mais tarde, marcado a orientação da política dos descobrimentos e conquistas? Mesmo esta hipótese não parece de admitir, pois as grandes linhas da expansão quatrocentista encadeiam-se satisfatoriamente sem recorrer à ameaça turca. É preciso chegar ao século XVI para que esta venha a constituir um factor da política mundial portuguesa.

Convém, talvez, recapitular, da análise que esboçamos, os principais tópicos:

1.º – A irradiação mediterrânea para o Atlântico e os planos de cruzada maiorquinos, venezianos, etc., do final do século XIII e primeiras décadas do XIV, ligam-se em parte à ascensão da potência seldjúcida, egípcio-síria, muito anteriormente à formação do reino otomano.

2.º – A desintegração do império e dos khanatos mongóis trouxe a primeira grande perturbação às rotas comerciais, acabando com a rota terrestre setentrional e levantando entraves às outras terrestres centrais.

3.º – Como resultado, intensifica-se a circulação pelas rotas meridionais, em especial a do mar Roxo.

4.º – O império timúrida acentua essa decadência das rotas setentrionais e reanima as rotas terrestres centrais e a articulação do golfo Pérsico à Síria.

5.º – O Islame não formou bloco em face da Cristandade, nem os diferentes países turcos agiram solidariamente, antes o antagonismo e guerras entre mamelucos, otomanos, Caramânia e Pérsia vincam a história política do Levante.

6.º – A Cristandade não formou bloco em face do Crescente, antes se dilacerou também, de forma a permitir a ascensão otomana.

7.º – O império otomano mantém-se até o século XVI estruturalmente anatólio-balcânico, não interferindo de forma alguma com as principais rotas das especiarias, senão depois de 1516-7.

8.º – O império mameluco mantém-se estável e domina as principais rotas e mercados levantinos das especiarias e produtos asiáticos, garantindo aos mercadores cristãos, a partir de meados do século XIV e salvo transitórios incidentes, o acesso comercial.

9.º – Os preços das especiarias não subiram no decurso do século XV.

10.º – As conquistas otomanas cercearam os privilégios ocidentais, excluíram os cristãos do tráfego interior e, em parte, do de trânsito, mas não aniquilaram o comércio nem obstruíram as rotas; ao invés, procuraram fomentá-lo.

11.º – É o comércio do mar Negro que, por isso, perdem os italianos em grande parte, a partir de meados do século XV.

12.º – A expansão portuguesa (Ceuta, arquipélago da Madeira) começa durante uma baixa-mar otomana.

13.º – Não é possível documentar a inquietação pelo imperialismo turco no Portugal da primeira metade do século XV, e na segunda metade essa inquietação, pouco considerável, só dá lugar a projectos de intervenção no Mediterrâneo.



14.º – Nunca existiu, no século xv, o projecto de destruir o poderio otomano pelo domínio do Norte de África e do Índico, nem o de encontrar nova rota para a Índia a fim de resolver a obstrução das rotas levantinas provocada pelos otomanos, porque nem um nem outro caso se adequam à geografia política e económica de Quatrocentos.

15.º – Só no século xvi o imperialismo turco se torna um factor da política portuguesa<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O principal estudo, e decisivo (mas infelizmente ignorado da historiografia portuguesa), continua a ser o de Lybyer, *The Ottoman Turks and the Routes of Oriental Trade* (*The English Historical Review*, 1915). Os dados fundamentais encontram-se na obra clássica de Heyd, *Histoire du Commerce du Levant*. A evolução da situação geral, e especialmente política, pode ver-se nos livros de René Grousset, *L'empire des steppes* (Paris, 1941) e *L'empire du Levant* (Paris, 1946). Quanto às estradas comerciais, Eileen Power, *The Opening of the Land Routes to Cathay* (in *Travel and Travellers of the Middle Ages*, direcção de A. P. Newton, Londres, 1926).

Duarte Leite e David Lopes, e mais tarde o Visconde de Lagoa, suscitaram algumas dificuldades à tese de Bensaúde. Também Henri Sée, em 1934, e Herbert Heaton dois anos depois concluíam a inconsistência da pretensa conexão entre o imperialismo turco, como causa, e as navegações e conquistas ultramarinas, como efeito. Que a ideia de cruzada – com o objectivo de Jerusalém – só serviu para velar à Europa o verdadeiro carácter do perigo turco – que era nos Bálcãs –, mostrou-o Huizinga (*Le déclin du Moyen Âge*, Paris, 1932, p. 115).



CAPÍTULO IV

OS COMPLEXOS ECONÓMICOS DA EUROPA  
E AS RAÍZES HISPANO-PORTUGUESAS  
MIEIEVAIS DA EXPANSÃO



A primeira irradiação para o oceano desconhecido abortou irremediavelmente. Os seus focos eram mediterrâneos, as suas razões de ser, problemas económicos mediterrâneos. Apatia atlântica? Inesperadamente, parecia, o surto oceânico do século xv, desta feita triunfante, brota das próprias cidades à borda do Atlântico; nenhuma das caravelas que durante a era de Quatrocentos descobre novas terras e sulca novos mares parte, uma vez sequer que seja, de portos italianos ou catalães. Um processo inteiramente novo se põe em marcha, após quase três quartos de século de intervalo. O problema que desde logo se levanta, que a história dos descobrimentos deve levantar, é o da deslocação dos focos de irradiação.

Para muitos dos historiadores não portugueses nem espanhóis constitui motivo de espanto ver as caravelas e naus ibéricas, e não as mediterrâneas, revelar o oceano Atlântico e os continentes africano e americano. Nada na história comercial e marítima dos povos peninsulares levaria, afirmam, a prever esta ousada aventura. Improvisação se atendermos às condições dos meios castelhano e português, os descobrimentos e a colonização ultramarina só poderiam explicar-se, em sua opinião (é, por exemplo, a de Roberto Lopez), pelo investimento de capitais e afluxo de técnicos mediterrâneos, pela pressão dos interesses económicos, genoveses, sobretudo, talvez também barceloneses e venezianos. Os próprios historiadores portugueses admitem que foram questões ligadas à situação política e económica do mar Interior (os Turcos cortando as rotas do Levante e ameaçando a Cristandade) que teriam incitado os atlânticos a emprender as navegações «por mares nunca dantes navegados»: em torno das especiarias e da seda. A falta de lógica da expansão peninsular, dado o atraso anterior do comércio e das marinhas hispano-portuguesas, conclusão da síntese (aliás de segunda mão e hoje

caduca) de Lannoy e Van der Linden, foi também sublinhada por Henri Pirenne. Posteriormente, no entanto, Konetzke e Verlinden desferiram-lhe rudes golpes, no que à Espanha concerne, e a velha história de *La Marina de Castilla* de Cesário Fernandez Duro continua a assentar firmes alicerces para interpretação oposta. Quanto a Portugal, os eruditos estudos de Alberto Sampaio, a suma, tão rica e bem fundamentada, de Gama Barros, a sugestiva iluminação, por Jaime Cortesão, dos antecedentes medievais, de há muito fizeram justiça da ideia de improvisação inesperada. Vale, todavia, a pena ressuscitar o debate porque afloram problemas nem sempre suspeitados.

O avanço das sociedades mediterrâneas, aproveitando experiências milenárias, não sofre contestação. Densamente e fortemente urbanizadas na maior parte da periferia marítima, vêm as águas sulcadas em todos os sentidos e com regularidade por galés e navios redondos, barcos grandes e pequenos de todos os tipos, transportando artigos de luxo bem como fardos, sacos e tonéis pesados ou volumosos, mercadorias caras e géneros ou materiais baratos. Um pouco por todo o lado, indústrias têxteis ou metalúrgicas, a construção naval, a produção de armas, ferramentas e utensílios, o trabalho dos coiros e o da pedra, a moagem de grãos, sobre o fundo de actividades mais largas de cerealicultura – os celeiros da Sicília e do Egipto, de Chipre e do Maghrebe, do mar Negro e da Turquia, de algumas ilhas gregas como Quios; mas também a criação de gado – lã aragonesa e castelhana, da Barbaria e da Itália –, as plantações de cana e trapiches de açúcar no Egipto e na Síria, em Chipre e na Sicília, em Marrocos e Valência, a exploração do sal em Chipre, Toscana, Provença, Ibiza, Andaluzia, os olivais e as vinhas, quer de produção especializada, quer de qualidade corrente. A riqueza e amplidão das produções fazem deste mundo uma bomba aspirante de bens de luxo de toda a sorte: especiarias e drogas da Ásia e do Extremo Oriente, seda e panos de seda da China e da Pérsia, ouro da Guiné, prata e cobre da Europa Central e de Leste, escravos do mar Negro e pretos africanos, e também canários. Aqui defrontam-se as ricas moedas de ouro – as dobras e os ducados –, circulam as espécies de prata, exercem sua actividade os bancos e sociedades comerciais; mundo das burguesias conquistadoras, das cidades-comunas, do vai-e-vem de mercadores e mercadorias em tratos proveitosos. De atalaia a todas as invenções e inovações – registos por partidas dobradas, pagamentos por letras de câmbio,

seguros –, dominam-se as técnicas – a agulha de marear, a cartografia, a *toleta di marteloio* –, floresce a criação artística e literária – cultural, em suma. Porque aqui também se defrontam e fecundam religiões universais, modos de vida nômadas e sedentários, aldeias de camponeses com transumância, bandoleirismo montanhês, as liberdades urbanas e os poderes régios, senhoriais, eclesiásticos.

Do século XI ao final do XIII tece-se e activa-se um outro complexo, através do mar do Norte e do Báltico, articulando uma região também fortemente industrializada e urbanizada, os Países Baixos, às costas da Mancha, à Inglaterra e ao Leste da Escócia, à Escandinávia e à Alemanha Setentrional e restante periferia do Báltico. Postan (em *The Economic History of Europe*) fala da industrialização deste espaço geográfico, em relação com o crescimento da população – o alastrar do povoamento, a progressão agrícola, o desenvolvimento do comércio; e sublinha que estes tráficos setentrionais dependem principalmente da produção própria desta Europa do Norte. Não estamos perante um mundo tão variado e tão rico, nos diferentes níveis, como é o mundo mediterrâneo. A pesca é um dos seus motores; como o sal de Lüneburg não satisfaz a procura, os barcos do Norte, e em breve frotas inteiras vão carregar nos portos junto às marinhas atlânticas. As lãs inglesas sustentam a indústria flamenga de lanifícios, enquanto as manufacturas insulares não arrancarem por seu turno, para finais do século XIV, reduzindo drásticamente as exportações de matéria-prima e obrigando as Flandres a voltarem-se para as lãs hispânicas. Ligada à indústria de lanifícios, a tinturaria utiliza a ruiva inglesa e flamenga, o pastel do Lincolnshire, que declinará com a concorrência dos Países Baixos e Picardia. Esta produção vai revelar-se insuficiente devido ao crescimento industrial, e por isso diferentes vias marítimas trazem aos portos flamengos e ingleses o pastel do Lauragais e da Lombardia, e a grã portuguesa. A construção naval é outra indústria motora. As madeiras normandas descem os cursos do Oise e do Sena; o Weald inglês fornece-as também; mas são principalmente as florestas de carvalhos e pinhais do Vístula e Niemen até o Dvina, as florestas de faias a oeste e de freixos a sudoeste da Polónia que abastecem os Países Baixos e a Inglaterra de mastros e pranchas, vigas e vergas, remos e governalhos, bem como alcatrão e pez; de lá vêm ainda cordoame, estopas, velas; a Suécia produz o ferro para as âncoras, pregos, gonzos e reforços. A Escandinávia exporta igualmente as suas madeiras (a Noruega sobretudo desde o século XV) e constrói

os seus barcos. Por conseguinte, movimento marítimo muito denso de mercadorias volumosas e pesadas – os cereais, o pescado, o sal, vinhos e cervejas, as madeiras, o ferro, o carvão. O mapa das cidades hanseáticas, suas feitorias e ligações, restitui-nos de maneira viva este mundo de Bruges e Londres, Dantzig, Reval, Visby, Riga e Bremen, Newcastle. O grau de urbanização e as dimensões das cidades não são todavia da mesma ordem das realidades mediterrâneas, o «andar» (na expressão braudeliana) do grande capitalismo mal se constrói, não há análogo encontro de civilizações.

Entre o complexo mediterrâneo e o complexo setentrional, os arroteamentos e a extensão do povoamento continental, os progressos agrícolas (charrua, afolhamento trienal), e a génese das cidades e comunas, a instalações de feiras e mercados, desenharam uma teia de vias fluviais e estradas terrestres por onde se lançaram mercados e mercadorias. As áreas de trocas intra e inter-regionais tocam-se, sobrepõem-se. Os mapas da arte românica nos séculos XI e XII, e da arte gótica nos séculos XII-XIV fazem ressaltar estes primeiros caboucos de uma civilização – a civilização europeia – cujos enxames de catedrais, igrejas e capelas cobrem os países de França, Itália, Alemanha, Península Ibérica e Inglaterra (ver G. Duby, *Atlas Historique*, 1978, n<sup>os</sup> 44 e 45).

Dir-se-ia que as costas atlânticas da Europa permanecem à margem. Os mapas que reconstituem as vias de comunicação e a circulação comercial nos séculos XIII e XIV, de H. S. Sieveking (1926) e J. N. L. Baker (1948), mais recentemente de Michel Mollat (1978, no *Atlas* de Duby), passando pelo *Atlante Storico* do Instituto Geografico de Agostini (1954) e pela *Cambridge Economic History of Europe*, e chegando a *La Exploración del Atlantico* de Céspedes del Castillo (1991), só traçam, entre Gibraltar e a Mancha, a rota das galés genovesas e venezianas de Flandres. Ora esta ligação entre os dois complexos por via marítima só se estabelece no ocaso do século XIII e dealbar do XIV. Os litorais soalheiros do mar Interior, é certo, atraíram mais cedo os rudes barões do Norte, sequiosos de riqueza, almejando alcançar a Terra Santa e o saque dos empórios islâmicos. A segunda e a terceira cruzadas descem ao longo das costas francesas e hispânicas, contribuindo para a conquista cristã de Lisboa e Silves. Aventuras que dão os seus frutos. Hanseatas e flamengos vêm à baía de Bourgneuf e a La Rochelle, uns, aos portos cantábricos, outros, a fim de carregarem sal e vinhos, ferro e lãs, vendendo lanifícios e outros têxteis, mais tarde as madeiras,



o pez e os cereais. Mas para alcançarem as costas atlânticas seguem muita vez as vias transcontinentais, e a Sevilha chegam sobretudo pela escala de Burgos. Assim, a bordadura atlântica poderia não passar de uma periferia que as economias adiantadas do Mediterrâneo iriam despertar e as gentes do Norte ajudar a entrar nos circuitos mercantis.

Talvez que a evolução real tivesse, no entanto, sido bem outra.

Quando, em meados do século IX, os navios normandos descem pelo oceano e salteiam os litorais da Península Ibérica, e depois estendem as suas incursões ao Mediterrâneo ocidental, são as terras galaico-portuguesas (aceite-se o anacronismo) que sofrem, um pouco menos as Astúrias; os Vikings, aí, desembarcam sem oposição. Só quando se embrenham pela terra dentro começa a resistência. Pilharão igualmente o litoral do Levante hispânico e na continuação até a foz do Ródano. Não atacam a Biscaia nem Guipúzcoa. A Hispânia muçulmana, em particular a região do Guadiana e a do Guadalquivir, é atacada, mas a defesa organiza-se pelos meios navais, conquanto nem sempre bem sucedida. Aliás, os Mouros da Andaluzia, do Algarve, de Lisboa sobem, por seu turno, rumo às costas ao Norte do Mondego e pilham não menos sistematicamente a Galiza, apanhada entre dois fogos. Na Catalunha desde muito cedo que o poder naval permite repelir as ameaças no mar. Além deste foco precoce de navegação, mediterrâneo, dois outros, portanto, debruçados sobre o mar Al-Muhit: a Biscaia-Guipúzcoa e o Al-Gharb-Al-Andalus. Este último, integrado no Islame, e logo no mundo mediterrâneo, onde as galés comandam a guerra naval. Aquele, desenvolvendo-se por si próprio, sob o sôpro do oceano, com os veleiros.

Seria falsear todas as perspectivas encarar a Península Ibérica como um bloco único, ou até só sob o ângulo da dualidade política Portugal-Espanha, único que conhece boa parte dos historiadores portugueses. Aragão e Catalunha, prolongando-se nas Baleares, Valência, pertencem ao mundo mediterrâneo. Aqui a floração marítima foi mais precoce do que noutras áreas. Já em 813 o Conde da Marca de Ampúrias destroça uma esquadra de corsários mouros, apresando 8 navios; o Conde Sunyer, no fim do século IX, pôde auxiliar com uma armada a revolta dos moçárabes de Almeria. Com o século XII dá-se um novo passo: a anexação, transitória, é certo, de Ibiza e Maiorca, em 1114, pelo Conde Ramón Berenguer III, com a ajuda de esquadras pisana e genovesa, e a união com a Provença

estimularam enèrgicamente o desenvolvimento da marinha; em breve galés catalãs, em companhia de galés genovesas, ajudarão Afonso VII de Castela a tomar Almeria, que aliás não poderá conservar. O período áureo, do ponto de vista marítimo e comercial, abre e afirma-se graças à anexação definitiva de Maiorca e Valência, centros mouros de actividade náutica e mercantil particularmente intensa, legado que os Catalães herdaram. Em 1300 uma armada catalã auxilia o rei de Marrocos a conquistar Ceuta e deixa nesta cidade forte guarnição aragonesa. No século XIV os catalães-maiorquinos visitam frequentemente as Canárias, sobretudo para se abastecerem de escravos – as plantações e o fabrico de açúcar reclamam mão-de-obra –, e tentarão mesmo ir mais além – em busca do Rio do Ouro. Mas toda a sua expansão está voltada para leste: Sicília, Malta, Córsega, Sardenha, Grécia e Chipre, e, no século XV, Nápoles e Barbaria. Neste ambiente não admira que se forme uma escola cartográfica que concorre com a cartografia genovesa e veneziana, representando a Sul as caravanas de camelos que trazem o ouro sudanês; essa cartografia influenciará os primórdios da cartografia portuguesa.

A meio da era de Quatrocentos dá-se porém a regressão. Se em 1467 o viajante Rosmihal podia ainda convencer-se de que Barcelona possuía tantos navios como Veneza, em 1525 Navajero não viu nenhuns no Arsenal. Barcelona, Maiorca, Valência, empenhadas a fundo na órbita mediterrânea, não participaram no descobrimento e construção do mundo atlântico. O tipo de navio, nesse mar onde a propulsão a remos é muitas vezes mais importante do que a vela, e os veleiros são sobretudo redondos, contribuirá para explicar esse alheamento da Espanha levantina. Ao abrir o século XVI a política de expansão de Fernando o Católico e do Cardeal Cisneros visa fundamentalmente apropriar-se do espaço mediterrâneo.

Até tarde os reinos de Léon e Castela careceram de política naval, e só a partir do segundo quartel do século XIII os reis possuíram navios próprios; a primeira fase da reconquista é puramente terrestre (ao contrário do que acontece em Portugal). Para o cerco de Almeria, Afonso VII teve de recorrer aos bons ofícios das forças navais genovesas e catalãs, e talvez biscainhas; quando quis cercar Sevilha, em 1151, o imperador teve de esperar pela chegada de «naves francorum». Abordaremos adiante o caso da Galiza.

Mas na Biscaia e Guipúzcoa, regiões exteriores ao império cas-

telhano-leonês, as actividades despertaram bem cedo para a vida marítima e comercial – desde meados do século XII o mais tardar, indubitavelmente, assás provavelmente desde o século XI, se não antes –, aqui as costas não parece terem sido salteadas por mouros e normandos. É nestes portos setentrionais que se cria um novo tipo de navio, nitidamente oceânico: as ligeiras cocas cantábricas conquistaram reputação duradoura, e até se impuseram nos meios navais mediterrâneos – di-lo Villani para a Itália ocidental, e algumas viagens catalãs para as Canárias realizaram-se em cocas biscainhas. O leme de charneira teria também sido creado neste ambiente de pescadores e marujos do mar alto? A hipótese, que nada tem de inverosímil, seduz, e explicaria muita cousa. Seja como fôr, pequeníssimo número de outras bases conseguiu rivalizar com os estaleiros biscainhos na construção naval. Em 1376, Eduardo III de Inglaterra encomenda navios nos portos do Norte de Espanha. É a Bilbao que Luís XI de França se dirige para a compra de navios. E ainda no século XVI esses arsenais fornecerão veleiros a Henrique VIII de Inglaterra.

Biscainhos e guipuzcoanos consagravam-se de bom grado à pesca, e as suas baleeiras engolfaram-se bem longe rumo ao noroeste, ao norte e ao oeste. Discute-se se os bascos alcançaram ou não, nas suas incursões, as costas da América do Norte. Não é impossível, embora pouco provável, e se descobriram o Novo Mundo, daí nada resultou, logo é como se o não tivessem descoberto. A contribuição basca de real importância, além dos progressos da construção naval, reside na constituição de vasto cabedal de experiência da navegação norte-atlântica (para o sul iam quando muito até o Guadalquivir); todo um tesouro colectivo de conhecimentos dos ventos e correntes, assim como a formação de escola de marinharia, com mestres e pilotos afeitos aos rudes labores do mar.

Mas se a indústria da pesca contribuiu em muito para a génese destes meios náuticos, desde muito cedo também que os veleiros biscainhos e guipuzcoanos se multiplicavam e afadigavam a escoar, com destino às escáfulas da Europa setentrional e de Portugal, o ferro e a lã. Quando, em 1295, Filipe o Belo requisitou todos os navios ancorados nos portos do Ocidente francês, 7 naus de Castro Urdiales, Santander e Fuenterrabia entraram ao seu serviço. Em Janeiro de 1297, eram ao todo 26 cocas, naus e aloques de Santander, Bermeo, Castro Urdiales, Laredo, San Sebastián que se encontravam no Tejo, fretadas para transportar «aver do peso» para La

Rochelle, Normandia e Flandres. Já no ano anterior, a liga, mais antiga, de Castro Urdiales, Laredo, Santander, San Vicente de la Barquera se alargara em Hermandad de las Villas de la Marisma de Castilla, com o fim de defender os antigos foros contra as intromissões do poder real, e de o obrigar a revogar o novo dízimo sobre as importações e exportações; Bermeo, Guetaria, San Sebastián, Fuenterrabia, Vitória entram seguidamente para a comuna. Potência económica e política: é esta comuna – «as gentz de les villes de la marisma de la seigneurie du Roy de Castille et del comté de Viscaye» – que assina, em 1351, um tratado de não agressão e comércio com Eduardo III de Inglaterra.

Para este mundo em efervescência da «marisma» do Norte da Península, a etape essencial é, por conseguinte, a criação do ciclo, ou melhor, do complexo da construção naval, da captura de baleias, da extracção do ferro e da produção de lã. A lã: matéria-prima produzida principalmente na meseta desolada, onde algumas cidades puderam nascer e florescer no meio da miséria geral, graças à intensa exportação para os ricos centros de têxteis estrangeiros. Uma ligação se estabelece deste modo entre a marisma e o interior, entre o marinheiro e o pastor, entre o fretador ou senhorio e o negociante de lã – entre Bilbao e Burgos. O estabelecimento deste laço representa uma viragem na história peninsular. À Reconquista terrestre e fundiária, obra de cavaleiros ansiosos por com a sua apropriação recortarem domínios senhoriais, e de lavradores com fome de terras, sucede aquela Reconquista em que as vias e as forças marítimas desempenham papel comparável ao das vias e forças terrestres, obra dos interesses mercantis lado a lado com os propósitos que já antes a moviam.

Em 1200 as regiões bascas passam para o senhorio directo do Rei de Castela e León. Quere isto dizer que a realeza e a sua política vão ser influenciadas pelo eixo Burgos-Bilbao. A partir do segundo quartel do século XIII começa a desenrolar-se outro processo: o que está em jôgo é todo o vale do Guadalquivir, o crescente cujas duas pontas são Cartagena e Sevilha, com Córdoba, em posição intermédia. O recuo almóhada abre o caminho à tomada de Córdoba em 1236; Múrcia e Cartagena submetem-se em 1242, cinco anos depois Jaén franqueia as suas portas, e inicia-se o cêrco de Sevilha. Se Fernando III conseguiu tomar esta cidade ao fim de dois anos foi precisamente graças à armada basca e galega, que derrotou a armada marroquina, forçou a entrada do Guadalquivir e cortou a

ponte de barcas que ligava a cidade ao arrabalde de Triana. Esta força naval cristã de 13 grandes navios à vela e 5 galés foi armada nos portos de Santander, Laredo, Fuenterrabia, Santoña, Castro Urdiales, San Vicente de la Barquera, Avilés, Bayona, Noya, La Coruña e Pontevedra, por Ramón Bonifácio, nobre burgalês ligado aos círculos comerciais e ele próprio com fortuna feita no comércio. Após a vitória, e em consequência dela, o organizador da armada será nomeado almirante de Castela, posto para ele creado expressamente; e aos marinheiros do Norte concede-se todo um bairro da cidade para aí se fixarem; a Ribeira – os arsenais e armazéns – é reaberta ao serviço, e entrega-se a biscainhos a sua superintendência; aos calafates e carpinteiros locais juntam-se outros vindos do Norte. A actividade marítima recomeça imediatamente em Sevilha, como sete anos antes recomeçara em Cartagena, onde se tinham armado naus, galés e setias para o corso. De oravante os três focos do interior – Burgos, Toledo e Córdoba – articulam-se a outros três periféricos: Bilbao, Sevilha, Cartagena.

O «crescente» meridional englobava ricos mercados agrícolas – de trigo, vinho, azeite, frutas – e toda uma civilização urbana comercial e marítima, bem como salinas e portos de pescado (atum). Na verdade, estas cidades da orla marítima do Sul viviam, no tempo dos mouros, de intensa navegação que as ligava estreitamente aos empórios maghrebinos. A dominação cristã herdou, como não podia deixar de ser, esta tradição náutica e mercantil, todo o apetrechamento aí existente, e o leque das relações. A monarquia castelhano-leonesa contará, a partir de agora, com duas áreas de irradiação marítima assás pujantes: a da Biscaia e a do Guadalquivir. Em 1262 a tomada de Cádiz constitui a primeira vitória de uma armada real castelhana.

Qual, porém, o papel dos almirantes e técnicos genoveses em todo este desenvolvimento? Na Galiza, a *Crónica Compostelana* atribui-lhes a criação da marinha, cerca de 1120. Com o fim de repelir os ataques navais mouros, e talvez acicatado também pela ambição de formar um reino independente, o Arcebispo Gelmirez recorreu a Génova por não encontrar no arcebispado «homines nautica artis periti». Do arsenal creado por mestre Ogério saíram duas galés que limpavam as rias de piratas islamitas. Um século mais tarde proliferam já os navios de pesca e de comércio nos portos da Galiza. As galés da armada de Ramón Bonifácio seriam galegas? Parece provável, mas não contradiz a constatação de que,

quanto aos barcos da actividade corrente, estamos perante uma tipologia naval e arte de navegar que nada têm que ver com as do mar Interior, inserem-se no florescimento oceânico. Nada indica que os Genoveses tivessem participado na criação das marinhas biscainha e guipuzcoana, e só no fim do século XIII serão chamados a contribuir para o desenvolvimenro das frotas meridionais. No caso das galés, quer de mestre Ogério quer de Ramón Bonifácio, tratava-se de bater as armadas mouras. E no segundo são problemas mediterrâneos que se defrontam: o que está em causa é a guerra com os Merínidas de Marrocos. O estreito de Gibraltar e a região circumvizinha: área por excelência das unidades navais movidas a remos. De igual modo, a guerra de 1356 a 1359 entre Castela e Aragão – com um adversário cuja fôrça residia nas galés – exigia uma armada de vasos deste tipo.

O século XIV é dominado pela Guerra dos Cem Anos. Guerra entre a França e a Inglaterra? Ponto de vista limitado. Trata-se de um conflito generalizado à Europa ocidental, expressão de profunda crise de estrutura da sociedade. Cada potência terrestre procurou – e achou – uma aliança marítima. A Inglaterra apoia-se em Portugal, a França em Castela: pois a hegemonia no Atlântico não está claramente nas mãos de castelhanos e portugueses? A crónica de Afonso XI de Castela pode sublinhar, com justa razão, a propósito das negociações de 1336, que o Rei de França «si oviese amistad con el Rey de Castiella, que resceberia del muy gran ayuda por la mar, et que seria en grand dano del Rey de Inglaterra». A partir de 1370 e até 1415, a acção das fôrças navais castelhanas torna-se decisiva. É, em 25 de Junho de 1372, a vitória esmagadora da esquadra de Bocanegra sobre a do Conde de Pembroke, perto de La Rochelle. De 1374 a 1378 a esquadra de Sánchez de Tovar devasta as costas meridionais de Inglaterra, e em 1380 as vinte galés deste capitão penetram no Tamisa e queimam Gravesend e Winchelsea. No século XV Pedro Niño comanda os ataques que põem a ferro e fogo o litoral inglês, e armadas castelhanas ajudam os franceses a tomar Pontois, Dieppe, Honfleur, Caudebec, Rouen. Para o fim da guerra, são os bloqueios de Bordéus e Bayonne (nas mãos dos Ingleses). Durante o último terço do Trezentos, Castelhanos e Portugeses chocaram-se violentamente: é o duelo Sevilha-Lisboa. Se Castela está aliada à França, é porque o inglês domina aquelas duas cidades-portos, e de há muito – desde princípios do século XIV o mais tardar – estava ateadada não só a concorrência mas até a luta

aberta entre estes centros marítimos anglo-franceses e os da Biscaia e Guipúzcoa.

Na transição do século xiv para o xv, antes do declínio devido às lutas intestinas, a potência naval castelhana reina nos mares do Poente, e mesmo no Mediterrâneo ocidental, porquanto as fôrças catalãs não se sentem com envergadura para a relegar para plano secundário. Todavia o despertar do litoral português para a vida mercantil dera-se mais cedo, a indústria da pesca enraizara-se aí sòlidamente, e as armadas portuguesas não evitavam o combate com as castelhanas.

Já na primeira metade do século xii mercadores portugueses aparecem na feira de São Demétrio que em Outubro de cada ano se realiza em Tessalónica (Macedónia), como testemunha o diálogo do grego Timarion, que os inclui na enumeração, ao lado dos gregos, búlgaros, italianos, espanhóis, franceses e comerciantes de Constantinopla e Egipto<sup>1</sup>. Mercadores mouros do Algarve traficam em Marselha e Montpellier já talvez em 1166-1167, quando Benjamim de Tudela visita aquela cidade, então florescente empório; e mais provavelmente, agora na companhia de portugueses, em 1189, a bem interpretar-se o testemunho de um cruzado que aí esteve depois de participar na tomada de Silves<sup>2</sup>. É, porém, para o Norte que irradiam principalmente. Na segunda metade do século xii frequentam as feiras de Lille, juntamente com mercadores castelhanos, catalães, aragoneses, navarreses, cahorsinos, etc.<sup>3</sup>. Presentes em Bruges já em 1184, estabelecem aí, antes de findar o século, a primeira das feitorias no estrangeiro. Poucos anos depois, em 1203, João Sem Terra autoriza os comerciantes portugueses a instalarem-se em Inglaterra, e toma sob a sua protecção as pessoas e bens daqueles que se fixarem no seu reino. Só durante o ano de 1226 o soberano inglês concede mais de cem salvo-condutos. No século xiii os mercadores portugueses que traficam na Flandres ou noutras ter-

<sup>1</sup> Citado por Heyd, *Histoire du commerce du Levant*, t. I, p. 244 e nota 5, e p. 264. A fonte não é Benjamim de Tudela, como alguns historiadores que não se reportaram a Heyd por confusão julgaram.

<sup>2</sup> Sobre este ponto atendemos às críticas de Bailey W. Diffie, *Prelude to Empire*, University of Nebraska, 1960, pp. 97-99 (notas 3 e 7 ao cap. III).

<sup>3</sup> P. Huvelin, *Essai historique sur le droit des marchés et des foires*. Paris, 1897, p. 263.



ras de «além-mar» gozam das honras de cavaleiros. E as veleidades de autonomia e de afirmação da força social por parte da classe mercantil não eram menores em Portugal do que no Norte de Espanha: exactamente na mesma época em que se fundava a Hermandad das cidades biscainhas e guipuzcoanas da marisma, os mercadores da «ocidental praia lusitana» formavam, em 1293, uma comuna para o comércio com a Europa setentrional. A comuna dispunha de fundos na Flandres, em Lisboa e em toda a parte onde o julgasse necessário; graças ao ingresso de um direito fixo segundo a classe de tonelagem dos navios, cada caixa teria uma existência de, pelo menos, cem marcos de prata. Dois anos passados sobre a assinatura do tratado entre o Rei de Inglaterra e as «gents des villes de la marisma» cantábrica, os mercadores e comunidades marítimas de Portugal assinavam, por seu turno, em 1353, com o mesmo soberano, um tratado que reconhecia a liberdade comercial recíproca e autorizava os pescadores portugueses a pescar em águas inglesas. No século XIII já viviam colónias de mercadores portugueses em Bruges e Londres, em vários portos de França, em Sevilha (onde ocupavam toda uma rua), e noutras praças ainda.

Se mercadores estrangeiros estanceiam em Portugal ou frequentam os seus mercados, se navios estrangeiros descarregam e carregam frequentemente nos seus portos, o comércio externo e a navegação marítima parecem estar, na sua maior parte, em mãos de nacionais, até pelo menos meados do século XIV. Tais trocas internacionais assentam em base agrícola, mas não só: os vinhos, azeites, frutas, cortiça, a grã constituem grandes artigos de exportação, mas os coiros, o sal, o peixe salgado entram também em linha de conta. Como retornos, os metais industriais – ferro de Biscaia, cobre e estanho –, os panos e fazendas, as madeiras para construção, o ouro, o trigo e a cera do Maghrebe; no século de Trezentos os cereais e legumes da Bretanha e Inglaterra.

Duas indústrias desempenham papel de primeiro plano no comércio externo: a pesca e o sal. Acerca das actividades piscatórias dispomos de testemunhos que remontam ao século XII, e mesmo antes, ao longo de todo o litoral, onde enxameiam os pequenos portos. Eis, à entrada do Douro, São João da Foz: em 1258 contam-se aqui 6 pinaças, uma caravela (e outra em construção) e 20 barcas para a pesca dos sáveis. Na mesma data a aldeia de Pindelo, na foz do Ave, possui, para a pesca, caravelas, pinaças, barcas e barcos. No centro, temos Salir, com três barcas, e Póvoa de Paredes,

igualmente perto de Leiria, que conta pelo menos 6 caravelas. Limitámo-nos a alguns exemplos de portos secundários. Nos séculos XIII e XIV, Atouguia, no centro, e Lagos, no Algarve, consagram-se com êxito à captura das baleias. De Setúbal para sul, por toda a parte se pesca o atum. Os pescadores portugueses frequentam as águas marroquinas.

Não é impossível que desde o século XII – talvez a partir de 1179 – o Rei de Portugal dispusesse de navios de guerra próprios. É, em todo o caso, certo para o século XIII. Um documento de 1237 fala do «palacium navigiorum regis» em Lisboa. Chegaram até nós referências precisas à Ribeira de Lisboa – taracenas de construção e reparação naval – e aos seus carpinteiros e calafates, alguns especializados até segundo o tipo de navio: Domingos Gomes, «carpinteiro das gallées del rey», é mencionado num documento de 1291. Segundo uma carta de doação de 1260, no arsenal de Lisboa construíra-se uma nau por conta do Rei. Mas o Tejo não tinha o monopólio das fôrças navais régias, no Porto havia-as também – naus e galés, em 1255, por exemplo. Afonso III de Portugal auxiliou de maneira importante, por terra e por mar, Afonso X de Castela contra os Mouros. Em 1299, o Rei tinha em Lisboa «duo palacia in quibus possiat galyones» e «XIII<sup>cim</sup> taracenas cum XII galeija apud riparium». O posto de almirante-mor existia já no início do século XIV; exercia então o cargo Nuno Fernandes Cogominho.

Nestas condições, a nomeação de Micer Manuel Pessagno e a entrada ao serviço do Rei de vinte genoveses peritos em galés, em 1347, não representaram nenhuma revolução, mas antes o termo de longa preparação. O que estava em jôgo era precisamente, como no caso de Castela, a guerra naval com os reinos mouros – Granada e Marrocos. O Rei de Portugal contratava genoveses unicamente com o fim de desenvolver o corpo de galés para essa luta, e nada mais. Esses técnicos estrangeiros nada tinham a ver com as naus, caravelas, pinaças, barcas, em suma, com todos os tipos de veleiros atlânticos. Os documentos não deixam nenhuma dúvida a esse respeito. Logo a seguir à nomeação de Pessanha, o Papa concede a Portugal mercês para o financiamento da guerra contra os reinos mouros e para a sua preparação ideológica. É a questão do estreito de Gibraltar que leva a adoptar formas de guerra naval mediterrâneas, e só a persistência desta questão fez durar as pequenas armadas de galés, no entanto completamente à margem do desenvolvimento naval português no Atlântico.

Mas o despertar dos litorais atlânticos dá-se também a partir de outros focos. Procede por teias que são tecidas numa teia complexa. Os vinhos do Bordelais, do Poitou e do Loire, o sal da Gironde, de Brouage e Sables d'Olonne (também exportadora de panos), da baía de Bourgneuf e de Guérande, são encaminhados para os portos ingleses e do mar do Norte, graças à própria navegação da França atlântica, do mesmo passo que atraíem a navegação setentrional. Com os pinheiros pirenaicos e os carvalhos do Bazadais, Périgord e Bordelais, e o breu, resinas e alcatrão vindos pelas vias terrestres, a burguesia dos construtores de Bordéus e Libourne, aproveitando o emprego de operários biscainhos e bascos (de ao Norte dos Pirenéus), lança ao mar gabarras e outros navios. De igual modo na Bretanha as florestas fornecem os estaleiros de Croisic, Nantes, Brest, Morlaix, Saint-Malo. As velas são confeccionadas com as olonas (panos de Sables d'Olonne). Alguns traços ressaltam já: dezenas, ou até mais de uma centena de portos de todas as dimensões ponteiam as costas entre o cabo de Finisterra e a Mancha; centenas de navios e barcos, de proveniência local ou exterior, sulcam estes mares, ligando os portos, animando estas economias e sociedades de montanheses das florestas e pescadores, de camponeses-marinheiros, de burgueses lavradores, industriais, mercadores, contrapondo-se aos senhores sempre envolvidos em querelas de linhagens. Os estaleiros bretões trabalham para os homens do mar da Zelândia, Inglaterra, Escócia. O sal bretão, através de Bristol, chega à Irlanda, que graças a ele exporta arenques e outro peixe salgado. O ferro de Biscaia insinua-se em todos os portos, é trabalhado em todos os estaleiros. As madeiras e produtos florestais de Kovno chegam pela escala de Dantzig, em troca do sal da Bretanha. Os panos de linho e de cânhamo da indústria bretã escoam-se para Inglaterra e Espanha, a manufactura de lanifícios utiliza a princípio as lãs do ducado, depois, desde o século xiv, importa as lãs castelhanas. Os navios hanseatas ligam Lubeck e Hamburgo a La Rochelle, que exporta os vinhos do Poitou, como Nantes exporta os do Loire, com destino a Flandres e aos países do Norte. Nantes torna-se uma autêntica placa giratória por onde se fazem as ligações da Espanha com Bruges e com as costas inglesas: ferro de Biscaia, estanho e chumbo da Cornualha e do Devonshire, têxteis e coiros, vinhos e sal, produtos de tanoaria e da construção naval. A Bretanha abastece o Ocidente peninsular de cereais e legumes, carne e gado de pé ou salgado.

Centrada no mar da Irlanda, desde o século XI-XII formou-se uma trama cujos fios prendem a parte ocidental da Grã-Bretanha, com as suas penínsulas e largas aberturas, a toda a ilha fronteira. Bristol, por um lado, a Galway irlandesa em frente à imensidão oceânica, por outro, eis os dois pólos deste sub-conjunto de economia complexa. Aproveitando as belas florestas, os Irlandeses desenvolvem a construção naval (para a qual importam ferro biscainho) e a tanoaria, o mobiliário de carvalho, madeira que serve também para edificar igrejas e outros edifícios. Como dispõem de barcos que construíram, entregam-se à pesca do arenque e de espécies da família do bacalhau, indo até à Islândia e perto das costas inglesas, e percorrem os rios em busca do salmão. O que os obriga a comprar o sal dos litorais atlânticos, quer directamente quer por intermédio de Bristol. A criação de gado e aproveitamento dos animais que proliferam em liberdade alimentam as indústrias de peles e coiros, que lançam no mercado calçado, luvas, selas e selins, arreios, tapetes. É muitas vezes em Bristol que as peles e os coiros são tratados e trabalhados. Escoam-se para o Sul de Inglaterra, para França e Países Baixos. A cultura de linho de excepcional qualidade fornece a matéria-prima às manufacturas de panos, as irlandesas espalham-se por toda a parte, até à Holanda e Itália – num só ano Bristol negociou 20 000 peças. Chegam a Portugal, onde são conhecidas por panos de Galveí. Lanifícios baratos, mantos e capas de lã, obras de latão e bronze (feitas com os metais da Cornualha e do Devonshire) completam a lista das exportações, em troca de sal e vinhos, trigos vindos através de Bristol, ferro e alumínio. Galway é centro de peregrinos que vão a Santiago de Compostela.

Bristol beneficia de uma vasta região produtora de lãs de fina qualidade – as montanhas galesas, os Cotswolds Hills, Coventry. Mas não beneficia menos de uma rede de ligações marítimas – comerciais e de pesca – com a Irlanda, a Mancha, o litoral bretão, poitevino e bordelês até Bayonne, a marisma cantábrica, a Galiza e Portugal. A floresta de Dean fornece o ferro, a madeira, o carvão; as planícies de Worcester e Gloucester os trigos, Devonshire e a Cornualha o estanho e o chumbo, as suas costas as pescarias. Desde o século XII que a cidade se tornara num centro de lanifícios e indústrias de coiro, um mercado de cereais. No final do século XIV alinha como uma das principais cidades manufactureiras e como o segundo porto da Grã-Bretanha: os panos de Bristol vendem-se na Irlanda e na Gasconha, em Portugal e em Espanha; ao trabalho dos

coiros e peles veio juntar-se a fundição de canhões e sinos, a construção naval prospera. Um provérbio sublinha que «Heryng of Slegothe and salmon of Bame /= Irlanda /hais made in Bristowe many a rych man». No comércio de Bristol não participam Italianos e Hanseatas, está nas mãos sobretudo de Ingleses, mas a navegação irlandesa, cantábrica e portuguesa é aqui muito activa. Os marinhos de Bristol lançar-se-ão, com portugueses, à devassa do Atlântico setentrional.

Estamos num mundo que vai do estreito de Gibraltar ao Norte da Irlanda, construído à volta do golfo de Gasconha, da Mancha ocidental, do canal de São Jorge e do mar da Irlanda, abrangendo a Andaluzia, Portugal, a Galiza, a marisma asturiano-biscainha, as regiões de Bayonne e do Bordelais, integrando a Bretanha, a Cornualha e o Devonshire, o país de Gales e a Irlanda, estendendo-se no século xv às Canárias e à Madeira. Define-se nas suas dimensões pela duração das viagens entre os seus tão numerosos portos: entre 7 e 15 dias em geral, mesmo para as distâncias mais compridas, cerca de 3 dias para as mais curtas, raramente atingindo as três semanas. Pôde ser enraçado graças à sua construção naval, aos seus tipos de navios e barcos, adaptados ao oceano, graças ao governalho de codaste e ao seu velame. A cartografia, sistema de representação do espaço que obedece a regras técnicas, não foi inventada somente no Mediterrâneo: já na primeira metade do século XIII, em Inglaterra, Matthew Paris traçou cartas das Ilhas Britânicas cuja «função do real» atesta um salto no grau de representatividade. Aqui também se elaboraram o regimento das marés e o das horas da noite; os pescadores biscainhos vão pescar ao Atlântico Norte. Este complexo das costas atlânticas da Europa desenvolve-se por si próprio e giza as bases que lhe permitirão tomar a iniciativa.

Mas regressemos à Península Ibérica mais em especial. A Idade Média (cómoda expressão) assentou pois os alicerces de uma expansão oceânica. Pudemos detectar três grandes focos de actividades marítimas e mercantis em pleno florescimento: Biscaia e Guipúzcoa, Portugal, o Guadalquivir e Cádiz (não consideremos o Mediterrâneo). Os três com possibilidades iguais, à primeira vista pelo menos. Donde novo problema de primacial importância, talvez mais difícil de resolver do que o da deslocação das iniciativas das cidades mediterrâneas para as cidades ibéricas atlânticas. Até Colombo, até 1492 – quando os Portugueses já tinham dobrado o cabo de Boa Esperança, logo descoberto e explorado a maior parte

do Atlântico – os marinheiros bascos, e sobretudo os de Puerto de Santa Maria e Cádiz, não participaram de nenhum descobrimento; destes portos castelhanos há, é certo, alguns navios que esporadicamente seguem no encalço dos portugueses, sobretudo em tentativas, goradas, para aceder ao ouro guineense; mas navegação regular, só para as Canárias, e só nessa data tardia a ocupação efectiva do arquipélago arranca. Esse arquipélago integrara a colonização europeia por obra de normandos. A um genovês de formação náutica portuguesa se deve a descoberta das ilhas da América Central, logo toda a expansão castelhana além Atlântico. Um capitão português é que conduz, em viagem tènicamente preparada por portugueses, as velas de Carlos Quinto através do Pacífico, até às ilhas extremo-orientais. Porque é que o movimento dos descobrimentos e expansão ultramarina desabrochou nos portos do Algarve e de Lisboa, e não em Sevilha, ou Bilbao, ou La Coruña? Porque é que as etapas decisivas da expansão oceânica de Castela resultam de impulsos estrangeiros, ao contrário do que acontece em Portugal? Sem esquecer todavia que estamos no complexo da Europa atlântica, e que sem a marinharia cantábrica não seria possível Castela engolfar-se no oceano.

Responder a tais perguntas, tanta vez escamoteadas, e onde é fácil tropeçar, exige evidentemente que se analisem, não só as condições económicas, sociais, políticas e culturais que directamente levaram às navegações, conquistas e colonização além mar, na era Quatrocentista, mas também a modelagem do devir da expansão pelo devir de tais condições.







CAPÍTULO V

**OS FACTORES DO SURTO  
DA EXPANSÃO QUATROCENTISTA**



A eclosão dos imperialismos ultramarinos resultou sem dúvida de condições gerais da sociedade europeia e de condições especiais de cada país. Para a apreendermos plenamente devemos atender ao nível económico da Europa no fim do século xiv, compará-lo com certos movimentos de carácter geral, e situar neste quadro a intervenção de factores externos, demasiado realçada em detrimento dos factores internos.

A expansão marítima dos povos europeus nos séculos xv e xvi aparece primordialmente a um tempo como resultante e alavanca na passagem da sociedade senhorial e urbana da Idade Média para a economia nacional de tendência capitalista.

Há muito já que o desenvolvimento das trocas e o advento da riqueza mobiliária não só se manifestaram na formação da burguesia e florescimento das cidades, como ainda repercutiram fundo nos campos, fazendo desaparecer a servidão da gleba. No entanto, se bem que cada domínio produza agora tendo em vista a venda, e não, como antes, para consumo quase exclusivo dos que nele habitam, o conjunto da vida económica permanece predominantemente agrícola; só aqui e acolá, em centros urbanos dispersos, vemos aflorar a actividade industrial e afirmarem-se grupos de grandes negociantes e banqueiros. Como notou Pirenne, o declínio da sociedade medieval conheceu o capitalista, mas ignorou ou combateu o capitalismo.

Postas estas restrições, parece-me, contudo, que podemos afoitamente considerar as relações comerciais e marítimas, e o impulso que provém da nova classe, como o factor decisivo na dissolução ou transformação do regime senhorial e na evolução económica e social que preludia a época moderna.

Quando o aumento das populações urbanas solicitou maior

produção agrícola, os senhores empreenderam o arroteamento das terras, incitaram a intensificação da cultura e para isso viram-se forçados a transformar o trabalho servil, pouco produtivo, em trabalho livre, e a substituir, pelo menos parcialmente, as entregas em géneros e as prestações de serviços por rendas em dinheiro. Mas, deste modo, conquanto não estejam mais dependentes directamente da abundância ou escassez das colheitas, ficam sujeitos às flutuações dos preços, salários e poder de compra da moeda.

Ora, a meio do século XIV, a Peste Negra vem rarear a mão-de-obra, calculando-se que a reduziu de metade ou de um terço; entretanto, a atracção das cidades, onde as fainas eram mais compensadoras e se vivia com mais liberdade, tendia ainda a despovoar o campo: tudo se conjugava, portanto, para uma alta do valor do trabalho, o que em alguns países levou os proprietários a conseguir a intervenção do poder real. A perspectiva do regresso à antiga servidão desencadeou uma onda de revoltas campesinas. Por outro lado, as rendas fixadas por contrato e costume de uma vez para sempre não bastavam para satisfazer as necessidades crescentes da existência senhorial que resultavam do maior número e variedade de objectos de consumo trazidos pelo comércio. A classe cujo poder de compra estaciona quando surgem novas condições materiais baixa de nível em relação às outras classes, cujo poder de compra sobe proporcionalmente.

Comprimida entre a elevação do custo de vida e a centralização política, a nobreza procura no estado de guerra permanente legitimar e garantir o ascendente que vai perdendo.

Durante o período católico-feudal, o rei era apenas o suzerano supremo, que vivia do que lhe forneciam os seus domínios. Mas desponta o comércio, muitas cidades buscam a sua aliança para escapar às prepotências dos senhores, e, como a terra deixa de ser a única fonte de riqueza, o rei adquire novos mananciais de receitas nos empréstimos dos mercadores e nos impostos. É fácil de ver que, enquanto não circulava abundantemente a moeda, não podiam existir impostos propriamente ditos nem erário público. Impusera-se por isso ligar ao exercício de uma função o usufruto de um domínio. À medida que progride a economia monetária, pouco a pouco, da realeza considerada como chefia militar, baseada na propriedade particular da coroa, vão-se desprendendo os lineamen-

tos do Estado, quer dizer, de um corpo administrativo, financeiro e judicial, dispondo de exércitos próprios e não já das mesnadas dos senhores.

Mas esta transformação efectua-se com convulsões traduzidas nas constantes quebras de moeda; é que a adaptação da monarquia à sua nova finalidade realiza-se por ensaios sucessivos, num forjar de outros métodos e instrumentos de direcção da sociedade. Não existiam órgãos para receber os impostos e, por isso, o poder real entregava essa missão a particulares, que a adjudicavam e daí auferiam bons proventos, sendo esta até uma das origens importantes de acumulação de capitais. Os gastos com as guerras, torneios e dotes, os antigos hábitos de despender sem ter em conta os rendimentos, dito de outro modo, a sobrevivência das características de uma realza que era um bem pessoal e não uma função pública, obrigavam os príncipes, os reis e a Santa Sé a recorrer ao auxílio dos ricos mercadores, ocasião para estes de obter facilidades e privilégios. A mesma razão os impele a intensificar as medidas fiscais, a cada passo pedindo aos povos novos tributos e criando, como claramente se vê com o Papado, meios diversos, e por vezes opressivos, de angariar dinheiro. Frequentes vezes, para restituírem os empréstimos e saírem de embaraços, depreciam a moeda sem terem em conta a desconfiança e transtornos que tal prática ocasiona ao comércio e ainda o prejuízo que lhes advirá de os futuros subsídios serem concedidos em moeda desvalorizada quando os preços já subiram. Mas a depreciação monetária serve sobretudo de travão à descida de preços reais que marca a segunda metade do século XIV e a primeira do século XV.

Assim, as grandes questões sociais ao findar o século XIV são determinadas pela formação e progressivo alargamento da riqueza mobiliária. Poderíamos acrescentar que o próprio Estado monárquico tendia a tomar então por modelo a organização das cidades, quer dizer, a adoptar o seu sistema de finanças, de justiça e de administração. E ainda de outro modo notamos a influência da cidade, pois os arredores, numa área extensa, são por ela compelidos a abandonar o trabalho manufactureiro, reservado exclusivamente aos que habitam dentro dos seus muros: a época de trezentos é a do triunfo pleno da indústria urbana. Ao mesmo tempo, dentro de cada cidade, as corporações procuram reger toda a actividade económica e política, num esforço obstinado para deter a acumulação de capitais e impedir que estes venham controlar as trocas locais e a

produção. Não só a entrada na cidade de mercadores estrangeiros é embaraçada por todas as formas, como também os núcleos industriais se atacam reciprocamente. Algumas cidades adquirem o privilégio, bastante rendoso para o fisco real, que assim se torna mais eficiente, de serem pontos forçados de passagem para certas mercadorias, como sucede com Bruges para as lãs inglesas.

Descortina-se, por conseguinte, uma tendência para a economia corporativa fechada e anticapitalista, e, se bem que existam poderosas confederações com o fim de resistir aos príncipes e combater a pirataria, a comunidade urbana forma uma unidade. Mas as forças comerciais postas em jogo são já demasiado estuantes para se deixarem conter, e conduzirão à ruína os centros onde triunfa essa tendência particularista. Na verdade, o comércio internacional que impulsionou as aglomerações urbanas depende de uma multiplicidade de factores que elas não podem dominar, e que resultam precisamente desse carácter cosmopolita. Se queremos compreender os traços fundamentais dos problemas desta época, temos, portanto, de nos voltar para as relações dos vários mercados longínquos no espaço.

É no cruzamento das principais rotas mercantis que, em dadas épocas do ano, se encontram os mercadores dos diferentes países e constituem feiras, como as de Champagne e Lyon, isto é, lugares de movimentos periódicos de transacções. A troca simples, de objecto contra objecto, que se praticava no regime dominial e não fora desconhecida de sociedades mais rudimentares, cedeu o lugar à troca por intermédio de metais, quer dizer, à compra-e-venda. Nas feiras generaliza-se uma modalidade aperfeiçoada deste sistema, a venda a prazo substituindo a venda a pronto pagamento; no fim, liquidam-se as contas por compensações entre os diversos credores e devedores, e desta maneira se evita a passagem do dinheiro de mão em mão. Esta prática conduz assim, no século XIII, ao aparecimento dos primeiros títulos de crédito, as letras de feira; a mesma vantagem de reduzir as transferências de numerário leva a crear a letra de câmbio: um comerciante A de uma cidade tem de pagar a um comerciante B de outra cidade, e este ou outro, C, estante na mesma terra do segundo, por seu turno, deve a quarto mercador D da mesma localidade do primeiro; as contas regulam-se por um pagamento de A a D e por outro pagamento de C a B, sem deslocação de espécies entre as duas praças.

De forma que não só vemos surgir o instrumento fiduciário,

como assistimos à passagem, insensível quase, das mercadorias como simples objectos de consumo para as mercadorias como bens móveis, como riqueza negociável, ou seja, valores. Do mesmo passo, os metais perdem a sua qualidade de simples mercadorias para se tornarem o instrumento universal das trocas e o padrão desses valores; uma vez utilizados como moeda passam também a ser objecto de operações de câmbio, que impõe a variedade de espécies monetárias de país para país e até de terra para terra. Os ganhos assim obtidos no comércio são frequentemente empregados depois em empréstimos a juros e hipotecas e em adquirir propriedades rústicas e sobretudo urbanas, pois, com o afluxo de gente à cidade, estas últimas garantem rendas mais elevadas. Este movimento comercial e financeiro permite que se formem, e contribui em seguida para que prosperem, bancos dispendo de um montante já considerável de cabedais e com representação em várias nações, o que vem facilitar as trocas à escala mundial.

Pelas condições do comércio de longo curso, como sejam a insegurança, o elevado das despesas, a necessidade de conseguir facilidades e garantias, ao lado dos bancos aparecem as primeiras sociedades comerciais. Umas vezes, são alguns mercadores que se reúnem para fazerem a viagem juntos e venderem em comum, assumindo todos a direcção do negócio e todos respondendo pelos danos ou dividindo no fim os benefícios proporcionalmente à quantidade de mercadorias entradas; outras vezes, os que investiram capitais recebem os lucros, só respondem pela soma adiantada e confiam a gerência a um ou a alguns mercadores, a quem cabe a responsabilidade. Mas, para que sejam menores os prejuízos provenientes da navegação rudimentar e da incerteza das rotas, os armadores cooperam em bolsas de seguros (como as organizadas por D. Fernando em Portugal), cada qual contribuindo com uma percentagem diminuta para a caixa comum, de onde serão pagos os barcos naufragados; também recorrem a seguros privados, acontecendo, até, o mesmo navio ser segurado por mais de um banqueiro. Para diminuir os riscos, os detentores da riqueza costumam igualmente dividir o capital a empatar, por quotas-partes com outros sócios, em diferentes navios, em vez de o comprometerem num só.

As feiras, os bancos, as sociedades em nome colectivo e em comandita, as bolsas de seguros, as corporações, constituem os elementos vitais da economia burguesa no século XIV. E se, para bem compreender o sentido destas designações na sociedade medieval, é



indispensável despojá-las, em grande parte, do rico conteúdo económico e jurídico que as anima na sociedade contemporânea, não é menos certo que a organização capitalista modelava já a actividade comercial, e, embora não modificasse ainda as relações humanas na produção, já em certas indústrias, especialmente na dos lanifícios, o trabalhador era um assalariado sem direito ao produto do seu trabalho.

Esta poderosa acumulação de riquezas em algumas cidades não era possível pelo simples jôgo das trocas locais, mas apenas pela aproximação de vastos meios geográficos. O destino do comércio europeu dependia em larga proporção do movimento de transacções com a Ásia e o Sudão. Ao Levante iam os mercadores buscar as pedras preciosas, as porcelanas, a seda e as especiarias, o algodão e o açúcar; lá deixavam os lanifícios, o cobre e o estanho, mas, apesar disso, tinham que pagar grande parte das compras com ouro e sobretudo prata. Constatamos, portanto, que se tratava principalmente de comércio de artigos de luxo, o que consentia maior margem de lucros dado que a exportação em grandes quantidades encontrava insuperáveis dificuldades de transportes.

Há muito que as riquezas de África atraíam comerciantes e navegadores. As viagens de genoveses realizaram-se no fim do século XIII, e desde 1291 estava estabelecido em Sidjilmessa, cidade do Marrocos saariano, um mercador genovês. No planisfério maiorquino de Dulcert, de 1339, vinha já indicada a bacia do Níger como centro exportador do ouro; os caminhos que lá conduziam estavam traçados na carta de Mecìa de Viladestes, de 1413. Pelo Sudão e Sáara estendia-se a actividade comercial de judeus, etíopes, egípcios e árabes. O reino dos mandingas fornecia-lhes o ouro proveniente do Alto Senegal e Alto Níger. O mistério rodeava as trocas mudas, em que comerciantes e mineiros não chegavam a avistar-se<sup>1</sup>.

Além das trocas com o Oriente, tecera-se já no interior da sociedade europeia uma rede de relações de permuta de produtos e uma actividade industrial bastante amplas e intensas. Desde o século XIII que as galeras italianas iam buscar a lã em bruto aos mosteiros ingleses, que a forneciam também à Flandres; essa lã era tecida, tinta e confeccionada nas cidades flamengas e em Florença; em pa-

---

<sup>1</sup> Ver adiante o cap. XI.

ga, a Inglaterra recebia os vinhos da Grécia, de Creta, do Reno e de Bordéus, as sedas de Bagdad e os brocados de Damasco, a pedra de construção da França. Por esse tempo, a Liga Hanseática trazia de Novgorod alguns produtos orientais, que aí chegavam vindos do mar Negro, e abastecia-se ainda de madeiras e peles na Rússia, vendia cereais em Londres, transportava para os Países Baixos o cobre e o ferro da Escandinávia, e trocava a cerveja e o peixe pelo sal de que necessitava para salgar os arenques do Báltico. A Hungria exportava a prata para o Ocidente, e a Sicília fornecia o açúcar, embora não dispensasse a sua compra no Levante, e Valência, Ceuta e o Suz o produzissem também.

De modo que as várias regiões estavam já intimamente ligadas, quer pelas linhas curtas, que irradiavam dos grandes centros para localidades menores, quer pelas linhas mestras, que uniam o Meio-Dia às paragens setentrionais: uma, das repúblicas italianas às comunas flamengas contornando a costa atlântica, outra, convergindo dos Alpes e da bacia do Mosa e do Escalda para as cidades da Champagne, a terceira atravessando as estepes russas.

Existiam, portanto, na Europa uma vida comercial e manufatureira própria e vários centros económicos que entravam em disputa para se assenhorearem dos mercados e das bases de proveniência das mercadorias. Por outro lado, o comércio com o Oriente acusava saldo negativo e os metais preciosos eram por isso drenados. Já no Império Romano tal acontecera, e pretendeu-se até que neste ponto estava a razão da crise monetária e social do século III, explicação aliás insuficiente. Mas agora o problema apresenta aspecto diferente, visto que esse desequilíbrio financeiro se combina com a necessidade de alargamento geográfico. A Europa atingira um plano de estrutura económica bem mais complexo e vasto do que a unidade mediterrânea do mundo clássico tinha permitido. É que a base da sociedade romana fôra o latifúndio e a escravatura, e o capital não chegara a exercer influência decisiva. Ao contrário, no século xv, com o trabalho de homens livres e a acção impulsionadora dos valores mobiliários que tentam controlar a indústria e pelo menos culminam pelo comércio, as comunidades urbanas possuem fôrça interna de resistência e dilatação.

O meio do século xiv representa uma viragem para a economia portuguesa, como aliás para toda a sociedade europeia. Aqui, como por toda a Europa, a Peste Negra trouxe a escassez de mão-de-obra e a alta dos salários, com as mesmas consequências que por toda

a parte se registam: endurecimento da atitude dos senhores e proprietários fundiários, oposição de interesses entre os assalariados industriais e os pequenos lojistas e artífices, por um lado, e os burgueses, os homens bons ou honrados, por outro.

Mas a inversão do curso da economia põe em causa outras modificações, além da Peste, que só pôde produzir tais efeitos por se vir inserir em marcha já um pouco antes iniciada. O caudal da mineração na Europa central e oriental (com a possível excepção da Boémia) diminui, e a razão do ouro para a prata cai. Em Florença, por exemplo, esta razão baixa de 13,62 em 1324 para 10,98 em 1345, e continuará a descer até o mínimo de 9,36 em 1450. Em Portugal, um marco de ouro valeu sucessivamente 10,9 no primeiro quartel de Trezentos, 10,2 a meio desse século, 11 a 10 em 1383, e 10 marcos de prata em 1433. Evidentemente, as quebras de moeda esforçam-se por repetir o «milagre dos pães», sem conseguir, é certo, compensar a penúria de metal branco. Durante o século decorrido de 1253 a 1350, o valor da prata flectira seriamente, de  $7\frac{1}{3}$  a 11, se não 12; apesar disso a moeda branca fora desvalorizada de 50%, prova talvez do crescimento firme e rápido da circulação das mercadorias e da produção, do incremento crematístico geral. A inversão da marcha da razão dos dois metais, em meados do século XIV, pode, portanto, revelar a perda de velocidade do ritmo económico – a retracção.

E, na verdade, os estudos e hipóteses de Roberto Lopez para o Mediterrâneo, bem como os de Postan para a Europa setentrional, desenvolvendo uma ideia de Marc Bloch, levam a contrapor a expansão económica e demográfica dos séculos XII, XIII e primeiras décadas do XIV, à longa depressão de que enfermam a segunda metade de Trezentos e os dois primeiros terços, pelo menos, de Quatrocentos. Na Catalunha, e em Aragão e Valência, como mostrou Hamilton, o movimento de longa duração dos preços descreve o arco descendente duma curva desde o ocaso do século XIV até quase 1500.

Sublinhámos acima que até meados de Trezentos a navegação dos portos portugueses e o comércio externo parecem ter estado, no seu maior quinhão, nas mãos de nacionais. Ora, cerca dessa data, o estabelecimento de mercadores estrangeiros em Portugal multiplica-se – representantes dos Bardi e de outras casas florentinas, genovesas e cahorsinas, a que Afonso IV concede privilégios. A sua concorrência aos nacionais parece tornar-se de tal modo virulenta

que intervém até no comércio interno: agravos dos comerciantes portugueses, medidas legislativas alternadas entre o proteccionismo (como as de 1375) e a liberdade patenteiam a profundidade do mal-estar.

As guerras com Castela deflagram em 1369 e, com intervalos de paz, arrastar-se-ão até ao fim do século. Aspecto peninsular da grande crise europeia que foi a Guerra dos Cem Anos – a Inglaterra apoiando-se em Portugal, e a França em Castela, neste conflito de direito feudal e centralização monárquica, lutas pelos mercados do vinho de Gasconha, luta entre lãs inglesas e castelhanas. A intervenção portuguesa, se na sua forma e modalidades, completamente desastrosas, traduz a leviandade do rei formoso e de sua côrte, corresponde todavia a pressões mais fundas. Rivalidade comercial-marítima entre Lisboa e Sevilha (e não, como queria Sérgio, antagonismo do homem do mar – o português – e do pastor – o castelhano), concorrência entre lã inglesa e lã castelhana. Talvez também, na sedutora hipótese de Veiga Simões, desde logo necessidade de dilatação senhorial, a princípio para a Galiza. Seja como fôr, tais guerras só puderam agravar o mal. A fim de obter o auxílio de Aragão, Portugal transferiu para Barcelona alguns milhares de marcos de ouro. As esquadras castelhanas embaraçaram seriamente o tráfico português, e vibraram rudes golpes às forças navais inimigas. O solo português foi, por várias vezes, calcado. A todas estas complicações veio somar-se a crise dinástica de 1383. Mas já antes graves perturbações sociais tinham estalado, as quais alastraram como pólvora a que se chegou o rastilho, nesta ocasião da morte de D. Fernando e da regência da «aleivosa». Os jornaleiros rurais e os pastores arremeteram encarniçadamente contra os castelos senhoriais e contra os cavaleiros. Paralelamente às *jacqueries*, os motins urbanos de aprendizes e oficiais (companheiros), e até dos pequenos mesterais, que marcham de braço dado com os modestos lojistas contra todos os bem instalados na vida. As querelas de facções da nobreza e o descontentamento da alta burguesia levam a uma conspiração de palácio, que atea o fogo, e assim de Norte a Sul estrepitam os conflitos sociais. A arraia miúda levanta-se não só contra a nobreza mas também contra a gente honrada, o povo graúdo – quer dizer, os proprietários a quem os bens de raiz tinham advindo por compra, mercê da acumulação de riqueza mobiliária, e que por isso abandonavam a iniciativa dos negócios pelo sossego das rendas fundiárias, e ainda aqueles grandes negociantes, industriais

e armadores que pretendiam sobrepor-se aos artífices e pequenos mercadores. Ameaçadas por baixo, a burguesia e a classe dos escudeiros escolheram salvar-se pela aliança com os descontentes contra os nobres e o alto clero, e sentam no trono um bastardo. A partir deste momento, a revolução toma o rumo da reconstrução dos antigos quadros sociais em proveito de burgueses e escudeiros, que vão preencher as vagas deixadas pela defecção das anteriores classes dominantes. Aliás, a continuação da guerra de independência, com a concomitante necessidade da cavalaria (mesmo que esta combata a pé terra), age imperiosamente neste sentido. Assim, a estrutura social não é subvertida, mas a capilaridade aumenta, há renovação dos quadros dirigentes, conquista do poder por quadros novos, e considerável acréscimo da força política das classes populares – das comunidades do reino ou povo comum, isto é, das organizações colectivas.

Durante o meio século que começara em 1325, as cômtes tinham-se reunido ao todo nove vezes; ora convocaram-se 27 sessões no decurso dos cinquenta anos seguintes. Depois de 1385, os representantes das cidades e vilas desempenham papel primordial nas cômtes, e no Conselho do Rei a condução da política e a direcção administrativa estão nas mãos dos «letrados» ou legistas. Toda a política monetária do reinado de D. João I, e mais tarde da regência de D. Pedro e do reinado de D. João II afecta os interesses do clero e da nobreza, e favorece a situação dos humildes e dos mercadores. Da revolução sai ainda a nova base financeira do Estado: as sisas, imposto indirecto sobre todas as compras e vendas, generalizam-se a todo o reino, tornando-se a principal fonte de receita do tesouro público, que de oravante assenta, portanto, em alicerces mercantis e fica a depender das flutuações crematísticas. Ora é graças à iniciativa do Estado que se empreende a expansão portuguesa, aberta em 1415 com a tomada de Ceuta; e o papel do poder central continuará a ser extremamente importante.

No balanço final do movimento, verifica-se, pela criação da Casa dos Vinte e Quatro, que algumas reclamações do povo miúdo são satisfeitas, enquanto a gente honrada consegue entrar directamente nos negócios do Estado e, pela guerra com Castela, parte ascende aos quadros da nobreza. Por conseguinte, numa sociedade em transformação, o uso das armas era o meio de tornar indispensável a nova classe que saíra do plano burguês para o plano do domínio da terra.

A paz com Castela não fôra igualmente acolhida por todas as classes do país. Regozijavam-se os mercadores, porque a segurança consentiria reatar o tráfico regular com o interior da Península Ibérica, exportando fruta e outros bens pelos quais se obteriam nobres cousas para guarnição das casas portuguesas. De diferente modo pensavam os fidalgos, pois a continuação da guerra manteria o uso das armas, daria ensejo a roubar as terras inimigas – com o que poderiam enriquecer –, e traria a anexação de novos territórios.

Entretanto, regista-se a baixa real dos réditos da nobreza, problema a resolver pela extensão territorial e recompensas que acompanham a acção militar. Nas côrtes de 1398 surgiram as primeiras queixas; mais tarde o Infante D. Fernando manifesta o seu descontentamento e o desejo «de acrescentar mais seu estado», e em 1433 o conde de Arraiolos escreve a D. Duarte que pela colaboração na conquista de Granada os senhores «serão tornados a seu estado». O navegador Diogo Gomes não fala de «a sustentação dos nobres», e a mesma preocupação não interfere em *A Virtuosa Benfiteira?* Veiga Simões traçou com clareza a embaraçada situação financeira da classe nobre.

Mas alguns eruditos objectaram-lhe que: *a)* sendo a nobreza a detentora da propriedade, os seus rendimentos eram recebidos em géneros, e por isso não era afectada pela desvalorização monetária; *b)* os reis legislaram no sentido de proteger a situação dos nobres que recebiam rendas em dinheiro, compensando a desvalorização monetária com o aumento dessas rendas em certa proporção. Estas objecções não têm consistência. É facto bem assente na história económica que à organização do domínio senhorial com base nas corveias e rendas em géneros, em vigor na época da atrofia monetária e quase ausência de urbanismo, sucedeu a organização com base nas rendas em dinheiro, na substituição das prestações de serviços por contribuições monetárias e no arrendamento do *mansus indominicatus* em parcelas: e tal transformação é anterior ao século xv, o que não significa que não persistissem algumas rendas em géneros. Para fugir aos efeitos da depreciação da moeda é que muitos senhorios voltarão à fixação dos foros e rendas em géneros, devendo ser pagos a dinheiro aos preços do mercado. Por outro lado, se é incontestável que os reis procuraram amortecer os efeitos da desvalorização monetária nas rendas nobres, não menos incontestável é que a proporção do aumento das rendas nunca compensou a depreciação do dinheiro, e ainda sob D. João II os nobres protesta-

vam, sem resultado (Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, cap. IV). É de crer que os prejuízos que a nobreza assim sofreu tenham sido factor decisivo para a lançar no comércio e na aventura marítima no final de quatrocentos e em quinhentos; a experiência de um século de desvalorização mostrava que a terra já não podia ser a base da posição social.

Assim, os reflexos da crise económico-social europeia, cujos fundamentos apontámos, combinando-se com as perturbações das guerras da independência, fazem convergir na nossa sociedade a dupla aspiração da nobreza a aumentar as suas terras e da burguesia a conquistar novos mercados.

Os factores que principalmente determinaram a primeira fase das conquistas e descobrimentos além-mar afiguram-se-me ser os seguintes:

*a)* A fome do ouro, e os embaraços provocados pela anemia da circulação monetária nos meios comerciais, ansiosos, por consequência, por deitar a mão directamente aos mercados de produção do metal amarelo.

*b)* Como as quebras de moeda reduzem os rendimentos fixos, 1) as casas senhoriais visam anexar novos domínios, os cavaleiros, mal sustentados por elas, almejam constituir senhorios próprios, ou então 2) umas e outros buscam enriquecer-se pelo corso e pelo roubo.

*c)* O déficite cerealífero, que a insuficiência de meios de pagamento para as compras ao estrangeiro torna ainda mais agudo, só pode resolver-se pela conquista de campos de trigo já existentes ou sementeira de ermos, e pelo desenvolvimento dos circuitos mercantis.

*d)* O dinamismo dos interesses açucareiros (na feliz expressão de Braudel): a cultura da cana, possivelmente ligada a uma tradição moura, desenvolve-se em Portugal (Algarve, campos do Mondego) a partir de 1400; como alvo aparecem as regiões de açúcar de Ceuta-Tânger e do Suz; procuram-se novas terras para alargar o plantio – e nas ilhas despovoadas se encontram.

*e)* A procura de escravos 1) para servir de mão-de-obra nas plantações de cana sacarina e nos engenhos, por um lado, e 2) como forma de investimento (alugam-se ou instalam-se com oficina, revertendo o ganho para o dono), por outro lado.

*f)* A procura de 1) goma-laca para a tinturaria e para o apresto



da seda, e 2) de côres para a indústria tintureira: sangue de dragão, urzela, grã, pastel, anil, brasil, cochenilha.

g) A procura de coiros e peles (de foca, por exemplo) para o calçado e marroquinaria.

h) O alargamento da área das pescarias.

Pluralidade de interesses, nem sempre compatíveis, motivações diversas põem em cena mercados, escudeiros e cavaleiros, e também instituições – a Coroa, a Ordem de Cristo, casas senhoriais. São aventuras ou tratos de agentes individuais ou de grupo, são ações de envergadura planeadas com intencionalidade, conscientemente concebidas. Dirigem-se aos espaços conhecidos – Marrocos, o Mediterrâneo, os centros europeus. Mas a até aí não sonhada novidade é a busca de espaços desconhecidos, antevistos tão-só por lendas e mitos, como igualmente a abertura de rotas que levem ao rico Oriente, ligando os oceanos. Há que atender à exigência da preparação cuidada, da recolha sistemática de informações, de actuação metódica, persistente, assumindo imprevisíveis modalidades de navegação, guerra, relacionamento com os outros que não se sabe quem são.

Formas novas de pensar e agir, adaptações e mudanças. Em suma, homens de carne e osso, cujas condutas têm de se elevar ao plano consciente de situações, fins, escolha de meios, mas que podem continuar imbricadas na ganga das tradições.





CAPÍTULO VI

AS MANEIRAS DE SENTIR E DE PENSAR  
E O COMPORTAMENTO ECONÓMICO



Por detrás dos vectores da estrutura social, os homens, na complexidade dos seus valores, símbolos, atitudes, carris de conduta, formas de sensibilidade, utensilagem mental – nos planos conexos do individual e do colectivo, do consciente e do inconsciente. Aqui, porém, mais ainda do que no aspecto anterior, a pesquisa não tem desembraiado e a visão histórica tem restringido seu campo a um único ponto, e este mal focado.

Na verdade, quando se julga fazer intervir os chamados «factores psicológicos» – expressão equívoca – é tão só (exceptuemos Jaime Cortesão) para defender que a expansão ultramarina, desde os seus primórdios, resultou exclusivamente, ou, pelo menos, preponderantemente do «espírito de cruzada» que animaria o Infante D. Henrique, D. João II e os seus respectivos colaboradores e navegadores. Só no reinado de D. Manuel a ebriedade das riquezas orientais teria sufocado a generosa abnegação dos que partiam a combater os infiéis, a «seita do torpe Mafamede». A dilatação geográfica do século xv continuaria a cruzada de reconquista cristã da Península Ibérica. Esta explicação, que remonta à *Ásia* de João de Barros e teve em Joaquim Bensaúde o seu mais estrénuo defensor, denomina-se comumente «tese religiosa», do mesmo modo que alguns apelidam «tese económica» uma interpretação que atribua à cobiça o papel de mola.

Seria fácil eliminar o problema, cortando, com António Sérgio, o nó górdio, quer dizer, admitindo que não há qualquer relação inteligível entre o cristianismo e as navegações e conquistas, o que imediatamente implicaria a negação da «causa» religiosa. Mas Sérgio engana-se ao supor que não há tal relação inteligível, porquanto interpreta a mensagem evangélica de uma maneira que não corresponde à interpretação que dela se dava nos séculos xv e xvi. Antes

de mais, é necessário analisar quais eram as ideias e sentimentos religiosos *dessa época*, independentemente das nossas concepções, para em seguida determinar se podiam ou não mover os feitos guerreiros que para Sérgio são antagónicos com o Cristianismo. Este historiador vê-se obrigado, para harmonizar a realidade com os seus princípios, a atribuir à hipocrisia larga função na sociedade quatrocentista e quinhentista, generalização certamente inadmissível de casos irrefutavelmente estabelecidos.

Poderemos prever os limites, o valor da ideia de espírito de cruzada como hipótese de explicação do expansionismo quatrocentista e quinhentista? O mais elucidativo será descortinarmos os limites, o valor da ideia de espírito de cruzada como hipótese de explicação das próprias cruzadas. Ora assentou-se já, indubitavelmente, que o espírito de cruzada não explica as cruzadas, nem sequer é o factor primacial da sua génese. Como explicá-las, então? O primeiro ponto a ter em conta é que as cruzadas constituem unicamente um aspecto de um movimento muito mais vasto: a expansão europeia do século XI ao século XIII. Por outras palavras: de 1050 a 1290 há vários movimentos de expansão no interior da Europa, de região para região, e da Europa para o exterior. A conquista da Inglaterra pelos normandos da Francia, a formação do reino normando das Duas Sicílias e sua penetração nos Bálcãs, a tentativa normanda contra o delta egípcio, a Reconquista na Península Ibérica, a primeira guerra anglo-francesa, a guerra dos albigenses (da França do Norte contra a França do Sul), a política italiana dos imperadores germânicos, a ocupação da Córsega e Sardenha pelas cidades italianas, formam com as cruzadas os múltiplos movimentos de expansionismo neste intervalo superior a 200 anos. Como a maior parte desses movimentos não assume o carácter de cruzada, e as próprias cruzadas a ele fogem muita vez, depreende-se que agiram causas gerais, comuns, que são as fundamentais, e de modo algum o espírito de cruzada. Aliás o expansionismo da segunda metade do século XI e século XII não se manifesta só pela guerra mas também pela colonização no interior da Europa, que conduz populações da Flandres e da Francia tão longe como a Prússia Oriental e os Bálcãs.

O facto fundamental que determinou todos os movimentos expansionistas foi a revolução demográfica do século XI. Do século IX ao XI o volume e a densidade populacionais reduziam-se aos números mais baixos, a sociedade estava organizada, de acordo com o nível demográfico, nos quadros da economia dominial, do senhorio

funditário, dos laços vassálicos, os recursos técnicos eram muito restritos, a produção mal ultrapassava o necessário à mais magra subsistência, o mercado, ou seja, a sistemática e regular relação da compra e venda não orientava o funcionamento da economia, a moeda escasseava, os raros núcleos urbanos mal se distinguiam da vida rural. O advento da segurança externa pelo terminar das incursões, e a estabilização dos quadros sociais inflectiram a curva demográfica em sentido ascendente na primeira metade deste século, e desde aproximadamente 1050 que o volume populacional se tornou incompatível com os recursos económicos e o sistema jurídico. A situação apresenta-se, agora, sob o duplo aspecto de camponeses sem gleba para cultivarem e de cavaleiros sem feudo para se manterem. Forma-se, à margem dos quadros senhoriais, a massa dos desenraizados, vagabundos e aventureiros. Para resolver o problema, várias directrizes se desenham: a expansão guerreira – a conquista de novos territórios pelos cavaleiros a fim de constituir novos feudos; a progressão colonizadora, das regiões mais densamente povoadas para as menos povoadas, o desbravamento de florestas e mataçais e a secagem de pântanos e paúis para arrotear as terras incultas; a pilhagem e o roubo, a aventura sem objectivo previamente fixado em regiões longínquas e ignotas; a intensificação da produção por invenções que renovem a técnica agrícola; a criação de géneros de vida novos – génese do comércio e da indústria. Todas estas directrizes foram percorridas. Mas ao lado destas correntes de interesses – cavaleiros em busca de feudos, camponeses em busca de terras, senhores em busca de mais vastos senhorios para manter o excesso de cavaleiros e camponeses, aventureiros em busca de mercadorias para transaccionar, artífices em busca de matérias-primas para confeccionar e de encomendas – traçam-se as correntes que se ligam aos interesses do Império bizantino, às necessidades das cidades italianas (mais precoces do que as restantes europeias) e à política da Santa Sé. Bizâncio, adquirida nova prosperidade com o renascimento sob os Comenos, pretende reaver a Anatólia e o Norte da Síria, de importância primacial para o domínio da navegação no Egeu e para a posse das rotas do tráfego com a Ásia: é um período de expansão para o império do Oriente, que alastra de novo o seu poder pelos Bálcãs e aí entra em conflito com os normandos. Por seu turno, as cidades italianas pretendem quebrar o anel de ferro muçulmano que aperta a sua actividade mercantil e reabrir o Mediterrâneo ao tráfego europeu (a difusão do islamismo rompera a



unidade mediterrânea do mundo antigo e fechara a Europa, numa primeira etape, mas depois é a economia islâmica que estimula a recuperação da economia cristã)<sup>1</sup>; ao mesmo tempo, anseiam por obter vantagens comerciais no Império bizantino, por o subjugar à sua supremacia financeira e mercantil. A Santa Sé, reunificada e consolidada desde Gregório VII, visa realizar a unidade cristã e assegurar o seu domínio político sobre a Cristandade, e possivelmente não escapou à influência dos interesses das cidades italianas.

À medida que a expansão se desenrola e a sociedade europeia se transforma, novos factores de expansionismo se geram: a desagregação do sistema senhorial sob os golpes da economia monetária, a difusão do urbanismo ligado ao tecer da teia comercial e ao desabrochar das profissões manufactureiras, o poder crescente da realeza. Neste complexo conjunto o papel do espírito de cruzada consistiu em canalizar certas correntes de expansão – só algumas – para o objectivo de libertar o Santo Sepulcro e a Terra Santa. E nem sempre o conseguiu. Não falo só da quarta cruzada, ligada à luta económica entre Veneza e Génova. Falo da primeira mesmo<sup>2</sup> e de todas as que se seguiram, em que há sempre aspectos divergentes (embora não constantemente preponderantes), e em especial da cruzada de S. Luís contra Tunes. Bensaúde, ao aludir a esta cruzada, dá-lhe uma interpretação que é a transposição para o século XIII de ideias dos séculos XIV e XV. Não foi para ferir um dos pontos nodais do poderio muçulmano que S. Luís atacou Tunes, mas porque se deixou influenciar pela pressão dos Anjou de Itália, interessados no comércio mediterrâneo (em especial norte-africano); Marc Bloch, aliás, sugere que S. Luís se enganou muito simplesmente porque não dispunha de mapas.

Como resistir à tentação de transcrever uma página luminosa do orientalista René Grousset, autor de uma história das Cruzadas?

«Ao êxito de todas as tentativas de colonização de certa importância é imprescindível um ideal, que aos sentimentais encha os peitos e desfralde os estandartes, e, para os homens de negócios, dissimule o cinismo dos interesses. Ora, tais sentimentos, venezianos e genoveses por um lado, hanseatas, por outro, partilharam-nos ardentemente. Uns e outros tiveram a sua bandeira, e que bandeira!

<sup>1</sup> Vejam-se os estudos de Maurice Lombard, corrigindo os de H. Pirenne.

<sup>2</sup> Roberto Lopez, *Storia delle Colonie genovesi*, 1938, pp. 77-92.

Nada menos que a da cruzada. Não era a pesca do arenque que [aparentemente] movia os hanseatas, nem a demanda das especiarias que movia os venezianos, era, sim, a guerra santa. Pisanos, genoveses e venezianos concorreram poderosamente, no século XII, para a fundação do reino de Jerusalém, do condado de Tripoli, do principado de Antióquia. Sem o apoio constante das suas esquadras, sem o domínio do mar que elas asseguravam aos estados francos, estes não teriam decerto sobrevivido à imediata contra-cruzada egípcia ou turca. Após a queda de Jerusalém em 1187, foram as esquadras italianas que permitiram à Terceira Cruzada reconquistar o litoral e, em seguida, ajudaram a mantê-lo durante um século nas mãos dos príncipes francos.

«É verdade que as repúblicas italianas trabalhavam assim em benefício próprio. O senhorio da Síria e da Palestina pelos estados dos cruzados significava as firmas italianas donas de todo o comércio do Levante. À sombra do Santo Sepulcro libertado prosperavam as feitorias pisanas, genovesas e venezianas de Acre e de Jafa, de Tiro e de Beirute, de Tripoli e de Lattaquié. A mesma associação da fé e do comércio mostrar-se-á com mais brutalidade no desvio da Quarta Cruzada, quando a guerra contra o Islame se transforma em guerra contra a heresia bizantina, para acabar, no Bósforo, na fundação de um império latino que não passará de biombo destinado a esconder o estabelecimento da hegemonia naval e do monopólio mercantil de Veneza no mar Egeu. De igual modo no Báltico, o monopólio marítimo de Hansa aparecerá como o prolongamento comercial de outra cruzada: a que elevou os Cavaleiros Teutónicos a senhores soberanos da Prússia, da Letónia e da Estónia.»

Mas: «A rivalidade comercial das firmas venezianas e genovesas conduz, nos portos latinos da Síria, a terríveis batalhas navais, acompanhadas, em terra, por combates de ruas, no decurso dos quais os descendentes dos altivos barões da cruzada já não são mais do que clientes e soldados ao serviço dos mercadores de Veneza e de Génova, soldados que se matam uns aos outros pelos seus patrões respectivos.

«É a inversão dos valores sociais tradicionais. Os representantes dos interesses económicos ditam agora a lei aos mais altos senhores. A banca passa à frente do brasão. E o brasão, para poder continuar a desempenhar o seu papel, não hesita em ir solicitar a banca. Em 1203, a mais orgulhosa nobreza francesa e flamenga apresentou-se

como humilde suplicante ante os arrogantes armadores venezianos. Para poder entregar-se ainda ao nobre jogo da cruzada, um conde de Flandres, um marquês de Montferrat, um senhor de Villehardouin têm de empenhar adiantadamente ao banco de São Marcos o melhor quinhão das suas futuras conquistas. Triunfo do capitalismo: para lhe encontrar condigno precedente seria preciso remontar aos últimos tempos da República romana...» «Ainda desta feita o capitalismo engendra o imperialismo e a política de anexações. A fundação do Império latino de Constantinopla apresenta-se assim como empreendimento bancário, em pé de igualdade com, por exemplo, a criação da Rodésia no fim do século XIX.»<sup>1</sup>

Mas esses extraordinários movimentos de multidões que foram as Cruzadas desenrolaram-se em diferentes planos, e a tal multiplicidade não corresponde evidentemente um espírito único de cruzada, antes vários, até opostos. Na Europa cristã em rápida progressão populacional desde o século XI, enfrentando o desequilíbrio de recursos e a extrema incerteza da existência, vivem os homens na «alucinação da miséria» e no terror do fim do mundo, sentindo agudamente a total instabilidade e fragilidade de tudo. Ambiente de emoções caóticas, angustiado e fascinado pelos prodígios e aparições, pelas visões proféticas, as massas vibram de superstições e ritos, na feliz expressão de Alphandéry, atormentadas pela ideia de salvação. A cruzada surge em proliferação espontânea, é uma tumultuosa aventura ao apelo de eremitas e profetas, «in peccatorum remissionem», expiação dos que pecaram, anelante anseio das massas de tudo desprovidas que vão em busca da Terra da Promissão; para a merecer é preciso ser pobre ou pelo menos rojar-se de humildade. É a aventura vivida entre os pólos dos instintos soltos e da penitência, busca directa da salvação na terra e numa religião sem hierarquia. Cruzadas de pobres, cruzadas de meninos, cruzadas de pastorzinhos: são os inocentes que se salvam, é o seu sacrifício que redime.

Rolam os anos. Novos alicerces económicos se firmam, as cidades e aldeias organizam-se em comunas, em concelhos, aos eremitas e às massas errantes sucedem os conventos multiplicando-se, as peregrinações organizadas, e enquanto a hierarquia eclesiástica chama

---

<sup>1</sup> Prefácio a *Les villes marchandes aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles*, de Régine Pernoud (Paris, 1948), pp. 16-9.

a si a direcção desses movimentos religiosos populares que roçavam pela heresia, a cruzada é organizada pelos reis e chefes, sólidamente enquadrada pela classe dos cavaleiros. Tornou-se política de expansão, e nestes meios o seu espírito tende a confundir-se com o espírito de cavalaria. Terceiro plano: é a cruzada ao serviço dos empórios como Veneza e Génova, feita expansão económica protegida pelas armas. Estabilizou-se doutrinariamente, creou o seu ritual e o seu formulário, as suas condutas pré-fixadas. Todavia a corrente profunda de redenção terrestre e celeste das massas angustiadas continua, conquanto espaçada, menos visível, até confluir nas heresias como a dos Valdenses e nas Jacqueries e sublevações sociais do século xiv. Essa persistência profunda no inconsciente colectivo explica que, passando embora de mito de massas vivido das entranhas, a ideologia de Estados e grupos dominantes, a cruzada conserve tanta da sua sedução e seja apelo por estes tantas vezes lançado, jogando na confusão dos planos de aspirações<sup>1</sup>.

As cruzadas de São Luís marcam a passagem da grande expansão territorial europeia de 1050 a 1270, ao período, que abre cerca de 1285, de culminância do choque das três potências burguesas de Veneza, Génova e Catalunha, pelo domínio do Mediterrâneo e das transacções com o Levante, e de projectos e tentativas para alcançar rotas mais directas ou sem intermediários para as especiarias, pedras preciosas, tecidos de luxo, etc. (Vivaldi, Raimundo Lúlio, Marino Sanudo...); esta nova fase liga-se à penetração pacífica europeia na Ásia, ao estabelecimento de mercadores cristãos no Norte de África, à formação do império mongol e do poder otomano: é o período dos missionários e dos comerciantes que devassam o Oriente – dos Polos, em suma. Como escreveu Alphandéry, «La Croisade, d'intention et de fait universaliste, devient une entreprise d'impérialisme commercial». É este o sentido dos projectos de Sanudo, Lúlio e outros<sup>2</sup>.

Esta digressão a discutir a génese e evolução das Cruzadas serviu para provar o que avançáramos, de que elas não se explicam pelo espírito de cruzada e que aliás o que há são espíritos de cruzada

---

<sup>1</sup> Sobre tudo o que antecede, Paul Alphandéry, *La Chrétienté et l'idée de croisade*, Paris, 2 vols., 1954-1959; Alphonse Dupront, *Le mythe de croisade – Essai de sociologie religieuse*, tese Sorbonne 1956.

<sup>2</sup> *La Chrétienté et l'idée de croisade*, t. II, Parte III, cap. 2.

vários. Base de primacial importância para avaliarmos o papel deste espírito nas origens dos descobrimentos e conquistas, ao mesmo tempo que nos dá o modelo de explicação a buscar no que a estas concerne.

A ideologia persiste, mesmo num mundo em mutação.

Ao abrir o século XVI a expansão otomana estende-se pelo Próximo Oriente e Mediterrâneo levantino e até central, ameaçando a própria Veneza. Respondendo ao apelo do doge, D. Manuel envia a esse mar uma forte armada com poderosa artilharia, que retira contudo sem ter empreendido qualquer acção de monta. A Senhora não desiste de mobilizar contra os Infiéis os príncipes cristãos, e manda à côrte portuguesa Pietro Pasqualigo. Na Oração de apresentação, em 20 de Agosto de 1501 em Lisboa, o embaixador intenta convencer o soberano português a juntar as suas fôrças à luta pela fé de Cristo. Dirige-se ao Rei cristianíssimo que governa o povo igualmente cristianíssimo, sob cuja égide se percorreram os grandes oceanos, se encontraram novas terras e litorais e exploraram ignotas gentes e ilhas, abrindo-as ao comércio. Trata-se de defender a *res Christiana*, a *res publica Christiana*, ou seja, a Cristandade, pois o incêndio turco, se subverter Veneza e a Grécia, pode subverter «universa Europa». Esta designação de *Europa* é utilizada no final e só o fôra mais uma vez, no começo – a localizar as gentes e povos, reinos e nações que se espera acorram em auxílio da cidade de Veneza. Não é porém a ela que se apela, não é ela que se pretende defender, é, sim, a Cristandade, à voz do Senado e povo da república véneta.

Repare-se: num mundo aberto ao comércio pelas navegações é o valor da fé cristã que se apregoa como norte das acções – contra o Infiel, pela salvação da Cristandade. E tal, no que se proclama em nome da maior potência mercantil de então.

O que representaram o espírito de guerra ao infiel e o espírito de proselitismo na ideologia do Portugal de Quatrocentos? Também para responder convém remontar aos primórdios da nação. David Lopes e Carl Erdmann (e tantos outros) puderam estabelecer que a Reconquista não revestiu nos primeiros séculos o carácter de Cruzada, nenhum antagonismo profundo separava mouros e cristãos; a ideia de cruzada é importação estrangeira na Península Ibérica – rastilho da grande expansão feudal-monástica que tem o

seu centro de irradiação além-Pirenéus. O *Cantar de Mio Cid* contrasta com a *Chanson de Roland*. Nunca o ódio ao mouro se firmou entre nós, e a própria essência da ideia de cruzada (como notou Erdmann) alterou-se estruturalmente quando transplantada, melhor até, enxertada, no ambiente hispânico, pois o fim espiritual ecuménico que caracterizava à raiz a guerra santa cedeu à preponderância dos interesses nacionais dos reinos neo-góticos.

Entre a batalha do Salado (1340) – a última em que portugueses enfrentaram os mouros em território peninsular – e a tomada de Ceuta (1415) medeiam três quartos de século, período talvez mais que suficiente para extinguir uma ideologia e gerar outra, sobretudo se atendermos a que no intervalo se guerreou o vizinho cristão, quer para tentar a dilatação à sua custa, quer para defesa da casa própria. Salado, porém, é um brusco sobressalto numa curva em acentuado declínio desde 1250, embora entretentes – primeiro quartel do século xiv – afluísse o projecto de transpor a guerra para Marrocos, o qual não chegou a ser posto em execução. Como podem bastar tal batalha e tal plano para assegurar a continuidade num período de 165 anos? Ora só muito tarde – século xii – a ideia de cruzada penetrara no ambiente peninsular. É precisamente no século xiv que veio a ser projectada retrospectivamente nas primeiras lutas nacionais: na *Crónica da Fundação de São Vicente*, da era trecentista, Afonso Henriques é apresentado como um cruzado.

Em 1379, D. Fernando desliga-se do papa de Roma Urbano VI e declara-se por Clemente VII de Avinhão. No ano seguinte envia uma embaixada, composta pelo bispo de Lisboa e um cavaleiro, a Avinhão, ao duque de Anjou, seu aliado, e a Paris. Perante Charles V proferiu Martinho um discurso em latim, em 14 de Julho de 1380, no qual acentuava que a monarquia portuguesa nasce e cresceu ao serviço da fé: «Illa enim domus, gloriosissime princeps, fundata est in ampliando fidem et Ecclesiam et divinum cultum. Parcat michi Serenitas vestra! Non lego multos reges qui ampliando fidem acquirerent sibi regni coronam, cum alias non essent reges: set lego regem Portugalie solo zelo fidei catholice acquisivisse sibi coronam regni, cum alias non esset rex, ab infidelibus Sarracenis.» E tal luta contra o infiel só não continua porque já não há fronteiras comuns: «Etsi Sarraceni sunt in Yspania, non in confinibus Portugalie, set Castelle et Aragonie, nec rex noster posset habere ingressum ad eos nisi per terram Castelle et longam satis: alias non dubito quod non continuet eos ibi morari sub perfidia Maho-

meti.» Mas na realidade trata-se de episódio da vasta Guerra dos Cem Anos – e da aliança, desejada por Clemente VII, da França, Castela e Portugal<sup>1</sup>.

Fundamentalmente deve vincar-se que a ideia de cruzada revestia importância política, pois colocava ao serviço dos fins do Estado as forças psicológicas da religiosidade e legitimava jurídica e moralmente esses fins; importância financeira, porquanto a concessão da cruzada implicava o direito a receber os *dinheiros da cruzada* (utilização dos dízimos para fins da guerra contra o infiel), rendimento tão pingue que no século XIV todos os príncipes ao despique o solicitam sob todos os pretextos possíveis. Portanto, as vantagens da cruzada ressaltam à evidência: *a*) justificação jurídica dos fins de guerra do Estado; *b*) recurso financeiro muito apreciável para a realização desses fins; *c*) justificação moral desses fins; *d*) força psicológica para a valentia dos guerreiros (nunca esqueçamos os factores psicológicos na guerra). A mescla de sentimentos cristãos e de vantagens político-materiais vincou a luta armada no meio peninsular, como provou Carl Erdmann<sup>2</sup>.

Estas considerações tornam só por si improvável a existência de *puros cruzados* no Portugal quatrocentista e quinhentista – como os não há então já no resto da Europa. Seria o Infante D. Henrique um tal cruzado?

Os objectivos que se atribuem a um indivíduo e os que ele próprio se propõe ou confessa não são sempre, quase nunca, as motivações reais da sua conduta, as causas de que depende: o que torna extremamente difícil, se não desesperado, o problema de explicar uma personagem histórica, pois as fontes só nos apresentam em geral os motivos conscientes. Dispomos principalmente de fontes narrativas, e os cronistas transmitem-nos já a sua interpretação, a sua sistematização pessoais – ou do meio para que trabalham; nela não podemos confiar cegamente, pois lhes faltava o conhecimento do mecanismo da vida social e das leis da vida mental, e serviam uma ideologia determinada.

Apesar de todas estas restrições, gravíssimas, não é inteiramente impossível penetrar nos propósitos de alguns dirigentes, por exem-

---

<sup>1</sup> Publicado por N. Valois, na *Bibliothèque de l'École des Chartes*, t. LII, 1891, pp. 485-516.

<sup>2</sup> *A ideia de cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940.



plo D. Henrique, mas precavendo-nos de assimilar a descrição dos objectivos que se propõem à explicação da sua conduta.

Ao discutir-se a personalidade de D. Henrique têm-na definido quer como um cruzado quer como um sábio ou como um comerciante, dominado ora pela fé, ora pelo espírito científico, ora pela cobiça do proveito. Tais disjunções relevam, porém, do pecado do anacronismo, e antolha-se-me mais equilibrada e plausível a figura que ressalta das próprias fontes coevas, cuja interpretação tem falhado demasiadas vezes.

Na sua carta a D. Duarte, de 1436, declara o Infante que os fins da vida são: 1.º salvação da alma; 2.º honra da pessoa, nome, linhagem e nação; 3.º alegria do corpo (prazer); 4.º ganho temporal; e observa que este último é, no fundo, um meio ao serviço dos outros fins. Em meu entender tem-se errado totalmente na interpretação deste documento, e errado sob um duplo aspecto.

Em primeiro lugar, o que em tal carta é significativo não é que o ganho temporal apareça como o último dos fins e verdadeiramente mais como meio do que como fim, nem tampouco que o prazer esteja colocado em terceiro lugar, e com a nota de que é fim precívél, transitório, pequeno; o que realmente surpreende é que o prazer e o ganho temporal sejam já mencionados na escala dos fins da vida – mesmo com restrições. Tem-se desatendido por completo a que a evolução social dos ideais de vida é mais lenta do que a evolução da própria vida social: a tal ponto que a classe dos mercadores, existente desde o termo do século XI, só no século XIV é integrada na ordem providencial da cidade terrena, dispondo-se de oravante a hierarquia, do topo para a base: *oratores, bellatores, mercatores, laboratores*, ao passo que até então só se reconheciam como classes os *oratores, bellatores e laboratores*. As *Ordenações Afonsinas* ainda dizem que Deus quis que o mundo se mantivesse por três estados: oradores, os que rogam pelo povo; defensores, os que o hão-de defender; manteedores, os que lavram a terra por que os homens hão-de viver e se mantêm (Livro I, título 63). Mas já D. Duarte alinhava, depois dos dois primeiros, os oficiais (juizes, vedores, etc.), os lavradores e pescadores – assim como pés em toda a cousa pública –, e os que usam de artes aprovadas e mesteres (*Leal Conselheiro*, cap. IV). Em pleno século XVIII ainda se punham graves objecções ao lucro comercial, que contudo remontava ao século XII e já dominava parte importante da vida económica no século XVI. Além disso, se só na era de trezentos se reconhece a legitimidade da classe



dos mercadores (aliás a nova concepção tem as suas raízes no século XIII), a verdade é que só na medida em que desempenha uma função social e limita estritamente os lucros. Por outro lado, deve notar-se que no século XV nasce a moderna ideologia económica, ainda timidamente, por exemplo com St.º Antonino de Florença que se pode já contrapor a S. Tomás de Aquino, e que o ideal da burguesia de então é ainda dominado pelas preocupações religiosas, pelo escrúpulo das *virtudes*, de modo tal que o lucro se subordina plenamente à salvação da alma, ao amor da família, ao equilíbrio das paixões. Nenhum burguês de quatrocentos ou mesmo de quinhentos – nem sequer um Jacques Coeur, um Frescobaldi, um Fugger, um poderoso capitalista qualquer – ousaria afirmar o ganho temporal ou o prazer como fim supremo da vida, todos considerariam aquele, meio, e este outro, fim secundário. Por estas razões é perfeitamente ingénuo pretender que se o Infante D. Henrique fosse movido pela cobiça colocaria acima de tudo o ganho temporal<sup>1</sup>. Como se vê por aqui, o Infante não é já dominado inteiramente pelo espírito de cruzada. Em segundo lugar, errou-se na interpretação da carta ao deprender que o Infante agia por espírito de cruzada do facto que eleva a salvação da alma a fim supremo. A salvação da alma podia obter-se de várias maneiras – por exemplo, resgatando cativos cristãos, fundando igrejas, dando esmolas, etc. – e não só necessariamente pela guerra aos infieis. Só tem interesse aduzir que a salvação da alma é o fim supremo para contrastar a ideologia do século XV a outras ideologias que tudo subordinem à felicidade terrena, ao prazer, ao dever, etc. Mas é certo que na sequência da carta o Infante pretende mostrar que a guerra aos mouros se conforma com os fins da vida, devendo ainda aqui notar-se que a prefere porque é a maior honra que há neste mundo e não por ser a melhor forma de servir a Deus.

Se a carta a D. Duarte não autoriza a interpretação exclusivista do Infante unicamente como cruzado, menos ainda a autorizam outras cartas do Infante e as referências das fontes narrativas. Pela

---

<sup>1</sup> No século XVII Severim de Faria ousará afirmar que os dois pólos sobre que se movem todas as cousas do mundo são honra e proveito (apud. *Antologia dos Economistas portugueses*, pág. 224): mas caso lhe perguntássemos se o fim supremo da vida *deve* ser a salvação da alma, não hesitaria em responder afirmativamente.

carta henriquina de 26 de Dezembro de 1457, atesta-se inequivocamente que as razões que moveram o Infante foram: o inquirir dos mares, terras e gentes, a conversão de cativos infiéis, o desenvolvimento do comércio do ouro e outras mercadorias. Zurara apresenta cinco razões: haver de tudo manifesta certidão para além do Bojador, comércio com as regiões que se descobrirem, conhecimento do poder dos mouros para segurança da Península, busca de rei cristão para auxílio na guerra contra os mouros, conversão das almas dos infiéis. Duarte Pacheco aponta: a conversão das almas, o comércio do ouro e de outras ricas mercadorias, a guerra aos infiéis. Diogo Gomes fala no desejo de conhecer novas ilhas e regiões de terra firme, na perseverança na guerra contra os sarracenos pela fé cristã, mas declara também peremptoriamente que o Infante foi movido pelo comércio do ouro, e igual afirmação vem em Jerónimo Münzer. As transcrições documentais comprovativas podem ler-se em *Documentos sobre a expansão portuguesa*, vol. I, cap. III e IV.

Como se vê, há notável acordo entre as fontes quatrocentistas (o *Esmeraldo* é de 1505-8 mas o seu autor viveu já na segunda metade do século xv e o pai privara com o Infante), incluindo nestas fontes as declarações do próprio D. Henrique.

O cronista consigna em primeiro lugar a vontade de saber a terra que ia além das ilhas da Canária e de um cabo que se chama Bojador; o desejo de saber a verdade, de ter de tudo manifesta certidão. Diogo Gomes (mas trata-se de passagem segundo toda a probabilidade interpolada por Behaim) fala também do desejo do Infante de conhecer as regiões afastadas do oceano ocidental, se acaso haveria ilhas ou terra firme, e numa sua carta de doação D. Henrique revela que o movera o estar certo que de memória dos homens nunca existira na Cristandade notícia dos mares, terras e gentes para além do cabo Não contra o meio dia. Os três testemunhos concordes forçam-nos a admitir como uma primeira razão que moveu o Infante, a curiosidade indagadora, a vontade de conhecer descritivamente a superfície terrestre, o que não deve confundir-se com o espírito científico, que além do espírito crítico implica a noção de lei científica, ignorada no século xv. Nessa carta de doação o Infante fala em seguida da conversão dos infiéis cativos à santa fé, o que é por Zurara apresentado como quinta razão. Em terceiro lugar aponta D. Henrique o proveito que advém para o reino e para a Cristandade das mercadorias e ouro africano, o que o

cronista também consigna, sob a rubrica de segunda razão, e Diogo Gomes e Münzer igualmente consignam. Zurara e Diogo Gomes referem o desejo do Infante de guerrear os mouros para defesa da fé cristã, procurando o possível auxílio de um príncipe cristão que na África se encontrasse. É preciso vincar que no ânimo de D. Henrique estas razões são outras tantas maneiras de servir a Deus e ao rei.

Sintetizaria nos seguintes tópicos as razões que o moveram:

- a) Curiosidade geográfica (pré-científica);
- b) Espírito de guerra aos infiéis (espírito de cruzada);
- c) Anseio de conversão das almas (espírito de proselitismo);
- d) Preocupação comercial pelo ouro e outras mercadorias (escravos, açúcar...);
- e) Ambição de honra e acrescentamento da sua casa senhorial.

São estas as razões conscientes que moveram o Infante, quer dizer, as razões que ele próprio declarou moverem-no e que os coevos lhe atribuem. É claro, *como todos os homens do seu século*, D. Henrique subordina a vida aos fins: serviço de Deus – salvação da alma, serviço do rei – honra e acrescentamento. Mas talvez não seja possível discernir a motivação verdadeira da sua conduta – que poderia, aliás, reconhecer e não declarar nem deixar adivinhar – e não se me afigura mais fácil, ao invés, remontar às causas das suas acções: as descrições dos contemporâneos, as declarações do próprio, o que sabemos da sua vida não bastam, muito provavelmente, para *determinar cientificamente o seu carácter* – o seu temperamento e a influência nele da educação e do meio. Certos traços podem, porém, desenharem-se.

Cientista, quer dizer, mentalidade crítica e construtiva capaz de definir problemas teóricos, de formular hipóteses explicativas de conjuntos de factos e de as submeter à prova da observação sistemática ou da experimentação, a fim de chegar ao estabelecimento de relações constantes, se possível de forma quantitativa: certamente não o era – e como poderia sê-lo, dada a utensilagem mental de Quatrocentos? Não há sequer provas de vasta cultura ou erudição, nem de forte preparação «científica», e nada indica que incitasse a sério o desenvolvimento da ciência. Sem dúvida sentia o acicate de desvendar novas terras e novos mares, essa curiosidade descritiva, concreta que não podemos baptizar ainda de científica mas tão-só de pré-científica. Chamava os homens com os conhecimentos ne-

cessários para resolver os problemas práticos; ainda não se reparou que para dirigir a empresa dos descobrimentos (o que carece de fortes restrições) não era preciso ser ele próprio cientista, bastava mobilizar os técnicos indispensáveis e propor-lhes os fins.

A atestar que não possuía excepcionais qualidades de organização prática, aí estão o desastre de Tânger, cuja responsabilidade lhe cabe inteira, e as dívidas que legou (e que não podem ter resultado das despesas com os descobrimentos, mas sim dos gastos da sua casa senhorial). Todavia, pensava também no acrescentamento material da Ordem de Cristo, e o seu panegirista indica que esta adquiriu novas casas e herdades e pôde construir capelas. Nunca descuro o engrandecimento da sua casa e património, teve uma empresa de corso e vigiou atentamente para não ser defraudado do seu quinto de escravos. Sacrificou o irmão mais novo ao seu imperialismo marroquino, sacrificou o irmão mais velho em Alfarrobeira porque divergiam politicamente. Também D. Pedro colocava o serviço de Deus acima de tudo, mas os dois irmãos entendiam-no de maneira diferente. O Regente zela pelo poder real e realiza a política das cidades, ao passo que D. Henrique é senhor cioso da sua autonomia, e por vezes desobedece às intruções régias e pratica abusos de poder (como nomeações para que lhe falta competência). Não há provas de que fôsse um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo de abrasador amor de Deus, ou consagrado a pleno a um ideal exclusivista; como não as há também de ser um espírito meramente prático dominado pelas ideias de utilidade e de lucro, nem um puro cavaleiro «medieval»<sup>1</sup> que vive da chama do espírito de cavalaria. Acima de tudo ao serviço de Deus, como os seus contemporâneos, considera que o cumprirá pela exploração geográfica, pela conversão das almas, pelo incremento do comércio, pela guerra aos mouros – e dirá que o maior prazer da vida é ver o sangue dos infiéis<sup>2</sup>.

É de extraordinário alcance notar que tais razões, apresentadas

<sup>1</sup> Quere dizer, cavaleiro dos romances de cavalaria...

<sup>2</sup> Não vejo possibilidade de utilizar o *Horologium Fidei* de Frei André do Prado, embora se apresente sob a forma de diálogo entre o *Magister* e o Infante D. Henrique, para conhecer o pensamento real deste último. Veja-se Mário Martins, *O diálogo entre o Infante D. Henrique e Frei André do Prado*, Braga, 1960.

pelas fontes como movedoras dos feitos de D. Henrique, são as mesmas que, com anterioridade de algumas décadas, os capelães Pierre Boutier e Jean le Verrier atribuem à acção do seu senhor Jean de Béthencourt, que em 1402 empreendeu a conquista das Canárias. Os dois companheiros do barão normando declaram que este tinha por fito conquistar as ilhas e atrair à fé cristã os seus habitantes, para honra de Deus e exalçamento e aumento de sua santa fé (Prólogo e cap. I); noutro passo falam que da empresa resultará para Béthencourt honra e proveito (cap. XXI), e de novo acentuam, no cap. XLIV, o muito proveito que advirá da colonização. Depois indica-se que o barão normando tenciona descobrir as terras para o sul do cabo Bojador (o actual Jubi) até o Rio do Ouro (o Senegal) e estender a conquista; portanto, também a curiosidade geográfica («saber a verdade àcerca de...») (cap. LIV). Jean de Béthencourt tencionava assim abrir o caminho para o Rio do Ouro, aproximando-se de tal modo do Preste João (cap. LIX); neste mesmo capítulo sublinha-se uma vez mais o desejo de conhecer os países vizinhos às Canárias. Outros trechos vincam de preferência a ideia de combater os inimigos da fé e de os destroçar: o espírito de cruzada. No conquistador das Canárias encontramos também a ideia de que a conquista beneficiará toda a Cristandade<sup>1</sup>.

Nas fontes quatrocentistas e quinhentistas aparecem-nos, assim, quadros de fins e de virtudes que são, em geral, estereotipados, e traduzem apenas os *ideais* das épocas ou dos grupos que respectivamente os elaboraram<sup>2</sup>. Apreciações morais, arquétipos, mais do que descrições psicológicas, constituem material insuficientíssimo para apreender a realidade das pessoas. Da mesma personagem sucedem-se as imagens diferentes – do arquétipo plausível passa-se in-

---

<sup>1</sup> Pierre Boutier e Jean le Verrier, *Le Canarien*, ed. por Elias Serra Rafols e Alejandro Cioranescu, La Laguna, 1960.

<sup>2</sup> António José Saraiva confrontou o Panegírico da pena de Zurara com os Grands Rhétoriqueurs da Borgonha coeva, em particular o *Eloge de Charles le Hardy vivant* de Georges Chastellain (1404-1475), e pôde assim estabelecer uma identidade de ideias, convenções de escola comuns, coincidências de expressões, analogia de processos de composição, mesma concepção da função do historiador. Vidé *Para a história da Cultura em Portugal*, Lisboa, pp. 119-124 e 248-50. Quando julgamos surpreender o individual, move-mo-nos pois afinal num património cultural muito largo, no mundo das modas literárias.

sensivelmente à lenda. A partir mesmo de Alfarrobeira começa o *processus* de idealização do Infante D. Henrique, por razões políticas, a fim de combater a tradição da Regência e do Regente D. Pedro. Vir-se-á a apresentar D. Henrique como impolutamente virgem – espécie de eleito de Deus –, até que o humanismo quinhentista crie a figura do sábio lendo e meditando dia e noite a literatura clássica...

Prèviamente ou, pelo menos, paralelamente a discutir os motivos conscientes das personagens de uma época, impõe-se, deste modo, a análise das ideologias coevas, das grandes correntes intelectuais e afectivas, da hierarquia de valores que caracteriza essa cultura – das maneiras de sentir e de pensar e de toda a utensilagem mental, como diria Lucien Febvre, dos vastos conjuntos humanos<sup>1</sup>.

O problema precisa de ser alargado, e não restringido, como até aqui se tem feito. Nem Bensaúde nem os historiadores da sua escola se preocuparam com as intenções de D. João II, por exemplo, que, contudo, consideram o genial realizador do plano henriquino. Ora tão importante como perscrutar as razões que moveram o Infante, é conhecer as razões que moveram os outros dirigentes – todos os dirigentes: D. João I, João Afonso, D. Duarte, D. Pedro, D. João, D. Afonso V, D. Fernando irmão deste monarca, o Príncipe Perfeito, D. Manuel, Conde de Castanheira, Vasco da Gama, Francisco de Almeida, Albuquerque...

Não podemos prescindir de averiguar as razões que moveram os grandes capitães, os principais participantes e obreiros, como D. Fernando de Castro, Gil Eanes, Lançarote de Lagos, Conde D. Pedro de Menezes, Gonçalo Velho, Nuno Tristão, Fernão Gomes, Mestre José Vizinho, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Álvares Cabral e tantos mais. O problema deve generalizar-se e complicar-se, porque o inquérito deve ampliar o seu âmbito aos cosmógrafos e pilotos, aos escrivães e mestres, à marinhagem e soldados, cavaleiros e escudeiros. Ao lado das atitudes dos dirigentes há que estudar as atitudes dos obscuros obreiros e dos grandes conjuntos de indivíduos, indagando as razões que moveram o geral do reino, o comum da população, e seguindo as correntes de opinião nas diversas classes e grupos sociais.

---

<sup>1</sup> A obra metodològicamente decisiva, que representou uma revolução na história da cultura, foi *Le problème de l'incroyance au XVI<sup>e</sup> siècle* (Paris, 1943).

A historiografia portuguesa tem, em geral, tacanhamente reduzido o debate ao espírito de cruzada e ao espírito de cavalaria, para afirmar ou negar que os descobrimentos deles derivaram, sem procurar definir o que se entende por qualquer destas duas orientações espirituais e formas de conduta. Precipitação que embaraça tanto mais as pesquisas quanto não podem considerar-se claros e distintos tais conceitos. É paradoxal falar assim despreocupadamente de espírito de cruzada ou de cavalaria no século xv ou xvi, quando os historiadores das Cruzadas e da Cavalaria se sentem perplexos para determinar essas noções e não admitem sequer essa unicidade. De 1095 a 1270 o espírito que informou a primeira grande expansão europeia não permaneceu constante, como vimos, transformou-se por várias vezes e mesmo num dado momento apresentou direcções divergentes: basta recordar o profundo contraste entre as duas vagas que compuseram a primeira cruzada.

Está por fazer o estudo das condições concretas da vida mental no século xv, e embora Bensaúde e os outros partidários da explicação pelo espírito de cruzada insistam em que é imprescindível desfirmo-nos da nossa psicologia de homens do século xx, e situarmos-nos na mentalidade quatrocentista, a verdade é que se têm limitado a generalidades não documentadas e não realizaram uma análise efectiva. Espanta que não examinassem com paciente minúcia as fontes quatrocentistas e quinhentistas para relevar os ideais da época, as correntes de opinião, as concepções morais e a maneira de compreender a religião, o tipo do herói e o tipo do santo, as noções políticas e económicas, e ainda mais surpreende que, atendo-se exclusivamente ao espírito de cruzada, não só o não soubessem discernir de outras manifestações ideológicas como até se esquecessem de o caracterizar<sup>1</sup>.

Devemos distinguir, em primeiro lugar, a ideia de guerra contra o infiel – a cruzada – da ideia de conversão dos não-cristãos. A guerra contra os infiéis podia visar vários objectivos: *a*) defesa da Cristandade contra a ameaça político-religiosa dos reinos não cristãos; *b*) ataque ao poderio político-religioso dos infiéis, procurando

---

<sup>1</sup> Algumas achegas em Margarida B. de Carvalho, «L'idéologie religieuse dans la *Crónica dos feitos de Guiné de Zurara*», no *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, t. XIX, Lisboa, 1956; «L'idéologie religieuse dans la *Carta de Pêro Vaz de Caminha*», *idem*, t. XXII, 1960.



aniquilá-lo, para exaltar a glória da Cristandade; *c*) reintegração no domínio cristão dos territórios que os infiéis detêm indevidamente (pois a terra pertence a Deus); *d*) assegurar aos cristãos bases económicas para a prosperidade material da Cristandade; *f*) salvação das almas dos infiéis que forem subjugados, porque o domínio político facilitará o proselitismo religioso; *g*) danificar os infiéis (o que a pirataria proporcionava). Esta enumeração não pretende ser completa mas basta para dar uma ideia da complexidade do problema; acrescenta-se que todos estes aspectos se comprovam documentalmente.

O proselitismo pode realizar-se de várias maneiras: *a*) conversão puramente pacífica dos infiéis – por missões; *b*) conversão dos infiéis que forem feitos cativos (procura-se cativar ou comprar infiéis para, como escravos, os cristianizar); *c*) conversão dos infiéis favorecida pelo domínio político: vê-se que nas duas últimas modalidades o proselitismo se liga à guerra dos infiéis; *d*) conversão dos infiéis como obra piedosa para assegurar a salvação das almas dos cristãos<sup>1</sup>.

Teríamos ainda de integrar a guerra ao infiel e o proselitismo no conjunto das obras religiosas que a época considerava: resgate de cristãos cativos, esmolas, fundação de igrejas e capelas, dotação de institutos religiosos. Seria imprescindível discutir se o espírito de cruzada é o mesmo no século xv que será no xvi e que fôra durante as cruzadas: ora está bem assente que do século xi ao xiii não existiu uma modalidade única de espírito de cruzada mas várias que se entreteceram com ambições políticas, curiosidade pré-científica, cobiça económica, aventureirismo. Aliás o espírito de cruzada sofre modificação larga quando da ideia restrita de libertação da Terra Santa passa à ideia de aquisição de qualquer terra detida pelos infiéis; mas a concepção mais restrita não se extinguiu e ainda no século xvi entra em linha de conta.

---

<sup>1</sup> O Visconde de Lagoa negou que na conquista de Ceuta e expansão marroquina interviesse a ideia de converter os infiéis, porque os muçulmanos, como a história mostrou, são inconvertíveis. Tal ideia só despontaria ao contacto com os povos não islamitas. Afigura-se-me que o problema deve ser encarado do modo seguinte: Em plenos séculos xv e xvi o islamismo ainda alastra pela África e Ásia (facto já apontado por David Lopes). Os cristãos representavam uma concorrência comercial e daí o interesse, vital para o comércio português, de libertar os indígenas da influência muçulmana. No balanço final, contudo, os progressos do cristianismo não são de relevo.



*Servir a Deus e ser cruzado* não se identificam: este é uma espécie de que aquele é o género. O fim supremo da vida para todo o cristão é salvar a alma (o que só obtém servindo a Deus); a este todos os outros fins se subordinam. Por conseguinte, quer os reis e príncipes, quer os senhores laicos e eclesiásticos, quer os cavaleiros, escudeiros e sacerdotes, quer os mercadores, mesteirais e camponeses, quer os monges, legistas e letrados, todos procuram a salvação da alma e servir a Deus – anverso e reverso de uma só medalha. Uns servem a Deus rezando, meditando, prègando; outros defendendo pela espada os órfãos e as viúvas, os desamparados e os fracos; alguns consagram-se ao governo dos homens, à direcção da cidade terrestre que preparará a cidade celeste, enquanto a maioria serve o Creador pela cultura da terra e pastoreio de gado, e uma parte pelo transporte de mercadorias de onde sobejam para onde delas se carece, ou pelo fabrico da lança e do escudo do cavaleiro, das alfaias dos rústicos, da indumentária de todos...

Mas o espírito de cruzada e o proselitismo subordinam-se ao serviço de Deus e glória da fé. Quase sempre esta ideia do serviço de Deus anda ligada à de serviço do rei (= serviço do reino) e as duas conexas às de salvação da própria alma, honra própria, acrescentamento de seu estado e proveito próprio. É complexíssima a análise das relações entre estas ideias, e mal está ainda encetada. No entanto, podemos desde já notar: é serviço de Deus que Nuno Álvares Pereira case (*Crónica do Condestável*, cap. IV), que o Mestre de Avis não saia do reino (idem, cap. XX), não é serviço de Deus que um degredado continue nos Açores (carta régia de 18 de Maio de 1454); estes exemplos provam que o serviço de Deus é a norma mais geral, que se aplica a todas as acções humanas, é o critério que separa o *que pode fazer-se* de o *que não deve fazer-se* e não a razão desta ou daquela acção. Só importa considerar tal critério para contrapor esta época àquelas que considerem como norma mais geral o serviço do rei, ou a honra própria, ou o proveito próprio (aliás, mesmo nos economistas clássicos, para quem o interesse pessoal é o critério supremo, ele se identifica à ordem providencial).

Portanto, não podemos concluir que uma acção se faz por espírito de cruzada do facto de que ela é considerada serviço de Deus. A conexão é constante entre o serviço de Deus, o serviço do rei e o bem do servidor. O serviço de Deus e o do rei tinham sempre como reverso a salvação da alma (a glória no céu), e a elevação em honra e o acrescentamento de seu estado (o bem na terra).

O proselitismo e o espírito de cruzada articulam-se a preocupações económicas através das ideias de que é serviço de Deus reduzir a escravos os infiéis (aumento de mão-de-obra), desenvolver a prosperidade da Cristandade pelo comércio e arrebatando aos inimigos da crença cristã as terras e o tráfico (política de expansão de mercados e aquisição de matérias-primas).

Por outro lado, considera-se que o proveito a usufruir das relações comerciais *mesmo com os infiéis* será serviço de Deus, porque robustece a Cristandade e aumenta os recursos do culto. Ponto de vista que talvez não aceitassem os canonistas e a ideologia medievais, pois condenavam a procura de vantagens mercantis em geral, e mais especialmente quando fruto do trato, ilícito, com os inimigos da fé. Ora a Bula de Eugénio IV, de 25 de Maio de 1437, autoriza D. Duarte e os seus vassallos a comerciar com os mouros, excepto em armamento<sup>1</sup>.

Por outro lado, o anseio pela conversão das almas que têm andado perdidas da verdadeira salvação reveste na era de quatrocentos a forma de escravização dos infiéis para os solicitar à fé cristã. Na sua carta de doação já citada, o Infante D. Henrique acentua que muitos dos cativos feitos em África são tornados à santa fé e espera que muitos mais venham a converter-se. Nicolau V, na sua Bula de 18 de Junho de 1452, concede a D. Afonso V o direito de se apoderar das terras dos mouros e de os reduzir à escravidão. Zurara comenta a propósito de alguns mouros que fugiram a um assalto dos portugueses: «Oh! e se assim fora que em aquestes que fugiram houvera um pequeno conhecimento das cousas mais altas! Por certo eu creio que aquela mesma trigança que levavam fugindo, trouxeram por se vir para onde salvassem suas almas e repairassem suas vidas; que pero a eles parecesse que vivendo assim viviam livres, em muito maior cativo jaziam seus corpos, considerada a disposição da terra e a bestialidade da vida, do que entre nós era, vivendo em senhorio alheio, quanto mais a perdição das almas que sobre todas as cousas devera ser mais sentida» (Cap. LXV da *Crónica da Gui-*

---

<sup>1</sup> As autorizações pontifícias de trato com os infiéis vêm de trás. Assim, por exemplo, em 11 de Dezembro de 1239, Gregório IX autoriza D. Fernando, infante de Serpa, a vender aos mouros, a fim de acorrer à redenção dos cativos e à defesa do seu castelo, bens seus ou tomados, excepto ferro, cavalos, armas, madeira para galés (*Monumenta Henricina*, vol. I, n.º 46, p. 73).

né), e no capítulo XIV tinha anotado, quanto aos escravos cativos de África, que «posto que os seus corpos estivessem em alguma sujeição, isto era pequena cousa em comparação das suas almas, que eternalmente haviam de possuir verdadeira soltura».

No primeiro passo citado vê-se também subjacente a ideia de que escravizar se justifica pela obra civilizadora de elevar o nível de vida, o que o cronista frisa na *Crónica de D. Duarte de Menezes* (pág. 332) ao afirmar que os cativos reduzidos a escravos irão para onde terão com que se manter e serão bem agasalhados. Ideologia, aliás, de todos os imperialismos.

O espírito de cruzada, como o definimos, coincide em grande parte com o espírito de cavalaria. Acima de tudo o cavaleiro tem de servir a Deus, e por isso só pegará em armas contra outros cristãos quando em defesa da justiça, para proteger os fracos. A cavalaria é ainda a arma nobre, e por isso o cavaleiro só deve acrescentar a sua honra e bens por feitos guerreiros. Mas o seu objectivo deve ser precisamente elevar-se em honra e acrescentamento de seu estado, embora só lhe seja lícito fazê-lo ao serviço de Deus e do rei. Repare-se que a ideia de acrescentamento de estado, ou seja, de melhoria da posição financeira e do prestígio social, implica a de galardão terreno dos feitos de cavalaria. Também o incremento da prosperidade material das nações cristãs, mesmo pelo comércio com os infieis, se liga à ideia de recompensa visível do serviço da Cristandade, pois, pelo florescimento económico, os reinos terão o prestígio e a força para se imporem aos muçulmanos e pagãos.

No entanto, é mais nobre, eleva mais a honra, acrescentar seu estado por feitos guerreiros do que por transacções mercantis; para o cavaleiro é louvável que assalte as aldeias de mouros e as roube, ou ataque as fustas e caravos de infieis e os aprisione, alicerçando nestas bases a sua riqueza. Os exemplos pululam nas crónicas de Zurara.

Sintetizaremos nos seguintes pontos as características da ideologia do século xv:

- a) É ilícita toda a acção que não fôr serviço de Deus e serviço do rei;
- b) Toda a acção do cavaleiro deve tender a acrescentar a sua honra e estado;
- c) A honra e estado do cavaleiro devem acrescentar-se pelo exercício das armas;
- d) O roubo e o corso são, para o cavaleiro, preferíveis ao co-

mércio como meios de acrescentamento, porque implicam o exercício das armas;

e) O comércio com os infiéis é lícito desde que concorra para a prosperidade das nações cristãs;

f) A guerra entre os cristãos não é serviço de Deus;

g) O exalçamento da fé impõe: a guerra aos infiéis, a conversão das almas;

h) É lícito reduzir à escravidão os infiéis, porque as almas perdidas não são verdadeiros senhores dos corpos, e assim as almas serão salvas e os corpos deixarão a vida bestial;

i) É lícito apoderar-se das terras dos infiéis porque estes as usurparam ao verdadeiro proprietário, que é Deus;

j) É lícito buscar o proveito desde que não contrarie o serviço de Deus.

No próprio século xv, todavia, elevaram-se vozes discordantes. Rui de Pina relata no capítulo xvii da *Crónica de D. Duarte* o voto do Infante D. João acerca da passagem a Tânger. Este Infante distingue as razões do siso e as da cavalaria. O siso mostra que a expedição só poderá realizar-se com infindas despesas, o que equivale a pesados sacrifícios dos povos, certamente proceder bem contrário ao serviço de Deus. Na expedição irão uns, como o rei, para servir a fé, mas outros irão por desejo de honra ou esperança de ganho, e a gente miúda irá forçada por medo, sem liberdade de vontades. Ora, matar os mouros com tais tenções é perder almas, não é salvá-las. Mais ainda: não está de acôrdo com os preceitos evangélicos guerrear os mouros, convertê-los pela violência. Como afirmar que a guerra contra os mouros é uma cruzada, se as mesmas violentas discórdias dividem cristãos contra cristãos? Logo, o ataque pelas armas aos infiéis não é vontade de Deus. Pela fala do Infante D. Pedro, reproduzida no capítulo XIX, constata-se a identidade de vistas dos dois irmãos, que juntos trabalhariam no estabelecimento da Regência, mas enquanto o mais novo analisa os motivos espirituais, o mais velho ataca o problema político e estratégico. Por outras palavras: em pleno século xv havia um sector de opinião oposto ao espírito de cruzada, para o qual a guerra ofensiva contra os mouros não é legítima nem mesmo quando meio de conversão de almas e de ruína do poder islâmico. É a consciência da *Humanidade* que desponta, sobrepondo-se à consciência da *Cristandade* como esta viera sobrepor-se à da *Hélade* e à da *România*.

Nunca se aproximaram as posições dos dois Infantes de alguns

passos da *Crónica da Tomada de Ceuta* escrita em 1450. Zurara apostrofa os «nécios e os cobardes» que sustentam o grave erro de que a guerra dos mouros não é o maior serviço de Deus, e insurge-se contra «alguns pouco menos que hereges» que «defendem que todos os homens são irmãos e por isso a nenhum devemos guerrear» (Cap. IV). Ora a Crónica foi encomendada no ano de Alfarrobeira; já antes Zurara coligira informações da boca de D. Pedro, mas depois, conforme ele próprio dá a entender, rejeitou-as para adoptar o relato de D. Henrique (Cap. XIII). Na apologia do Infante Governador da Ordem de Cristo, inserta na *Crónica da Guiné*, Zurara, por comparação implícita, verbera a atitude de D. Pedro, pois exalta a lealdade e a obediência de D. Henrique. A carta de D. Henrique a D. Duarte, de 1436, vê-se com extraordinária nitidez que tinha por fito rebater os que negavam que a guerra aos mouros seja serviço de Deus – o Infante e a corrente que o apoia (incluindo Zurara) consideram-na o maior de todos, e para ele só a guerra entre cristãos não é justa, necessita de ser expiada por aquela (cf. a *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 157 da ed. Esteves Pereira). Era esta também a opinião da Igreja.

A atitude espiritual de D. Pedro e D. João será continuada no século XVI por Frei Francisco de Vitória, o fundador do Direito Internacional, que defenderá que *casus justis belli non est diversitas religionis* (a diversidade de religião não é caso de guerra justa), e por Frei Bartolomeu de Las Casas, o apóstolo da liberdade dos índios, que atacará a escravidão dos não cristãos.

Aos conflitos sociais-políticos de quatrocentos juntam-se, portanto, fortes contrastes espirituais.

Considero ainda vagas estas indicações, que necessitam de ser precisadas, como, por exemplo, a ideia de proveito, a perseguição do ganho – a integrar numa análise das origens do espírito capitalista em Portugal. Os nossos cronistas, demasiados voltados para as ideias de cavalaria e acrescentamento de honra e estado, fornecem, apesar de tudo, algumas alusões à ânsia de proveito, e noutros relatos e em documentos vários ela intervém não poucas vezes. Mas é principalmente um veneziano, mentalidade mais nordeada para o comércio, que desvenda sintomas significativos da nova atitude de busca de acumulação das riquezas, de esperança confiante nas promessas, pelos dirigentes, de avultados benefícios: este sopro perpassa através do capítulo I das *Navegações* de Cadamosto, e é também manifesta a preponderância do interesse mercantil em toda a «Rela-

ção» de Diogo Gomes. Aliás, já no século xiv português descortinamos manifestações do capitalismo nascente, e até tentativas, por consórcios de mercadores, de açambarcamento em escala nacional visando, pela alta de preços assim provocada, obter lucros excepcionais.

O sistema de valores culturais, o espírito de cruzada e cavalaria e o espírito capitalista embrionário, inserem-se na sociedade quatrocentista, são por ela explicados e contribuem para a explicar.

A evolução cultural e a evolução social despontam solidariamente, a uma estrutura económico-jurídica corresponde, e reciprocamente, uma atitude mental, ou melhor, uma pluralidade de atitudes mentais inter-relacionadas. Para efectivamente integrar o espírito de cavalaria e cruzada e o espírito comercial burguês no processo de desabrochar da expansão do século xv, as futuras pesquisas deveriam talvez trilhar o caminho aberto pelos estudos de Max Weber, Troeltsch e Werner Sombart acerca das condições psicológicas do advento do capitalismo moderno no século xvi, corrigindo o rumo pelas novas orientações metodológicas propostas por Lucien Febvre.

No que à era de quatrocentos se reporta, não pode afirmar-se a dependência dos descobrimentos e conquistas da actividade e sentido de vida meramente capitalistas; há, pelo contrário, a confluência da noção «medieval» de servir o senhor pelas armas e da noção «moderna» de proveito pelas fainas mercantis. Na expansão convergem as condições sociais-económicas e as ideias de que é exalçamento da fé vencer politicamente os infiéis, dominar economicamente os seus mercados e colocar os cativos não cristãos como escravos ao serviço dos cristãos. No âmbito religioso parece-me que se chocam as tendências de supremacia político-económica da Cristandade e a de conversão para salvar as almas. No âmbito económico parece-me que embatem as orientações de acrescentamento de estado pelos feitos militares ou pelas transacções comerciais.

O desejo de engrandecimento das casas senhoriais por parte dos senhores, o desejo de ascensão na hierarquia das honras e em cabedais por parte dos cavaleiros e escudeiros (cuja condição quase os integra na burguesia), o desejo da riqueza mobiliária por parte dos burgueses, são já característicos da era de quatrocentos.

A solidariedade das transformações da sociedade e da cultura reflecte-se nas vicissitudes da historiografia quatrocentista. A Fernão Lopes, o cronista da revolução popular, sucede Gomes Eanes da

Zurara, áulico do rei-cruzado e apologista das proezas de cavalaria; entre os dois intercala-se Alfarrobeira, o termo da Regência imposta pelas cidades. Zurara serve-se de ignorada crónica anterior de Afonso de Cerveira. Embora ousado, é plausível supor que Afonso de Cerveira fôra o cronista de D. Pedro<sup>1</sup>, e a sua *Crónica* mostraria como a iniciativa das navegações em grande parte cabia ao Regente. As recriminações contra o Infante D. Henrique por ter consentido na afronta ao irmão levam D. Afonso V a encomendar a Gomes Eanes o panegírico do tio, e mais tarde o guarda-mor da Torre do Tombo refundirá a crónica de Cerveira transpondo a iniciativa para o actual Governador da Ordem de Cristo. No reinado do Príncipe Perfeito – a desforra da Regência contra a nobreza – Rui de Pina, por seu turno, refundirá a crónica de Zurara, relativa à menoridade de D. Afonso V, num sentido favorável ao Infante D. Pedro: as novas circunstâncias sociais-políticas permitiam a Rui de Pina uma acuidade na compreensão dos acontecimentos, que não é alheia ao seu estilo sóbrio, e ambas as qualidades vincam a sua superioridade sobre Zurara.

---

<sup>1</sup> Hipótese de José de Bragança.



CAPÍTULO VII  
CEUTA E MARROCOS





Algum tempo se hesita entre Castela, Granada e Marrocos. À classe aristocrática convêm operações de saque e propriedades que rendam, quaisquer que sejam; mas às comunidades marítimas não pode interessar um objectivo qualquer, só lhes importa apoderarem-se de centros e vias comerciais ou de pontos estratégicos para empresas ulteriores.

D. João I opunha-se a acções contra Castela porque a guerra ofensiva contra cristãos não é serviço de Deus; poderíamos acrescentar que a Portugal não interessava expandir-se pela meseta. Por isso propusera aos castelhanos auxílio para levar a termo a obra da Reconquista, expulsando os mouros definitivamente; a proposta fracassara devido às questões da sucessão à coroa aragonesa e, podemos acrescentar, devido sobretudo à não conveniência desse auxílio para Castela, pois implicava compensações territoriais.

Mas João Afonso, vèdor da fazenda, homem cheio de clareza de entender, na opinião do cronista, há muito falava ao rei na conquista de Ceuta. Deve-se ao belo ensaio de António Sérgio a irrefutável demonstração de que o feito de Ceuta foi inteiramente iniciativa de João Afonso (apoiado pelo rei) representando os interesses económicos e financeiros das gentes das cidades. Basta uma leitura superficial de Zurara para nos convenceremos deste ponto. Os infantes não desempenham nenhum papel digno de relevo, e no torneio e festa nem vale a pena falar porque é indispensável não confundir, em história, o anedótico com o explicativo. O vèdor sugerira a expedição muito antes de se tratar de armar os infantes cavaleiros, e possivelmente limitou-se mais tarde a indicar que se suprimiam as despesas das justas com a realização de seu projecto de Ceuta. Está bem provado que D. João I

há muito concordava com João Afonso, e que as delongas resultaram da necessidade de tudo ponderar maduramente e preparar metódicamente.

Procurou-se refutar a atribuição da iniciativa ao vèdor da fazenda, para vir a atribuir o projecto a D. João I, invocando duas razões: *a*) Zurara indica, na fala do rei no conselho na Ponta do Carneiro, que o monarca pensava na tomada de Ceuta desde 1409 (cap. LXIII da *Crónica da Tomada de Ceuta*); *b*) em 1413 o confessor da rainha é nomeado bispo de Ceuta pelo Papa. Nenhum destes factos prova que João Afonso não foi «o movedor do feito», pois assim o declara peremptòriamente o cronista (cap. LXXIV). Como interpretá-los, então? Com toda a simplicidade e sem necessidade de colocarmos Zurara em contradição consigo próprio. Se em 1413 é creado o bispado de Ceuta e para ele escolhido o confessor da rainha é porque não só estava resolvida uma expedição ultramarina como também porque já estava decidido que aquela cidade marroquina seria o seu alvo. Se desde 1409 D. João I pensava na conquista de Ceuta, é porque nesse mesmo ano, se não antes, o vèdor lhe sugerira o projecto; podemos conjecturar duas hipóteses: ou o rei concordou desde logo ou andou desde então a reflectir no plano e a discuti-lo, situando-se a sua anuência entre 1409 e 1413.

Mesmo que a iniciativa pertencesse a D. João I, este seria também, em grande parte, o representante dos interesses da burguesia. Atenda-se a que no conselho do Rei predominam os letrados, e recordemo-nos, por exemplo, de que D. João I pretendeu restringir fortemente o domínio dos nobres (cap. LXIII da *Crónica do Condestabre*), e que noutra ocasião, nas côrtes de Braga, resistiu eficazmente às pretensões dos fidalgos que tinham conseguido por procurador Nuno Álvares (cap. LVIII, *idem*).

Quer a iniciativa pertencesse ao vèdor – como é indubitável – quer ao rei – que o apoiou desde cedo – quer a ambos, estou convencido de que no projecto da empresa se atendeu tanto aos interesses da burguesia como à crise monetária-social que afectava a nobreza<sup>1</sup>. Só o acordo de João Afonso e de D. João I com

---

<sup>1</sup> Negou-o David Lopes, e vários historiadores lhe seguiram as pisadas. Os argumentos, em síntese, correm como segue:

1.º Ceuta não interessava à burguesia porque *a*) não era empório comercial, *b*) não era a chave dos cereais marroquinos;

os mercadores permitiu, como mostrou A. Sérgio, organizar a expedição. O frete foi em parte pago com sal. Um negociante de Londres envia quatro naus, da Flandres vêm dezoito, da Biscaia, onze. Por outro dado, a conquista territorial e a guerra forneceriam à nobreza a função social-política que ia perdendo, bem como o aumento dos senhorios e respectivas rendas.

Mas porque teria a expansão portuguesa começado pelo estreito de Gibraltar, porque é que se escolheu Ceuta?

A penetração comercial portuguesa pelas portas do Mediterrâneo pode ser atestada desde longe. Ao reino de Granada ligavam-nos estreitas relações mercantis, pois os embaixadores granadinos lembram a D. João I que os naturais costumam vir a Portugal com as suas mercadorias e os mercadores portugueses frequentam o reino mouro como se dele naturais fôssem, e D. João I na sua resposta indica que não há razão para cessar tal tráfico (*Crónica da tomada de Ceuta*, cap. XXXIV). Com Marrocos mantínhamos também comércio; refere-se na *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* (cap. LXXXI) que os mouros quase todos os anos compravam a fruta do Algarve com moeda de ouro. Frequentemente os nossos barcos visitavam os portos marroquinos. Num ano de escassez e carestia no reino de Fez – 1414 – os mercadores portugueses chegaram mesmo a ir a Flandres, Inglaterra e Bretanha comprar grãos para os venderem aos mouros com chorudos lucros. Poderia, porém, o Norte de África interessar-nos sob o ponto de vista económico? Negou-se o valor económico da Barbaria quer quanto a cereais quer quanto ao comércio do ouro e de outras mercadorias. Analisemos, porém, as fontes.

No *Esmeraldo* de Duarte Pacheco a costa africana é cuidadosamente descrita. Ceuta precedeu todas as cidades da Mauritânia e Tingitânia e parte das de Hispânia em nobreza e riqueza no tempo de sua prosperidade. «Aqy he ho principio das terras de Africa; muito fertil de pam, vinho, frutas, carnes, pescarias de desuairadas nações de peixes, e outras muitas cousas dinas de grande louvor»

---

2.º Não interessava à nobreza porque *a)* esta não atravessava crise económico-social, *b)* os nobres não quiseram ficar em Ceuta, *c)* aqui não podiam sequer enriquecer rapidamente, *d)* depois da conquista os nobres continuaram a sair do reino. Nenhum destes argumentos se sustenta, porém, de pé, como vamos ver.

(cap. 13.<sup>o</sup> do Livro I). Quanto ao rio de Larache «He de muita pescaria, e a terra de redor d'elle de muito pam» (cap. 15 do Livro I). Ao sul fica o rio da Mamora que conduz à cidade de Fez: «ha terra de dentro d'este rio he chaam e campo e de muita criação de guados e grande laurança» (cap. 15). Da região de Salé diz Pacheco: «Toda esta terra he muito fertil de pam, carnes, pescados e mel, e outras muitas cousas boas, e muitos e bons cavalos que por muitas vezes a estes Reynos trazem» (cap. 15). A zona de Anafé «He muito fertil de todo o necessário» mas, embora sublinhe que «muitas cousas poderíamos dizer da bondade d'Anifee e prosperidade sua em outro tempo» (cap. 16), o autor não se detém porque fora destruída pelos portugueses no reinado do Príncipe Perfeito. Já de Azamor informa que no rio há maravilhosa pescaria de sáveis muito grandes e bons, de que pagam tributo a D. Manuel, e que «esta villa d'Azamor e suas comarcas sam muito habastadas de pam, carnes, pescados e outras muitas cousas» (cap. 17). Da baía de Mazagão para diante «se começam os campos de Duquella que se estendem quasi quarenta leguas, terra de grande fertilidade de pam e carnes; e nesta bahya de Mazaguam carreguam muitas naaos d'estes Reynos, e asy de Castella, de trigo, quando cá por nossos pecados ho Deos nam dá» (cap. 17). Mais ao sul, na Casa do Cavaleiro, «ha muito trigo e cevada, e muitas vezes carreguam aly navios d'elle; e isso mesmo há muyta habastança de carnes e caça; e no mar nas sincoenta e sessenta brasas há muita pescaria de pixotas e d'outros muitos peixes» (cap. 18). A cidade de Safim «he muito fertil de pam, carnes, pescados e muitos e bons cavallos que ham dos Alarues dos quaes alguns se trazem para estes Reynos, e asy ha aquy ouro que os alarues trazem por terra de Guinee, e muita courama de toda a sorte, e mel, e cera com outras mercadorias em que se faz asaz proveyto» (cap. 18). A terra do cabo de Gueer para o interior «he muito fertil de pam, carnes, pescados, mel, cera, courama e houtras muitas mercadorias em que se faz muito proveyto, e asy ha haquy ouro, que os Alarrues trazem de Guinee por terra» (cap. 20). Toda a costa do reino de Fez «he muito fertil de pam e carnes e outros frutos com muita pescaria no mar; [...] e as mercadorias que nesta terra há, he muyto trigo e cevada e mel e tamaras e hanyl e coirama e pilitaria e muitos e bons cavalos com outras cousas de grande preço que cada dia se lá compram e trazem a estes Reynos» (cap. 20). A doze léguas de Meça estão os Montes Claros «e nelles há muito pam e frutas e muito mel e cera e huas passadas e muito ferro e cobre e

muyta coirama» que «os moradores d'estas serras ao porto de Meca vem vender» (cap. 21). No cabo de Aguiló «à razoadamente ouro, que os Alarues por terra aly trazem de Guinee» (cap. 21). Na zona do cabo Não encontram-se «muitas ortas e pomares em que há muita fruita», e este lugar «he de grande trato d'ouro por seer escapola d'Audem» (cap. 21)<sup>1</sup>.

*O Esmeraldo* data de 1505 a 1508. Contemporânea deste roteiro é a colectânea de notícias histórico-geográficas de Valentim Fernandes, onde há também úteis indicações àcerca do Norte de África. Ceuta é-nos apresentada como «hũa das principais cidades no tempo dos mouros assy em edificios como em riquezas e nobrezas e mercadorias e aqui auia a principal desta nauegaçã dellas pera toda a terra do sertão. E estava em tãta prosperidade que quãtos navios passassem pelo dito estreito quer de levãte ou poente auia de amaynar as velas e qual nao que esto nõ fizesse logo as galees dos mouros ha seguiã e a tomauã» (pág. 33 da ed. Bensaúde-Baião). Na costa perto do rio de Mamora os castelhanos e portugueses costumam ir pescar (pág. 35). Salé, mais ao sul, «he lugar principal de fustas e naujos desta costa. De çalle se faz grãde tracto pera cidade de Fez» (pág. 35). No rio de Azamor há muitos peixes, sobretudo sáveis, de que entregavam 30 000 (engano de Valentim Fernandes, por 10 000) em tributo ao rei de Portugal; «aqui resgatã bõos cavallos e alquiçees e aljaruias e alambees que leuã pera negros» (pág. 35-6). De Mazagão «leuã os naujos por seu resgate trigo que alli naçe» (pág. 36). Em Tyte «trigo carregã tãbem aqui muyto» (pág. 36). A Casa do Cavaleiro é «hũa Vila de mouros donde vem muyto trigo» e no cabo Carvoeiro a pescaria é abundante. Aliás toda a costa é de «muyto e bõo peixe» (pág. 36). Safim é «cidade que a melhor e a principal que os mouros tem em toda a costa deste mar des ho estreyto pera Ethiopia. Esta cidade he de grãde tracto e terra seca, colhem sua agoa em cisternas pera beber tem muyto trigo em cauas e ho mãtem muito tempo sem gorgulho» (pág. 38). De Safim «trazem desta cidade muytos e bõos cavallos e muyto trigo, e anyll que fazẽ no sertão goma arabica, alquiçes bedees etc.». Em Meça, «villa muy grãde de mouros», «ha grãde tracto de mercadorias de barbaros e alarues, aqui estã genoveses mercadores. Por este ryto abaixo vem

<sup>1</sup> Para as informações do *Esmeraldo* chamou a atenção António Sérgio (*Ensaíos*, vol. IV, pág. 425). Audem é Uadam.

muyto ouro, cera, corame de vacas e bodes, lacar e anyll». No cabo de Aguiló «se trata muyta mercadoria». Existia no cabo de Não uma «casa de moeda que os barbaros fazē» (pág. 39). Valentim Fernandes indica ainda várias cidades e povoações que decaíram profundamente durante o século xv, sobretudo devido à acção portuguesa.

Já em meados do século xvi, Damião de Góis na sua *Crónica do Príncipe D. João* retoma a exposição da política marroquina e fornece importantes dados de geografia económica. Assim, no capítulo XV diz que Ceuta em tempo dos muçulmanos «foi mais próspera que dantes, assi de nobreza de cavalleiros, quomo de mercatores, e gente mechanica, porque has cousas que se nella laurauão douro, prata, cobre, latam e outros metais eram tam perfeitas, que em artefício, e bõdade fazião auantagē a todo genero dobra laurada em Damasco, de maneira que das desta qualidade, e de pannos de lam, e de linho, seda, tapetes, e outras cousas deste jaez, toda a Europa, e ha maior parte Dafrica se provia daquella cidade, per mercatores que nella tratauão». Mais adiante refere a existência de um vale perto de Ceuta, voltado para Alcácer, muito fértil, cheio de quintas com muita vinha; mas acrescenta: «contudo has outras partes do sertam sam asperas, e de terra nam mui fertil, nem proveitosa». Góis acentua o valor estratégico de Ceuta como segurança não só de Portugal e Castela como até de toda a Cristandade. No capítulo XI descreve Alcácer Ceguer cheia de «gente do mar, mercatores, e outra gente, de que a mór parte se sustentaua de tecer, e fazer panos de linho muito bõs»; daí os mouros faziam dano à navegação cristã, segundo Góis, e além disso Alcácer Ceguer dominava a passagem de África para Granada. Quanto a Arzila, lê-se que «ha comarca desta villa he mui fertil, tâto que poucas daquella costa Dafrica lhe fazem auantagem, assi de fructas, quomo de sementeiras». Já da região de Tânger afirma Góis que «nam he muito fertil, nem respondem bem has sementeiras», no entanto acrescenta que «tem valles vezinhos à cidade, que por caso das agoas que per elles correm sam muito fertiles, e abundantes de pasto, em que nos tempos passados havia muitos jardins, pumares e vinhas» (cap. XXX).

As descrições de Duarte Pacheco, Valentim Fernandes e Damião de Góis concordam nas suas linhas essenciais e fornecem-nos alguns tópicos decisivos a comparar com as informações de Zurara e outras fontes.

Alguns destes pontos são também documentados pelo relato de Cadamosto. No capítulo VIII o navegador italiano gaba a grandís-

simas e extraordinária abundância de pescaria na costa africana; no capítulo XIII traça as rotas do ouro sudanês, indicando que vêm aportar a Tunes, a Oram, a Fez, Arzila, Safim e Messa; Cadamosto acrescenta, o que me parece de primacial relevo, que os italianos e outros cristãos adquirem o ouro na Barbaria. As indicações de Rui de Pina convergem a afirmar o que temos estabelecido, pois por um lado anota que Azamor, ao entregar-se, obrigou-se ao tributo anual de doze mil sáveis, prova da quantidade exuberante de peixe (capítulo XXI da *Crónica d'el rei D. João II*) enquanto noutro passo declara que a cera para as grandes festas organizadas pelo Príncipe Perfeito veio da Berbéria (cap. XLIV), e por outro lado aponta que toda a Berbéria recebe o ouro de Tombuctu (capítulo XXXII).

Se bem que as crónicas fossem escritas para exaltar os feitos de cavalaria e não para descrever as condições da vida quotidiana, é possível extrair dessas fontes, e nomeadamente da *Crónica do Conde D. Pedro de Zurara*, a confirmação da realidade dos movimentos marítimos e por caravanas.

Encontramos no capítulo XXXI do livro I que um barco de quatorze mercadores mouros transporta muito trigo, cevada e legumes de Alcácer para o Reino de Granada, e o cronista sublinha que os mareantes estavam muito acostumados ao trato de mercadorias, e pouco ao exercício das armas. Um barco de Málaga, refere-se no capítulo seguinte, leva para Tânger ricos panos dourados e de seda, suponho que para aí os trocar por ouro, cereais e outras mercadorias. Os portugueses aprisionaram na abra de Gibraltar, segundo nos revela o capítulo XXXIII, um barco com seda fina, roupa, muitas moedas de ouro e prata, e fruta, o qual ia a Anafé «a carregar de trigo, de que os de Gibraltar eram mingoados». No capítulo XLIX conta-se como foi filhado um caravo que fôra a Málaga levar trigo e de lá trazia passa para Tânger. Ouvimos falar também de um caravo carregado de sardinha e passa (cap. LV) e de outro em Gibraltar que transportava muita roupa boa e peças de pano e jóias (cap. LV). A Iarache «acudiam muitas mercadorias das outras partes do sertão» (cap. LVIII). Para Gibraltar, narra-nos o capítulo LIX, seguia uma barca carregada de trigo e farinha. No capítulo LXX escreve Zurara que os nossos tomaram duas zavras cheias de trigo e uvas. Mouros almocreves levam farinha e especiaria de Gibraltar, possivelmente para aqui trazida por barcos, como se pode ver no capítulo LXXII. Junto ao cabo de S. Vicente navios mouros passam com trigo e vinhos (cap. LXXVII). Perto de Ceuta Gonçalo Velho filhou um carracão de mouros que ia



carregado de trigo (cap. IX do livro II). À saída de Larache encontraram os portugueses um caravo com muita louça de Málaga e pano e outra mercadoria (cap. XVI, livro II) e, além deste, outro com fruta e uma barca com muita roupa. No mesmo capítulo aparecem uma fusta e dois caravos de mouros mercadores que vinham de Tânger para Salé. Refere o capítulo XXI um barinel que leva trigo de Anafé para Granada. Um caravo grande transportava cavalos, muita cevada, mel e manteiga, para Gibraltar, diz-nos o capítulo XXII do 2.º livro. O capítulo seguinte fala de um navio que passava por Ceuta carregado de pão.

Este conjunto de citações é tanto mais significativo quanto Zurara não escreve uma obra sobre o comércio e, em geral, a vida económica e a sociedade, mas confina-se às proezas guerreiras e só acidentalmente alude à navegação mercantil e à produção; mais ainda, tais alusões só se inserem a propósito dos ataques navais dos portugueses. Por conseguinte, a *Crónica de D. Pedro de Menezes* documenta com solidez a realidade da exportação de cereais marroquinos e a existência de tráfego muito intenso ao longo da costa da Barbaria e entre a Barbaria e o reino de Granada. Recordemos que acima mostrámos a existência de relações comerciais entre o reino de Granada e Portugal e até de Portugal com o Maghrebe, sendo esta segunda faceta atestada também por Zurara.

Dos textos citados inferimos os seguintes elementos de geografia económica relativos à região norte-africana que de Ceuta corre até o cabo Não:

a) Marrocos é zona de produção cerealífera, sobretudo intensa nas planícies para o sul de Arzila, ou melhor, de Larache.

b) Os cereais marroquinos são regularmente exportados.

c) É muito abundante a criação de gado, quer vacum, quer miúdo (a região de Tetuão e Ceuta a Arzila é particularmente importante).

d) As costas marroquinas fornecem pródigas pescarias.

e) Na península fronteira à Hispânia, nalgumas cidades da orla atlântica como Safim, e para o interior, por exemplo, em Fez, situam-se focos de indústria têxtil (aliás também considerável já fóra de Marrocos, para nascente, em Oram e Tunes).

f) Os panos marroquinos são exportados quer para a Europa quer para o Sudão.

g) O ouro sudanês dissemina-se por caravanas a toda a orla marítima do cabo Não a Tunes (incluindo, evidentemente, Ceuta).

h) Na área de Ceuta e no Suz produz-se açúcar.

i) Outros importantes artigos de produção marroquina e do seu comércio de exportação constituem-nos a coirama, cera, mel.

j) As cidades marroquinas são, muitas delas, centros industriais e núcleos mercantis consideráveis, com população de mercadores, mesterais e, nos portos, gente do mar.

k) Intenso tráfego costeiro e terrestre circula no mundo norte-africano, e são constantes as relações marítimas com o reino de Granada e outros mercados<sup>1</sup>.

Certamente possuíam-se já, em Portugal, informes seguros à cerca de Ceuta, que os portugueses deviam de há muito frequentar, caso contrário seria inexplicável a naturalidade com que foram acolhidas as suas galés que, a pretexto de levar embaixada à Sicília, tinham por missão estudar no local o plano de ataque; como inverosímil seria a desgarrada ida a essa cidade de um criado do vèdor a resgatar cativos.

É agora talvez mais fácil compreender as razões que levaram João Afonso e D. João I à expedição a Ceuta. Na mente dos dirigentes esta conquista não era um fito isolado, pois Zurara com toda a clareza declara que para o rei ela constituía o primeiro passo na conquista do Norte de África: vejam-se os capítulos VII, IX e XII do Livro I da *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*<sup>2</sup>. Ceuta valia em si própria, e sobretudo porque abria à penetração portuguesa

---

<sup>1</sup> Para uma descrição completa e documentada da geografia económica e social de Marrocos do século XI ao XVI veja-se o tomo I da *História económica e social da expansão portuguesa*.

<sup>2</sup> Surpreende, por isso, que Bensaúde tenha afirmado que D. João I não pensou em conquistar Marrocos – depois de lhe atribuir a iniciativa da expedição a Ceuta (aquele autor não aproveitou os trabalhos de Pedro de Azevedo, Sérgio e Cortesão sobre o papel de João Afonso, e parece até ignorá-los). Segundo Cadamosto, o rei, antes de morrer, pediu aos filhos que continuassem a guerra contra os mouros; e D. Duarte refere que a expedição a Tânger continuará o bom propósito do pai. Poder-se-ia, contudo, alegar que o rei eloquente e o cronista estavam interessados em justificar o projecto de conquista marroquina remontando-o a D. João I, e que Cadamosto reproduz o que ouviu a D. Henrique, movido pelo mesmo interesse. O principal argumento a favor da afirmação de que D. João I planeava a conquista de Marrocos, e que vem corroborar a veracidade destas três fontes, embora interessadas, é a inverosimilhança da conquista *isolada* de Ceuta.

dois mundos: o marroquino-mediterrâneo, e o marroquino-atlântico. Um conduziria ao campo onde a concorrência comercial era áspera, ao mercado mediterrâneo e ao Levante aonde se degladiavam os estados comerciais da Catalunha, Veneza e Génova<sup>1</sup>; o outro, ao mercado sudanês do metal amarelo e dos escravos. Em suma, Ceuta era a porta para as regiões do ouro, dos cereais, dos panos, das pescarias. Não se escolheu Granada devido ao fundado receio de insanável conflito com Castela e porque não rasgava horizontes económicos como rasgavam as cidades maghrebinas.

Mas Ceuta valia também por si própria. Na descrição de Valentim Fernandes nitidamente se indica que é o centro principal das transacções com o interior africano. Zurara é mais explícito, pois no capítulo XV do livro I da *Crónica de D. Pedro de Menezes* declara que «todolos moradores da Cidade pela maior parte eram mercadores e officiaes, e mareantes» e por isso a gente nobre não podia residir em Ceuta, tinha de se alojar nos paços de Aljazira, nos arredores, a fim de não molestar a população burguesa: fenómeno idêntico ao do Porto medieval, a cidade dos navegadores e negociantes em Portugal, como Ceuta em Marrocos. Góis acentua também que Ceuta é povoada de mercadores e gente mecânica, especializando o fabrico têxtil como bem característico da sua economia, e aponta que a cidade é o escoadouro de mercadorias africanas. Em Ceuta encontrava a burguesia um dos termos das rotas do ouro do Sáara, como se vê no Atlas Catalão de 1375.

Além disso a comarca era muito fértil; Duarte Pacheco fala mesmo na abundância de pão e, embora Góis não considere produtivas as zonas em volta, encontramos na *Crónica de D. Pedro de Menezes* referências muito significativas. Não só a região devia ser densamente povoada, porquanto Zurara constantemente aponta aldeias populosas e quintas nos vales revestidos de hortas e pomares, e abundantíssima de gado, pois em cada cavalgada eram apresadas centenas de bois e carneiros, como até conheceria lavoura desenvolvida, mesmo de cereais. Numa das aldeias saqueadas encontraram os portugueses muito pão, vinho, legumes e roupa em abundância (cap. XXXVII do livro I) e noutra surtida cruzaram-se com três asnos carregados de pão (cap. seguinte). Quando os mouros vêm es-

---

<sup>1</sup> Oliveira Martins sugeriu que Ceuta poderia ser o primeiro passo para a conquista do comércio oriental pelo caminho do Norte de África.

caramuçar perto dos muros da cidade, conta-se no capítulo XL que os cavaleiros os impediram de talar alguns pães, e logo no capítulo imediato fala-se em searas que alguns moradores iam examinar quando foram surpreendidos por um corsário. O capítulo LVI indica a existência, nos arredores, de medas de pães. A propósito de novas incursões fala-se nos danos que os mouros causaram nos trigos: consulte-se o capítulo XV do livro II. Por uma carta de doação de 12 de Junho de 1443, publicada por Pedro de Azevedo, o Regente concede a Rodrigo Afonso de Meneses umas casas, currais e herdades de pão em Ceuta.

Documenta-se, por conseguinte, a produção cerealífera na zona de Ceuta; ignoro, porém, se essa produção comportava um excedente exportável, e por isso limito-me a afirmar que Ceuta era uma das portas dos campos de pão, logo, que a sua conquista pode ter sido causada pela necessidade de cereais.

Zurara e Damião de Góis põem em relevo o valor estratégico da cidade. Para o humanista de Quinhentos Ceuta garante a Península contra as invasões vindas do Norte de África, e por isso é a segurança dos reinos peninsulares e mesmo da Cristandade. Para o cronista de Quatrocentos Ceuta domina o estreito, e por isso é a segurança da navegação e do comércio entre o Mediterrâneo e o Atlântico, base de combate à pirataria sarracena. David Lopes e Jaime Cortesão vincaram estes aspectos do problema. Mas vejamos melhor. A tomada de Ceuta incontestavelmente dificultaria o envio de reforços mouros para a Hispânia, e por isso facilitava muito a conquista cristã do reino de Granada; por este lado parece-me inexplicável que fosse Portugal a empreender essa conquista, que sem dúvida incumbia a Castela; que D. João I tinha consciência deste ponto e o ponderou bem, patenteia-o o capítulo XII da *Crónica da Tomada de Ceuta*, em que é apresentado como uma das dúvidas do rei quanto ao valor da empresa. A esta objecção do rei respondeu-se (diz Zurara que o Infante D. Henrique) que auxiliar Castela seria serviço de Deus, mas como era acima de tudo insegurança do reino custa-me a crer que D. João I aceitasse por boa a resposta. Uma hipótese muito plausível seria que a tomada de Ceuta, auxiliando o reino vizinho, seria serviço de Deus, mas, por outro lado, ergueria uma barreira à expansão castelhana para o Norte de África, como de facto ergueu. Deve ainda atender-se a que no século xv as dissenções políticas entre os reinos de Granada, Fez e Tunes, e a existência de cidades-senhórios como Ceuta, não davam azo a qualquer

ameaça muçulmana sobre a Península Ibérica: e tanto assim é que Ceuta pôde ser mantida e só uma vez foi cercada pelos mouros a ponto de necessitar socorro.

Cortesão preferiu interpretar que a tomada de Ceuta, com o domínio do estreito, garantiria a segurança à navegação entre as repúblicas italianas e a Flandres, servindo de base para limpar a pirataria berbere. E David Lopes concordou que daria um ponto de apoio à navegação ítalo-portuguesa. No entanto, como compreender que tal iniciativa partisse de Portugal, uma vez que interessava sim genoveses, venezianos, flamengos e ingleses? E não estavam os genoveses bem instalados comercialmente em Ceuta? Que provas há que o corso marroquino dificultasse a carreira das galés de Flandres? Nenhuma. Organizada pelo sistema de comboios, dificilmente a poderiam atacar os piratas; e era no porto muçulmano de Málaga que tinha uma das suas escalas – quando não o era na própria Ceuta. Que o preço da pimenta tenha trepado, de uma média de 12 xelins por 12 libras de peso, de 1390 a 1410, à média de 32 xelins na segunda década quatrocentista, como alega Cortesão baseando-se nas velhas estatísticas de Thorold Rogers, não basta de forma alguma para provar tal incidência da pirataria. Pois o projecto da expedição data já de 1409, e a conquista de Ceuta situa-se a meio da década de preço excepcionalmente alto, e não para final de um período de carestia.

A quem conhece a amplitude e intensidade do tráfego marítimo no Norte de África e com o reino granadino, e compulsa, por exemplo, a *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, onde a cada passo os feitos dos portugueses no mar consistem quase só de acções de pirataria contra a florescente navegação comercial dos mouros, imediatamente ressalta a ideia de que a Ceuta cristã era, sim, base naval da guerra de corso dos portugueses e não de defesa contra a pirataria berbere.

É preciso mesmo ir mais longe. O que se tem dito quanto aos obstáculos criados pela pirataria é insustentável e não se adapta às condições económicas da época. A actividade de corsário não se opunha ao comércio, era, e sê-lo-ia ainda nos dias heróicos de Sir Francis Drake e da Companhia Holandesa das Índias Orientais – a primeira grande sociedade por acções –, a forma mais nobre do comércio, porque implica feitos guerreiros, que para a mentalidade desses séculos são éticamente superiores às transacções mercantis. Quando era possível apresar, saltear, roubar, não se comprava nem

vendia. Não se tem notado que os títulos de muitos capítulos dessa crónica de cavalaria que é a *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* referem os honrados *roubos* praticados pelos cavaleiros. Dado que a pirataria era uma actividade económica normal, regular, lícita e até orientada pelos monarcas – haja em vista as reclamações portuguesas aos reis de Castela e Inglaterra e aos duques de Holanda e Bretanha – impõe-se concluir, com Crone, que a pirataria não interrompia o comércio.

Não fomos, pois, a Ceuta para garantir a segurança da Península nem para destruir a pirataria muçulmana, pelo menos como objectivos primaciais.

Os resultados da discussão do problema do primeiro grande passo na expansão portuguesa sintetizam-se nos seguintes tópicos:

- a) A iniciativa pertence a João Afonso, desde logo apoiado por D. João I; ou seja, ao ministro e ao rei «burgueses»;
  - b) A conquista de Ceuta integra-se num plano de expansão portuguesa no Norte de África;
  - c) Ceuta abria o caminho para dois mundos comerciais: o mediterrâneo-levantino e o marroquino-sudanês;
  - d) Ceuta era a porta do mercado do ouro, dos cereais, do açúcar de Bulhões; e talvez também acesso menos indirecto às especiarias;
  - e) Ceuta protegeria os pescadores portugueses no alargamento da sua actividade a uma zona de pescaria particularmente rica;
  - f) Ceuta era base naval para o corso português interceptar o tráfico marítimo dos mouros;
  - g) Ceuta era o ponto de partida para talhar domínios fundiários para a nobreza, e dava aos cavaleiros e escudeiros uma base de operações de saque e de feitos militares, graças aos quais dispunham de fonte de receitas e ascendiam socialmente; os serviços lá prestados justificavam o galardão na metrópole;
  - h) Ceuta tapava a expansão castelhana para o Norte de África.
- Analiseemos, porém, a organização da expedição e a tomada de Ceuta.

Ideada desde 1409, iniciados os preparativos em 1413, decorreram a ritmo acelerado, mas sempre com extremo cuidado e método. A escala do empreendimento ultrapassava as dimensões dos feitos comuns, e exigiu toda uma orquestrada campanha de desinformação – rumores contraditórios quanto ao alvo, notícias diversas

propaladas quanto a casamentos régios e a ataques a possessões na própria Cristandade (Sevilha? Sicília? ou a Málaga moura?). Toda esta atmosfera inquietou os reinos vizinhos. O rei de Aragão D. Fernando enviou, em Abril de 1415, um mensageiro especial (e espião) a D. João I, com a missão de apaziguar as relações entre coroas e averiguar intenções e as dimensões de eventuais ameaças; trazia cartas para o Rei e para os Infantes. Ruy Dias de Vega é recebido por D. João I logo no dia seguinte à chegada – audiência longa, com troca de informações muito completa (como o pode ser em tais jogos). Nesse mesmo dia é recebido pelo Infante D. Duarte e depois pelo Infante D. Pedro. Nota o embaixador que nestas conversas sobre matéria de Estado «en lo que parecia mejor respondya D. Pedro que D. Duarte» (observação de importância que tem passado despercebida) (*Monumenta Henricina*, t. II, p. 134). Acompanhado pelo escrivão da Puridade, Ruy Dias desempenhou-se da missão diplomática com satisfatórios resultados, mas ainda mais brilhantemente da missão de espionagem de que vinha secretamente incumbido. Falou com pessoas-chave, visitou lugares de apresto, e inclusive compulsou livros de registos e contabilidade.

Mostra-nos o agente aragonês todo o reino a trabalhar para o mesmo fim. D. Henrique no Porto a aprestar as galés e fustas que hão-de ir reunir-se à armada no Tejo; o Prior e os Mestres mandando fazer galeotas de 60 remos na vale do Zêzere; Nuno Álvares e outros nas suas terras a fabricar biscoutos e a preparar as carnes de vaca e carneiro. Atento cuidado com a subsistência: cada homem levará para sustento de três meses 3 fanegas de pão e 3 ½ cântaros de vinho, além da ração de carne e pescado.

Ruy Dias indica qual a composição do exército e os efectivos militares:

Homens de armas (vassallos del-Rei)	4 685
Homens de armas (novos vassallos del-Rei)	700
Bêsteiros a cavalo	1 900
Bêsteiros de menor quantia (sem armadura de protecção)	3 000
Peões (escudeiros)	4 000
Lanceiros (escudeiros) / pé terra? /	até 5 000
	Soma 19 285
Total da gente do reino que está apercebida até	18 600 ou 19 000



Como há discrepâncias nos totais apresentados, e com outras fontes, não podem estes números ser considerados senão como aproximações. Trata-se, não do total dos que embarcaram, mas sim da gente convocada no reino. Uma parte deveria ficar para defender as fronteiras – não se estava seguro da atitude castelhana, para mais receosa de um ataque a Granada. Também há demasiadas discrepâncias quanto ao número de unidades da armada, e em especial quanto aos números por categorias de navios (nau, barcha, galé, galeota, fusta); não é seguro, por isso, adiantar o quantitativo do exército da expedição. Não sabemos quantas taforeias é que se utilizaram (se é que delas se serviram), e portanto qual o peso da cavalaria, que se nos afigura dever ser pequeno neste tipo de acção (só depois de tomada a cidade é que se tornou primacial, embora apoiada pelos bèsteiros). Alguns investigadores computam os efectivos embarcados em cerca de metade do total apontado pelo aragonês.

Na armada entraram, segundo Ruy Dias, 11 naus de Vizcaya e Guipúzcoa e 2 da Galiza, sendo 9 de 120-130 tonéis (20-25 marinheiros), 1 de 300 (50 h.), 1 de 230 (40 h.) e 2 de 100-110 (20 h.). De Flandres e alemãs: 18 naus e 4 cocas, tonelagem média 215 t. (30 h.), e mais 1 nau grande de 500 t. Da Bretanha 4 naus pequenas (80 t. e 20 h. cada). De Inglaterra 8 naus (média 90 t., 20 h.) e 2 barchas de merchantes (média 65 t.).

Navios portugueses:

Em Lisboa 9 naus e 2 barchas (média 125 t.; mareantes são poucos);  
     1 varinel novo de 300 t. (40 mareantes);  
     9 galés grandes e 3 galeotas pequenas;  
 No Porto 18 naus e barchas e 6 galés e galeotas;  
 Em Faro 1 nau (90 t.) e 1 barcha (70 t.), com 35 mareantes ao todo.

Esperavam-se ainda, para Maio, 8 naus portuguesas de merchantes que estavam em Flandres (*Monumenta Henricina*, t. II, n.º 57, pp. 138-141).

Para a mobilização das tropas e dos recursos, o Rei dividiu o país em três zonas, cada qual sob a chefia de um dos seus filhos: as comarcas da Beira e Trás-os-Montes a encargo de D. Henrique; Antre o Douro e Minho, do Conde de Barcelos – as gentes e recursos destas duas zonas com embarque no Porto; a Estremadura, Antre Tejo e Odiana e Algarve, com embarque em Lisboa, sob a chefia de D. Pedro. A artilharia e o armamento ficavam sob a



superintendência real. D. João I manda divulgar que as armadas serão capitaneadas, uma, pelo Infante D. Pedro – será a principal, a das naus; a outra pelo Infante D. Henrique – fustas, barchas e outras embarcações. As galés, vasos de guerra naval por excelência, em especial em mares como o do estreito de Gibraltar (só mais tarde a instalação de artilharia eficaz a bordo levará para primeiro plano naus e caravelas), sob o comando directo do Rei (*Crónica da Tomada de Ceuta*, caps. 29 e 30).

Ruy Diaz considera estas informações de confiança, pois que as tirou dos registos. Em relação aos dois primeiros grupos, Vizcaya e Galiza dá mesmo os nomes dos senhorios e mestres dos navios. Teríamos portanto uma armada composta de

67 naus (inclui algumas barchas) e 1 varinel grande,  
15 galés e 5 galeotas,  
e mais numerosa fustalha.

Outras fontes apresentam-nos números diferentes, mas afiguram-se-nos menos fiáveis. Mateus Pisano, no entanto, aproxima-se:

63 naus de carga,  
27 galés trirremes e 32 birremes (galeotas),  
120 navios pequenos diversos.

(p. 37 da trad. Corrêa Pinto, Lisboa, 1915).

O número de galés e galeotas dado por Mateus Pisano parece-nos avolumado. Trata-se de navios de combate, adequados ao estreito de Gibraltar e Mediterrâneo, caros de fabrico e manutenção. Os números apontados por Ruy Dias são aceitáveis, atendendo às operações que lhes iam ser atribuídas.

Na armada, organização real por excelência, integravam-se pequenos grupos de navios por conta de alguns grandes; assim, 7 navios por conta e sob capitania do Conde D. Pedro de Meneses.

Em Lisboa faz-se o alardo geral em 12 de Maio de 1415, reparando-se então as capitánias.

D. Duarte devia ficar no Algarve, com o encargo do governo do reino e, se necessário, de organizar os socorros de gentes, armas e vitualhas. Mas afinal embarcou também (tudo leva a crê-lo), indo com D. Henrique, mas reservando para si o comando operacional (desde já desconfiança quanto às aptidões tácticas e de comando do irmão mais novo?). A armada compunha-se de dois corpos: a armada das galés, onde ia o próprio Rei e o Infante D. Duarte, e a armada das naus e barchas, capitaneada pelo Infante D. Pedro (Zurara, *Crónica de Ceuta*, pp. 115, 123, 153). A segunda foi por duas

vezes empurrada pelos ventos para Málaga, e a de galés, com outros vasos, também teve de aportar à costa de Tarifa e do Calpe. D. João I impõe o seu plano estratégico: recusa cercar a cidade pelos lados envolventes da península, e concentra as fôrças do lado oeste, dividindo os efectivos navais em dois grupos – um, encarregado do desembarque inicial e de encetar o ataque, com D. Henrique no terreno e D. Duarte a comandar a operação, frente ao monte de Abila; e a armada de D. Pedro e a galé real em frente da cidade. Tudo começa com o salto de uma fôrça de bêteiros em terra, a cobrir o desembarque de três batalhas que irrompem ao ataque. D. Henrique, o primeiro a desembarcar, comanda a fôrça de desembarque e penetração, mas o comando da operação pertence efectivamente ao herdeiro da Coroa. D. João I consentiu que fôsse o filho terceiro a abrir o desembarque e o ataque, precisamente por ser o terceiro, e colocou-o sob a orientação de D. Duarte dada a autoridade deste Infante e o ser a segunda figura do Estado. Na côrte seguia-se uma ordenação rígida de competências e responsabilidades, em tudo essas precedências eram respeitadas. D. Duarte é que dá a D. Henrique a ordem de avançar o ataque para as portas da cidade. De facto, este Infante agirá como valoroso soldado mas não avisado capitão – ver-se-á encurralado em apertada rua e será o seu mestre, Vasco Fernandes de Ataíde, que o salvará, com sacrifício da própria vida (Antoine de La Salle, *Consolations*).

O Infante D. Pedro capitaneava a principal armada – a dos grandes vasos de transporte de tropas e guerra; Antoine de La Salle, que ia numa das naus desta capitania, di-lo «nosso chefe de vanguarda». Para o desembarque, à hora de prima, serviram-se de barcos mais pequenos e de menor calado – galeotas, bergantins, etc. Desembarcaram na praia do monte de Almina. Quando D. João I recebe a informação de que está aberto o caminho, ordena a D. Pedro o desembarque; aqui o seu corpo de exército defronta o grosso das fôrças mouras, comandadas pelo chefe Zemit, que derrota, perseguindo-o até às portas da cidade, combatendo até à hora de véspera, e por último toma o castelo (Antoine de La Salle, *Consolations*, p. 24 da tradução). O Rei dirigira pessoalmente o assalto final.

Qual o balanço desta conquista da cidade marroquina que inaugura a expansão?

É certo que a ocupação de Ceuta acarretou onerosos encargos.

Os judeus da metrópole pagavam os ferreiros que trabalhavam em Ceuta, e das receitas dos almoxarifados da Guarda, Guimarães e Vila Real tirava-se dinheiro para pagar as despesas da praça africana, como se pode ver das cartas de quitação publicadas na colecção dos *Documentos das Chancelarias Reais relativos a Marrocos*. De Portugal iam mesmo abastecimentos para Ceuta. Por cartas de privilégio (nessa mesma colecção editadas) estimula-se o fabrico de louça em Lisboa para levar mantimentos para a cidade marroquina. Para os anos de 1423 e 1424 o Rei firmou contrato com uma sociedade composta de cinco mercadores portugueses e três genoveses que se comprometeu a fornecer trigo da Andaluzia, da Sicília e de outras proveniências<sup>1</sup>. Numa carta de relembração de conta de 4 de Agosto de 1446 refere-se o envio de trigo para Ceuta, e numa carta de quitação de 20 de Setembro de 1450 indica-se a expedição de milho. Nas côrtes de Lisboa de 1456, Viana, Ponte de Lima e Vila do Conde protestam contra a utilização dos seus navios para levar pão a Ceuta (Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal*, pág. 568). Na discussão a favor e contra manter Ceuta depois de tomada, o partido dos que defendem o abandono argumenta que a praça terá de se manter com rendas da metrópole por não ser lugar de lavoura e casais, e o outro partido objecta tão-só que não é legítimo antepor o proveito à honra. Tal é, pelo menos, o relato de Zurara.

Não vejo, porém, que aceitar que Ceuta daria só despesas se permanecesse conquista isolada destrua as conclusões a que acima chegámos. Mas é possível ir mais longe. A afirmação de que o lugar não se prestava à lavoura é nitidamente errada. Os portugueses procuraram mesmo povoar e cultivar os arredores, como ressalta de algumas cartas de doação. Em 1415 o Rei doa ao Conde de Barcelos os paços de Aljazira «com todas suas entradas e saídas e direitos e pertenças». Dois anos depois mosem João de Pomar recebe o castelo de Larotona e as casas que nele estiverem, e no ano seguinte o vale de Bulhões é doado a João Pereira, com «todas quintãs e casaes e herdades e bens» e ainda «todas suas rendas e direitos e trabutos e foros». Em 1443 é concedida a um escudeiro do Infante

---

<sup>1</sup> Torre do Tombo, Chancelaria de D. João II, Livro 25, f. 101 – citado por Virgínia Rau, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*, I, Lisboa, 1951, p. 99.

D. Pedro a propriedade de casas, estábulos e *herdades de pão* em cuja posse já estava, perto de Ceuta. No ano seguinte um mercador de Ceuta consegue isenção de aposentadoria para as suas casas, vinhas e herdades<sup>1</sup>.

No entanto as tentativas de povoamento e cultura não surtiram pleno resultado, por duas razões: em primeiro lugar, Ceuta permaneceu dezenas de anos conquista isolada, de modo que não era possível dominar uma área considerável e os mercadores mouros não perdiam a esperança de a recuperarem; em segundo lugar, os nobres que iam a Ceuta pretendiam enriquecer rapidamente e regressar ao reino, de modo que, em vez de protegerem a colonização portuguesa e as aldeias dos mouros, preferiam, em frequentes cavalgadas, roubar gado, saquear povoações e apresar cativos que pagavam bons resgates. Que fortes exemplos de desenfreada cobiça não perpassam na *Crónica de D. Pedro de Menezes*, como a acção de D. Duarte de Meneses que vai roubar gado de aldeias mouras que ele foi informado estarem em festa de bodas! Como o caso dos portugueses vencedores que são mortos enquanto andam a roubar nos cadáveres dos inimigos!

Quanto às despesas do Estado com Ceuta, ainda se não averiguou a situação das finanças públicas no século xv para podermos emitir opinião segura. Basta relevar que os dirigentes, ao suplicar concessões pontifícias, tinham visível interesse em esconder as vantagens, carregando os inconvenientes.

Mas é seguro que, mesmo se acarretou prejuízo para o Estado, a ocupação de Ceuta beneficiou os particulares, pois muitos nobres e escudeiros lá enriqueceram com as suas depredações e os mercadores também lucraram. Com efeito, não é crível que o ouro deixasse de afluir a Ceuta, nem que a conquista cortasse o comércio português com os mouros. Na *Crónica de D. Pedro de Menezes* há positiva evidência do contrário. É, no capítulo LXXXII do livro I, o conde que manda construir casas para mercadores. É, no capítulo XXII do livro II, a descrição da passagem pelo porto das galés de Veneza, durante a qual o Conde e muitos portugueses compraram mercadorias no valor de 6 000 ducados, que pagaram em ouro e em

---

<sup>1</sup> Sobre o conjunto do problema dos cereais marroquinos e do abastecimento das praças no século xv e primeiro terço do xvi, veja-se o nosso estudo, *Les guerres du pain au Maroc et la factorerie d'Andalousie*.

troca de mercadorias da cidade: esse ouro só do Sudão podia vir. Zurara declara que em Ceuta havia «então homens de boas fazendas, especialmente aqueles que tratavam sobre mar». Quere dizer, não só o ouro continuava a afluir à cidade, como ainda nela existiam fortunas provenientes do comércio marítimo. Quando o Conde vem ao Reino traz muitas jóias, ouro e prata (Cap. XI do livro II).

Em 1435, a Casa da Moeda retoma a cunhagem do metal amarelo e amoda de novo peças de prata de lei de 11 dinheiros. Mas a reforma quanto ao metal branco ficou em parte inoperante; houve que esperar pelas inovações técnicas de meados do século e pela consequente recuperação da mineração na Europa central e oriental para se poder chegar a estabelecer, em 1489, uma moeda de prata relativamente estável. Ao invés, quanto ao ouro as emissões já não cessarão. Um problema se põe assim. A chave para a sua resolução não será precisamente a ocupação portuguesa de Ceuta? Mercado do ouro onde os genoveses se abastecem antes da conquista, continuá-lo-á a ser depois dela, e as suas dobras *ceitis* fornecerão o modelo das espécies de D. Duarte. Nessa cidade funcionou mesmo uma Casa da Moeda. Rude golpe para o trato genovês: em 1446 os Centurione enviarão Malfante ao oásis saariano do Tuat para tentar resolver a sua crise de abastecimento de pó áureo. É certo, contudo, que a partir da quinta década do século, Ceuta deixou em parte de interessar como termo das rotas do ouro porque se tinham alcançado mercados muito mais próximos da origem.

De Ceuta vinha para Portugal um outro metal amoedável mas também de uso industrial: o cobre. As pequenas moedas de troco nele cunhadas desde 1415 chamaram-se por isso *ceitis*, seguindo também provávelmente um tipo marroquino.

Sem dúvida, estranhar-se-á a afirmação da persistência do comércio de Ceuta com o mundo africano, porque se julga tal comércio incompatível com o estado de guerra permanente. Conhecemos o risco de transpor para um século atrás informações de autores do século XVI, mas não nos repugna aduzir para a questão os *Anais de Arzila*. Ora, aí vemos que as caravanas transitavam entre as hostes rivais, que delas colhiam informações quanto ao inimigo a troco de boas recompensas; mais ainda: os combates não tinham cessado, e já para os dois campos adversos se precipitavam mouros e portugueses alfaqueques que negociavam no resgate de prisioneiros. Veladas alusões na *Crónica de D. Pedro de Menezes*,

por exemplo, sugerem situação semelhante no século xv. Julgo decisivo argumentar que as dissensões políticas entre os reinos mouros eram tão fortes que não só obstaram a uma acção comum contra Ceuta, como até levaram chefes muçulmanos a aliarem-se ao conde português, que, aproveitando essas discórdias, tentou obter Alcácer por manejos diplomáticos, como refere o capítulo VIII do livro II da Crónica de Zurara; repare-se agora que essas contendas políticas não impediam que os reinos de Fez, Granada e Tunes formassem uma unidade económica. O intenso comércio luso-marroquino anterior à tomada de Ceuta continua posteriormente. Desde 1434, o mais tardar, importavam-se do Maghrebe para Portugal côres para a tinturaria, têxteis e, pelo menos a partir de 1438, trigo, que em parte seguirá, anos volvidos, para a feitoria de Arguim.

Por mar também os portugueses mantinham relações comerciais com o resto do Norte de África, quer sob a forma de pirataria quer sob a forma de transacções pacíficas.

As fustas e outros barcos de Ceuta constantemente percorriam toda a costa. Ainda antes de 1418 fustas de Ceuta vão piratear a Larache e Mamora (Cap. LIII). O próprio Conde organizou uma expedição marítima a Larache e Salé (Cap. LVIII). Fustas portuguesas, noutra ocasião, navegam nas águas de Arzila e Larache (Cap. XVI do livro II). Mais significativo é, no entanto, que Zurara diga de Afonso Martins Caiado que fora a Larache muitas vezes por mar, o que denota a frequência regular desse porto para comércio (Cap. LVIII), e que se refira a um castelhano que também aí fôra três vezes num só ano por mercadoria (mesmo capítulo). Outra passagem da crónica fala-nos de portugueses que vão a Tunes vender mercadorias roubadas em dois barcos mouros e resgatar os cativos (Cap. XLVII).

Só a persistência deste comércio marítimo e terrestre pode explicar, parece-me, que Ceuta seja tão frequentada por barcos portugueses e estrangeiros, como em vários capítulos da mesma crónica se aponta; também nela se atesta a frequente ida de embarcações para a pesca ao longo de toda a costa marroquina.

É fundamental, para a compreensão do desenvolvimento posterior da expansão portuguesa, a existência deste activo tráfego marítimo quase totalmente exercido por particulares.

A documentação de que dispomos não permite calcular com rigor a amplitude da penetração comercial portuguesa no Norte de

África durante o reinado de D. João I. Os portugueses navegavam até às Canárias. Sabemos ainda por Zurara que o conde D. Pedro de Meneses procura obter informações acerca do interior africano. Por outro dado, se os cristãos não conseguiram ser admitidos às rotas saarianas e sudanesas, os judeus frequentavam essas regiões e desempenhavam importante papel no comércio interior, e as suas informações foram consignadas pelos cartógrafos judeus de Maiorca dos séculos XIV e XV.

A expansão em Marrocos apresentava também evidente interesse para a nobreza. Em primeiro lugar, não é verdade que os nobres não tenham querido ficar em Ceuta; não quiseram ficar alguns senhores poderosos, cuja situação já estava garantida no reino e cujo afastamento a poderia comprometer. Os senhorios ultramarinos a constituir importavam essencialmente aos médios e pequenos senhores e aos cavaleiros sem casa própria. Mais tarde, quando Afonso V conquistar várias praças marroquinas, *os nobres disputar-se-ão para ficar*: para dar a capitania e governação de Alcácer a D. Duarte de Meneses, o Rei tem de a negar a muitos nobres que até recorrem à intercessão dos Infantes e depois manifestarão forte inveja ao escolhido (Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, cap. XIV). Aliás, as conquistas marroquinas não interessavam só pela constituição de senhorios além-Estreito, mas também pelas doações de senhorios na metrópole, pelas tenças, dotes e outras mercês a que o Rei era obrigado em retribuição de serviços de monta dos nobres. Que estes tenham continuado a sair do reino depois da tomada de Ceuta só mostra mais uma vez, além da mobilidade da classe dos cavaleiros quatrocentista, pouco adaptada ainda aos quadros nacionais, que a posse de um posto marroquino não resolvia por si só o problema. A difícil situação da nobreza será uma das causas da expedição a Tânger, como se vê claramente não só da *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina, mas até da hagiográfica *Crónica do Infante Santo*. Ceuta dava ensejo aos nobres e cavaleiros de enriquecerem rapidamente. A *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* a cada passo relata como num ou dois fossados, numa ou duas viagens de curso se amontoavam grossas fazendas, pelo roubo de gados, alfaias, tecidos, metais, ou pelo apresamento de cativos com mira no resgate (e o resgate de cativos organizou-se muito depressa como operação comercial). Zurara pinta-nos frescos de cobiça sem freio e com rápido proveito. O roubo era, na verdade, uma das formas honradas de acrescentamento de seu estado por parte dos cavaleiros.



As dificuldades na manutenção de Ceuta obrigavam a opções entre as directrizes políticas. Punha-se, ao mesmo tempo, a questão das Canárias, que as alegações castelhanas no Concílio vêm agravar. Por outro lado, a Reconquista castelhana restringia as possibilidades de expansão portuguesa na própria Península, e as relações entre os reinos não eram fáceis. Em 1433, ainda em vida de D. João I, é pedido a alguns dos conselheiros que se pronunciem sobre a orientação a seguir. Sabe-se que o Rei traçara uma política complexa, que incluía as conquistas em Marrocos, a colonização da Madeira e Açores, o senhorio sobre as Canárias, e a devassa do mar ao longo da costa africana; mas também encarava a conquista do último reino mouro aquém do Estreito. Ora os três condes, o de Arraiolos, e de Ourém e o de Barcelos, aconselham que se opte por Granada como objectivo, e alinham razões para desistir do empreendimento marroquino. D. Duarte parece inclinar-se para esta opinião, D. Henrique bate-se pela adopção dos dois termos da alternativa.

A mudança de reinado não atrasa a controvérsia nem o imperativo de tomar uma decisão. Dizem as crónicas que D. Duarte se comprometera com o pai a seguir a sua política. David Lopes, porém, objectou que estas fontes são afectas a D. Henrique, e como tal teriam inventado essa posição de D. João I a fim de justificar os planos do seu filho. É possível que o acentuar desta filiação ideológica fôsse utilizado para fortalecer os planos henriquinos. Mas não vemos razão para descartar inteiramente a interpretação que atribui ao herdeiro da Coroa a fidelidade à estratégia definida pelo pai. Na verdade, durante o novo reinado prossegue-se o povoamento das ilhas, a diplomacia esforça-se por conseguir que Concílio e Pontífice aprove as pretensões portuguesas sobre as Canárias, e lança-se uma segunda empresa no reino de Fez, lógica da parte de quem já senhoriava uma cidade-porto de tanta importância. D. Duarte impetrou e conseguiu uma Bula de Cruzada em 1436, pois entendia dever prosseguir a guerra contra os Mouros. Em 1436 parecia, no entanto, não achar o momento azado para a empreender. Apertado por D. Henrique e pela Rainha, que este Infante ganhara à sua causa, requiere os pareceres de seus Irmãos e de nobres e eclesiásticos. D. Pedro e D. João pronunciam-se categoricamente contra qualquer tentativa em Marrocos (e não só), em documentos que poderemos considerar pontos altos na história do pensamento em Portugal: neles é o sentido da humanidade que vem sobrepor-se ao de Cristandade, é a guerra que é condenada como meio de conversão,



apresenta-se uma concepção política que antepõe o siso à cavalaria e sabe calcular a relação entre meios e fins.

Temos as razões que moveram D. Duarte expostas pelo próprio Rei no seu *Livro dos Conselhos*: Em primeiro lugar, a obediência às injunções do Santo Padre, apoiadas nos direitos e escrituras que outorgou. Em segundo, continuar o bom propósito e vontade do Senhor Rei (D. João I), expressas até o fim de seus dias e nas suas últimas palavras (o que refuta a interpretação de David Lopes). Em terceiro e quarto, manter o bom nome e exercício das armas, tirando a gente de vida ociosa fóra de virtudes. Quinta: os nobres pedindo para saírem do reino por neles não terem sustentação. Demais, seus irmãos, o conde e capitães dispostos para tal feito. Assim se evitará envolver-se em guerras entre cristãos, que não são serviço de Deus. Outra razão, e de peso, são as dissensões entre os Mouros, num de cujos partidos Portugal se pode apoiar. A conquista de outra praça garantirá a segurança de Ceuta, e acrescentará as rendas de modo a obviar às grandes despesas que com aquela praça se fazem. Os seus confessores aprovaram e louvaram a intenção. Todavia, mais tarde Zurara escreverá (*Crónica do Conde D. Duarte de Menesez*, cap. XXV) que havia quem exprobasse a D. Duarte ter ido contra o parecer de alguns especiais do reino e revelar fraqueza cedendo ao requerimento da Rainha. Mas não pretenderia desresponsabilizar D. Henrique, acusado de incompetência no comando?

D. Duarte tomou todavia todas as precauções: por regimento entregue ao irmão, que comandava a expedição, traçou toda a estratégia e tática que deviam ser seguidas, e acompanhou-o de um Conselho especial minucioso e imperativo. A armada seria dividida em três partes, cada uma das quais iria postar-se diante de sua cidade – Alcácer, Tânger, Arzila. O desembarque seria precedido por uma missão de exploração a efectuar por 500 ginetes, e as fôrças seguiriam com a muita artilharia e bons aparelhos à sua disposição. O arraial será instalado com duas pontas que vão beber ao mar, ou pelo menos uma, se a gente não fôr tanta; e isto para que de Portugal possa levar-se refresco, mantimentos e socorro. Daí a três dias será dado o primeiro assalto, mui rijamente; em caso de não resultar será dado segundo com intervalo de três dias, com todas as fôrças e aperto; e terceiro passados outros três, com muita fôrça e muita determinação, se este ainda não triunfar. Se com o terceiro assalto não puderem tomar a cidade, devem retirar sem detença pa-

ra a frota e ir-se recolher a Ceuta. No caso de ser Tânger tomada, o Infante nela ficará com aquela gente que razoadamente abastar para a defesa, e a restante voltará para o reino com a frota, a fim de escusar despesas. O Conselho especial aponta os erros a evitar, incita D. Henrique a deixar maus costumes – que não viva em comer, dormir, ouvir missa, bem ordene as suas acções, não caia em desordenadas despesas. José de Bragança considerou o Conselho «uma impressionante imagem reflectida do seu ser moral e intelectual»; Manuel Heleno opôs-se a personalizá-lo. A verdade é que não se trata de resumo de uma das obras tão correntes na época sobre as virtudes do príncipe e do senhor e capitão, mas de recomendações muito concretas. O Rei não confiava demasiado no irmão, e o desenrolar dos acontecimentos demonstrou que o retrato não estava enegrecido. Nenhuma – frise-se bem: nenhuma – das disposições do Regimento foi cumprida. Já na carta do Conde de Ourém, de 1433, se mostrara tal desconfiança nas qualidades de D. Henrique como chefe que o conde prefere que não se realize a expedição, se não fôr comandada pelo Rei. Na fala do doutor João Docem em nome do Rei nas subsequentes Côrtes de Leiria acusa-se explicitamente o Infante pelo incumprimento do Regimento.

Em carta ao abade Gomes (em Florença), D. Duarte aponta as causas do desastre. Ou melhor, a causa principal: «da gente que tínhamos ordenada para ir na dita armada, ficou bem a quarta parte e mais de homens de cavalo, de pé e bèsteiros». Razão: não vieram os navios de Inglaterra e Flandres com que se contava, e também muitos de Castela (estes, de Biscaia, receberam proibição régia). Segundo Rui de Pina, estava previsto um total de 14 000 homens, mas já no alardo feito antes do embarque faltaram 2 000 de cavalo, 1 000 bèsteiros e 3 000 peões. Portanto, só teriam embarcado 8 000. O cronista atribui a quebra à falta de navios e também à falta de dinheiro (a fazenda del-rei não abastava). Mas estas fontes acrescentam a impopularidade da expedição – compreendemos que ao Rei não interessava reconhecê-la. Frei João Álvares reduz ainda mais, para 7 000; e destes teriam ficado 2 000 na armada, e portanto o Infante só teria levado ao cerco uns 5 000. Culpa, por isso, também do Rei, que não impediu a frota de partir. O que não iliba os erros de comando. Só depois da derrota, assinadas as capitulações, com a justificação de que os Mouros não estavam a cumpri-las, o Infante D. Henrique e o Conde de Arraiolos conseguiram levar as tropas para o mar e se recolheram aos navios.

Restituir ou não Ceuta, libertar o Infante D. Fernando deixado como refém, são agora as questões, que põem em causa os rumos da expansão. Delas nos ocuparemos no capítulo respectivo.

(Sobre toda a questão de Tânger, ver o estudo completo, com a transcrição das fontes, em *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, t. 2, cap. 2).

Em resumo, quanto à ocupação de cidades marroquinas há a observar:

1.º Os particulares beneficiaram com essa ocupação – quer os mercadores quer os cavaleiros;

2.º Ignoramos se o Estado beneficiou ou perdeu porque não podemos fixar com segurança o estado das finanças públicas;

3.º As causas da decadência marroquina na 2.<sup>a</sup> metade do século xv e no século xvi foram:

a) Ausência de política seguida de colonização e de fomento agrícola e industrial, apenas esboçada intermitentemente devido a b);

b) Depredações e conseqüente despovoamento provocado pela cobiça desenfreada dos cavaleiros – mesmo fenómeno que mais tarde no Império Oriental;

c) Desorganização das finanças públicas mouras;

d) Desvio do comércio sudanês de Marrocos para a costa do Sáara e da Guiné, iniciado entre 1442 e 1448 e depois acelerado;

e) Estado de guerra provocado pela intervenção do imperialismo português.



CAPÍTULO VIII  
RUMOS DA EXPANSÃO



Como actuavam depois da tomada de Ceuta as mesmas causas de expansão que a ela tinham conduzido, as navegações e conquistas podiam seguir três rumos: metódica ocupação de Marrocos, ou progressão ao longo das costa atlântica para o Sul do cabo Não, ou intervenção na concorrência económico-política no Mediterrâneo.

Não temos dados para afirmar a existência de um plano sistemático de expansão mediterrânea, mas há indícios de que tal ideia não deixou de ocorrer por várias vezes ao Portugal de Quatrocentos. Relata Zurara na *Crónica da tomada de Ceuta* que a rainha da Sicília pretendia casar com D. Duarte, mas que estando já tratado o casamento do príncipe herdeiro, o Rei mandara propor o matrimónio com o Infante D. Pedro. Os casamentos dos dois infantes pertencem à Casa de Aragão, e depois o filho de D. Pedro disputará a coroa aragonesa. Quando se realizaram os preparativos para a expedição de 1415, no estrangeiro chegou-se a supor que Nápoles seria o objectivo, e o rei de Aragão também recebeu o ataque. Todos estes indícios são demasiado ténues e vagos para suscitarem uma interpretação coerente. As duas tentativas de D. Duarte de Meneses contra Tetuão, ainda em vida do pai, talvez signifiquem a ideia de expansão ao longo da costa mediterrânea do Norte de Africa (mas podem significar apenas que Tetuão era necessário para a segurança de Ceuta). O projecto do Infante D. Henrique, em 1419, de conquistar Gibraltar pode estar relacionado com uma possível dilatação pelo Mediterrâneo. Já aquando dos preparativos da expedição a Ceuta se pensara em conquistar de preferência Granada; mas governara Castela até 1412 o forte Infante D. Fernando que vencera os granadinos e em 1410 tomara Antequera, de modo que essa conquista aparecia como pertencendo a Castela, pouco disposta a renunciar ao seu direito. Ora em 1433 de novo a côrte portuguesa

sopesa as vantagens e desvantagens relativas de prosseguir a conquista de Marrocos ou encetar a do reino granadino; preferem a última alternativa o Infante D. Duarte e os condes de Barcelos, Arraiolos e Ourém, a primeira parece ser a preferida do monarca, enquanto D. Henrique abraça os dois fitos num só plano. Alguns dos dirigentes viam num empreendimento contra Granada o meio de forçar Castela a ceder o seu direito às Canárias e a possibilidade de controlar a política interna e externa castelhana. Mas a anexação de território granadino interessava também como fim em si mesma, quer pela oportunidade de concessão de senhorios a cavaleiros portugueses (mesmo se entregue finalmente à coroa castelhana), quer por se tratar de uma economia florescente caracterizada pelo fabrico da seda e do açúcar, pela produção do vinho e da fruta, pelas indústrias do biscoito e da louça.

Talvez em 1448, D. Henrique sugere ao jovem rei que empreenda tomar Málaga; mas só em 1465 (como revelou Silva Marques) uma esquadra e exército portugueses cercam por mar e terra esta cidade granadina, tendo sido forçados a levantar o cerco devido aos temporais<sup>1</sup>. Ora Málaga comanda em grande parte o tráfico marítimo com os portos marroquinos. Estamos, portanto, dentro da mesma linha expansionista, que não chega contudo a traçar-se em resultados efectivos, sem dúvida devido à decidida oposição castelhana (com o parêntese de 1433, Castela dilacerada por facções rivais que apelam para Portugal), e à consciência de que Aragão, as repúblicas italianas e o Egipto mameluco não poderiam deixar de a hostilizar e impedir.

Fechado o caminho do Levante pelo Norte de África, restavam unicamente a política de extensão territorial em Marrocos e a política de progressão marítima para o sul. Estas duas orientações não eram necessariamente antagónicas, pode até dizer-se que se completavam. Mas condições sociais-económicas vão cindi-las e colocá-las frente a frente.

D. João I não chegou a prosseguir a conquista encetada, conquanto dela não desistisse: devemos-nos recordar dos enormes recursos financeiros e militares que uma empresa como a de Ceuta exigia, implicando, para mais, todos os gastos de uma ocupação.

---

<sup>1</sup> *Conselho do Infante Dom Henrique a seu sobrinho El-Rei Dom Afonso V*, ed. por Ângelo Pereira, comentário de J. M. da Silva Marques, Lisboa, 1958.

Parece natural, por consequência, que despontasse a ideia de alcançar directamente as regiões produtoras de ouro<sup>1</sup>, evitando a prolongada guerra para senhorear o reino de Fez e substituindo as actividades guerreiras pelas relações comerciais pacíficas. Ideia, note-se bem, menos ligada aos interesses de expansão da nobreza e interessando essencialmente as classes urbanas.

Zurara, é certo, sublinha fortemente que nenhuns mercadores nem mareantes se intrometeriam de se aventurar a paragens desconhecidas, porque só navegam para onde conhecidamente há proveito, e por esta razão os descobrimentos não podiam ter sido de sua iniciativa. Zurara teria razão, se pudesse demonstrar que os mercadores ignoravam as vantagens da navegação para o sul do Bojador, o que é inteiramente inadmissível dados os testemunhos convergentes da cartografia e das fontes narrativas.

A importância que tinha para a burguesia a expansão marítima não escapou, aliás, ao próprio Zurara, pois no mesmo capítulo V da *Crónica da Guiné* nos fala que se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias que se haveriam de bom mercado, e se levariam para lá das que em estes reinos houvesse, cujo tráfego traria aos portugueses manifesto proveito. Mais explícito, e também coevo, é Diogo Gomes: «Este mar arenoso, os cartagineses, agora chamados tunsios, em caravanas levando às vezes 700 camelos, atravessaram até o lugar chamado Tambucutu e a outro país Cantor, em demanda do ouro arábico que aí se encontra em grande cópia», e acrescenta que o conhecimento deste facto «moveu a inquirir daquelas terras pela água do mar». Valentim Fernandes declara também que o descobrimento da costa africana se empreendeu porque havia «notícias dos mouros que hiã por ouro cõtra esta parte occidental» (pág. 39). Jerónimo Münzer, no seu Itinerário, supõe de igual modo que os portugueses pretendiam desviar o ouro que sabiam ir para o reino de Fez.

Mais do que ao comércio do ouro, é costume ligar a expansão portuguesa, desde o início, ao comércio das especiarias, e alguns historiadores baseiam-se até nesta conexão para corroborar a hipótese de que o Infante D. Henrique teria por um dos objectivos atingir a Índia. Mas, se há múltiplas referências documentais ao de-

---

<sup>1</sup> Cf. Visconde de Lagoa, *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente*, vol. I (1942), Introdução.



sejo de alcançar as regiões auríferas e de obter escravos, escasseiam as alusões ao fito de entrar em contacto directo com as zonas produtoras das especiarias, na primeira metade do século xv.

A fonte principal é Cadamosto. No capítulo I da sua *Navegação Primeira* lemos: «[...] e protestaram além disso, que não se podia voltar sem grande ganho e que se alguém da nossa Nação [Veneza] queria cometer a viagem, faria nisso uma cousa muito grata ao Sr. Infante, que lhe faria mercê, pois presumia, que nas ditas terras se descobririam especiarias e outras cousas boas, de que os Venezianos eram mais conhecedores do que nenhuma outra Nação.» A viagem que os portugueses propõem aos venezianos evidentemente tomava rumo para a Guiné e, por conseguinte, Cadamosto refere-se à esperança de D. Henrique de encontrar as *especiarias africanas e não as orientais*. Esta informação é corroborada pela carta de Antoniotto Uso di Mare, que conta aos seus crêdores que entrou no rio Gâmbia em 1455 «sabendo que neste país se colhe ouro e malagueta».

O primeiro contacto directo de portugueses com os vendedores africanos de especiarias da Guiné ter-se-ia estabelecido em 1456 na região do rio Grande (Geba, na actual Guiné-Bissau), a darmos crédito a Diogo Gomes: «E assim passámos o rio de S. Domingos e outro rio grande que se chama Fancaso, para lá do rio Grande [...]. E a meio da maré ficou o mar bastante manso, e vieram os mouros de terra nas suas almadias, e nos trouxeram suas mercadorias, a saber, panos de seda ou algodão, dentes de elefantes, e uma quarta de malagueta em grão e nas suas cascas tal qual cresce, com o que muito me alegrei.» Esta informação é confirmada por Jerónimo Münzer no apêndice ao *Itinerário*: «Em seguida chegaram os portugueses ao rio de S. Domingos, onde encontraram malagueta, algodão e dentes de elefante; e toda a malagueta nas suas cascas.»

Mas desde quando e como se conheceriam as especiarias africanas em Portugal? No capítulo II do Livro II da Década I, João de Barros informa-nos: «E não sòmente neste tempo por mandado de el-rei depois que começou a governar, mas ainda por o mesmo Infante D. Henrique [...] sempre houve conquistas e descobrimentos, assim como da costa donde veio a primeira malagueta, que se fez por o Infante D. Henrique. Da qual alguma que em Itália se havia, antes deste descobrimento, era por mãos dos mouros destas partes da Guiné, que atravessavam a grande região de Mandinga e os desertos da Líbia, a que eles chamam Sáara, até aportarem em o mar

Mediterrâneo em um porto por eles chamado Mundi barca e coruptamente Monte da Barca. E de lhe os italianos não saberem o lugar de seu nascimento, por ser especiaria tão preciosa lhe chamaram Grana paradisi, que é o nome que tem entre eles.» Discorrendo àcerca da povoação de Uadam, relata Cadamosto: «Não têm habitação fixa, mas andam sempre vagueando por aqueles desertos; vão à terra dos Negros, e vêm também a esta nossa Barbaria de cá [costa mediterrânea ocidental de África], são em grande número, tem cáfilas de camelos, e neles acarretam cobre, prata e outras cousas da Barbaria para Tombuto e terras dos Negros, donde trazem ouro e malagueta, que conduzem para cá [Mediterrâneo]» (Cap. IX da Navegação Primeira).

Os manuais de comércio italianos, desde Pegolotti (1344) ao *Libro di mercantatie* (segunda metade do século xv) permitem precisar a geografia da circulação desta especiaria. As caravanas transaarianas traziam-na aos portos maghrebins, de que o principal era Arzila. Daqui encaminhava-se para Alexandria e Damasco, por um lado (no segundo destes escoadouros valia três vezes tanto como a pimenta), Barcelona e Maiorca, Florença, Génova e Veneza, por outro, escoava-se para as feiras de Montpellier e Nîmes. Mas dos mercados mediterrâneos não era enviada para a Europa setentrional. O seu comércio interessava sobretudo a venezianos e genoveses, que só a obtinham porém em pequenas quantidades e por isso sobejamente a apreciavam.

A viagem de Diogo Gomes ao Rio Grande é de 1456, e foi, parece, nesta viagem que pela primeira vez se obteve directamente a malagueta. O veneziano Cadamosto chegou a Portugal em 1454 e realizou a sua primeira navegação em barcos portugueses no ano seguinte; também de 1455 é a viagem do genovês Uso di Mare à procura de ouro e malagueta.

A consideração conjunta dos factos referidos autorizaria a hipótese de que a busca portuguesa das especiarias africanas teria sido conexas a uma solicitação económica de Veneza e Génova, interessadas em obter maior porção de tão preciosos grãos. Esta hipótese ainda se torna mais provável se atendermos às amistosas relações de Portugal com as repúblicas italianas na primeira metade do século xv (o que não obsta a que na segunda metade desse século os portugueses procurem arrebatam à primeira o monopólio das especiarias asiáticas). Não seria arbitrário, à primeira vista, ir mais longe, e relacionar a vinda do veneziano Cadamosto para Portugal com o

interesse de Veneza no descobrimento e estabelecimento de uma nova rota das especiarias africanas: pois não é estranho que abandonasse a meio caminho o negócio da Flandres, de lucro certo, só porque o acaso de uma borrasca o levou ao Algarve? E não é de supor que tivesse ligações com o veneziano Patrício di Conti que estanceava em Portugal? Nada prova, no entanto, que a iniciativa não tenha partido antes dos meios mercantis portugueses e que não fôsem estes a aliciar os estrangeiros com mira a utilizar a sua maior experiência desses produtos. Repare-se que da carta de Uso di Mare se infere inequivocamente que já antes de 1455, logo antes da vinda do genovês e do veneziano para Portugal, os portugueses sabiam da existência de malagueta na Guiné e estavam interessados em a obter, se a não tinham já obtido. Um dos problemas básicos que se apresentavam (não importa agora se por factores internos se por influências externas) ao Portugal de Quatrocentos era, em suma, atingir a região do ouro, da malagueta e dos escravos, por conseguinte, um objectivo nitidamente comercial, relevando do grupo dos mercadores e armadores.

Mas, apesar do que objectámos a Zurara, não é impossível que o cronista acerte ao supor que a iniciativa de ultrapassar o Bojador não pertenceu aos mercadores. Não sabemos ao certo quando, como e por quem começaram as navegações pròpriamente de descobrimento. Parece-me razoável concordar com Duarte Leite que tudo o que é legítimo afirmar quanto a datação se limita a que se situa entre 1419 e 1425, ou seja, entre o descerco de Ceuta, por um lado, e a expedição às Canárias e o início do povoamento da Madeira, por outro. A quem cabe a iniciativa? É peremptória a concordância das fontes: Zurara, Diogo Gomes, Cadamosto, Rui de Pina, Duarte Pacheco, Jerónimo Münzer, Valentim Fernandes, João de Barros, Damião de Góis, António Galvão atribuem-na inequivocamente ao Infante D. Henrique, o que é confirmado por cartas de D. Afonso V e por declarações do próprio Infante. Nem todas estas fontes merecem confiança, porque são já deformadas por aquilo que com propriedade se denomina a *Lenda Henriquina* ou estão evidentemente interessadas em esbater a odiada figura do Infante D. Pedro. Aceitemos, apesar de tudo, que a iniciativa partiu de D. Henrique. Se não me engano, não se tem, porém, marcado as razões por que a iniciativa partiu do regedor e governador da Ordem de Cristo.

A argumentação de Zurara, de que não podiam ser os merca-

dores a empreender os descobrimentos, está viciada pela inexactidão da premissa: que se ignorava o proveito a tirar das regiões a descobrir. No entanto, consideramos justo admitir que a iniciativa não partiu de qualquer particular: efectivamente, para que se encesstasse e prosseguisse, poder-se-ia julgar indispensável uma prévia acumulação de capitais em escala não reduzida, de maneira a manter uma despesa que não se sabia quando seria compensada por futuros proventos. Tanto assim que o primeiro acto da expansão portuguesa só pelo Estado pôde ser organizado.

Ora, no século xv as ordens militares não são já o que foram outrora. A evolução da Ordem dos Templários dois séculos antes dá-nos a chave para compreender as outras ordens posteriores: quando Filipe o Belo a atacou e destruiu, a Ordem dos Templários tinha-se transformado principalmente na mais influente organização financeira da época. As ordens militares dos séculos xiv e xv não correspondem já à mesma necessidade político-religiosa que as gerou, e constituem, em grande parte, poderosas concentrações de propriedades fundiárias e de riqueza mobiliária, tanto mais que algumas, por exemplo a de Cristo, herdaram os bens de ordens anteriores. Por consequência, as ordens de cavalaria também devem considerar-se forças sociais-económicas, e pelas suas disponibilidades dão azo a novos empreendimentos de frutuoso alcance. As investigações de Werner Sombart (vejam-se, por exemplo, *O Burguês* e *O Capitalismo Moderno*) mostraram, embora exagerando-a, a função das organizações fundiárias e do Estado na génese do capitalismo moderno; tal ideia pode e deve ampliar-se de modo a abranger as ordens militares; de resto Sombart revelou também com finura a quota das expedições militares e do espírito guerreiro a elas conexo para as origens das empresas e do espírito de empreendimento. Não curo agora das motivações do Infante D. Henrique e dos seus cavaleiros, limito-me a integrar a sua ordem no sistema das forças económico-sociais da época e a explicar por aí por que a iniciativa partiu de uma organização como esta, independentemente dos fins que se propunha. Acrescento que as grandes casas nobres se aproximam do que dissemos quanto às ordens militares.

Não nos iludamos, porém. A possível iniciativa da Ordem de Cristo e da Casa Senhorial de D. Henrique só pode compreender-se sobre a larga base do tráfego marítimo português particular ao longo das costas da Barbaria. A navegação particular não cessou com as viagens ordenadas pelo Infante, e depois de 1442 revelam-

-se várias iniciativas privadas no prosseguimento da exploração da costa africana. Sistemáticamente, todas as crónicas atribuem todos os empreendimentos ao Infante D. Henrique, e nas cartas oficiais nota-se a mesma tendência. No entanto, descortina-se, através das contradições das fontes, que nem sempre assim deve ter acontecido. Muitas vezes um particular ou grupo de particulares pedia ao Infante autorização para navegar para a Guiné ou concessão de alguma ilha para colonizar, e, ou o cronista que relata a viagem a reporta a projecto de D. Henrique, ou a carta de doação, para manter a majestade dos direitos senhoriais, adscrive ao doador a ideia de colonização. Norma geral, os feitos dos servidores são transferidos para a glória do senhor.

Exemplifiquemos. Zurara diz que Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira, a que se associou Bartolomeu Perestrelo, pediram ao Infante licença para povoar Porto Santo, ao que este acedeu; Diogo Gomes atribui a Gonçalves Zarco e a Tristão Teixeira a iniciativa do povoamento da Madeira, que teria agradado a D. Henrique; mas na carta de doação da Madeira de 1 de Novembro de 1450 o filho de D. João I reivindica para si o mérito, e na carta anterior, de doação de Porto Santo, de 1 de Novembro de 1446, marcara idêntica posição. Ignoramos se as viagens de descobrimento ou redescobrimento destas ilhas foram ou não ordenadas pelo governador da Ordem de Cristo. Incerteza ainda mais obscura paira quanto ao reconhecimento do arquipélago açoreano, nem sequer há quaisquer indícios que levem a atribuir a mandado do Infante a viagem de Diogo de Silves de 1427 e a viagem de Diogo de Teive que em 1452 abordou às ilhas Flores e Corvo, esta última ilha doada a D. Afonso, Duque de Bragança, pelo rei, em carta de 18 de Junho do ano seguinte. António da Noli, ainda em vida de D. Henrique, descobre parte do arquipélago de Cabo Verde, mas não parece que por mandado deste Infante.

Ao Infante D. Fernando, irmão do Rei, concedia o monarca já em 17 de Novembro de 1457 as ilhas que viesse a descobrir. Os exemplos mais frisantes são, contudo, fornecidos por Zurara. A grande expedição de 1445, composta de 14 caravelas e uma fusta, que tinha como objectivo ocupar ou pelo menos despovoar a ilha de Tider, tem uma importância tal que preenche mais de 1/4 dos capítulos da *Crónica da Guiné*; pois bem: é de inteira iniciativa dos armadores de Lagos, e o Infante não fez mais do que dar a sua aprovação. Álvaro Fernandes foi enviado em 1446 por João Gon-

çalves Zarco com uma caravela a fim de seguir mais àvante quanto pudesse, como se lê no capítulo LXXXVII, e percorreu 110 léguas para diante do Cabo Verde. Nesse mesmo ano Nuno Tristão armara uma caravela com que fôra a descobrir para o Sul do Cabo Verde (cap. LXXXVI), anteriormente à viagem de Fernandes. A viagem de Gomes Pires é também de iniciativa própria.

Estes factos autorizam-nos a rejeitar a cómoda concepção de que todas as navegações de 1415 a 1460 se devem a D. Henrique, e, embora não possamos medir rigorosamente a amplitude relativa dos impulsos dados pelo Infante e por particulares, não andaremos longe da verdade se atribuímos àquele um terço das navegações e a estes e ao Estado os outros dois terços. Podemos pelo menos assentar em que houve uma pluralidade de iniciativas que a glória do Infante não deve ofuscar. É de admitir que tais empreendimentos privados borbulhassem sobretudo depois de 1442, aproximadamente desde a altura em que se obtiveram os primeiros escravos e se realizou o primeiro resgate. Zurara, e João de Barros que o segue, registam até essa data forte oposição à política de descobrimentos de D. Henrique, porquanto a nação só via as pesadas despesas que acarretavam sem que resultassem quaisquer vantagens desse projecto obstinado; mas tudo mudou quando houve a antevisão segura de substanciais proveitos.

A aceitarmos estas informações (que não merecem excessiva confiança) não podemos determinar bem quantos anos o Infante lutou sozinho. O reconhecimento do arquipélago da Madeira efectuou-se depois de 1419 mas possivelmente não resultou de determinação de D. Henrique, antes da navegação para as Canárias. Mesmo no que respeita ao descerco de Ceuta, nesse ano, afoitamente afirmamos que o filho terceiro de D. João não desempenhou papel de relêvo, limitou-se a cumprir estritamente as ordens reais. Só a partir de 1425 se documentaria com mais clareza a sua actividade, pois nesta altura se inicia o povoamento da Madeira, e nesse mesmo ano D. Fernando de Castro é enviado com uma armada à conquista das Canárias.

No entanto, o povoamento da Madeira não parece ser de sua iniciativa, antes cabe aos povoadores e ao injustamente esquecido rei D. João I; talvez também, e sobretudo, a João Afonso; e a expedição às Canárias, que não implica actividade descobridora mas tão-só a prossecução do plano marroquino, deve ter sido organizada pela coroa (como sugeriu Jaime Cortesão), pois um particular, mes-

mo investido com senhorios, não tinha o direito de realizar por sua conta conquistas de graves consequências internacionais.

Repugna-me crer que a passagem do Bojador levasse tantos anos quantos nos dizem os cronistas e os historiadores, pois a cartografia e a informação oral não podiam deixar dúvidas de que as terras para o sul eram habitadas. Possivelmente os mareantes e mercadores, que só navegam, no dizer de Zurara, para onde esperam proveito certo, temiam as correntes junto ao cabo e preferiam piratar na Barbaria, e foi necessária a intervenção do Infante para realizar o feito, o que talvez não tivesse necessitado muitas tentativas. Depois de ultrapassado o Bojador o interesse em prosseguir esmorece de tal modo que até 1440 só se realizaram três viagens, incluindo a passagem primeira por Gil Eanes; ora, de 1441 a 1447 realizam-se nada menos de vinte viagens. A interrupção das navegações a partir de 1436 explica-se, em parte pelo menos, pela expedição a Tânger e pelas dissidências em torno da Regência. Em todo o caso, vê-se que a intervenção do Regedor e Governador da Ordem de Cristo não foi muito enérgica.

Mas novo problema desponta. Porque se interrompeu em 1436-1437 a faina de descobrir para realizar a expedição a Tânger? A *Crónica de D. Duarte* de Rui de Pina oferece, pelo menos aparentemente, a mesma razão que Zurara apontara para a tomada de Ceuta: D. Fernando, o filho mais novo do rei de virtuosa memória, desejava ser armado cavaleiro e, pelo seu mérito pessoal, conquistar a honra e o prestígio social que lhe competiam; como os seus irmãos anos atrás, pensava em correr mundo. Jaime Cortesão e David Lopes descortinaram, porém, explicação mais plausível, que por seu turno tem todavia de ser superada e integrada noutra mais ampla.

Há muito se arrastava a contenda diplomática entre Portugal e Castela quanto ao direito de conquista das Canárias e de Marrocos. No Concílio de Basileia de 1435 os protestos castelhanos tinham sido atendidos, e, em nova Bula de 31 de Julho de 1436, Eugénio IV restringe a validade da anterior, em que concedera ao rei português as Canárias, ao caso de verificar-se a condição da inexistência de anteriores direitos, e admoesta D. Duarte a bem ponderar a questão para que não levante injustificados conflitos com o monarca castelhano. Castela podia de um momento para o outro fazer valer pela ocupação efectiva o direito que lhe fora reconhecido; urgia, por conseguinte, atalhar rapidamente a expansão castelhana, con-



quistando em África uma praça que comandasse ulterior dilatação territorial. Ceuta domina o estreito pelo Levante, Tânger domina-o pelo Poente; a tomada de Tânger obstava a que Ceuta ficasse separada da metrópole pelo estabelecimento dos castelhanos na parte ocidental do promontório fronteiro à Hispânia e evitava o cêrco militar a Portugal que resultaria da ameaça às costas algarvias. Estas razões político-estratégicas teriam decidido o Infante D. Henrique e o Rei.

Na Bula de 8 de Setembro de 1436, Eugénio IV aplaude a ideia de D. Duarte de arrancar das mãos dos infiéis as terras por eles ocupadas, roga a toda a Cristandade que o auxilie, concede plenária remissão dos pecados aos que no empreendimento participarem, e estabelece que ficarão sujeitas à coroa portuguesa as terras conquistadas aos infiéis. As concessões desta bula vão evidentemente contra os princípios que nas anteriores se estabeleceram e certamente desagradaria a Castela. Seja como for quanto à explicação da atitude pontifícia (sabemos, pelas investigações de Domingos Maurício, da intensa actividade diplomática portuguesa junto da Santa Sé neste período), não há dúvida de que esta bula incitaria os castelhanos a uma acção militar para colocar a Santa Sé e Portugal perante o facto consumado, e por isso impunha-se à coroa portuguesa uma decisão imediata se não queria abandonar a Castela a conquista da Tingitânia e das Canárias.

Se não queria abandonar a Castela a conquista da Tingitânia e das Canárias, dissemos nós. Ao que se me antolha, não se tem prestado a merecida atenção a este ponto. A tentativa contra Tânger só é justificável do ponto de vista de um plano de sistemática conquista de Marrocos e da ideia de um monopólio português dessa conquista. A expedição a Tânger foi fruto da concorrência de dois países em expansão e também fruto do desejo de remediar os inconvenientes resultantes do isolamento de Ceuta.

A conjuntura político-estratégica posta em causa por Cortesão e David Lopes não explica, na verdade, mais que a escolha do momento para a empresa mas não esta própria. É que já antes de tal conjuntura, em 1433, se encarara seriamente a conquista de Tânger e Arzila; em 1436-1437 o binómio é Tânger e Alcácer. A diferença não tem qualquer importância, vê-se bem que a escolha desta ou daquela praça é apenas um passo na execução de um plano global de conquista de uma área considerável que constitui uma unidade económica.



Acontece que a conquista marroquina aparece não só desligada como mesmo divergente das navegações de descobrimento. Poderíamos supô-las harmonizáveis e até conexas, se não atendêssemos a que a primeira envolve um esforço financeiro hercúleo e uma tal concentração de força militar e naval que são incompatíveis com a continuidade da exploração marítima, tanto mais que aos gastos iniciais há a acrescentar as despesas posteriores de ocupação.

Da crónica de Rui de Pina ressalta que a empresa de Tânger quase foi imposta ao Rei por D. Henrique, e não vejo motivos convincentes para desacreditar inteiramente o cronista. É suficiente, no entanto, admitir que a ideia era de D. Henrique e que não agradava completamente a D. Duarte, possivelmente inclinado à conquista de Granada e considerando o momento pouco azado ao empreendimento marroquino, e cujas próprias dúvidas eram reforçadas pelos outros irmãos. Lendo atentamente Rui de Pina constata-se que a explicação apresentada não é tanto a oportunidade de armar cavaleiro o infante mais novo como o descontentamento de D. Fernando e possivelmente outros nobres quanto à exiguidade das suas terras e à insuficiência das rendas que usufruíam. O cronista declara que D. Fernando se queixou ao rei porque possuía unicamente Atouguia, Salvaterra do Campo e o Mesurado de Avis e porque «lhe parecia que com estas cousas ainda em honra, terras e rendas era desigual em muita parte aos Infantes seus irmãos, mostrava de si grande descontentamento», e falava ao irmão «para abrir caminho de acrescentar mais seu estado» (cap. X). No estrangeiro, pela maior largueza das terras, teria mais esperança de seu acrescentamento, embora com trabalho próprio. As informações de Rui de Pina são corroboradas pelo próprio secretário de D. Fernando, Frei João Álvares, na sua *Crónica do Infante Santo*.

A insatisfação do infante devia ser comum a grande parte da nobreza, como revelou Veiga Simões. Ora, repare-se que há incontestável conexão entre a necessidade de novas terras e rendas para a classe nobre, e a ideia de dilatação territorial, o que explica o empenho de impedir que Castela se assenhoreasse do Norte de África. A depreciação monetária e a influência crescente da riqueza mobiliária embaraçavam as casas senhoriais. Mas também uma corrente da burguesia não perdera a esperança, que a levava a Ceuta, de englobar Marrocos nos seus mercados.

Os infantes D. Pedro e D. João opuseram-se à empresa de Tânger. Se o segundo vinca com finura que a expedição não será

serviço de Deus, o primeiro argumenta que já nem vale a pena discutir esse ponto, porquanto guerrear os inimigos da Fé só será serviço de Deus se daí não resultarem danos maiores. D. Pedro mostra o penoso sacrifício financeiro que a expedição acarreta, e sublinha as dificuldades de uma útil ocupação de Marrocos para uma nação de fraca densidade populacional. Conquistar praças é esforço vão se não se seguir o metódico domínio dos campos e a faina colonizadora; ora, a própria metrópole está por colonizar. Em suma, o Infante das sete partidas opõe-se à política de expansão territorial<sup>1</sup>. Por outro lado, D. Pedro, na sua carta a D. Duarte quando o irmão subiu ao trono, aconselha-o a não ser pródigo de mercês e tenças.

Vimos, no capítulo precedente, a diversidade de opiniões que se manifestaram quando se pôs o problema da conquista de Tânger. Essa diversidade reproduz-se depois do fracasso da tentativa; trata-se agora de decidir se deve ou não restituir-se Ceuta aos Mouros (segundo os termos do acôrdo) e que caminho adoptar para libertar o Infante D. Fernando. Difícil dilema. Uma corrente, encabeçada pelos infantes D. Pedro e D. João, com alguns, poucos, principais, e representantes das cidades e vilas do reino, insistiu no cumprimento do contrato firmado – quebrá-lo seria quebra da honra do Rei e do Reino; logo, há que restituir a praça marroquina. Posição lógica, atendendo aos pareceres que tinham apresentado antes da decisão da conquista, e a terem ficado retraídos durante a expedição. O arcebispo de Braga, secundado por muitos conselheiros, negou ao Rei o direito de entregar Ceuta. Alguns defenderam uma via mixta: alongar as conversações, procurando um meio para livrar D. Fernando do cativeiro, se necessário promover a organização de uma cruzada da Cristandade. Finalmente, entenderam o Conde de Arraiolos e muitos outros, em especial as cidades de Lisboa, Porto e Algarve, que o Rei não pode, nem deve entregar Ceuta, e que é lícito quebrar o contrato. Recorde-se que em 1433 o Conde de Arraiolos, com o Conde de Barcelos, se pronunciara contra as conquistas em Marrocos, e a favor da conquista de Granada, e D. Duarte seguia esta escolha (enquanto D. Henrique se batia pelas duas conjuntamente). Por outro lado, as cidades que são os principais centros da economia mercantil diver-

---

<sup>1</sup> Não nos convenceram as dúvidas levantadas quanto à autenticidade do parecer de D. Pedro.

gem de D. Pedro. Este Infante, quando Regente, abandonará a sua posição inicial e recusará também a restituição – seguindo a posição de Lisboa e Porto.

Porque não se terá conseguido libertar o Infante D. Fernando? Os Mouros pretendiam reaver Ceuta a todo o transe e os Portugueses não queriam, na sua maioria, abandoná-la. No reino de Fez o ambiente era marcado pelo movimento social-religioso chefiado por Lazeraque, que se apresentava como o crente virtuoso e santo que se apoia na massa dos ventres ao sol, na arraia-miúda, a combater pela tirania o luxo e a corrupção, os poderosos; estendeu o seu domínio pela costa e por boa parte do sertão marroquino. Çala-ben-Çala, embora mais interessado no comércio e no bom entendimento, teve de ceder, e mostrar-se intransigente.

Acresce que Castela, ao que parece, se manifestou contra a entrega, e disposta a auxiliar as negociações – finalmente infrutíferas.

Morto o rei, o problema da regência é duramente debatido, a um lado alinham os que do governo de uma mulher e estrangeira pensam retirar o máximo de benefícios e adquirir como que uma autonomia dentro do Estado, e a outro lado enfileiram as cidades partidárias de um poder real forte que não ceda aos abusos da nobreza. D. Pedro é elevado à regência pela imposição das classes urbanas e com visível despeito da classe nobre.

Pretende-se que o Infante de *A Virtuosa Benfeitoria* incarnasse a política de fixação, diametralmente oposta à política de transporte, mas a verdade é que na discussão que precedeu Tânger contrariou somente a conquista de possessões sem sequer aludir às viagens marítimas, e na anterior carta, de Bruges, frisa a mesma nota. É fácil mesmo aduzir exemplos de incentivo seu às navegações, até na *Crónica da Guiné* de Zurara, a qual é contudo a apologia de D. Henrique. O mais significativo, parece-me, porém, é o sincronismo entre a influência política exercida por D. Pedro e a intensidade das viagens de descobrimento. Enquanto até 1441 se realizam só três viagens, desse ano a 1447 efectuam-se vinte. Em compensação, não se regista nenhuma tentativa em Marrocos, ao passo que antes as navegações se tinham interrompido para a ida a Tânger.

Este conjunto de dados leva a aventar a hipótese de que a Regência de D. Pedro foi decisiva para os descobrimentos, desviando o país do objectivo norte-africano. E quer-se a contra-prova? A partir de 1448 cessam as viagens de exploração, afirmam unânimeamente as fontes, e só de novo voltam em 1456, e não por mandado

de D. Henrique. Jaime Cortesão, é certo, rejeitava esta afirmação e defendia que, pelo contrário, depois daquela data de 1448 a actividade de descobrir foi ainda mais intensa, mas não documentou suficientemente a sua tese, que foi destruída pela crítica de Duarte Leite. Se em 1448 pára ou melhor, abranda a exploração marítima, ao invés vai manifestar-se novamente em plano dominante a preocupação conquistadora.

É costume datar do fim da Regência uma mudança radical nas relações dos portugueses com alarves e azenegues do Sáara e negros da Guiné. Poder-se-ia então perguntar: Se em 1449 muda a orientação, passando a predominar a corrente comercial pacífica enquanto até aí prevalecera a guerreira, como é que se atribui a D. Pedro (morto nesse ano) a mentalidade mercantil pacífica, e ao irmão que lhe sobreviveu a mentalidade da cruzada? E Teixeira da Mota explica a mudança de orientação pelo fraco rendimento que, a partir de certa data, davam as *entradas* à mão armada e pela resistência feroz com que os portugueses depararam da parte dos negros que empregaram setas ervadas. Concordo, em grande parte, com a explicação, que é, aliás, a que apresento no cap. I do 3.º volume dos *Documentos*. Mas quanto à cronologia há o seguinte, de importância decisiva. Em 1444 começaram as tentativas para firmar resgate pacífico no Rio do Ouro, e isto devido à iniciativa de Gomes Pires e de D. Pedro; em 1447 tenta-se abrir trato à boa paz no Suz, por iniciativa de D. Henrique, mas ainda durante o governo do Regente; nesse mesmo ano, Valarte e Fernando Afonso são incumbidos por D. Pedro de estabelecer paz e comércio com o Bor-Mali e os jalofos, sereres e barbamins; Diogo Gomes data o triunfo da política pacífico-mercantil de 1445 ou 1446. Não me merece grande confiança a indicação cronológica de Cadamosto (os portugueses fizeram guerra aos azenegues durante treze ou quatorze anos – o que dá  $1436 + 13 = 1449$ ), pois quase todas as datas dadas pelo veneziano estão erradas, e de resto refere-se ao litoral do Sáara e não ao da Guiné. Zurara data a mudança de orientação de 1447. Não se operou, porém, inversão global, datável de ano determinado. A forma das relações com os indígenas variou desde sempre consoante as regiões e as iniciativas. Depois de 1448 o comércio à boa paz parece de iniciativa particular, não henriquina, enquanto o Infante e o Rei se voltam para a conquista de Marrocos.

A Regência de D. Pedro foi um movimento essencialmente urbano, como a Revolução de 1383-5, de que é a continuação, pois

enquanto esta se dirigira contra a antiga nobreza, aquela cerceava o desenvolvimento da nova nobreza. Alfarrobeira é a reacção dos nobres, que dominam a vida pública durante o reinado de D. Afonso V. Na Regência as navegações constituíram a preocupação suprema, e a expansão em Marrocos foi postergada; no reinado que se lhe segue, a conquista marroquina constitui a preocupação suprema, e a exploração marítima é relegada para a iniciativa privada. Ressalta com extraordinário relevo a correlação entre o desenvolvimento social-político e as orientações de expansão, a qual é claramente confirmada ainda pela história posterior. Com D. Afonso V é o período áureo dos feitos militares além-estrito, o período morto das descobertas. As expedições marítimas só prosseguem verdadeiramente quando em 1469 é concedido o monopólio do resgate da Guiné ao rico comerciante de Lisboa, Fernão Gomes: a realza deixara aos mercadores a tarefa de devassar os mares; e durante seis anos continuam os navegadores, a cargo desse burguês, a exploração metódica da costa africana. Em 1475 expira o contrato, e o Príncipe D. João encarrega-se dos negócios ultramarinos; quando sobe ao trono entramos no apogeu da política comercial e marítima, do mesmo passo que a nobreza é ferreamente abatida.

Não existe, por conseguinte, uma directriz única de expansão. Na convergência das necessidades de expansão comercial para a burguesia e de expansão guerreira para a nobreza reside plausivelmente a causa dos descobrimentos e conquistas. Mas as necessidades convergentes de dilatação das duas classes cindem-se e, enquanto os mercadores pretendem chegar aos pontos fulcrais para o tráfego, a nobreza deseja o alargamento territorial pela conquista de Marrocos. Além da política de fixação interna marcam-se, deste modo, duas grandes directrizes de expansão: a política de alargamento marítimo e comercial, e a política de dilatação territorial guerreira, aquela mais relacionada com os interesses económicos da burguesia, esta com os interesses político-financeiros da nobreza. O Infante D. Pedro incarna a primeira, D. Henrique representa a segunda, aliada porém em parte à anterior. Vinquemos os traços de contraste entre os dois irmãos:

*a)* D. Pedro manifestou-se contra a manutenção de Ceuta (carta de Bruges e parecer depois do desastre de Tânger); D. Henrique defendeu acèrrimamente que se conservasse essa praça.

b) D. Pedro condenou e combateu a expansão territorial em Marrocos (conselho de 1436); D. Henrique advogou-a ardentemente.

c) D. Pedro considerava que guerrear os infiéis só por não serem cristãos não é serviço de Deus; D. Henrique pensava que não se pode duvidar ser a guerra de mouros serviço de Deus, a maior honra do mundo e o maior prazer neste mundo e no outro.

Estes três pontos não definirão a antítese entre uma mentalidade dominada pela ânsia de expansão territorial-guerreira e outra que a condena? (Quando digo dominada, não digo exclusivamente votada.)

d) Nos conflitos que se seguiram à morte de D. Duarte, o Infante D. Pedro foi o chefe do partido da burguesia, das cidades, e foi graças ao movimento popular que subiu a Regente, com viva resistência dos nobres; D. Henrique nunca agiu ao lado do irmão, procurou sempre (por exemplo, no seu projecto de constituição) favorecer a nobreza, em detrimento da classe burguesa.

e) Nos conflitos que terminaram com Alfarrobeira, D. Henrique não interveio decisivamente a favor do irmão e ficou no campo do rei (aliás, dos nobres).

Ora, aqueles dois pontos não definirão duas concepções, duas atitudes políticas antagónicas?

f) Enquanto por vezes os navios henriquinos ficam a saltar, os não henriquinos, em certos casos de D. Pedro, prosseguem a rota para o Sul a descobrir.

g) Não temos quaisquer provas de vasta cultura científica de D. Henrique, nem de que tenha impulsionado os estudos científicos em Portugal, nem de que fôsse animado de espírito científico (embora o fosse de curiosidade pré-científica). Também não as temos quanto a D. Pedro, que é no entanto o infante que percorreu a Flandres e a Itália e de lá trouxe o Marco Polo e, talvez, um mapa-do-mundo; autor, pela maior parte, de *A Virtuosa Benfeitoria*, tradutor de Cícero; sob a sua regência e governo (8 anos) exploram-se 198 léguas de costa africana, ao passo que nos 12 anos seguintes se descobrirão tão só 94 léguas (o que é pouco, mesmo atendendo à maior dificuldade de navegação).

Em primeira aproximação, poderíamos distinguir uma política de conquistas territoriais conduzida pela nobreza, e uma política de descobertas geográficas, povoamento e contactos pacíficos, advogada pela burguesia. Até 1435, há talvez uma política única, simulta-

neamente de dominação das cidades-portos marroquinos, de colonização dos arquipélagos atlânticos e de pirataria a expensas do tráfego marítimo muçulmano. Em seguida, os caminhos bifurcam. A antiga estrutura social recompusera-se após a revolução e a guerra de independência, embora mantendo-se maleável e permeável. Mas esta nobreza formada por recém-chegados às altas esferas sociais separa-se cada vez mais das camadas donde saiu; criam-se e adquirem poder algumas grandes casas senhoriais, que pretendem agarrar as alavancas de comando. Largamente influente durante o curto reinado de D. Duarte, a nobreza impôs uma orientação de conquista bélica à expansão. O fracasso em Tânger e a menoridade do novo rei permitiram à burguesia das cidades elevar à regência o Infante D. Pedro, que, de 1440 a 1448, conduziu uma política decidida de expansão pacífica: deve-se-lhe o incremento da colonização e exploração dos Açores, bem como o avanço mais considerável nos descobrimentos geográficos e o estabelecimento de relações comerciais nas costas do Sáara e da Guiné. Em 1449, Alfarrobeira, desforra da grande nobreza, é o dobre de finados desta orientação. O esforço guerreiro de conquista retoma a primazia, e se os descobrimentos prosseguem é graças à iniciativa privada, pois o impulso inicial já fôra dado, os ganhos apresentavam-se já aliciantes. A feitoria de Arguim funcionará por conta de uma sociedade capitalista, que usufrui o monopólio durante dez anos.

Mas este esquema assim apresentado não cinge talvez bem a realidade. Há uma participação dos nobres nos descobrimentos a ter em conta. As casas senhoriais, numa época em que as corveias e os foros e rendas em géneros tinham dado lugar, pelo menos parcialmente, às rendas monetárias, não dispunham já, para manter a sua clientela, do antigo recurso de distribuição de terras a troco de prestação do auxílio militar, e, dada a vertiginosa queda do valor da moeda e as crescentes necessidades de uma civilização comercializada, encontravam-se a braços com o áspero problema da sustentação dos cavaleiros e escudeiros, para quem toda a função social girava ainda em torno do senhor. Como consequência, os escudeiros e os cavaleiros, reconhecendo embora que ainda ao serviço do senhor, lançam-se nas navegações e procuram os feitos de armas em África; os fidalgos, pelo contrário, para obterem pelas mercês régias o acrescentamento do seu estado, vão estanciar nas praças marroquinas, onde os assaltos às aldeias ajudam também o seu enriquecimento. Afinal, pelos seus interesses, uma parte dos escudeiros e ca-



valeiros aproximava-se da classe burguesa e integrava-se por vezes na sua directriz.

A questão mostra ainda outra faceta. A Barbaria importava também ao comércio da Guiné. O ouro e os escravos, e mais tarde a malagueta, obtinham-se a troco de panos e de trigo. Na verdade, para o sul do cabo Não espriavam-se a terra dos azenegues e a terra dos negros, divididas pelo Senegal, mas ambas carecendo de cereais para a alimentação. Cadamosto informa que os árabes que traficam na fortaleza de Arguim vendem os negros e o ouro por panos, prata, tapetes «e sobretudo trigo, do qual estão sempre famintos» (cap. X da *Navegação I*), e João de Barros refere-se de igual modo a que se enviava trigo para Arguim (cap. X do Livro I da *Década I*). Os maometanos, utilizando camelos, segundo conta o navegador veneziano (cap. IX), transportam da terra dos negros ouro e malagueta para a Barbaria, e daqui levam para o Sul cobre, prata e outras cousas. Os panos eram também artigo primacial no resgate do ouro, e na carta de quitação de 20 de Setembro de 1450 a Diogo Afonso Malheiro, indica-se a exportação de tecidos de Guimarães e de Lamego para o Rio do Ouro. A maioria dos panos utilizados no resgate era, porém, fabricada no Norte de África. A Oram, conforme indica João de Barros (cap. VIII, do Livro IV da *Década I*) iam os portugueses buscá-los para o comércio da Mina. Por Cadamosto sabemos que no resgate nas costas africanas se empregavam sedas mouriscas que se fabricavam em Granada e Tunes (cap. X); a roupa com que se presenteou Batimansa era feita em terra de mouros (cap. III da *Navegação II*). Duarte Pacheco não é menos explícito, pois especifica que os panos do resgate do ouro são fabricados em Oram, Tenez, Bona, Bugia e Tunes e outros lugares da Berbéria (cap. IV do Livro II).

Em conclusão: Marrocos era um centro cerealífero e de indústria têxtil e de produção de cavalos que muito importava ao comércio da África saariana e negra, e isto de 1445 em diante e mais acentuadamente a partir da década seguinte. Em 1455-1456 precisamente pensou-se em Portugal em tomar Safim: esta cidade comanda a mais rica zona cerealífera de Marrocos, é um dos principais escoadouros do ouro do Sudão, e os alambéis e alquicés que saem dos seus teares é que servem para comprar aos negros esse ouro. Não menos apreciados, e para o mesmo fim, os cavalos que se criam nas planícies vizinhas. Aqui fazem escala em 1456 mercadores portugueses que vão em seguida comerciar à Guiné.



Mas a Safim substituiu-se finalmente Alcácer Ceguer como alvo da expedição realizada em 1458.

Rui de Pina apresenta as seguintes razões:

a) O rei encontrou-se com consideráveis preparativos bélicos completados ou adiantados, sem os poder utilizar no fim para que de início os propunha (a cruzada no Mediterrâneo).

b) Os constantes cercos e ataques a Ceuta exigiam que se tomasse outra praça para aliviar a pressão que caía sobre aquela;

c) A conquista de nova praça concorreria para a segurança da Península;

d) A passagem do rei a África podia dar ensejo a uma batalha decisiva com o rei de Fez;

e) A guerra aos Mouros é da devoção de Afonso V;

f) A guerra aos Mouros é tradição da dinastia de Avis.

Damião de Góis aponta uma única razão de se realizar uma expedição a Marrocos: a disponibilidade da armada e do exército preparados para intervir na luta contra o Turco e que afinal ficavam sem emprego. É, porém, mais explícito do que Pina quanto à razão da escolha de Alcácer.

Antes da ideia de cruzada contra o Turco havia já em Portugal a ideia de nova expedição a Marrocos; o próprio Pina prova que o rei se fixou neste projecto antes da morte do Papa, por conseguinte, antes de se poder considerar por completo fracassada a preparação da cruzada. Mais ainda: o plano de alargamento do senhorio português em Marrocos precedeu mesmo a queda de Constantinopla; na verdade, a Bula de Eugénio IV, de 9 de Janeiro de 1443, concede à Ordem de Cristo Vale de Angera, Tetuão e Alcácer Ceguer quando forem arrancados ao poder dos infiéis: esta concessão revela que em Portugal se pensava então em ocupar estes lugares de além. Assim, temos que rejeitar o nervo da explicação formulada pelos cronistas. Não foi por ficar com forças militares e navais disponíveis que Afonso V resolveu atacar a mourama. Pelo contrário: não é disparatado conjecturar que, estando-se em preparativos para um ataque à Barbaria, o convite para a cruzada fôsse acolhido como meio de facilitar financeiramente a expedição, de a justificar ideologicamente e de ludibriar o futuro atacado, que se julgaria em segurança perante o plano de aventura longínqua no Mediterrâneo levantino.

De maior peso são as razões *b)* e *c)* da explicação de Pina. Evidentemente, a tomada de nova praça marroquina contribuiria para a segurança militar da Península e aliviaria a pressão que afligia

Ceuta. Além disso, como já vimos a propósito da expedição malograda a Tânger, Ceuta só por si não permitia dominar o campo nem as rotas comerciais, de modo que o Estado se via a braços com pesados encargos financeiros e com a necessidade de abastecer a cidade com provisões idas da metrópole. Em suma, as causas da empresa de 1458 são as mesmas de 1437, ou seja:

- a) Remediar os inconvenientes militares, financeiros e económicos do isolamento de Ceuta;
- b) Assegurar o domínio sobre uma área que permitisse aproveitar os produtos agrícolas – quer para o abastecimento das próprias praças, quer para o abastecimento da metrópole em trigo, quer para dispor de cereais para o resgate da Guiné;
- c) Dominar um centro de manufactura de tecidos, necessários para obter da Guiné ouro e escravos;
- d) Dispor de nova base para a pirataria portuguesa contra a navegação marroquino-granadina;
- e) Proteger melhor o litoral algarvio do ataque dos corsários mouros;

Deste modo, o problema das razões por que se escolheu determinado objectivo a atacar é secundário em relação a estas causas gerais de expansão em Marrocos.

O comércio português estava interessado, consoante nos mostram os documentos reproduzidos no capítulo I do vol. III dos *Documentos sobre a expansão*:

- a) Desde 1438, pelo menos, em importar de Marrocos cereais panificáveis a troco de sal e outras mercadorias; em 1452 e 1455 existiam já relações comerciais regulares com Anafé e Safim para aquisição de trigo;
- b) Desde 1434, pelo menos, em importar tintas de Marrocos para a indústria de tapetes;
- c) Desde o reinado de D. Duarte, pelo menos, em importar de Marrocos almofadas de coiro, albornozes, panos de linho pintados, cortinas de sirgo, colchas, etc.;
- d) Desde 1452, pelo menos, em adquirir em Safim tecidos para o resgate da Guiné; este tráfico continuava a existir em 1456.

Os produtos das alíneas a), b) e c) eram para consumo no próprio reino; os das alíneas a) e d), para exportar para a costa saariana e Terra dos Negros. Por conseguinte, o estabelecimento do resgate de Arguim em 1448-1450 e o estabelecimento do tráfico com os indígenas do Gâmbia e do Geba em 1455 devem ter tornado pre-

mente a necessidade de intensificar a obtenção de cereais e panos no Maghrebe. Por outro lado, como sabemos que a população esteve em constante, embora lento, aumento no Portugal quatrocentista, é de admitir que subisse de acuidade o problema do seu abastecimento em pão. Afigura-se-nos serem estas as causas propriamente mercantis da expansão no Algarve de além.

A empresa oscilou entre três objectivos: Safim, Tânger e Alcácer Ceguer. O primeiro teria sido dos três o de maior proveito imediato; deve ter sido abandonado por motivo da denúncia do judeu do Algarve; para mais, ficava muito distante de Ceuta, e portanto não aliviaria a pressão que esta testa de ponte suportava, além de ser mais difícil de socorrer em caso de cerco. Tânger também teria sido preferível a Alcácer, porque com certeza determinaria logo a rendição desta e asseguraria imediatamente, combinada com Ceuta, o domínio de uma área relativamente importante; ficava perto do Algarve, por conseguinte facilmente se poderia socorrer, além de consentir mais rápida progressão para o Sul. Mas deve ter-se abandonado a ideia de atacar Tânger devido a um factor psicológico (assim se depreende da fala de D. Henrique que Pina relata): o fracasso de 1437, com todas as suas dolorosas consequências, amedrontaria os assaltantes.

A escolha de Alcácer obedeceu, segundo Góis, à seguinte razão: era uma base de incomodativos ataques navais dos Mouros à costa algarvia. A razão é plausível, mas talvez não seja única. Efectivamente, Alcácer era centro de indústria têxtil, em cujos produtos os portugueses estavam interessados. Por outro lado, Alcácer era a praça mais próxima de Ceuta e que melhor (com excepção de Tânger) podia aliviar a pressão que esta suportava. Além disso, Alcácer (como Tânger) constituía boa base para interceptar a navegação muçulmana do litoral marroquino atlântico para a Península Ibérica e para o Mediterrâneo. Não é de desprezar igualmente o facto de, com Ceuta, dominar a entrada e saída do Mediterrâneo, mesmo em relação à navegação cristã, e poder garantir a segurança da penetração da navegação mercantil portuguesa neste mar. Finalmente, atenda-se a que constituía novo tampão à possível expansão castelhana para a Barbaria e mesmo para o Atlântico (ou pelo menos, quanto a esta segunda, fazia-a depender das boas graças de Portugal).

É todavia o Príncipe Perfeito que vem a articular as duas diretrizes expansionistas que se cindiram depois de Ceuta, realizando a

síntese da exploração do trigo e dos panos marroquinos com o resgate do ouro, dos escravos e da malagueta da Guiné. Ao mesmo tempo continua a ideia henriquina (ou talvez joanina) da conquista das Canárias, que como que estão na confluência das duas políticas pois constituem base quer para a ocupação da Barbaria quer para escala e protecção eficaz das navegações para a Guiné e para a Índia.

Com D. João II o plano dos descobrimentos e conquistas ultrapassa decididamente os objectivos mediterrâneo e africano para visar o longínquo Oriente, o mundo das especiarias, dos aromatas, das madeiras requintadas, das pedras preciosas, dos tecidos de luxo. Talvez que o plano das Índias já existisse obscuramente na mente do Infante D. Henrique, ou talvez fôsse concepção de quem conhecia a perspectiva europeia dos problemas, o Infante D. Pedro. Carecemos de documentos para estabelecer rigorosamente as circunstâncias em que brotou e se desenvolveu. É indubitável que em tempo dos filhos de D. João I se pretendeu alcançar o Preste João, é indubitável também que D. João II pretendeu alcançar o Preste João e a Índia; entre estas duas certezas move-se toda a construção histórica. É possível que, com a chegada ao Senegal, considerado então, e ainda muito posteriormente, um dos dois braços do Nilo, supusessem os Infantes que estava encontrado o caminho para o Preste João e para os seus índios, confundidos com os povos do interior da Guiné, o que explicaria em parte o abrandamento da faina descobridora depois de 1448. Demonstrada a impossibilidade de derivar a expansão dos povos ocidentais do imperialismo islâmico, e mostrada a impossibilidade de o plano das Índias derivar da ameaça turca, afigura-se-me que a única via para compreendermos a génese desse plano é situá-lo no quadro da concorrência ao quase monopólio muçulmano-veneziano do comércio oriental<sup>1</sup>. Em tempo do Príncipe Perfeito, diz Duarte Pacheco, havia «muito desejo de acrescentar o comércio e riqueza destes Reynos» (Prólogo do *Esmeraldo*). Vimos já como Duarte Pacheco comprova o fito de arrancar aos venezianos a distribuição das especiarias na Europa. Afirmações análogas se lêem em Lopes de Castanheda (Cap. I do Livro I).

<sup>1</sup> Já Gordon East, em 1938, viu assim o problema (*Geography behind History*, Londres, 1938, pág. 193).





CAPÍTULO IX

O PLANO HENRIQUINO E O ÂMBITO  
DOS DESÍGNIOS DO INFANTE



Em 1879, na *História de Portugal*, Oliveira Martins atribui aos primórdios da expansão e ao plano do Infante D. Henrique fundamentalmente três objectivos: 1.º «Devassar o mar tenebroso em demanda das ilhas de que havia uma notícia mais ou menos vaga»; 2.º «reconhecer e ir ocupando gradualmente a costa ocidental da África» «para garantir o monopólio do comércio do Sudão»; 3.º Alcançar o império do Preste João das Índias, não por mar – por isso os dois primeiros propósitos não se prendem ao terceiro – mas sim por terra – «a conquista de Ceuta prende-se directa e principalmente a este pensamento» de através da África chegar ao dourado Oriente<sup>1</sup>. Na sua conferência de 1891 no Ateneu de Madrid volta o historiador à ideia de que o Infante pensava chegar a partir de Marrocos ao Preste, senhor das Índias, situado nos confins da Etiópia. Mas agora liga o plano de circumnavegação africana ao fracasso da política marroquina, e por isso atribui a tais navegações o propósito de estabelecer um caminho marítimo até o Preste, embora D. Henrique não tivesse abandonado o primeiro caminho – Alcácer é tomada em 1458 – e morresse seguro de que se alcançaria o Oriente pelos dois. São também as ideias desse historiador na conferência no Porto em 1894. O Oriente era confusamente visionado, o império do Preste senhorearia a Etiópia e as Índias...<sup>2</sup>

Mas Pinheiro Chagas<sup>3</sup>, seguido por Fortunato de Almeida<sup>4</sup>,

---

<sup>1</sup> Livro III, cap. 1 (pp. 163-4 da 3.ª ed., de 1882).

<sup>2</sup> Ambas em *Portugal nos Mares*, vol. II. E também o estudo (no mesmo volume) «A lenda do Preste João nas chronicas portuguezas».

<sup>3</sup> *Os Descobrimentos Portugueses e os de Colombo*, Lisboa, 1892.

<sup>4</sup> *O Infante de Sagres*, Lisboa, 1894, p. 15.



desdobra o objectivo oriental: encontrar o caminho da Índia pelo Ocidente, encontrar o Preste João e o seu reino, encontrar o Nilo dos Negros. E a corrente dominante na historiografia henriquina tem sido a que inscreve no plano do Infante alcançar a Índia asiática. Assim em 1907 Charles de Lannoy rejeita as objecções de Vignaud, sustentando que só no reinado de D. João II se identificou o Preste João com o Négus da Abissínia, e que anteriormente todos os geógrafos situavam seus estados na Ásia (erros manifestos do historiador belga); a Índia seria pois a Índia asiática, o mundo das especiarias e das pedras preciosas. D. Henrique teria lançado suas caravelas para o sul ao longo da costa africana com mira a atingir as Índias asiáticas e a Etiópia, os senhorios do Preste, e obter o auxílio desses cristãos para atacar de flanco os mouros de Marrocos; sabia aliás que, se não descobrisse a rota das Índias e do Preste, atingiria pelo menos a rica Guiné<sup>1</sup>... Carlo Errera distingue duas fases na actividade henriquina: a primeira, de âmbito limitado, não visa a Índia senão como longínqua meta ideal, visa já a Núbia e a Etiópia do Preste João, mas sobretudo o ouro da Guiné; em 1456 o objectivo, porém, já se teria ampliado à Índia asiática, como provariam a bula de Calisto III e o relato de Diogo Gomes (apesar de o historiador italiano reconhecer que *Índia* designava então todas as regiões desde Zanzibar à China, e *índios* todos esses povos)<sup>2</sup>. Edgar Prestage em 1930 segue a concepção que Jaime Cortesão expusera do plano henriquino, rejeitando a argumentação de Vignaud: para o historiador inglês este não interpretou correctamente o cap. 16 da *Crónica da Guiné*, nem o texto de Diogo Gomes, nem as bulas, e não atendeu à carta de D. Manuel, de mercê a Vasco da Gama, de 1502, nem ao *Esmeraldo* e a certas passagens de Barros<sup>3</sup>. E em 1942, em *Portuguese Pioneers*, mantém que D. Henrique adoptou os planos de Raimundo Lúlio e Marino Sanudo para dominar o tráfico da Índia e atacar o Islame pela retaguarda; Prestage não se mostra convencido pela argumentação de Duarte Leite em *Uma teoria romantizada*<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Ch. de Lannoy e H. Vander Linden, *Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens – Portugal et Espagne*, Bruxelas, 1907, pp. 34-7.

<sup>2</sup> *L'epoca delle grandi scoperte geografiche*, 3.<sup>a</sup> ed., Milão, 1926, pp. 215 e 232-3.

<sup>3</sup> *Travel and Travellers of the Middle Ages*, pp. 214-6.

<sup>4</sup> *Descobridores Portugueses*, 2.<sup>a</sup> ed., pp. 52-6.

Na realidade, a teoria dominante era a de Jaime Cortesão, aliadamente formulada, por exemplo, na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, em 1931, e já no ano anterior na síntese para a Exposição de Antuérpia. O plano de D. Henrique «embrassait, outre le dessein d'atteindre la région du Soudan – qui fournissait de l'or –, la circumnavigation de l'Afrique dans le but d'arriver jusqu'aux Indes, et la navigation transatlantique avec l'intention de vérifier si l'on pouvait suivre les côtes jusqu'en Asie ou si des terres interposées barraient la route»<sup>1</sup>. O pensamento de alcançar a Índia teria surgido aquando do projecto de Ceuta ou pouco depois. A cartografia catalã e o *Libro del Conoscimiento* sugeriam a demanda do Rio do Ouro e a viagem através da África até o reino do Preste João. Mas a forma triangular deste continente nas cartas e os precedentes genoveses não podiam deixar de sugerir que se visasse a Índia – e a bula de 1454 já não permite dúvidas quanto a este propósito. Por isso «o objectivo longínquo das navegações dos portugueses, foi desde logo o comércio oriental, tendo como objectivo próximo, o comércio do ouro e dos produtos tropicais, ao longo da costa de África». O Infante planeou alcançar a Índia não só pela tentativa de circumnavegar a África, como igualmente pelo Ocidente – antecipando-se a Toscanelli e a Colombo, por inspiração da *Ymago Mundi* de d'Ailly, das *Viagens* de Mandeville, e das ideias cujo carácter corrente é atestado por Gilles le Bouvier<sup>2</sup>.

Pela mesma altura Joaquim Bensaúde retomava, exagerando-as, algumas das ideias de Oliveira Martins. A expansão ligar-se-ia à progressão turca apertando no seu anel de ferro a Cristandade, à política pontifícia de unidade cristã contra essa ameaça, ao desenvolvimento das relações com a Abissínia. O plano do Infante era entrar em relações com o Preste João para nele encontrar apoio para o esmagamento do poderio maometano no Oriente; essa vitória final seria preparada pelo domínio dos mares, com que esmagaria na Índia e no mar Vermelho o poderio comercial do Islame; por outro lado, em Marrocos trata-se de manter Ceuta e outros postos avançados da costa para proteger a Península contra os mouros<sup>3</sup>.

Em 1940, em sua *Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*,

<sup>1</sup> *L'expansion des Portugais dans l'histoire de la civilisation*, 1930, p. 24.

<sup>2</sup> *História de Portugal*, t. III, pp. 361-4.

<sup>3</sup> *As Origens do Plano das Índias*, conferência em Sevilha, 1930.

J. Cortesão incorpora algumas das directrizes do pensamento de Bensaúde e reformula com maior nitidez uma concepção unitária da génese e devir do expansionismo como resposta ao expansionismo turco. Tratar-se-ia de «alcançar as fontes produtoras da riqueza e poderio muçulmanos – o ouro do Sudão e de Sofala e as especiarias do oriente» e assim de atacar o Islame pelo Índico e de obter a aliança religiosa e militar com o Preste João para realizar um ataque combinado ao sultão do Egipto: «Esses dois projectos conjuntos formam o plano do Infante D. Henrique.» Para os realizar, «nasce na mente do Infante o duplo projecto de descobrir o caminho marítimo para a Índia pela passagem do Sudeste, isto é, a ponta meridional da África, e pelo Noroeste, isto é, contornando a Gronelândia pelo Norte». Destarte, as viagens para ocidente, como a de Teive em 1452, integrar-se-iam no plano henriquino da Índia. O Infante teria promovido um inquérito geográfico e comercial sobre todo o mundo conhecido para traçar o seu plano. De Valarte soube da Gronelândia cristã e das regiões do Norte. Por terra e através do Egipto teria enviado emissários – judeus peninsulares – ao mar Vermelho e ao Índico, presenteando os vizinhos dos termos da antiga Tebas.

Também em 1938 Carlos Coimbra aceitava como alvo do Infante a Índia pròpriamente dita<sup>1</sup>, e nessa mesma data Francisco Fernandes Lopes terçava armas, contra Duarte Leite, *Em favor do plano henriquino da Índia*<sup>2</sup>, alegando o conhecimento, pelo Infante, do livro de Marco Polo, que localiza o Preste na Ásia; o segundo escritor voltará aos mesmos argumentos em artigo vinte anos posterior<sup>3</sup>. De igual modo J. Cortesão retoma em 1960 a sua antiga argumentação de 1930 e 1940, atenuando-a apenas num que noutro ponto em função das críticas que Duarte Leite lhe dirigira, mas mantendo as traves-mestras da sua concepção do plano henriquino<sup>4</sup>. Pelo mesmo momento, A. da Silva Rego reexamina a argu-

---

<sup>1</sup> *O Infante D. Henrique e o Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia*, I Congresso de História da Expansão Portuguesa, 1937, Lisboa.

<sup>2</sup> *Ibidem*.

<sup>3</sup> «Sobre o plano henriquino das Índias e reino do Preste João», em *Diário de Lisboa*, 29 de Agosto de 1959.

<sup>4</sup> *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, 1960, liv. I, caps. VIII e IX.

mentação de Duarte Leite e acrescenta umas duas novas referências, mas concluindo numa posição intermédia<sup>1</sup>, como já o fizera Damião Peres na sua 1.<sup>a</sup> edição da *História dos Descobrimentos Portugueses* e volta a fazê-lo na segunda<sup>2</sup>.

Desde 1901, todavia, que Henri Vignaud, para impugnar a autenticidade da carta e mapa de Toscanelli, sustentara insistentemente que a Índia visada por D. Henrique era a etiópica e que o Preste estava localizado, na mente do Infante, em África, vindo seus domínios até o Atlântico; só com D. João II, depois de 1481, se teria visado a Índia asiática<sup>3</sup>. Suas negativas foram geralmente mal acolhidas – pelos italianos, por apagar o papel do florentino no descobrimento do Novo Mundo<sup>4</sup>, e pelos portugueses, seduzidos pelas concepções amplíssimas de J. Cortesão e J. Bensaúde. O grande Henri Pirenne colocava-se numa posição algo ambígua, embora influenciada por Vignaud: «Il semble bien qu'en longeant la côte d'Afrique durant la première moitié du xv<sup>e</sup> siècle, les marins de l'Algarve ne songeaient encore qu'à découvrir un bras de mer qui leur permit d'attaquer par le sud les musulmans du Maroc et d'arriver peut-être aux mystérieuses régions orientales où le 'prêtre jean' avait fondé, croyait-on, un royaume chrétien»<sup>5</sup> – o que, sob certos aspectos, parece um regresso a Oliveira Martins.

Duarte Leite em 1930, passando à peneira a concepção de Bensaúde, expõe largamente e discute os pontos de vista e interpretações de Vignaud, aceita alguns de seus argumentos, acha forçados os que respeitam às bulas, e, como ainda aderiria então à hipótese do sigilo, de Cortesão, concluía algo salomònicamente que «não está provado, conquanto seja possível, que o Infante tivesse em mente enviar caravelas até à Índia, e tenho por certo que tal visão só lhe sobreveio na última fase da sua vida»; contentava-se com a África

<sup>1</sup> «O Plano Henriquino das Índias», em *Atlântida*, Angra do Heroísmo, 1960, ano iv, n.º 3, pp. 191-203.

<sup>2</sup> Lisboa, 1960.

<sup>3</sup> *La lettre et la carte de Toscanelli sur la route des Indes par l'Ouest*, Paris, 1901; e também *Histoire critique de la grande entreprise de Christophe Colomb*, Paris, 1911. Cf. a colectânea de Duarte Leite, vol. I, pp. 73-8.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Carlo Errera, *L'Epoca delle grandi scoperte*, cap. X, especialmente pp. 294-6.

<sup>5</sup> *La fin du Moyen Âge*, t. II (1453-1492) do vol. VII de *Peuples et civilisations*, Paris, 1931, p. 153.

mas também lhe lembraria privar os italianos, «em proveito próprio, do rico comércio das especiarias orientais»<sup>1</sup>. É de Fevereiro a Março de 1941 que Duarte Leite, que desde 1936 abandonara a hipótese do sigilo e a do plano henriquino da Índia, retoma decididamente a directriz de Vignaud, rebatendo os principais argumentos de J. Cortesão; e no ano seguinte aprofunda e amplia sistematicamente a discussão das fontes.

J. Cortesão reafirmou, porém, em 1960 a sua antiga concepção e argumentação e outros autores pronunciaram-se sobre o problema e aduziram um que outro elemento novo. Além disso, saíram estudos completos sobre o Preste João e outras fontes ainda foram trazidas a terreiro. Mas a revisão do estado actual da questão, sob o seu duplo aspecto, confirmou as posições de Duarte Leite<sup>2</sup>. Eis como se nos afigura que pode sintetizar-se o problema do âmbito dos desígnios do Infante:

1.º É já tradicional filiar o plano henriquino de expansão nos projectos, de mais de um século anteriores, do veneziano Marino Sanudo e do maiorquino Raimundo Lúlio. Mas a este respeito devem-se a Duarte Leite observações dignas de toda a atenção e que não foram refutadas (*Coisas de Vária História*, págs. 17-19). Haveria ainda que atender a que tais projectos surgiram em meios mediterrâneos por razão de problemas especificamente mediterrâneos que terão desaparecido na primeira metade do século xv e aliás não interessavam ao Portugal henriquino pois a sua conjuntura económica bem outra era então.

2.º Quanto à filiação do plano henriquino, considerado como visando a Índia asiática, no conhecimento pelo Infante das viagens antigas de circumnavegação africana graças à leitura dos geógrafos clássicos, ela ficou completamente impossibilitada pela peremptória demonstração, devida a Duarte Leite, de que D. Henrique nunca os lera (ver *História dos Descobrimentos*, vol. I, pp. 122-160). Mas há que lembrar ainda outras páginas de Duarte Leite quanto à inviabilidade de tal influência (*Coisas de Vária História*, págs. 19-22).

3.º Supôs Jaime Cortesão em 1924, em *Do sigilo nacional sobre*

<sup>1</sup> *História dos Descobrimentos*, vol. I, pp. 73-8.

<sup>2</sup> Veja-se no vol. 1.º desta nossa colectânea, a pp. 139-170, o ensaio «Da Geografia mítica e livresca às explorações reais».

os descobrimentos, e na sua *Teoria geral dos Descobrimentos* de 1940 (pp. 27-8), que o Infante empreendera um vasto inquérito geográfico no Egipto e Levante, e a esta hipótese volta vinte anos volvidos em *Os Descobrimentos Portugueses* (pp. 299-304), sem aduzir todavia novos apoios documentais; de modo que convém reler as páginas de Duarte Leite relativas à primeira exposição (*Coisas de Vária História*, pp. 27-37).

J. Cortesão alegou, em 1960, as viagens de judeus peninsulares pelo Levante à Índia, referidas por Albuquerque, em reforço da sua interpretação do texto zurariano. Mas Albuquerque descreve uma conjuntura inteiramente diferente, de meio século posterior.

4.º Através das bulas pontificias tem-se procurado reconstruir o grande plano do Infante D. Henrique de modo a incluir no seu âmbito a Ásia, apesar das impugnações restritivas de Vignaud que em 1930 ainda não tinham convencido Duarte Leite mas a que este aderiu posteriormente. Desde o estudo deste historiador em 1942, De Witte e J. Cortesão de novo discutiram o problema, o primeiro confirmando Duarte Leite, o segundo procurando refutá-lo com elementos que merecem análise.

As bulas de Nicolau V *Dum diversus e Divino amore communiti*, de 18 de Junho de 1452, concedem ao Rei de Portugal o direito de conquista sobre todos os muçulmanos, pagãos e outros infiéis inimigos de Cristo e sobre os respectivos reinos, senhorios, territórios e quaisquer possessões e bens móveis e imóveis, pois esse Rei se mostra santamente disposto a empreender breve tais conquistas. Supôs De Witte que se trata de legitimar uma eventual empresa em Marrocos. É muito possível, mas também se incluem no âmbito da concessão os pagãos – não mouros –, logo deve tratar-se igualmente de assegurar o senhorio da Guiné. Para mais, a bula autoriza «illo-rumque personas in perpetuum servitutum redigendi», isto é, a reduzir à escravidão esses mouros e pagãos e outros infiéis<sup>1</sup>; o objectivo primacial, pelo menos tão importante como o da conquista, é pois legitimar o trato de escravos que então se desenvolvia – haverá relações com a entrada em funcionamento da sociedade arrendatária dos resgates de Arguim<sup>2</sup>?

<sup>1</sup> Silva Marques, *Descobrimentos Portugueses*, vol. I, doc. 393.

<sup>2</sup> Estes pontos escaparam a J. Cortesão (*Descobrimentos Portugueses*, I, p. 333).

É preciso, como já Duarte Leite sublinhou, aguardar pela bula *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, para que apareçam precisados geogràficamente os objectivos henriquinos. Louva-se o Infante pela sua participação na guerra contra os sarracenos e por ter povoado de fiéis as ilhas do Oceano. E a seguir vem a passagem essencial: «Preterea cum olim ad ipsius Infantis pervenisset notitiam quod nunquam vel saltem a memoria hominum non consuevissent per huiusmodi Oceanum mare versus meridionales et orientales Plagas navigari illudque nobis occiduis adeo foret incognitum ut nullam de partium illarum gentibus certam notitiam haberemus credens se maximum in hoc deo prestare obsequium si eius opera et industria mare ipsum usque ad Indos qui christi nomen colere dicuntur navigabile fieret sicque cum eis participare et illos in christianorum auxilium adversus Sarracenos et alios huiusmodi fidei hostes commovere posset ac nonnullos Gentiles seu Paganos nefandissimi Machometi secta minime infectos populos inibi medio existentes continuo debellare...» Para isso de há 25 anos que o Infante manda anualmente caravelas «ad perquirendum mare et Provincias maritimas versus meridionales partes et polum Antarcticum», as quais chegaram à província Guiné, ocuparam algumas ilhas e portos de mar e «ulterius navigantes ad hostium [sic] cuiusdam magni fluminis Nili communiter reputati pervenirent»<sup>1</sup>.

A discussão tem girado principalmente em volta de dois pontos: *a*) quais são as «praias meridionais e orientais»?; *b*) quem são os «Índios que se diz adorarem o nome de Cristo»?

J. Cortesão aduziu que, existindo, segundo Nicolò di Conti, Índias apenas na Ásia, em Roma a interpretação não podia ser outra que a deste veneziano e por isso os «índios» da bula seriam os asiáticos – os cristãos de São Tomé<sup>2</sup>. Houve quem alegasse, doutra banda, que estando a Santa Sé em relações com a Cristandade abexim e com a Cristandade de São Tomé, não se podia em Roma aplicar o termo *Índia* tanto à Ásia como à África. Não temos todavia nenhuma prova de que era a concepção de Conti que imperava na cõrte pontifícia; ao invés, em Itália e em todo o mundo mediterrâneo era corrente o emprego lato do termo *Índias*, e de igual modo em Portugal. Relembre-se o também veneziano Marco Polo,

<sup>1</sup> Silva Marques, cit., I, doc. n.º 401.

<sup>2</sup> *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. I, p. 339.



o genovês Malfante escrevendo de um oásis saariano, o francês Pierre d'Ailly, cardeal; a cartografia catalã localiza o Preste em África mas di-lo «senhor dos índios» ou «das Índias». Quanto a Portugal, a citação de Gomes-Behaim refere-se sem sombra de dúvida a uma Índia africana, como o próprio J. Cortesão reconheceu<sup>1</sup>.

Esses «índios que se diz adorarem o nome de Cristo», pretendia o Infante alcançá-los para que o ajudassem na guerra contra os Mouros. Zurara explica este intuito no cap. VII da *Crónica da Guiné* – é a quarta razão que moveu o Infante: «de xxxi anos que havia guerreava os Mouros» nunca tivera auxílio doutros cristãos, e por isso «Quería saber se se achariam em aquelas partes alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da Fé». Vê-se pois que é o inimigo marroquino que quer apanhar pela retaguarda, abrindo uma segunda frente; assim índios cristãos só podem ser africanos – D. Henrique nunca estivera em guerra com o Islame asiático. Em que é que os cristãos de São Tomé – Índia própria dita – lhe poderiam ser úteis contra os Merínidas de Marrocos, ou, caso se prefira, os Mamelucos do Egipto – se não até os Otomanos da Anatólia e dos Bálcãs?

Tais índios cristãos com quem D. Henrique pretendia aliar-se contra os Mouros (de Marrocos) ou contra os Pagãos (da Guiné, sem dúvida) não podem portanto ser asiáticos, devem ser os Abexins, tanto mais que o senhorio do Preste (julgava-se) se estendia para oeste quase até o oceano e que as caravelas tinham chegado (a bula o repete) ao rio Nilo (o Senegal e o Gâmbia). Mas podem ainda ser «etíopes» mais ocidentais. Na verdade, em Portugal acreditava-se na existência de cristãos, e até de um reino cristão na Guiné; aquando da expedição de Valarte (1447) o Infante diz-lhe que vá ao Cabo Verde e obtenha segurança do rei dessa terra «porquanto lhe fora dito que é mui grande senhor» e «lhe afirmavam que era Cristão; e a conclusão de tudo era que se assim fôsse, que a lei de Cristo tinha, que lhe prouvesse ser em ajuda da guerra dos mouros d'África, na qual el-Rei D. Afonso, que então reinava em Portugal, e ele em seu nome, com os outros seus vassalos e naturais continuamente trabalhavam»<sup>2</sup>. Boutier e Le Verrier tinham confundido o

<sup>1</sup> *Idem*, p. 337.

<sup>2</sup> *Crónica da Guiné*, cap. XCIV.



imperador de Mali com o Preste. Leão o Africano, no século XVI – e atravessara o Sáara e visitara cidades negras –, ainda falará de reinos cristãos negros na Guiné.

Repare-se, por outro lado, em que a bula é do mesmo ano da viagem e carta de Uso di Mare, a qual revela que então se julgava em Portugal estar-se, pelo Gâmbia, a não longa distância do poderoso Preste.

Quanto às «meridionales et orientales plagas», há duas cousas a observar. Na cartografia da época henriquina a África meridional estende-se desmedidamente em longitude, banhada pelo mar Etiópico; é essa imensa costa arqueada que segundo toda a probabilidade se designa por «plagas meridionales». Quanto às «plagas orientales» só podem significar a costa leste do continente africano, pois caso se tratasse da costa hindustânico-decani falar-se-ia de «praias ocidentais» da Índia Maior ou Intra-Gangem (por exemplo). Tanto mais que, como Duarte Leite observou, na bula se referem navegações por mares e a terras ignotas, e a navegação do Índico era conhecida (mas não a partir do oceano ocidental – Atlântico).

Da mesma interpretação e não de outra é passível a bula *Inter Coetera* de 13 de Março de 1456, em que se concede o espiritual das ilhas, vilas, portos, terras e lugares «a capitibus de Boiador et Nam usque per totam Guineam, et ultra illam meridionalem plagam usque ad Indos».

Em suma: quanto às bulas a única interpretação que fica de pé é a restritiva, de Vignaud e Duarte Leite.

5.º Sustentou Duarte Leite que Damião de Góis foi o primeiro a atribuir explicitamente ao Infante D. Henrique o propósito de atingir a Índia asiática, e que de 1500 a 1567 todos encabeçam em D. João II este projecto.

Mais recentemente insistiu-se de novo na missiva de D. Manuel ao Samorim, de 1500, e aduziu-se uma passagem de Castanheda que Duarte Leite não citara.

Na carta, aliás bem conhecida deste historiador (que até a discute), exorta-se o rei de Calicute a louvar Deus porque fez mercê ao mundo de se virem a conhecer e ajuntar e avizinhar por conversação os de Ponente e os de Oriente, «estãdo as gentes dessas terras e destas tão afastadas hũas das outras do começo do mundo ategora, e tão sem cuydado nem esperança disto, que ho senhor Deus quis que fosse, inspirando averá sessenta annos em hũ nosso tio vassalo nosso chamado ho Iffante dom Anrrique, Principe de vir-

tuosa vida e sanctos costumes, que por serviço de Deos tomou proposito inspirado por ele de fazer esta navegação e polos Reys nossos antecessores foy ategora prosseguida»<sup>1</sup>. Todavia D. Manuel não declara que D. Henrique pretendia alcançar a Índia de Calicute, mas apenas que começou a navegação que, prosseguida pelos reis (D. Afonso V e D. João II), levou a estabelecer a comunicação oceânica entre o Poente e Oriente. O texto não difere pois dos do *Esmeraldo* ou dos dos cronistas seguintes até Góis exclusivè.

Quanto ao texto pròpriamente de Castanheda, que Duarte Leite não considerou, é o seguinte: «E avião todos por muyto impossível este descobrimento [o do Gama chegando a Calicute] por aver sessenta annos que se andava apos elle sem se poder saber nem rastejar; e parece que por inspiração divina começou ho Ifante dom Anrique este descobrimento por mar mais que outro nhũ principe da Europa que erão senhores de muyto mayor estado que ele, porque dele herdassem os reys de Portugal que forão dali por diante este descobrimêto principalmente ho invictissimo Rey dõ Manuel, pera quem a divina providencia tinha guardado ho effeyto dele que era a Índia, cujo descobrimento estava profitizado dantes pola Sibila Cumea<sup>2</sup>.» A indicação dos sessenta anos sugere que Castanheda aqui glosa a carta ao Samorim que transcreverá adiante. Valem portanto todas as objecções de Duarte Leite contra a data de 1440 para o começo do propósito de alcançar a Índia hindustânico-decani. O que Castanheda diz afinal é que D. Henrique empreendeu o descobrimento donde resultou a chegada a Calicute (o efeito dele guardado para D. Manuel). O sentido é o mesmo dos outros textos da época.

É possível todavia que a imprecisão de linguagem dos textos de 1500 a 1567 traduza um propósito ou resulte de uma deformação inconsciente. Como notou Duarte Leite, desde D. João II, cujo propósito era declaradamente chegar à Índia asiática das especiarias, a Coroa portuguesa e os meios portugueses estavam evidentemente muito empenhados em que as concessões pontifícias a abrangessem e por isso seriam levados a interpretar os *índios* das bulas como incluindo os asiáticos. Por outro lado, a esta interpretação resvalavam

<sup>1</sup> Castanheda, Liv. I, cap. XXXV.

<sup>2</sup> *Idem*, cap. XXVIII. Aduzido mas incompleto, por Silva Rego, obra cit., pp. 197 ss.

inconscientemente pelo facto de, a partir da viagem do Gama, o termo *Índia* se ter ido restringindo à hindustânico-decani, como vimos, na geografia portuguesa quinhentista. Assim, onde os textos quatrocentistas tinham *Índia* para designar uma região africana e *índios* alguns dos povos africanos, os leitores quinhentistas desses textos eram levados a entender que se tratava, sim, de terras e povos asiáticos. Além disso, a Portugal importava sobretudo reforçar seus direitos graças à antiguidade do propósito – e à inspiração divina dele.

Por todas estas razões, os textos de 1500 em diante não podem, em nosso entender, servir de nada para determinar quais os planos expansionistas da época henriquina. E D. Henrique, se, como seus contemporâneos, excogitou e quis ter informações de todas as Índias – incluindo pois as orientais –, não parece ter visado outros objectivos que não fôssem Marrocos e Granada, a Guiné com seu ouro e escravos, depois a sua malagueta, a suposta cristandade guineense, o Preste João sobre-Egipto e seus Abexins cristãos, as ilhas oceânicas a povoar e a valorizar de açúcar, pão e vinho.



CAPÍTULO X

VECTORES DO DESCOBRIMENTO DO ATLÂNTICO



O notório mérito de Jaime Cortesão, Duarte Leite e Gago Coutinho, consiste em terem considerado o *processus* dos descobrimentos dos séculos xv e xvi no quadro das realidades físicas do Atlântico. Beauchat vislumbrara já o caminho, mas os historiadores não lhe seguiram geralmente na esteira.

De modo grosseiramente esquemático, podemos definir a circulação dos ventos e correntes no Atlântico como um sistema de quatro elipses cujos eixos maiores se orientam segundo os paralelos. Mas em cada elipse o sentido da deslocação é que desempenha o papel determinante. Partindo da Noruega ou do mar do Norte, vai-se para a Islândia, donde se passa à Gronelândia, e daqui ao Labrador; regressa-se com facilidade da Terra Nova à Bretanha e à Mancha, depois de uma travessia quase directa de 15 a 20 dias; mas, ao invés, é extremamente difícil alcançar pelo caminho aparentemente mais curto a Terra Nova desafiando dos portos bretões. É sugestivo baptizar esta elipse setentrional de «rota dos Vikings»: por ela, com efeito, chegaram os «homens do Norte» à Terra Verde.

Uma segunda elipse liga a Península Ibérica às Antilhas e América Central. Fazendo-se à vela de Sevilha ou de Lisboa, passa-se pelas Canárias, continua-se para sudoeste e, em seguida, para oeste, até à foz do Orenoco e às Pequenas Antilhas. A saída do mar das Antilhas é pelo canal da Florida, donde, rumando a nordeste-leste, se vai ter aos Açores; depois desta escala, vai-se lançar âncora em La Coruña ou no estuário do Tejo ou em Sevilha e Cádiz. Chamaremos a este itinerário a «rota de Colombo».

Entre a África meridional e o continente americano ao Sul do cabo de São Roque, a circulação sobe do cabo de Boa Esperança até o golfo de Guiné, atravessa em seguida de leste para oeste se-

gundo o Equador, desce ao longo da costa brasileira e, em nova travessia, inversa da primeira, vai fechar o circuito na ponta extrema do continente negro. Quando se aproxima do cabo de São Roque, um outro ramo continua para noroeste acompanhando o litoral sul-americano, até se juntar à elipse do Atlântico central.

Finalmente, da ponta meridional da América do Sul um quarto circuito dirige-se para o meridiano do cabo de Boa Esperança, a meio dia dele, donde se sobe a latitudes mais a norte, para regressar ao ponto de partida americano pelo Oeste e Noroeste.

Se tal é o sistema de circulação marítima e atmosférica, as vias naturalmente mais acessíveis aos veleiros europeus são a «rota dos Vikings» e a «rota de Colombo». A primeira, aberta desde o século x, mal conhecida ou até ignorada pela quase totalidade dos contemporâneos, frequentada com certa regularidade só até a Groenlândia, não desempenhou qualquer papel de vulto, na vida europeia, até o fim de Quatrocentos, exactamente na mesma época em que a segunda começou, pela primeira vez, a servir. Ora, um dos aspectos mais surpreendentes, à primeira vista pelo menos, não será esta tardia utilização das duas vias mais fáceis? Durante três quartos de século, os descobrimentos seguiram outros caminhos, pondo em jôgo mais de um sistema circulatório.

Os portugueses estavam instalados na Madeira e Porto Santo desde cerca de 1420, e já antes frequentavam as Canárias, cuja conquista empreenderão, em vão, em 1424. Diogo de Silves redescobre os Açores em 1427, sete anos antes de se começar a dobrar sistematicamente o Bojador. Redescobrimto dos Açores: é a expressão mais exacta, porquanto, achados por acaso na primeira metade de Trezentos, jamais tinham sido regularmente visitados, e o seu registo cartográfico, falseado por um erro de posição de 200 % e por graves enganos de disposição das ilhas, não facilitava de modo algum novas viagens para os reencontrar. Estas ilhas situam-se, nunca é demais sublinhá-lo, acerca de um terço do caminho entre a costa portuguesa e a Terra Nova, e, frequentadas desde 1427-1432, no decurso do século xv por várias vezes os veleiros daí partiram para destinos desconhecidos. Além disso, se a Madeira está na rota de regresso das Canárias, os Açores constituem longínquo ponto de referência no retorno destes dois arquipélagos, e sobretudo para a torna-viagem do Sáara e Guiné.

As viagens de descobrimento e exploração ao longo do litoral africano iniciam-se sistematicamente pouco antes de 1434, primei-

ro por pequenos navios de propulsão mixta bem como por veleiros também pequenos, e em seguida quase unicamente por caravelas, cuja fórmula é encontrada e aplicada cerca de 1439-1440. Durante mais de um século, todos os marinheiros de todas as nacionalidades considerarão as caravelas, criação dos estaleiros portugueses, como os melhores veleiros oceânicos, os mais rápidos e os mais manobráveis; por isso, todos os meios náuticos quiseram comprá-los ou imitá-los. Com a caravela, bolinar não apresenta dificuldades, e torna-se possível a utilização racional dos ventos e correntes oceânicos.

Ora, se é fácil descer ao longo da costa africana para o Sul, não é possível regressar pela mesma rota porque se tem o vento de proa e as águas também correm contra o rumo do navio. O problema da viagem da Guiné é, portanto, principalmente o problema do retorno: é indispensável afastar-se resolutamente do continente e descrever, bem ao largo, um arco que se aproxima dos Açores. Em 1455, Da Noli e Cadamosto, a bordo de navios portugueses, descobrem as ilhas de Cabo Verde, cujo povoamento começará no lustro seguinte. Em 1460, as velas portuguesas tinham atingido a Serra Leoa, onze anos mais tarde todo o golfo de Guiné estava explorado e o Equador atravessado. Até aqui, demanda do ouro e dos escravos, do marfim e da algália, da goma e, a partir de 1455 aproximadamente, da malagueta e da pimenta-de-rabo – as especiarias não desempenharam provavelmente nenhum papel na expansão até essa data, ao invés da opinião unânime dos historiadores.

O último quartel do século xv desenrola-se sob o signo da procura de um caminho marítimo para os mercados asiáticos de especiarias e da busca de ilhas e terra firme no rumo do Oeste. Enquanto se efectuavam observações astronómicas, cálculos de latitudes e do comprimento do grau do meridiano, e se levavam a cabo conhecimentos náuticos e geográficos de maneira sistemática, Diogo Cão explorava a costa ocidental da África do Sul e Bartolomeu Dias, sucedendo-lhe, prosseguia com as caravelas até dobrar o cabo de Boa Esperança e desembocar no Índico, vibrando o golpe de morte na concepção ptolemaica, que a imprensa ressuscitava, da incomunicabilidade dos dois oceanos, e confirmando uma outra tradição, esta da cartografia italiana, a de que as águas circundam todo o continente negro. Estava descoberta a rota oceânica das especiarias orientais. Quando, em 1497, Vasco da Gama empreende pela primeira vez a viagem de Calicute, dispõe de dez anos de rica experiência náutica no Atlântico meridional. Se embarca em naus e não



já em caravelas é porque, como sublinhou com razão Gago Coutinho, não vai a descobrir uma rota, não vai reconhecendo metódicamente o regime de ventos e correntes, ao contrário de Bartolomeu Dias que tivera que vencer o alísio do Sudeste e a corrente de Benguela. As naus do Gama seguem exactamente a rota racional, atendendo ao condicionalismo físico do Atlântico. Com efeito, depois das escalas cabo-verdiana e guineense, embrenham-se pelo golfo sem jamais ver terra durante quatro meses, descrevendo um arco de círculo primeiro para o Sudoeste, em seguida para o Sul, inflectindo finalmente para leste de modo a ir ancorar um pouco antes do Cabo. Teria sido completamente impossível a Vasco da Gama, ou a quem quer que fôsse, traçar com as proas das naus esta rota de perfeita racionalidade sem a preparação metódica que constituem as viagens de descobrimento, os estudos das condições físicas e a determinação das coordenadas. Numa palavra, a rota do Cabo não é o ponto de partida da exploração do Atlântico meridional, antes supõe todo esse *processus* de exploração e é o seu ponto culminante. As carreiras de naus são preparadas pelas aventuras científicas das caravelas – ideia de Gago Coutinho de alcance decisivo.

As narrativas de achados de ilhas a oeste-sudoeste ou a noroeste dos Açores e a sudoeste e oeste do arquipélago de Cabo Verde antes de 1470 são demasiado tardias para serem aceites; representam reivindicações que visam diminuir a glória de Colombo. Mas é incontestável que desde a instalação dos portugueses na Madeira, em 1420-1425, nos Açores em 1427-1439, em Santiago do Cabo Verde em 1455-1460, as velas portuguesas se lançaram em todas as direcções através do oceano. A partir de 1443, quer dizer, desde a chegada à região de Arguim, e do ano seguinte, chegada ao Cabo Verde e Guiné, o regresso faz-se sempre em direita, sem nenhuma escala e sem jamais avistar terra, nem sequer de longe, segundo itinerário que descreve um arco estirado para oeste de maneira a contornar o obstáculo dos alísios e da corrente descendente das Canárias. Este desvio pelo Poente acentuar-se-á ainda na torna-viagem da Mina, porque ao longo do litoral as águas correm em sentido oposto – corrente de Guiné – e é necessário rumar primeiro para sudeste para alcançar a corrente equatorial do Sudeste-Sul e Oeste-Noroeste, e aí virar para se deixar arrastar por ela; depois de ter ultrapassado para poente o meridiano dos Açores, dirige-se para norte e finalmente, na proximidade deste arquipélago, inflecte-se para les-

te. É a célebre «volta da Mina», utilizada desde 1471-1475, como a «volta da Guiné» o era desde 1443-1444.

A partir de cerca de 1475 multiplicam-se as provas de viagens portuguesas para oeste. Em busca de travessia directa da Europa para a Índia ou Extremo Oriente? Não é impossível. Ideia de conhecidos antecedentes. Na *Ymago Mundi* do cardeal d'Ailly cita-se a opinião de Aristóteles, de que entre o fim da Hispânia e o princípio da Ásia medeia tão-só pequeno mar. E outros autores antigos entendiam também que em poucos dias de navegação se iria de um a outro continente. Gilles le Bouvier, no *Livre de la description des pays* (terminado entre 1451 e 1455), refere que alguns crêem que se uma nau rumasse a direito da Irlanda para oeste alcançaria a terra do Preste João (o Preste oriental, evidentemente). Toscanelli, que teve uma entrevista com uns embaixadores de Portugal em 1459, escreve em Junho de 1474 ao cónego Fernão Martins (se, como é provável, tal carta é autêntica), propondo o rumo do Ocidente para demandar a Ásia. O seu planisfério de 1457 traduz as concepções de Marino Sanudo (primeiro quartel de Trezentos) e as informações de Nicolò di Conti; só mais tarde Toscanelli conheceu o livro de Marco Polo, cuja descrição serve de base à sua carta ao cónego português (resumimos os resultados das pesquisas de Crinò). Ora o florentino é o chefe de casa bancária e de comércio por grosso dos Pozzo, que se consagra ao trato das peles e das especiarias; saberia, devido a essa actividade no mercado das peles, das relações do Norte europeu com a Gronelândia? Responda-se como se quiser à pergunta de Pohl, o que parece mais importante é que a ideia de alcançar a Índia pelo Ocidente desponta aqui num meio florentino de grande comércio internacional, interessado nas especiarias asiáticas e em possível rivalidade com Veneza que quase monopoliza então o trato do Levante.

As aventurosas surtidas de caravelas portuguesas para Poente durante o último quartel do século xv parecem, todavia, estar antes em relação com a demanda de ilhas e terra firme que se imaginava existirem nesse rumo, do que representarem esforços para atingir o Cipangu ou o Cathay, e talvez ainda menos os mercados de especiarias. Os resultados prestam-se a discussão: as velas portuguesas teriam ou não chegado às Antilhas, ou a Fernando Noronha ou mesmo ao Brasil antes de 1492? Os dois argumentos de maior peso no sentido afirmativo são o Tratado de Tordesilhas – e a atmosfera que envolveu as negociações – e o testemunho do próprio Colombo.

O Papa dividira o globo em dois hemisférios por um meridiano a 100 léguas a oeste dos Açores ou das ilhas de Cabo Verde – parece que em Roma havia informações bem vagas à cerca das descobertas oceânicas; mas D. João II, por negociações directas, conseguiu levar os Reis Católicos (já que não aceitaram a partilha pelo paralelo das Canárias) a deslocar o meridiano divisório para 370 léguas a oeste do último desses arquipélagos, o que deixava ficar para Portugal não só todo o Atlântico meridional – perfeita segurança da rota do Cabo – mas ainda o Brasil. Lembremo-nos de que Bartolomeu Dias já alcançara o Índico, e que sobre sua viagem alguns anos eram passados, que foram, com toda a probabilidade, empregados na metódica exploração atlântica para estabelecer o traçado da futura rota para a Índia. Na carta dos Reis Católicos a Colombo, datada de Barcelona a 5 de Setembro de 1493, lê-se que «despues de la venida de los portugueses [para as negociações que precederam Tordesilhas] en la platica que con ellos se ha avido algunos quieren deçir que lo que esta medio desde la punta que los portugueses llaman de Buena Esperança que esta en la rota que agora ellos levan por la mina del oro y Guinea abaxo fasta la raya que vos dixistes que devia venir en la bulla del papa pensan que podra aver yslas y aun tierra firme que segund en la parte del Sol que esta se cree que seran muy provechosas y mas ricas que todas las otras». Assim, os espanhóis conseguiram perceber, pela posição da delegação portuguesa, que para os meios náuticos lusos existiam ilhas e terra firme – continente – entre a África e a Ásia, contrariamente à enraizada convicção de Colombo. Por outro lado, o próprio genovês explica a recusa com que esbarrou na côrte portuguesa pela certeza que se tinha aí da existência de um continente a oeste. Em apoio desta afirmação menciona, ao lado de vários indícios recolhidos nos Açores, Madeira e ilhas do Cabo Verde, que sugeriam a ideia de terras a ocidente, algumas viagens portuguesas que teriam chegado a encontrar ilhas e talvez uma terra firme. Em 1527, o inglês Robert Thorne escrevendo de Sevilha – e logo naturalmente transmitindo o que neste meio náutico e comercial se pensava, ou pelo menos, alguns pensavam – ao embaixador do seu rei à cerca do Tratado de Tordesilhas, que voltara à baila por causa da questão das Molucas, declara: «Also it should seeme that when this foresaid consent of the division of the world was agreed of betweene them, the king of Portingal had already discovered certaine Islandes that lie over against Cape Verde, and also certaine part of the maine

land of India toward the South, from whence he fette Brasill, and called it the land of Brasil» (Hakluyt, ed. 1903, II, p. 175-6).

É no decurso de uma viagem com destino a Calecute que Pedro Álvares Cabral toma oficialmente posse do Brasil para a Coroa de Portugal. Não foi certamente o acaso de ventos fortes inesperados ou de uma tempestade que lançou os navios sobre a costa sul-americana. Nenhuma das fontes primárias refere tais circunstâncias imprevistas. A leitura atenta comprova que a rota foi deliberadamente traçada e fielmente seguida. Mais. Como o provou Duarte Leite (mas não se lhe tem prestado atenção), a armada de Cabral julgava-se muito mais a oeste do que estava realmente: os pilotos sobre-estimavam a inclinação do caminho seguido para o Poente. Foi, portanto, com plena consciência e deliberação que estiraram o arco da rota, afastando-se mais do que pareceria necessário do continente africano. Põe-se aqui um problema irritante, em que se tem confundido intencionalidade da rota com conhecimento anterior da existência de uma ilha ou terra firme. Pela carta aos Reis Católicos de 1501 vê-se que D. Manuel considerava a terra que novamente se descobriu «mui conveniente e necessária à navegação da Índia». Por isso Gago Coutinho aventou que a armada foi simplesmente buscar uma aguada a fim de substituir a escala cabo-verdeana. Hipótese atraente, talvez incompleta. Não é de crer que o Rei enviasse uma armada numerosa e poderosa a descobrir a ocidente. Mas desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas os Espanhóis tinham intensificado a exploração do golfo do México e do mar de Caribe. Era natural rechar que penetrassem na área portuguesa, e levantassem dificuldades à execução de certas cláusulas, alegando a prioridade da descoberta e frequência. Fazia pois todo o sentido que uma armada de vulto fosse proclamar oficialmente a presença portuguesa. O que justificava o regresso de um navio com a nova do achamento, e a sua notificação aos Reis Católicos. Não demasiado solene, porque se tratava tão-só de acção sob a égide do Tratado. Mas se este não explicita a convicção da existência de terras ao Poente, a carta dos Reis Católicos a Colombo não deixa dúvidas de que os Portugueses a acalentavam. Ilhas ou terra firme? Pêro Vaz de Caminha pende para a primeira concepção; ora esta persistiu até tarde – portanto daí nada se conclui.

Seja como for, o resultado de longe mais importante de tais esforços consiste na experiência náutica de todo o Atlântico; foi graças ao conhecimento do regime e estabelecimento da carta dos ven-

tos e correntes, adquirido nas anónimas viagens das caravelas, que se tornou possível traçar as rotas. As velas portuguesas parecem ter sido as únicas a percorrer todo o oceano, precedendo frequentemente as de todas as outras nações, seguindo de perto na peugada dos descobridores estrangeiros, noutros casos. A bordo delas fizeram muitas vezes a sua aprendizagem esses navegadores estrangeiros, ou recorreram a pilotos portugueses para os guiarem em suas primeiras viagens ao Brasil, à África, ao Oriente.

Colombo ergue-se sobre o trampolim de tal experiência e integra-se neste movimento colectivo. Tecelão genovês passado ao comércio, vem de Génova a Lisboa e à Madeira comprar açúcar por conta dos seus patrões, os Centurione. Aliciado por esses contactos, estabelece-se na capital portuguesa e na ilha açucareira, onde se casa, entra em relações mais íntimas com os meios de negócios e náuticos portugueses, faz a viagem da Mina a bordo de caravelas portuguesas. Adquire deste modo alguns conhecimentos de arte da navegação, que ignorava completamente antes de vir para Portugal, e, desperto por todo este ambiente de explorações marítimas e pelas sugestões, se não pelas informações precisas, acerca da existência de terras a oeste, forma o seu grande plano de demandar Ofir-Cipangu e o Cathay caminhando em direitura para o Ocidente. Os objectivos económicos de sua aventura, esses nasceram com toda a probabilidade no ambiente de negócios genovês que frequentara – a casa Centurione, ligada aos Spinola e aos Di Negro, ou seja, a obsessão do ouro, a busca de caminho novo para a Índia (luta comercial contra Veneza), o comércio do açúcar e do trigo. A ideia mestra é sem dúvida a do metal precioso. Proposto em 1484, o seu plano é rejeitado em Portugal. Porquê? As viagens, já numerosas, para ocidente, e o conhecimento, já extenso, do Atlântico, a metódica exploração de Diogo Cão levariam a pensar que a rota proposta por Colombo não conduziria provavelmente ao Cipangu nem ao Cathay; pelo contrário, ilhas e até uma terra firme interpor-se-iam no caminho. Parece, além disso, que não haveria excessiva confiança na ciência e na técnica do antigo tecelão e feitor genovês, cujo domínio da arte de navegar não se compararia ao de seus mestres. Em 1488, Bartolomeu Dias regressa ao Tejo depois de ter transposto a passagem do Atlântico para o Índico. Colombo já fôra para Castela – a partida estava definitivamente perdida em Portugal, e no entanto é, paradoxalmente, depois disso que D. João II lhe escreve concitando-o a voltar. Talvez a atitude do Príncipe Perfeito se

explique simplesmente pelo desejo de evitar futuras complicações com o estado vizinho, onde as probabilidades do sonhador aumentavam. Mas outras razões podem ter jogado no sentido da recusa. Se o grande sonho do genovês era o ouro de Ofir – e tudo parece indicá-lo – porque é que o rei, inebriado pelo ouro da Mina, que já lhe duplicava as receitas públicas, haveria de se interessar por essa incerta perspectiva que não correspondia a uma necessidade da economia nacional, voltada agora sim para as especiarias? O fracasso de Colombo em Lisboa resultou talvez dessa inadequação dos seus fins económicos aos vectores da economia e da sociedade a que os propunha.

O malogro em Lisboa leva Colombo para Sevilha. Aqui esbarra também com duros obstáculos a seus planos. É que caía num meio despido de tradição de descobrimentos oceânicos, muito em atraso em relação aos meios portugueses no campo da arte de navegação – a náutica astronómica parece que ainda aí não penetrara –, renitente a afastar-se dos caminhos trilhados. Mas chegara-se a uma conjuntura em que o despertar dos interesses crematísticos pôde produzir-se graças a este choque do exterior. As esquadras portuguesas repeliavam rudemente todas as tentativas castelhanas – geralmente sevilhanas – de contacto com os mercados de África. Na guerra entre D. Afonso V e os Reis Católicos pelo trono de Castela, se o monarca português teve de desistir de seu propósito de união das coroas, Sevilha acabou por ser afastada do trato da Mina e dos rios de Guiné. Assim, o meio sevilhano não podia deixar de ser particularmente receptivo à proposta de alcançar Ofir, a ilha do ouro, já que lhe estava vedado o acesso ao *tibar* do continente negro. Além disso, esse círculo marítimo estava em condições de aproveitar a contribuição técnica de origem portuguesa que lhe trazia o estrangeiro.

Colombo, o antigo tecelão e depois mercador genovês – mediterrâneo – transformado em marinheiro em Portugal – em contacto com o oceano –, vai desaferrar de um porto atlântico – Sevilha – para uma viagem oceânica a bordo de navios de tipo atlântico – biscainho, português –, secundado por marinheiros biscainhos, aplicando as técnicas e a experiência náutica portuguesas, obcecado por objectivos económicos que nasceram no ambiente genovês de negócios, mas concretizados em plano devido às sugestões dos meios marítimos de Lisboa e da Madeira, amadurecido por um pequeno número de leituras eruditas, e cuja realização se torna possível a partir de Sevilha porque na cidade do Guadalquivir há a ânsia

do ouro e a frustração dos seus caminhos para os mercados conhecidos. As resistências às suas propostas é que levaram Colombo a estudar certas obras como a *Ymago Mundi* de Pierre d'Ailly, a *Historia rerum ubique gestarum* de Pio II, o *Marco Polo* no resumo em latim, o *Plínio* – e isto provavelmente em parte antes de sua primeira viagem, em parte depois. Influenciado ainda pela carta de Toscanelli? Também não é impossível. Mas não é de fontes de gabinete que brota a sua empresa, nem foram elas que a tornaram exequível. Se o navegador pôde seguir quase infalivelmente as vias da elipse circulatoria do Atlântico central – viagem de ida pelas Canárias a oeste-noroeste e vai aportar às Bahamas, regresso pelo Nordeste e Açores – não foi, é evidente, adivinhação miraculosa, nem fruto de meditações sobre livros de sábios de gabinete; foi, sim, porque assimilara o conhecimento da circulação oceânica adquirido pelos portugueses no decurso das décadas precedentes.

Mas da maioria das viagens da década aberta em 1492, as quais, aliás, põem em jôgo só a elipse circulatoria do Atlântico central, a figura principal não será a de Juan de la Cosa, o biscainho? Piloto-mor nas duas primeiras viagens de Colombo e na viagem de Alonso de Hojeda em 1499, ele é o responsável técnico da navegação, depois de ter sido ele a escolher os tipos de navios e a dirigir a sua construção, além de ser ele quem registará os resultados em mapa. Assim, as viagens do ciclo colombiano realizam a síntese dos três meios náutico-culturais: Lisboa, Biscaia e Sevilha.

Desde 1480, de Bristol partem navios em busca da ilha Brasil, ou simplesmente rumo ao Oeste; ainda nesse meio setentrional encontraremos portugueses e italianos, e os primeiros associaram-se possivelmente, antes mesmo dessa data, a noruegueses em viagens pelo Atlântico Norte. Bascos, homens de Bristol, bretões, minhotos e açoreanos dirigem quase simultaneamente suas velas, num impulso colectivo, através do oceano, até aos bancos da Terra Nova, para pescar o bacalhau, uns, para encontrar a passagem do Noroeste, outros; e os portugueses do Minho estabelecer-se-ão nesse litoral. Duarte Pacheco, em 1498, avança provavelmente até a Florida, que compatriotas seus vão explorar logo em seguida. Já em 1501 se afirma no meio cultural-marítimo português a concepção da continentalidade das terras descobertas além-Atlântico, desde a Terra dos Papagaios ao Labrador, passando pelas costas achadas por Colombo. Em 1499, Girolamo Sernigi, escrevendo de Lisboa a relatar a viagem do Gama, dizia que as ilhas no golfo a ocidente da África



devem ser aquelas que começou a descobrir o rei de Castela – isto é, as Antilhas. Giovanni da Empoli, em 1514, continuava a acreditar que as Antilhas do rei de Castela e a Terra de Côrte Real estão unidas a Malaca. Dez anos depois, em Espanha (como se vê das cartas de Anghiera) mantinha-se prudente linguagem de expectativa: fala-se em «o que se crê ser o continente austral» (reminiscência ptolemaica), a propósito da América do Sul, e em «o que se crê ser um continente» a propósito do México e Honduras; mas sem considerar que os dois se ligam, antes todos esperam ainda achar o estreito que os separe e seja o caminho para o Cipangu e Cathay; essa passagem também é procurada por espanhóis entre a Florida e a Terra dos Bacalhaus.

No planisfério de João Ruysch de 1508, na edição do mesmo ano, em Roma, da *Geografia* de Ptolomeu, no mapa-do-mundo de Apiano de 1520 e no de Francesco Roselli de 1530 ainda aparecem representadas a Gronelândia e a Terra Nova ligadas entre si e à Ásia, o Atlântico comunica largamente com o oceano que banha as costas asiáticas, quer entre a Terra Nova e as Antilhas, quer entre estas e a «Terra Sancte Crucis sive Mundus Novus» – um Brasil que é o continente austral da geografia mítica tradicional, ou até uma «ilha». O Globo Dourado de 1528, esse, figura as Américas em terra firme de norte a sul, desliga a meridional do continente austral, mas ainda mantém o conjunto das Américas integrado na imensa mole asiática: a Nova Espanha seria Mangi (a China do Sul), o Cathay borda o golfo do México e a Florida; o mar divide já porém a Gronelândia da Terra dos Bacalhaus.

Deste modo, a definição do espaço atlântico só muito lentamente se operou, e nela contrapõem-se duas concepções, ligadas cada uma a um meio cultural-económico diferente. Em Espanha as figurações geográficas continuam sob o peso da concepção colombiana de identificação das Antilhas com o Cipangu, e por isso se une a América do Norte à Ásia, e das duas se separa a América do Sul quando se tem de admitir que constitui terra firme... Em Portugal, pelo contrário, já prevalece a concepção da continentalidade única das terras desde a Terra dos Bacalhaus ao Brasil incluído e se separa este continente da Ásia. É esta a geografia da versão modificada do mapa de Cantino e defendida no *Esmeraldo*.

O florentino Nettucci, secretário do embaixador do Grão-Duque de Toscana à côrte espanhola de 1513 a 1516, contrapõe inequívocamente a concepção dos meios colombianos e vespucistas es-



panhóis, para os quais as ilhas achadas pertencem à Índia, à concepção dos Lusitanos, que negam serem índicas as Antilhas e lhes dão antes este nome; Nettucci propende para a opinião portuguesa, dado que nas Antilhas há muito ouro e em Malaca não – o que se encontra neste «máximo empório» afluí por troca com «gentibus longe infra terram remotis, Christianis adhuc incognitis» (veja-se Roberto Almagià, «Un fiorentino in Spagna al principio del secolo XVI», em *Studi in onore di G. Luzzatto*, II, p. 143, Milão, 1950).

O inglês Robert Thorne, escrevendo embora de Sevilha, em 1527, exprimia sem dúvida a concepção portuguesa, na sua epístola e no seu mapa, ao afirmar que do estreito de Todos os Santos (Magalhães), pelo Brasil, Índias Ocidentais de Espanha, Florida, até Terra Nova ou Labrador é tudo uma só terra firme (a que não dá aliás o nome de América, que desconhece); o Extremo Oriente, conquanto muito incorrectamente cartografado, tem o oceano a separá-lo da terra firme sobredita. Assim nascia o mundo atlântico, pela adesão do meio sevilhano à concepção portuguesa.

Situemo-nos em 1460. Fóra dos caminhos tradicionais, as navegações seguem dois eixos fundamentais, partindo dos portos algarvios e de Lisboa. Um, norte-sul, conduz aos dois arquipélagos da Madeira e Canárias, rumo ao litoral saariano de ricas pescarias e à Guiné do ouro, escravos e, mais recentemente, da malagueta; está-se a ultrapassar a Serra Leoa, e as ilhas de Cabo Verde servem de base para os tratos dos rios guineenses. A volta já se faz em arco pelo Ocidente, contornando o alísio. Outro eixo traça-se de leste a oeste, até aos Açores, donde se regressa com trigo, carnes e pastel. De portos açoreanos as caravelas lançam-se para aventuras em incógnitas direcções.

A abrir o século XVI, que prodigiosa evolução se deu. A elipse setentrional é percorrida agora pelos marinheiros de Bristol, pelos Côrte-Reais e outros que partem de Lisboa, e o bacalhau da Terra Nova vai começar a afluír. De Puerto de Santa Maria e Cádiz saem com maior frequência as naus, em breve os galeões que navegam para as Antilhas e Terra Firme e estabelecem a rota da prata e do ouro, aproveitando a elipse do Atlântico central, à ida pelas Canárias e na volta pelos Açores. A rota do ouro e dos escravos, e da pimenta-de-rabo, além da malagueta, à partida dos portos portugueses, alcança já o fundo do golfo de Guiné, com o grande empório de São Jorge da Mina. De Lisboa desaferram, e aí retornam, as

naus e caravelas da rota das especiarias, dobrando o cabo de Boa Esperança, com escala por vezes nas ilhas de Cabo Verde; na viagem de volta sobem do Cabo não muito longe da costa africana, e depois sulcam o oceano rumo aos Açores para aí virarem para nascente; à ida tinham-se engolfado no Atlântico Sul, aproximando-se da costa brasileira. Esta costa começa a ser frequentada com regularidade, é a rota do pau brasil, será a grande rota do açúcar e do tabaco. Dos portos portugueses, principalmente do Tejo, frotas que ligavam a Bruges ligam agora a Antuérpia, levando as especiarias, trazendo as obras de cobre e até a prata. Indiquemos outra rota através de mares já antes navegados, mas cuja importância aumenta, dos portos biscainhos para Flandres, levando a lã da Meseta recebida pelo centro distribuidor de Burgos. As relações entre Lisboa, portos algarvios e andaluzes com as Canárias, Madeira (a ilha do açúcar e do vinho) e Açores intensificaram-se. Os Açores desempenham, nesta circulação de longo curso, a função de placa giratória, e as ilhas de Cabo Verde servem as rotas longas – servirão mesmo de escala para introduzir o gado no Novo Mundo. Estamos pois já perante a economia oceânica em plena formação.

Uma revolução mental se operava ao mesmo tempo. Os homens de Quatrocentos não parecem ter sido cientistas, nem os descobrimentos do século xv foram investigações científicas. O retrato do Infante D. Henrique que no-lo apresenta a essa luz não passa de equívoco do Quinhentismo – equívoco que revela precisamente o salto intelectual que se dera no intervalo. De igual modo quanto a Colombo. Que é que leu, meditou, anotou? Vimo-lo já: a *Ymago Mundi* do Cardeal d'Ailly, a *Historia rerum ubique gestarum* de Pio II, o *Marco Polo* em latim, as *Vidas* de Plutarco, o *Plínio*; possuiu – mas teria sequer lido? – a *Geografia* de Ptolomeu. Onde se encontra o espírito científico nisto tudo? (espírito científico e não simples curiosidade pelo real e capacidade de observação). Colombo parece mesmo assás em atraso em relação à náutica astronómica portuguesa; acontece-lhe errar de 100 % nos cálculos de latitudes, quando os erros das tábuas portuguesas já não ultrapassam 1°. É que, durante o último terço do século xv, em Portugal elabora-se, sobre os *Libros del Saber* de Afonso o Sábio, o *Tratado da Esfera* de Sacrobosco, e sobre toda a ciência peninsular – judaica (Zacuto, etc.) e não judaica – e, enfim, sobre a cartografia mediterrânea, com a contribuição da experiência oceânica portuguesa, o edifício da náutica astronómica.

A amplidão da revolução operada pode medir-se comparando a *Ymago Mundi* de d'Ailly (1410) e a *Crónica dos feitos de Guiné* (de 1453 a após 1460), por um lado, e o *Esmeraldo de Situ Orbis*, por outro lado. D'Ailly não faz mais do que extractar e comentar Ptolemeu, Plínio, Solino, Isidoro de Sevilha; recolhe todas as fábulas, não dispõe de qualquer critério para distinguir o verdadeiro do falso, o possível do impossível, o verosímil do inverosímil. As zonas tropicais e equatoriais serão ou não habitadas e habitáveis? Cita várias opiniões mas não se decide por nenhuma – e contudo em 1410 teria podido assentar uma conclusão indubitável em provas certas. Vejam-se as maravilhas da Índia: homens cinocéfalos, outros que têm um único olho, mulheres que só dão à luz uma vez e cujos filhos, nados brancos, se tornam negros ao envelhecer – ao fim de um ano –, homens com um só pé, que lhes serve de guarda-sol, outros que se sustentam do cheiro de certas flores. Para quê prosseguir? Trata-se da reprodução, sem nenhuma crítica, da falsa ciência romana e bárbara – e isto depois de Marco Polo e tantos outros! Examine-se a descrição da África: é claro como água que jamais d'Ailly viu um mapa catalão ou genovês. Voltemo-nos agora para a crónica de Zurara. O fundo de cultura subjacente à narrativa das viagens de 1418 a 1447 – ou melhor, dos feitos africanos – é puramente medieval, conquanto superior ao amontoado de d'Ailly. Mas que imprecisão nas descrições, quantos erros – de 30 a mais de 60 % – na avaliação das distâncias, que impressionante ausência de números! Quase nunca ficamos a saber a data certa de uma viagem, nem o seu itinerário, nem os lugares visitados.

Leia-se o *Esmeraldo*. Por toda a parte números: latitudes, distâncias, profundidade do mar. Erros insignificantes quanto ao cálculo das primeiras. A longitude do meridiano de Tordesilhas calculada com diferença de só 5°. Quanto ao comprimento do grau do meridiano, o valor de 18 léguas – erro de 4 % – em vez das 17<sup>1</sup>/<sub>2</sub> adoptada em Portugal (erro inferior a 7 %), aliás já em acentuado progresso em relação à medida correntemente adoptada em Espanha, 16<sup>2</sup>/<sub>3</sub>, e ainda por Colombo – cujo erro ultrapassa 24 %. A estimativa das distâncias permite identificar, hoje ainda, os lugares assinalados. Toponímia rica, as conhecenças das terras suficientemente traçadas para que seja possível sua identificação, as descrições, minuciosas e rigorosas. Por toda a parte cartas. E se

Duarte Pacheco não compôs o roteiro da costa oriental da África, foi porque, segundo ele próprio sublinha, não havia ainda explorações e levantamentos sistemáticos – escrevia em 1505.

Comparai a carta de Pêro Vaz de Caminha, no alvoroço da chegada a Vera Cruz em 1500, com as cartas de Vespúcio que trariam também do Brasil. Na primeira, pitoresca e opulenta de pormenores, tudo é verdadeiro, tudo pode ser verificado. Nas cartas do mercador florentino, tão vagas, encontram-se verdades, mas também se encontram leões; e ainda seria necessário entendermos sobre as autênticas e as forjadas.

O novo espírito – sentido do real, sentido do número e da precisão, verificação dos dados pela observação efectiva – dará toda a linhagem dos roteiros, regimentos de navegação, diários de bordo, tratados ou manuais de náutica, sumas de geografia económica e etnográfica. Numa palavra, todo um humanismo técnico que se interpõe entre o mundo do pouco mais ou menos, ou até do arbitrário, da ausência de destriça entre o possível e o impossível, do domínio da autoridade livresca sobre a observação indagadora, e a era da ciência moderna – matemática e experimental: esse momento intermédio é o Quinhentismo.





CAPÍTULO XI

CONDIÇÕES CULTURAIS  
DA NAVEGAÇÃO OCEÂNICA  
E GÊNESE DA NÁUTICA ASTRONÓMICA



Entre as lendas que envolvem a gênese da navegação oceânica no Atlântico, nenhuma mais tenaz do que a que a relaciona com a vinda de experimentados nautas genoveses para dirigir as marinhas do Ocidente peninsular. Eles é que, por volta de 1120, teriam criado as forças navais da Galiza; em 1264 o genovês Hugo Vento ascende a almirante de Castela a convite de Afonso X o Sábio. Ainda na sua última grande síntese Jaime Cortesão achava que não tinha sido dado o devido relevo aos serviços prestados por Manuel Peçanha: além de reorganizar a marinha e a marinharia, teria introduzido em Portugal o uso das cartas de marear – invenção genovesa –, e, intimamente relacionado com o tráfico levantino, faria entrar no horizonte dos dirigentes portugueses as realidades e sonhos aliciantes do Oriente<sup>1</sup>. Como em 1943 Damião Peres admitisse a possibilidade de «contestar-se o merecimento dos serviços profissionais prestados a Portugal por Manuel Pezagno e seus companheiros» (conquanto reconhecendo como «manifesta a aspiração de progresso que o contrato representa»), J. Cortesão primeiro, e mais recente e longamente Luís Albuquerque insistiram nas mercês e privilégios com que D. Dinis cumulou o almirante genovês, e o segundo daqueles historiadores cita em reforço uma bula de Bento XII, de 1341, em que explicitamente se diz de Peçanha que «mandou construir galés e outros navios apropriados, e tornou a gente portuguesa tão experimentada e audaz nas cousas pertencentes à guerra naval, pela prática e exercício delas, que dificilmente se poderia encontrar outro povo mais competente não só para a defesa dos ditos reinos, como também para a poderosa repulsão dos ditos inimi-

---

<sup>1</sup> *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, 1960, pp. 165-168.



gos [os mouros]»<sup>1</sup>. Para Luís Albuquerque, o genovês orientou, pois, a construção naval, tornou eficiente a marinha de guerra lusa e, conhecedor da arte da marinharia, teria tirado a arte náutica portuguesa da infância em que ainda estava, introduzindo (embora nenhuma fonte no-lo afirme) o uso da bússola, da estima das distâncias percorridas e das cartas de marear<sup>2</sup>. Desde 1953 expúnhamos uma interpretação bastante diferente do papel dessa plêiade de genoveses, mas Bailey W. Diffie, constatando que Federzoni defendera um ponto de vista diametralmente oposto, baseando-se (aparentemente pelo menos) nos mesmos documentos que nós, concluía que tal oposição traduziria apenas «the opposition of two national prides»<sup>3</sup>. A um autêntico historiador ocorreria talvez ir ver directamente as fontes e examiná-las com espírito crítico, para decidir quem tem razão – ou se até não haveria que ir para uma terceira interpretação. Vale, por conseguinte, a pena retomar o problema, com os textos à vista, porquanto está em jogo toda a origem da navegação oceânica.

Na Galiza, no século XII, mestre Ogério instala um arsenal e constrói duas galés que limpam as rias de piratas. Um século depois, proliferam os navios nos portos galegos. Seriam daí as galés do conde Bonifácio que participaram na tomada de Sevilha? Seja como fôr, esses genoveses, conquanto «nautica artis periti», em nada participaram na criação das marinhas de guerra, mercantes e de pesca da Biscaia e Guipúzcoa, nem na das da Andaluzia (estas de origem muçulmana), umas e outras as que são decisivas na expansão comercial-marítima castelhana. Mais ainda: talvez o leme de charneira – capital invenção que tornou possível a navegação oceânica – surgisse nessa «marisma» cantábrica, em qualquer caso é aí que se cria a coca, tipo de navio à vela oceânico que os Italianos – e principalmente os Genoveses – copiarão. Que representou a nomeação de Hugo Vento para almirante de Castela em 1264? Em 1246-1248 Fernando III tomara Sevilha graças às 5 galés provavelmente galegas e sobretudo aos 13 navios de vela biscainho-guipuzcoanos, e o comandante da armada será nomeado para o posto, especialmente creado, de almirante (influência moura, é bem de ver); são

<sup>1</sup> Em Silva Marques, *Descobrimientos portugueses*, vol. I, p. 64.

<sup>2</sup> *Introdução à História dos Descobrimientos*, 1962, pp. 47-54.

<sup>3</sup> *Prelude to Empire*, 1960, p. 104.

os artífices e marinheiros cantábricos que vêm reanimar o arsenal. Afonso X dirige-se posteriormente a um genovês porque pretendia reconquistar Salé (que suas forças navais já tinham chegado a senhorear) e prosseguir as conquistas de praças marítimas marroquinas; ora para isso a experiência mostrara que eram preferíveis galés. Vento encomendou aos estaleiros genoveses e outros italianos 6 galés, mas ignora-se se a expedição teve lugar. No ataque de 1273 contra Algeciras a armada e o almirante são de novo puramente castelhanos. Os genoveses Benito Zacarias, para o fim do século, e os Bocanegra serão depois almirantes de Castela – comandando galés. É que o problema crucial é sempre o estreito de Gibraltar, a guerra com os mouros do Sul da Espanha e de Marrocos – e nesses mares e nas condições de então da guerra naval as galés é que constituem a arma decisiva<sup>1</sup>. Mas já em 1262 a tomada de Cádiz constituíra a primeira vitória de uma esquadra *real* castelhana – anteriormente à vinda de Hugo Vento.

Em todo o litoral português (ou que virá a sê-lo) desde o século XII e mesmo antes que se testemunham as actividades de pesca e de comércio marítimo por navios e tripulações e chefes puramente nacionais; já então vão até Flandres, pelo Poente, e até o Levante mediterrâneo. A partir de 1179 pelo menos o rei dispõe de uma pequena armada; no século XIII há estaleiros e ribeiras de navios e mesmo de galés em actividade em Lisboa e Porto pelo menos, Afonso III ajuda *por mar* Castela contra os Mouros. O posto de almirante existia já antes da vinda de Pezagna. Em 1 de Fevereiro de 1317 este é nomeado almirante, com privilégio de transmitir o cargo hereditariamente. Quais as suas funções? «[...] que vos sirvha ben e lealmente nas vossas galéés per mar cada [vez] que vos cumprir o meu serviço», desde que o rei não o mande com menos de três unidades; ele e seus sucessores «devemos teer sempre vijnte homeens de Genua sabedores de mar tááes que sejam convenhavijs pera alcaydes de galéés e pera arrayzes e que vos sabham bem servir per mar nas vossas galéés» e «que sejam prestes quando mester for pera vos servirem nas vossas galéés». Em relação a esses vinte homens, estipula-se a soldada como alcaides e como arrais «da galéé». De «todalas cousas que gáánhardes e filhardes per mar nas mhas galéés»

---

<sup>1</sup> Roberto S. Lopez, *Alfonso el Sabio y el primer almirante genovés de Castilla*, Buenos Aires, 1950.

o almirante e seus sucessores haverão o quinto. Ele e seus sucessores terão «jurisdição e poder sobre todos os homens que convosco forem nas mhas galéas tanben en frota como en armada». Todos os que forem nessas galés deverão obediência aos alcaides que o almirante nelas puser, e os escrivães «que forem nas galéas» prestarão juramento de tudo fielmente escrever nos livros. O almirante não terá todavia o quinto nem sobre as armas filhadas nem sobre os «cascos de galéas nem doutros navios se os tomardes» nem dos aparelhos deles: estes «outros navios» não são evidentemente os que Peçanha comanda, mas aqueles que apresam. Num único passo do contrato se fala em o almirante armar «galéas ou navios»: vê-se pois que seria uma excepção, e só para o caso de a armada de galés necessitar de apoio de outras embarcações (até talvez para transporte de tropas ou abastecimento). Tanto assim que na carta de dois dias posterior Peçanha é autorizado a «trager vijnte homens de Genua sabedores de mar que sejam convinhavijs pera alcaides de galees e pera arrayzes». Na carta de nomeação como almirante-mor, de 10 de Fevereiro, e na de mercê para que lhe suceda seu filho primogénito, de 23, el-Rei manda a todos seus «vassalos, cossayros e alcaides de galees e arrayzes e officiaes que a este officio pertecem e a todos os outros homens de mar que com eles forem em frota ou em armada ou em outra cossaria de mar» que obedçam ao almirante e dá a este poderes para «tirar e poer nas galéas alcaides e arrayzes e officiaes que hy comprirem»<sup>1</sup>. Destes textos inequívocos podem tirar-se as seguintes conclusões dificilmente discutíveis:

1.º O genovês Peçanha (Pezagna) é chamado como almirante, para comandar uma esquadra de galés, que constituirá o essencial da força militar naval real;

2.º Os vinte genoveses «sabedores do mar» que com ele vêm servir vêm como alcaides e arrais de galés única e exclusivamente – logo para cargos de responsabilidade militar e chefia da tripulação;

3.º Em caso de operações militares navais, o almirante pode utilizar o apoio de certos navios que não galés, mas só muito acersariamente tal se prevê, de maneira muito limitada;

4.º Pode dispor, além disso, dos corsários del-Rei, em caso de necessidade, e estes devem-lhe por isso obediência se ele fôr de armada (guerra) ou de corso;

---

<sup>1</sup> Documentos em Silva Marques, vol. I, pp. 27-33.

5.º Não se confiam ao almirante nem aos outros vinte genoveses nenhuma função na construção naval;

6.º Nem em relação ao almirante nem em relação aos seus 20 compatriotas se indicam quaisquer funções de arte náutica, nem deles se exige que tenham conhecimentos de cartas e cartear ou de agulha;

7.º O almirante e seus auxiliares em nada interferem com as naus, pinaças, barcas, cocas, caravos, caravelas da marinha mercante e piscatória – ou seja com os navios veleiros de tipo atlântico;

8.º A bula de 1341, enumerando os serviços prestados por Peçanha, indica que mandou construir galés e navios apropriados (mas não que dirigiu essa construção) e sobretudo que treinou os portugueses na guerra naval – trata-se evidentemente dessa arte militar operando essencialmente com galés e que interessava para a luta no estreito de Gibraltar, defesa das costas algarvias e ataque ao litoral marroquino ou granadino.

Ora a tentativa de expansão oceânica dos povos mediterrâneos em fins do século XIII e primeira metade do XIV abortara, entre outras razões, por utilizar para tal as galés – vasos de remos adaptados tão-só aos mares fechados ou à navegação costeira. A expansão oceânica quatrocentista, desta feita triunfante, far-se-á com caravelas e outros veleiros.

Contrariamente ao que supôs L. de Albuquerque, o facto de em 1349 o rei substituir o pagamento anual de três mil dobras pela concessão de certos senhorios não significa reconhecimento pelos serviços prestados mas simplesmente cumprimento de uma das cláusulas do contrato inicial que estipulava tal pagamento até ser livre qualquer vila ou reguengo que o rei lhe pudesse conceder «en feu» (feudo) e valesse de renda pelo menos outro tanto. Se Peçanha e seus vinte compatriotas tivessem contribuído para o progresso da arte náutica (e não apenas da arte da guerra naval) em Portugal, decerto tais serviços não deixariam de ser recordados e, por essa razão precisa, recompensados. Não se vislumbra motivo para pontuar de sigilo, a não ser evidentemente quanto aos próprios objectivos das acções navais.

No entanto, no século XIII operara-se uma revolução na arte de navegar, sobretudo, precisamente, no ambiente mediterrâneo, mas pela confluência de elementos culturais de várias proveniências. Do Mediterrâneo é que, segundo toda a probabilidade, essa arte nova de navegar passou para o Ocidente peninsular nesse século já e co-

meços do seguinte. Marquemos, todavia, antes de mais, os limites dessas inovações: elas não significaram o aparecimento de uma navegação guiada pela determinação astronómica do ponto a bordo.

Desde 1938 que António Barbosa demonstrou, de maneira que não foi refutada, que no Mediterrâneo não se navegou «por alturas» até pleno século xvii. Vinte anos depois, Fernand Braudel reforçava essas conclusões, mostrando que os navios raro perdiam de vista a costa e que viajar pelo mar interior é comprar a manteiga em Villefranche, o vinagre em Nice, o azeite e o toucinho em Toulon – conquanto se realizem algumas viagens em direitura segundo três ou quatro rotas de longos séculos reconhecidas e singradas; mas são quase sempre de ilha em ilha e não se está mais de dois, três, alguns – muito poucos – dias sem ver terra<sup>1</sup>. Em 1957 Teixeira da Mota traz novas escoras à demonstração de Barbosa e Braudel. Não vale a pena refazer essa argumentação; acrescentemos tão-só um testemunho mais ao processo, o de um veneziano, Bernardo Acciaiole, em 1580, na sua *L'Arte del Navigare*<sup>2</sup>.

«Io só, che nelle parti di Levante del mare Mediterraneo non si naviga con altura, ne con la sua regola; non perche à tale navigazione non faccia bisogno, quantunque il mare orientale mediterraneo non si possa agguagliare all'Oceano di infinita grandezza, ma gli é causato dalli naviganti, che non hanno data opera à questa scienza, la quale é per tutto buona, e giovevole da usare, e quanto sia giusta e buona, lo vedemo per l'opera de diversi naviganti, e massime di Cristoforo Colombo primo à giorni nostri inventore delle isole, e regioni incognite, e dopó lui Vincenzo Pinzono, il Vesputio, il Magelano et altri; impercioche se non fossero stati di questa santa scienza capaci, e dotti, non haverebbero saputo cercare cosi grandissima parte del mondo per mare, e ritornare à casa loro stando senza vedere terra vj. vij. viij. xiii. e x mesi continui; nondimeno con tanta facilitá hoggidi le navi di Portogallo, e di Castiglia fanno cosi gran passaggio come si apparsse sopra il mare strada visibile.»

Recordemos apenas os tópicos da demonstração devida àqueles três historiadores:

1.º Nenhuma fonte do século xiii e seguintes mostra o empre-

<sup>1</sup> *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, 1949, pp. 73 e segs.

<sup>2</sup> Paris, Bibliothèque Sainte Geneviève, Ms. 3365, ff. 74v. e segs.

go, a bordo de navios mediterrâneos, de instrumentos astronômicos para determinação de coordenadas relacionadas com a posição e derrota do navio.

2.º Todos os tratadistas e práticos de náutica do século XVI e mesmo de parte do XVII põem em contraste a navegação oceânica por alturas e a navegação do mar interior por rumos e estimas. Acabamos de ver disso um bom exemplo.

3.º Todas as cartas de marear do Mediterrâneo do século XIII ao XVI inclusive são por rumos e distâncias estimadas, nenhuma é por latitudes, e até, devido à declinação magnética, apresentam tal distorsão em latitude que a determinação desta coordenada a bordo só teria servido para errar a rota: nessas cartas Rodes está a +7º, Veneza a +6º, como Alexandria, Roma a +4º. É o português Diogo Ribeiro o primeiro que, em 1527-1529, representa o Mediterrâneo em carta graduada em latitudes, logo com aquela distorsão corrigida.

4.º Os instrumentos astronômicos que eventualmente apareciam a bordo dos navios mediterrâneos serviam para o cálculo das horas da noite ou para tirar horóscopos por astrologia para certas decisões ou cerimónias importantes.

Quais foram então as inovações dessa revolução técnica na navegação nos séculos XIII e XIV? Fundamentalmente, numa primeira fase, o leme de charneira, a bússola e o portulano e a carta de marear, e numa segunda fase o regimento das horas da noite (de interesse para a estima do caminho percorrido), o uso de relógios de areia (para o mesmo fim) e a *toleta di marteloio*.

Até 1834, e na fé principalmente da *Dissertazione* de Azuni (1795), julgou-se que a bússola era de invenção mediterrânea e que por intermédio dos Árabes é que viera a ser conhecida dos Chineses. Àquela data Klaproth, porém, pelo primeiro estudo aprofundado de textos chineses, inverteu os termos da solução deste problema da origem da agulha de marear, que se deveria sim aos Chineses e destes teria transitado para muçulmanos e cristãos. Em 1923 Léopold de Saussure retomou a questão sobre as bases gizadas por Klaproth e, atenuando embora certas de suas conclusões, confirmou outras, como o fez Gabriel Ferrand nas suas notas à reedição do estudo de Saussure. Recentemente o historiador da ciência na China Joseph Needham voltou à carga no sentido de deitar pela borda fóra as restrições levantadas por aqueles investigadores e de interpretar as fontes chinesas da maneira mais favorável à atribuição à mari-

nha do Celeste Império da génese da navegação pelo rumo da agulha. Vejamos qual o estado do problema.

Incontestavelmente, desde antes da era cristã os Chineses conheceram não só o fenómeno da magnetização (como os Gregos), mas ainda, pelo menos desde o século II a. C., a polaridade magnética, isto é, o facto de uma agulha de ferro magnetizada se orientar, se em movimento livre, segundo uma linha norte-sul (ou melhor, suposta tal). Incontestavelmente também, desde essa época que os Chineses fabricavam aparelhos de orientação geográfica aproveitando essa propriedade da polarização do ferro magnetizado; a princípio designados por *sseu-nan*, o nome que se tomou clássico foi o de *tche-nan*: o indicador do sul. Nos textos antigos fala-se frequentemente do *tche-nan kiu* – o carro que mostra (ou indica) o sul. Esta expressão deu lugar a interpretações diversas: supôs-se inclusive a construção de veículos com eixo de ferro magnetizado, ou pelo menos de carros em ponto pequeno nos quais vai um homem de pé tendo na mão uma agulha magnética que aponta para o sul; mesmo esta segunda interpretação implica um complicado sistema pelo qual o homem possa girar livremente à roda de modo a poder ser movido pela orientação da agulha. Duas outras interpretações são muito mais plausíveis: tratar-se-ia de carros nos quais vai um recipiente com uma agulha flutuante; ou então, como aventou Saussure e parece ainda o mais plausível, *kiu* está aqui – como em muitas outras expressões – no sentido genérico de roda, rodar, e portanto *tche-nan kiu* significa singelamente «dispositivo rotativo que indica o sul». Por que é que a agulha chinesa indica todavia o sul e não o norte? É que para os Chineses o imperador, representando na terra a Estrela Polar, está voltado para o sul (as portas do palácio para o meio-dia é que se abrem), por isso os mapas têm o sul ao alto porque ele assim os vê quando lhos apresentam. Terceiro ponto incontestável: o «indicador do sul» foi usado a princípio e durante séculos sobretudo na geomancia e também, acessoriamente, na orientação das viagens terrestres. É possível até que os Chineses tenham descoberto a declinação magnética já em primórdios do século XII.

Teria o *tche-nan* sido utilizado a bordo dos navios para dirigir a navegação? Klapproth não hesitava em inferir de certos textos esse uso já antes do século V. Na realidade, a mais antiga descrição segura de uma agulha magnética flutuante não parece anterior ao século XII, e é igualmente do primeiro quartel deste século que data o



*P'ing-tchéu-k'o-t'an*, onde se lê: «Os capitães dos navios conhecem a configuração das costas; durante a noite eles guiam-se pelas estrelas, durante o dia pelo Sol. Por tempo encoberto vêem a agulha que mostra o sul ou servem-se de uma corda de cem pés de comprido com um gancho na ponta, com a qual tiram lodo do fundo do mar; pelo cheiro deste lodo sabem o lugar onde se encontram. No mar alto nunca chove; se chove, é porque se está na proximidade de terra (ilha ou ponta).» Descrevendo uma viagem de Ning-Po à Coreia em 1122, Siu King esclarece-nos que durante a noite, quando está límpido, os nautas orientam-se pelas estrelas, mas que se não as vêem se servem da agulha flutuante indicadora do sul.

Afastemos, desde o limiar da discussão, as referências anteriores ao século XI, relativas a uma navegação dirigida pela agulha. Na verdade, os minuciosos relatos de viagens de peregrinos budistas nessa época não confirmam a utilização do «indicador do sul» a bordo, e as alusões de onde se pretendeu inferi-la são demasiado vagas ou muito posteriores para abonarem tal inferência. Quanto à citação do *P'ing-tchéu-k'o-t'an*, parece referir-se antes aos navios do golfo Pérsico que frequentavam a China do que a navios chineses. Seja como fôr, os especialistas de história da náutica perguntam-se se os sinólogos não forçaram, em certos casos pelo menos, a tradução e interpretação dos textos, por partirem da ideia de que as viagens marítimas longínquas, de realidade bem atestada, só seriam possíveis graças à orientação pela agulha magnetizada. Desde o século I a. C. ou do I d. C. que, aproveitando a descoberta das monções, havia no Índico uma navegação em direitura pelo golfão sem aquele recurso de orientação; do mesmo modo a carreira regular que se estabelece entre o Guzerate e a península de Malaca a partir do século VI, e as viagens dos Cholas de Coromandel até o arquipélago malaio. É que os pontos cardeais são determinados simplesmente pela posição das estrelas e do Sol em relação ao horizonte. Não é de excluir inteiramente, no entanto, que no período áureo da expansão marítima chinesa, do século XI ao XV – até os juncos chegarem à África oriental, frequentando regularmente o Malabar – se empregasse a bordo, de modo auxiliar, o *tche-nan*. Mas cumpre marcar alguns reparos:

1.º O «indicador do Sul» é uma agulha magnetizada flutuante num recipiente com líquido graças a umas palhinhas sobre as quais está colocada ou a pequeninas canas finas onde se enfiam suas duas extremidades e que servem de flutuadores; assim foi aliás também



no Ocidente, nos primórdios do aproveitamento da invenção chinesa – daí o nome *calamita*, *calamite*, derivado de *cálamo*.

2.º O *tche-nan* não é pois uma verdadeira bússola, falta-lhe para isso satisfazer a duas condições: rotação livre graças à montagem sobre um eixo (em vez de flutuação sobre um líquido) e, tornada possível em virtude desse sistema giratório a seco, colocação em relação com uma rosa – sideral ou dos ventos, tanto importa –, para se poder estimar o ângulo do rumo com o meridiano.

3.º As cartas de marear chinesas (como aliás as muçulmanas) não eram rumadas, isto é, traçadas segundo uma rosa de rumos, e por isso, mesmo com o emprego (se o houve) do «indicador do Sul» a bordo não era possível «cartear» – navegar por rumos segundo um mapa.

Que a origem da bússola seja a descoberta da polaridade magnética e a invenção e uso para fins esotéricos ou de orientação terrestre do *tche-nan*, não há que duvidar. Em persa a agulha magnetizada denomina-se *kiblêh numâ*, que significa precisamente «indicador do Sul». Mas se a bússola pròpriamente dita e o seu uso náutico, ligado ao cartear, tivessem sido de igual modo um legado chinês ao Ocidente, a transmissão não podia deixar de se ter efectuado pelo oceano Índico. Ora a verdade é que no Índico não existiu o cartear pela agulha e o próprio emprego desta a bordo não se universalizou. No *Ayyin-i-Akbari* (começo do século xvii), Abul-Fazl, enumerando a tripulação dos navios mongóis, depois do *nakhoda* (capitão), responsável pelo caminho, indica o *maullim*, piloto, que guia o navio pelas estrelas e com a sonda – não refere a agulha<sup>1</sup>. O judeu de Alexandria que veio para Portugal com o Gama em 1499 informou que «Navigano in quelli mari senza busula ma cum certi squadranti di legno: che pare difficil cosa [o comentário é de um mediterrâneo] e maxime quan fa nugolo che non possono veder lestelle». E Girolamo Sernigi, transmitindo para a Itália os lamirés que obteve dessa viagem, escreve: «Et marinarii di la [do oceano Índico] cioe li Mori navigano cum la tramontana e cum certi quadranti de legno.»<sup>2</sup> Todavia Álvaro Velho, no seu diário da mesma viagem, dá uma informação contrária: «E os marinhos delas [naus do Índico] têm agulhas genovesas, por que se

<sup>1</sup> Cit. por Mookerji, *Indian Shipping*, p. 207.

<sup>2</sup> Em Montalboddo, ff. 161 e 158 respectivamente.

regem, e quadrantes e cartas de marear.»<sup>1</sup> Das *Instruções náuticas* de Ibne Majid, vê-se também que usavam a bússola<sup>2</sup>. Por outro lado, Nicolò di Conti, que pelo Índico viajou no primeiro terço do século xv, descreve essa navegação assim (no latim de Poggio Bracciolini): «Navigant ut plurimum Indi ad stellas alterius Poli, ut qui raro Arctum conspiciant; *magnetis usu carent* [itálico nosso], elevatione et depressione Poli, cursus, locorumque distantiam metiuntur; quoque in loco sunt, norunt hac dimensione.» Ou seja, na tradução publicada por Valentim Fernandes: «Os mais que navegam em aquella India se regem por as estrellas do polo antartico que he ho sull. Ca poucas vezes veem as estrellas do nosso norte. Elles nom navegam por agulha, mas se regem e navegam segundo que acham a estrella do polo alta ou baixa, e esto sabem por certa medida. E nom menos medem ho curso que fazem, e a distância que tem de hu lugar pera outro, e assi sabem em qualquer lugar que estiverem no mar» (f. 90). O boticário Tomé Pires, autor da primeira grande geografia do Oriente (1513-1515), diz-nos: «Ysto tenho sabido por mouros por suas cartas que muitas vezes vy, e se suas cartas foram arrumadas fora de craradadmete; seja ysto pera leer e nom pera rotear.»<sup>3</sup> Que concluir de tudo quanto acabamos de citar?

1.º No Índico a navegação é por alturas estelares.

2.º As cartas de marear não são traçadas segundo os rumos (*arrumadas*, como diz Tomé Pires), logo não é possível cartear por agulha.

3.º A verdadeira bússola (agulha genovesa) é empregada a bordo de alguns navios mas seu uso não está generalizado; parece aumentar no decurso do século que separa Nicolò di Conti de Ibne Majid.

4.º De 3.º é-se levado a supor que a bússola foi introduzida no Índico em proveniência do Mediterrâneo (não esqueçamos que em fins do século xiii, inícios do xiv há navios genoveses nesses mares do golfo Pérsico, mar Roxo e até no oceano)<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> P. 23 da ed. Fontoura.

<sup>2</sup> G. Ferrand, *Introduction à l'astronomie nautique arabe*, p. 97.

<sup>3</sup> *Suma Oriental*, p. 442 da ed. A. Cortesão.

<sup>4</sup> Bibliografia sobre a bússola:

Domenico Alberto Azuni, *Dissertazione sull'origine della bussola nautica*, Florença, 1795; 2.ª ed., *Dissertation sur l'origine de la boussole*, Paris, 1819.

5.º A rosa muçulmana tem os rumos indicados pelos azímites estelares, logo, como notou G. Ferrand, remonta a uma época anterior à utilização da propriedade da polaridade magnética e portanto em que os marinheiros se orientavam por referenciais siderais. Tem 32 divisões, ao passo que a chinesa (adoptada pelos Malaios), também azimutal-sideral, tem 24<sup>1</sup>.

Da China o «indicador do Sul» passou para o Mediterrâneo, e aqui, como possivelmente lá também vai acontecer ou já acontecera no século XII, é a agulha magnética utilizada na navegação antes mesmo de se transformar em bússola propriamente dita. O texto mais antigo relativo a este uso náutico é uma poesia satírica de Guyot de Provins, escrita cerca de 1190, onde se indica que os marinheiros se orientam pela estrela tramontana e, em noites escuras, por uma agulha friccionada numa pedra de íman posta a flutuar em água graças a estar enfiada numa palha. O bispo Jacques de Vitry, na sua *Historia Orientalis* escrita no Levante de 1215 a 1220, descreve a orientação da agulha magnetizada para a estrela do Norte e conclui «unde valde necessarius est navigantibus in mari». Quando, anteriormente a 1260, Brunetto Latini visita Roger Bacon em Oxford, este mostra-lhe a agulha magnética, e aponta-lhe o seu emprego náutico, já indicado aliás também por Vincent de Beauvais cerca de 1250 no seu *Speculum naturale*<sup>2</sup>. Uma referência da mesma altura vem-nos por seu turno de Espanha e encontra-se nas leis das *Siete Partidas* de Afonso X o Sábio, em meados do século XIII: «Et bien asi como los marineros se guian en la noche oscura por el aguja que les es medianera entre la estrella et la piedra et les muestra por do

---

Klaproth, *Lettre à M. le Baron de Humboldt sur l'invention de la boussole*, Paris, 1834.

Léopold de Saussure, *L'origine de la rose des vents et l'invention de la boussole*, nos «Archives des sciences physiques et naturelles, 5<sup>e</sup> période», vol. V, Genève, 1923; incluído por Gabriel Ferrand, com importantes notas suas, em *Introduction à l'astronomie nautique arabe*, Paris, 1928, pp. 31-128.

Joseph Needham, *A History of Science and Civilisation in China* (em publicação desde 1956), vol. VI.

<sup>1</sup> Sobre o problema da navegação no Índico, dispomos hoje de excelente estudo de A. Teixeira da Mota, *Méthodes de navigation et cartographie nautique dans l'Océan Indien avant le XVI<sup>e</sup> siècle*, Lisboa, 1963.

<sup>2</sup> Saussure, apud *Introduction à l'astronomie nautique arabe*, de G. Ferrand, pp. 76-80.

vayan tambien en los malos tiempos como en los buenos, otrosi...» Em 1272, em *De Contemplatione*, o maiorquino Raimundo Lúlio não só descreve a propriedade de polarização da agulha («Sicut acus per naturam vertitur ad septentrionem dum sit tacta a magnete; ita...»), como indica o seu uso náutico («Sicut acus nautica dirigit marinarios in sua navigatione...») e volta a mencioná-la como instrumento de navegação na *Fenix de las maravillas del orbe* de 1286 e uns dez anos depois na *Arbor Scientiae*. *Acus* significa *agulha*, reportando-se evidentemente à agulha magnética, mas por tais referências não pode precisar-se se estaremos já em presença de uma bússola ou ainda na de um indicador flutuante. Parece plausível supor que a passagem de um a outra se teria operado na segunda metade do século XIII, no Mediterrâneo central e ocidental. Em 1316 um inventário de naus de Marselha arrola «lapis ac aculla de navegari»<sup>1</sup>.

O mesmo Raimundo Lúlio enumera o instrumental de arte náutica então empregado e os referenciais, para a orientação do navio. Na primeira das obras citadas, de 1272, além de falar da agulha, esclarece-nos que os marinheiros se dirigem pela Estrela Polar («Videmus marinarios se dirigere per stellam polarem»), evidentemente para saber o Norte. Em 1286 apresenta o seguinte rol: «Chartam, compassum, acum et stellam maris», que reproduz em 1295-1296, completando-o com um esclarecimento importante: «Marinarius... considerat tempus navigandi et portus ad quos habet refugium, stellam, acum, magnetem, ventos et miliaria et caetera quae spectant ad suam artem.» Poulle, reinterpretando os textos, sublinhou justamente a diversidade de interpretações, a divergência de significados que se têm atribuído aos termos destas enumerações. Por *charta* tanto pode entender-se «portulano» (roteiro) como «carta de marear» (mapa) ou até (mas no caso em questão parece-nos menos de aceitar) «toleta di marteloio»; *compassum* pode ser portulano (é-o em italiano) ou bússola (como em inglês) ou compasso (instrumento geométrico) ou até, diremos nós, «carta de marear», como é no árabe de Ibne Khaldun; há quem tenha traduzido *acus* por compasso, mas afigura-se-nos que as outras citações de Lúlio não deixam qualquer equívoco a este respeito: trata-se da agulha magnética (embora noutros casos possa designar os alfinetes que se espetavam na carta para marcar a posição do navio); quanto à *stella*

<sup>1</sup> Bofarull, *Antigua Marina Catalana*, Barcelona, 1898, p. 44.

*maris*, segundo uns é a «Estrela Polar», segundo outros a «rosa-dos-ventos», e nesta última interpretação tanto pode designar a da bússola como a da carta<sup>1</sup>. Sejam quais forem, porém, as interpretações adoptadas, o conjunto não oferece dúvidas de maior: a navegação fazia-se orientando-se pela Estrela Polar e pela agulha magnética (a partir de uma época não conhecida, pela bússola) e recorrendo a portulanos e cartas de marear rumadas.

Não custa a crer que os portulanos precedessem as cartas. Aqueles, além de descreverem as conhecenças locais (configuração da costa – baías, cabos, foz de rios, etc. –, aspecto do relevo, indicações de paisagem ou outras), apontam essencialmente as direcções de navegação e as distâncias estimadas, por vezes ainda as profundidades. É fácil de ver que a introdução da agulha a bordo melhora muito sensivelmente a determinação da direcção, quer por noite escura, quer durante o dia (em que não se vê a Polar). Mas para que as indicações de direcção não fiquem extremamente vagas é necessário que se passe à bússola com a sua rosa-dos-ventos para se poder avaliar o ângulo do rumo com a linha norte-sul ou leste-oeste. O mais antigo portulano conhecido, italiano, chegou-nos numa cópia de 1296 mas remonta a meio do século XIII; começa do cabo de S. Vicente a ocidente e vai até ao fundo do mar Negro a oriente, fechando o circuito do Mediterrâneo em Safim. É de supor que um roteiro tão completo fôsse precedido de outros, parciais, menos completos e menos perfeitos. O mais antigo conhecido aparece inserto na *História eclesiástica* de Adam de Bremen, do século XII, e liga-se ao itinerário marítimo dos cruzados setentrionais para a Terra Santa; as distâncias são computadas em dias de viagem.

Quando, em 1270, São Luís de França ia de viagem na sua cruzada que o levou a Tunes, assustado depois de uma tempestade com receio de não saber onde se encontrava, tranquilizaram-no os pilotos mostrando-lhe a posição do navio num *mappa mundi*, segundo toda a probabilidade já uma carta de marear, pois, recorde-se, nos tradicionais mapas-do-mundo a representação é extremamente grosseira e imprecisa e nem sequer as terras estão dispostas umas em relação às outras com vaga aproximação às direcções. A primeira carta de marear que chegou até nós é a chamada *Carta Pisana*, o mais cedo de 1270, o mais tardar de 1300. Evidente é

---

<sup>1</sup> Em *Le navire et l'économie maritime*, Colloque de 1956, p. 116.

que a carta de marear supõe todo um anterior desenvolvimento e aperfeiçoamento dos portulanos e que nestes as distâncias indicadas sejam de facto distâncias, conquanto estimadas, e não cálculos de duração de viagens. É sabido também que a carta de marear implica a navegação por agulha magnética, ou melhor, por bússola, e a vem por seu turno desenvolver e aperfeiçoar. Mas assenta ainda em outros alicerces que é menos habitual referir e para que E. G. R. Taylor teve toda a razão de chamar a atenção.

Na Carta Pisana vêem-se ainda duas grandes circunferências tangentes, com oito diâmetros em ângulos iguais ao centro e oito ângulos também iguais entre si (e metade daqueles) irradiando de cada um dos pontos terminais desses diâmetros na circunferência; estes pontos estão ligados dois a dois por segmentos de recta formando uma rede de rectângulos. Porquê tal construção geométrica? É que se trata de representar no plano os rumos e as distâncias estimadas de modo a figurar assim as linhas das costas e a posição relativa das terras e em relação aos pontos cardeais e a poder marcar em tal carta quer a posição do navio quer a rota seguida e a seguir. Contrariamente ao que é de uso afirmar, este sistema cartográfico assenta já, de certo modo, num sistema de projecção, visto que estabelece uma correspondência bi-unívoca entre cada ponto da superfície terrestre e cada ponto do mapa segundo uma lei bem definida. Nisto se distingue essencialmente da cartografia medieval tradicional, em que não há uma lei de correspondência, nem se respeitam direcções nem distâncias nem posições relativas. No Atlas de Pietro Vesconti, de 1318, mostra-se a construção geométrica que serve de base à representação cartográfica. Os únicos instrumentos utilizados são a régua e o compasso. Traçado o círculo, este é dividido por dois diâmetros perpendiculares entre si, e depois cada quadrante subdividido, até ficarem dezasseis ângulos ao centro de  $22^{\circ} 30'$  cada um; de cada um dos dezasseis pontos em que esses raios encontram a circunferência traçam-se cordas para os nove pontos da outra metade do círculo oposta, formando em cada um desses dezasseis casos oito ângulos de  $11^{\circ} 15'$  (ou seja, metade do ângulo ao centro); se completarmos (o que aliás não está feito nem na Carta Pisana nem no diagrama de Vesconti) o quadrante de ângulos irradiando de cada um desses pontos da circunferência com outros três quadrantes, teremos uma rosa de 32 rumos. Na Carta Pisana o raio da grande circunferência corresponde a 700 milhas marítimas; assim portanto cada carta é feita segundo uma escala de

milhas (ou léguas); a introdução de uma escala é um dos passos decisivos na evolução da cartografia.

O traçado da carta de marear implica, em suma, o conhecimento dos elementos da geometria euclidiana, como já Taylor notou, embora não com a força necessária<sup>1</sup>. Sob uma forma rudimentaríssima, eles transitaram para a Idade Média graças aos compêndios de Boécio, do primeiro quartel do século vi, e da enciclopédia do *Trivium* e do *Quadrivium* de Martianus Capella, do século v. É preciso esperar pelas traduções da própria obra do geômetra grego para que verdadeiramente surja a ferramenta intelectual a essa conquista indispensável. Na primeira metade do século xii Adelard de Bath traduz os *Elementos* do árabe, e o mesmo faz Gerardo de Cremona no terceiro quartel desse século; no século xiii Giovanni Campano de Novara dá a versão latina que será editada em Veneza em 1482 e que tem mais dois livros além dos treze de origem. Foi este «renascimento euclidiano» a condição da gênese da cartografia por rumos e estimas de distâncias para finais desse século xiii e no século xiv. A Catalunha foi um intenso foco cartográfico; ora na biblioteca do rei D. Martin (1396-1410) havia duas *Geometrias* em latim<sup>2</sup>.

Em 1374-1378 o maghrebino Ibne Khaldun escreve essa obra de sociologia histórico-geográfica, excepcional em todo o pensamento medievo, que são os *Prolegómenos*. Pois descrevendo a navegação no Mediterrâneo, indica que os marinheiros se governam nas suas viagens por uma folha chamada *al-Kunbās* (= o compasso) onde estão desenhadas as terras na sua forma e dispostas ordenadamente as costas; nessa folha estão marcados os pontos donde sopram os ventos e as suas direcções. Trata-se de cartografia cristã ou de cartografia muçulmana já sob a influência das contribuições italiana e maiorquina-catalã, possivelmente por intermédio dos judeus mercadores e mestres de bússolas e cartas. Para o mar circundante (oceano), tudo isto falta, diz-nos mais o pensador mouro, e por isso não o sulcam barcos: é que perdendo vista das costas não saberiam como voltar, além de que os vapores da atmosfera impedem de navegar...

<sup>1</sup> *Mathematics and the Navigator in the Thirteenth Century*, Londres, 1959, ff. 7-9 e gravuras 1 e 3.

<sup>2</sup> Bofarull, *op. cit.*, doc. 49.



Na realidade, porém, nem toda a navegação continuava a ser exclusivamente costeira, nem os problemas náuticos eram nos litorais atlânticos os mesmos que no mar interior. Como também E. G. R. Taylor, entre outros, notou, havia desde pelo menos o século IX uma navegação em direitura entre a Inglaterra e tanto a Noruega como a Dinamarca – 600 km em pleno mar – e daquela ilha para a Islândia – uns 900 km; de Creta a Alexandria desde a Antiguidade se singrava também sem ver costa. Convém acrescentar que desde o século IX até fins do XV houve relações, embora com longas interrupções, entre a Escandinávia e a Gronelândia, com escala geralmente, é certo, na Islândia. O que ainda não é todavia comparável a uma viagem de Lisboa aos Açores, com os seus 1 400 km pelo golfo.

Na navegação medieval no Atlântico e mares do Norte o mais importante era, como já em fins do século XIV Chaucer apontou, o conhecimento das marés para o costear e sobretudo para a entrada e saída dos portos<sup>1</sup>. É que, se o navegar pelo golfo exige a determinação, mais precisa ou mais grosseira, do ponto a bordo e da orientação da rota, a navegação costeira e as entradas e saídas dos portos proporcionam as manobras mais difíceis e oferecem os perigos maiores, residindo frequentemente aí as razões dos atrasos nas viagens. Ainda assim será no século XVII e até no XVIII. Para os navios exclusivamente de vela essas manobras requerem por vezes, e em certos pontos com muita frequência, o reboque por galés ou galeotas. Daí a necessidade, para o marinheiro, de conhecer as luas a fim de calcular as horas das marés – e portanto de dispor de regimentos das horas de dia e de noite. Ainda no quinhentista *Regimento de Évora*, por exemplo, figura no fim a «Regra para saber as marés a qualquer hora do dia»: «E assim debes saber que a cada dia de lua vai acrescentando quatro quintos de hora.» Para London Bridge já no século XIII há uma tábua das marés (Taylor). Daí a importância dos almanaques para a navegação atlântica e a preocupação desde cedo com o regimento das horas. Os *astrolabii nocturni*, de Raimundo Lúlio são na realidade *sphaerae horarum noctis* como a «roda das horas da noite» que descreve o *Leal Conselheiro*, demonstrou-o António Barbosa<sup>2</sup>. Devem ter servido também para

<sup>1</sup> Taylor, *op. cit.*, ff. 4-5.

<sup>2</sup> *Novos Subsídios*, p. 15.



determinações astrológicas. Mas não esqueçamos toda essa arte, de que fala o maiorquino, de conhecer os tempos de navegar e os portos de que se sai ou onde se entra ou a que se tem de arribar, bem como o conhecimento *prático* de ventos e correntes, de nevoeiros e todas as mudanças de tempo. Em certas costas atlânticas, por exemplo na Bretanha, a direcção donde sopra o vento vai rodando com o andar das horas.

No rol da nau *Sam Cristovam* que em Abril de 1416 regressa de Ceuta figuram três agulhas de marear e um relógio (*Documentos das Chancelarias reais relativos a Marrocos*, vol. I, p. 455).

Outra conquista para a arte da navegação realiza-se provàvelmente logo nos primeiros anos do século XIV e aperfeiçoa-se no decurso deste século. Raro é que o navio possa singrar exactamente pelo rumo desejado: os ventos e correntes fazem-no descair para um lado ou outro dessa linha; há que buscar vento de feição, o que leva a descrever uma rota diferente da mais curta; se o vento sopra contrário, há que seguir uma rota em ziguezague cortando obliquamente ora para um lado ora para outro a direcção que levaria directamente ao destino. Se um navio é obrigado a singrar por um rumo que faz um certo ângulo com a direcção de destino, há que calcular, ao fim de tantas milhas (ou léguas) de navegação, a distância a que está dessa direcção e quanto é que avançou nela; retornando a essa direcção, obliquamente, é claro (para ir avançando), há que calcular, ao cruzá-la, qual o *avanço de retorno* que o caminho percorrido representou ao longo dela. Na enciclopédia de Raimundo Lúlio *Ars magna*, escrita em Pisa de 1305 a 1308, lê-se já que quando um navio avança 8 milhas para sudeste, essas 8 milhas valem só 6 no rumo de leste<sup>1</sup>. A resolução destes problemas de navegação implica a sua formulação trigonométrica e a aplicação das fórmulas e tabelas respectivas. As tabelas práticas, com o resultado dos cálculos para uso dos mareantes, aparecem, sob a forma clássica já de *toleta di marteloio*, no mapa de Andrea Bianco de 1436, mas já são mencionadas no rol de um navio do século XIV (Taylor, *ob. cit.*, p. 13) e acabamos de ver que deveriam ter sido construídas na viragem do século XIII para o XIV.

A trigonometria (que a *toleta di marteloio* implica) não pertence

---

<sup>1</sup> Cf. Beaujouan, em *Le navire et l'économie maritime*, Colloque de 1956, p. 107.

ao legado transmitido pelos compêndios e enciclopédias elementaríssimos dos séculos v e vi e de toda a literatura cristã da Alta Idade Média que deles deriva. Na realidade, mesmo entre os Gregos a trigonometria nascera ao serviço da astronomia e deste quadro não chegara a desprender-se, conservando-se sob forma essencialmente geométrica (relações entre lados e diagonais de quadriláteros inscritos, passagem de um arco de ângulo ao centro a um arco metade do primeiro – vimos como se opera quando descrevemos a construção da carta de marear). No século III a. C. Aristarco de Samos, para calcular as grandezas e distâncias do Sol e da Lua, calcula razões de comprimentos a partir do conhecimento de ângulos; no século seguinte, Hiparco, em Alexandria e Rodes, estabelece a primeira tábua de cordas, também para fins astronómicos; é na sua grande obra de astronomia *Megale Syntaxis (Almagesto)* que Ptolomeu apresenta uma tábua análoga e utiliza relações trigonométricas estabelecidas geomêtricamente<sup>1</sup>. É da síntese ptolomaica que Indianos e Muçulmanos vão derivar a sua trigonometria. Os primeiros substituem as tábuas de senos às tábuas de arcos em que os Gregos tinham ficado, progresso que os segundos recolhem e aperfeiçoam – é o caso das tábuas de Abul Uafa (Baghdad, século x), que dá os senos de arcos de 10' em 10' e constrói por seu turno as primeiras tábuas de tangentes. No século XIII Nasir Ed-Din (1201-1274) apresenta uma exposição de conjunto da trigonometria, embora ainda sob forma geométrica, desenvolvendo a trigonometria esférica<sup>2</sup>; outros compêndios a tinham precedido em fins do século anterior e começos desse, cujo conhecimento Leonardo de Pisa pode ter introduzido na Europa. Aqui, no século xiv em Oxford a trigonometria torna-se independente da astronomia (Beaujouan, *ob. cit.*, p. 107). O *Almagesto* fora traduzido para latim do grego em 1163 e do árabe em 1175.

Assim, entre fins do século XII e princípios do século XIV opera-se na marinaria e na arte de navegar uma série de transformações e conquistas que, se por um lado resultam da própria prática de navegação e da acumulação empírica de saber pelos mareantes, por outro lado muito devem a toda a revolução intelectual do século

<sup>1</sup> J. Pérès, *Les Sciences exactes*, Paris, 1930, pp. 32-34.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 49. Enriques e Santillana, *Compendio di storia del pensiero scientifico*, Bolonha, 1937, p. 349.

XII, com a sua contribuição do conhecimento da ciência grega e indiano-muçulmana. Tal conjugação tornou-se possível graças à intervenção dos meios comerciais, interessados no lado prático da actividade científica, e à cultura leiga (laica) que em relação com eles se forma.

A grande revolução náutica do século xv, com a conquista das rotas oceânicas, como acertadamente Carlos Pereyra lhe chamou, dar-se-á igualmente pela conjugação de um saber todo de experiências feito e de uma cultura de gabinete, à base de livros (evidentemente manuscritos a princípio, mas desde finais de Quatrocentos cada vez mais difundidos pela imprensa). Essa cultura científica era, porém, de igual modo a que provinha da revolução intelectual e de ensino do século XII, mas noutros aspectos a que a arte de navegar não tivera antes de recorrer.

Convém recordar e sublinhar que desde a grande crise do século III até fins do século XI o pensamento europeu vive essencialmente de adaptações, resumos e comentários todos feitos a partir de dois ou três compêndios extremamente elementares e em que não há qualquer critério de destrição entre o verdadeiro e o falso ou sequer entre o possível e o impossível, tendo-se abandonado a própria ideia de demonstração. No século III Cayus Julius Solinus compilara, no seu *Polyhistor seu de mirabilibus mundi*, um acervo fantasioso de prodígios tirado de Pompónio Mela e Plínio. No século v Martianus Capella dá-nos a primeira enciclopédia, *As bodas da Filologia e de Mercúrio (De nuptiis Philologiae et Mercurii)*, ilustrada de simbólicas reproduções de estátuas e pinturas, onde com um matiz neoplatónico condensa muito rudimentarmente o *Trivium* e o *Quadrivium*, omitindo todas as demonstrações e só restando as proposições mais simples. Antes, Paulus Orosius compilara Plínio e Solinus. No começo do século seguinte Boécio escreve manuais também extremamente elementares de Geometria, Aritmética e Música, os dois últimos larguissimamente utilizados durante a Alta Idade Média. De cerca de 544 são as *Institutiones divinarum et saecularium lectionum*, de Cassiodorus, mais importantes para o *Trivium*. É das obras de Plínio, Solinus e Orosius que Isidoro de Sevilha (560-636) compila uma vasta enciclopédia, as *Etymologiae*, que será uma das chaves da cultura medieval; as artes liberais são expostas nos três primeiros livros. Desta enciclopédia de Isidoro é que provêm fundamentalmente o *Liber Glossarum* do início do século VIII (embora aí também se utilize Orosius), o *De natura rerum*

de Bede o Venerável (673-735), o *Liber de universo*, de Rábano Mauro, alemão, abade de Fulda, bispo de Mogúncia (776-856), o tratado geográfico do monge Dicuil (que se serviu ainda de um pequeno resumo do século v), e o anónimo *De situ orbis* de 870. Cerca de 1100, a *Imago Mundi* de Honorius Inclusus, fonte de toda uma literatura posterior, amalgama Isidoro e Orosius, citando ocasionalmente Solinus, Santo Agostinho e Bede. Das *Etymologiae* e da *Imago Mundi* é uma compilação abreviada a *Semeiança del mundo*, de cerca de 1223, talvez a primeira obra de geografia em romance peninsular e que pode ter sido conhecida em Portugal pouco depois. É ainda como compêndio das sete artes liberais, nesta linhagem, que se apresenta e situa o *Eptateuchon* de Thierry de Chartres, de meados do século xii<sup>1</sup>. Nos princípios de Quatrocentos copiar-se-ão e comentar-se-ão ainda, em Portugal, os vinte livros das *Etymologiae*.

Não é, evidentemente, nesta grande corrente que vai filiar-se a cultura «científica» (chamemos-lhe assim, provisoriamente) que servirá de ferramenta aos descobrimentos a partir de certo momento. Sabemos também que não é de modo algum nos trabalhos dos sábios de gabinete alemães do século xv, como Regiomontanus, nem nos seus mais ou menos ignorantes ou mal informados comentadores ou pretensos divulgadores, por exemplo Jerónimo Münzer; sabemos-lo desde os trabalhos de Ravenstein, Joaquim Bensaúde, Luciano Pereira da Silva, Fontoura da Costa, e definitivamente, mesmo se toda uma literatura histórica ou pretensamente tal continua a desconhecer esses resultados – porque o descrédito em que caíram os trabalhos portugueses afecta o bom e o mau, porque esses autores receiam cair no logro do chauvinismo da historiografia portuguesa (sem recearem todavia exprimir eles próprios afinal outras formas de chauvinismo), porque o inevitável carácter técnico de tais trabalhos afasta muitos leitores que preferem dormir sobre frases feitas. Sabemos hoje bem, mau grado isso, que a contribuição cultural necessária às navegações do último terço de Quatrocentos e de Quinhentos deriva, graças sobretudo aos meios judaicos mas também a outros meios peninsulares, da poderosa contribuição in-

---

<sup>1</sup> G. Paré, A. Brunet e P. Tremblay, *La Renaissance du xii<sup>e</sup> siècle*, Paris-Ottawa, 1933, pp. 30 e 95-96.

diano-islâmica e, por intermédio dos muçulmanos, da matemática e da astronomia gregas.

Em Baghdad nos séculos ix e x, em Córdoba e depois em Toledo nos séculos x e xi, traduzem-se, do siríaco ou do grego, para árabe, estudam-se, comentam-se, desenvolvem-se, Platão e Aristóteles, Hipócrates e Galeno, Euclides, Arquimedes e Héron, Ptolomeu, como se traduzem, estudam e desenvolvem as aritméticas e álgebras indianas, passando-se a empregar sistematicamente a notação numérica e o novo conceito de zero, destas oriundos. Falámos já do papel da geomeria euclidiana e da trigonometria greco-muçulmana na gênese da cartografia trecentista e de certos processos da arte de navegar de então. Do nosso ponto de vista de agora importa sobretudo destacar todo esse extraordinário florescimento de livros aritméticos e algébricos, por um lado, e de compêndios de astronomia, tratados sobre o quadrante e outros instrumentos, e tábuas astronómicas. Destas, têmolas já de Al-Khwarizmi na primeira metade do século ix, depois há as de Al-Battānī (Albategnius), calculadas a partir de 877, de que Maslama (Abū-l-Qāsim M. ben Ahmad al-Mayrītī) fará um resumo em Córdoba para fins do século x; em 1080, em Toledo, Azarquiel, coadjuvado por Ibne Sa'īd, elabora as tábuas conhecidas pelo nome da cidade em que foram calculadas. Quanto aos compêndios de astronomia, a série abre sobretudo com o de Mā-šā-Allāh (Messahala), judeu, o de Al-Khwarizmi (de que Maslama dará um resumo um século e meio mais tarde) e o de Al-Fargānī, todos da primeira metade do século ix e do meio cultural baghdadiano; cerca de 980 é o de Al-Bitrugī (Alpetragius), ptolomaico sem dúvida mas já com um vislumbre pré-copernicano. Não menos importância terão os tratados ou manuais do astrolábio e dos outros instrumentos astronómico-astrológicos (por vezes também de uso geométrico). Destaquemos logo de entrada o de Mā-šā-Allāh (770-820), que, traduzido para latim, será a base do de Chaucer, entre inúmeros outros que nele foram decalcados. Nele provavelmente é que bebeu um discípulo de Maslama, Abū-l-Qāsim Ahmad b. 'Abd-Allāh, conhecido por Ibn al-Saffār (o filho do latoeiro), cujo *Tratado do emprego do astrolábio* será traduzido duas vezes para latim e ainda para castelhano; devem-se-lhe também umas tábuas astronómicas abreviadas. Seu irmão Mohammad construía astrolábios e globos. Al-Saffār trabalhou em Córdoba e em Denia (Valência) no último terço do século xi e primeiro do xii. É seu contemporâneo e viveu igualmente em

Denia o filósofo e astrónomo Abū-l-Salt que escreveu um *Tratado do astrolábio* onde desenvolve as aplicações geométricas e trigonométricas, mas que não foi traduzido.

É no *scriptorium* beneditino de Santa Maria de Ripoll (Pireneus catalães) que, em meados do século x, segundo as pesquisas de Vallicrosa, começa esse grande movimento de traduções do árabe para latim que, acelerando-se para fins do século seguinte, irá transformar a vida intelectual na Cristandade. A princípio são sobretudo obras da matemática e sobre instrumentos astronómicos. Deve ter conhecido estas traduções Gerbert d'Aurillac, que promove a tradução do árabe de um *Livro do astrolábio* e a quem se deve uma *Arithmetica* onde Boécio é completado por uma arte do ábaco de influência árabe. Sob a influência de Ripoll parece estar também, para meados do século xi, o beneditino Hermann, o Coxo, da abadia de Reichenau (Suíça), que escreveu *De mensura astrolabii* e *De utilitatibus astrolabii*. É, porém, com a tomada de Toledo em 1085 por Afonso VI que tal movimento arranca com toda a força. No segundo quartel do século xii Platão de Tivoli (Plato Tiburtinus), que colabora com Abraham bar Hiyya de Barcelona, traduz para latim o *De motu stellarum* de Al-Battānī e o *Tratado do astrolábio* de Al-Saffār. Quase ao mesmo tempo, o judeu convertido João de Sevilha (Johnnes Hispalensis) traduz obras astronómicas e astrológicas de Al-Battānī, Al-Farābī, Al-Fargānī, Al-Khwarizmi, Al-Kindī e Mā-šā-Allāh. Pouco depois, o inglês Robert of Chester (1110-1160), que esteve uns anos em Espanha, traduz a *Álgebra* de Al-Khwarizmi e elabora umas tábuas astronómicas para Londres (1149-1150) com base nas de Al-Battānī, Al-Khwarizmi e Adelard de Bath (1090-1150). A Gerardo de Cremona (1114-1187) devem-se nada menos de 92 traduções de obras do árabe – gregas e muçulmanas: assim as astronómicas de Al-Kindī, Al-Fargānī, Al-Hasan, Al-Farābī e Mā-šā-Allāh; mas também Arquimedes, Apolónio, Euclides e sobretudo o *Almagesto* (1175), que entretanto fôra traduzido na Sicília directamente do grego (1163). Miguel, o Escocês (1175-1235), que esteve em Toledo, Pádua, Bolonha, Roma e serviu Frederico II, traduz do árabe a *Astronomia (Theorica Planetarum)* de Al-Bitruḡi e dá-nos o primeiro grande tratado de astrologia em latim.

Assim, quando abre o século xiii, na Cristandade, os meios que sabem latim dispõem de um cabedal científico caldeado das culturas grega, indiana, persa e muçulmana que contrasta, e de que ma-

neira, com o legado latino-medieval de fantasias e incertezas, de esqueléticos e frustes rudimentos, com que até aí tinham vivido. Os elementos essenciais da nova situação cultural afigura-se-nos serem os seguintes:

- a) A aritmética e a álgebra indiano-muçulmanas;
- b) A geometria de Euclides, reencontrada a exigência da demonstração e o sentido da problemática;
- c) A astronomia de Ptolomeu (*Almagesto*, isto é, a *Megale Syntaxis*), com os seus prolongamentos arábico-judaicos astronómico-astrológicos;
- d) As tábuas astronómicas muçulmano-judaicas;
- e) Os tratados ou livros do astrolábio e outros instrumentos astronómico-geométricos;
- f) A óptica de Apolónio e de Ptolomeu;
- g) A biologia de Aristóteles e a medicina de Hipócrates, Galeno, Avicena.

A *Aritmética* de Al-Khwarizmi fora traduzida por Adelard de Bath na primeira metade do século XII, e a sua *Álgebra*, por Robert of Chester em 1147. Foi assim que se introduziram na Cristandade os números indianos que do nome desse matemático muçulmano serão ditos *algarismos*. Para a sua difusão concorreram poderosamente as tábuas astronómicas, e sublinhe-se desde já que estas não poderiam ter atingido o desenvolvimento que atingiram se não fôsse tal sistema novo de notação. Evidentemente que o outro grande factor da passagem à notação em algarismos foi a contabilidade comercial. Sabe-se bem que a primeira obra de autor cristão a utilizá-la foi o *Livro do Ábaco* do mercador Leonardo de Pisa (1202) que viajara e estanciara pelo Levante e Maghrebe. Mas graças à obra extremamente popular de John Holywood *Algorismus* ou *De arte numerandi* (meados do século XIII) é que os números indiano-árabes principalmente se difundiram pela Europa não italiana; ora o inglês é o autor do mais espalhado compêndio astronómico. Ainda em 1535 Francisco Faleiro pensará ao seu *Tratado del Esphera y del arte del marear* umas «Reglas para deprender contar de guarismo em muy breve tiempo». A notação indiano-árabe aparecia já na *Mathematica Alhandrei Summi astrologi*, de que há vários manuscritos dos séculos X e XI; trata-se provàvelmente da obra de Al-Kindī, seja como for exercerá a sua influência até o Renascimento e des-



creve as qualidades astrológicas dos planetas, o seu curso, os climas e elementos, as mansões lunares<sup>1</sup>. Deste modo a astronomia surge-nos ligada à nova aritmética e até à álgebra.

Nos séculos XIII e XIV prossegue, embora a ritmo mais lento, esse movimento de traduções, mas passa-se sobretudo à elaboração de compêndios e tábuas astronómicas e de manuais instrumentais por autores judeus e cristãos. Tais obras não revelam todavia qualquer originalidade, não passam de adaptações dos trabalhos muçulmanos. Para meio do século XIII, John Holywood (Sacrobosco) lança o que será o compêndio-padrão e de longe o mais popular até fins do século XVI em toda a Europa, e ainda no XVIII muito lido em Espanha: referimo-nos evidentemente ao *Tractatus de Sphaera*, tirado no fim de contas de traduções de obras de Al-Battānī e de Al-Fargānī; estamos no puro domínio da «ciência» (se assim se lhe pode chamar) livresca. Entretanto, à tradução latina *De iudicis stellarum* de Ali Aben Ragel sucede, da pena do judeu Yehuda ben Mose, a tradução castelhana *El libro complido en los juzizios de las estrellas*, em 1256, e em 1410-1411 a sua versão portuguesa; à tradução latina da obra de Azarquiel devida a Jacob ben Makir vêm, no mesmo século XIII, fazer concorrência duas versões castelhanas. Mas é sobretudo de 1250 a 1277 que no meio judaico de Toledo, ao serviço de Afonso X o Sábio, se elaboram e redigem os *Libros del saber de Astronomia* e as *Tábuas alfonsies*, estas baseadas fundamentalmente nas de Azarquiel (que adoptara para valor da obliquidade da eclíptica 23° 33'), aqueles incluindo obras de vários astrónomos muçulmanos e manuais do astrolábio também muçulmanos e judaicos. Aliás o *Tratado do astrolábio* de Al-Saffār, já duas vezes traduzido para latim, também o é para castelhano. Na grande compilação alfonsina estão inclusos os *Libro dell astrolabio redondo*, *Libro dell astrolabio llano* e *Libro del quadrante* de Rabiçag «el de Toledo», contendo as regras para a determinação da latitude quer pelas alturas estelares (da Estrela Polar) quer pela altura meridiana do Sol.

Mas desde o último quartel do século XIII e durante o século XIV os focos desta actividade deslocar-se-ão de Toledo para a Catalunha e sul da França entre Montpellier e Toulouse, e um pouco mais tarde para Oxford também. Em Montpellier escreve, à volta de 1276, Robert d'Anglès o *Tractatus quadrantis*, com tábuas qua-

<sup>1</sup> Vallicrosa, *Nuevos Estudios*, p. 102.



drienais baseadas em Azarquiel, e um «Comentário sobre a Esfera» de Sacrobosco. O judeu Levi ben Gerson regressa a Hiparco e pré-anuncia Copérnico no seu tratado astronómico em hebraico que será parcialmente traduzido para latim em 1342 por ordem de Clemente VI; aí descreve como *revelator secretorum* (revelador de segredos) a balestilha, sob o nome de *baculus Jacobi* por ter sido inventada por Jacob ben Makir. Em Montpellier ainda teriam sido, segundo Jaime Cortesão, elaboradas as tábuas que serviram de base aos Almanques de Coimbra de 1339; Millás Vallicrosa supõe que essa base é antes fornecida por uma tradução latina, feita em Tortosa, de um almanaque árabe, calculado para 1306<sup>1</sup>; é mais natural admitir que confluíram essa obra árabe e outra elaborada na cidade do Languedoc, dada a referência que a esta se lê nos Almanques de Coimbra. Seja como fôr, na segunda metade de Trezentos é intensa a actividade astronómica e astrológica nos domínios da coroa de Aragão, sob o impulso de Pedro IV, o Cerimonioso. De 1360 a 1366 Pedro Gilbert e o seu discípulo Dalmácio Planes, à base de observações novas e de cálculos, em Barcelona, elaboram, o primeiro, uma Introdução e Cânones, e o segundo, depois da morte do mestre, um almanaque cujas tábuas se reportam aos anos de 1360 a 1433. Ao mesmo tempo, Ya'qob Carsono prepara outras tábuas astronómicas mais completas, calculadas sobre o ano raiz 1320 – data do nascimento do rei; estas, originariamente em catalão, são logo traduzidas ao hebraico e ao latim. Em Perpignan, e com raiz em 1361, calcula Jacob ben David Yomtob, também conhecido por Sen Bonnet, ainda outras tábuas astronómicas, provavelmente também nesse século dadas em versão latina. O físico do rei, Bartomeu de Tresbens, escreve um *Tractat d'Astrologia*, e dos Cânones das Tábuas de Pedro IV sai, em catalão, um outro *Tractat d'astrologia o sciencia de les stelles*<sup>2</sup>. Em 1362 esse mesmo monarca pede o «llibre de lectura de estrolabi que té al seu arxin, escrit a dugnes columnes, una en catalã, l'altra en sarrainesch». Na livreria do seu sucessor D. Martin encontram-se, ao dealbar o século xv, os seguintes livros que ao nosso tema importam:

<sup>1</sup> *Estudios*, pp. 387 e segs.

<sup>2</sup> Vallicrosa, *Nuevos Estudios*, caps. XV e XVI.

*Tábuas alfonsies* – 2 exemplares, um em catalão, outro em castelhano.

*Livro sobre a Arte de Navegar* – na realidade um roteiro que começa no cabo de S. Vicente.

Tratados do astrolábio – dois, um em catalão, outro em francês.

Tratados de astrologia – nada menos de onze.

Sobre as propriedades dos planetas – 4 livros.

Sobre os eclipses do Sol e da Lua – 3 livros, dos quais um em francês.

Almanaques – sete.

*Los juy de astronomia, de mester Johan de Sibilia* (Johnnes Hispanensis).

*Del juy de les stelles* – naturalmente a obra de Aben Ragel.

*Spera solide* – em latim.

Ptolomeu – em catalão.

Suma de Ptolomeu.

*Imago Mundi* – em francês.

Geometria – duas.

*Algorisma* – em latim, possivelmente a obra de John Holywood.

Marco Polo – em romance<sup>1</sup>.

Recorde-se que a Catalunha fôra o primeiro centro de traduções do árabe e que continuou a ser um foco delas apesar do apogeu toletano, graças a Pedro Alfonso de Huesca, R. Abraham bar Hiyya de Barcelona e tantos outros, como Vallicrosa mostrou. Raimundo Lúlio aqui principalmente é que elaborou a *Nova astronomia* e a *Nova Geometria*, a cujo interesse para a navegação havemos de aludir. Estamos, além disso, numa das grandes zonas de oficinas cartográficas.

Já referimos o desenvolvimento da trigonometria em Oxford, tão importante para o cálculo da *toleta di marteloio*. O poeta dos *Canterbury Tales*, Geoffrey Chaucer (1340-1400), esteve em relação com essa escola matemática, e são de sua autoria um *Tratado dos Planetas*, posterior a 1387, e um *Tratado do Astrolábio*, de 1391, baseado em Mā-šā-Allāh.

<sup>1</sup> Bofarull, doc. 49.

Não podemos, sem provas de influências ou de convergências, transpor esse apetrechamento e características culturais dos meios catalão-maiorquino e oxfordiano para Lisboa, Coimbra ou Lagos. As críticas de Duarte Leite tiveram o extraordinário mérito de nos precaver e de fazer enveredar a pesquisa pela análise efectiva destes outros ambientes.

Ainda até hoje se não rastreamos quaisquer indícios de terem vindo para Portugal ou terem sido conhecidos por portugueses antes do século XVI os *Libros del Saber de Astronomia* e as correspondentes *Tábuas alfonsies*. À intimidade das relações com Aragão e às ofertas de outras obras por Afonso X a D. Dinis contrapunha Duarte Leite o facto de Pedro Nunes ter tido de se deslocar a Alcalá de Henares para os estudar. Não se trata, é claro, de objecção decisiva à presença dessa obra no nosso país, todavia não deve também ser afirmada tal presença sem que surja qualquer testemunho nesse sentido.

Mas que no primeiro terço do século XIV já em Portugal se conheciam as regras fundamentais da astronomia de posição e se manejavam as respectivas tábuas, demonstram-no os Almanagues segundo toda a probabilidade então traduzidos e adaptados em Coimbra, como Jaime Cortesão foi o primeiro a revelar, em 1932. A lista de latitudes e longitudes de lugares é, mostrou-o Vallicrosa, tirada da tradução latina, devida a Gerardo de Cremona, da obra de Azarquiel. O conjunto dos Cânones e das tábuas astronómicas, cuja raiz é o ano de 1306, provém de trabalhos muçulmanos e judaicos elaborados ou adaptados em Tortosa e Montpellier, o que confirma a intimidade das relações com a Catalunha e sul da França; lembremos que da segunda cidade era Robert d'Anglès. O fim desses Almanagues de Coimbra parece ser exclusivamente astrológico, embora pudessem ser utilizados para estabelecer as horas das marés (graças ao cálculo das luas) e para outros fins práticos (Luís Albuquerque). J. Cortesão supusera que tinham sido elaborados na Universidade, pois nessa cidade funcionou de 1308 a 1338; mas aquele outro investigador opôs justos embargos a esta hipótese.

Na verdade, nenhuma indicação temos de que se ensinassem na Universidade as disciplinas ligadas às matérias de tal literatura, nem que à especulação universitária elas interessassem. A actividade matemática e astronómica exercia-se de preferência nos meios de astrólogos, físicos e mercadores e nas escolas de carácter comercial e laico. Sabe-se que o Infante D. Henrique planeou organizar o ensi-

no integral do *Trivium* e do *Quadrivium* na Universidade, e que em 1437 um João Gallo era «lente de Matemática» – supõe Beaujouan que ele ensinaria a aritmética, a geometria e a astronomia conjuntamente (nada autoriza, com efeito, a crer que teriam sido creadas cátedras separadas para cada um dos ramos do *Quadrivium*). Não basta contudo estabelecer que o *Quadrivium* era efectivamente ensinado – e se esse ensino resultou do impulso dado pelo Infante é porque não existia anteriormente ou sofrera um eclipse. É indispensável conhecermos também o nível e a própria natureza de tal ensino, determinando até que ponto nele corre já a substância da grande contribuição greco-indiano-muçulmana ou está ainda preso, pelo menos em parte, ao legado romano-medieval. Em 1503 D. Manuel queixar-se-á de que se não lê nenhuma lição ordenada de Astronomia: o que parece confirmar o que há pouco avançávamos, quanto ao carácter extra-universitário dessa cultura que servirá a fabricar a náutica astronómica. Como já Duarte Leite aduziu, no Estudo Geral fundado por D. Dinis não se leccionavam tais matérias, mas sim Direito Canónico, Direito Civil, Medicina, Dialéctica e Gramática, e, a partir de entre 1309 e 1323, Música. Por privilégio papal, para defesa da ortodoxia, a teologia só numa Universidade podia ser ensinada: na de Paris; mas leccionava-se nos colégios dominicanos e franciscanos (o Infante D. Henrique é que conseguirá instalá-la na Universidade, dotando a respectiva cátedra). Vê-se que a instituição da Universidade em Portugal correspondeu principalmente à necessidade de formar uma classe de letrados-legistas, em razão do desenvolvimento do Estado. Também nas escolas catedrais e colégios conventuais que a precederam e com ela coexistiram o *Trivium* constituía todo o elenco de estudos<sup>1</sup>.

O elo entre os Almanques de Coimbra, descobertos por Jaime Cortesão, e a cultura quatrocentista poderia ser dado pelas *Tabulae Astronomicae compositae post tabulas Alphonsi circa annū gratiae 1321*, códice 52/VI/25 da Biblioteca da Ajuda, aqui descoberto pela sua directora D. Mariana Machado Santos e cuja existência foi trazida a público por Armando Cortesão, o primeiro também a sublinhar a importância delas conquanto sem se pronunciar sobre os

---

<sup>1</sup> Cf., por ex., Fortunato de Almeida, *Hist. de Portugal*, I, p. 473; e sobretudo Joaquim de Carvalho, na *Hist. de Portugal* dirigida por Damião Peres, vol. I, 5.<sup>a</sup> parte, cap. III.

múltiplos problemas que elas suscitam<sup>1</sup>. Descreveu esse historiador da cartografia o códice como composto de cânones em latim e correspondentes tábuas astronómicas, datando a sua composição, embora dubitativamente, de princípios do século xv. Luís Albuquerque estende a sua organização a uma boa parte do século xiv e primeiros anos do seguinte, mostra-se muito reticente quanto às conclusões a tirar dele, dado desconhecermos a história do códice<sup>2</sup>.

Pertenceu o códice à Biblioteca da Congregação do Oratório, estabelecida em Portugal a seguir à Restauração e que se esforçará em fins do século xvii e sobretudo sob D. João V por introduzir entre nós certos aspectos da moderna ciência matemática e experimental. Não admira por isso que por tais Tábuas se interessassem os Oratorianos, e com efeito na entrada dele lê-se, impresso: «Ex Bibliotheca Congregationis Oratorii apud Regiam Domum B. M. Virginis de Necessitatibus.» A referência ao Real Hospício das Necessidades transporta-nos ao século xviii. Mas na mesma página há uma outra referência, esta manuscrita e do século xvi, logo anterior à entrada da Congregação em Portugal: «Hec enim olim plurimum estimatae sunt scriptae autem ante inventam librorum impressionem, annis ceterum nondecim hoc autem anno Christi 1599, anni 278 a tempore constructionis harum tabularum preterierunt.» Poder-se-ia supor que o códice pertencia já em 1599 a Oratorianos de Itália e que posteriormente tivesse vindo com eles para Portugal; contudo nada permite afirmar que não se encontrava em Portugal já desde a sua própria organização, e que aqui mesmo teria sido adquirido pelos Oratorianos, no século xvii ou xviii.

Contrariamente ao que supôs o seu possuidor de 1599, as Tábuas não foram organizadas «cerca de 1321». Trata-se, na realidade, de uma compilação de tábuas calculadas em várias datas. Um grupo reporta-se ao período 1320-1349, bem como a 1320-1383 (ff. 26 e 28-29 respectivamente) e a 1320-1393 (f. 59v). Outro grupo reporta-se já ao século xv: assim, a ff. 13v-14, temos uma «Tabula eclipsis solis pro quatuor ciclis constructa» relativa a 1406-1479; quanto à de f. 27v, lê-se em rodapé: «revolutio hujus tabule incipit anno domini 1413 praefacto quare pro duas revolutiones completas adaatur duplum», e no rodapé da f. 6 refere-se o «anno domini

<sup>1</sup> *Cartografia portuguesa antiga*, Lisboa, 1960, p. 51.

<sup>2</sup> *Introdução à História dos Descobrimentos*, Coimbra, 1962, pp. 280-281.

1416». Deste modo, temos a combinação de um grupo trecentista e de um conjunto calculado entre 1405 e 1416. O primeiro tem como ano raiz 1320 – precisamente o do nascimento do rei D. Pedro IV, o Cerimonioso, de Aragão; ocorre relacionar esse núcleo trecentista com as Tábuas Astronómicas régias nesse reinado elaboradas, como vimos há pouco. As tábuas trecentistas do códice da Ajuda estão todas encimadas pela indicação de que foram «secundum radices [ou “super radice”, ou “supra radicem”] per alfonsū regē Castele ultimo verificatas super toletū distans a pār in occidentē per 48 hore». Por conseguinte, quem as calculou dispunha das *Tábuas alfonsies* – sabendo-se que elas existiam em domínios da coroa aragonesa reforça-se a anterior hipótese. Por outro lado, a ff. 94-95v temos a «Tabula motus solis in fine septimi climatis cuius latitudo est 51 g et 34 m et dies eius longior est... [em branco]... hore»; trata-se de quatro tábuas, a primeira para o ano bissexto e as outras para os três seguintes. Do mesmo modo as tábuas das ascensões dos signos levam a indicação: «Ascensiones signorum in fine climatis septimi existente sole in ariete xxx [ou “in auro”, etc.] cuius latitudo est gradus 51 annuata xxxiiiij». Nas ff. 103 e seguintes vê-se em baixo à esquerda:

radix

paris

toleti

drã [provavelmente Draconia, atendendo à f. 106]

Quanto às fontes utilizadas, apenas a f. 25v, discutindo a utilização de tábuas e a leitura do astrolábio, se diz «ut apparet per albategni»; mas além de Al-Battānī não parece que se citem outros autores.

Este exame assás superficial não permite pois decidir peremptoriamente onde foram elaboradas tais Tábuas, nem quando, nem em que circunstâncias; ignoramos também em que data teriam vindo para Portugal, se aqui não foram organizadas. Justificam-se, em suma, as reservas de L. Albuquerque.

Entre 1415 e 1433, de iniciativa e sob a direcção de D. João I, compôs-se, com a colaboração activa dos monteiros da côrte, o *Livro da Montaria*, de régia autoria fundamentalmente mas cuja re-

dacção definitiva se deve a um «bom retórico» que Esteves Pereira supôs ser Martim Afonso de Melo, guarda-mor del-Rei, autor de um *Regimento da Guerra* e de uma crónica de feitos do reinado de D. Fernando. No capítulo XVIII do livro I citam-se:

Joam Gil «o grande estrologo» e o «seu grande livro de estronomia»; na 2.<sup>a</sup> parte do seu livro João Gil «falla da tempestade, e ventos, e chuyvas, e pedriscos»;

Albamazar – *Livro das deferenças e dos Juizos*;

Tolomeu – *Almagesto*;

Ali Aben Ragel – *Livro dos Juizos*;

«e o author da sphaera, e da theorica dos planetas»<sup>1</sup>.

As citações acompanham uma breve exposição do sistema do mundo – ptolomaico-muçulmano, evidentemente – destinada a explicar, pelos signos e influências dos planetas, o estado do tempo (e sua importância para a caça). É muito natural que tal exposição, como supunha Duarte Leite, se deva antes ao «bom retórico» (ou até a algum físico da côrte) do que ao próprio rei. Seja como fôr, o autor que parece ser realmente seguido é João Gil, e não é impossível que as outras citações sejam deste tiradas (aliás não passam da enumeração de nomes e títulos e de uma só frase). Albamazar é Abū-l-Ma'sar (século IX), traduzido para latim, sob o título de *Introductorium majus*, primeiro por Johannes Hispanus e depois por Hermann o Dálmata<sup>2</sup>. A citação «e o author da sphaera, e da theorica dos planetas» não é clara; a primeira parte refere-se provavelmente a John Holywood, mas este não escreveu nenhuma «Teórica dos planetas»; com este título – *Theorica Planetarum* – há a versão latina da obra de Al-Bitruji (Alpetragius), de que também há uma versão hebraica igualmente do século XIII; mas a referência pode ser ao *Tratado dos planetas* de Chaucer, de fins do século XIV (já veremos as razões para o supor). Nada disto indica um conhecimento efectivo de tais obras, possivelmente citadas só de segunda mão (é pois ousado admitir que no reinado de D. João I o *Tractatus de sphaera* de Sacrobosco existisse em Portugal, embora seja possível).

Já quanto a João Gil e a Ali Aben Ragel podemos estar certos

<sup>1</sup> Pp. 125 e 127 da ed. Esteves Pereira.

<sup>2</sup> Vallicrosa, *Nuevos Estudios*, p. 76.



de que as suas obras existiam realmente então em Portugal e aqui eram conhecidas. As oito páginas que o *Livro da Montaria* gasta a resumir o primeiro já não deixariam dúvidas quanto a esse. Mas, além desta, a prova decisiva está em que quer de uma quer de outra obra foram feitas traduções para português precisamente em 1410-1411 no caso da de Aben Ragel e certamente pela mesma altura no caso da de João Gil. Em ambos os casos o texto português é dado em caracteres hebraicos, e os códices estão ambos na Bodleian Library, de Oxford. Sabemos já que Pedro IV o Cerimonioso fomentou, na sua côrte de Aragão, o cálculo de tábuas astronómicas e a feitura de tratados de astrologia. O atribuído a João Gil é precisamente um destes, mandado fazer pelo rei em 1352 e devido possivelmente a mestre Alfonso; Juan Gil de Castiello ou de Burgos teria sido simplesmente o seu copista – mas não é impossível que seja co-autor, ou mesmo que a obra seja realmente de sua autoria, pois os astrólogos pulularam então nessa côrte e vários foram os tratados sobre tal tema então compostos, aliás todos de fraca originalidade. Seja como fôr, nas sete partes que o compõem são tratados os seguintes assuntos (seguintes o resumo dado por Moreira de Sá):

- I – Esferas celestes, estrelas e signos, planetas e suas influências, conjunções, cometas e climas.
- II – Tempestade, ventos, chuvas e pedriscos – isto é, o tempo.
- III – Nascimento dos homens e seus estados.
- IV – Influência do Sol na vida humana.
- V – Mudanças e tumultos nos reinos, guerras e calamidades.
- VI – Escolha do tempo favorável para se realizarem certas acções.
- VII – Meios de tratar doenças, epidemias e pestes devidas a influências dos astros.

A versão portuguesa intitula-se *Lybro de Magyka*. Como no *Livro da Montaria* aparece referido sob a indicação de «livro de estromia», poder-se-ia ser levado a crer que o «bom retórico» que colaborou com D. João I o conhecia em catalão, e que portanto a sua tradução para português dataria de depois daquela obra venatória; mas como a tradução está escrita em caracteres hebraicos pode não ter saído do círculo dos físicos judeus e já existir em 1416-1433.

Quanto ao tratado astrológico de Aben Ragel, vimos que foi traduzido para castelhano a meio do século XIII (aliás sê-lo-á para várias outras línguas, incluindo o latim). A versão portuguesa tem a



data de 1411 e uma indicação de nome: Jocef b. R. Gedalyah. Tratar-se-á simplesmente do copista ou também do tradutor? Moreira de Sá propõe identificá-lo com o mestre Guedelha, judeu, grande astrólogo, físico de D. Duarte (e que tirou o seu horóscopo para o dia da coroação, como se vê do capítulo II da *Chronica de D. Duarte* de Rui de Pina); a hipótese é sedutora. Segundo Gerold Hilty, que preparou a sua edição, a versão teria sido feita do castelhano<sup>1</sup>.

A existência de pelo menos duas obras astrológicas em versões portuguesas mas escritas em caracteres hebraicos e datando do reinado de D. João I, sabendo-se de mais a mais que na Catalunha e noutros pontos existem igualmente obras do mesmo tema escritas nos mesmos caracteres, embora o texto esteja nas respectivas línguas, obriga a repensar um dos problemas fulcrais dos Painéis ditos de Nuno Gonçalves. Na verdade, umas das tábuas apresenta em primeiro plano um homem ajoelhado mostrando uma relíquia, e por detrás dele, de pé, um outro com um livro aberto nas mãos. Supôs-se que se trataria de um judeu, à base, é certo, de indícios contestáveis (e contestados). O que é indubitável é que o texto patente tem resistido vitoriosamente a todas as tentativas de decifração, mesmo as mais engenhosas. Os especialistas em tempos consultados pelo saudoso Professor Élie Lambert foram unânimes em considerar que o texto está escrito em caracteres aramaicos ou hebraicos, copiados por um pintor que não sabia essa escrita; do mesmo parecer foi o Professor Maurice Lombard, por nós consultado. Mas não se tem conseguido dar uma leitura do texto a partir de tal chave, e para o fracasso alega-se quer essa ignorância do pintor, quer até que este pode ter pretendido dar apenas uma sugestão de língua hebraica ou aramaica só pelo desenho, defeituoso e por que não um pouco ao acaso, de caracteres, sem transcrição de um texto definido. Explicações algo tortuosas.

Há todavia uma hipótese bem simples. O homem de pé seria o físico e astrólogo da corte – logo, um judeu (assim se explicaria a presença de um judeu numa cerimónia católica); o livro que tem nas mãos seria um tratado de astrologia *cujos texto é em português*

---

<sup>1</sup> Sobre as versões portuguesas das obras de Aben Ragel e João Gil veja-se A. Moreira de Sá, no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, vol. I, n.º 4, pp. 563-585.

mas cujos caracteres são hebraicos ou aramaicos, como constatámos que se dá nos casos das obras de João Gil e Aben Ragel. A presença do astrólogo com o seu livro de astrologia não só se explica pela necessidade de tirar o horóscopo relativo ao acto que se celebra como é até imposta por esta prática a que nem D. Duarte se furtou, embora não obedecesse às súplicas de mestre Guedelha. Ora, se os Paineis representam, como se nos afigura altamente provável, uma cerimónia extremamente importante da vida pública nacional, não podia deixar de se ter consultado o físico-astrólogo, e o pintor seria levado muito naturalmente a figurá-lo precisamente para dar todo o sentido ao acto que representava em pintura. Se, como aventámos a hipótese, o conjunto foi pintado em relação com o Infante D. Pedro, pode notar-se que a *Virtuosa Benfeitoria* parece revelar que este Infante, ou pelo menos o círculo à sua volta, acreditava na astrologia – e o contrário seria mais de admirar<sup>1</sup>.

Quando pretendemos dar um balanço às possibilidades de apetrechamento cultural no Portugal dos reinados de D. João I e D. Duarte, não devemos esquecer as relações com a Inglaterra. E. G. R. Taylor lembrou oportunamente que o poeta e astrónomo Geoffrey Chaucer esteve ao serviço de John de Gaunt na meninice de D. Filipa de Lencastre e que posteriormente se casou com uma irmã da terceira mulher do duque<sup>2</sup>. Ora Chaucer estava em relações com a escola matemática de Oxford e é ele próprio, como já dissemos, autor de um *Tratado do astrolábio* e de um *Tratado dos planetas*. Conviria pois averiguar se teve contactos com portugueses e se seus trabalhos teriam chegado a Portugal.

Na livraria de D. Duarte existiam dois livros de astrologia (e assim intitutados, ao que parece)<sup>3</sup>. Não temos elementos para os identificar, nada impõe que se trate de João Gil e Aben Ragel, como já se supôs. Nada sabemos das outras bibliotecas portuguesas da época. No rol, datado de 1466, de 96 livros que pertenceram ao condestável D. Pedro, filho do Regente, não figura qualquer título relacionado com a matemática ou com a astronomia<sup>4</sup>. Esta lacuna

<sup>1</sup> Vejam-se os caps. XXVIII e XXIX do livro II (pp. 158 e 162 da 3.<sup>a</sup> ed., de Joaquim Costa, 1946).

<sup>2</sup> *Mathematics and the Navigator in the XIII<sup>th</sup> Century*, prefácio.

<sup>3</sup> Rol reproduzido na ed. do *Leal Conselheiro* por J. Piel, pp. 414-416.

<sup>4</sup> Pp. 121-143 da ed. Carolina Michaëlis da *Tragedia da la insigne Reyna*.

não significa senão que o poeta, interessado nos livros sagrados e religiosos, na literatura latina clássica, nas crónicas, na poesia e em certas obras filosóficas (especialmente de moral e política), incluindo a enciclopédia de Isidoro de Sevilha, não se voltava para esse outro campo. Teria um outro alcance conhecer o rol da livraria do pai, e saber quais os livros por que estudavam e com que trabalhavam os físicos e astrólogos.

Muito se tem fantasiado quanto a um livro *Secreto de los secretos de astrologia* que teria sido composto pelo Infante D. Henrique. Pretendeu-se identificá-lo com o pseudo-aristotélico *Segredo dos Segredos*, cuja versão portuguesa quatrocentista foi já dada à estampa<sup>1</sup>; mas já Joaquim de Carvalho rejeitava categoricamente a identificação, e Guy Beaujouan demonstrou que este erudito é que estava na razão. Este *Segredo dos Segredos* em várias línguas largamente difundido e que D. Duarte utilizou no *Leal Conselheiro*, trata primeiramente dos reis e dos modos deles, suas virtudes e vícios; passa em seguida ao regimento da saúde, conhecimento dos manjares e mēzinhas e sangria, e por fim descreve a arte de conhecer as qualidades dos homens (fisiognomia); refere, e utiliza evidentemente noções astrológicas (por ex., ff. 59v-60, como já a f. 53, aqui para determinar o tempo a que deve proceder-se à sangria; a f. 89 a disposição das cousas celestiais intervém para saber quando cometer uma batalha). Mas não estamos de modo algum perante um livro de astrologia – e a sua utilidade para a navegação seria, *a fortiori*, completamente nula.

Ora no catálogo da biblioteca de Fernando Colombo o que se lê é: «4129. Libro en español de mano llamado secreto de los secretos de astrologia compuesto por el infante don Enrrique de Portugal.» *Incipit*: «aqui se comiença un libro que se llama segredo...» *Desinit*: «... a Dios fazer como su merce fuere; a Dios gracias. Es en 4º. Costo en Salamanca tres reales a 21 de abril de 1525.» E no catálogo da biblioteca de Argote de Molina (1548-1598) arrola-se sob o título «Secretos de astrologia por el infante Don Enrique de Portugal.» provàvelmente o mesmo exemplar. A consulta de outros índices relativos à biblioteca de Fernando Colombo mostrou a G. Beaujouan que esse livro «Dominus Henricus a Portugalia in secretis secretorum astrologie hispanice et manuscriptis 4129» aparece

<sup>1</sup> Ed. Mário de Sousa Gomes e A. Moreira de Sá, Lisboa, 1960.

classificado como obra de astronomia (primeiro tinha-o sido como de matemática) e trata dos vários segredos de que se ocupa a perícia astrológica, das virtudes dos planetas e seu senhorio sobre o mundo terrestre, e dá as regras para formular os juízos astrológicos relativos ao suceder das cousas e às qualidades do tempo para cada acção. Algo no género dos inúmeros livros «do juízo das estrelas» e das «teóricas dos planetas». Irrefutavelmente, nada tem que ver com o pseudo-aristotélico de que antes falámos<sup>1</sup>.

Duarte Leite negou afincadamente que o livro *Secreto de los secretos de astrologia* fosse da autoria do Infante D. Henrique, e com argumentos que nada perderam da sua fôrça. O mais natural é supor que se trata de obra de autor castelhano ou de tradução, por tradutor castelhano, de obra muçulmana ou judaica, do género que já apontámos, e que teria pertencido ao Infante – e daqui a confusão atribuindo-lhe a autoria. Sabe-se que não se liga ao *Tratado de astrologia* de Don Enrique de Villena, contrariamente ao que chegou a aventar-se.

Nenhuns indícios autorizam sequer a supor que o Infante D. Henrique ordenou ou fomentou ou patrocinou ao menos a feitura ou a tradução de obras astrológicas ou matemáticas. Nenhuma intervenção, nem mesmo longínqua (ao invés do que precipitadamente chegou a alvitar-se) pode ter tido na versão para português das obras de Aben Ragel e João Gil, pois em 1411 sòmente contava 17 anos de idade e nada sugere uma acção sua nesse sentido.

Seria conhecido no Portugal de D. João I e de D. Duarte o tratado de Sacrobosco? Vimos que a citação no *Livro da Montaria* não basta para responder afirmativamente, porquanto se coaduna perfeitamente com ser de segunda mão. Duarte Leite não excluía que a obra aqui existisse já então, em latim, dada a sua larguíssima difusão, apenas duvidava que o rei a tivesse lido<sup>2</sup>. Entre os códices que pertenceram à abadia de Alcobaça figura uma cópia do texto latino do *Tractatus de sphaera* que parece ter sido feita na segunda metade do século xv e é aliás incompleta, pois lhe falta o capítulo iv (e fi-

<sup>1</sup> Guy Beaujouan, *Fernand Colomb et le traité d'astrologie d'Henri le Navigateur*, em «Romania», vol. LXXXII, 1961, pp. 96-105.

<sup>2</sup> Duarte Leite, *História dos descobrimentos*, vol. I, p. 421 (e nota 2). Engana-se, pois, L. Albuquerque ao dizer que D. L. rejeitava inteiramente o conhecimento de Sacrobosco no Portugal quatrocentista.

nal). Essa cópia foi publicada por Luís Albuquerque<sup>1</sup>. É possível que tenha entrado em Portugal (se aqui não foi tirada por outro exemplar) ainda nesse século: mas não é certo, embora não repugne crê-lo. O certo é que, como notou Duarte Leite, a tradução portuguesa que acompanha o *Regimento do estrolabio e do quadrante* foi feita da versão espanhola (dados os castelhanismos que nela aparecem); assim, segundo este historiador, o tratado seria conhecido entre nós o mais tardar sob D. João II, pois o *Regimento* parece datar de então. Duarte Pacheco Pereira, que não sabia bem o latim, teve já à mão, ao que parece, essa versão portuguesa, embora numa cópia em que não figurava o *Regimento* (J. Barradas de Carvalho, no «Boletim Internacional de Bibliografia», vol. II, n.º 4, 1961, p. 624).

É, em suma, possível, e até natural, que na primeira metade de Quatrocentos o livro de Sacrobosco existisse em Portugal, mas tal existência não pode, por enquanto, comprovar-se seguramente antes do último quartel. O códice alcobacense pode ter sido copiado em Salamanca, em cujo Colegio Viejo de San Bartolomé havia exemplares em latim<sup>2</sup>. O intermediário pode ter sido Diego Ortiz que de lá veio para a côrte do Príncipe Perfeito.

Cabe o mérito a Guy Beaujouan de ter trazido à discussão do apetrechamento que pode ter servido à arte de navegar o rol dos códices desse Colégio. Notemos que já antes de 1440 aí existiam os seguintes:

A) De matemática:

- a) *Algorismus* – dois: o de John Holywood e o traduzido por João de Sevilha;
- b) *Practica geometriae* de Dominicus de Clavasio; a *Perspectiva* de Roger Bacon;
- c) *Mathematica* de um Philippus Elephantis, inglês;

B) De astronomia e astrologia:

---

<sup>1</sup> *Sobre um manuscrito quatrocentista do «Tratado da Esfera» de Sacrobosco*, na «Revista da Faculdade de Ciências de Coimbra», vol. XXVIII, 1959.

<sup>2</sup> Beaujouan, *Science livresque*, pp. 16 e 17.

- a) Os tratados de Ptolomeu, Alcabitius, Almansor, Zael Benbriz, Mā-šā-Allāh, Tabit ben Qurra, Aben Ragel, Sacrobosco, os comentários (incluindo o de Robert d'Anglès) ao seu *Tractatus de Sphaera*, a *Theorica planetarum*, Al-Fargānī;
- b) Tratados do astrolábio e do quadrante de Mā-šā-Allāh, Robert d'Anglès, Profatius Judeus;
- c) Tábuas astronómicas de Azarquiel (Toledo) e de Robert d'Anglès.

Entre 1440 e 1475 entram na livraria do Colégio salamanquino:

- A) a) *Elementos* de Euclides;
- B) a) Outra *Theorica planetarum* e outro comentário a Sacrobosco;
- b) Um *Astrolabium* de Mā-šā-Allāh e um *Quadrans* de Robert d'Anglès;
- C) a) *Geografia* de Ptolomeu;
- b) A carta do Preste João<sup>1</sup>.

O contacto com o meio cultural de Salamanca deve ter-se estreitado com a vinda para Portugal de Diego Ortiz em 1475. Ignoramos, porém, se já antes portugueses iriam lá estudar e copiar tais obras; não é de rejeitar tal hipótese, que conviria pôr à prova da documentação. De Salamanca virá também o judeu Abraham Zacuto, origem directa das tábuas náuticas.

É preciso não esquecer que os homens de Quatrocentos vivem num ambiente cultural em que o prodigioso se mistura ao natural, em que falta ainda um critério de destrição entre verosímil e inverosímil, e que é formado pela confluência ecléctica de legados contraditórios (mas cuja contradição não é sentida) – o latino-medieval e o greco-muçulmano. Assim, no mesmo Portugal em que se traduzem os tratados astrológicos de João Gil e Aben Ragel, Frei Baltazar de Vila Franca copia os *Isidori Hispalensis Episcopi Ethimologiarum libri viginti* e ilustra-os com um mapa ainda da anacrónica concepção do T no O<sup>2</sup>. Aliás o atraso cultural português foi nota-

<sup>1</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>2</sup> Códice alcobacense para que chamou a atenção Armando Cortesão – *Cartografia portuguesa antiga*, p. 30.

do pelo primeiro dos nossos «estrangeirados» (que são sempre aqueles que, graças à experiência no estrangeiro, melhor vêem os problemas nacionais). Na sua carta escrita de Bruges ao irmão, e ainda Infante, D. Duarte, o Infante D. Pedro não se esquece de apontar que «a Universidade de vossa terra devia ser emendada» e propõe que essa reforma seja feita pelo modelo de Oxford e Paris. A sua preocupação fundamental parece ser a formação do clero e da magistratura e dos quadros dirigentes da vida pública. Mas os modelos eram certamente bem escolhidos: já falámos da escola matemática de Oxford no século xiv, a que se deve o desenvolvimento da trigonometria; quanto a Paris, na mesma era trecentista fôra, com Nicolas Oresme, Buridan e tantos outros, o foco dos prelúdios da geometria analítica, da álgebra e da mecânica moderna (galileana). Depois da carta de Bruges (1426), D. Pedro volta ao tema em *A Virtuosa Benfeitoria*, terminada entre 1428 e 1433 (livro II, cap. 22): como a sabedoria, que é ciência usada segundo a razão, é a mais perfeita virtude, nenhuma outra tão necessária se revela à vida da comunidade; os cavaleiros devem ser sabedores, e por sabedores será o povo melhor regido. Não é impossível que tais sugestões estejam na base da reforma de estudos intentada por D. Henrique em 1431.

Segundo G. Beaujouan, o *Algorismus* e o *Tratado da Esfera* de Holywood, os livros sobre o quadrante, de Robert d'Anglès, e sobre o astrolábio, de Mā-šā-Allāh, e a *Teórica dos planetas* constituíam as traves-mestras do ensino científico nas Universidades no século xiv e primórdios do xv<sup>1</sup>. Digamos antes: uma arte de numerar (por algarismos), uma prática geométrica, um tratado da esfera e um ou dois manuais de uso de instrumentos. Mas constatámos já o atraso do ensino do *Quadrivium* em Portugal, e que aquele ensino se transmitia muitas vezes de preferência pelos meios de físicos e mercadores, mais tarde também através das escolas de pilotos. As traduções portuguesas de João Gil e Aben Ragel devem-se a judeus, e não a professores universitários; é um judeu, Aben Verga, quem, durante uma estadia em Portugal, compõe em Lisboa, em 1457, um *Tratado do astrolábio*, de que chegaram até nós vários manuscritos<sup>2</sup>. Não frequentou a Universidade Gomes Eanes da Zurara,

<sup>1</sup> *Science livresque*, p. 17.

<sup>2</sup> Bensaúde, *L'Astronomie*, p. 57.



pois que, segundo o testemunho de Mateus Pisano, «era já de idade madura e ainda não aprendera quaisquer letras»; mas, como ardia no desejo de saber, tornou-se, no meio do paço, «bonus grammaticus, nobilis astrologus et magnus historiographus»; suas crónicas provam aliás que se dedicava à astrologia, tirando horóscopos e conhecendo os rudimentos do sistema ptolomaico (não da *Geografia* do autor grego), certamente através de um qualquer desses inúmeros compêndios muçulmano-judaicos.

A náutica astronómica não se formou graças a qualquer elaboração científica – aliás o século xv marca uma longa paragem na criação da ciência, depois da «revolução intelectual do século xii», essencialmente tensão assimiladora, e depois dos prelúdios de modernidade de Trezentos; essa nova arte de navegar é apenas – e isso já é muitíssimo – a utilização do material «científico» greco-muçulmano-judaico e do seu instrumental nas necessidades práticas da navegação oceânica, graças à resolução de problemas meramente técnicos.

Quando é que surge a navegação oceânica e quando é que a direcção do navio deixa de poder continuar a fazer-se pelos meios creados no século xiii, isto é, pelo simples rumo da agulha, estima do caminho percorrido e conhecimentos locais?

Reproduzimos já a justa observação de Taylor, de que a navegação no mar do Norte não é meramente costeira e de que há a considerar ainda as travessias para a Islândia e daqui para a Gronelândia. Não obstante, pode dizer-se que é com as viagens para os Açores, num percurso de quase 50% superior àquela travessia, e com a torna-viagem de Guiné pelo largo que verdadeiramente abre a navegação oceânica. O arquipélago açoreano fôra já descoberto e ocasionalmente visitado no século xiv; mas os grosseiros erros da sua arrumação (nas cartas de então norte-sul, talvez devido à declinação magnética) e da distância da sua localização por referência à costa portuguesa, um e outro afectando quer o cartear quer o navegar por roteiro, impediam de lá voltar com facilidade, e carecia-se de estímulos para o povoar. A representação cartográfica só melhorou depois do primeiro quartel de Quatrocentos, segundo Duarte Leite (*História dos Descobrimentos*, I, p. 278) – e nem sempre isso se dá, conforme corrigiu Luís Albuquerque<sup>1</sup>. A partir de 1427 é

<sup>1</sup> *Introdução à História dos Descobrimentos*, pp. 212-213.



que, graças a Diogo de Silves, os Açores entram no círculo económico e marítimo português – e trata-se de viagens de mil e quatrocentos quilómetros pelo golfo, um terço da distância que separa a Europa da América.

A que estão ligadas tais viagens para ocidente na década de 1420, não o sabemos. Mas a sua amplitude é considerável, sobretudo se atendermos ao testemunho da carta náutica que Armando Cortesão datou de 1424 e que, conquanto de feitura veneziana – seu autor seria Zuane Pizzigano –, traduziria viagens e concepções portuguesas, como a toponímia das ilhas revela<sup>1</sup>. A poente dos Açores figuram quatro ilhas – duas maiores, Antilia e Satanazes, e duas menores – a uma distância daquele arquipélago equivalente à que o separa da costa portuguesa. Os Portugueses teriam pois chegado às Antilhas da América Central, se não ao próprio continente. A esta interpretação aderiu, como era de esperar, entusiásticamente o grande Jaime Cortesão<sup>2</sup>. Não é fácil, todavia, deixá-la passar sem embargos. A distância dos Açores às Antilhas excede o dobro da que os separa de Portugal, e não estão a oeste mas sim a sudoeste franco. Não é pelo rumo dos Açores que um veleiro pode chegar ao arquipélago da América Central, pois teria correntes e ventos contrários; para lá vai-se pelas Canárias e rumo de sudoeste delas, para só bem transposto o trópico rumar para oeste, tendo até passado nas imediações das ilhas de Cabo Verde. O regresso é que se faz pelos Açores. Ora, conquanto A. Cortesão julgue ver em certas ilhas da carta uma representação do arquipélago cabo-verdiano, perguntamo-nos por que é que os Portugueses teriam levado de 1433 a 1444 a ir do Bojador ao cabo Verde – se já em 1424 tinham alcançado as ilhas em face deste... A travessia do Atlântico *com retorno* só é possível depois de longos e longos anos de experiência náutica, para conhecer ventos e correntes, e da adaptação do aparelho e da manobra do navio a essas condições. Sabemos que só na década de 40 entra em serviço a caravela de descobrimento, quaisquer que sejam as suas inovações em relação aos veleiros anteriores – e até em relação às «caravelas» pré-existentes. Por outro lado, tudo ignoramos de explorações do Atlântico Norte antes de 1427. Nesta data é que, segundo a legenda do mapa de Valseca, o arquipélago

<sup>1</sup> *The Nautical Chart of 1424*, Coimbra, 1954.

<sup>2</sup> *Descobrimientos Portugueses*, I, pp. 219-220 e 384; II, p. 20.

açoreano é descoberto – e como é que o seria só passados uns anos de se chegar às Antilhas? Aliás, a carta de 1424 não indica o mar dos Sargaços, que se vê pela primeira vez na carta de Andrea Bianco de 1436: «questo xe mar. de baga», lê-se numa legenda colocada a meio do Atlântico Norte mas acima da latitude real pois corresponde nesse mapa à latitude da Bretanha. Baga designa as vesículas das algas marítimas, semelhantes a bagos; de resto, ao sargaço também se chama *uva do mar*, como indicou Ernesto do Canto, que deve ter sido o primeiro a identificar mar de Baga com mar de Sargaços e a apontar a importância da legenda de Bianco<sup>1</sup>. Parece, por conseguinte, que o mar de Sargaços deve ter sido descoberto entre 1427 (descoberta dos Açores) e 1436, porquanto custa a crer que o fôsse antes daquele arquipélago; o que torna ainda mais inverosímil um conhecimento das Antilhas anterior à primeira destas datas e até à segunda. Repare-se ainda em que a deslocação, para norte da posição real, da representação desse mar de Baga deve relacionar-se, como a errada arrumação norte-sul do arquipélago açoreano, com o desvio da agulha magnética.

Concluamos, em suma, que de 1427 a 1436 os Portugueses, instalados desde 1419-1424 nas ilhas da Madeira e tendo começado depois disso a percorrer o litoral saariano, se lançam em várias viagens de exploração oceânica cujo resultado foi indubitavelmente o descobrimento dos Açores e talvez também do mar de Sargaços. Em 1444-1445 traça-se o retorno de Guiné em arco pelo largo, contornando por oeste a corrente das Canárias e o alísio. Está assim iniciada a autêntica navegação oceânica.

Teria sido possível passar-se a esta nova fase da navegação, estabelecendo rotas certas – logo, retornos não aventureiros –, apenas com os recursos e processos da rumação pela agulha, estima do caminho singrado, aproximação pelas conhecenças locais e pela sondagem dos fundos? Não implica tal navegação oceânica, além do conhecimento dos ventos e correntes, outros processos de determinação da posição do navio, da distância percorrida e da posição do destino?

Em 1416, a bordo da nau *Sam Cristovam*, de regresso de Ceuta, havia a bordo unicamente, segundo consta do rol, três agulhas de marear, um relógio e dois «prumes de sondar com sua sondare-

<sup>1</sup> *Archivo dos Açores*, I, p. 193.

za». Mas é possível que o rol esteja incompleto – faltaria, por exemplo, uma carta de marear – ou que, dado tratar-se de viagem curta e em área batidíssima, não fôsse necessário qualquer outro instrumental. A maior parte, se não a totalidade das referências a instrumentos astronómicos a bordo de navios mediterrâneos em Trezentos e em Quatrocentos, revelou-se inaceitável. Não é de excluir todavia que, nas viagens de personagens importantes, fôsem com elas astrólogos, não para determinar o ponto, mas sim para tirar os horóscopos das cerimónias. Nenhuma fonte indica, ou sequer sugere que essas, ou mesmo as expedições maiorquinas às Canárias, constituíssem navegação por alturas<sup>1</sup>. Na *Nova Geometria* Raimundo Lúlio refere a utilidade do *astrolabium nocturnum* «pro hominibus qui vadunt de nocte sive per terram sive per mare»: ela é, como já A. Barbosa mostrara, a de uma «esfera das horas da noite» determinadas pela posição das duas estrelas da Ursa e da estrela tramontana; nada tem pois que ver com a determinação da latitude.

Foi Luciano Pereira da Silva quem pela primeira vez, em 1921, chamou a atenção para uma passagem do *Reportório dos Tempos* de Valentim Fernandes que esclareceria a obscura passagem de Diogo Gomes e revelaria a primeira fase do regimento do Norte. O texto do *Repertório* corre como segue:

«Partindo algum de Lisboa para mentes onde lhe cai a chumbada .s. em qual grau e põe ali um sinal sobre o quadrante, em tal tempo quando as estrelas das guardas estão leste oeste com a estrela do Norte. E depois, um dia, ou dois, ou mais, quando que quiserdes no mar saber quanto o vosso navio está diferenciado de Lisboa, vereis a quantos graus vos cai então o chumbo, ou de um cabo ou do outro do vosso primeiro ponto... E assim de todos os lugares fareis onde quer que vos partirdes, como se diz agora de Lisboa.»

Conjugando este texto com o de Diogo Gomes, L. Pereira da Silva concluía que nessa primeira fase se utilizava a bordo o quadrante para observar a altura da Polar (para idêntica posição das Guardas) com dois fins:

- a) Por um lado, conhecendo a altura da Polar para cada lugar importante, saber quando é que o navio o alcançou;
- b) Por outro lado, calculando a diferença em graus da altura da

---

<sup>1</sup> Como escreve Vallicrosa, *Nuevos Estudios*, p. 301 – sem alegar evidentemente qualquer prova.

Polar no ponto de partida e no ponto em que o navio se encontra, saber o caminho andado, pela simples multiplicação do número admitido de léguas por grau pelo número de graus de diferença entre os dois lugares<sup>1</sup>.

António Barbosa em 1938 e uma vez mais em 1948 (desta feita procurando rebater objecções de Duarte Leite) desenvolve a interpretação de L. Pereira da Silva, insistindo no primitivismo das regras, que seriam as mais antigas para a navegação e datariam de meados do século xv. Entre as provas desse carácter primitivo, assinala que a elas aparece ligada a equivalência da légua a três milhas – tratar-se-ia pois da légua terrestre e não ainda da marítima (argumento que nos parece pouco consistente). Doutra banda, chama a atenção para o facto de a dedução do caminho percorrido a partir da diferença de graus de altura vir já indicada em Sacrobosco. Mais ainda: a mesma regra se teria aplicado a partir da observação do Sol ao meio-dia (como também se lê no *Reportório*) – pois só importa a diferença de latitudes e em poucos dias pode-se considerar praticamente nula a variação da declinação solar; esta regra vem já no *Tratado do astrolábio plano* em siríaco, de Severo Sabokt de Nisiba, do século vii<sup>2</sup>. As ideias de L. Pereira da Silva e A. Barbosa foram retomadas (veja-se o que dissemos em apêndice à *História dos Descobrimientos* de Duarte Leite, vol. 1, pp. 404-405) pela professora E. G. R. Taylor e comandante Teixeira da Mota. Mas posteriormente Luís Albuquerque submeteu-as a uma discussão aprofundada, para chegar à hipótese de que tais regras, por aqueles investigadores consideradas primitivas, seriam, ao invés, uma adaptação do regimento do Norte, no primeiro caso, e do regimento da latitude pela altura meridiana do Sol, no segundo, às necessidades práticas de navegação, adaptação feita pelos próprios pilotos e como tal simplificação que lhe confere esse carácter rudimentar; a rudimentaridade não significa pois primitivismo.

Luís Albuquerque notou que no *Reportório* a exposição das regras é feita por uma forma que implica o conhecimento dos dois regimentos astronómicos referidos. Mas este investigador foi o primeiro a reconhecer que isso não prova a data tardia delas, porquan-

---

<sup>1</sup> *A Arte de Navegar dos Portugueses*, cap. 7, in *História da Colonização do Brasil*, I, pp. 53-54.

<sup>2</sup> *Novos Subsídios*, 2.<sup>a</sup> ed., pp. 106-124.

to pode tratar-se de interpolações destinadas a inseri-las num conjunto mais desenvolvido, recente e correspondendo a maiores exigências de rigor científico. Quanto à hipótese de tais regras constituírem simplificações, feitas por práticos para uso de práticos, de uma ciência mais complexa, em vez de uma etape rudimentar dela, reconhece-a como mera hipótese, sem que nada permita, no estado actual dos conhecimentos, decidir entre esta e a de L. Pereira da Silva, A. Barbosa, Taylor e T. da Mota<sup>1</sup>.

Na verdade, o texto de Gomes-Behaim relativo ao quadrante tanto pode considerar-se como interpolação, desastradamente feita pelo Bohémio, de uma prática creada só no reinado de D. João II, de determinação de latitudes pela Polar ou pela altura meridiana do Sol, como pode interpretar-se no sentido de um conjunto de regras mais primitivo – a navegação por distância estimada pela diferença de alturas e por conhecida local dada pela altura –, conjunto cujo eco se encontra no tardio *Reportório*. Eis o texto latino:

«Et ego habebam quadrantem, quando ivi ad partes istas, et scripsi in tabula quadrantis altitudinem poli arctici, et ipsum meliorem inveni quam cartam. Certum est, quoe in carta videtur via marinandi, sed semel errata nunquam redeunt ad primum propositum.»

A tradução que tem servido de base a todas as outras é a antiga de Gabriel Pereira, que, com a correcção de *carta* em vez de *costa*, republicámos no 1.º vol. dos *Documentos sobre a expansão* (p. 94):

«E eu tinha um quadrante quando fui a estes países, e escrevi na tábula do quadrante a altura do pólo ártico, e achei aí melhor do que na carta. É certo que na carta aparece o caminho de navegar [a rota do navio], mas muitos erros juntos nunca levam ao propósito principal.»

Esta tradução enferma de alguns defeitos. As hesitações têm girado em volta de dois pontos. O *ipsum* tem sido interpretado como referindo-se ao conjunto do processo de escrever a altura na tábula («e achei isto melhor do que a carta», Duarte Leite, I, p. 377; e Vergílio Ferreira, *apud* L. Albuquerque, *Introdução*, p. 252, com ligeira variante). Já porém L. Pereira da Silva (*Arte de navegar*, cap. VII, a p. 294 do vol. II das *Obras completas*) entendera que *ipsum* se refere a quadrante, logo a versão deveria ser «achei-o [quadrante] melhor

<sup>1</sup> *Introdução à História dos Descobrimientos*, pp. 254 e 327-338.

do que a carta»; a esta interpretação aderiu G. Beaujouan (*Science livresque*, p. 10). O segundo ponto de dúvida tem sido *semel errata*: segundo uns, «mas erros juntos nunca levam ao propósito principal» (Duarte Leite), «mas as cousas erradas uma vez, nunca conduzem ao primeiro [i. é., principal] propósito» (V. Ferreira). Guy Beaujouan entende que *errata* não é o nominativo plural de *erratum*, e não indica pois «cousas erradas», mas sim o ablativo absoluto de *erratus*, *a, um*, reportando-se a *via marinandi*: «uma vez [semel] errada [a via de navegar], nunca se volta ao propósito [destino da navegação] primeiro». Chega-se deste modo à tradução seguinte:

«E eu tinha um quadrante quando fui a estas partes, e escrevi a altura do pólo ártico na tábua do quadrante, e achei aí este melhor do que a carta. É certo que na carta se vê a rota de navegação, mas, se alguma vez a erramos, nunca mais voltamos ao destino primitivamente fixado.»

Guy Beaujouan teve razão de chamar a atenção para a incerteza do significado de *tabula quadrantis*: tanto pode ser a tábua (material) que constitui o instrumento, como as tábuas astronómicas (de declinação solar ou outras) – sentido com que a expressão aparece, por exemplo, no *Tratado do Quadrante* de Robert d'Anglès, tão espalhado, como vimos. Esta segunda interpretação levaria a considerar o passo em questão como interpolação posterior a 1481; a primeira é a que se coaduna com a hipótese de uma fase de distâncias por diferença por alturas. Afigura-se-nos todavia que o contexto leva a pender para a primeira interpretação (e logo para a hipótese Pereira da Silva-A. Barbosa). Com efeito, não se vê bem por que é que os pilotos inscreveriam *nas próprias tábuas de declinação solar* as alturas do pólo que fossem observando; é mais natural que as escrevessem num caderno à parte, dado que em cada época do ano a declinação é diferente. Ao passo que a marcação no próprio quadrante vem indicada no *Repertório* de Valentim Fernandes.

Repare-se que a utilização da altura da Polar, ou meridiana do Sol, num caso sem a correcção da distância da tramontana ao pólo, no outro sem o cálculo com a fórmula em que entra a declinação, meramente como conhecimento local, se adapta particularmente bem à navegação ao longo de um paralelo, como são as viagens para e dos Açores, e igualmente à navegação pelo largo, em que é necessário determinar os pontos de inflexão da rota. Persistimos, por tudo isso, em crer que, no estado actual da investigação, o esquema mais plausível das fases da náutica quatrocentista é o que figura a p. 407

do vol. 1 da *História dos Descobrimentos* de Duarte Leite, por nós proposto.

A navegação por latitudes determinadas astronômicamente deve ter começado por 1481-1485. Na esteira de Ravenstein (*Martin Behaim*, 1908, p. 16), J. Bensaúde (*L'astronomie nautique*, 1912, p. 106) e de Fontoura da Costa (*La science nautique des portugais*, 1935, p. 8), Duarte Leite aceitava que a navegação astronômica tivesse sido iniciada por Diogo de Azambuja na sua viagem à Mina em 1481, e isso com base numa notícia de 1689, vinda a lume numa crónica da pena do marquês de Alegrete. Mas posteriormente Luís Albuquerque levantou justos embargos a esta informação tardia e de terceira mão, mostrando que assenta numa leitura errada de Barros, com transposição arbitrária para essa viagem de Azambuja de dados colhidos noutra capítulo das *Décadas*, o que levou até ao erro de considerar Behaim presente em Portugal a uma data em que ele ainda cá não estava<sup>1</sup>. Assim, pois, é de não atender a tal informação. Por outro lado, Fontoura da Costa, refazendo certos cálculos, concluíra que a tábuas solar única do *Regimento de Munich* fôra calculada para o ano de 1483. Ora Luís Albuquerque, completando essa verificação pelo cálculo, veio esclarecer que ela se pode referir a um qualquer dos anos, de quatro em quatro, a contar de 1479, até 1547 – logo, 1483, 1487, 1491, etc. Mas como em 1497 o mais tardar surgem as tábuas quadrienais, o último ano para que aquela pode ter sido elaborada é 1495<sup>2</sup>. Estas constatações não se nos afigura que nos devam levar a recuar a gênese da náutica astronômica, nem sequer de alguns anos. Como Beaujouan pôs em relevo<sup>3</sup>, em 1475 exila-se em Portugal Diego Ortiz, professor da Universidade de Salamanca; vimos atrás de que livros dispunha o Colegio Viejo de San Bartolomé, cumpre agora acrescentar que Ortiz, ele próprio cosmógrafo, estava aí em relações com o astrónomo Juan de Salaya, que em 1481 traduziu para castelhano, sob a supervisão do autor, os cânones do *Ha-jibbur Hagadol*, o célebre *Almanach Perpetuum* que está na base de todas as tábuas dos descobrimentos. Em castelhano ou em hebraico o pode ter conhecido, no segundo caso antes de 1481, no primeiro no ano ou anos se-

<sup>1</sup> *O primeiro guia náutico português*, pp. 30-31.

<sup>2</sup> *Idem*, pp. 47-49.

<sup>3</sup> *Science livresque*, pp. 15-17.



guintes, mestre José Vizinho, que em 1484 e 1485 andou a fazer o levantamento astronómico da Guiné; repare-se que a data da tradução para castelhano e os limites cronológicos em que mestre José pode ter conhecido o Almanaque de Zacuto corroboram a probabilidade de a tábua solar para um ano só se destinar a Março de 1483-Fevereiro de 1484, como queria Fontoura. Aqueles elementos, aduzidos por Beaujouan, tiram toda a fôrça ao argumento de Duarte Leite (I, p. 399), de que José Vizinho não podia ter calculado latitudes pela medição da altura meridiana do Sol, por ainda não estar publicada a obra de Zacuto. Por outro lado, também não nos parece que seja legítimo inferir, como o fazia o grande Mestre, dos erros e até falsidades das duas notas marginais colombianas que ao caso se reportam, que José Vizinho não tenha efectuado essa missão astronómica na Guiné; esta não repetia a de Azambuja – aliás muito mais duvidosa, como nos certificámos graças a L. Albuquerque –, porquanto apresentava um carácter sistemático que a precedente não teria tido (se chegou a realizar-se) e se destinava à feitura de novas cartas para substituir as rumadas, como T. da Mota mostrou.

Em 1496 foram calculadas tábuas para o quadriénio 1497-1500, de que vão servir-se Vasco da Gama e Cabral. Em Fevereiro daquele ano saíra dos prelos em Leiria a primeira edição da tradução latina, devida a José Vizinho, do *Almanach Perpetuum* de Abraham Zacuto, que desde 1492 estava refugiado em Portugal – donde vai ter aliás de fugir aquando da grande expulsão dos Judeus. Na base do testemunho de Gaspar Correia, Fontoura da Costa atribuiu a elaboração dessas primeiras tábuas quadrienais ao próprio judeu salamanquino; mas Duarte Leite patenteou bem (I, pp. 403-404) a nenhuma confiança que merece, neste ponto, o que escreveu tardiamente esse cronista, e tivemos ensejo de juntar uma acha à fogueira. L. Pereira da Silva considerava-as antes da autoria de José Vizinho<sup>1</sup>, opinião que Duarte Leite aceitava. Mas, como L. Albuquerque sublinhou, em qualquer dos casos essas tábuas assentam no *Almanach* de Zacuto (*O primeiro guia náutico*, pp. 46-47). São as que estão transcritas na *Suma de Geografia*, de Enciso (1519) e no Livro de André Pires (da mesma época e ligado também ao meio sevillhano).

<sup>1</sup> *Arte de Navegar*, em *Obras*, vol. II, pp. 315-316.



O ambiente cultural do Portugal de D. João II é muito diferente do ambiente cultural do Portugal henriquino, como repetidamente Duarte Leite vincou e tudo corrobora. Em tempos de D. João I e D. Duarte conheciam-se os rudimentos do sistema ptolomaico do mundo, como Duarte Leite indicou, mas, apesar de o *Livro da Montaria* citar o *Almagesto*, ignoramos se existia entre nós qualquer exemplar desta obra, que se contava entre o recheio da livraria do rei Martin de Aragão. Quanto à *Geografia* – ou *Cosmografia* ou *Corografia*, como aquele historiador também a intitula (I, p. 396) –, traduzida no século IX para árabe e já conhecida, por exemplo, de Maçudi, na primeira metade do seguinte, só foi traduzida para latim em 1406 (o mais tardar 1410) e permaneceu rara até sair dos prelos em 1475, em Vicenza, ainda sem os mapas, e dois anos depois em Bolonha já com eles; a imprensa difunde-a largamente nesse último quartel de Quatrocentos, em várias edições, embora só em 1533 seja dado à estampa o texto grego. É, por conseguinte, muito pouco provável que chegasse a introduzir-se em Portugal na época henriquina. No reinado de D. João II, segundo escreveu Duarte Leite, circulou impressa e assim a conheceram aqui Martim de Bohémia e Duarte Pacheco. Reportando-se ao descobrimento do reino de Benim e às informações que dele deram o seu embaixador e João Afonso de Aveiro em 1486, escreverá João de Barros: «Donde tomando el-rey com os cosmographos deste reino a tavao geral de Ptolomeu da descripçam de toda Africa,...», esclarecendo adiante que o Príncipe Perfeito julgou estarem seus navios perto do Praso Promontório (*Década I*, livro III, cap. 4). Ora esta informação do cronista é validada por uma passagem da Oração de obediência proferida em 1485 em Roma por Vasco Fernandes de Lucena: «Accedit tandem hijs omnibus haud dubia spes Arabici sinus perscrutandi: ubi Asiam incolentium regna et nationes vir apud nos obscurissima fama cognite sanctissimam Salvatoris fidem religiosissime colunt; a quibus iam si modo vera probatissimi Geographi tradunt paucorū dierum itinere Lusitanorū navigatio abest. Quippe cum emerso iam multo maximo Aphrice ambitu prope Prassum promontoriū unde Arabicus incipit sinus...» (p. 10 da ed. original). Tais referências ao *Sinus Arabicus* (mar Roxo) e ao Praso Promontório traduzem evidentemente um conhecimento, ao menos sumário, da geografia ptolomaica. Jerónimo Münzer, que esteve na côrte de D. João II, cita-a também, a propósito da forma da África «muito larga e muito comprida»: «ut videtur in carta Ptolomei».

mei» (p. 54 da ed. Basílio de Vasconcelos). Mas outra prova irrefutável do reflexo da concepção do geógrafo grego encontrou-a Teixeira da Mota no planisfério de Cantino, de 1502: pois na África sul-oriental lê-se a legenda *Prasso Prosmōtorio (sic)*, e a leste da região de Zanzibar-Melinde estoutra: *Mare barbaricus*, abaixo e um pouco à direita da qual vem *Oceanus yndicus*<sup>1</sup>. É certo que já no mapa de Fra Mauro aparece, ao sul de *Mare Rubrū*, *Simus Arabicus* (designando a parte meridional do mar Roxo), e no golfo a sudeste *Mare Arabicum*; mas não há qualquer legenda relativa ao Praso Promontório. O próprio nome de *Mare Prasodum*, que no mapa de Cantino aparece a baptizar as águas entre Moçambique e Madagascar, liga-se a Prasum. Mais ainda: T. da Mota mostrou que nos meios cosmográficos e náuticos da época de D. João II o planisfério era concebido pela adjunção à carta de marear normal do Mediterrâneo da carta da África levantada pelos Portugueses (com escala de latitudes) e do Oriente ptolomaico, embora corrigido, enganchando na primeira pelo istmo de Suez.

Quando fazemos o balanço a todas as condições que tornaram possível a náutica astronómica e a navegação oceânica, embora nos esforcemos por fazer intervir tanto a prática dos mareantes como o contributo da cultura livresca, esquecemo-nos muitas vezes de certas ferramentas intelectuais sem as quais tal conjunção não teria dado os frutos que deu. Foi talvez Ignacio Olague quem, na sua *Histoire d'Espagne* (Paris, 1958) primeiro, ou pelo menos com mais força, chamou a atenção para o facto de as tábuas astronómicas e náuticas não só estarem escritas em algarismos (e não na pesada e incómoda notação numérica romano-peninsular) como até requererem tal notação indiano-muçulmana para a sua própria elaboração. Barradas de Carvalho<sup>2</sup>, nas suas pesquisas sobre a introdução desta última em Portugal, encontrou-a pela primeira vez na *Virtuosa Benfeitoria* – o que não admira, porquanto se trata de um livro de um estrangeirado. Mas, na realidade, os números ditos árabes aparecem já, e sistemáticamente, nos *Almanaques de Coimbra* de

<sup>1</sup> *A viagem de Bartolomeu Dias e as concepções geopolíticas de D. João II*, no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Outubro-Dezembro de 1958.

<sup>2</sup> *Sur l'introduction et la diffusion des chiffres arabes au Portugal*, no Bulletin de l'Institut Français, t. XX, 1958.

1306-1338 (ver reprodução no t. IV da *História de Portugal* de Damião Peres, pp. 198 e 199). Nesses mesmos números estão todas as tábuas astronómicas, trecentistas e de 1406-1418, do códice da Ajuda.

Assim, segundo toda a verosimilhança, entre 1480 e 1485 creou-se a navegação guiada pela observação de alturas a bordo e o cartear por cartas de latitudes. Insistimos atrás em que a nova náutica implica a utilização *a bordo* do instrumental astronómico, e que isso se deu evidentemente já nas duas últimas décadas de Quatrocentos. Logo ao dealbar o século XVI, o piloto francês Germain Sorrin, comparando as navegações oceânica e mediterrânea, escreve: «il vous fault icy noter que navigation de la mer de Ponent en Océan est de trop plus grande science et honneur que celle du Levant, car ceux du Levant ne sont pour le plus que trois ou quatre jours sans veoir ou recouvrer terre pour surgir et avoir quelque rafraeschissement et les navigans de la mer de Ponent ou Océane sont aucunesfoys demy an ou plus ou moins par quoy il fault qu'ils demandent leur chemin au soleil et aux estoilles et qu'ilz usent des instrumens d'astrologie car ilz ne treuvent à qui parler sinon à l'industrie de leur art et science»<sup>1</sup>. Escrevendo do Brasil a D. Manuel em 1 de Maio de 1500, mestre João Faras conclui: «pera la mar mejor es rregyr-se por el altura del sol que non por nyngunas estrella [s] e mejor con estrolabio que non con quadrante nin con otro ningun instrumento». Nesta viagem de Cabral procedera-se de forma experimental: uns pilotos guiavam só pela carta e agulha, outros pela carta e observações astronómicas, nuns casos pelas estrelas, noutros pela altura meridiana do Sol, confrontando as tomadas pelo quadrante com as tomadas pelo astrolábio e até pelo *kamal* do Índico<sup>2</sup>. Como A. Barbosa pôs em relevo, e depois L. Albuquerque voltou a sublinhar, o próprio Tratado de Tordesilhas, em Junho de 1494, indica os vários métodos de navegação: para estabelecer o marco divisório, os navios irão às ilhas do Cabo Verde «e desde alli tomaram su rota derecha al poniente hasta las dichas tresientas e setenta leguas, medidas como las dichas personas que asi fueren acor-

<sup>1</sup> Cit. por A. Anthiaume, *Évolution et enseignement de la science nautique en France*, Paris, vol. I, p. 53; e já aduzido por A. Barbosa, *Novos Subsídios*, p. 14.

<sup>2</sup> Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. II, n.º 365 (p. 608).

daren que se deven medir, sin perjuizio de las dichas partes; e alli donde se acabaren se haga el punto e señal que convenga por grados de sol o de norte, o por singradura de leguas, o como mejor se pudieren concordar, la qual dicha raya señalen desde el dicho polo artico al dicho polo antartico» (*Alguns documentos da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas*, p. 76). Há, pois, uma navegação por singraduras (estima do caminho percorrido e rumos) e outra por observação astronómica para determinar a latitude, quer pela altura da tramontana, quer pela altura meridiana do Sol. Que a observação se faz no mar, a bordo, ressalta não só do próprio texto como de uma passagem mais abaixo onde se prevê o encontro, na linha de demarcação, de uma terra firme ou ilha. O parecer apresentado aos Reis Católicos por mossen Jaime Ferrer, de Barcelona, corrobora plenamente tal interpretação e constitui um testemunho mais da observação de alturas a bordo. Vejamos o processo que preconiza para estabelecer a raia: «La nave que partirá de las islas de Cabo Verde por buscar el dicho término, es menester que deje el paralelo ó linea Occidental a mano ezquierda, y que tome su camino para la cuarta de Poniente la vuelta del maestral, y que navegue tanto por la dicha cuarta fasta que el Polus mundi se le eleve diez y ocho grados y un tercio, y entonces la dicha nave será justo en la línea suso dicha que pasa de Polo à Polo por el fin de las trescientas setenta leguas; y de aqui es menester que la dicha nave mu- de, y tome su caminho por la dicha linea la vuelta del Polo Antártico fasta que el Artico se le eleve quince grados, y entonces será justo de fin en fin en linea ó paralelo que pasa por las islas del dicho Cabo Verde...»<sup>1</sup> Aqui ainda é mais claro que na viagem em pleno mar há que ir tomando a altura do pólo.

Aleguemos um derradeiro testemunho (outros se poderiam trazer a terreiro): o do *Reportório dos Tempos*, cuja primeira edição é de 1518, mas que contém regras de navegação que, quer adoptemos a interpretação de L. Pereira da Silva e A. Barbosa, quer a de L. Albuquerque, são, neste segundo caso, do reinado de D. João II, no primeiro anteriores. Já transcrevemos atrás o texto principal, basta agora relembrar uma passagem: «E depois um dia, ou dois, ou mais, quando que quiserdes no mar saber quanto o vosso navio

<sup>1</sup> *Idem, ibid.*, n.º 304, p. 464.

está diferenciado de Lisboa, vereis a quantos graus vos cai então o chumbo [do quadrante]...» *No mar*, repare-se bem.

Na Oração de Obediência (1485) Lucena declarou ao Papa que os navegantes portugueses tinham perlustrado 4 500 milhas de África «certissima maris terrarum ac siderū observatione numerant» (p. 11). Segundo Duarte Leite, a observação dos astros seria só para determinar as horas da noite, porquanto José Vizinho ainda não teria, em 1482 (data da largada de Diogo Cão), estabelecido as regras do método das alturas solares; mas vimos que este argumento se revela frágil em face das datas que Beaujouan trouxe à luz quanto ao conhecimento da obra de Zacuto. Logo é muito possível que o orador se refira já ao método da navegação astronómica, completando a «observação do mar» (singradura) e a das terras (conhecenças locais); mas não podemos decidir se aquele método é ainda o da observação da Polar ou já o da altura meridiana do Sol; o mais plausível é que o texto abranja ambos, pois se fôsse só o primeiro teria «stellarum» em vez de «siderum».



CAPÍTULO XII  
O POVOAMENTO DAS ILHAS



A expansão abre com duas conquistas. Em 1402 os normandos de Jean de Béthencourt e Gadifer de la Salle instalam-se nas Canárias, e à sua dominação restrita sucede, a partir de 1425, o processo entrecortado da intervenção castelhana, com a luta diplomática com Portugal, tentativas portuguesas de conquista, goradas, querelas senhoriais, e só para final de Quatrocentos a ocupação castelhana de todo o arquipélago, após desesperada mas tanta vez vitoriosa resistência dos canários. Por outro lado, em 1415 é a tomada de Ceuta e o longo processo em que as expedições militares se lançam alternando com períodos de muitos anos de contenção. Entretanto os Portugueses povoam as ilhas ermas, onde por isso a colonização está facilitada, e empreendem a devassa oceânica, avultando assim a importância estratégica das ilhas Canárias.

Nas Canárias os Europeus encontraram uma civilização neolítica com matizes diferenciados segundo as ilhas.

Deste ponto de vista podemos dividi-las em três grupos. Lançarote e Forteventura, apesar de serem as mais próximas da costa africana, não são as mais desenvolvidas: vive-se da criação de cabras e da cultura da cevada, completadas por uma pesca fruste; a alimentação consiste, pois, de carne seca ao sol, sebo, leite de cabra e uma espécie de manteiga ou queijo, e papas ou bôlas de cevada moída e tostada. O grupo central – Grã-Canária e Tenerife – é de economia mais complexa e rica: a cerealicultura abrange, ao lado da cevada, o trigo, cultivam-se legumes, criam-se com abundância, além de cabras, ovelhas e porcos, colhem-se figos e tâmaras, na pesca chegam a utilizar-se pequenos barcos de árvores de dragoeiro, fazendo-se a captura do peixe com anzóis de osso de cabra na extremidade de fios de coiro ou com redes de ervas e palmas pendentes de vara comprida. A ilha do Ferro, embora a extrema a sudoeste, ainda parti-



cipa deste nível, conquanto a agricultura já tenha menos importância e na alimentação desempenhem já grande papel as papas feitas de raízes de ervas, especialmente fetos; mas a criação de gado ainda é variada – porcos, cabras e carneiros. Na Gomeira a cevada é pouca, o seu comer é geralmente leite, ervas e raízes, e por vezes carne de porco ou cabra; mas também ainda se pratica a pesca. A ilha de Palma representa o nível ínfimo: não há agricultura nem pesca, toda a economia gira à volta da criação de ovelhas – que fornecem o leite e a carne – e da apanha de ervas.

O povoamento é em todas predominantemente por aldeias, aproveitando-se para habitação as grutas e cavernas naturais nas encostas e barrancos ou construindo-se choças e cabanas, em especial para estadia dos pastores nas pastagens altas. Nas duas ilhas orientais há ainda casas escavadas no solo ou pelo menos semi-subterrâneas, circulares, de pedra na parte que se ergue a descoberto; formam câmaras comunicantes, só uma das quais com acesso do exterior, ou à roda de uma espécie de pátio que dá a saída e entrada; estas fazem-se por uma rampa. Em Tenerife, Gomeira e Palma predomina o trogloditismo nas espeluncas naturais, embora também vivam em choças; mas não há quaisquer casas de paredes de pedra. Na Grã-Canária é que encontramos a maior variedade e riqueza de tipos de habitação, com casas de pedra insonsa, em quadrilátero de todas as formas, cobertas de madeiras lavradas, as paredes interiores branqueadas, as portas de pequenas tábuas; há vivendas escavadas no tufo, e tradicionalmente o rei e nobres viviam nas cavernas subterrâneas. No Ferro, além das cabanas, vêem-se casas circulares de pedra solta, segura por dentro por arrimos de pau, cobertas de ramos e folhagem, e de uma só entrada: são vivendas colectivas, onde moram umas vinte famílias (e também as há que serviam talvez de torres de vigia).

A decisiva importância do pastoreio na estruturação económico-social ressalta das funções do gado como padrão de valores, meio de pagamento e forma principal de riqueza: em Forteventura é com cabras que tudo se adquire; na Grã-Canária é em cabras o dote dado à filha que casa, a composição paga pelo marido à mulher se para ela volta depois de a abandonar; na ilha do Ferro o lobolo devido pelo noivo aos pais da moça é satisfeito em gado, como são ovelhas que, em número embora não fixo, se dão todos os anos ao rei.

Lançarote e Forteventura estavam cada qual dividida em dois

reinos (sociedade dual?), mas a estrutura social pouco se afastava da homogeneidade; essa realeza tinha carácter mágico-religioso: os reis da primeira ilha usavam uma espécie de capacete de coiro de bode (repare-se no carácter pastoril) adornado de conchas marinhas (ligação com as forças hídricas e de protecção contra a tempestade e o raio celeste); um dos reis da outra ilha predizia o futuro e dirigia as cerimónias e ritos como sumo sacerdote. É na Grã-Canária que se mostra mais complexa a estrutura social: acima do povo comum, de que os homens usam cabeça rapada e não podem matar, mesmo em guerra, os superiores, há uma espécie de nobreza, que se distingue pelo vestuário (peles e tangas pintadas) e sobretudo por estar iniciada nos segredos da fé. Os vilões não sabem sua crença, crêem no que lhe dizem os nobres, cujo número é limitado (a uns 200). A ilha está dividida em dois reinos, em cada um dos quais há um chefe militar e civil – *guanarteme* – e um sumo sacerdote – *faycan*. A diferença social marca-se no *habitat*: o comum habita casas ao ar livre, os nobres, as casas subterrâneas (ligação do seu carácter quase sacerdotal com as forças ctónicas). Em Tenerife já não encontramos a organização dual, mas o carácter sagrado dos senhores afirma-se aqui, como na Grã-Canária, pela obrigação que lhes cabe de desflorearem as virgens; está a ilha dividida em nove clãs quase transformados em reinos, cada qual pois com seu chefe; mas a sociedade não parece estratificada como na outra ilha central. Em Gomeira e Palma a divisão é, do mesmo modo, em «bandos» (clãs a transformarem-se em reinos), chefiados por «reis»: quatro na primeira, treze na segunda, onde um dos chefes é também adivinho. A ilha do Ferro, ao contrário, só tem um senhor ou rei, a quem dão todos os anos um presente de ovelhas, e é por isso o mais rico, havendo igualdade social. Em todas têm por ofício vilíssimo matar o gado e esfolar-lo: é que a religião é de base pastoril, o gado é sagrado e por isso matá-lo é profanação que não pode ser cometida por quem faz parte da sociedade normal.

O regime matrimonial primitivo parece ter sido a poliandria, explicável pelas condições difíceis de passagem ao arquipélago de gentes não navegadoras e acossadas por outras; a sucessão fazia-se por linha materna. A poliandria persistiu até à conquista em Lançarote e talvez na Grã-Canária. Com o andar do tempo, ou devido às novas vagas étnicas, evoluiu-se, em Tenerife e no grupo ocidental, para a poliginia, conservando-se a matrilinearidade. A relação sexual cria uma como que participação entre os homens que têm a

mesma mulher, daí a entrega da dona da casa ao hóspede (para que este fique vinculado aos maridos dela, e não por promiscuidade, como os cronistas confundiram).

A religião também não é uniforme em todo o arquipélago. Em Lançarote e Forteventura é antropomórfica: num templo (*aquen* ou *esquen*) de pedra redondo, a que se tem acesso entre muros em espiral, adora-se um deus de forma humana, esculpido em pedra, com uma bola na mão: possivelmente deus solar. A adoração faz-se com as mãos erguidas ao céu, e depositam-se oferendas de leite e manteiga. O ritual incluía a subida aos montes, derramando daí leite de cabra levado em vasos de barro (tudo nos confirma o carácter pastoril). Devia prestar-se culto também à Lua. Os cadáveres eram colocados nas cavernas nos montes, sobre peles de cabras e cobertos por peles igualmente de cabra. Na Grã-Canária e Tenerife, há um deus supremo que não tem forma humana, Acoran, que é o Céu; e uma deusa, Chaxiraxi, sua mãe ou sua mulher (a Terra?); presta-se culto ao Sol, à Lua e aos outros planetas, e há «ídolos» de forma humana esculpidos em pedra que talvez os representem, como há gravuras antropomórficas e zoomórficas sagradas. O culto presta-se principalmente nos altos penhascos, e o rito consiste em derramar leite; vai-se e volta-se em como que procissão, chefiada pelo *faycan*. A inumação varia consoante a condição do morto: os cadáveres são embalsamados, mas os do comum simplesmente postos nas grutas e cavernas encostados às paredes, os dos nobres enterrados sob pirâmides em fossos de pedra vulcânica. O culto nas alturas liga-se ao Céu, à ideia de força inacessível ao homem. Na ilha do Ferro os homens adoravam um deus masculino, Eraoranhán, e as mulheres a deusa Moneiba, um e outra habitando no cimo das rochas mais alcandoradas; o culto consiste em orações sem sacrifícios. Mas de mais interesse é a veneração pelo porco, a quem, nos tempos de seca, suplicam chuva: depois de três dias de jejum, põem-se à entrada da caverna sagrada e gritam ao céu por água, e é o porco que lá está dentro que sai a fazer chover – trata-se de algo idêntico ao deus egípcio Seth – o céu de tempestade, a que é consagrado aquele animal. O rito de inumação é o mesmo, como o é nas ilhas seguintes. Na Palma, o deus que habita no céu e nos cimos montanhosos é um cão: provável articulação da crença no Céu a um substrato totémico. Em todas as ilhas há, em suma, o culto nos lugares altos, com derramamento de leite, e a inumação nas cavernas, em provável relação com cultos ctónicos das profundezas ter-

restres e do fogo interior. Nas ilhas centrais os rituais ligados à realeza mostram que esta se articula ao culto do Céu e se lhe atribui a função de fertilidade – própria de sociedade em que a agricultura se pratica ao lado do pastoreio. Os Canários deveriam ultrapassar 80 000 em começos do século xiv; estavam reduzidos a uns 60 000 cerca de 1424, e a talvez metade deste número dobrado o meio de Quatrocentos. É que o arquipélago serviu de reservatório de escravos, primeiro para as plantações e engenhos de açúcar de Valência, depois para os da Madeira; só em 1402 e só na ilha do Ferro foram feitos uns 400 cativos. A situação não melhorou para os indígenas com a ocupação cristã de algumas das ilhas, pelo contrário: conta Cadamosto que os cristãos de Lançarote, Forteventura, Gomeira e Ferro têm por costume (a meio do século xv) ir saltar as ilhas dos «idólatras» – Grã-Canária, Tenerife, Palma – para aprisionar machos e fêmeas e os levar a vender à Península. Esse despovoamento forçou depois os senhores cristãos a saltearem a costa de África para de lá trazerem para as ilhas escravos mouros e negros (estes desde sobretudo que a partir de 1490 se introduziu a cana e se moeu açúcar). O arquipélago também começara a ser frequentado pelos castelhanos e portugueses devido às focas da ilha dos Lobos (entre Lançarote e Forteventura), cujas peles serviam para calçado. Os normandos vêm estabelecer-se nas Canárias para se abastecerem de matérias tintoriais para a indústria têxtil do Norte de França. Do arquipélago também tinham ido canários fixar-se no Algarve, na região do cabo de S. Vicente; mas este núcleo canário no extremo sudoeste português desapareceu devido às exações dos oficiais régios, em fins do século xv.

Era o arquipélago da Madeira conhecido já no século xiv mas a ninguém ocorrera povoá-lo. Então, e sobretudo desde que em 1402 Béthencourt ocupara algumas das Canárias sob a autoridade da coroa de Castela, servia a castelhanos e portugueses de escala no regresso das ilhas canárias, para aguada e caça; aí se acoitavam os piratas à espera de surpreender as velas vindas do Sul. Todavia, só entre 1419 e 1426 nele se estabeleceram os primeiros colonos. O povoamento, empreenderam-no dois escudeiros nobres da casa do Infante D. Henrique e um fidalgo de origem italiana – um Palastrelli – da casa do Infante D. João. Como não pertenciam à nobreza favorecida, pretendiam constituir pequenos senhorios laboriosos mas de rendimento assegurado dada a «bondade da terra». João Gonçalves era neto do vèdor da fazenda João Afonso, e por is-

so Jaime Cortesão aventou que esse estadista, a quem se devia já a tomada de Ceuta, incentivou essa colonização. Os primeiros esforços dirigiram-se para Porto Santo, fracassando provavelmente por causa das querelas entre os três capitães. Só Perestrelo voltará a instalar-se nesta ilha, a actividade económica do seu domínio confinar-se-á muito tempo à criação de gado e à exploração de uma côr tintorial, o sangue-de-dragão. Em 1421, talvez, Zarco e Tristão Teixeira, tendo abandonado o companheiro, foram fixar-se na Madeira soberbamente toucada de florestas e refrescada por inúmeros ribeiros. Em 1425 ou 1426 o Estado organiza juridicamente a ocupação do solo e a colonização.

A chegada dos primeiros colonos deu-se pois a seguir ao descerco de Ceuta: parece que este mostrara as dificuldades de aproveitar a região que esse presídio marroquino deveria dominar. A organização da colonização realiza-se a seguir ao fracasso da expedição de D. Fernando de Castro às Canárias. Estas duas decepções devem ter sido decisivas no impulso de aproveitamento do arquipélago madeirense. Os vectores que conduziram os portugueses às ilhas foram, com excepção do ouro, os mesmos que os levaram a Marrocos: o pão e a carne, o açúcar, as côres para a tinturaria e os coiros; e ainda o vinho e as madeiras.

Com os primeiros colonos desembarcaram bovídeos, porcos e carneiros. Mas desde o início que o povoamento está ligado não só ao pastoreio mas sobretudo à cultura de cereais. Em Porto Santo, todavia, a indesejada proliferação dos coelhos teria vindo impedir as sementeiras. Na Madeira desde logo os colonos lançaram fogo à floresta imensa para abrir clareiras onde semear; o incêndio, ou melhor vários incêndios sucessivos estiveram ateados anos a fio, ameaçando até, em dado momento, a frágil colónia que teve de se refugiar na Ribeira dos Socorridos. Mas a ofensiva agrícola pôde recommençar, os campos de sementeira estenderam-se e as colheitas responderam com abundância: por cada medida semeada ter-se-iam chegado a ceifar 50 medidas e mais, o trigo em quantidade superior à aveia.

Foi sob a autoridade directa do Rei, e provavelmente sob a direcção efectiva do vèdor da fazenda João Afonso, que Gonçalves Zarco distribuiu as terras e que se organizaram o regime fundiário e a exploração da ilha. Os colonos receberam as terras em plena propriedade, e a extensão que coube a cada um ficou estritamente limitada ao que pudesse aproveitar efectivamente no prazo de dez

anos; expirado este, a concessão podia ser alargada, sob a mesma condição e com a condição de o beneficiário não desleixar o cultivo da primeira, mas só o rei podia conceder o alargamento. Todos os cursos de água e fontes, praias e costas, florestas e pastagens permaneciam propriedade pública. A organização ulterior das capitánias, que reduz o prazo a cinco anos, confirma esta característica que resalta da primeira ordenação régia: um povoamento ligado a uma economia fundamentalmente agrícola. Todos os moinhos quer hidráulicos quer movidos pela energia animal, bem como todos os fornos importantes pertencem ao capitão; cada lar pode contudo possuir a sua moenda braçal e um pequeno forno para moer os grãos e cozer o pão destinado ao consumo familiar, desde que nenhum estranho os utilize e que não vendam nem a farinha nem o pão. Assim vieram a contrastar o consumo dos próprios colonos, garantido pela produção agrícola e indústria familiares, e a produção destinada ao embarque ou ao abastecimento da classe mercantil e administrativa, para que trabalha a indústria do capitão ou dos seus contratadores.

Em 1439 – trata-se de um dos primeiros actos governativos do Infante D. Pedro – é concedida por cinco anos, isenção de todos os direitos às importações para o reino provenientes do arquipélago: visava-se deste modo fomentar a exploração insular e garantir um melhor abastecimento da metrópole.

Porto Santo não conseguiu acompanhar, no entanto, o desenvolvimento da Madeira. Ilha mais pequena, desfavorecida quanto a cursos de água, mostrara aos descobridores e primeiros povoadores uma paisagem mais nua, onde mal se vislumbravam alguns bosques. Cerca de 1446 a *Crónica da Guiné* só assinala nela o pastoreio, mas este de importância extrema, e a colheita de sangue-de-dragão tão empregado para tingir de vermelho; segundo o cronista não existiria lavoura. Decerto, Zurara, ou talvez Cerveira, foi demasiado longe nesta negativa. O regimento que organiza a capitania menciona os moinhos e moendas e os fornos de cozer pão. Cada-mosto, que visitou a ilha em 1455, indica que nela se colhia trigo e aveia para consumo local: é o mais verosímil. Mas o veneziano sublinha sobretudo, além da côr para tinturaria, a abundância da carne de vaca, o número infinito de coelhos, a caça ao javali. Na ilhota Deserta os portugueses também lançaram gado que se multiplicou espontaneamente e que aí iam apanhar ou caçar, pois nenhuma povoação se chegou a formar. Mas para o fim do século xv, Porto Santo

começará a exportar cevada e aí se abastecerão frequentemente as cavalariças metropolitanas.

A exploração da ilha maior pôde ser muito mais completa e eficaz graças às «ribeiras de regadio pera as fazendas dos moradores», como notou João de Barros. Cerca de 1446 havia já provavelmente umas 150 herdades em pleno labor. Mau grado o terreno montanhoso, o regadio fácil e abundante e o solo rico que a queimada da floresta legara mantinham altos rendimentos, e mal passado o meio de Quatrocentos a ilha produzia uns 3 000 moios só de trigo; a área semeada anualmente devia ocupar, dada a alta produtividade, um máximo de 10 km<sup>2</sup>, o que, em afolhamento bienal, perfaz uns 20 km<sup>2</sup> para o cereal nobre; as 150 fazendas estendiam-se pois por 13 e 14 hectares de terras de semeadura, em média cada uma.

Uma tal produção de trigo excedia largamente as necessidades do consumo local. A ilha contava então uns 800 *vizinhos*, o que representa uma população total de 3 200 a 4 000 habitantes; a 20 alqueires anualmente por boca, o consumo devia oscilar entre 1 000 e 1 500 moios. Ficavam portanto outros 1 500 a 2 000 moios disponíveis para venda para fóra. Já da *Crónica da Guiné* se depreende esse embarque de grãos, e Diogo Gomes fala das naus que lá carregavam para o reino. Mas o trigo madeirense seguia igualmente, desde o meio do século, para as feitorias do litoral saariano e guineense. As respostas do Infante D. Fernando, em 1461, a uns capítulos da população da ilha referem a «saca dos mil moios de trigo para o trato de Guiné». O rei firmara um contrato com um grupo de mercadores, pelos termos do qual o trigo da Madeira não podia seguir para outros destinos nem sair por conta de outros mercadores ou até dos próprios produtores sem que primeiro os contratadores do «trato de Guiné» tivessem podido reunir os mil moios estipulados. Por isso os lavradores e os outros mercadores se agravavam do estanco (monopólio) e deste direito preferencial. O senhor da ilha não pôde porém dar-lhes satisfação, visto que o caso dependia da autoridade régia.

Até os primeiros anos da década de 1470 esta exportação continuou. Em 1466 os trigos do Infante D. Fernando eram embarcados por conta de um mercador catalão – ou chamado Catelam? – a quem aquele senhor arrendara a saca. Ainda sete anos mais tarde a viúva, D. Beatriz, firmou contrato com Batista Lomelim e sócios para o mesmo fim; ignoramos contudo se chegou a ter efeito.

O trigo, tão importante como vemos, não deve levar-nos a es-



quecer as outras culturas e actividades primárias. Jamais houve na Madeira um «ciclo de trigo», no sentido de monocultura deste cereal. Embora ignoremos a data em que se introduziu a vinha de qualidade, as cepas portuguesas foram, segundo toda a probabilidade, plantadas ao mesmo tempo que se lançaram as primeiras sementes à terra e que se pastorearam os primeiros rebanhos e manadas. Talvez não deva atribuir-se qualquer importância ao silêncio da *Crónica da Guiné*, na sua descrição de 1446, quanto aos vinhos de qualidade. Na verdade, Cadamosto, fonte mais segura para a geografia, nove anos volvidos extasia-se já perante a excelência do vinho da Madeira, e espanta-se com o volume considerável da produção que dá lugar a um tráfico exportador que não é para desprezar: resultados económicos impossíveis de alcançar em tão curto lapso de tempo. O Infante D. Henrique mandara vir bacelos de malvasia da ilha de Creta, que se aclimataram perfeitamente; mas cultivaram-se outras variedades e fabricavam-se outros vinhos e passas: tinto, moscatel...

A criação de gado começou, como vimos, ao mesmo tempo que se instalaram os primeiros povoadores. É possível até que antes disso se tenham lançado animais na ilha para os deixar multiplicar em liberdade. Em 1455 Cadamosto constata a abundância de carnes. Aos recursos alimentares já referidos há que acrescentar o mel, menos importante todavia.

Mas os tons dominantes da economia madeirense vão mudar, e com eles a sua situação alimentar. Desde o meio do século que os canaviais alastravam rapidamente e os vinhedos galgavam as vertentes fazendo recuar a floresta. Em 1466 pela primeira vez os Madeirenses protestam contra a saca de pão e pedem ao Infante D. Fernando que não deixe embarcar as quantidades do contrato mas as faça distribuir para abastecimento da ilha. O senhor não pôde deferir, mas pela primeira vez também concedeu licença de importar válida por um ano. Escassez excepcional devida a um ano de má colheita ou já o começo do deficit crónico? Joel Serrão inclina-se para a primeira hipótese; o prazo de isenção – um ano – dá-lhe razão. Em 1473, com efeito, não só o grupo comercial chefiado por Lomelim assina novo estanco de exportação mas ainda a cidade de Lisboa pede ao Rei, que defere, que a saca de trigo das ilhas se escoe inteiramente para a metrópole. De 1473 a 1479, ao invés, a Madeira sofreu constantemente de escassez. O ciclo da exportação de cereais fechou definitivamente, abre agora o da importação.



Redução da área semeada, que os canaviais e as vinhas vão trazendo. Aumento da população insular – mão-de-obra para os engenhos e para a viticultura, comerciantes e quadros administrativos, clero – aqui se estabelece um convento de frades: outras tantas bocas a sustentar, logo aumento do consumo reduzindo primeiro o excedente exportável, exigindo depois a compra fóra da ilha. Mas também baixa do rendimento do solo semeado: se a princípio se colhiam 50 a 60 vezes o que se semeava, cerca de 1455 já só se colhe 30 a 40, e ao abrir do século XVI, 15 vezes (não interessam tanto os números em si, discutíveis, como a sua descida, certa). Assim ia-se degradando o solo, passada a fase das queimadas e da deflorestação. São, porém, as condições geográficas desfavoráveis à cultura do trigo que devem acima de tudo pôr-se em causa: não impediram evidentemente a experiência da triticultura, nem sequer o seu êxito inicial, mas com o decorrer do tempo não podiam deixar de fazer sentir a sua coacção. Além disso a cultura da cana ia expulsando as searas das terras melhores. Se o rendimento baixou para um terço ou um quarto de que fóra umas décadas atrás, a produção de grãos diminuiu proporcionalmente e só satisfará cerca de metade do consumo local.

Assim como fóra povoada a fim de abastecer o reino em grãos e carnes, a Madeira só pôde tornar-se na ilha do açúcar e do vinho graças à formação de outros mercados de cereais. Nas duas últimas décadas do século importa-os de Marrocos e da metrópole. É, porém, dos Açores que o seu abastecimento vai depender na era de Quinhentos, como deles dependerão em parte os presídios marroquinos.

O povoamento do arquipélago açoreano só progredira, todavia, com extrema lentidão. Descoberto provavelmente em 1427 por Diogo de Silves, uns quatro anos depois foram nele lançados carneiros e ovelhas para proliferarem em liberdade. Mas em 1439, ao que parece, nenhum colono ainda aí se fixara. Foi neste ano que o Infante D. Henrique, estimulado possivelmente pelo irmão mais velho, empreendeu a sua colonização, encarregando de Santa Maria o comendador Gonçalo Velho. Os povoadores consagraram-se sobretudo à criação de gado *vacum* e miúdo, mas a sementeira de cereais começa certamente antes de 1443, porquanto nesta data o Regente, como sempre atento ao abastecimento do reino, concedeu a isenção de todos os direitos aos produtos insulares que fôsem descarregados em Portugal, como a concedera já à Madeira. O próprio

Infante D. Pedro chama a si o povoamento e exploração da ilha de S. Miguel: envia para lá famílias de colonos, muda para ela os degredados, manda vir cavalos da Alemanha para nela fazer a criação que progride consideravelmente. Os colonos, que só tinham lá encontrado porcos lançados antes, trouxeram consigo bovídeos e carneiros, bem como sementes de cereais. Em breve a ilha começou a exportar: uma carta régia de Abril de 1447, passada a pedido de D. Pedro, isenta de dízima todo o pão e vinho, pescados, madeiras, legumes e outros produtos insulares que forem a descarregar a qualquer porto do reino. Esta enumeração traça o quadro das actividades económicas fundamentais destinadas à exportação que animavam a ilha de S. Miguel a esta data e que o Estado fomentava. Diogo Gomes, reportando-se provavelmente a este período e ao que se lhe seguiu, indica que todos os anos Portugal de lá recebe gado e trigo em tal cópia que no tráfego se ocupam várias naus.

Ao invés do que se deu na Madeira, nos Açores a cultura da cana e o fabrico do açúcar, apesar de terem sido introduzidos, jamais desempenharam papel de relevo (é que a cana é aí pouco rica de açúcar); Valentim Fernandes em 1506 nem sequer os menciona. Por isso campos de sementeira e pastagens não deixaram de se estender. O rendimento permaneceu para mais bastante alto: de 40 a 60 medidas de trigo recolhidas por medida semeada nos primórdios da colonização, e ainda frequentemente de 20 a 30 em finais do século XVI (mais uma vez, é a tendência que se constata, sem depositar demasiada confiança nos próprios números). A produção global do arquipélago não nos é conhecida. Em 1524, S. Miguel produzirá pelo menos uns 5 320 moios de trigo, e a produção da Terceira não lhe deve ser inferior; ao todo as ilhas dariam uns 15 000 moios. Mas no Faial, Pico e Graciosa a criação de gado permanecerá a quase única actividade. Durante o século XV, na verdade, pequeno número de videiras estão plantadas, e ainda no reinado do Príncipe Perfeito o alemão Münzer achará bastante mau o vinho açoreano.

Entretanto a Madeira tornara-se um mercado de açúcar de reputação em todo o Ocidente e foco da sua irradiação pelo nascente mundo atlântico. História cujas raízes se aprofundam bem longe, na própria Península e mesmo em Portugal. Preciosa especiaria, objecto de presentes entre reis e senhores, transmitido por testamentos, empregara-se até como meio de pagamento, servia-se nos banquetes das mais altas personagens, na Europa. Seu uso estava mais ge-

neralizado no vasto Islame e na longínqua Índia. Eram seus grandes centros de produção o Egipto mameluco, a Síria, Chipre e Rodes, no Levante, a Sicília (mais tardiamente) e, no Poente, Valência e Granada, o vale de Bulhões (entre Ceuta e Tânger), os campos em redor da cidade de Marrocos, esse Egipto em miniatura à beira do oceano que é o Suz donde ainda nos séculos XVI e XVII sairá para Castela, França e Itália. Cultivavam a cana certamente os mouros no Algarve mais tarde português, e não é impossível que já cerca de 1159 os próprios portugueses no seu jovem reino em dilatação. Ao findar o século XII melaços seguem já de Portugal para Bruges.

Tudo sugere que a cultura e o fabrico persistiram no Algarve passado do Crescente à Cruz, se não noutras regiões do reino. Por carta de D. João I de 1404 são coutadas as suas terras da Quarteira, a oeste de Faro, que estão arrendadas a «mice Joham da Palma mercador janues nosso servidor das nossas canas de açúcar que no regno do Algarve tinha mestre Joham...», a fim de esse genovês «poder millhor criar as ditas canas e haver mais proveito delas...». E Duarte Leite comenta com razão: «Naquelas terras havia pois canaviais antes de 1404, e é de crer que não fôsem os únicos no Algarve, nem privilégio da corôa.» Cinco anos volvidos, uma horta da coroa em Loulé é aforada por 5 000 libras anualmente a Joham de Palma, Nicolau de Palma e ao filho do primeiro, a fim de nela plantarem canas. Vê-se assim que no começo do século XV o comércio genovês se interessa pelo mercado algarvio, já existente, e procura estimular a produção investindo directamente cabedais na cultura da cana. Mas não foi só nessa província meridional nem pela acção única dos genoveses que a velha actividade se reanimou. Em 1451, viajantes alemães viram canaviais de açúcar em muitos lugares do reino, e particularmente nos campos de Coimbra, onde possivelmente o Infante D. Pedro os mandara plantar ou pelo menos fomentara a cultura. E Duarte Leite chamou ainda a atenção para os festejos que no Natal de 1414, em Viseu, o Infante D. Henrique ofereceu aos irmãos e onde se comeram «todalas viandas d'açucar e conservas que se puderam achar no regno», podendo ter-se por certo (escreve o comentador do texto de Zurara) que em boa parte era nacional a origem desse açúcar. Recorde-se uma vez mais que desde 1415 os portugueses estavam em contacto directo

com uma zona de cultura e fabrico: o vale de Bulhões, e que em 1447, se não antes, travam relações comerciais com outra muito mais importante, o Suz (através de Messa).

Este impulso à produção açucareira no próprio reino e, vamos vê-lo, na Madeira é que dá conta, em parte, da guerra de curso contra os mouros e dos assaltos às Canárias, donde já no século XIV canaviais e engenhos do Levante espanhol se tinham fornecido de mão-de-obra. Será a mesma, em parte também, a razão dos assaltos na costa saariana e depois na da Guiné, a partir de 1441. O número de escravos obtidos por cativo ou trato sobe sobretudo desde 1443: como Duarte Leite viu, tal foi a condição do surto açucareiro insular.

Atribuem as fontes, é certo que todas bastante posteriores, a introdução da cana na ilha ao Infante D. Henrique. Preferiu Lúcio de Azevedo atribuí-la a um dos genros de Tristão Vaz, o genovês micer João, na esteira do qual teriam seguido outros lavradores, vindo por fim o Infante auxiliar o empreendimento com a trazida de canas e técnicos da Sicília. Não vejo, porém, razão para modificar a tradição, que Diogo Gomes parece corroborar, e por ela a cultura começou na capitania do Funchal de iniciativa henriquina e alastrou seguidamente ao Machico, onde nem sequer sabemos se micer João esteve interessado alguma vez na produção. Não há, pois, motivos para creditar os genoveses com esta inovação de geografia económica, mas é possível que nela colaborasse uma pluralidade de iniciativas particulares e estaduais.

Podem as primeiras canas e os primeiros mestres ter ido de Portugal. Seja como for, o Infante mandou em seguida vir novas canas e contratou mestres de fazer açúcar originários umas e outros da Sicília (dizem-no Duarte Pacheco e Barros) e de Valência e Granada (segundo indicam Valentim Fernandes e Herrera). Em 1478, vive na ilha um James Timer, valenciano, mestre de açúcar. O reino de Valência era desde o domínio muçulmano um dos principais focos da indústria açucareira, que aí continuará, embora decadente, nos séculos XVI e XVII. A contribuição técnica e de espécies valenciana e siciliana veio assim melhorar o fundo luso-muçulmano.

No panegírico de D. Henrique anteposto à *Crónica da Guiné* lê-se que o Infante «fez povoar no grande mar oceano cinco ilhas, as quais ao tempo da composição deste livro estavam em razoada povoação, especialmente a ilha da Madeira: e assim desta como das outras sentiram os nossos reinos mui grandes proveitos, scilicet: de

pão, de açúcar, e mel e cera, e madeira e outras muitas cousas, de que não sòmente o nosso reino mas ainda os estranhos houveram e hão grandes proveitos». Este panegírico data talvez, quanto ao fundo, de 1453. Em 1455, o veneziano Cadamosto computa a produção da ilha em 400 «cântaros», tanto da primeira cozedura como de mistura, e com perspectivas de grande aumento. Uma tal quantidade de umas 1 600 arrobas permitiria começar a exportação, e de facto já no ano seguinte seguia, por refinar, para Bristol. Não sabemos quando começou a escoar-se para Flandres, mas em 1468 um navio português com carga de açúcar e outras mercadorias por conta de Balduino de Hurre, burguês de Bruges, teve de arribar a um porto de Inglaterra (onde foi roubado). Em 1469 davam o açúcar madeirense como já estabelecido no mercado de Bruges, embora lhe custasse ainda a sustentar a concorrência do da Sicília e do Levante. E à volta de 1480 só no tráfego para Flandres andam 20 naus e mais de 40 navios menores.

A produção aumenta de 1 600 arrobas em 1455 para umas 20 000 por alturas de 1470 e está em rápido crescimento, porque se espera que breve atinja os 30 000 – o triplo do que compram as escáfulas habituais. Pelo início do último decénio do século anda por cerca de 80 000, e os estimos dos canaviais (previsões) para 1494 permitem avaliá-la em mais de 105 000. Os preços baixaram, num quarto de século, de 650 a 800 reais para 310 a 340 nesta data. Crise grave, que a procura ainda restrita explica. Houve por isso que fixar um tecto à produção, e um preço mínimo. Em 1499 determina-se que não se poderão fazer na ilha mais de 120 000 arrobas, admitindo embora uma taxa de flutuação, dada a dificuldade nas previsões. E estipula-se o quantitativo da saca para cada uma das escáfulas. Na carta régia esclarece-se que a quebra é tão grande que já não se podem tirar os custos de produção. Mas outra carta régia, dias depois, eleva para 130 000 arrobas o tecto de produção, autoriza que se façam todos os canaviais que estão para serem cortados. Este aumento revela que a produção efectiva excedia a quantidade máxima fixada primeiramente (ao invés do que supuseram Virgínia Rau e Jorge de Macedo). E continuará ainda a avolumar-se no primeiro quartel de Quinhentos. (Sobre toda a questão do açúcar veja-se o cap. 6 no vol. IV de *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*; e lembre-se Carlos Montenegro Miguel, *O Açúcar. Sua origem e difusão*. Separata do *Arquivo Histórico da Madeira*, Funchal, 1962.)

O salto considerável que se opera a meio do século deve-se, por um lado, ao afluxo de escravos negros, por outro à transplantação de canas mediterrâneas e sicilianas, e ainda à construção e entrada em laboração dos engenhos hidráulicos. Foi em Dezembro de 1452 que D. Henrique passou contrato com o seu escudeiro Diogo de Teive para que este mandasse montar um engenho de água «para se nele fazer açúcar». Teive fruiria do monopólio de fabrico enquanto com a laboração do engenho, acrescida da produção do lagar do Infante que ele tinha arrendado, pudesse dar despacho a todos os canaviais; ao senhor paga ele um terço do açúcar fabricado, quer de fôrmas quer de panela apurado. Mas se não desse vazão a todas as canas cortadas, o Infante poderia conceder alvará de engenho a outro qualquer que lho requeresse.

Antes do engenho hidráulico a moagem da cana fazia-se em alçapremas, isto é, prensas manuais, que continuaram aliás a existir mesmo depois de aquele ter entrado em laboração; de cada pagava-se ao senhor arroba e meia, mensalmente. Breve parece que tinham sido também instaladas moendas movidas por animais. No contrato com Teive refere-se D. Henrique ao seu «lagar» de fazer açúcar: trata-se possivelmente do trapiche de bestas de uma instalação copiada do *trapetto* siciliano, e a própria palavra empregada revela o parentesco técnico com o lagar de azeite em que aquele se filia.

Mas os arquipélagos tinham atraído os povoadores e mercados por certos recursos naturais utilizados em duas indústrias – a tinturaria e a marcenaria. O desenvolvimento da produção têxtil incitava, nesta primeira metade de Quatrocentos, a procurar novas côres de tingir ou pelo menos novas regiões de colheita das já conhecidas. Na Grã-Canária, em Porto Santo, na Madeira e no ilhéu dos Coelhos, na ilha de S. Nicolau de Cabo Verde mais tarde extraía-se da árvore dragoeiro a goma conhecida por sangue-de-dragão: praticadas com um machado incisões no tronco e nos ramos, deixam passar um ano e depois tiram-lhe a casca toda revestida dessa goma que escorreu, secam-na e sêca a cozem com água em lume forte; retirada a casca, fica o líquido num recipiente de pau, o sangue deposita-se no fundo e escorre-se a água. Parece que, já antes de 1419, castelhanos e portugueses iam ao arquipélago madeirense carregar esta goma tintorial, que servia não só à indústria metropolitana mas era também exportada para o estrangeiro. De um líquen que se encontra por entre os rochedos extrai-se

outra tinta ainda mais apreciada, pois se dizia que «nenhuma côr fina se pode fazer sem esta urzela» (Valentim Fernandes). Acharam-na os portugueses em 1438, ao que parece, na ilhota Selvagem, a mais setentrional das Canárias, e começaram a apanhá-la regularmente pagando o quinto ao Infante D. Henrique. Mas a apanha fazia-se principalmente em duas das ilhas açoreanas – em S. Miguel e mais ainda em S. Jorge; depois que nelas principiou esta exploração o preço da urzela no mercado internacional baixou para menos de metade. Esta tinta que tingia de vermelho escoava-se sobretudo para Inglaterra e Flandres. No arquipélago de Cabo Verde também veio a realizar-se intensa apanha deste líquen, o mais tardar a partir de 1469, mas muito provavelmente já desde uns anos antes; no tráfico aparecem interessados mercadores sevilhanos.

O manto florestal da Madeira, tão denso, oferecia ampla variedade de espécies de madeira para carpintaria e marcenaria, cujas oficinas já em 1455 proliferavam na ilha. De cedro fabricavam-se caixas, mesas, cadeiras; do rosado teixo, bufetes; mas ainda o vinhático, o aderno, o barbuzano davam excelentes pranchas e tábuas. Tal riqueza de madeira foi outra das condições do florescimento açucareiro: porque do til faziam-se as caixas para o açúcar e, o que era de extrema importância numa fase em que a metalurgia pouco concorria para a utensilagem dos engenhos, de outro pau branco muito duro fabricavam-se os eixos e parafusos. Outra indústria que já no período henriquino aqui aproveitou esta riqueza de recursos florestais foi a da construção naval. A abundância dos cursos de água, que tão útil foi para a indústria açucareira, não o foi menos para a das madeiras, pois desde os primórdios da colonização se montaram serrações hidráulicas.

A ocupação das ilhas liga-se, em suma, a uma economia complexa e não à monocultura, embora os insulares vivam sobretudo da exportação. Semeadura de trigo e cevada, na Madeira (até 1470) e nos Açores, para abastecimento da metrópole e dos presídios marroquinos e para o trato da Guiné; em Porto Santo (e na Madeira depois de 1470) para consumo local; a caça e sobretudo o pastoreio ou a criação livre de gado vacum e miúdo, para carnes e para coiros, em todas as ilhas e ilhotas, mesmo as deshabitadas; a viticultura na Madeira e nos Açores; os canaviais e os engenhos de açúcar mas só na Madeira; a extracção e fabrico de côres de tinturaria – sangue-de-dragão e urzela em todas as ilhas, o pastel nos Açores; o corte de madeira, a marcenaria e carpintaria, a construção naval, também só



na ilha madeirense; a cera e o mel; a pesca em Porto Santo e nos Açores: eis os traços essenciais do quadro económico dos arquipélagos, polivalente e complexo, onde uma certa diferenciação complementar entre as ilhas tende a traçar-se. Socialmente, podemos classificar o seu regime de senhorio capitalista (por contraditórios que os termos pareçam) e o seu grupo dominante de cavaleiros-burgueses. Na Madeira, em especial, os donatários participam no tráfico africano e até desempenham papel activo nos descobrimentos. População também variada e complexa, com enraizamento de camponeses vindos da metrópole, com numerosos mesteiros de diferentes ofícios, marujos e pescadores, e no baixo da escala escravos guanchos, azenegues e negros trabalhando nos canaviais e engenhos.

O arquipélago das Canárias permanecera sobretudo como reservatório de escravos quer para Portugal quer para Castela e mesmo regiões mediterrâneas; aí se buscou mão-de-obra ainda para a cultura e indústria do açúcar na Madeira. Os duques de Medina Sidónia utilizaram-no como base das pescarias na costa africana. E os castelhanos a esta costa foram saltar a fim de obterem escravaria azenegue e negra, pois tornou-se necessário compensar o despovoamento que nas ilhas provocava a economia predatória. Por meados do século os castelhanos começam a conquista com fins colonizadores, a que a guerra com D. Afonso V (1475-1480) dá novo impulso; mas só a partir de 1490 é que verdadeiramente é empreendida nas ilhas de Tenerife, Palma e Grã-Canária, que a Coroa chamara a si; cedeu porém a empresa, em regime de capitulações, a senhores particulares, entre os quais se destaca Pêro de Vera; só terminará em 1496. A descoberta do Novo Mundo conferia às Canárias papel primacial de escala e protecção estratégica na viagem trans-atlântica de ida. A colonização, como nos outros arquipélagos, assentou na economia agrícola e pastoril; a cerealicultura forneceu trigo que por vezes se encaminhou para as praças portuguesas de Marrocos, e cevada que veio para o reino português. Mas é o açúcar que dinamiza economicamente a partir de finais de Quinhentos, embora também se exporte coirama e côres de tinturaria e um pouco mais tarde o vinho. Os portugueses não só frequentam estas ilhas, como nelas se estabelecem numerosos. Tinham tentado conquistá-las, em vão, depois fomentaram revoltas indígenas contra os invasores castelhanos e forneceram armas à resistência. Acabaram por achar melhor associarem-se à colonização.



No arquipélago de Cabo Verde, como notou Orlando Ribeiro, trata-se ao invés de simples implantação de quadros metropolitanos aproveitando a mão-de-obra guineense. Conhecidas cinco dessas ilhas desde 1456, as restantes sete possivelmente desde 1458, o mais tardar desde começo de 1462, o seu povoamento e aproveitamento deve ter principiado ainda em vida do Infante D. Henrique, conquanto só com extrema lentidão tenham avançado. Ao abrir-se o século XVI ainda apenas duas delas, Santiago e Fogo, eram habitadas. Mas em todas as ilhas desertas estavam lançadas cabras que proliferavam à solta, na de S. Nicolau recolhia-se sangue-de-dragão, à do Sal já iam por vezes carregar do produto espontâneo de suas marinhas; nas duas ilhas povoadas criava-se gado (para carnes e coiros), cultivava-se milho e arroz, apanhava-se algodão, e em particular em Santiago havia figos, uvas, melões e outras frutas como as de Portugal, e canaviais de açúcar. A alimentação aqui não é mais do tipo mediterrâneo como nos arquipélagos setentrionais – pão, vinho, azeite – mas já do tipo da Guiné, do mesmo modo que o pilão dos negros (como sublinhou Orlando Ribeiro) substitui a mó braçal. Estamos no limiar de um mundo de adaptações novas...



CAPÍTULO XIII

## OS IMPÉRIOS NEGROS DO OURO



Nas cartas catalãs de fins de Trezentos e começos de Quatrocentos vê-se desenhado, no Sáara, um cameleiro embuçado, e mais ao sul um rei negro com uma pepita de ouro na mão. Por toda uma teia de caravanas, que atravessando as extensões ora arenosas ora pedregosas fazem escala nos oásis de tamareiras, escoam-se para o Maghrebe o metal nobre e os escravos pretos, a goma e o âmbar cinzento, as nozes de cola e o marfim, ao passo que às vilas e aldeias negras chegam os camelos carregados de barras de sal das salinas saarianas, de cobre e panos, bijutaria de vidro e coral, cauris e perfumes, drogas e tâmaras, chegam cavalos. Uma das pistas vem para oeste até perto do cabo Branco e depois segue não longe da costa – até Dar’a, o país do anil (ao sul de Marrocos); outra vem por Ualata e pelo Adrar mauritânio convergir com a primeira por alturas do cabo Jubi, e com ambas conflui uma terceira vinda de Tombuctu, no cotovelo do Níger, e que passa pela célebre salina de Taghazza. Na região do rio Dar’a as cáfilas separam-se, dirigindo-se umas para a mina de cobre de Ofram, outras por Tagaoste, centro têxtil, ou pelo litoral para Messa e Suz, outras ainda obliquam para leste e vão ao rico Tafielt, donde retomam para várias cidades marroquinas<sup>1</sup>. Mas da cidade nigeriana de Tombuctu parte uma outra pista que a liga aos oásis do Tuat, donde diverge num ramo ocidental que conduz ao Tafielt, num ramo central que pelo oásis de tamareiras de Figuig vai ter a Tremecem, e em dois ramos orientais desembocando um em Argel, o segundo em Tunes. No sentido dos paralelos, as caravanas circulam desde o Ocidente, por Ualata,

---

<sup>1</sup> Para os caminhos de Messa a Tombuctu, ver T. do Tombo, Núcleo antigo, Armário 25 do interior da Casa da Coroa, maço único, n.º 117.

Tombuctu, Gao e pela mina de cobre de Takedda, até o longínquo Egipto donde vêm os panos e os cauris; com elas vão os peregrinos de Meca. Do mesmo modo ao Norte, pela grande rota traçada pela feira de oásis desde Nul (perto do Atlântico) a Gadamés, e daqui para o Egipto, por um lado, a Tunes na outra bifurcação, tendo feito escala no Tafielt, em Figuig, no Mzab e em Tegurte.

Guiadas por pilotos que se orientam pelas estrelas e pelas conhecenças dos terrenos, as cáfilas de camelos marcham de madrugada e durante as primeiras horas da manhã, depois acampa-se; diariamente percorrem-se assim uns 40 kms. A rota tem de passar pelo maior número possível de poços e pastagens – mas chega-se a andar 10 e 15 dias sem os encontrar. A travessia do deserto dura um a dois meses, consoante as pistas e as circunstâncias. São os cabildos nómadas que fornecem aos mercadores quer as montadas e as bestas de carga, quer os pilotos, são eles que lhes garantem salvo-conduto e por vezes escolta. Esses mercadores são cidadãos maghrebinos, uns, negros, outros, mas ainda por vezes nómadas. Formam sociedades, têm agentes, movimentam grossos cabedais, embora a maioria actue individualmente, acompanhe as suas mercadorias e efectue cada um por si próprio as operações comerciais nos diferentes mercados.

O ouro em pó era extraído das areias da «ilha» *tibar*, isto é (sabêmo-lo hoje), da região delimitada pelo rio Senegal ao Norte, pelos rios Falémé e Bakoy (ambos afluentes do primeiro) respectivamente a Oeste e a Leste, pelo Futa Djalon a Sudoeste e por um afluente do Níger, o Tinkisso, ao Sul; compreendia os dois países conhecidos pelos nomes de Bambuk e Gangaran, de povoamento negro animista e feiticista. Além da recolha das areias auríferas, estes negros «beçudos» conheciam já, como o atestaram as escavações arqueológicas, a técnica dos poços (que descem até 20 m) e galerias, tanto no Bambuk, Gangaran e Buré como na Costa do Marfim e na Costa da Mina.

Os negros que recolhem o ouro não se deixam ver dos mercadores e carregadores que lho vêm comprar e acartar. Estes chegam ao local tradicionalmente convencionado, pousam as barras de sal em montes e retiram-se uma meia jornada de marcha; vêm os negros mineiros e em frente de cada monte de sal põem o ouro que lhes parece corresponder, e retiram-se por seu turno. Voltam os mercadores e se acham bem levam o ouro; se não acham, deixam o ouro e o sal, e os mineiros, vindo uma nova vez, acrescentam ouro

ao que já tinham pousado; e assim até chegarem a acôrdo sem nunca falarem e sem se avistarem sequer – o sinal para a outra parte avançar é dado pelo rufar do tambor. Este sistema de troca «muda» servia de barreira que protegia as crenças dos mineiros do proselitismo islâmico, e as suas colectividades contra o expansionismo político dos impérios sudaneses e saarianos. Mas esta barreira era transposta pelos mercadores Uangara, geração distinta dos outros negros e sem poder político. O país das minas de ouro e dos negros «beçudos» reconhecia aliás a suzerania do Mandimansa, como antes a do imperador de Ghana, pagava-lhe tributo e as pepitas pertenciam ao rei; mas não houvera ocupação do país, nem havia qualquer contrôle, os laços mantinham-se frouxos.

Foi primeiro Ghana, no Aukar, que do século XI ao XIII constituiu o grande empório do ouro e do tráfico trans-saariano. Comerciaava com Ceuta, donde recebia o coral, com Sifdjilmessa e Taghazza, que lhe enviavam sal, contas de vidro, manilhas de cobre. O sal valia aí o seu peso em ouro, e chegava a trocar-se pelo dôbro. A capital compunha-se verdadeiramente de duas cidades: a cidade muçulmana, muito grande, com suas mesquitas, com casas de pedra e de madeira de acácia, onde habitavam os mercadores árabes e berberes, os imãs, *mueddins*, juristas e eruditos; a seis milhas, no bosque, era a residência real: o palácio, o tribunal, uma mesquita para os mouros que vinham à côrte, as cabanas de terra batida com telhados cónicos de colmo, cercadas de uma sebe. Entre as duas, é o formigueiro das habitações dos negros. Em plena floresta ficam os túmulos reais, os ídolos, as cabanas de sacerdotes e feiticeiros, as prisões: lugar sagrado, aonde é vedado penetrar. Daí se governava um vasto império, cujo rei podia mobilizar, vangloriavam-se, 200 000 guerreiros, compreendendo 40 000 frècheiros que com seus arcos curtos lançavam setas envenenadas.

O melhor ouro provinha então de Gadiara, cidade fortificada de negros mas frequentada e até habitada por mouros, na margem direita do Senegal (em frente da actual Kāyes), à testa de região densamente polvilhada de aldeias negras. Aí é que os funcionários do imperador cobravam o tributo das minas. Da capital a Gadiara levavam-se umas 18 jornadas: atravessava-se um país de idólatras onde pululavam elefantes e girafas, fazendo escala em Garbil (perto do paúl de Magui), seguia-se o curso do Kolimbiné e em seguida, após uma travessia de 11 dias, passava-se por Dâga, com a sua paisagem de baobabs, e por Samarcanda.

A noroeste de Gadiara mas de igual modo perto do Senegal, Diaressi, cidade moura em país idólatra, constituía outro mercado importante de ouro. A noroeste dela, por seu turno, outra cidade islâmica entre os idólatras, Kughha, era escala muito frequentada pelas cáfilas de camelos que vinham do Adrar mauritânico e de Aulil (no litoral) carregados de sal, conchas, cobre, e voltavam com o precioso pó.

Na margem esquerda dos rios Falémé e Senegal viviam os negros idólatras de Galam que reconheciam a suzerania longínqua do imperador de Ghana; mais a ocidente, no Futa Toro, os negros de Toronka cultivavam o algodão e fabricavam tangas que vendiam a todos os ribeirinhos do Senegal.

Depois, para o Poente, o império de Silla ocupava as duas margens do rio; islamizado já antes de 1040, empregava a sua fôrça em guerrear continuamente os idólatras. Sua população vivia da criação de bovídeos e da cultura de *durra* (uma das espécies de milho). Controlava uma parte da via fluvial: vindo da costa passava o sal de Aulil a caminho dos mercados do ouro; do Norte, por intermédio de Kughha ou de Gadiara, chegavam-lhe as manilhas de cobre, e do Futa Toro as tangas de algodão. Os Tucurores, que também se converteram ao Islame pela mesma época, povoavam a região a oeste, e entre eles e o oceano interpunham-se os negros Senegana, herdeiros do nome dos nómadas brancos azenegues (Sanhadja).

As almadias dos negros desciam o Senegal pelo menos desde as quedas de Felu e saindo a foz costeavam para o Norte até as salinas da região do cabo Mirik, donde voltavam carregadas a Tucuro e a Silla; daí o sal espalhava-se até a zona mineira de Gangaram e até Ghana. Mas as caravanas de camelos também iam e vinham entre essas marinhas do litoral e a capital sarakolê; nos séculos xv e xvi a via fluvial e marítima deixara de ser percorrida, o camelo vencera a almadia – sem dúvida porque os nómadas azenegues tinham dominado os xirmeiros da costa e excluído os negros. O Senegal cessa de ser uma grande via de penetração – o Rio do Ouro...

Para leste, antes da fundação e grandeza de Tombuctu era Tirakka, situada no cotovelo do Níger, que constituía o grande mercado, escala das caravanas da capital do império do Ouro – Ghana – e das caravanas de Tadmekket que traziam o cobre de Takedda e o sal do Sáara central. O Níger servia de via de intensa circulação. Descendo-o, ao fim de três jornadas chegava-se a Gao ou a Kukya:

cidade negra onde residia o rei e cidade muçulmana. Ficava a nove jornadas de Tadmekket, a escala do cobre de Takedda e do sal de Tutek (a 6 jornadas de marcha). O rei, cujas refeições se fazem ao som do tambor e ante o espectáculo das danças das bailadeiras, converteu-se ao Islame, enquanto o povo, vestido de tangas ou de peles consoante as posses, permaneceu idólatra. É evidentemente o sal que serve de moeda.

O império saheliano e senegalês dos Soninké de Ghana rui no dealbar do século XIII, e uma nova potência centrada mais a sul, a dos negros mandingas, surge então, esmaga a anterior e floresce até o século XV. Esta ascensão de uma nova força parece estar ligada à entrada em exploração de novas jazidas auríferas mais meridionais, as de Buré. É o *mansa* – rei – dos países e povos mandi – dos mandingas – que se vê representado nas cartas catalãs; também se lhe chama Bor-Mali, rei de Mali, pois este é o nome de sua capital, junto ao rio Sankarani, perto do Alto Níger. Soberano de fabulosas riquezas, que herdou a grande pedra de ouro dos imperadores de Ghana; um dos reis de Mali, em apuros, vendê-la-á a mercadores egípcios no século XV. Todo o país dos negros, desde o oceano ao Sul do Gâmbia até Tombuctu, desde o Sahel ao Norte, e até para lá do Médio Níger e de Gao a Nascente, lhe obedece. Os imperadores de Mali, como bons muçulmanos, a exemplo de seus predecessores Soninké de Ghana, vão em peregrinação a Meca, distribuindo ouro a rodos durante toda a viagem – e com ele a sua própria fama. Todos os anos caravanas de centenas, ou até de milhares de camelos trazem do Cairo, passando pela mina de cobre de Takkeda e por Kukya, as preciosas manufacturas e os produtos orientais, regressando evidentemente com o fulvo metal.

No início do século XVI, quando já não tinha a força política nem o esplendor que Ibne Batutah lhe conhecera, Mali contava ainda cerca de 6 000 fogos; entre os seus naturais muitos consagravam-se ao negócio e prosperavam, ao mesmo tempo que nela estanciavam numerosos mercadores estrangeiros ou a frequentavam; contava-se forte percentagem de artífices na sua população, muito civilizada e culta: pois não havia aí belas mesquitas com todo um corpo de letrados que nelas ensinavam? Graças à fertilidade dos arredores a cidade estava bem abastecida de cereais e carne, e o algodão nunca faltava aos seus tecelões.

O Mandimansa dispõe de consideráveis riquezas – ouro, prata, mercadorias várias, e até, o que é o cúmulo da opulência na África



negra, de cavalos. Rodeia-se de complicado cerimonial para realçar a sua majestade. Tem que se passar por seis portas antes de chegar até ele, cada qual com seu porteiro e a última guardada por um corpo de frêcheiros. Só as mulheres que o servem o podem ver comer. Num palanque levado por um boi, quando se desloca, seguido de numeroso séquito, sempre que pára senta-se num estrado de pele de boi em que ninguém mais se pode sentar e em que ninguém pode sequer tocar com o pé. Quando morre, a sua primeira mulher e os seus servidores suicidam-se e o régio casal é enterrado com todas as suas jóias e armas; sobre o túmulo levanta-se um montículo.

É o rei de Mali senhor de numerosos vassallos que lhe pagam ricos tributos. Muito poderosos, esses *foroes* (ou *farins*) são como que corregedores ou governadores, e o seu ofício e dignidade são muito respeitados pelas mandingas. A justiça real exerce-se implacavelmente.

As cidades mais prósperas, na segunda metade do século xv e começos do xvi, são Djenné e Tombuctu.

O senhor de Djenné conseguiu durante muito tempo manter-se independente em face do Bor-Mali, mas virá a pagar tributo ao imperador de Gao. A vila, rodeada por uma muralha de terra batida, conta algumas casas de pedra e cal mas compõe-se principalmente de cabanas caiadas de branco e cobertas de colmo. Habitavam-na ministros do culto, doutores, magistrados e principalmente mercadores e tecelões. Todos estes se vestem de algodão preto e azul, ao passo que as pessoas das primeiras categorias vestem de branco. Em redor da vila, os camponeses produzem cevada e arroz, pastoreiam gado, cultivam o algodão que alimenta os teares urbanos.

Foram a deslocação do poder político para leste – de Mali para Gao – e a ascensão de Tombuctu, que a ela está ligada, que asseguraram, em parte, a fortuna de Djenné, sucedendo à antiga capital mandinga como entreposto e lugar de encontro dos mercadores do Norte e dos Uangara (= mercadores) que vão às minas de ouro. Há mercador destes últimos cujo volume de negócios sobe a 60 000 miticais, ao passo que os mercadores de sal tratam geralmente só no valor de 10 000. A verdade e a honestidade mais estritas reinam nas suas relações; não são necessários actos escritos nem sequer testemunhas; se acaso morre um uangara, imediatamente seu filho ou

herdeiro se apresenta a liquidar as suas dívidas. Da produção têxtil local espalham-se para o Norte os panos, garantindo apetitosos lucros.

De Djenné podia-se seguir em direitura para Ualata, mas na maior parte das vezes ia-se de preferência a Tombuctu de piroga em 14 dias, na época das chuvas, em que é navegável um afluente do Níger; desembarcava-se em Kabara, porto nigeriano a 12 milhas de Tombuctu, grande aglomerado governado por um capitão do senhor da cidade principal e que a abastecia.

Tombuctu substituiu Tirakka no século XIII. Devia o seu êxito a Solimão, o célebre *mansa* que no regresso da romagem a Meca aí fez edificar, por um arquitecto e poeta de Granada, uma mesquita e um palácio. Mas a maioria das casas é de barro amassado com palha e de gesso, e coberta de colmo. O senhor, primeiro dependente do Bor-Mali, mais tarde vassalo do imperador de Gao, possui ricos tesouros de ouro e é assás poderoso para sustentar um corpo considerável de frêcheiros (que lançam as setas envenenadas) e umas centenas de cavalos. Leva a guerra frequentemente a todos os que lhe recusam tributo: excelente forma de aprovisionar o mercado de escravos. Uma etiqueta estrita regula a vida da côrte, verdadeiramente magnífica; como diante de todos os senhores negros, quem o vem ver ajoelha e lança um punhado de terra por sobre a própria cabeça. Cidade muçulmana, as mulheres só saem de véu. Os estudos são aqui muito apreciados e o senhor acarinha e venera os letrados; é a cidade importante mercado de livros, importados do Maghrebe.

Aglomerado bem fornecido de cereais, gado, manteiga, encontram-se aqui boas lojas, e toda uma população de tecelões fabrica panos de algodão. Os seus naturais vivem desafogadamente graças ao negócio, mas melhor ainda os mercadores estrangeiros estantes: duas das filhas do rei estão casadas com dois comerciantes ricos. Todos os moradores possuem vários escravos. Do Norte as caravanas trazem cavalos da Barbaria e sobretudo o sal de Taghazza, Igilde, Aulil. É em Tombuctu que os mercadores vendem os camelos com a respectiva carga de barras por 100 a 120 miticais; o sal, raro e caro, é em seguida embarcado em almadias e levado para Djenné, vendido em troca de ouro. Estamos no empório de todo o metal amarelo que se espalha para Levante e para Poente e do sal que os negros não podem dispensar.

Em Djenné o ouro, a peso, servia de moeda nas transacções

mais importantes, o ferro para os pequenos pagamentos. Em Tombuctu circulavam peças de ouro delgadas e ainda, para as compras correntes, cauris de que 400 valiam um mitical. Estas conchas de função ao mesmo tempo monetária e mágica corriam por uma boa parte das regiões do ouro. Vinham das Maldivas, talvez também da Pérsia, por intermédio do Cairo e das cidades maghrebina; mas havia ainda conchas apanhadas no litoral atlântico.

Ibne Batutah embarcou em Tombuctu numa piroga para descer o rio Níger até Gao, atravessando regiões densamente povoadas. O reino sonrhai compõe-se, efectivamente, de numerosas aldeias e lugarejos de camponeses e pastores, população assás ignorante e pobremente vestida – no Inverno, de peles de ovelhas, no Verão só uma curta tanga de algodão; os pés descalços, algumas vezes porém protegidos por um coiro de camelo. A própria capital, conquanto assás grande, sem muralhas, era feia, com excepção da residência do rei e da sua côrte. Mas havia abundância de pão e de carne, e maior ainda de arroz; não havia contudo vinho nem fruta, apenas alguns melões, abóboras e pouco mais. Os habitantes da capital vivem bem, porque entre eles se conta elevado número de activos mercadores que traficam nas várias cidades do império.

A cada instante chegam longas filas de pretos acartando o ouro em quantidade tal que não consegue vender-se todo. Esses negros compram avidamente e em consideráveis quantidades os artigos do Norte – panos europeus, incluindo os mais finos tecidos de Veneza (escarlates, azuis, violetas), armas, cavalos... Na praça central realiza-se o mercado dos escravos. Quando Leão o Africano visitou Gao, um negro ou uma negra de 15 anos vendia-se a 6 ducados, um cavalo a 40 ou 50 – logo, trocava-se um cavalo por 7 a 9 escravos; o pano europeu do mais ordinário custava 4 ducados o côvado, ao passo que pelo fino de Veneza era preciso dar pelo menos 30; uma espada de qualidade inferior valia 3 a 4 ducados. Mas o sal era naturalmente a mercadoria mais cara.

Sonni Ali, durante o último quartel do século xv, assentou os alicerces do império sonrhai, submetendo o próprio Bor-Mali. No decurso da primeira metade de Quinhentos, sob a dinastia dos Askia, o império engrandeceu continuamente, até atingir o lago Tchade a leste, abarcando todo o país haússa e mesmo o Aír, portanto as salinas de Tutek e a mina de cobre de Takedda, bem como, para o sul, o ouro de Guari; para Poente domina os empórios de Tombuctu e Ualata e por algum tempo as salinas de Taghazza,

o que o fará entrar em conflito com Marrocos; o próprio Mali reconhece a sua suzerania, e a fronteira ocidental confina com o Tucurool. É um império imenso do ouro e do sal, tendo o Níger como eixo, controlando todas as grandes pistas sudano-sahelianas. Uma das razões essenciais da sua grandeza deve estar nessa longa rota que leva de Mali, Djenné e Tombuctu, passando por Gao, até o Cairo.

Em parte alguma, no entanto, o império sonrhai alcançou o Atlântico, e manteve-se sempre a apreciável distância. A oeste esbarrou com os Tucurores, no Senegal, e não ocupou efectivamente o país mandinga nem as zonas auríferas de Bambuk e Gangaran, em momento algum controlou a via fluvial do Gâmbia. Por isso os portugueses nunca tiveram de tratar com os Sonrhai e puderam continuar a adquirir o pó *tibar* nos rios da Guiné, como desde que em 1456 chegaram, subindo aquele rio, à feira de Cantor, não longe dos contrafortes ocidentais do Futa Djalon – data que representa verdadeiramente uma viragem na história do ouro sudanês.





CAPÍTULO XIV

OS RESGATES DE ARGUIM E GUINÉ



À volta de 1410 inicia-se intensa actividade de corso contra a navegação muçulmana dos reinos de Fez e Granada. Até a década de 1440 esta função económico-guerreira sobreleva em importância, nas relações com a África atlântica, a faina pacífica do comércio. Os corsários portugueses atacavam sobretudo os navios mouros que traficavam entre a Barbaria e o Sul da Península, portanto a sua área de operações era o estreito de Gibraltar, mas também pilhavam castelhanos, catalães e outros cristãos; iam raziar as Canárias, a costa saariana, a Guiné. Necessitava-se de escravos para as plantações de cana sacarina do Algarve, do distrito de Coimbra e principalmente da Madeira e Açores. As casas nobres encontravam nesta actividade um meio de fazer face à crise financeira que as afligia. Os dois filhos do rei D. João I, D. Pedro e D. Henrique, tiveram empresas de corso; havia-as igualmente de simples cavaleiros e de burgueses, e a própria coroa não desdenhava este recurso (os documentos falam-nos dos «corsários del-Rei»).

Em 1441 obtinham-se os primeiros cativos do litoral saariano. Entretanto, ia-se alargando firmemente a área das pescarias, e os navios portugueses – barcas, barinéis, caravelas pescaresas, caravelas telhadas – iam às Canárias e ao Rio do Ouro apanhar «lobos marinhos» (focas) de que se aproveitavam as peles e o óleo. Os pescadores frequentavam com regularidade a costa de Marrocos e do Sáara – especialmente a zona do Rio do Ouro e de Arguim.

A partir de 1444 tentava-se estabelecer o tráfico no Rio do Ouro com os nómadas cameleiros – queriam-se escravos e ouro; três anos mais tarde começavam as relações com o Suz (região entre o Alto Atlas e o Anti-Atlas) – mercado de negros e de ouro do Sudão, bem como do açúcar (tem-se esquecido a importância deste nos primórdios da expansão portuguesa) e dos metais. Entre 1448



e 1450 fundou-se a feitoria de Arguim, completada dez anos depois por um castelo (de que uma primeira edificação, talvez não acabada ou que depressa desmoronou, pode ter começado cerca de 1455). Fundada esta feitoria, houve que desenvolver as relações comerciais com Marrocos, porque os cereais e alquicés de produção marroquina eram necessários para comprar escravos e ouro. O comércio português (aliás em ligação com italianos) com os rios Gâmbia e Grande (Geba) principiou perto de 1455-6; dentro do lustro anterior tinham-se entabulado relações com os Jalofos, isto é, com a região de Cabo Verde (entre o rio Senegal ao Norte, e o Salum-Sine ou Barbacins a Sul).

## REGIME COMERCIAL NESTAS DUAS FASES INICIAIS DA EXPANSÃO ULTRAMARINA

Até 1443, quem quer que o desejasse podia empreender viagens de pirataria ou de comércio ou de exploração geográfica a Marrocos ou à costa atlântica da África; o Estado cobrava um quinto das mercadorias.

As viagens foram empreendidas ora pela iniciativa quer de mercadores quer de simples cavaleiros e escudeiros, ora por investimento de capitais dos grandes senhores – tais como os filhos do rei – ou da própria coroa.

Em 1433, D. Pedro e D. Henrique obtiveram do favor régio a isenção do pagamento ao Estado do quinto dos lucros das expedições de corso (não das de comércio). Dez anos mais tarde, D. Henrique conseguia que lhe concedessem o contróle sobre todas as viagens ao Sul do Bojador. Embora não figure a seguinte cláusula, é de admitir, porque o contrário seria absurdo: que a tal contróle escapassem naturalmente as iniciativas da coroa. D. Henrique é que passava – e só ele – a amealhar o quinto que anteriormente era devido à administração pública, e era só ele a ficar com poderes para dar a autorização exigida para a realização *legal* destas viagens de descoberta ou comerciais ou de corso (dada a dificuldade de fiscalização e até certos inconvenientes da repressão, é lícito supor que forte percentagem das viagens se efectuassem desrespeitando as condições legais, tanto mais que a expectativa de lucros era avultada). Mas atenção! Não é D. Henrique o único a estimular tais navega-

ções (o verdadeiro factor decisivo são, aliás, as condições sociais-económicas e o papel político dos grupos, e não pròpriamente esta ou aquela personagem): mas pode-se-lhe atribuir a iniciativa de 1/3 destas viagens. As condições do tráfico tinham permanecido as mesmas; sòmente, o papel do Estado passara para um grande senhor – é um episódio das lutas sociais-políticas do século xv português, lutas da burguesia e do poder real contra os nobres, como as há dos camponeses contra os cavaleiros-senhores, e da arraia-miúda contra os grados do comércio e da finança. Havia ainda pluralidade de iniciativas. Este regime manteve-se até à morte de D. Henrique (1460).

Vê-se assim o papel desempenhado pelas casas senhoriais – entre as quais a de D. Henrique foi talvez a que conseguiu lidar com mais avultados cabedais – nesta expansão. Podiam funcionar como verdadeiras sociedades, porque em volta do senhor, proprietário ou beneficiário de bens consideráveis, gravitava toda uma multidão de servidores – cavaleiros, escudeiros, mercadores, artífices, agricultores, escravos. A título de exemplo, vejamos como se compunha a casa senhorial de D. Henrique: Governo e Regedoria da Ordem de Cristo, ducado de Viseu, senhorio da Covilhã, cabo de Trásfalmear (1443), vila de Gouveia (1447), senhorio, jurisdição e tributos de Lagos e Alvor, Berlengas e Baleal, junto da Atouguia (1449), exclusivo da pesca do atum nas costas do Algarve, monopólio do fabrico e venda do sabão, isenção do quinto das presas devido à coroa (1433), monopólio da navegação para as Canárias, recebendo o quinto das viagens que autorizar, monopólio da pesca do coral entre os cabos S. Vicente e Espartel (1450), quinto das enxávegas e corvinas; arquipélagos da Madeira e dos Açores, monopólio do comércio com a costa africana do Cabo Cantim para o Sul ou o quinto do que com sua autorização outros traficarem (1443 e 1449), além do assentamento do Infante (de 16 contos anuais). Mas não devemos diminuir o papel dos simples particulares – dos mercadores, cavaleiros e outros indivíduos não ligados a qualquer senhor ou desfrutando pelo menos de relativa independência.

Fala-se frequentemente de uma sociedade comercial fundada em Lagos em 1444. Infelizmente as fontes são mudas a respeito de uma tal sociedade, se lhe concedermos o atributo da permanência. Havia sociedades cuja duração se restringia a uma única viagem, quando muito a duas. Muitas vezes, o armador fazia um contrato com um ou vários mercadores. A bordo havia pelo menos um es-

crivão, um piloto e o patrão, além dos marinheiros. Por Cadamosto sabemos que D. Henrique impunha um dos dois tipos seguintes de contratos: se não era ele a fazer as despesas de armação do navio e da viagem recebia 1/4 (esta percentagem de 25% é confirmada por Diogo Gomes, mas legalmente o Infante só tinha direito a 20%); se corriam por sua conta os encargos da armação do barco, mas todas as outras despesas incumbiam à outra parte contratante, dividiam-se os lucros ao meio. Por desgraça ignoramos tudo dos contratos que ligavam simples particulares entre si. Na maior parte das vezes o comerciante acompanhava a sua mercadoria; não acontecia assim, porém, quando havia um *bailleur de fonds* – senhor ou rico burguês. Os lucros eram muito elevados – geralmente acima dos 100%; chegavam com razoável frequência a ser de 7 por 1.

A feitoria de Arguim foi arrendada em 1449 ou um pouco mais tarde, por dez anos, a uma sociedade comercial que funcionava em 1455, quando Cadamosto esteve na ilha, e a quem pertencia o monopólio do tráfico. Os portugueses vendiam alquicés, bordatéis, capas, mantas, panos e sobretudo trigo, talvez também sal (este não em Arguim, que o tinha, mas sim mais ao Norte e mais ao Sul); aos nómadas comprava-se ouro e escravos – cerca de 800 por ano; os pobres pescadores xirmeiros vendiam peixe aos portugueses. Aliás, os pescadores portugueses iam pescar ao longo de todo o litoral marroquino e saariano. Fazia-se comércio – havia «resgates» – em vários pontos da costa atlântica da África, mas sem feitorias pròpriamente ditas.

A coroa também participava activamente do tráfico africano. Várias viagens foram feitas por sua conta e foi a maior importância política da burguesia com o advento da regência de D. Pedro (1440) que criou condições propícias ao florescimento marítimo dessa década decisiva. Em 1455, o rei nomeava um funcionário do Tesouro, Fernão Gomes, recebedor de todos os mouros e mours e de quaisquer outras cousas que vierem do nosso resgate de Guiné, e isso mesmo dos dinheiros da venda dos ditos mouros e mours e de todas as mercadorias. Para superintender em todos os lugares de Além – isto é, de Marrocos – havia em Lisboa desde antes de 1434 uma Casa de Ceuta. Desde cerca de 1445 a 1463, funciona em Lagos a Feitoria do trato de Arguim, à segunda data transferida para Lisboa e alargada em Tesouro e feitoria dos resgates e tratos de Guiné, mais tarde Casa da Guiné e da Mina. Acima, uma vèdoria da Fazenda do trato de Guiné e do mar oceano.

## O COMÉRCIO DE ARGUIM NO MEIO SÉCULO DE 1455 A 1505

De 1441 a 1448, vieram da costa do Sáara e da Guiné, ao todo, pelo menos 1 000 escravos e talvez não mais de 2 000; não é possível calcular a quantidade de ouro, mas deve ter sido insignificante. Não-se abandonar as tentativas de firmar o tráfico ao Norte do cabo Branco, e ele vai concentrar-se em Arguim. Já vimos qual o estado deste comércio em 1455, data a que já fornecia centenas de negros e boa soma de ouro anualmente. O comércio de Arguim manteve-se florescente no meio século de 1455 a 1505.

Na *Relação* de Diogo Gomes lê-se que no tempo do Infante D. Henrique os alarves traziam a Arguim ouro puro em pó, pagando-lhes os portugueses com trigo, mantas e outras mercadorias; e indica-se que estas transacções continuavam à data da redacção desse relato, ou seja, na última década do século xv. Este ponto é confirmado por Münzer, que esteve em Portugal em 1494, pois diz que se troca actualmente trigo por ouro e panos por escravos e outras cousas.

Reporta-se também à década derradeira de Quatrocentos a descrição que de Arguim nos deixou João Rodrigues (transmitida por Valentim Fernandes).

Os portugueses vendem panos de côr (azuis e vermelhos), linho, albornozes, alquicés, lambéis, bordatéis, bedéns, selas, estribos, bacias, mel, prata, coral vermelho em contas redondas, alaquecas, trigo. As mercadorias de mais valia são o trigo, a prata e as alaquecas. Os mouros trazem do continente escravos pretos, ouro, peles de anta, goma arábica, gatos-de-algália, ovos de ema e camelos.

Não sabemos se a sociedade adjudicatária do comércio de Arguim se manteve até ao termo da concessão – dez anos. Pode ser que tendo começado em 1450 ou 1451, estivesse até ao fim, chamando então o rei a si tal tráfico, com a construção do castelo. Antes de 1469, D. Afonso V concedeu ao filho esse monopólio; mas pouco depois desta data o Príncipe D. João arrendava-o, por seu turno, ao rico burguês de Lisboa Fernão Gomes, a troco de 100 000 reais anualmente; a concessão era válida por vários anos. Quando rei, D. João II chamou-a de novo a si.

O comércio dos produtos principais é agora monopólio régio. A princípio o capitão da fortaleza é que dirigia também a feitoria,

recebendo 1/4 de todas as transacções, sem direito a qualquer outro vencimento; mas veio a operar-se uma divisão de funções, e assim o pessoal superior passou a compor-se de: o capitão do castelo; o feitor, encarregado da parte comercial, cuja remuneração consiste em 1/8 de todo o resgate; o escrivão com o vencimento fixo de 20 000 reais e direito a resgatar roupa. No entanto, os cargos de feitor, alcaide-mor e capitão foram, de Julho de 1492 a Agosto de 1495, exercidos por um só – o cavaleiro Afonso de Moura. De novo voltou a acontecer assim com Fernão Soares, de 10 de Maio de 1499 a 31 de Dezembro de 1501, e com Francisco de Almada, de 24 de Agosto de 1508 a 23 de Junho de 1511 e com Gonçalo da Fonseca, nomeado em 27 de Janeiro de 1505 (C. Cronológico, Parte II, maço IX, doc. 45), este recebendo 4,5% do que resgatava e 40 000 reais de ordenado. Os preços de compra e de venda estão tabelados por uma ordenação régia, que o feitor não tem poderes para alterar; só é livre o dos escravos. Conhecemos alguns desses preços: um escravo vale de 6 a 15 miticais, a pele de anta 3 a 4, gato-de-algália 2, camelo 3 a 4, duas cabras um mitical, uma vaca 2 ou 3. Isto quanto às mercadorias compradas pelos portugueses; quanto às vendidas, dois alqueires e 1/3 de trigo valem 1 mitical, um pano de 8 varas vale o mesmo, o tecido *galvei* (de Galway) de 20 palmos também; o ouro só vale o triplo da prata. Note-se que o mitical equivalia a 445 reais. Mas a moeda não intervinha nas transacções, era apenas padrão de conta, e aquelas faziam-se por permuta, o que dava lugar a maiores lucros: assim, por um escravo com o valor de 15 miticais dava-se roupa que só valia 3.

Quer o capitão, quer o feitor ou o escrivão só estavam em funções três anos.

O *Esmeraldo* permite-nos afirmar a continuidade deste tráfico, nas suas linhas essenciais, até 1505. Informa-nos que os alarves e azenegues trazem do sertão ouro e escravos jalofos e mandingas, bem como coiros de anta, goma arábica e outras cousas. Os portugueses resgatam estas mercadorias com panos vermelhos e azuis (de baixo preço), lenços grossos, bordatéis, mantas de pouca valia e outros artigos. Com os coiros de anta fabricavam os portugueses adargas (que depois deviam revender aos mouros); as mantas eram produzidas no Alentejo.

Não sabemos qual o total de escravos que teriam vindo de Arguim desde 1450 a 1505. Se supusermos que se manteve a média anual de 750 referida por Cadamosto relativamente a 1455, tere-

mos 41 250. Não há razões para crer que o número anual fosse inferior a algumas centenas, de modo que ao todo não ficaria talvez abaixo de 25 000. Deve notar-se que parte era reexportada para Castela, Aragão e outros países. O total do ouro ainda é menos conhecido, mas deve ter sido de certa importância. De Maio de 1499 a 31 de Dezembro de 1501 resgataram-se por conta do rei 12 558 dobras e 1/2; e de Agosto de 1508 a Junho de 1511, 3 038 dobras e 80 grãos e meio.

No reinado de D. João II houve uma feitoria portuguesa no sertão, em Uadam, que fica no Adrar Mauritânio. Devia destinar-se a garantir o melhor abastecimento de Arguim, e talvez o Rei pensasse em interferir nas rotas terrestres saarianas – no tráfico dos nómadas com a Guiné, por um lado, e com Marrocos, por outro – pois Uadam era importante nó de vias comerciais.

Para o Sul de Arguim, até a terra dos Negros, como para o Norte, só havia resgates ocasionais: zona de má navegabilidade, não interessava também economicamente.

## O COMÉRCIO COM A GUINÉ DESDE O RIO SENEGAL ATÉ O RIO GEBÁ

De 1448 a 1460 descobriu-se a costa desde o cabo Roxo (extremo setentrional da actual Guiné-Bissau) até à Serra Leoa e conseguiu-se entrar em relações pacíficas com os negros desde o princípio da Guiné (Palmas de Sanagá, ao Norte do Senegal) até aquele extremo meridional atingido à morte de D. Henrique. O primeiro trato foi o da região do Senegal e Cabo Verde, anteriormente a 1455. Dos Jalofos (desde o Senegal ao Gâmbia) obtinham os portugueses escravos negros em abundância e algum ouro. No tempo de D. Henrique, ou seja, antes de 1460, compravam-se 25 a 30 escravos por um cavalo velho, consoante informa Münzer; posteriormente, o preço dos escravos subiu, pois por um cavalo os negros do Senegal já só davam 10 a 12 escravos; nos primeiros anos do século XVI o preço ainda era superior: mal se conseguiam 5 escravos por um cavalo. O número de escravos anualmente importados para Portugal devia ser elevado: lê-se na *Relação* de Diogo Gomes que desde a descoberta do rio até à data em que foi redigida se têm trazido pretos sem número e cada dia mais; Valentim Fernandes também diz que se resgatam muitos escravos negros no rio Se-

negal; o *Esmeraldo* é ainda mais preciso, pois declara que quando havia bom resgate neste rio se retiravam por ano quatrocentos escravos e outras vezes menos a metade, mas mostra igualmente que o comércio estava decadente em 1505. Ouro, todos concordam em que se resgatava pouco; pagava-se com lenços, panos vermelhos e alaquecas; os portugueses também vendiam alquicés, bedéns, panos azuis e compravam marfim, coiros de vacas e outros animais. Os barcos portugueses subiam o rio 60 léguas até o reino interior dos Tucurores, onde compravam escravos – 6 e 7 por um cavalo.

Do Cabo Verde ao rio Gâmbia inclusivé vivia «má gente» – Sereres e Negros de Niuni –, os primeiros contactos foram mortíferos para os portugueses. Mas entre 1450 e 1456 estabeleceram-se transacções com os mandingas do Gâmbia. No porto de Andam, em terra de Sereres (6 léguas ao Sul de Cabo Verde) houve resgate de escravos, desde quando não o sabemos, talvez também desde esse período. O resgate chegou a ser florescente, dando os pretos dez escravos por um cavalo de pouca valia; mas no começo de quinhentos já não existia. De igual modo existiu o resgate de escravos no Porto de Ale (2 léguas ao Sul do actual Red Cape) que conseguia dez escravos por um cavalo; em 1505 ainda continuava este comércio, mas o preço dos escravos aumentara – agora só se recebiam seis no máximo. A esta data os portugueses compravam aqui muita carne e milho, feijões, lenha e água para abastecer os navios, mas tudo caro.

Em 1460 já os portugueses traficavam no rio dos Barbacins (Salum). Até esta data davam os pretos 7 escravos em troca de um cavalo; houve então uma alta de preços derivada de concorrência entre mercadores cristãos, gabando-se Diogo Gomes de ter conseguido fazê-los baixar para 14 ou 15 escravos. O certo é que no primeiro lustro do século XVI um cavalo só pagava novamente 6 ou 7 cabeças humanas, podendo porém ser de ruim qualidade.

De toda a terra dos jalofos, os portugueses também importavam papagaios verdes, cujo negócio rendia bons lucros.

Com os mandingas do rio Gâmbia, Diogo Gomes e Cadamosto firmaram paz e amizade em 1456, mas não é impossível que já um pouco antes se tivessem feito transacções. Aquele navegador obteve 180 arráteis de ouro em troca de panos e manilhas, e subindo até o rio Cantor, estabeleceu aqui o comércio; Batimansa («mansa» significa rei), mais perto da foz, recebeu escravos. O veneziano resgatou com o Batimansa escravos e algum ouro. Desde então o



resgate manteve-se, estando florescente no período 1490-1505. Também perto do litoral, os portugueses trocavam cavalos por escravos; em Cantor, onde se realizavam grandes feiras, vendiam panos vermelhos, azuis e verdes de pouca valia, lenços, seda, manilhas de latão, barretes, sombreiros, alaquecas, etc.; com estas mercadorias adquiriam muito ouro bom – cinco e seis mil dobras por ano no dealbar de Quinhentos. Diz Valentim Fernandes que o rio é frequentado por muitos navios, sinal de intenso comércio. De uma vez, antes de 1502, uma caravela trouxe de Cantor ouro no valor de 2 contos 62 830 reais. O comércio de Cantor e de todo o rio Gâmbia teve-o mestre Filipe de arrendamento desde o dia de São João de 1510 a igual dia de 1513, pagando ao Estado pelo contrato 1 363 500 reais (em que está incluído o 1%) pelos 3 anos, ou seja, 454 500 reais por ano. Em 1514 arrendou-o de novo o mesmo mestre Filipe, de parçaria com Diogo Lopes, exactamente pela mesma quantia.

Ignoramos quando abriu o trato com os mandingas e felupes do rio Casamansa. Na última década do século xv e primeiro lustro do xvi era zona de muito resgate. Os portugueses levavam para lá cavalos, lenços e panos vermelhos, com que adquiriam escravos e algodão indígena, bem como gatos-de-algália; de igual modo levavam para lá ferro, por ser de elevado preço neste mercado. Na côrte do Casamansa residiam mercadores portugueses.

Desconhecemos igualmente qual a data em que os portugueses principiaram a traficar com os mandingas e os banhuns do rio de São Domingos (Cachéu); deve ter sido à volta de 1456. Segundo Münzer, encontraram aqui malagueta, algodão e marfim. Na transição do século xv para o xvi havia muito resgate, residindo aqui mercadores cristãos, junto do Farimbraço (Régulo de Braço). É região de frequentes e concorridas feiras. No interior do rêgulado de Farimbraço, resgatavam-se cavalos contra escravos. Aqui e no litoral os portugueses adquiriam algália e algodão (são principalmente os colonos do arquipélago de Cabo Verde a vir comprá-lo). Também há muito mel e cera.

A algália era ainda mais abundante no estreito de Catarina, onde aliás se obtinham as mesmas mercadorias que no rio Cachéu.

Em 1456, Diogo Gomes conseguiu entabular comércio com os gogolis e beafares do rio Geba, trazendo consigo malagueta, algodão e marfim. Mas só relativamente ao período de 1490-1505 dispomos de informações pormenorizadas. Os portugueses trocavam



um cavalo, ainda que não fôsse bom, por 6 ou 7 escravos. Do coração do império de Mali chegava ao Geba ouro, de que os cristãos conseguiram pequena porção, contra panos vermelhos, lenços e alaquecas; para Portugal ainda vinha ouro, e para lá seguiam estanho, contas e manilhas. No rio Buguba o resgate era idêntico.

Francisco Martins arrematou o comércio dos rios de Guiné, com exclusão do Gâmbia (arrendado a outro) e do Senegal (objecto de contrato à parte), até à Serra Leoa, durante o período de três anos que vai de São João de 1509 a igual dia de 1512, pela quantia de 2 753 240 reais (com o 1%), quer dizer, 917 746 reais por ano.

## OS RESGATES AO SUL DO GEBÁ E NA SERRA LEOA

Passados os rios Nalus, dos Pescadores e Pichel onde parece que não houve tráfico de grande importância, para o Sul, chega-se ao rio de Nuno. Aqui e nesse mesmo período, carregavam os portugueses muito marfim; também adquiriam escravos, mas em pequeno número. Em todo o litoral desde o Geba ao cabo da Verga os negros vendiam algum ouro, mas principalmente muitos escravos; ficavam, em paga, com alaquecas, contas, estanho, lenços, manilhas de latão, panos vermelhos, e bacias como as de barbeiro.

A costa desde o cabo da Verga até à Serra Leoa era de pouco trato. O único local onde atingia certa importância era o rio de Case (actual Skarcies). Aqui havia ouro muito fino, embora em pequena soma, e os indígenas vendiam escravos e colares de marfim, resgatando estas mercadorias por bacias de latão, alaquecas, panos vermelhos e lenços, que os cristãos lhes levavam.

No reinado de D. João II tentou-se estabelecer o comércio no rio de Bintombo, junto ao extremo ocidental da Serra Leoa. Chegou a edificar-se uma fortaleza na margem do rio a 5 léguas da foz, mas depois foi mandada derribar.

Não temos informações sobre as datas do início do trato com a costa da Guiné desde o Geba até o começo da Serra Leoa. Mas esta costa não foi descoberta antes de 1456 – então o ponto mais meridional atingido era o Buguba precisamente – e é provável que o tenha sido em 1460, pois Duarte Pacheco indica que até à morte de D. Henrique se descobrira até à Serra Leoa. Antes de 1469 já es-

te trecho do litoral era bem conhecido e já deviam efectuar-se transacções com os indígenas; na verdade, nessa data é incluído na concessão a Fernão Gomes.

A costa da Serra Leoa, que começa no cabo Ledo e acaba na mata de Santa Maria, foi descoberta por Pedro de Sintra e Soeiro da Costa, nos anos de 1461 e 1462. Segundo o conde de Ficalho, em cuja esteira seguiram Fontora da Costa e Damião Peres, ainda em 1469 seria mal conhecida – e por isso não daria lugar, por maioria de razão, a relações mercantis regulares – porquanto no contrato com Fernão Gomes é marcada a Serra Leoa como termo dos descobrimentos de Pedro de Sintra e Soeiro da Costa. Mas a ilação talvez não seja fundada: pode o diploma (que aliás só conhecemos pela exposição que dele fez Barros) referir-se ao extremo oriental da Serra e não ao de oeste, ou ter deixado à concorrência privada o trecho da Serra Leoa precisamente.

Desde que se iniciou o trato com os Bolões da Serra, que habitavam ao longo do mar (enquanto no interior viviam os Teminis), os portugueses compravam-lhes ouro – assás fino, pois de quase 23 quilates, talvez o melhor de toda a terra de Guiné. Os Bolões obtinham o ouro do sertão a troco de sal, recebendo em paga, dos cristãos, manilhas de latão, bacias como as de barbeiro, lenços, panos vermelhos, alaquecas, panos de algodão, etc. Nesta região da Serra Leoa também há muita algália e marfim, alguma malagueta – de esplêndida qualidade – e papagaios pardos. Vejamos agora alguns dos resgates que os portugueses estabeleceram.

Navios pequenos subiam o rio das Gamboas, que desagua na Furna de Sant'Ana, até a povoação Harhaorche; aqui resgatava-se algum ouro e escravos por alaquecas, manilhas de latão, panos vermelhos, lenços e bacias de latão. Mais importante era o tráfico no rio das Palmas; também aqui os navios subiam o rio, passando por 7 aldeias, até à grande povoação de Quinamo. Com as mercadorias que já enumerámos, podiam os portugueses carregar por ano 1 500 dobras e mais de ouro e alguns escravos; os indígenas compravam o estanho por bom preço. Em compensação, no rio das Galinhas não se comerciava.

Os Cobales da região de Cóia, à qual se chega subindo o curso do rio dos Manos (repare-se que temos vindo ao longo do mar de noroeste para sudeste), é que eram os grandes produtores de metal

amarelo nesta área da Serra Leoa. Vendiam-no contra sal e estanho principalmente, embora aceitassem também as mercadorias de que tanta vez temos falado.

O trato da Serra Leoa andou arrendado anteriormente a 1502: Num ano teve-o Pêro de Évora por 600 000 reais; noutra ano o arrendatário foi António Fernandes; de outra vez a arrematação fez-se por 640 000 reais. De 1510 a 1513 os rendeiros foram Joham de Lila e Joham de Castro, que pagaram anualmente 535 000 reais (quantia onde está incluído o 1%); da vintena do comércio de 513 quintais de pau vermelho nos três anos entregaram ainda à coroa 25 quintais, 2 arrobas, 19 arráteis e quarta. Logo a seguir apareceram o trato da Serra Leoa arrendado a uma parçaria capitaneada por Cristóvão de Haram, a qual pagou 1 817 000 reais por 3 anos, ao que parece.

Da costa da Guiné desde o rio Senegal até o extremo oriental da Serra Leoa os portugueses importavam anualmente, durante o período de prosperidade deste comércio, o total de pelo menos 3 500 escravos, consoante nos informa o *Esmeraldo*. Este número é bastante plausível, se nos lembrarmos de que havia pelo menos 14 resgates principais, e que só do Senegal provinham uns 400. Mas entre 1505 e 1520 já este tráfico não era tão volumoso, a aceitarmos a tendência para a diminuição indicada pela mesma fonte.

Não conhecemos a média anual do ouro proveniente da mesma totalidade de costa. Conquanto cada resgate de per si não fôsse geralmente de grande volume, deviam totalizar soma considerável, pois só do Gâmbia vinham para Portugal por ano 5 a 6 000 dobras; dos restantes pontos de trato devia vir bem mais de outro tanto.

Eram estas duas as principais mercadorias que os portugueses adquiriam do Senegal à mata de Santa Maria. Em segundo plano aparecem o marfim, a algália, o algodão. De menor importância, a malagueta (por ser em pequena quantidade) e os papagaios.

## A MALAGUETA – ASCENSÃO E DECADÊNCIA

A malagueta ou grãos-do-paráiso, especiaria constituída por sementes de plantas que se julgava pertencerem a uma espécie única – o *Amomum Granum-paradisi* – mas que hoje se sabe pertencerem às duas espécies *Afromomum Melegueta* e *Afromomum Granum*–

*-paradisi*, era consumida na Europa pelo menos desde o início do século XIII. Servia de medicamento e de condimento. Originária da Guiné, transportavam-na as caravanas de camelos até o litoral mediterrâneo, onde os mercadores italianos a compravam para a distribuírem pela Europa. Mas só chegava aqui em pequeníssimas quantidades. Até 1455 não há quaisquer provas de interesse em Portugal por alcançar os centros produtores desta nem de qualquer outra especiaria. Neste ano é que é pela primeira vez procurada por *Uso di Mare* no rio Gâmbia, e no ano seguinte encontrada por Diogo Gomes no Geba.

Os botânicos determinaram duas áreas principais de ambas as plantas da malagueta: a do Alto Gâmbia e Alto Níger e a da Serra Leoa e Costa da Malagueta, sendo especialmente abundante nesta zona que tem o seu nome: as fontes quatrocentistas e quinhentistas confirmam esta afirmação. No globo de Martim Behaim lê-se: «reino de Gâmbia, onde cresce a malagueta». Não há, porém notícias de que os portugueses a tenham adquirido aqui em volume considerável. O grande comércio foi no litoral que tem o próprio nome da especiaria.

A Costa da Malagueta começa a ocidente na mata de Santa Maria e estende-se até o cabo das Palmas, ao longo de 40 léguas. Foi integralmente descoberta no ano de 1470 por navegadores ao serviço do burguês lisboeta Fernão Gomes, e este conseguiu do rei antes de 1473 a concessão do monopólio do comércio da malagueta a trôco de 100 000 reais por ano. Em 1484 já tal trecho do litoral africano era conhecido pelo nome que conservou, prova de que era activo o tráfico da droga. Os principais lugares de resgate eram o rio do Junco, o rio dos Cestos, a ilha da Palma, o Resgate do Genovês, o rio de São Vicente, a Lágea, destacando-se sobretudo o segundo e ainda mais o último. De menos importância eram a Praia dos Escravos (mas teve-a de começo) e o cabo de São Clemente. Em paga da malagueta os portugueses davam geralmente manilhas de latão com o peso de meio arrátel. Num primeiro período, o preço da droga era de uma manilha por alqueire; num segundo período – à volta de 1505 – subira para 5 e 6 manilhas, certamente por ter aumentado a procura e não ser possível intensificar muito a produção.

O trato da malagueta esteve arrendado a Calliro Redolho durante dois anos – de 1 de Janeiro de 1512 a 31 de Dezembro de 1513 –, pela soma anual de 525 200 reais. Arrematou-o depois,

em 1514, Carillo, exactamente pela mesma quantia (em que está incluído o imposto de 1%).

Quase nada sabemos de quantidades relativamente ao século xv. Num dos períodos de exercício do cargo de feitor em Flandres, anteriormente a 1498 e posteriormente a 1487, Afonso Martins recebeu 1 711 quintais e 23 arráteis de malagueta. Em novo exercício, de 25 de Janeiro de 1505 até 28 de Setembro de 1506, recebeu 309 quintais e 3 arráteis desta especiaria africana; note-se, para comparação, que a quantidade de pimenta foi mais de 3 vezes e meia superior mas a de canela foi inferior – 289 quintais e 66 arráteis –, a de cravo foi 26 vezes menor, a de gengibre 65 vezes e a de noz moscada 20 vezes.

Na receita de Fernam Lourenço, tesoureiro e feitor dos tratos da Guiné e Índias, relativa a Agosto de 1503-Setembro 1504, aparecem registados 1156 quintais 3 arrobas 4 arráteis de malagueta – 12 vezes menos que a pimenta, mas apreciavelmente mais do que quer a canela quer o gengibre, e dez vezes o cravo e 19 vezes a noz moscada.

Bartolomeu Marchione comprou:

Em 1508 – 939 quintais, 1 arroba e 30 arráteis de malagueta e 53 622 quintais, 3 arrobas e 11 arráteis de malagueta mascavada;  
em 1509 – 809 quintais, 3 arrobas, 24 arráteis de malagueta;  
em 1510 – 1824 quintais, 1 arroba, 1 arrátel de malagueta.

Foi de 454 quintais a média anual de exportação para Flandres durante os seis anos de 1509 a 1514. Em Antuérpia vendia-se a libra da malagueta a 12 dinheiros em 1511, descendo o preço para metade passados seis anos; em 1578 custava 28 dinheiros, e no ano seguinte 26. Em 1533 «havia, na Casa da Índia, mil e quinhentos quintais de malagueta para vender. Anos depois, no de 1537, fazia-se, por intermédio do conde da Castanheira, a venda de quatrocentos quintais a doze cruzados o quintal».

Até 1513 o comércio marítimo da malagueta foi monopólio quase absoluto de Portugal. A partir de então começou a ser devassado por outros povos, mas as quantidades obtidas por franceses e ingleses ainda a meio do século não se comparavam com as dos portugueses. A intensificação desta concorrência e o afluxo das especiarias asiáticas à Europa foram as causas da decadência deste tráfico português, já acentuada na segunda metade de Quinhentos.

É possível, mas não certo, que o rei tenha proibido o comércio em 1506 e de novo à volta de 1550, para não prejudicar a pimenta da Índia; mas se tais proibições chegaram a existir, de nada serviram.

Na Costa da Malagueta também se resgatavam escravos, na ilha da Palma, no Resgate do Genovês, na Praia dos Escravos (este em decadência ao abrir o século XVI). O seu preço subiu, mas menos do que o da malagueta: passou de duas bacias por escravo a 4 e 5. O ouro obtinha-se no rio de São Paulo e no rio do Junco – devia ser soma insignificante.

## O OURO DA MINA

Do cabo das Palmas, onde acaba a Costa da Malagueta, até adiante da serra de Santa Apolónia – ao todo, 91 léguas de extensão – não houve qualquer espécie de comércio até 1505. Nesse ponto extremo oriental começam os grandes resgates do ouro. Foi em Janeiro de 1471 que João de Santarém e Pedro de Escobar, guiados pelos pilotos Álvaro Esteves e Martim Esteves, chegaram ao rio de São João e entabularam o comércio na aldeia de Samá, que teria 500 vizinhos. Até 1474 os navegadores ao serviço de Fernão Gomes correram a costa do golfo da Guiné até o cabo de Santa Catarina. Nesse mesmo ano de 1471 encetou-se o trato na aldeia das Duas Partes, onde viria a erguer-se o castelo de São Jorge da Mina, a 6 léguas de Samá. Em 1481 D. João II enviava uma armada de 9 caravelas e duas urcas, carregadas de todos os materiais de construção; o comandante-chefe, Diogo de Azambuja, conseguiu, depois de algumas dificuldades da parte de Caramansa e seus negros, erigir a fortaleza, o que permitia impedir o contrabando e assegurar a regularidade do fornecimento.

Em 1475, ainda não existia portanto o castelo, já o negócio devia ser bem rendoso, pois lemos no *Esmeraldo* que um navio de flamengos, guiado por um piloto castelhano, carregou na aldeia das Duas Partes 5 000 ou 6 000 dobras de ouro. Três anos depois, informa João de Barros, já o resgate da Mina era de muito proveito ao reino e ajudava muito em substância seu estado. Volvidos 8 anos, São Jorge da Mina era elevado à categoria de cidade. No reinado de D. Manuel vinham da Mina anualmente 170 000 dobras de bom ouro fino, e em certos anos muito mais. Todos os anos iam de Portugal 12 navios pequenos carregados de mercadorias,

que voltavam a abarrotar de ouro; e as 3 ou 4 naus que cada ano lá iam levar mantimentos para a guarnição também deviam regressar à metrópole com metal precioso. Lunardo de Cha Masser informava a Senhoria de Veneza que todos os meses entravam em Lisboa 10 000 cruzados de ouro, o que dá 120 000 por ano. Ao invés do que supôs precipitadamente Lúcio de Azevedo, não há exagero na expressão «todos os meses», pois o *Regimento das Cazas das Índias e Mina* (1509), no cap. 8.º estipula: «Noos temos ordennado ao presente que em cada hum anno vão doze caravellas, com mercadorias, ao trato de São Jorge; convém a saber, hũa de cada mes» (pp. 10-11 da ed. Damião Peres). E o total anual é confirmado pelas cartas de quitação (contrariamente aos cálculos, errados, daquele historiador).

Os negros que frequentavam a feitoria de São Jorge adquiriam alambéis – era o principal artigo de aquisição –, panos vermelhos e azuis, manilhas de latão, lenços, corais, conchas vermelhas, contas azuis. Os portugueses faziam lucros avultadíssimos: calculava Duarte Pacheco que neste trato se ganhava cinco por um e mais – lucros de 400 %; para os pretos o preço das mercadorias que compravam era superior pelo menos 33 % ao que custavam em Portugal<sup>1</sup>.

No reinado de D. Manuel ainda esteve em intensa actividade outro resgate, o de Axem, local onde este monarca mandou edificar um castelo. Daqui vinham por ano para Portugal 30 000 ou 40 000 dobras de bom ouro. Aos indígenas pagava-se o ouro com manilhas e bacias de latão, panos vermelhos e azuis, lenços, alambéis (esta era a principal mercadoria).

Mas de dois outros resgates de certa importância temos ainda notícia. Pelo de Anta situado a nordeste de Samá, saíam anualmente 20 000 dobras ou mais; a partir de certo momento passou o ouro a ser levado a São Jorge e a Axem. O resgate mais oriental era o do cabo das Redes, que fornecia por ano 10 000 a 12 000 dobras de ouro, das quais 50 % era puríssimo, de 23 quilates, ao passo que o de São Jorge era de 22; também acabou por ser centralizado neste castelo.

Em São Jorge de Mina havia um governador e um feitor, sendo a guarnição de 60 homens.

---

<sup>1</sup> *Esmeraldo*, Livro II, cap. 5.



## O REINO DE BENIM E A PIMENTA DE RABO

Para leste do cabo das Redes durante 95 léguas de costa não havia qualquer comércio entre os portugueses e os indígenas até a data em que foi redigido o *Esmeraldo*. Repare-se que o trato da malagueta se circunscrevia a uma faixa de 40 léguas e o do ouro se concentrava noutra de 56, separadas entre si por 91 léguas sem interesse mercantil. Depois daquele intervalo aparece-nos o resgate de escravos e marfim do rio de Lago ou Agusal, em cuja margem, a algumas léguas da foz, se erguia a cidade negra de Gebu. Os portugueses adquiriam aquelas duas mercadorias a troco de manilhas de latão principalmente, sendo o preço de cada escravo 12 a 15 manilhas. Novamente 25 a 30 léguas de litoral em que, na expressão de Duarte Pacheco, «não há comércio nem cousa de que se possa fazer proveito», e chegamos ao grande reino de Benim.

Em 1485 Fernão do Pó descobria a costa de Benim (Barros, Década I, Livro III, cap. 3.<sup>o</sup>) e no ano seguinte ia João Afonso de Aveiro reconhecê-la e trazia a Portugal um embaixador do rei negro; com ele vinha também a primeira pimenta que veio daquelas partes de Guiné: tratava-se da pimenta de rabo – *piper Clusii* –, negra e muito mais forte que a da Índia. D. João II enviou essa primeira remessa a Flandres; mas, segundo informam concordemente João de Barros e Garcia de Rêsende, «não foi tida em tanta estima como a da Índia».

Apesar deste fracasso inicial, que aliás só o era em parte, tabelando a droga em preço inferior à da Ásia, o comércio dela, à cerca do qual estamos muito mal informados, não se extinguiu com o afluxo das especiarias orientais. É até de crer que, graças ao seu baixo custo, prejudicasse o negócio destas, pois uma nota de Clúsio aos *Colóquios* de Garcia de Orta e uma relação anónima de viagem a São Tomé (de 1551) indicam-nos que o rei de Portugal proibira sob gravíssimas penas toda e qualquer aquisição de pimenta de rabo na costa de Benim. A proibição carecia, porém, de eficácia, pois a segunda daquelas fontes também diz que a iam vender a Inglaterra por preço duplo do que poderia custar se tal tráfico não constituísse infracção.

O principal porto do reino de Benim era o do rio Formoso, em cuja margem, a algumas léguas da foz, se erguia o lugar de Ugató ou Gató, de 2000 vizinhos, havendo entre eles e o mar vá-



rias aldeias. Em Uगतó fundou João Afonso de Aveiro uma feitoria. A 9 léguas de Uगतó para o sertão ficava a capital, a grande cidade negra de Benim. O principal resgate era de escravos, mas os cristãos também adquiriam neste reino muito marfim, além da pimenta de rabo. Os indígenas recebiam sobretudo manilhas de latão ou de cobre; cada escravo custava 12 a 15 manilhas. Indo 100 léguas pela madre do rio Formoso acima chegava-se a Opu, onde havia muita pimenta de rabo e marfim e se conseguiam alguns escravos. Dez léguas a leste do rio Formoso fica o rio dos Forcados; aqui os portugueses costumavam comprar escravos – muitos –, bastante pimenta de rabo, panos de algodão, algumas peles de onça, e contas azuis com riscos vermelhos, vendendo aos pretos manilhas de latão e cobre. Da terra dos Jós levavam escravos e algum marfim.

Se a feitoria de Uगतó fechou ainda no reinado de D. João II, por ser o lugar muito doentio de febres, o resgate continuou aqui à mesma, e diz Barros que se adquiria grande número de escravos. Alguns navios iam a Benim buscar cativos e traziam-nos para São Jorge da Mina, donde seguiam para a ilha de Santiago ou para Portugal; mas na fortaleza da Mina vendiam-se muitos aos negros que traziam ouro, porque deles necessitavam para o transporte do metal. D. João III proibiu o trato dos escravos de Benim, contudo é de crer que tal proibição fosse tão ineficaz como as outras que já conhecemos. Diz Barros que até essa proibição se ganhou em tal comércio muito ouro.

## O REGIME DO COMÉRCIO COM A TERRA DOS NEGROS

Até 1460 um grande senhor – o Infante D. Henrique – foi o concessionário de todo o comércio e curso na costa ocidental da África. Não se segue, porém, que fôsse ele a realizar o maior volume de transacções, pois tinha o direito – e possivelmente o dever – de autorizar qualquer particular a fazer viagens e resgates, desde que lhe pagasse o quinto. Não havia, portanto, comércio livre, mas sim comércio particular dependente de autorização de um concessionário de privilégio, e também comércio da coroa. Desde 1448-1449 estava proibida a pirataria no litoral do Sáara e Guiné. Era proibido igualmente levar qualquer espécie de armamento aos mouros.

Em 1460 ou 1462 o rei mandou uma caravela fiscalizar o trato ao Sul de Cabo Verde para evitar que se infringisse aquela segunda proibição, e também (embora Diogo Gomes o não diga), é de crer, para evitar o contrabando.

Ignoramos o regime que vigorou de 1460 a 1469; parece plausível que o comércio fosse exercido por particulares, satisfeita a condição de autorização não já por um potentado mas sim pelo Estado, e com o imposto de 20 %. É, pelo menos, o que parece depreender-se de uma carta de privilégio aos moradores da ilha de Santiago, de 1466. Por outro lado, esta carta concede a esses moradores perpétuamente licença para resgatarem sempre que lhes aprouver na costa da Guiné, com excepção de Arguim: não se poderão levar aos indígenas armas, nem ferramentas, nem navios e aparelhos de navios. O rei arrecadará 1/4 do valor dos tratos; cada navio levará um regimento dado pelo oficial régio, «como é costume». Os moradores da ilha poderão vender em todo o Portugal e estrangeiro as mercadorias que adquirirem dos negros. Esta concessão foi pouco depois restringida à zona do litoral africano fronteira ao arquipélago.

Entretanto, o monarca concedia a Martim Anes de Boa Viagem o monopólio da compra de todo o marfim importado do continente africano; essa compra devia ser feita à coroa, que por seu turno tinha o monopólio da importação ou de compra aos importadores a que tivesse outorgado autorização. Recorde-se que nesta década a coroa administrou directamente o resgate de Arguim, de que tinha o monopólio por morte de D. Henrique.

Em Novembro de 1469, um burguês lisboeta de grossos cabedais, Fernão Gomes, obteve a mais avultada concessão, posteriormente à de D. Henrique e no século xv, de que há memória. Outorgava-lhe o Estado por cinco anos o monopólio do comércio de toda a Guiné, com excepção de Arguim (monopólio do rei) e da zona fronteira ao arquipélago de Cabo Verde, onde o resgate pertencia aos moradores de Santiago (Barros, Déc. I, Liv. II, cap. 2). Mas essa concessão não abrangia todos os produtos: os gatos-de-algália, a malagueta e quaisquer outras especiarias, os unicórnios, as pedras preciosas, as tintas de brasil ou laca ficavam em monopólio directo da coroa (conforme estipula o alvará de 19 de Outubro de 1470, *Alguns Documentos da Torre do Tombo*, p. 33).

Obrigava-se Fernão Gomes às seguintes condições:

a) Pagamento anual ao Estado de 200 000 reais;

- b)* Descobrimento de 100 léguas de costa por ano;
- c)* Fornecimento ao rei (que o vendia a Martim Anes de Boa Viagem) de todo o marfim, ao preço de 1500 reais o quintal.

O concessionário ainda tinha direito a resgatar por ano um gato de algália, coisa considerada grande privilégio e de muito proveito.

Tão avultada concessão suscitou protestos, de que as Côrtes se fizeram eco, porque se considerava que a soma devida ao Estado era de pelo menos 100 000 reais inferior ao que devia ser, e além disso os outros mercadores, grados e miúdos, viam-se privados de pingue fonte de proventos. Pedia-se que não fosse outorgado monopólio e se autorizassem todos os particulares a comerciar. Mas os protestos foram em vão. E no ano seguinte Fernão Gomes obtinha mais a concessão do trato de Arguim por 100 000 reais anualmente, por certos anos. Ambas as concessões eram feitas a um único indivíduo, mas não sabemos se este associava a si quaisquer outros capitalistas (quando o Direito ainda não elaborou a pleno a noção de pessoa colectiva encontram-se casos de sociedades de facto que são nominalmente individuais). Ao descobrir-se a Costa da Malagueta obteve Fernão Gomes a concessão do monopólio desta especiaria, que inicialmente não figurava no seu contrato, ficando a pagar ao Estado por esse privilégio mais 100 000 reais. Em 1473 era-lhe prorrogado o contrato por um ano além dos cinco já concedidos.

Em 1475 terminou a concessão de Fernão Gomes, mas não se ingressou no comércio de concorrência: o monopólio passou para o Príncipe. No reinado de D. João II (sabemo-lo por Münzer), a coroa tinha o monopólio:

- a)* de importação da Guiné de ouro, escravos, especiarias e marfim;
- b)* de exportação para a Guiné de cavalos, tapetes, tela, panos de Irlanda e Inglaterra, armas brancas, estanho, bacias de cobre ou de estanho, conchas das Canárias, contas amarelas e verdes de Nuremberg, e manilhas de latão.

Os particulares tinham direito a importar da Guiné: gatos-de-algália, mirra, papagaios, lobos marinhos, macacos, algodão, tecidos de fibra de palmeira, cestos, coluquintida, etc.

Em 1474 ainda Martim Anes de Boa Viagem gozava do monopólio da compra ao rei de todo o marfim, mas nesse ano foi autorizado a formar sociedade, para esse negócio, com António

Fernandes das Póvoas. No reinado de D. João II deve ter, porém, acabado, visto que Bartolomeu Marchione conseguiu licença para negociar em marfim.

Este florentino obteve de D. João II autorização para negociar marfim e escravos, mas não o ouro. Tinha o monopólio da exportação dos escravos para Espanha e Itália. Este contrato rendia ao monarca por ano para cima de 40 000 ducados.

O trato de escravos de Benim pertenceu à coroa directamente, pelo menos algum tempo. Calliro Redolho, possivelmente genovês (como sugeriu Azevedo), adjudicou nos anos de 1512 e 1513 o resgate da malagueta, por cuja concessão pagou 1 050 400 reais (8 753 dobras ou 2 764 cruzados). Até a última década do século XVI andou o negócio da malagueta de arrendamento, passando então para a administração directa da Coroa.

Em 1518, porque era muito intensa a procura de escravos na costa da Guiné por parte dos colonos de Cabo Verde, estes viram o resgate limitado ao número que precisassem para mão-de-obra nas próprias ilhas, não podendo continuar a exportá-los para a metrópole e estrangeiro.

Em suma: o regime comercial oscilou entre o monopólio – do Estado ou particular, geográfico ou de produtos – e o comércio por particulares, dependente de autorização do Estado ou de um concessionário. A realidade não deve, porém, ter sido nada rígida: o comércio não autorizado e o contrabando podem ter sido tão importantes como o legal, dadas as dificuldades insuperáveis de fiscalização e certos inconvenientes da repressão (já vimos casos de ineficácia de proibições). A própria legalidade não era rígida: mesmo enquanto dizia administrar directamente um trato, o rei concedia ocasionalmente autorizações a particulares, e o emaranhado de concessões, privilégios, limitações, proibições e perdões de infracções tornaria precária a obra da Justiça e daria razoáveis ensejos de actividade a muitos.

As fortalezas eram comandadas por capitães ou governadores nomeados pelo rei e cuja remuneração consistia em vencimento fixo ou em percentagem, combinados ou não com certos direitos a participar no resgate. A direcção comercial incumbia ao feitor, também de nomeação régia. Os navios que iam ao resgate tinham de se conformar com regimentos passados pelas autoridades, e as transacções deviam respeitar as tabelas de preços oficiais. Pela autorização de resgate e utilização da feitoria pagavam os mercadores uma percen-

tagem ao Estado, a qual variou, consoante as épocas ou os produtos: 1/4, 1/5, 1/10, 1/20. Onde existia feitoria, era geralmente o feitor dela a negociar com os indígenas, dividindo depois os produtos pelos mercadores; mas na maioria dos locais fazia-se resgate sem existir feitoria, e então era o feitor de bordo quem dirigia as transacções. Todavia nem sempre se obedecia a estas regras, e muitas vezes os próprios mercadores é que tratavam com os régulos ou com os mercadores negros.

## INFLUÊNCIA DO COMÉRCIO PORTUGUÊS NA VIDA INDÍGENA

Até 1520 – período neste esboço abordado – o povoamento português na África Ocidental é insignificante – viviam lá escassas centenas de brancos. Qual, porém, a repercussão na demografia indígena da presença do branco e do tráfico negreiro? Os resgates podem ter desenvolvido as aldeias do litoral, mas raro, se alguma vez, as criaram. Em compensação, desse continente saíram milhares de homens.

Por Arguim eram exportados anualmente 700 a 800 cativos, a totalidade, ou quase, negros, na década de 1450-60; e a única razão para esse número declinar durante o século xv será o facto de os portugueses irem estabelecer outros tratos na própria Terra dos Negros; mas vê-se por Valentim Fernandes que o negócio estava florescente ao morrer o século. Deste modo, o total durante meia centúria não deve ter sido inferior a 25 000 e pode até ter atingido 40 000. De entre o rio Senegal e o extremo levantino da Serra Leoa saíam por ano 3 500 escravos no período de maior prosperidade do trato, e é de crer que não muito menos, depois, até à fase de 1505-20 – ponhamos 2 000, nunca menos. De 1450 a 1460 não devem ter sido exportados muito mais de 500 por ano em média, o que dará 5 000; de 1460 a 1470 a média anual pode ter aumentado para 1 000, o que totaliza 10 000; teremos em seguida o período de prosperidade de que fala o *Esmeraldo* – nunca menos de uma década, talvez mesmo década e meia ou mais, o que dará uns 50 000; admitamos para os 20 anos seguintes a média anual de 2 000 que se pecar é por defeito, e ficaremos com um total de 40 000; mas neste período último há que somar já os resgates da Costa da Malagueta e do reino de Benim (não falemos no do

Congo), nunca menos de 500 por ano, o que dá 10 000. Somando estes vários números – todos hipotéticos mas plausíveis – teremos que de 1450 até 1505 deve a Guiné (como sempre, no sentido lato de Terra dos Negros) ter exportado por mar 140 000 cabeças humanas. Nos anos de 1513, 1514 e 1515 só a ilha de Santiago importou da Guiné (em parte para reexportar) sucessivamente 565, 978 e 1 423 escravos; portanto, o total anual de cativos saídos da Guiné excedia certamente os 2 000.

Mas a procura de escravos no litoral ainda tinha outro efeito. É que sustentava o estado de guerra e insegurança, concitava a alastrar e manter a violência – a guerra era a caça ao homem, além de se caçarem indivíduos isolados; temos aqui factor de limitação e mesmo de decréscimo demográfico a acrescentar à própria exportação de homens.

Os artigos que os cristãos vendiam aos pretos sustentavam principalmente o desejo de adorno e a superstição. Esses produtos entregues pelos brancos destinavam-se sobretudo à camada superior. Assim esse tráfico não alterou as condições materiais de existência. Há apenas que relevar, como excepções, a venda de trigo aos azenegues e alarves de Arguim e a de alambéis e panos aos pretos. O contacto com o branco não produziu, nesta fase de início, transformação agrícola ou industrial, nem nos bens de consumo e uso, nessas civilizações africanas.

As mercadorias com que os portugueses adquiriam o ouro, escravos, especiarias, etc. só em parte eram de produção nacional. O trigo para Arguim provinha das messes marroquinas, e, até 1465, da ilha da Madeira. Os alquicés, bordatéis e alambéis eram fabricados pela indústria de Marrocos; outras remessas de alambéis e de roupa vinham dos reinos de Tremecem, Bugia e Tunes (todos na Berbéria), em especial das cidades de Tenez, Oram, Estora (ao Norte de Constantina), Bona e Tunes<sup>1</sup>, e também de Mazuna; outros panos eram comprados em Inglaterra e Irlanda. As contas amarelas e verdes eram produção de Nuremberg. As conchas de ostras provinham das Canárias.

Grande parte das mercadorias originárias da África Negra era reexportada pelos portugueses para o resto da Europa; com fre-

---

<sup>1</sup> *Esmeraldo*, Livro II, cap. 4.

quência os navios nem sequer passariam pela metrópole. Por exemplo, seguia malagueta para Flandres, e elevado número de escravos para Castela, Aragão e Itália (isto explica que o número de escravos em Portugal não aumentasse tanto quanto os que saíam da Guiné). É preciso ainda saber que, desde que foi colonizada a ilha de Santiago, os navios estrangeiros, a quem estava vedado frequentar a costa africana, abasteciam-se nessa ilha das mercadorias do continente negro.

A expansão portuguesa abre em busca dos escravos e do ouro. Por volta de meados do século xv a busca das especiarias africanas, malagueta e pimenta de rabo, vem juntar-se àqueles dois factores, mas só ao entrar no último quartel de Quatrocentos é que se conseguem em quantidade que influi apreciavelmente no volume total do comércio. Em segundo plano, mas desde cedo, há a procura do marfim e almíscar, mais tarde também algodão; em terceiro plano a goma arábica e papagaios. À volta do início do último quartel começa a busca das especiarias asiáticas, que só se conseguem a partir de 1498, entrando-se nesta data no ciclo do ouro, das especiarias (pimenta, gengibre, canela, etc.) e dos escravos.

## CONCLUSÃO

Em 1479 (4 Setembro) o Tratado de Alcáçovas, ratificado no ano seguinte, põe termo ao estado de guerra que de 1474 a 1476 opusera Portugal e Castela-Aragão, interrompendo a paz que vigorara durante três quartos de século. Restituições e perdões, mas sobretudo o reconhecimento recíproco da independência dos reinos. Assegurava-se assim de novo a paz que se manterá durante um século – condição para a espantosa expansão portuguesa. Mais ainda. D. Fernando e D. Isabel reconhecem à Coroa portuguesa o direito à conquista do Reino de Fez (Marrocos), ao senhorio dos três arquipélagos atlânticos – Madeira, Açores e Cabo Verde – e de todas as ilhas e terras que acharem e conquistarem para sul das Canárias, com seus tratos, resgates e minas de ouro de Guiné. O Rei e Príncipe portugueses reconhecem por seu turno que as Canárias, conquistadas ou por conquistar, pertencem à Coroa castelhana. Estranha-se que a questão da conquista do Reino de Granada, que por várias vezes se pusera, não tenha sido objecto de resolução (a dilatação aragonesa pelo Mediterrâneo não poderia obviamente estar em causa). Conquanto o Tratado fôsse extremamente favorável a Portugal, o Rei e o Príncipe pediram a Roma, a fim de valer para toda a Cristandade, uma bula de confirmação do Tratado e das anteriores bulas que consagravam os direitos portugueses, e explicitasse e completasse um ponto de particular importância: o direito a fechar o mar à navegação e tratos estrangeiros, salvo autorização formal caso a caso. Sixto IV emite em 21 de Junho de 1481 a bula *Aeterni Regis Clementia*, satisfazendo todos esses requisitos, com fundamento na prioridade das navegações portuguesas. Sobre quanto antecede permita-se-nos aconselhar: V. M. Godinho, *Portugal – A Emergência de Uma Nação*, Lisboa, 2004, caps. 5 e 6.

Estava assim firmado esse primeiro complexo da expansão por-



tuguesa: o complexo histórico-geográfico do Noroeste africano – do estreito de Gibraltar ao golfo de Guiné –, dos três grupos de ilhas e do Reino. Com D. João II vai-se passar a outro complexo, este à escala mundial: Bartolomeu Dias abre as portas do oceano Índico, o Tratado de Tordesilhas divide o globo entre Portugal e Castela, assegurando àquele Reino o domínio do Atlântico meridional que o descobrimento do Brasil melhor configura, traça-se a espinha dorsal do novo império – a Rota do Cabo.

Destaquemos, esquemáticamente embora, algumas diretrizes de investigação e as conclusões ou hipóteses a que chegámos. Quanto à maneira de formular os problemas das origens e arranque, e à evolução desse primeiro complexo, bem como ao método, há a reter:

1.º – O problema das origens e das causas do arranque e linhas de evolução não se reduz à averiguação das razões que moveram o Infante D. Henrique ou qualquer outra personagem, nem pode formular-se adequadamente a partir dessa interpretação.

2.º – O problema das razões que moveram o Infante D. Henrique ou as outras personagens não sintetiza a averiguação das causas e sentido das suas condutas.

3.º – As relações de transformações sociais e culturais encaixam-se em processos de estruturas, global e sectorialmente. Nesta consideração objectiva (no sentido durkheimiano do termo) se inclui a detecção de impulsos e solicitações, e retro-acções dos contactos.

4.º – Razões que moveram os dirigentes, os colaboradores e o geral da população, ideologia dominante e ideologias contestatárias, sistemas de ideias que impregnaram as condutas individuais e de grupo, e suas orientações.

5.º – Condições sociais e culturais das condutas dos indivíduos, os papéis sociais e padrões de acção (a sociobiografia, na feliz designação de Jean Delay), a mentalidade e a utensilagem mental (a difícil passagem à psicobiografia, igualmente na designação desse neuropsicólogo).

6.º – Não basta considerar separadamente estas diferentes aproximações, há que seguir as suas inter-conexões e tentar apreender a sua dinâmica global. Essa conjugação é que nos dará o ponto de vista da explicação histórica.

Os resultados do estado actual das investigações apresentam-se, uns, assás firmes, outros, como hipóteses plausíveis. Enumeremos uns quantos:

1.º – A expansão portuguesa e a castelhana do século xv não teve relação com o imperialismo turco otomano.

2.º – Os descobrimentos, colonização e conquistas de Quatrocentos parecem ter resultado:

a) por impulso, da convergência de interesses de duas ordens sociais – a nobreza, em busca de novas rendas e outros réditos para compensar a desvalorização monetária e na propensão a participar na emergente economia mercantilizada; a burguesia, sedenta de novos mercados, e para fazer frente à fome de metais preciosos e obter mão-de-obra para as produções inovadoras;

b) por solicitações – arquipélagos ermos, a colonização por aqueles que no reino não conseguiam medrar, ancorada no açúcar e no trigo, no pastel e sangue-de-dragão, mais tarde na vinha; Marrocos – cereais, panos, ouro (do Sudão), pescarias, posição estratégica (estreito de Gibraltar); Guiné – ouro, escravos, malagueta; Índia – especiarias, pedras preciosas, sedas e panos, madeiras raras e aromatas; ilhas de Cabo Verde – base dos resgates de Guiné, mais tarde escala da navegação para o Oriente e para o Brasil.

3.º – A expansão deve-se, não a uma iniciativa única, mas a uma pluralidade de iniciativas:

a) Ceuta – João Afonso e D. João I;

b) Ilhas – D. João I, D. Henrique, D. Pedro, particulares;

c) Passagem do Bojador – D. Henrique e talvez D. Pedro;

d) Exploração da costa africana até à Serra Leoa – D. Henrique, D. Pedro e particulares;

e) Tânger – D. Henrique e D. Duarte.

4.º – A Coroa e a Ordem de Cristo tiveram papel decisivo no lançamento dos descobrimentos. O Estado estava em processo de mercantilização. A Ordem de Cristo era uma organização de riqueza fundiária e mobiliária, e portanto uma força social-económica.

5.º – As razões que moveram o Infante D. Henrique, subordinadas globalmente ao serviço de Deus e do Reino, são, em conexão, a curiosidade pré-científica, a perspetiva comercial, o espírito de cruzada e cavalaria, e concepções político-estratégicas.

6.º – Em primeira aproximação, dir-se-ia que na expansão divergem duas orientações: conquista territorial e navegação comercial; e cada orientação corresponde aos interesses contrastantes da

nobreza e da burguesia. Mas, como vimos, a nobreza também se mercantiliza, e nos seus diferentes graus não toma atitudes iguais – uns querem entrar na pirataria e enriquecer com os saques de aldeias, estar à testa de capitánias, outros associam-se às empresas náuticas; e a burguesia aproveita-se da guerra e das praças-fortes, pelos fornecimentos de armas e subsistências, armação de navios, e pela abertura de mercados. Na realidade, estamos perante processos complexos, por vezes divergentes, outras tantas convergentes.

7.º – A Regência de D. Pedro desviou do plano marroquino (mas não entregou Ceuta), e promoveu decisivamente a exploração atlântica e colonização insular.

8.º – D. João II reuniu as duas orientações pela valorização económica de Marrocos para os resgates da Guiné.

9.º – A evolução da historiografia quatrocentista reflecte o desenvolvimento do conflito entre grupos sociais e entre directrizes da expansão.

10 – O plano da Índia nasceu com o fito da concorrência ao monopólio veneziano-muçulmano.

11.º – O bloqueio português ao estreito de Meca contribuiu para a ruína do sultão do Egipto e conquista deste país pelos Turcos Otomanos a partir de 1517.

12.º – A rota do cabo de Boa Esperança afectou o comércio veneziano no Levante com certa gravidade de 1503 a 1535. Mas não arruinou esse comércio, e o Levante voltou a ter papel relevante nas relações entre a Europa e a Ásia.

13.º – O domínio português no Índico não arruinou as rotas de Ormuz e Ádem, mas favoreceu a primeira em detrimento da segunda.

14.º – A expansão portuguesa não foi um golpe de morte no império turco, embora tenha dificultado a sua influência no Oriente.

15.º – Os progressos do islamismo não se detiveram no século XVI.

Sobre a história das rotas e a concorrência entre elas, bem como o contexto político geral, remetemos para: Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*.

Uma pergunta ficou por formular. Tratámos de viagens de descobrimento e da descoberta de ilhas e terra firme, de costas marítimas e povos que as habitavam. Ora António Vieira escreveu na sua *História do Futuro* (1664): «Porventura aquela ametade do mundo

a que chamavam quarta parte, não foi creada juntamente com a Ásia, com a África e com a Europa? E contudo, porque a América esteve tanto tempo oculta, é chamada Mundo Novo: novo para nós, que somos os sábios, mas para aqueles bárbaros, seus habitantes, velho e mui antigo.» A meio do século XVI já António Galvão se fizera eco de uma negação dos descobrimentos: «Ainda que alguns digam que ho mundo foy já descoberto e possam alegar pera isso, qye assy como foy povoado, podia ser frequentado e navegado.» Mas Galvão não aceita esta posição, que se destinaria a fundamentar a liberdade dos mares e a rebater o exclusivo de navegação que Portugal reclamava, com justificação nas bulas pontifícias. A descolonização e formação de novas nações, no século XX, pretendeu firmar-se com a criação de uma memória nacional, rejeitando todo o legado dos passados colonizadores; convinha assim apagar a ideia de terem sido descobertos por outros povos arrogantes de superioridade. Ingenuidade ou tacanhez, insustentável. Só se descobre o que existe. A descoberta das vitaminas, a descoberta de um novo planeta, referem-se evidentemente a realidades pré-existentes. Descobrir é sempre uma relação de alteridade – mesmo quando falamos de descoberta de si próprio. A ideia não vale aliás para as ilhas desertas, nem para a abertura de rotas oceânicas. Descobrir insere-se em todo um processo cultural: parte-se de nada saber do que se vai encontrar (*achar*), ou, quando se sabe o que se procura (*buscar*), ignoram-se os caminhos que lá conduzem. Pode-se buscar terras e gentes de que conhecemos a existência, e sabemos por que nos interessam, mas para as quais há que abrir novas vias de comunicação – caso do Oriente; e aqui descobriu-se a passagem entre o Atlântico e o Índico. A busca pode incidir sobre algo entre a realidade e o mito, de que não há noções precisas, ou até visar representações inteiramente míticas, como as Antilhas, a ilha das Sete Cidades. Quando se alcançam povos cuja existência ignorávamos (e os *achamos*) ou quando entramos em contacto com povos de que havia notícia, descobrir é, não só estabelecer relações, mas procurar conhecer o seu modo de vida, a sua organização social e política, as suas actividades económicas, as suas crenças e maneiras de pensar. Achar é encontrar, descobrir é reconhecer metódicamente, explorar. Mas não se tem reparado que *descobrir*, aplicado a rotas marítimas ou terrestres, não é inteiramente apropriado: as rotas têm de ser *inventadas*,

com base, evidentemente, no conhecimento das realidades; mas não são dadas, embora assentem em descobertas. Distinção não despicienda.

Em suma: trata-se, nos séculos xv e xvi (e noutros, claro), de processos complexos de busca e achar, de descobrir e inventar.

(Veja-se Vitorino M. Godinho, *Qu'est-ce que découvrir veut dire? Que significa descobrir?* Edição bilingue, Ministério da Educação, Lisboa, 1994.)

\* \* \*

Quixote e Sancho – a cavalaria e o trato, a honra e o proveito: fácil antítese que nos valeu em primeira aproximação mas que no fim de contas desfoca a realidade social e as maneiras de sentir e de pensar de Quatrocentos. É que precisamente os descobrimentos henriquinos são o cadinho onde se forjam um tipo social novo – chamar-lhe-emos o cavaleiro-mercador? –, uma nova constelação social – o senhorio capitalista –, uma re-estruturação dos laços político-económicos – o estado nacional mercantilista-nobiliárquico. Velhas formas e velhas atitudes mentais vestem e informam actividades jovens exercendo-se em quadros geográficos dantes insuspeitados para onde se transpõem experiências e rotinas vindas de trás. Por exemplo: o bacelo de Candia, a cana mediterrânea, o trapetto de Sicília instalam-se nas ilhas do Atlântico. As caravelas traçam pela primeira vez a carreira marítima para o ouro sudanês conhecido de séculos, concorrendo com as caravanas de camelos que continuam a trilhar as pistas tradicionais; por mar leva-se ao negro o mesmo que lhe levavam por terra, ao negro se compra o mesmo que lhe compravam os caravaneiros, e contudo não há só deslocação geográfica, é todo um matizar novo das côres de outrora. Lentamente, imperceptivelmente quase.

De cerca de 1409 a cerca de 1475, a expansão portuguesa alterna-se entre modalidades e feixes de objectivos vários. A um lado, uma política de conquistas territoriais pela «cruzada» contra o Islame maghrebino, a outro, a metódica devassa do oceano desconhecido para desenvolver os circuitos mercantis, e colonização dos arquipélagos ermos. Crise financeira da nobreza e necessidade de mercados e escápulas da burguesia. O ouro do mundo negro como alvo dominante, mas também os escravos, as côres tintoriais, o trigo e o açúcar. Políticas ora acerbamente opostas, ora em convergência. Forma-se assim um complexo económico-social de configu-

ração geográfica bem desenhada: abrange o Noroeste africano – Marrocos, Sáara e Sudão atlânticos –, bem como as ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde, Canárias (embora estas não integradas politicamente). A partir talvez da regência de D. Pedro, busca-se alcançar o Preste João – o imperador cristão africano – para um ataque em duas frentes aos reinos mouros. Pouco depois de dobrado o meio do século, as especiarias africanas acrescentam-se à lista dos produtos cujo trato se pretende controlar, mas a natureza essencial deste complexo não se altera. No último quartel do século xv, se nada se abandona das múltiplas facetas deste primeiro complexo histórico-geográfico da expansão, antes, pelo contrário, se desenvolve harmoniosamente em todas elas, surgem vectores expansionistas novos: demanda de ilhas e terra firme a Oeste, e sobretudo da rota oceânica para as especiarias asiáticas, em concorrência com o comércio levantino de Veneza, e ainda alargamento das pescarias para os bancos de bacalhau trans-atlânticos.

— Por outro lado, na derradeira década de Quatrocentos, um novo grande foco de dilatação oceânica se afirma: a bacia do Guadalquivir. Como esquivar um esboço ao menos de comparação? Sobre as condições internas desta expansão da Castela dos Reis Católicos sigamos as ideias propostas por Pierre Vilar. O dinamismo do Levante ibérico esmorecera em meados de Trezentos, e por 1450 o declínio afirma-se já. Em contraste, é na segunda metade do século xv que se manifesta o expansionismo castelhano. Para as Canárias e para além do oceano, sem dúvida. Mas não esqueçamos toda a política maghrebina dos Reis Católicos. Na realidade, segundo Pierre Vilar, teríamos a oposição de um clã africanista, chefiado pelo veneziano Vianello, e de um clã atlântico, com os Santangel, Pirella, Colonna, de origem essencialmente italiana ocidental, aragonesa-catalã-valenciana. Os guerreiros recebem em mercê privilégios como o do monopólio dos moinhos na Barbaria, os pequenos enriquecem e os grandes tornam-se ainda mais opulentos graças às razias e conquistas na Argélia e Tunísia; as actividades comerciais-marítimas não lhes são estranhas, ou pelo menos em seus rendimentos torna-se considerável o quinhão dos direitos cobrados sobre o trato e a indústria. O que não representa, para os duques de Medina Sidónia, a pesca do atum e o fornecimento às esquadras? Deste modo, a nobreza e a classe dos cavaleiros castelhanas encontram-se talvez, cerca de 1485-1490, em situação análoga às dos mesmos grupos sociais em Portugal desde D. João I. E se os se-

nhorios territoriais ou as ricas presas têm de ser buscados nas Canárias ou na Barbaria, a aventura para além do oceano liga-se à fome do ouro e à impossibilidade de a satisfazer no continente negro devido ao monopólio português. Só talvez com Fernão de Magalhães é que as especiarias orientais vêm, por seu turno, inserir-se neste feixe de vectores expansionistas.

Um contraste entre Espanha e Portugal merece talvez destacar-se. Na expansão espanhola as iniciativas estrangeiras parecem ter desempenhado muita vez papel decisivo, e nela intervieram frequentemente capitais estrangeiros, ao passo que na expansão portuguesa as iniciativas parecem quase sempre nacionais, e, se não poucas vezes o dinheiro estrangeiro se sentiu atraído, talvez nunca tenha comandado nenhuma das rotas trans-oceânicas nem actividades povoadoras. Uma estatística relativa ao período henriquino precisamente revela a pujança dos meios de negócio propriamente portugueses. Entre 1385 e 1456, num total de 46 navios apresados ou roubados por piratas ou nos portos, dos que faziam o tráfego entre Portugal dum lado e a Inglaterra e Flandres de outro, 83% pertencem a portugueses, 15% a estrangeiros, 2% são de senhorio misto. Conhecemos a propriedade da carga em 20 casos: 55% é de portugueses, 20% de estrangeiros, 25% mista.

Mas em Portugal, ao invés do que acontecerá em Espanha, o Estado não só virá a depender estreitamente dos rendimentos aduaneiros como se tornará, e por muito tempo, na principal sociedade comercial, e o rei, no principal mercador. Este mercantilismo (ou capitalismo comercial) estadual precede a era das companhias anónimas. Desenvolvimento tentacular de um ou dois grandes portos, onde imperam o Estado e grandes potentados, ou formigueiro de portos secundários e pequenas empresas assegurando a prosperidade das burguesias provinciais: tal contraste económico, social, geográfico parece ritmar a história portuguesa...



**FONTES E BIBLIOGRAFIA**





## FONTES

### CLASSIFICAÇÃO

#### A – Fontes narrativas

- a) Crónicas
- b) Relações; diários de bordo (ou de viagem)

#### B – Fontes descritivas (geografias, descrições de vastos espaços, regionais, locais; relatos de viajantes, etc.)

#### C – Documentos oficiais

- a) Bulas e breves pontifícios
- b) Diplomas régios (alvarás, regimentos, forais, cartas de doação ou de perdão, etc.)
- c) Diplomas emanados de entidades com direitos senhoriais
- d) Instruções e correspondência oficiais
- e) Cartas de quitação, livros dos tesoureiros, notas de operações

#### D – Documentos particulares

- a) Contratos, notas de tabeliães, testamentos
- b) Livros de razão
- c) Apontamentos e papéis vários
- d) Correspondência

#### E – Obras científicas e técnicas

- a) Tratados e manuais cosmográficos e náuticos
- b) Roteiros, notas de conhecenças
- c) Regimentos de navegação
- d) Aritméticas
- e) Manuais de comércio

#### F – Cartografia e representações do espaço

#### G – Obras doutrinárias e reflexivas

#### H – Obras literárias

### PROBLEMATIZAÇÃO

Em vez de se entrar de imediato nas construções históricas acabadas, haverá talvez vantagem em começar por uma colectânea de fontes de diversos tipos, em

que cada uma é acompanhada por análise que suscite os problemas e avance as hipóteses adequadas a responder às perguntas formuladas. Nesse sentido, a iniciação pode fazer-se pela colectânea seguinte:

*Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, por Vitorino Magalhães Godinho, Lisboa, t. I, 1943, t. II, 1945, t. III, 1956.

## EDIÇÕES

Passemos ao registo de edições de algumas das fontes que mais importa conhecer, acompanhado de breves indicações sobre a datação, autoria, natureza, fundamentação e alcance.

## CRÓNICAS

As crónicas, fontes sobretudo narrativas, são já obras históricas, o que quer dizer de segunda mão, reconstituições ordenadas de acontecimentos e por vezes retratos de algumas personagens, com base noutras narrativas, diplomas, correspondência, roteiros, testemunhos orais de terceiros ou até testemunho do próprio autor. Na sua feitura entram, por conseguinte, o critério do cronista, a sua cultura, as suas predilecções, a sua posição política e religiosa, o seu espírito crédulo ou exigente na recolha dos materiais da composição e no modo de interpretar. A primeira precaução a ter, quanto às crónicas, resulta de serem fontes indirectas: há que destrinçar, por seu turno, as fontes que tanta vez transcrevem ou pelo menos em que se apoia a narração, e a maneira como foram lidas. Nesses séculos ainda não se dera a revolução que foi a criação da crítica histórica (Spinoza, Mabillon).

Em segundo lugar, as crónicas enfermam geralmente de deformação sistemática de ângulos de visão. O que importava eram os feitos de cavalaria, as façanhas dos nobres, o cerimonial dos estratos dirigentes; o que se considerava eticamente louvável era o espírito de cruzada, a devoção, o servir um superior; o cronista não se interessava senão esporadicamente pela vida social, sobretudo das camadas inferiores, nem pelas preocupações mercantis ou pelas fainas do navegar, pela metódica acção dos técnicos.

Em terceiro lugar, as crónicas são obras oficiais, pelo menos officiosas, o cronista trabalha para o rei ou para um senhor, quando não serve a glória de um convento. Por conseguinte, as crónicas reflectem as vicissitudes políticas, só deixam transparecer o que convém aos poderes constituídos, deturpam as iniciativas a favor desta ou daquela personagem, omitem o que desagrada (só a boa distância temporal ousam referi-lo), embelezam as acções dos grandes.

Supôs Jaime Cortesão que o Estado português seguiria uma política de sistemático sigilo a fim de evitar a concorrência estrangeira. Não é porém de assacar tal deformação às fontes, pelo menos com a amplitude que aquele historiador lhe atribuiu. Só com D. João II se aplicou como norma oficial a reserva do segredo, que depois apenas volta a aplicar-se num ou noutro caso ou em relação a um ou outro concorrente, e não em permanência.

*Le Canarien ou Livre de la Conquete et conversion des Canaries*, por Pierre Boutier, monge, e Jehan Le Verrier, padre secular, capelães dos conquistadores Jehan de Béthencourt e Gadifer de La Salle. Edição (com Introdução) por Elias Serra

Ràfols e Alejandro Cioranescu, nas *Fontes Rerum Canariarum*, 3 tomos, La Laguna, 1960. Abrange de 1402 a 1425, e foi escrito nesta data e pouco depois. É a primeira crónica dos primórdios da apropriação do Atlântico. Há pelo menos duas versões, com diferenças: uma realça o papel de Béthencourt em detrimento de La Salle, a outra tende a atribuir-lhes responsabilidades mais igualmente partilhadas. Boas descrições das ilhas. Muito importante, a construção ideológica segundo a retórica da época, e o retrato de Béthencourt também segundo os clichés de então – como aparecem em Chastellain, por exemplo. Zurara decalca estes clichés – o que retira valor explicativo ao que diz do Infante D. Henrique.

*Chronica do Condestabre de Portugal*. Ed. Mendes dos Remédios, Coimbra, 1961. Tem um capítulo sobre Ceuta (o LXXVII).

*Crónica da Tomada de Ceuta*, por Gomes Eanes da Zurara. Edição por F. M. Esteves Pereira, Academia das Ciências, Coimbra, 1915.

Acabada em 1450, começada no ano precedente, baseia-se nas informações orais dadas pelo Infante D. Henrique. Deve ser remodelação de crónica anterior (de Fernão Lopes, segundo José Saraiva), que por seu turno terá utilizado informações orais dadas pelo Regente D. Pedro. Inicia o ciclo das obras destinadas ao panegírico de Infante D. Henrique e a apagar a figura de D. Pedro. Neste aspecto, corrigida em parte pelo próprio Zurara, anos volvidos, na crónica referida a seguir.

*Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, por Gomes Eanes da Zurara. Edição por Correia da Serra, nos *Inéditos de História Portuguesa*, Academia Real das Ciências, Lisboa, t. II, 1792.

Iniciada em 1458, foi concluída em 1464. Abarca a história militar de Ceuta de 1415 a 1437. Deve basear-se em crónica anterior, desconhecida, mas que talvez fôsse uma crónica geral do reino; serve-se também de testemunhos orais e da correspondência do Conde. É uma crónica de cavalaria, com intuítos épicos, que presta muito pouca atenção à vida quotidiana da cidade e dos campos circundantes, aos factos económicos, sociais e culturais, bem como à navegação. Apesar de tudo fornece referências preciosas àcerca do comércio e pirataria, e à economia de pilhagem praticada pelos nobres.

*Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, por Gomes Eanes da Zurara. Edição diplomática por Larry King, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

Abrange os feitos marroquinos de 1437 a 1464. Zurara visitou algumas praças do Norte de África para conhecer directamente os locais da acção.

*Crónica dos Feitos de Guiné* ou *Crónica da Conquista de Guiné*, por Gomes Eanes da Zurara.

Revelada pelo Visconde de Carreira e pelo Visconde de Santarém (ed. Paris, 1841), o seu título seria o primeiro que apontámos, segundo Costa Pimpão (adoptado por Duarte Leite e por A. J. Dias Dinis). José de Bragança encontrou (numa ordem de pagamento em Nápoles) referência ao manuscrito sob o segundo título, condizente para mais com o que Zurara escreve. Mas como a citação completa diz: «Aqui se começa a Crónica na qual são escritos os feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné», parece-nos que ambos os títulos são adequados – e há, na época, vários exemplos de flutuações nos títulos. Utilizámos a 2.ª ed. por José de Bragança, *Crónica de Guiné*, Porto, 1972

(com introdução muito importante). O estudo principal, inovador e preciso, é o de Duarte Leite (1941).

Datada de 1453, refaz um texto anterior de Afonso de Cerveira, que se perdeu ou fizeram desaparecer (talvez porque representasse a orientação política do Regente). Incorpora outras fontes também anteriores (por exemplo, a descrição das Canárias, provavelmente de 1425-1427), contém aditamentos posteriores à data inscrita, e talvez até à morte do Infante. Parece compor-se da junção de um Panegírico do Infante D. Henrique (talvez de 1453, esse sim) e de uma crónica da conquista da Guiné.

Faz parte do ciclo de obras que visavam apoucar a figura de D. Pedro e realçar a figura do irmão mais novo. A crónica vai só até 1448, e tem por objectivo narrar os feitos de armas nas partes africanas (costa do Sáara e Terra dos Negros), e não os descobrimentos e as navegações propriamente ditas (a náutica). Já a abrir *Le Canarien* os dois capelães declaravam que é com o fim de evitar os vícios e levar à virtude, de modo a que ao morrer se mereça a vida eterna, que reúnem e lançam por escrito as grandes aventuras, os actos de valentia e os belos feitos dos cavaleiros que nos tempos passados empreenderam as viagens e as conquistas sobre os «mécréants»; o objectivo do seu livro é narrar a conquista e a conversão dos Canários à fé católica. A Crónica da Guiné é imperfeitamente informada, mal ordenada, com contradições, e enferma de estreito espírito sectário. Indispensável, por única, todavia. Sobre esta crónica veja-se: *A «Crónica dos feitos de Guínee» e o manuscrito Cortez-D'Estrées*, por Costa Pimpão (Lisboa, 1939); *Ácerca da «Crónica dos Feitos de Guínee»*, por Duarte Leite (Lisboa, 1941), fundamental; «Sobre a erudição de Zurara», em *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no século xv*, por Joaquim de Carvalho (Coimbra, 1949). A introdução de Léon Bourdon à tradução francesa não faz mais do que resumir os trabalhos portugueses e perpectiva mal as conclusões que estes assentaram (especialmente quanto à história político-social e económica do século xv).

*Crónica do Infante Santo D. Fernando*, por frei João Álvares. Edição por Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911. Nova ed. por A. de Almeida Calado, Coimbra, 1960.

Posterior a 1451, foi encomendada pelo Infante D. Henrique e entra na propaganda do seu plano de expansão em Marrocos. Ao mesmo tempo, pertence à hagiografia, pois pretende exaltar a vida de um santo. Não são abundantes as indicações sobre Marrocos, mas algumas há a respigar – por exemplo, relativamente à penetração comercial cristã ou a um movimento social-religioso no reino de Fez, comparável ao de Savonarola, mais tarde, em Florença.

*De Bello Septensi*, por Mateus Pisano, na *Colecção de Inéditos da História portuguesa*, vol. I. Tradução portuguesa de Correia Pinto, Lisboa, 1915.

É um resumo da *Crónica da Tomada de Ceuta* de Zurara, feito em 1460. Não traz elementos novos, exceptuada a ordem das embaixadas e pouco mais. Interessa sobretudo porque nos dá a maneira como em 1460 se lia e compreendia a obra de Zurara.

*Crónica d'el-Rei D. Duarte*, por Rui de Pina. Edição por Coelho de Magalhães, Porto, 1914.

Rui de Pina, embora nem sempre seguro, é mais penetrante do que Zurara e menos apaixonado. De quase nulo valor para a história dos descobrimentos, é a principal fonte para a malograda expedição a Tânger de 1437. Mas o relato de Pina tem de ser corrigido com os documentos – veja-se o estudo de Domingos Maurício (a que há aliás que levantar alguns embargos).

*Crónica d'el-Rei D. Afonso V*, por Rui de Pina. Publicada por Gabriel Pereira na Biblioteca de Clássicos Portugueses, 3 tomos, 1901-1902.

Muito importante para os conflitos político-sociais em torno da Regência e política marroquina posterior.

*Crónica d'el-rei D. João II*, por Rui de Pina. Edição por Correia da Serra, na *Colecção de Inéditos de História Portuguesa*, t. II, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1792. Nova ed. por Martins de Carvalho, Coimbra, 1950.

*Ásia – Década I*, por João de Barros. Editada por António Baião, Coimbra, 1932. Publicada em 1552, é já uma obra tardia, no que se refere à expansão quatrocentista.

Quanto aos acontecimentos até 1448, segue Zurara que por vezes controla ou mesmo corrige com investigação de arquivo. Não utilizou a *Relação* de Cadamosto nem o *Esmeraldo* de Duarte Pacheco, nem talvez a *Relação* de Diogo Gomes. A *Ásia* tem intuito épico, está para os *Lusiadas* como Tito Lívio para Virgílio. Arquitectonicamente construída, move-se predominantemente no plano superior das nobres acções, mas insere descrições geográfico-etnográficas, e não despreza a mercadoria.

*Crónica do Príncipe D. João*, por Damião de Góis. Edição por Gonçalves Guimarães, Coimbra, 1905.

Data de 1567. Utiliza a *Relação* de Cadamosto. Contém um resumo das navegações henriquinas e é importante para a política marroquina de D. Afonso V. João de Barros, Damião de Góis e outros que se basearam sobretudo em Zurara – como António Galvão e Frei Bartolomeu de Las Casas – dão-nos do século xv uma leitura que é já a do humanismo renascentista e não propriamente a da época.

*Tratado dos descobrimentos que são feitos em a era de 1550*, por António Galvão. Lisboa, 1563. 3.<sup>a</sup> ed., diplomática, por César Pegado, Porto, 1944.

É não uma crónica, mas um livro de geografia histórica. Concorde nas linhas essenciais com as fontes anteriores, mas acrescenta certos pormenores difíceis de controlar, por exemplo: que o Infante D. Pedro trouxe de Veneza um mapa-do-mundo (o que aliás é muito plausível) onde estavam desenhados o cabo de Boa Esperança e o estreito de Magalhães (o que é muito improvável, e mesmo impossível).

Redigido de 1552 a 1561, sobre apontamentos coligidos desde 1527. Utiliza como fontes Zurara e João de Barros.

*Historia de las Indias*, por Frei Bartolomeu de las Casas. Edição por Gonçalo de Reparaz, Madrid, 3 vols., 1927. Nova edição por A. Millares Carlo, introd. de Lewis Hanke, México, 3 vols., 1953.

## RELAÇÕES

Embora com a finalidade de reconstituição, as relações fundamentam-se sobretudo na experiência e memória pessoais dos feitos, personagens e paisagens. Servem-se também de testemunhos orais, por vezes escritos. Como são obras meramente particulares, não enfermam dos defeitos das crónicas e desvendam-nos melhor as verdadeiras motivações e objectivos. Não são relatos oficiais nem estão sujeitas às restrições que resultariam de servir qualquer senhor, e os seus autores não possuem, em geral, a formação cultural dos cronistas, são principalmente homens práticos, alheios à inspiração épica, ao espírito de cruzada e de cavalaria. Nota-se nas duas relações que vamos mencionar o predomínio da preocupação comercial, o atento interesse pela vida dos indígenas, ausentes ou esbatidos na crónicas.

*Navigazioni di Alvise da Cà da Mosto*. Escritas nos anos 50 e até 1463. O mais antigo texto (quatrocentista), na Biblioteca Marciana de Veneza, só tardiamente publicado, por Damião Peres: *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Academia Portuguesa de História, Lisboa 1948 (com tradução de João Franco Machado). Até esta publicação, as edições transcreviam as edições quinzentistas, em especial a da colectânea ramusiana, com algumas correcções tiradas do cotejo com outro ms. na mesma Biblioteca ou outros documentos. Assim, a meritória edição por Rinaldo Caddeo *Le Navigazioni Atlantiche*, Milano, 1929. Na presente colectânea apresentamos a antiga tradução de Sebastião Trigo (feita a partir do texto ramusiano), com umas quantas emendas. Na anotação procurámos compensar as suas deficiências, e incorporar a visão que o texto quatrocentista revela, diferente da que enforma os textos quinzentistas.

Cà da Mosto é um veneziano que, embarcado na carreira de Flandres em 1454, resolve, na escala, ficar em Portugal, e em caravelas portuguesas faz duas viagens à Guiné, em 1455 e 1456. Regressa a Veneza em 1463 e aqui leva a termo a descrição, juntando-lhe a relação das viagens de Pedro de Sintra (posteriores à morte do Infante). Com a mentalidade formada numa grande república comercial, vê as navegações com outros olhos que o áulico e sedentário Zurara. Interessa-se pelos costumes dos diferentes povos indígenas, indica a situação económica das ilhas de recente povoamento, descreve as rotas comerciais, os processos do comércio e a organização política. Têm-no apodado de blasonador de méritos próprios, sem razão. É uma fonte preciosa para a história dos descobrimentos depois de 1448 até 1462.

*De Prima Inventione Guineae. De Insulis Primo Inuentis in Mare Oceano Occidentis*. Inserto no Códice Valentim Fernandes, publicado por António Baião – *O Manuscrito «Valentim Fernandes»*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1940. Mas aí omitiram-se as glosas marginais, que podem ver-se, em leitura nossa, em: Th. Monod, R. Mauny e G. Duval, *De la Première Découverte de la Guinée*, Bissau, 1959 (útil pela anotação). Na presente colectânea incluímos a tradução de Gabriel Pereira, não isenta de defeitos (alguns dos quais procurámos corrigir). Nova edição do Códice por J. Pereira da Costa, publicação da mesma Academia, Lisboa, 1997, completa e rigorosa.

Esta Relação dos descobrimentos foi redigida pelo nuremburguês Martin Behaim sobre a narrativa oral do navegador henriquino Diogo Gomes, então almoxarife do Paço de Sintra. É certamente posterior a 1482. Diogo Gomes fez o

seu relato quando já atingira os 80 anos e, portanto, devia ter a memória enfraquecida, o que explica desacertos e omissões e retira confiança às datas. Por outro lado, ignoramos o que Martin Behaim incluiria de sua lavra ou não achara interesse em reproduzir. No entanto, esta fonte é primacial, e para certos casos única.

«*Itinerário*» do Dr. Jerónimo Münzer (excerptos). Ed. e trad. Basílio de Vasconcelos, Coimbra, 1932.

O confronto das relações de Diogo Gomes-Behaim e Münzer mostra que derivam provavelmente de um protótipo comum, português, datável de 1466-1476. Veja-se a nossa nota à *História dos Descobrimentos* de Duarte Leite, t. I, p. 147.

## FONTES DESCRITIVAS

*Descrição das Canárias* – inserta na *Crónica da Guiné*, caps. 78-82. Deve datar de cerca de 1424-1425.

*A descrição de Ceuta por sua costa de Mauritània e Etópia*. Escrita em 1507, deve-se a um Pêro não identificado. Inserta em *O Manuscrito Valentim Fernandes*.

*De Arguim ilha e seu castelo e trauto e da terra firme dela*. Escrita por Valentim Fernandes da palavra de João Fernandes que lá esteve várias vezes. Na mesma colectânea.

A precisão e exactidão desta descrição, como de outras informações portuguesas, foram comprovadas por investigadores do Institut Français d'Afrique Noire (Dakar), que chegaram a utilizá-las como roteiro.

*Descrição da Serra Leoa*. Atribuída a Álvaro Velho que lá estanceou no regresso da armada do Gama. Na mesma colectânea.

E as descrições insertas nas Relações como a de Cadamosto (a mais importante).

## FONTES DIPLOMÁTICAS E OUTRAS OFICIAIS

Na utilização dos diplomas régios ou emanados de entidades com direitos senhoriais é imprescindível precavermo-nos contra o tomar à letra a fraseologia oficial. Enquadram-se em fórmulas rotineiras que traduzem a ideologia dos círculos de produção. Tais estereótipos estão longe de nos revelar as verdadeiras intenções daqueles em cujo nome são emitidos os diplomas (aliás, não seria esse o seu fim). Por outro lado, devemos lembrar de que frequentemente os diplomas se limitam a sancionar situações de facto; mas, para manterem a majestade das prerrogativas soberanas, transferem a iniciativa das pessoas particulares para quem despacha esses diplomas (o mesmo acontece nas crónicas em relação aos feitos narrados) – as acções dos servidores devem acima de tudo exaltar o senhor que servem.

As bulas e breves pontifícios marcam as orientações da política da Santa Sé, e não os pontos de vista dos dirigentes portugueses (a não ser na medida em que os quer influenciar). Observação a que nem sempre se tem atendido na sua análise.

As instruções e a correspondência oficiais pretendem obter certos efeitos, entre os quais nem sempre revelarem as razões reais ou os fitos verdadeiros dos procedimentos. Por exemplo, nas cartas dirigidas ao papa, os reis escusam-se a referir os objectivos mercantis, quando muito apresentam-nos como instrumentais; na



justificação dos seus pedidos invocam sobretudo o benefício que resulta para a religião e para a Cristandade, e forçam a nota dos gastos.

As cartas de quitação constituem excelentes fontes de conhecimento da realidade. Infelizmente não dispomos, para a era quatrocentista, de séries, nem são numerosas as que até nós chegaram. Devido decerto também a que por então é que se desenhava uma política da fazenda real, apoiada nos almoxarifados e alfândegas (cobrança de sisas, direitos aduaneiros, estancos mercantis). Ao reinado de D. Manuel é que caberá organizar a Fazenda pública; as cartas de quitação manuelinas foram reunidas e publicadas por Anselmo Braamcamp Freire (no *Arquivo Histórico Português*, vols. I-VIII) e permitem-nos construir séries desde os anos de 1490. Não temos também cadernos de despesas, nem livros da Casa da Moeda. Só em 1475-1477 se tenta estimar a receita e despesa do Reino (ver Jorge Faro, estudo de 1384 a 1481, INE, 1965).

## COLECTÂNEAS DE DOCUMENTOS

As colectâneas de documentação quatrocentista incluem os raríssimos documentos privados que sobreviveram. E alguns, caso dos testamentos do Infante D. Henrique e do Infante D. Fernando, nem se podem considerar plenamente privados.

Destaquemos as principais dessas colectâneas de documentos do século xv:

J. M. da Silva Marques – *Descobrimientos Portugueses (1057-1500)*. Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 2 vols. em 3 tomos, 1944-1949. Reimpressão por Luís Albuquerque, Lisboa, INIC, 1989. Leitura diplomática, por uma equipa dirigida com competência por Silva Marques. Os documentos distribuem-se por corpo, suplementos e aditamentos, com sobreposição cronológica. Infelizmente, a reimpressão, nas publicações da Comissão para as Comemorações dos Descobrimientos, manteve essa disposição, quando se devia ter arrumado os documentos pela ordem cronológica (não era difícil), e manteve a *Relação* de Cadamosto (embora com nova tradução mas do texto ramusiano), aqui deslocada.

*Monumenta Henricina*, ed. por A. J. Dias Dinis, 12 vols., 1960-1973. Heterogénea, amontoado sem critério (em parte preenchido por extractos das crónicas) mas útil. Não tem o nível da obra de Silva Marques.

Pedro de Azevedo e Laranjo Coelho – *Documentos das Chancelarias Reais relativos a Marrocos*, t. I, 1416-1450, Coimbra, 1915; t. II, 1450-1466, Lisboa, 1934; *Chancelaria de D. João II*, t. I, Lisboa, 1943.

E para Marrocos também, evidentemente, as *Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, direcção de Pierre de Cénival, com colaboração de David Lopes e Robert Ricard: *Portugal*, t. I (1486-1516), Paris, 1934.

Documentação henriquina relativa às Ilhas, publicada por Alberto Vieira, em *O Infante e as Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994.

## OBRAS TÉCNICAS E CIENTÍFICAS

Nada chegou até nós do período que vai até o descobrimento da Serra Leoa (mesmo as aritméticas são já quinhentistas). O mais antigo roteiro parece ser:

*Este Livro he de rotear, s., de todo Portugal e de Galiza atee Sorlinga e Oexante e das ylhas de Madeyra e dos Açores e de Guínee. Ho Livro das rotas do Castello de*

*Sam Jorge*. Em o *Códice Valentim Fernandes*, ed. por J. Pereira da Costa, Lisboa, 1997, ff. 292-315. Deve datar de entre 1471 e 1485. Incompleto, pois não contém o percurso da Galiza à ilha de Ouessant.

Do início do século XVI, uma obra complexa – roteiro, geografia, cosmografia, história –, que é um dos pontos de cumeada da cultura portuguesa quinhentista, de alguém formado em Quatrocentos, cujo pai, Gonçalo Pacheco, privou com o Infante D. Henrique:

Duarte Pacheco Pereira – *Esmeraldo de situ Orbis*. Composto no essencial em 1505-1507. O seu autor, navegador audaz e metódico aplicador da náutica nova, guerreiro de chefia táctica que se impõe, com conhecimento dos livros de cosmografia (em traduções italianas e castelhanas), insere notícias dos descobrimentos do século transacto e revela consciência do mundo em que vive (com afirmação da Europa a nascer). Publicado por Epifânio da Silva Dias, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1905. Estudos críticos por J. Barradas de Carvalho.

Manuais de comércio, não se conhecem portugueses, mas convém recorrer aos italianos:

Pegolotti, *Libro di divisamenti di paesu, e di misure di mercatanzie*, 1346. Ed. A. Evans, Cambridge, Massachusetts, 1936.

Uzzano, *Libro di gabelle, e pesi, e misura di più, e diversi luoghi*, 1440. Em Pagnini dal Ventura, *Della Decima*, vol. IV, Lisboa e Lucca, 1766.

*El Libro de mercatantie et usanze de' paesi*. Ed. Franco Borlandi, Turim, 1936. Data de cerca de 1470.

## CARTOGRAFIA. REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO

Perdeu-se a cartografia portuguesa anterior a 1470; no entanto é certo que existiu, provavelmente nos primórdios como ramo da catalã-maiorquina. Segundo Ch. Verlinden, a primeira carta a ser feita em Portugal foi-o em 1443 (referência documental incontestável) e outras se lhe seguiram nos anos 40 e 50.

Em relação com o incremento das navegações durante a Regência de D. Pedro? As cartas estrangeiras, por vezes de encomenda portuguesa (Fra Mauro, por exemplo), cujos principais centros de produção são Génova, Veneza e Maiorca, não desdenham aproveitar informações oriundas dos meios nacionais, ou até se baseiam em protótipos nacionais (citem-se Soligo, Martellus). São por isso dobradamente úteis para a história dos descobrimentos, quer da sua longa preparação cultural e técnica, quer do seu desenrolar.

As cartas medievais durante longo tempo foram essencialmente representações simbólicas, ligadas a concepções religiosas e lendárias do mundo. Só a pouco e pouco, a partir do século XII, inscrevem as informações dos portulanos e iniciam a representação do espaço pelos novos meios da náutica (em especial a agulha magnética, depois a bússola) – ou seja, passam a ser construídas por rumos e distâncias estimadas. O eixo do conhecimento da realidade é o Mediterrâneo. Será preciso esperar por finais de Quatrocentos para que a náutica astronómica leve a introduzir a escala de latitudes. Desde os anos 80 as cartas começam a tornar-se oceânicas.

Nas origens, portanto, trata-se de geografia mítica, com o oceano povoado de ilhas imaginárias ligadas a lendas e utopias diversas. Por outro lado, os cartógrafos

embebiam-se das ideias dos autores gregos e romanos (e também muçulmanos), não só do ponto de vista geográfico e cosmográfico mas também quanto a seres fantásticos, cuja presença perdurará até tarde (ainda em Hartmann Schedel, de Nuremberg, em 1492, por exemplo).

Principais cartas dos séculos xiv e xv (designação pelo nome do autor, ou pela instituição onde se encontra, ou pelo nome do investigador que a descobriu e estudou):

- 1 – Carta pisana – sem data (final do século xiii) – Génova
- 2 – Mapa-do-mundo de Marino Sanuto
- 3 – Planisfério de Giovanni da Carignano – sem data (cerca 1320)
- 4 – Atlas de Pietro Vesconte – Génova – 1321
- 5 – Portulano de Angelino Dalorto – Génova – 1325
- 6 – Planisfério de Angelino Dulcert – Maiorca – 1339
- 7 – Atlas Mediceu ou Portulano Laurenziano – 1351, modificado cerca de 1400
- 8 – Mapa dos Pizzigani – Veneza – 1367
- 9 – Atlas Catalão (dos Cresques) – 1375-1377
- 10 – Atlas de Pinelli-Walknaer – Génova – 1384
- 11 – Mapa de Guilherme Soleri – Maiorca – 1385
- 12 – Atlas de Nicolau Pasqualini – 1408
- 13 – Carta de Maciá de Viladestes – Maiorca – 1413
- 14 – Planisfério de Alberto de Virga – 1415
- 15 – Carta náutica de 1424, de Zuane Pizzigani, veneziano (ed. por A. Cortesão)
- 16 – Portulano de Giacomo Giraldi – Veneza – 1426
- 17 – Planisfério de Battista Beccario – Génova – 1435
- 18 – Carta de Andrea Bianco – Veneza – 1436
- 19 – Carta de Gabriel de Valsequa – Maiorca – 1439
- 20 – Mapa de Toscanelli – 1457
- 21 – Mapa de Leardus – 1448
- 22 – Planisfério Catalão
- 23 – Mapa-do-mundo de Fra Mauro – Veneza – 1460 (encomenda do Rei de Portugal)
- 24 – Cartas de Gracioso Benincasa – 1468, 1469, 1471
- 25 – Carta portuguesa anónima posterior a 1471 e anterior a 1484 (datação muito discutida)
- 26 – Carta de Pedro Reinel, c. 1483 (A. Cortesão) ou entre 1485 e 1492 (A. Pinheiro Marques). Até a foz do Zaire. Corrige a anterior deformação do desenho da costa africana – regista já os resultados do levantamento sistemático feito por mestre José Vizinho e Duarte Pacheco?
- 27 – Carta de Cristofalo Soligo – 1475-1486
- 28 – Mapa-do-mundo de Henricus Martellus – 1489 (sobre protótipo português)
- 29 – Globo de Martin Behaim – 1490
- 30 – Carta portuguesa de Jorge Aguiar – 1492
- 31 – Carta atribuída por La Roncière a Colombo – 1488-1492. Atribuição e datação não aceites. Ignora-se se é portuguesa ou castelhana ou genovesa, e data-se do final do século (depois do regresso do Gama)

Reproduções em vários *Monumenta Cartographica*; por exemplo:

Visconde de Santarém – *Atlas composé de mappemondes, de portulans et de cartes hydrographiques et historiques depuis le vie jusqu'au xviiie siècle*. Paris, 1842-1852. Um clássico.

La Roncière (Monique de) e Mollat du Jourdain (Michel) – *Les Portulans – Cartes marines du xiiie au xviiie siècles*. Friburgo, 1984 (mau grado alguns erros).

Com a utilização, os mapas são frequentemente remodelados, introduzindo-se novas informações – prolongamento do traçado de uma costa, debuxo de uma ilha até aí desconhecida – ou correcções em certos aspectos – localização de um cabo, novo desenho de uma reentrância, por exemplo. É preciso estarmos precavidos para não cair na atribuição de tais progressos dos conhecimentos à data da primeira composição.

*Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. VI – Adenda de actualização, por Alfredo Pinheiro Marques. Lisboa, INCM, 1987.

## FONTES DOUTRINÁRIAS

Além das obras de Álvaro Pais (*De Planctu Ecclesia*, Avinhão, 1330-1332; *Speculum Regum*, Tavira, 1341-1344 – mas dirige-se ao rei de Castela; *Collyrium fidei adversus haereses*, posterior a 1344):

*Livro da Côrte Imperial*. Ed. Porto, 2 vols., 1910.

D. Duarte, *Leal Conselheiro*, Ed. J. M. Piel, Lisboa, 1942.

*Livro dos Conselhos*. Ed. João Alves Dias, A. H. Oliveira Marques e Teresa Rodrigues, Lisboa, 1982.

*O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante D. Pedro*. Ed. Joaquim Costa, Porto, 1943.

Frei João Sobrinho, *De Iustitia comutativa*. Ed. Mosés Amzalak, texto latino, tradução e introdução, Lisboa. É anterior a 1486.

Diogo Lopes Rebelo, *Liber de Republica* (1496). Ed. fac-similada, transcrição e trad. Miguel Pinto de Meneses; introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa, 1951. Escrito em Paris, reflecte mais esse meio cultural do que a realidade portuguesa.

Frei André do Prado, *Horologium Fidei*. Sobre esta obra veja-se Mário Martins, *O Diálogo entre o Infante D. Henrique e Fr. André do Prado*, Braga, 1960.

## FONTES LITERÁRIAS E OUTRAS

Para nos imbuirmos da atmosfera de uma época não podemos descurar a leitura atenta das obras literárias. Importa porém distinguir o que nelas repete tradições de enredos, personagens, modos de dizer ou é influência de possíveis modelos estrangeiros, e também a deformação ficcional, incluindo a inclusão de um futuro fantasiado. Infelizmente o Portugal quatrocentista não é literariamente rico. Encontramos sobretudo crónicas (destaque para o magistral Fernão Lopes) e livros religiosos, alguns de artes úteis ou de reflexão político-moral (mas certas obras doutrinárias foram compostas no estrangeiro). Liam-se romances de cavalaria ou poesia castelhanos e italianos, por vezes em tradução. A poesia do século xv e começo do xvi foi compilada por Garcia de Resende (*Cancioneiro Geral*, 1515).

A iconografia ajuda-nos de igual modo a apreender o meio de uma época. Representações de personagens, quer verdadeiras (culminando no retrato) quer da tradição religiosa, de sítios e paisagens, de situações, de instrumentos ou até de construções; tanto na grande pintura, como na iluminura, e depois nas tábuas de gravuras impressas, nos baixos-relevos e na estatuária. Aqui também a constante precaução: a tradição de oficina leva muita vez a representar *como era* e não *como é*. Assim, Lefevre des Nöettes mostrou que as figuras de navios continuavam a apresentar os dois remos à ré para a direcção do navio, quando já existia o leme de charneira. Por processo inverso, projectando o presente no passado: a representação dos cavaleiros antigos com os pés nos estribos, quando estes só foram introduzidos na Europa no século vi, ou o não ter em conta o que a tracção animal se modificou, com a adopção de aparelho rígido assente nas espáduas (e não coleira flexível à volta do pescoço). Também há que ter cuidado em não interpretar com base em analogias erradas: Jaime Cortesão considerou representações dos ganchos das Canárias – selvagens do tempo dos descobrimentos – formas escultóricas e baixos-relevos onde figura, sim, o *homo primigenius* do mito religioso. Quanto às iluminuras, mesmo que por encomenda portuguesa, podem dever-se a artistas flamengos e traduzir a realidade da Flandres e não a de Portugal (importante para o caso da figuração da charrua, que é nórdica).

Não são numerosas as obras iluminadas no Portugal do século xv, e predominam as formas estrangeiras. Em baixos-relevos de fontanários, e depois em conjuntos de azulejos (já quinhentistas ou até mais tardios) aparecem-nos naus e caravelas, que a arqueologia naval tem estudado. A pintura portuguesa mural ou de quadros não é pródiga de retratos nem mostra grandes cenas, com excepção dos Painéis de Nuno Gonçalves, e nela predominam os conjuntos construídos (convencionalmente figurados), sem nos revelar a paisagem.

## BIBLIOGRAFIA (ESTUDOS)

A presente bibliografia visa dois fins: referir os trabalhos que foram utilizados na construção histórica ou a vêm completar, e sugerir uma orientação de leituras a quem deseje aprofundar o conhecimento da expansão na passagem dos tempos medievais para a época moderna.

### ECONOMIA E SOCIEDADE – SÉCULOS XIV E XV

Harry MISKIMIN, *The Economy of Early Renaissance Europe 1300-1460*. Cambridge, 1975.

*The Economy of Late Renaissance Europe 1460-1600*. Cambridge, 1977.

THE CAMBRIDGE ECONOMIC HISTORY OF EUROPE. Direcção M. Postan, vol. I, 1941, vol. II, 1952.

Fernand BRAUDEL, *Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme. XV<sup>ème</sup>-XVII<sup>ème</sup> siècles*, Paris, 3 tomos, 1979. Dos dois primeiros, tradução na colecção *Rumos do Mundo*, Lisboa, Edições Cosmos.

Philippe WOLFF, *Automne du Moyen Âge ou printemps des temps nouveaux? L'Expansion européenne aux XIV<sup>ème</sup> et XV<sup>ème</sup> siècles*. Paris, 1986.

Michel MOLLAT, P. JOHANSEN, M. POSTAN, A. SAPORI, Ch. VERLINDEN, *L'Économie européenne aux deux derniers siècles du Moyen Âge*. X Congresso Internacional das Ciências Históricas, Roma, 1955.

E. A. KOSMINSKY, «Peut-on considérer les XIV<sup>ème</sup> et XV<sup>ème</sup> siècles comme l'époque de la décadence de l'économie européenne?». Nos *Studi in Onore di A. Saporì*, Milão, 1957.

Édouard PERROY, «Aux origines d'une économie contracté: les crises du XIV<sup>ème</sup> siècle». Nos *Annales – Économies, Sociétés, Civilisations*, Paris, 1949.

M. POSTAN, «Revisions in Economic History: The XVth Century». Em *The Economic History Review*, 1939.

### OS CAMINHOS

J. N. L. BAKER, *Medieval Trade Routes*. 1938.

TRAVEL AND TRAVELLERS OF THE MIDDLE AGES. Direcção de A. P. Newton, Londres, 1926. Em especial «The Opening of the land routes to Cathay», de Eileen Power.

## O LEVANTE E PARA ALÉM

- Wilhelm HEYD, *Histoire du Commerce du Levant au Moyen Âge*, Leipzig, 2 vols., 1885-1886.
- N. JORGA, *Points de vue sur l'Histoire du Commerce de l'Orient au Moyen Âge*. Paris, 1924.
- Robert S. LOPEZ, «Medieval European Trade with the Far East». No *Journal of Economic History*, 1948.
- Maurice LOMBARD, «Caffa et la fin de la route mongole». Nos *Annales – É. S. C.*, n.º 1, 1950.
- A. H. LYBYER, «The Influence of the Rise of Ottoman Turks upon the routes of Oriental Trade». Na *English Historical Review*, 1915.  
Fundamental.
- Robert MANTRAN (direcção de), *Histoire de l'Empire Ottoman*. Paris, 1989 (caps. II a VI, por Nicolas Vatin, Beldiceanu, J. L. Bacquet-Grammont, Gilles Veinstein).
- René GROUSSET, *L'Empire du Levant*. Paris, 1946.  
*L'Empire des steppes*. Paris, 1941.

## ITÁLIA E EXPANSÃO ITALIANA

- Alfred DOREN, *Storia Economica dell'Italia nel Medio Evo*. Trad. Gino Luzzato. Pádua, 1936.
- Yves RENOARD, *Les Hommes d'affaires italiens du Moyen Âge*. Paris, 1949.
- Armando SAPORI, *Le Marchand italien au Moyen Âge*. Paris, 1952.
- Carlo M. CIPOLLA, «The Trends in Italian Economic History in the Later Middle Ages». Na *Economic History Review*, n.º 2, 1949.
- Rinaldo CADDEO (direcção de), *Storia marittima dell'Italia dell'evo antico ai nostri giorni*. Milão, vol. I, 1942.
- Wilhelm HEYD, *Le colonie commerciali degli italiani in Oriente nel medio evo*. Venezia, 2 vols., 1866-1868.
- Robert S. LOPEZ, *Storia delle colonie genovesi nel Mediterraneo*. Bolonha, 1938.  
*Studi sull'economia genovese nel Medio Evo*. Turim, 1936.  
*Nuove luci sugli Italiani in Estremo Oriente prima di Colombo*. Génova, 1951.
- Jacques HEERS, *Gênes au XV<sup>me</sup> siècle*. Paris, 1961.
- Renée DOEHARD e Ch. KERREMANS, *Les relations commerciales entre Gênes, la Belgique et l'Outremont*. Bruxelas, 4 vols., 1941-1952.
- Gino LUZZATO, *Studi di Storia economica veneziana*, Pádua, 1954.
- Guglielmo BERCHEM, *La Repubblica di Venezia e la Persia*. Turim, 1865.  
*Del Commercio dei Veneti nell'Asia*. Venezia, 1869.
- Frederic C. LANE, *Andrea Barbarigo, merchant of Venice 1418-1449*. Reimpresão, New York, 1967.
- G. M. MONTI, *L'Espansione mediterranea del Mezzogiorno d'Italia e della Sicilia*. Bolonha, 1942.

## Relações com Portugal

- Charles VERLINDEN, «Le influenze italiane nella colonizzazione iberica». Na *Nuova Revista Storica*, 1952.

Discutível.



- Prospero PERAGALLO, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*. Génova, 1907.
- Virgínia RAU, *Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini*. Lisboa, 1956.
- Giuseppe CANESTRINI, «Intorno alle relazioni commerciali de' Fiorentini co' Portoghesi». No *Archivo Storico Italiano*, 1946.

#### A FLANDRES E RELAÇÕES COM PORTUGAL

- Renée DOEHARD, *L'Expansion économique belge au Moyen Âge*. 1946.
- Hans VAN WERVEK, *Bruges et Anvers – Huit siècles de commerce flamand*. Bruxelles, 1944.
- E. Vanden BUSSCHE, *Flandre et Portugal*. Bruges, 1872.
- A. Braamcamp FREIRE, «A Feitoria de Flandres». No *Archivo Historico Portuguez*, 1900-1920.
- Veiga SIMÕES, *La Flandre, le Portugal et les débuts du capitalisme moderne*. Bruxelles, 1933.

#### A HANSA E OUTRAS REGIÕES

- F. DÖLLINGER, *La Hanse*. Paris, 1964.
- A. H. Oliveira MARQUES, *A Hansa e Portugal na Idade Média*. Lisboa, 1959.
- Eileen POWER e M. POSTAN (direcção de), *Studies in the English Trade in the XVth Century*. Londres, 1951.
- E. M. CARUS-WILSON, *Medieval Merchant Ventures*. Londres, 1954.
- Michel MOLLAT, *Le Commerce maritime normand à la fin du Moyen Âge, 1400-1540*. Paris, 1952.

#### ESPAÑHA E EXPANSÃO CASTELHANA E CATALÃ

- Vicens VIVES (direcção de), *Historia económica y social de España y América*. Barcelona, vols. I e II, 1957.
- J. A. García de CORTÁZAR, *La Época Medieval*. T. II da *Historia de España Alfaguara* (1973). Madrid, 1983.
- Antonio Domínguez ORTIZ, *El Antiguo Régimen. Los Reyes Católicos y los Austrias*. Na *Historia de España*, vol. 3, Madrid, 1988.
- Claude CARRÈRE, *Barcelone, centre économique à l'époque des difficultés, 1380-1462*. Paris e La Haye, 2 vols., 1968.
- Gonçalo de REPARAZ, *Catalunya a les mars Navegants, mercaders i cartografi*. Barcelona, 1930.
- «L'activité maritime et commerciale du royaume d'Aragon au XIIIe siècle». No *Bulletin Hispanique*, 1947.
- F. BOFARULL y SANZ, *Antigua marina Catalana*. Barcelona, 1898.
- Charles VERLINDEN, «The Rise of the spanish trade in the Middle Ages». Em *The Economic History Review*, 1940, pp. 44-59.
- Richard KONETZEKE, *El Imperio Español. Origenes y fundamentos*. Madrid, 1946.



- Cesareo F. DURO, *La marina de Castilla*. Madrid, 1894.  
 F. J. de SALAS y RODRIGUEZ, *Marina española de la Edad Media*. Madrid, 1864.  
 Florentino PEREZ EMBID, *Los Descubrimientos en el Atlántico y la rivalidad castellano-portuguesa*. Sevilha, 1948.  
*El Almirantazgo de Castilla*. Sevilha, 1944.  
 A. BALLESTEROS, *La marina cantabra y Juan de la Cosa*. Santander, 1954.  
 Jacques HEERS, «Le commerce des Basques en Méditerranée au XV<sup>e</sup> siècle». No *Bulletin Hispanique*, 1955, pp. 292-324.  
 J. H. PARRY, *The Spanish Seaborne Empire*. Londres, 1966.

## DESCOBRIMENTOS E EXPANSÃO EUROPEIA

- Pierre CHAUNU, *L'Expansion européenne aux XIV<sup>ème</sup> et XV<sup>ème</sup> siècles*. Paris, Nouvelle Clio, 1969.  
*La Conquête et Exploitation des Nouveaux Mondes*. Paris, Nouvelle Clio, 1969.  
 G. CÉSPEDES DEL CASTILLO, *La Exploración del Atlántico*, Editorial Mapfre, 1991.  
 Geralmente bem informado, bibliografia bem seleccionada. Estranhamente, quanto às Canárias, não refere o estabelecimento dos Normandos de 1402 a 1425.  
 COLLOQUES INTERNATIONAUX D'HISTOIRE MARITIME. Direcção Michel Mollat. 18 Colloques, 1955-1980.

## HISTÓRIA GERAL DA EXPANSÃO PORTUGUESA

- HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO*. Direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, Lisboa, 3 vols., 1937-1940.  
 Envelhecida, mas ainda tem excelentes capítulos, como os de Veiga Simões, David Lopes (publicado à parte póstumamente: *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, 1989), António Barbosa, Armando Cortesão.  
*DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL*. Direcção de Joel Serrão, Lisboa, 4 vols., 1961-1967.  
*HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA*. Direcção de Francisco Bettencourt e Kirti Chauduri. Vol. I – 1415-1570. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.  
 Uma visão no geral inovadora. Insatisfatória atenção à questão das origens e arranque. Citações segundo as inaceitáveis normas comerciais anglo-saxónicas. Bibliografias por listagens por ordem alfabética, de escassa utilidade – impunha-se a selecção e o agrupamento temático. Lastima-se a falta de algumas páginas consagradas à apresentação crítica das fontes.  
 De Jaime Cortesão o conjunto das obras forma uma autêntica história da expansão portuguesa. Aliciante.  
 Vitorino Magalhães GODINHO, *Le Devisement du Monde – De la pluralité des espaces à l'espace global de l'humanité, XV<sup>ème</sup>-XV<sup>ème</sup> siècles*. Lisboa, 2000.  
*Mito e Mercadoria, Utopia e Arte de Navegar – Séculos XIII-XVIII*. Lisboa, 1990.  
 Orlando RIBEIRO, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa, 1955.  
 Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*. Lisboa, 1994.

## PORTUGAL NOS SÉCULOS XIV E XV

- A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa, 1987.
- Vitorino Magalhães GODINHO, *Portugal – Emergência de uma nação (das raízes a 1480)*. Lisboa, 2004.
- A. de S. Silva Costa LOBO, *História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa, 1904.
- Costa Lobo não era apenas um erudito, mas um grande historiador. Fundamental.
- Henrique da Gama BARROS, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XI a XV*. Lisboa, 4 tomos, 1835-1922. Reeditado em 11 vols., com anotação e complementos, Lisboa, 1948-1954.

## DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

- Jaime CORTESÃO, *Descobrimientos Portugueses*. Lisboa, 2 vols., Ed. Arcádia, 1958-1962.
- Duarte LEITE, *História dos Descobrimentos – Colectânea de esparços*. Lisboa, 2 vols., 1958-1961. Organização de V. M. Godinho, com desenvolvido estudo final.
- Duas obras de qualidades diferentes, e diferentes perspectivas, completam-se e são as construções mais vigorosas.
- Damião PERES, *História dos Descobrimientos Portugueses*. Porto, 1943-1946. Há reedições.
- Bom estado das questões de um ponto de vista *évènementiel*. Resumo actualizado sob o mesmo título, Lisboa, 1959.
- Luís ALBUQUERQUE, *Introdução à História dos Descobrimentos*. Coimbra, 1967.
- Fernando Bandeira FERREIRA, *As Viagens de descobrimento de iniciativa particular no tempo de D. Henrique*. Lisboa, 1946.

## A ECONOMIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA

- Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa, 4 vols., 1982-1983.
- «L'Émigration portugaise, XV<sup>ème</sup>-XX<sup>ème</sup> siècles – une constante structurale et les réponses au changement du monde». Na *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, pp. 5-32, 1978.
- Virgínia RAU, *A Exploração e o comércio do sal de Setúbal*. Lisboa, t. 1, 1957.
- Virgínia RAU e B. DIFFIE, «Alleged XV<sup>th</sup> century jointstock companies». No *Bulletin of the Institute of Historical Research*, 1959.
- Charles VERLINDEN, «Le problème de l'expansion commerciale portugaise au Moyen Âge». Em *Biblos*, Coimbra, 1948.
- «Deux Aspects de l'expansion commerciale du Portugal: Harfleur au XIV<sup>ème</sup> siècle, Middelborg au XIV<sup>ème</sup> et XV<sup>ème</sup> siècles». Na *Revista Portuguesa de História*, 1951.
- Veiga SIMÕES, *Portugal, o ouro, as descobertas e a criação do Estado capitalista*. Lisboa, 1938.

Sousa VITERBO, «O monopólio da cortiça no século xv». No *Arquivo Historico Portuguez*, t. II, 1904.

António SÉRGIO, *Em torno da designação de «monarquia agrária» dada à primeira época da nossa história*. Lisboa, 1941.

«As duas políticas nacionais». Em *Ensaíos*, t. II, Lisboa, 1929.

Pôs em relevo a importância da problematização e lançou hipóteses sedutoras.

## NAVIOS

Lefebvre des NOËTTES, *De la Marine antique à la marine moderne*. Paris, 1935.

Jean POUJADE, *La route des Indes et ses navires*. Paris, 1946.

Pouco satisfatório.

G. LA ROËRIE e J.VIVIELLE, *Navires et marins – De la rame à l'hélice*. Paris, 2 vols., 1930.

ROMOLA e E. ANDERSON, *The sailing-ship*. Londres, 1927.

G. de ARTIÑANO, *La Arquitectura naval de maderas*. Barcelona, 1920.

Henrique Lopes de MENDONÇA, *Estudos sobre os navios portugueses dos séculos xv e xvi*. Lisboa, 1892.

Quirino da FONSECA, *A caravela portuguesa*. Coimbra, 1934.

João Braz de OLIVEIRA, *Os navios da descoberta* (1894), reed. Lisboa, 1940.

## ARTE DE NAVEGAR

E. G. TAYLOR, *The Haven-finding Art*. Londres, 1956.

Joaquim Bensaúde, *L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, Berna, 1912.

Luciano Pereira da SILVA, *A Arte de navegar dos Portugueses desde o Infante a D. João de Castro*. Na *História da Colonização do Brasil*, t. 1, 1921; e em *Obras Completas*, t. 2, 1945.

MORAIS E SOUSA, *A Sciencia náutica dos pilotos portugueses nos séculos xv e xvi*. Lisboa, 2 vols., 1924.

A. Fontoura da COSTA, *A Marinharia dos Descobrimentos*. Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1939. Bom resumo: *La Science nautique des Portugais à l'époque des Découvertes*. Lisboa, 1935 (e em português, reed. Lisboa, 1958).

António BARBOSA, *Novos Subsídios para o estudo da ciência náutica portuguesa*. Porto, 1948.

Gago COUTINHO, *A Náutica dos Descobrimentos*. Lisboa, 2 vols., 1951-1952.

Avelino Teixeira da MOTA, *A Arte de navegar no Mediterrâneo nos séculos XIII-XVII e a criação da navegação astronómica no Atlântico e Índico*. Lisboa, 1957.

## CARTOGRAFIA

Duas excelentes sínteses:

G. R. CRONE, *Maps and their makers*. Londres, 1953.

Armando CORTESÃO, *Cartografia portuguesa antiga*. Lisboa, 1960.

A actualizar com descobertas e estudos posteriores.

Uma visão da cartografia antiga e medieval:

Armando CORTESÃO, *História da Cartografia Portuguesa*. Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 2 vols., 1969.

#### A CRISTANDADE E A CRUZADA

A. S. ATIYA, *The Crusade in the Late Middle Ages*. Londres, 1938.

Nicolas JORGA, *Philippe de Mézières et la croisade au XIV<sup>ème</sup> siècle*. Paris, 1896.

*Notes et extraits pour servir à l'histoire des croisades au XV<sup>ème</sup> siècle*. Paris, 3 vols., 1899-1902.

Paul ALPHANDÉRY, *La Chrétienté et l'idée de croisade*. Paris, 2 vols., 1954-1959.

Alphonse DUPRONT, *Le Mythe de croisade – Essai de sociologie religieuse*. Tese Sorbonne, 1956.

Carl ERDMANN, *A Ideia de cruzada em Portugal*. Coimbra, 1940.

Ch. de WITTE, «Les bulles pontificales et l'expansion portugaise au XV<sup>ème</sup> siècle». Na *Revue d'histoire ecclésiastique*, Louvain, 1953-1954.

Margarida Barradas de CARVALHO, «L'idéologie religieuse dans la *Crónica dos Feitos de Guiné*». No *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. Lisboa, 1956.

Paulo MEREIA, «A guerra justa segundo Álvaro Pais». Em *O Instituto*, 1917.

#### CONDIÇÕES CULTURAIS

Manuel Rodrigues LAPA, *Lições de Literatura Portuguesa – Época Medieval*. Coimbra, 1943.

António José SARAIVA, *História da Cultura em Portugal*. Lisboa, vol. I, 1950, vol. II, 1955.

Não obstante as objecções que se podem levantar a alguns tópicos.

*Para a História da Cultura em Portugal*. Lisboa, 1946; nova ed. aumentada, 2 vols., 1961.

Jaime CORTESÃO, *O Humanismo universalista dos Portugueses* (1948). Nas *Obras Completas*, Lisboa, 1965.

*O sentido da cultura em Portugal no século XIV*. Lisboa, 1956.

Aliciente, conquanto discutível em certos pontos (por exemplo, as representações dos «selvagens»).

Maria Adelaide CHAVES, *Formas de Pensamento em Portugal no século XV*. Lisboa, 1969.

Numerosos estudos eruditos de Mário Martins.

Joaquim de CARVALHO, *Estudos sobre Cultura portuguesa do século XV*. Coimbra, 1949.

Joaquim Barradas de CARVALHO, *À la Recherche de la spécificité de la Renaissance Portugaise*. Lisboa, 2 vols., 1983 (póstumo).

#### MARROCOS

Vitorino Magalhães GODINHO, *Sociedades e economias do Noroeste africano – Marrocos*. Lisboa, 1947.

Henri Terrasse, *Histoire du Maroc – des origines à l'établissement du protectorat français*. Casablanca, 1950.

David LOPES – Os capítulos na *História de Portugal* (direcção de Damião Peres) e na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*.

«Les Portugais au Maroc». Na *Revue d'Histoire Moderne*, 1939.

Robert RICARD, *Études sur l'Histoire des Portugais au Maroc*. Coimbra, 1955.  
Importante.

António SÉRGIO, «A Conquista de Ceuta». Em *Ensaio*, t. 1, Rio de Janeiro, 1920.

Abriu novas perspectivas.

Jaime CORTESÃO, «A Tomada e ocupação de Ceuta». No *Boletim da Agência Geral das Colónias*, 1925.

VISCONDE DE LAGOA, «Estímulo económico da conquista de Ceuta». *Congresso do Mundo Português*, 1940.

Domingos MAURÍCIO, «D. Duarte e as responsabilidades de Tânger». Em *Bro-téria*, 1931; reed. 1960.

## AS ILHAS

Vitorino Magalhães GODINHO, *A Economia das Canárias nos séculos XIV e XV*. São Paulo, 1952.

Elias Serra RÀFOLS, *Los Portugueses en Canarias*. La Laguna, Tenerife, 1941.

Damião PERES, *A Madeira sob os donatários – séculos XV e XVI*. Funchal, 1914.

Luís ALBUQUERQUE e Alberto VIEIRA, *O Arquipélago da Madeira no século XV*. Funchal, 1986.

Alberto VIEIRA, «O Infante e a Madeira: Dúvidas e certezas». Em *O Infante e as Ilhas*, Funchal, 1994.

Uma boa síntese do estado das questões do descobrimento e início da colonização.

Joel SERRÃO, «Le blé des îles atlantiques – Madère et Açores aux XV<sup>ème</sup> et XVI<sup>ème</sup> siècles». Em *Annales – É. S. C.*, 1954.

«O Infante D. Fernando e a Madeira». Em *Das Artes e da História da Madeira*, 1950, n.º 4.

Virgínia RAU e Jorge de MACEDO, *O Açúcar da Madeira no fim do século XV*. Funchal, 1962.

Alberto VIEIRA, *Os Escravos no arquipélago da Madeira, séculos XV e XVI*. Funchal, 1991.

Joaquim Romero MAGALHÃES, «A Ilha da Madeira e a Economia atlântica no tempo do Infante D. Henrique». Em *O Infante e as Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1994.

O melhor estudo sobre o tema.

F. Carreiro da COSTA, «Os Açores e o problema cerealífero português no século XV». No *Boletim da Comissão Reguladora dos cereais dos Açores*, 1945, n.º 1.

«A Cultura do pastel nos Açores», *Ibidem*, 1945, n.º 4.

Alberto VIEIRA, *O Comércio interinsular nos séculos XV e XVI. – Madeira, Açores e Canárias*. Funchal, 1987.

Os melhores estudos de conjunto sobre a evolução da Madeira e dos Açores devem-se a Azevedo e Silva e a Marinho dos Santos. Mas, dados os seus objectivos e a organização temática, não nos proporcionam uma visão global da era quatrocentista.

Orlando RIBEIRO, *Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, 1955.

#### O MUNDO SAARIANO E GUINEENSE

Vitorino Magalhães GODINHO, *O «Mediterrâneo» saariano e as caravanas do ouro – séculos XI-XV*. São Paulo, 1956.

J. D. FAGE, *An Atlas of African History*. 1958.

Henri LABOURET, *Histoire des Noirs d'Afrique*. Paris, 1946.

Basil DAVIDSON, *Old Africa Rediscovered*. Londres, 1960.

Denise PAULME, «L'Afrique Noire jusqu'au XIV<sup>ème</sup> siècle». Nos *Cahiers d'histoire Mondiale*, 1956-1957.

Ch. LA RONCIÈRE, *La Découverte de l'Afrique au Moyen Âge*. Cairo, 3 vols., 1924-1927.

Emile Félix GAUTIER, *L'Afrique Noire Occidentale*. Paris, 1935.

J. SURET-CANALE, *Afrique Noire occidentale et centrale*. Paris, 1958.

E, bem entendido, os trabalhos clássicos de M. Delafosse e C. Monteil.

Avelino Teixeira da MOTA, «A Descoberta da Guiné». No *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 1946.

Importante.

CONDE DE FICALHO, *Memória sobre a malagueta*. 2.<sup>a</sup> edição revista por Ruy Telles Palhinha, Lisboa, 1945.



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Afonso (Fernando), 197  
Afonso (João), Vêdor da Fazenda,  
54, 155, 301-302  
Afonso III (D.), 54, 103, 243  
Afonso V (D.), 78, 86, 143, 147,  
152, 176, 184, 188, 198, 202,  
219, 231, 313, 333, 367  
Afonso VII, 96  
Afonso X o Sábio, de Castela, 103,  
241, 243, 252, 265, 268  
Ailly (Cardeal Pierre d'), 26, 37,  
49, 211, 217, 227, 232,  
235-236  
Ali (Sonni), 324  
Almada (Francisco), 334  
Alphandèry (P.), 64, 132-133  
Álvares (Frei João), 179, 194, 366  
Ampúrias (Conde da Marca de),  
95  
Anghiera (Pedro Mártir de), 233  
Aquino (S. Tomás de), 138  
Arraiolos (Conde de), 121, 179,  
195  
Aveiro (João Afonso de), 290,  
345-346  
Azambuja (Diogo), 288-289, 343  
Azevedo (Lúcio de), 309, 344  
Bajazeto, 76  
Baldaia (Afonso Gonçalves), 79  
Barbosa (Duarte), 35  
Barros (João de), 35, 38, 80, 127,  
186, 188, 191, 201, 290, 304,  
343, 345, 367  
Batutah (Ibne), 321, 324  
Beatriz (D.), 304  
Beauchat, 223  
Behaim (Martim), 139, 288, 341,  
368-369, 372  
Bensaúde (Joaquim), 29, 55, 57,  
86, 127, 211, 261  
Berenguer III (Conde Ramón), 95  
Béthencourt (Jean de), 142, 297  
Bloch (Marc), 26, 118, 130  
Boa-Viagem (Martim Anes de),  
347-348  
Bocanegra, 100, 243  
Bonifácio (Ramon), 99-100, 242  
Boutier (Pierre), 142, 364  
Bouvier (Gilles le), 80, 211, 227  
Bragança (José de), 66, 152, 179,  
365  
Braudel (Fernando), XII, 10, 12,  
22, 30, 122, 246  
Caboto (Giovanni), 26, 37  
Caboto (Sebastiano), 26, 37  
Cabral (Pedro Álvares), 143, 229,  
289, 292  
Cadamosto (Cà da Mosto), 26,  
35, 38, 79, 150, 160-161, 163,  
186-188, 197, 201, 225, 301,  
303, 305, 310, 332, 334, 336,  
367-369  
Caíado (Afonso Martins), 175  
Caminha (Pêro Vaz de), 144, 229,  
237  
Cão (Diogo), 143, 225, 230, 294



- Carllo, 342  
 Carlos V, 66, 76  
 Carlos VII, 83  
 Carvalho (Barradas de), 278, 291, 371  
 Casas (Frei Bartolomeu de Las), 150, 367  
 Castanheda (Lopes de), 205, 218-219  
 Castanheira (Conde da), 143, 342  
 Castro (D. Fernando de), 143, 191, 302  
 Castro (Joham de), 340  
 Centurione, 174, 230  
 Cerveira (Afonso), 27, 152, 303, 366  
 Ceuta (Tomada de), 57, 60, 79, 120, 135, 150, 156-157, 165-167, 170, 175-176, 183, 192, 297, 302, 365-366  
 Chastellain (Georges), 142, 365  
 Clemente VII, 135-136  
 Coeur (Jacques), 83, 138  
 Cogominho (Nuno Fernandes), 103  
 Colombo, 26, 37, 44, 54, 106, 209, 211, 223-224, 226-232, 235-236, 246, 276, 372  
 Conti (Nicolò di), 26, 216, 227, 251  
 Conti (Patricio di), 188  
 Cortesão (Jaime), 10, 21, 25, 27-29, 36, 45, 57-59, 77, 86, 92, 127, 165, 191-192, 197, 210-211, 214, 223, 241, 266, 268-269, 302, 364, 374  
 Cosa (Juan de la), 232  
 Costa (Cardeal Jorge da), 86  
 Costa (Soeiro da), 339  
 Coutinho (Gago), 29, 223, 226, 229  
 Covilhã (Pero da), 80  
 Cresques, 48, 372  
 Dias (Bartolomeu), 44, 143, 225-226, 228, 230, 291  
 Drake (Sir Francis), 166  
 Duarte (D.), 57, 121, 137-138, 143, 147-150, 163, 168, 170-171, 173-174, 176-179, 183-184, 192, 194-195, 199-200, 203, 274-277, 280, 290, 355, 366, 373  
 Dulcert, 116, 372  
 Dupront (Alphonse), 133  
 Eanes (Gil), 143  
 Eduardo III de Inglaterra, 97-98  
 Empoli (Giovanni), 233  
 Escobar (Pedro), 343  
 Esteves (Álvaro), 343  
 Esteves (Martim), 343  
 Eugénio IV, 76, 147, 192-193, 202  
 Évora (Pêro de), 340  
 Faria (Severim de), 138  
 Febvre (Lucien), 10, 23, 25, 37-38, 143, 151  
 Fernandes (Álvaro), 190  
 Fernandes (António), 340, 348  
 Fernandes (Valentim), 35, 159-160, 164, 185, 251, 284, 287, 307, 309, 312, 333, 335, 337, 350, 368-369, 371  
 Fernando (D.) Infante (afilhado do Infante D. Henrique), 121, 147, 180, 183, 190, 195-196, 304-305, 370  
 Fernando (El-rei D.), 115, 119, 135, 143, 168, 191-192, 194, 272, 302, 353  
 Fernando III, 98, 242  
 Fernando-o-Católico, 66 – *ver* Reis Católicos.  
 Ferrer (Jaime), 45, 293  
 Filipe o Belo, 189  
 Filipe, mestre, 337  
 Finanças públicas, 173, 180  
 Florença (St.º Antonino de), 138  
 Fonseca (Gonçalo da), 334  
 Frescobaldi, 138  
 Függer, 138

- Galvão (António), 188, 357, 367  
 Gama (Vasco da), 28, 81, 84, 143, 210, 225-226, 289  
 Gelmirez (Arcebispo), 99  
 Geografia mítica, 43, 214, 233, 371  
 Góis (Damião de), 38, 160, 165, 176, 188, 202, 218, 367  
 Gomes (Abade de), 179  
 Gomes (Diogo), 79, 121, 139-140, 151, 185-188, 190, 197, 210, 284, 304, 307, 309, 332-333, 335-337, 341, 347, 367-368  
 Gomes (Fernão), 143, 198, 332-333, 339, 341, 343, 347-348  
 Gonçalves (Antão), 85  
 Gregório IX, 147  
 Gregório VII, 130  
 Grousset (René), 56, 88, 130  
 Guerra contra os Infiéis (condenação), 149, 199  
 Guerra dos Cem Anos, 100, 119, 136  
 Haram (Cristóvão de), 340  
 Hauser (Henri), 80  
 Henrique VIII de Inglaterra, 97  
 Henriques (D. Afonso), 135  
 Herrera (Carlo), 35, 309  
 Heyd (W.), 73-74, 88, 101  
 Hojeda (Alonso), 232  
 Huizinga, 88  
 Humboldt, 53, 252  
 Hurtre (Balduino de), 310  
 Império otomano, 78, 87  
 Infante D. Fernando, 121, 147, 180, 183, 190, 195-196, 304-305, 370  
 Infante D. Henrique, XII, XIII, 17, 21, 28, 37-38, 53-56, 58, 60-63, 79, 127, 136, 138, 141, 143, 147, 152, 165, 170, 179, 183, 185-186, 188-190, 193, 205, 209, 212, 215, 218, 235, 268-269, 276-277, 301, 305-306, 308-309, 312, 314, 333, 346, 354-355, 365-366, 370-371, 373  
 Infante D. João, 149, 301  
 Infante D. Pedro, 21, 66, 85, 149, 152, 168, 170-171, 183, 188, 198-200, 205, 275, 280, 303, 307-308, 367, 373  
 João (Micer), 309  
 João I (D.), 53, 57, 62, 66, 120, 143, 155-157, 163, 165, 167-168, 170-171, 176-178, 184, 190-191, 205, 271-275, 277, 290, 308, 329, 355, 359  
 João II (D.), 56, 66, 80, 85, 120-121, 127, 143, 161, 172, 205, 210, 213, 218-219, 228, 230, 278, 286, 290-291, 293, 333, 335, 338, 343, 345-346, 348-349, 354, 356, 364, 367, 370  
 João III (D.), 346  
 João Sem Terra, 101  
 La Broquière (Bertrandon de), 82  
 Lagoa (Visconde da), 88, 145, 185  
 Leão, o Africano (João), 218, 324  
 Leite (Duarte), XI, 21, 25, 28-29, 56-57, 64, 85, 88, 188, 197, 210, 212-216, 218-219, 223, 229, 268-269, 272, 277-278, 281, 285-290, 294, 308-309, 365-366, 369  
 Lila (Joham de), 340  
 Lombard (Maurice), 10, 130, 274  
 Lomelim (Batista), 304  
 Lopes (David), 28, 56-57, 88, 134, 145, 156, 165-166, 177-178, 192-193, 370  
 Lopes (Diogo), 337, 373  
 Lopes (Fernão), 151, 365, 373  
 Lopez (Roberto), 91, 118, 130  
 Lourenço (Fernam), 342

- Luís (São), 133, 254  
 Luís XI de França, 97  
 Lúlio (Raimundo), 46, 72, 133, 210, 214, 253, 257-258, 267, 284  
 Lybyer, 73-75, 80, 83-84, 88
- Mafamede II, 28, 127  
 Magalhães (Fernão de), 234, 360  
 Maiorca (Jaime de), 55  
 Malfante, 37, 174, 217  
 Malheiro (Diogo Afonso), 201  
 Malocello (Lançarote), 45  
 Mandeville, 37, 48, 211  
 Manuel (D.), 28, 64, 66, 127, 134, 143, 158, 210, 218-219, 229, 269, 292, 343-344, 370  
 Marchione (Bartolomeu), 342, 349  
 Martinho (Bispo de Lisboa), 135  
 Martins (Afonso), 175, 342  
 Martins (Fernão), 227  
 Martins (Francisco), 338  
 Martins (Oliveira), XII, 22, 27, 53-55, 164, 209, 211, 213  
 Masser (Lunardo de Cá), 344  
 Meneses (D. Duarte de), 173, 176, 183  
 Meneses (D. Pedro de), 170, 176, 365  
 Meneses (Rodrigo Afonso de), 165  
 Mota (A. Teixeira da), 25, 252  
 Moura (Afonso de), 334  
 Münzer (Jerónimo), 139, 185-186, 188, 261, 290, 369  
 Murad II, 77, 79
- Negro (Di), 230  
 Nettiucci, 233-234  
 Nicolau V, 147, 215  
 Niño (Pedro), 100  
 Noëttes (Lefebvre des), 47  
 Noli (Da), 26, 190
- Ogério, 99-100, 242  
 Oria (Thedisio d'), 44  
 Orta (Garcia de), 345
- Pacheco (Duarte) (Duarte Pacheco Pereira), 81, 278, 371  
 Painéis de Nuno Gonçalves, 274, 374  
 Paiva (Afonso de), 80  
 Palma (Joham da), 308  
 Palma (Nicolau de), 308  
 Peçanha, 241, 244-245  
 Pegolotti, 74, 187, 371  
 Pembroke (Conde de), 100  
 Pereira (Nuno Álvares), 146  
 Perestrelo ou Palastrelli (Bartolomeu), 190, 301-302  
 Pessagno (Micer Manuel), 103  
 Pina (Rui de), 149, 152, 161, 176, 179, 188, 192, 194, 202, 274, 366-367  
 Pio II, 232, 235  
 Pirenne (Henri), 92, 213  
 Pires (Gomes), 191, 197  
 Plínio, 232, 235-236, 260  
 Plutarco, 235  
 Pó (Fernão do), 345  
 Pohl, 227  
 Polo (Marco), 26, 37, 45, 71, 199, 212, 216, 227, 232, 235-236, 267  
 Póvoas (António Fernandes), 349  
 Ptolomeu, 37, 43, 233, 235, 259, 262, 264, 267, 279, 290
- Ramúsio, 38, 368, 370  
 Real (João Vaz Corte), 234  
 Real (Miguel Corte), 234  
 Redolho (Calliro), 341, 349  
 Regiomontanus, 26, 261  
 Reis Católicos, 228-229, 293, 359  
 Resende (Garcia de), 35, 345, 373  
 Rodrigues (João), 333  
 Roërie (La), 47-48  
 Rosmihal, 96  
 Ruysch (João), 233
- Sacrobosco, 37-38, 235, 265-266, 272, 277-278, 285

- Sampaio (Alberto), 27, 92  
 Santangel, 359  
 Santarém (João), 343  
 Santarém (Visconde de), 25, 53,  
 365, 373  
 Sanudo (Marino), 46, 72-73, 133,  
 210, 214, 227  
 Saraiva (António José), 142  
 Sérgio (António), 27-28, 54, 67,  
 127, 155, 159  
 Sernigi (Girolamo), 232, 250  
 Simões (Veiga), 21, 28, 57, 63-67,  
 119, 121, 194  
 Sintra (Pedro de), 339, 368  
 Soares (Fernão), 334  
 Solimão, 84, 323  
 Sombart (Werner), I, 21, 151, 189  
 Spinola, 230  
 Sunyer (Conde), 95  
 Teive (Diogo de), 190, 311  
 Teixeira (Tristão Vaz), 190, 302,  
 309  
 Thorne (Robert), 228, 234
- Timarion, 101  
 Timer (James), 309  
 Timur (Tamerlão), 74-77, 87  
 Toscanelli, 26, 211, 213, 227,  
 232, 372  
 Tovar (Sánchez de), 100  
 Tristão (Nuno), 143, 191  
 Tudela (Benjamim de), 101
- Urbano VI, 135
- Uso di Mare (Usodimare),  
 186-188, 218, 341  
 Uzzano, 81-82, 371
- Valarte, 197, 212, 217  
 Valois (N.), 136  
 Varthema (Ludovico), 26  
 Vaux (Pierre de), 83  
 Velho (Álvaro), 28, 84, 250  
 Velho (Gonçalo), 143, 161, 306  
 Ventura (Pagnini da), 79, 371  
 Verlinden (Ch.), 47, 371  
 Verrazzano (Giovanni), 26  
 Verrier (Jean le), 142  
 Vespúcio (Américo), 237  
 Vianello, 359  
 Viladestes (Mecia), 116, 372  
 Villani, 97  
 Vitória (Frei Francisco de), 150  
 Vivaldi, 26, 37, 44-47, 133
- Zacuto (Abraão), 235, 279, 289,  
 294  
 Zarco (João Gonçalves), 190-191,  
 302  
 Zurara (Gomes Eanes da), 22, 28,  
 38, 57, 63, 79, 139-140, 142,  
 144, 147-148, 150, 152,  
 155-156, 160-165, 170, 172,  
 174-176, 178, 183, 185, 188,  
 190-192, 196-197, 217, 236,  
 280, 303, 308, 365-368

## ÍNDICE GEOGRÁFICO

- Açores, 26, 33, 37, 45, 60, 146,  
 177, 200, 223-224, 226, 228,  
 232, 234-235, 257, 281-283,  
 287, 306-307, 312-313, 329,  
 331, 353, 359, 370  
 Ádem, 72, 356  
 Adrar Mauritànio, 317, 320, 335  
 África, 33, 38, 44, 46, 48, 54,  
 58-59, 61, 63, 65-66, 71-72,  
 77-78, 81, 85, 88, 116, 133,  
 140, 145, 147-148, 157, 160,  
 163-167, 175-176, 184, 187,  
 193-194, 200-202, 209,  
 211-213, 216-218, 223, 225,  
 228, 230-232, 237, 249,  
 290-291, 294, 301, 321,  
 329-330, 332, 346, 350-351,  
 357, 365

- Aguiló, 159-160  
 Air, 324  
 Alcácer-Ceguer, 160, 202, 204  
 Alemanha, 63, 93-94, 307  
 Alepo, 80  
 Alexandria, 46, 74-75, 79, 81, 84,  
     187, 247, 250, 257, 259  
 Algarve, 95, 101, 103, 107, 122,  
     157, 169-170, 188, 195, 204,  
     213, 301, 308, 329, 331  
 Almeria, 95-96  
 Alpes, 117  
 Alvor, 331  
 América, 97, 107, 223-224,  
     233-234, 282, 357  
 Anafé, 158, 161-162, 203  
 Anatólia, 74, 77, 129  
 Andaluzia, 66, 92, 95, 106, 172,  
     242  
 Andam (Porto de), 336  
 Anta (Resgate de), 344  
 Antilhas, 33, 223, 227, 233-234,  
     282-283, 357  
 Antióquia, 131  
 Antuérpia, 211, 235, 342  
 Aragão, 46, 72, 95, 100, 118-119,  
     168, 183-184, 266, 268, 271,  
     273, 290, 335, 352  
 Argel, 317  
 Argélia, 359  
 Arguim, 175, 200-201, 203, 226,  
     327, 329-330, 332-335,  
     347-348, 350-351, 369  
 Arménia Menor ou Cilícia, 74  
 Arzila, 160-162, 174-175, 178,  
     187, 193  
 Ásia, 43, 48, 56, 62, 71-75, 77-78,  
     80, 92, 116, 127, 129, 133,  
     145, 210, 212, 215-216,  
     227-228, 233, 345, 356-357,  
     367  
 Atlântico, 29, 37, 44, 48, 59, 71,  
     87, 91, 96, 100, 103, 106-107,  
     165, 204, 213, 218, 221,  
     223-226, 228-235, 241, 245,  
     257, 282-283, 307, 318,  
     324-325, 354, 357-359, 365,  
     370  
 Atouguia, 103, 194, 331  
 Audem, 159 – *ver* Uadam.  
 Aulil, 320, 323  
 Austrália, 26  
 Avinhão, 83, 135, 373  
 Axem, 344  
 Azamor, 158-159, 161  
 Baghdad, 71, 74, 117, 259, 262  
 Bakoy, 318  
 Balcãs, 77, 88, 128-129, 217  
 Baleal da Atouguia, 331  
 Báltico, 93, 117, 131  
 Bambuk, 318, 325  
 Barbacins (Rio dos), 336  
 Barbaria (e Berbéria), 47, 85, 92,  
     96, 157, 161-162, 187, 189,  
     192, 201-202, 204-205, 323,  
     329, 351, 359-360      *Ver*  
     Maghrebe.  
 Barcelona, 37, 48, 96, 119, 187,  
     228, 253, 263, 266-267, 293  
 Barcelos, 169, 172, 177, 184, 195  
 Bayona, 99  
 Beirute, 46, 74, 82, 131  
 Benguela, 226  
 Benim, 290, 345-346, 349-350  
 Berlengas, 331  
 Bermeo, 97-98  
 Bilbao, 97-99, 107  
 Bintombo (Rio de), 338  
 Biscaia, 95-96, 99, 101-102, 104,  
     106, 157, 179, 232, 242  
 Bizâncio, 129  
 Boa Esperança (Cabo de), 37, 44,  
     106, 224-225, 235, 356, 367  
 Boémia, 118  
 Bojador (Cabo), 45, 142  
 Bona, 201, 351  
 Bordéus, 100, 104, 117  
 Bósboro, 131  
 Braga, 141, 156, 195, 373  
 Branco (Cabo), 317, 333  
 Brasil, 28-29, 33, 123, 227-230,  
     232-235, 237, 285, 292, 347,  
     354-355  
 Bretanha, 102, 104, 106, 157,  
     167, 169, 223, 258, 283

- Bristol, 37, 104-106, 232, 234, 310  
 Bruges, 83, 94, 101-102, 104, 114, 196, 198, 235, 280, 308, 310  
 Bugia, 84, 201, 351  
 Buguba (Rio), 338  
 Bulgária, 75  
 Bulhões (Vale de), 172, 308-309  
 Buré, 318, 321  
 Burgos, 95, 98-99, 235, 273  
 Bursa, 80
- Cabo Verde (Ilhas de), 26, 29, 33, 190-191, 217, 225-226, 228, 235, 282, 292-293, 311-312, 314, 330, 335-337, 347, 349, 353, 355, 359  
 Cádiz, 99, 106-107, 223, 234, 243  
 Caffa, 71, 73, 75, 80  
 Cairo, 46-47, 65, 79, 83, 321, 324-325  
 Calicute, 218-219, 225  
 Canárias, 26, 33, 35, 37, 44-48, 96-97, 106-107, 142, 176-177, 184, 188, 191-193, 205, 223-224, 226, 228, 232, 234-235, 282-284, 297, 301-302, 309, 312-313, 329, 331, 348, 351, 353, 359-360, 366, 369, 374  
 Candia (Creta), 358  
 Cantor, 325, 336-337  
 Caramânia, 77, 79, 87  
 Cartagena, 98-99  
 Casamansa (Rio), 337  
 Case (Rio de) (actual Skarcies), 338  
 Cáspio (mar), 73  
 Cassitérides, 44  
 Castela, 76, 96, 98-100, 103, 107, 119-121, 136, 155, 160, 164-165, 167, 179, 183-184, 192-194, 196, 230-231, 233, 241-243, 301, 308, 313, 335, 352, 354, 359, 373
- Castro Urdiales, 97-99  
 Catalunha, 45, 83, 95, 118, 133, 164, 256, 265, 267-268, 274  
 Catarina (Estreito de), 337  
 Cathay, 37, 43-44, 46, 71, 73, 88, 227, 230, 233 – *ver* China.  
 Cáucaso, 74  
 Caudebec, 100  
 Cestos (Rio dos), 341  
 Ceuta, 14, 46, 53-55, 57, 60, 65, 79, 87, 96, 117, 120, 135, 145, 150, 153, 155-157, 159-167, 170-180, 183-184, 188, 191-196, 198, 202-204, 209, 211, 258, 283, 297, 302, 308, 319, 332, 355-356, 365-366, 369  
 Champagne, 83, 114, 117  
 China, 29, 33, 43, 71, 73-74, 92, 210, 233, 247, 249, 252  
*Ver* Cathay.  
 Chipre, 92, 96, 308  
 Cipangu, 44, 46, 227, 230, 233  
 Coimbra, 25, 136, 212, 266, 268-270, 278, 282, 291, 308, 329, 365-367, 369-370  
 Constantinopla, 58-59, 76, 79, 84, 101, 132, 202 – *ver* Bizâncio.  
 Córdova, 98-99, 262  
 Coreia, 71, 249  
 Córsega, 72, 96, 128  
 Corvo (Ilha do), 190  
 Covilhã, 80, 331  
 Creta, 117, 257, 305
- Dâga, 319  
 Damasco, 80, 82-84, 117, 160, 187  
 Dar'a, 176, 190, 317, 330  
 Delhi, 75  
 Diaressi, 320  
 Dieppe, 25, 100  
 Djenné, 322-323, 325  
 Douro, 66, 102, 160, 169
- Ebro, 64

- Egeu, 129, 131  
 Egípto, 46, 61, 63, 71-73, 77-78,  
     80, 92, 184, 212, 215, 217,  
     308, 318, 356  
 Elmehadia, 59  
 Escalda (rio), 117  
 Escandinávia, 93, 117, 257  
 Espanha, 92, 96-97, 102,  
     104-105, 233-234, 236, 243,  
     252, 263, 265, 349, 360  
 Espartel (Cabo), 331  
 Estónia, 131  
 Etiópia, 209-210  
 Extremo-Oriente, 26, 71, 92, 227,  
     234  
  
 Faial, 307  
 Falémé (rio), 318, 320  
 Felu, 320  
 Fernando Noronha (Ilha de), 227  
 Fez, 30, 66, 84, 103, 157-159,  
     161-162, 165, 175, 177,  
     185-186, 190, 196, 202, 218,  
     247, 309, 323, 329, 339, 353,  
     366, 368  
 Figuiç, 317-318  
 Flandres, 28, 43, 58, 60, 85,  
     93-94, 98, 101-102, 104, 116,  
     128, 132, 157, 166, 169, 179,  
     188, 199, 235, 243, 310, 312,  
     342, 345, 352, 360, 368, 374  
 Florença, 80-81, 84, 116, 118,  
     138, 179, 187, 251, 366  
 Flores (Ilha das), 190  
 Florida, 223, 232-234  
 Fogo (Ilha do), 314  
 Forcados (Rio dos), 346  
 Formoso (Rio), 345-346  
 França, 12, 25, 72, 75-76, 79, 83,  
     94, 97, 100, 102, 104-105,  
     117, 119, 128, 136, 254, 265,  
     268, 301, 308  
 Fuenterrabia, 97-99  
 Funchal, 309-310, 370  
 Futa Djalón, 318, 325  
 Futa Toro, 320  
  
 Gadamés, 318  
 Gadiara, 319-320  
 Galinhas (Rio das), 339  
 Galipoli, 76  
 Galiza, 66, 95-96, 99, 105-106,  
     119, 169-170, 241-242,  
     370-371  
 Gâmbia, 186, 203, 217-218, 321,  
     325, 330, 335-338, 340-341  
 Gamboas (Rio das), 339  
 Gangaran, 318, 325  
 Gao, 318, 320-325  
 Gasconha, 105-106, 119  
 Gebu (Rio), 345  
 Genebra, 83  
 Génova, 37, 43-44, 46, 48, 72,  
     75, 99, 130-131, 133, 187,  
     230, 371-372  
 Ghana, 319-321  
 Gibraltar (Estreito de), 59, 103,  
     106, 157, 170, 243, 245, 329,  
     354-355  
 Golfo Pérsico, 44, 46, 73, 80, 87,  
     249, 251  
 Gouveia, 331  
 Graciosa, 307  
 Granada (Reino de), 157,  
     161-163, 165, 353  
 Granada, 65, 84, 103, 121, 155,  
     157, 160-165, 169, 175, 177,  
     183-184, 194-195, 201, 220,  
     308-309, 323, 329, 353  
 Grande (Rio) ou Geba, 186-187,  
     203, 330, 335, 337-338, 341  
 Gravesend, 100  
 Grécia, 72, 96, 117, 134  
 Gronelândia, 212, 223-224, 227,  
     233, 257, 281  
 Guadalquivir, 95, 97-99, 106, 231,  
     359  
 Guarda, 81, 172  
 Guari, 324  
 Guetaria, 98  
 Guimaráes, 172, 201  
 Guiné, 21, 25-26, 28-29, 33, 35,  
     37-38, 44-45, 47, 63, 66, 92,  
     144, 150, 180, 185-186, 188,



- 190, 196-198, 200-201, 203,  
205, 210, 215-218, 220,  
223-227, 231, 234, 236, 281,  
283, 289, 303-305, 309, 312,  
314, 325, 327, 329, 332-333,  
335, 338-343, 345-349,  
351-356, 365-366, 368-369  
Guipuzcoa, 95-96, 101, 106, 169,  
242
- Harhaorche, 339  
Holanda, 105, 167  
Honduras, 233  
Honfleur, 100  
Hungria, 75, 117
- Índia, 27-28, 33, 35, 44, 54-55,  
60, 62, 71, 74-75, 77, 80, 84,  
88, 185, 205, 210-220,  
227-230, 234, 236, 308,  
342-343, 345, 355-356  
Índias Orientais, 26, 44, 166  
Índico (Oceano), 48, 71, 76-78,  
85, 250, 354  
Inglaterra, 43, 60, 75-76, 79,  
93-94, 97-98, 100-102,  
104-106, 117, 119, 128, 157,  
167, 169, 179, 257, 275, 310,  
312, 345, 348, 351, 360  
Irak, 74  
Irlanda, 104-106, 227, 348, 351  
Islândia, 105, 223, 257, 281  
Itália, 26, 46, 58, 72, 83, 85, 92,  
94, 97, 105, 130, 186, 199,  
216, 250, 270, 308, 349, 352
- Jafa, 131  
Japão, 29, 33, 44, 71 – *ver*  
Cipangu.  
Jerusalém, 73, 88, 131  
Jubi (Cabo), 317  
Junco (Rio do), 341, 343
- Kabara, 323  
Kabul, 75  
Kolimbiné, 319  
Konia, 78
- Kugha, 320  
Kukya, 320-321
- La Coruña, 99, 223  
La Rochelle, 83, 94, 97, 100, 104  
Labrador, 223, 232, 234  
Lago (Rio de) ou Agusal, 345  
Lagos, 103, 143, 190, 268,  
331-332  
Lajazzo, 73  
Lamego, 201  
Lamos, 78  
Languedoc, 84, 266  
Larache (rio de), 158  
Laratoná, 172  
Laredo, 97-99  
Larraquíé, 131  
Ledo (Cabo), 339  
Leoa (Serra), 35, 225, 234, 335,  
338-341, 350, 355, 369-370  
Letónia, 131  
Levante, 43, 45-46, 54, 58-60, 63,  
71-72, 76, 79-87, 91, 95,  
116-117, 131, 133, 184,  
192-193, 215, 227, 243, 246,  
252, 264, 308-310, 323, 356,  
359  
Líbia, 186  
Lille, 101  
Lisboa, 9, 14, 16-17, 19-20,  
24-25, 27-28, 37, 45, 56, 63,  
65-66, 94-95, 102-103, 107,  
119, 134-135, 142, 144,  
169-170, 172, 184, 195-196,  
198, 209, 212-213, 223,  
230-232, 234-235, 243, 252,  
257, 268, 270, 276, 280, 284,  
294, 305, 332-333, 344, 353,  
358, 364-368, 370-371, 373  
Lombardia, 84, 93  
Londres, 83, 88, 94, 102, 117,  
157, 205, 256, 263  
Lyon, 83, 114
- Machico, 309  
Madeira (Ilha da), 26, 33, 37, 45,  
48, 66, 79, 87, 106, 177, 188,



- 190-191, 224, 226, 228,  
230-231, 234-235, 283,  
301-307, 309-313, 329, 331,  
351, 353, 359
- Maghrebe, 45, 78, 92, 102, 162,  
175, 204, 264, 317, 323
- Maiorca, 46, 48, 55, 95-96, 176,  
187, 371-372
- Malabar, 44, 46-47, 249
- Malaca, 233-234, 249
- Málaga, 161-162, 166, 168, 171,  
184
- Malagueta (Costa da), 341, 343,  
348, 350
- Maldivas (Ilhas), 324
- Mali, 218, 321-322, 325, 338
- Mamora (rio da), 158
- Mandinga, 186, 322, 325
- Manos (Rio dos), 339
- Mar do Norte, 73, 93, 104, 223,  
281
- Mar Negro, 45-46, 59, 75, 79-80,  
87, 92, 117, 254
- Mar Roxo, 44, 46, 74-75, 80, 87,  
251, 290-291
- Mar Vermelho, 63, 211-212  
*Ver* Mar Roxo.
- Marfim (Costa do), 318
- Marrocos, 14, 28, 33-34, 54, 57,  
66, 92, 96, 100, 103, 116, 123,  
135, 153, 155, 157, 162-164,  
172, 176-177, 180, 183-184,  
192-199, 201-203, 209-211,  
215, 217, 220, 258, 302, 306,  
308, 313, 317, 325, 329-330,  
332, 335, 351, 353, 355-356,  
359, 366, 370
- Marselha, 83, 101, 253
- Mauritânia, 157, 369
- Mazagão, 158-159
- Meca, 159, 318, 321, 323, 356
- Mediterrâneo, 43, 45-46, 48, 59,  
61, 73, 77-78, 80, 83, 86-87,  
93-96, 101, 106, 118, 123,  
129-130, 134, 157, 164-165,  
170, 183, 187, 202, 204-205,  
216, 231, 243, 245-247,  
250-254, 256, 291, 314, 341,  
353, 371
- Mesopotâmia, 71
- Messa, 161, 309, 317
- México, 33, 35, 229, 233, 367
- Mina (São Jorge da), 234, 343,  
346
- Minho, 169, 232
- Mirik (Cabo), 320
- Mogadoxo, 44
- Molucas, 33, 228
- Mondego, 95, 122
- Monte da Barca, 187
- Montes Claros, 158
- Montpellier, 83, 101, 187,  
265-266, 268
- Mosa (rio), 117
- Múrcia, 98
- Mzab, 318
- Nalus (Rio), 338
- Nantes, 104, 374
- Não (Cabo), 139, 159, 162, 183,  
201, 226, 235 – *ver* Nul.
- Níger (Rio), 324
- Nîmes, 187
- Normandia, 98
- Noruega, 93, 223, 257
- Novgorod, 117
- Nul, 318 *ver* Não.
- Nuno (Rio de), 338
- Nuremberg, 26, 348, 351, 372
- Ofir, 231
- Ofram, 317
- Opu, 346
- Oram, 84, 161-162, 201, 351
- Orenoco, 223
- Oriente, 26, 29, 33, 35-36, 48,  
53-54, 58-59, 62-63, 71-72,  
81, 83, 92, 116-117, 123, 129,  
133-134, 185, 205, 209,  
211-212, 218-219, 227, 230,  
234, 251, 254, 291, 355-357
- Ormuz, 72, 80, 356
- Otranto, 86
- Ouro (Rio do), 37, 45, 79, 96,  
142, 197, 201, 211, 320, 329

- Pacífico, 107, 197  
 Países Baixos, 93, 105, 117  
 Palestina, 131  
 Palma (Ilha da), 341, 343  
 Palmas (Cabo das), 341, 343  
 Palmas (Rio das), 339  
 Palmas de Sanagá, 335  
 Pamir, 74  
 Paris, 10, 26, 39, 61, 83, 88, 101,  
     106, 132-133, 135, 143, 213,  
     246, 251-252, 259, 269, 271,  
     280, 291-292, 365, 370, 373  
 Pérsia, 33, 36, 61, 71-74, 80, 87,  
     92, 324  
 Pescadores (Rio dos), 338  
 Pichel (Rio), 338  
 Pico (Ilha do), 307  
 Pindelo, 102  
 Ponta do Carneiro, 156  
 Ponte de Lima, 172  
 Pontevedra, 99  
 Pontois, 100  
 Porto de Ale, 336  
 Porto Santo, 45, 79, 190, 224,  
     302-303, 311-313  
 Porto, 45, 54, 59, 72, 79, 103,  
     105, 159, 164, 166, 168-169,  
     173, 175, 187, 190, 195-196,  
     209, 224, 231, 243, 302-303,  
     307, 310-313, 323, 336, 345,  
     365-367, 373  
 Póvoa de Paredes, 102  
 Praia dos Escravos, 341, 343  
 Prata (Rio da), 26  
 Prússia, 128, 131  
  
 Redes (Cabo das), 344-345  
 Reno, 117  
 Ribeira dos Socorridos, 302  
 Rodas, 73, 80, 86, 247, 259, 308  
 Roma, 72, 76, 86, 135, 216, 228,  
     233, 247, 263, 353  
 Rouen, 83, 100  
 Roxo (Cabo), 335  
 Rússia, 71-72, 74, 117  
  
 Sáara, 34-35, 116, 164, 180, 186,  
     197, 200, 218, 224, 317, 320,  
     329, 333, 346, 359, 366  
 Safim, 44, 158-159, 161-162,  
     201-204, 254  
 Sahel (saariano), 321  
 Sal (Ilha do), 314  
 Salé, 44, 158-159, 162, 175, 243  
 Salir, 102  
 Salvaterra do Campo, 194  
 Samá, 343-344  
 Samarcanda, 319  
 San Sebastián, 97-98  
 San Vicente de La Barquera, 98-99  
 Sankarani, 321  
 Sant'Ana (Furna de), 339  
 Santa Apolónia (Serra), 343  
 Santa Maria (Ilha de), 306  
 Santa Maria (Mata de), 339-341  
 Santander, 97-99  
 Santiago (Ilha de), 346-347,  
     351-352  
 Santoña, 99  
 São Domingos (Rio) (Cacheu),  
     337  
 São João (Rio de), 343  
 São João da Foz, 102  
 São João de Acre, 46  
 São Jorge (Ilha de), 312  
 São Miguel (Ilha de), 307, 312  
 São Nicolau (Ilha de), 311, 314  
 São Paulo (Rio de), 343  
 São Roque (Cabo), 223-224  
 São Tomé (Ilha de), 216-217, 345  
 São Vicente (Cabo), 161, 254,  
     267, 301, 331  
 São Vicente (Rio de), 341  
 Sardenha, 72, 96, 128  
 Sargaços (Mar dos), 283  
 Scandolor, 78  
 Selef-Ké, 78  
 Senegal, 45, 116, 142, 201, 205,  
     217, 318-320, 325, 330, 335,  
     338, 340, 350  
 Sérvia, 75  
 Setúbal, 103, 172  
 Sevilha, 36-37, 95-96, 98-99, 102,  
     107, 119, 168, 211, 223, 228,

- 231-232, 234, 236, 242, 260,  
263, 276, 278
- Sibéria, 71
- Sicília, 72, 92, 96, 117, 163, 168,  
172, 183, 263, 308-310
- Sidjilmessa, 46, 116
- Silves, 94, 190, 224, 282, 306
- Síria, 59, 61, 71, 73-74, 77-78,  
80, 82-83, 87, 92, 129, 131,  
308
- Sudão, 54, 63, 116, 162, 201,  
209, 212, 329, 355, 359  
*Ver* Guiné.
- Suz, 46, 117, 122, 163, 197,  
308-309, 317, 329
- Tabriz, 80
- Tadmekket, 320-321
- Tafilelt, 317-318
- Tagaoste, 317
- Taghazza, 317, 319, 323-324
- Takedda, 318, 320-321
- Takedda, 318, 320-321
- Tamisa, 100
- Tana, 71, 73-75
- Tânger, 14, 34, 141, 149,  
160-163, 176, 178-180,  
192-196, 198, 200, 203-204,  
308, 355, 367
- Tchade (Lago), 324
- Tegurte, 318
- Tejo, 97, 103, 168-169, 223, 230,  
235
- Tenez, 201, 351
- Terceira (Ilha), 307
- Terra Nova, 223-224, 232-234
- Terra Verde, 223
- Tessalónica, 101
- Tetuão, 162, 183, 202
- Tibete, 74
- Tider, 190
- Tingitânia, 157, 193
- Tinkisso, 318
- Tirakka, 320, 323
- Tiro, 131
- Toledo, 99, 262-263, 265, 279
- Tombuctu, 161, 317-318,  
320-325
- Toronka, 320
- Trasfalmenar, 331
- Trebizona, 73, 80
- Tremecem, 317, 351
- Tripoli, 131
- Tuate, 174
- Tucuroi, 320, 325
- Tunes, 84, 130, 161-162,  
165, 175, 201, 254, 317-318,  
351
- Tunísia, 359
- Tutek, 321, 324
- Uadam (Audem), 159, 187, 335
- Ualata, 317, 323-324
- Ugató, 345-346
- Valáquia, 75
- Vale de Angera (Ceuta), 202
- Valência, 45, 92, 95-96, 117-118,  
262, 301, 308-309
- Veneza, 37, 43, 45-46, 72, 75, 80,  
85, 96, 130-131, 133-134, 164,  
173, 186-188, 227, 230, 247,  
256, 324, 344, 359, 367-368,  
371-372
- Vera Cruz, 237
- Verde (Cabo), 26, 29, 33,  
190-191, 217, 225-226, 228,  
235, 282, 292-293, 311-312,  
314, 330, 335-337, 347, 349,  
353, 355, 359
- Verga (Cabo da), 338
- Viana, 172
- Vila do Conde, 172
- Vila Real, 172
- Viseu, 308, 331
- Vitória, 98-100, 150, 211,  
243
- Winchelsea, 100

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

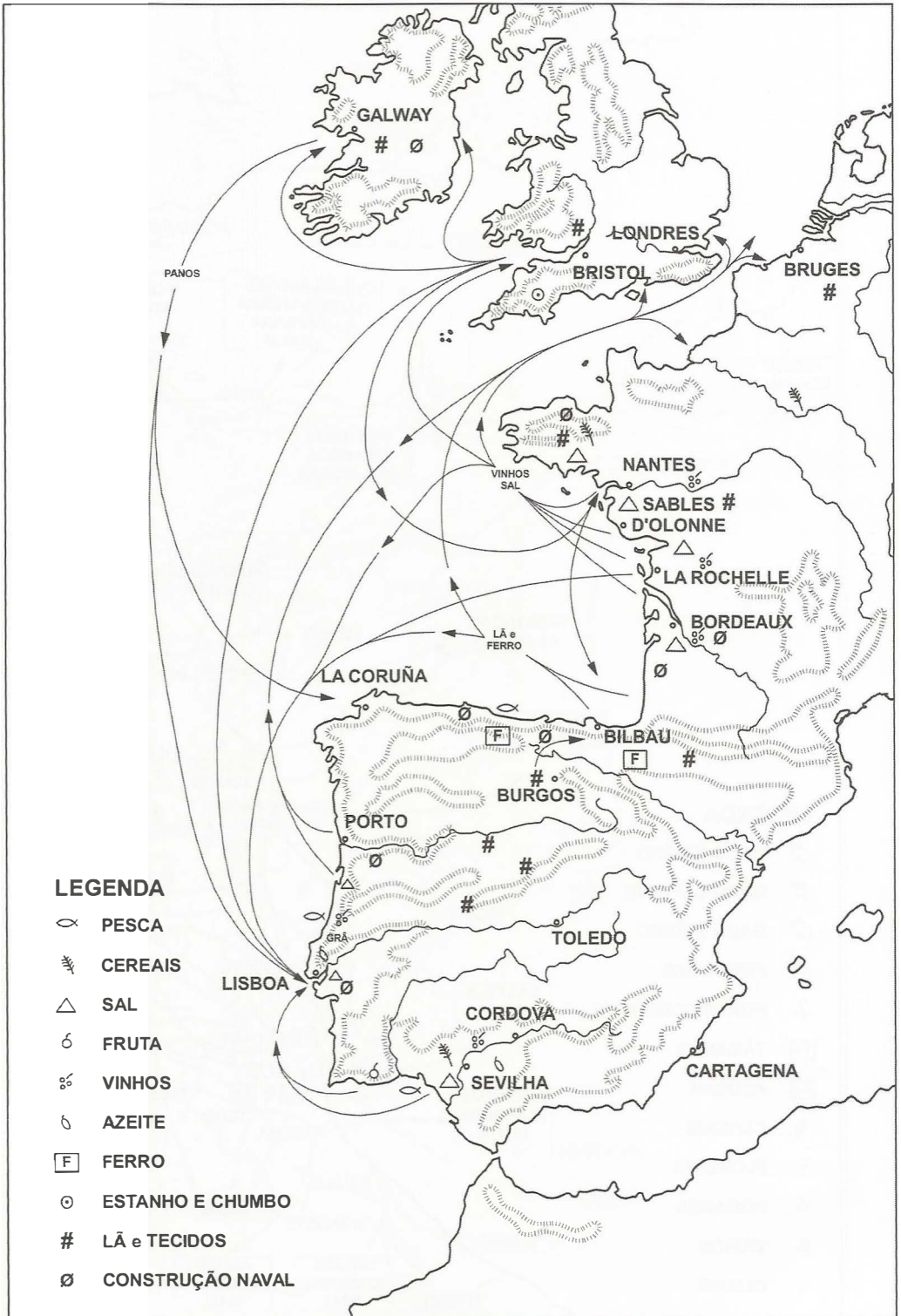
- Açúcar, 45, 71, 84, 92, 96,  
116-117, 122, 140, 163, 167,  
184, 220, 230, 235, 301-302,  
306-314, 329, 355, 358
- Agricultura, 57, 298, 301
- Alambéis, 201, 344, 351
- Alfarrobeira (Batalha de), 141,  
143, 150, 152, 198-200
- Algália (Gatos de), 225, 333-334,  
337, 339-340, 347-348
- Almirante, 81, 99, 241-245
- Alquicés, 201, 330, 332-333, 336,  
351
- Anil, 123, 317
- Burguesia, 54, 63-65, 67, 92, 104,  
111, 118-120, 122, 138, 151,  
156, 164, 167, 185, 194,  
198-200, 313, 331-332,  
355-356, 358, 360 – *ver*  
Mercadores.
- Bússola, 43, 48-49, 71, 242, 247,  
250-255, 371
- Capitalismo, 27, 44, 62, 71, 94,  
111, 132, 151, 189, 360
- Capitania donataria, 313
- Caravela, 29, 102, 191, 225, 282,  
337, 347
- Casa da Guiné, 332
- Casa de Ceuta, 332
- Cauris (conchas), 317-318, 320,  
324, 344, 348, 351
- Cavaleiros (Cavalaria), 24, 39, 44,  
60, 71-72, 75, 86, 98, 102,  
119-120, 122-123, 129, 131,  
133, 135, 141, 143-144, 146,  
148-152, 155, 158-159, 161,  
165, 167, 169, 176, 178, 180,  
184, 189, 192, 194, 200, 313,  
329-331, 334, 355, 358-359,  
364-366, 368, 373-374
- Cereais, 54, 94-95, 102, 104-105,  
117, 156-157, 161-162,  
164-165, 167, 173, 201,  
203-204, 302, 305-307, 321,  
323, 330, 355 – *ver* Trigo.
- Cobre, 84, 92, 102, 116-117, 158,  
160, 174, 187, 201, 235,  
317-321, 324, 346
- Comércio (e resgates, tratos), 56,  
74, 92, 123, 173, 234, 332,  
335, 338, 340, 342-343,  
346-347, 350, 353, 356
- Construção naval, 92-93, 97-98,  
104-106, 242, 245, 312
- Cores para tinturaria (grã, Sangue  
de dragão, anil, pau brasul,  
urzela), 175, 302-303,  
312-313 *Ver* Anil.
- Cruzada (espírito de), 58, 64, 72,  
76, 79, 127-128, 130, 133,  
138, 140, 142, 144-149, 151,  
355, 364, 368
- Cruzada (projectos de), 73
- Cruzadas, 46, 55-56, 61-62, 64,  
94, 128, 130, 132-133,  
144-145
- Cruzado (moeda), 84, 342, 344,  
349
- Escravos, 30, 46, 53, 65, 92, 96,  
122, 140-141, 145, 147-148,  
151, 164, 186, 188, 191, 201,  
203, 205, 215, 220, 225, 234,  
301, 309, 311, 313, 317,  
323-324, 329-341, 343,  
345-346, 348-352, 355, 358
- Especiarias, 46-47, 57-60, 65,  
71-72, 74-75, 77, 79-81,  
83-84, 87, 91-92, 116, 131,  
133, 167, 185-188, 205, 210,  
212, 214, 219, 225, 227, 231,  
235, 342, 345, 347-348,  
351-352, 355, 359-360  
*Ver* Malagueta, Pimenta.
- Estrangeiros, 28, 73-74, 80, 98,

- 102-103, 107, 118, 175, 188,  
230, 321, 323, 352-353, 360,  
373
- Feitorias, 33, 72, 94, 101, 131,  
304, 332
- Franciscanismo, 58, 60
- Galés, 43-44, 46, 48, 60, 83, 92,  
94-96, 99-100, 103, 147, 163,  
166, 168-171, 173, 241-245,  
257
- Galvei (panos), 105, 334
- Indústria, 93, 97, 101, 104, 113,  
117, 123, 129, 162, 201,  
203-204, 301, 303, 309,  
311-313, 351, 359
- Islame, 27, 55, 58-59, 76, 78, 85,  
87, 95, 131, 210-212, 217,  
308, 320-321, 358
- Leme, 47-49, 97, 242, 247, 374
- Madeiras, 93-94, 102, 104, 205,  
298, 302, 307, 312, 355
- Malagueta, 186-188, 201, 205,  
220, 225, 234, 337, 339-343,  
345, 347-350, 352, 355
- Mapas, 25, 27, 34, 44, 94, 130,  
248, 290, 373, 395-400
- Mercadores, 24, 27, 39, 43, 47,  
55, 65, 72-74, 80-84, 87, 92,  
94, 101-102, 104, 112-116,  
118, 120-121, 123, 131, 133,  
137-138, 146, 151, 157,  
159-164, 172-173, 180, 185,  
188, 192, 198, 201, 256, 268,  
280, 304, 311-312, 318-319,  
321-324, 330-331, 336-337,  
348-350
- Mercantilismo, 360
- Mesterais (e artifices), 39,  
118-120, 129, 146, 163, 243,  
313, 321, 331
- Moedas, 92, 161, 174 – *ver*  
Cobre, Cruzado, Ouro, Prata.
- Náutica (Arte de Navegar), 14, 26,  
29, 44, 49, 96, 99, 107, 225,  
229, 231, 235, 237, 239, 242,  
245, 247, 249, 253, 260, 269,  
281-282, 287-288, 291-292,  
366, 371-372
- Navegação astronómica, 288, 294
- Navegação, 14, 29, 44-45, 48, 58,  
63, 71, 78-79, 95, 97, 99, 102,  
104, 106-107, 115, 118, 123,  
129, 160, 162, 165-166,  
185-187, 189, 191, 199, 201,  
203-204, 218-219, 227,  
229-231, 237, 239, 241-242,  
245-249, 251-259, 267, 276,  
281, 283-288, 291-294, 329,  
331, 353, 355, 357, 363, 365
- Navios, 29, 44, 48, 76, 81, 92,  
95-97, 99, 102-104, 106-107,  
115, 158-159, 161, 169-170,  
172, 179, 199, 225, 229,  
231-232, 241-251, 257, 284,  
290, 292, 310, 329, 336-337,  
339, 343, 346-347, 349, 352,  
356, 360, 374
- Nobreza, 64-65, 67, 112,  
119-122, 131, 152, 157, 160,  
167, 176, 185, 194, 196,  
198-200, 299, 301, 355-356,  
358-359
- Ordem de Cristo, 62, 123, 141,  
150, 152, 188-190, 192, 202,  
331, 355
- Ouro, 31, 34, 36-37, 45-48,  
58-59, 63, 65, 71, 76-77, 79,  
92, 96, 102, 107, 116,  
118-119, 122, 139-140, 142,  
157-162, 164, 167, 173-174,  
185-188, 197, 201, 203, 205,  
210-212, 220, 225, 230-232,  
234, 302, 315, 317-325,  
329-330, 332-340, 343-346,  
348-349, 351-353, 355, 358,  
360
- Panos (e indústria têxtil), 44,

- 83-84, 92, 94, 98, 102,  
104-105, 160-162, 164, 175,  
186, 201, 203-205, 301,  
317-318, 323-324, 332-334,  
336-339, 344, 346, 348, 351,  
355 – *ver* Alambeis, Alquicés,  
Galvei.
- Pesca, 93, 97, 99, 101-103, 105,  
131, 175, 242, 297-298, 313,  
331, 359
- Peste Negra, 49, 112, 117
- Pimenta de rabo, 345-346, 352
- Pimenta, 47, 54, 71, 73, 75, 79,  
83, 166, 187, 342-343,  
345-346, 352
- Portos, 37, 59, 73-74, 78, 80-82,  
91, 93-94, 97, 99, 102-104,  
106-107, 118, 131, 157, 163,  
184, 187, 216, 218, 223,  
234-235, 242, 257-258, 360
- Prata, 26, 47, 71, 83, 92, 102,  
116-118, 160-161, 174, 187,  
201, 235, 321, 333-334
- Regência de D. Pedro, 120, 197,  
332, 356, 359, 371
- Revolução de 1383-5, (e crise  
dinástica), 54, 119, 197
- Rotas (vias) Terrestres, 75, 87,  
104, 335
- Rotas (vias), 33, 40, 62-63, 71,  
73-79, 84, 87-88, 114-115,  
123, 129, 133, 161, 164, 174,  
176, 203, 230, 235, 246, 260,  
283, 335, 356-357, 360, 368,  
370 – *ver* Mapas.
- Rotas marítimas, 47, 72, 94, 357
- Sal, 83, 92-94, 102, 104-105, 117,  
157, 172, 203, 314, 317-325,  
332, 339-340
- Seda, 46, 71, 84, 91-92, 116, 123,  
160-161, 184, 186, 337
- Senhorio (regime senhorial),  
33-34, 61, 64, 72, 76, 78, 80,  
84, 98, 111, 128, 131, 147,  
177, 202, 217, 277, 313, 331,  
353, 358
- Sociedade (estrutura social), 200,  
299
- Sociedades comerciais  
(companhias), 92, 115, 166,  
331-332, 360
- Tânger (Expedição contra), 34,  
149, 163, 176, 178, 192-194,  
202-203, 367
- Trigo, 66, 99, 102, 122, 158-159,  
161-162, 172, 175, 201, 203,  
205, 230, 234, 297, 302-307,  
312-313, 332-334, 351, 355,  
358
- Vinhos, 94, 102, 104-105, 117,  
161, 305

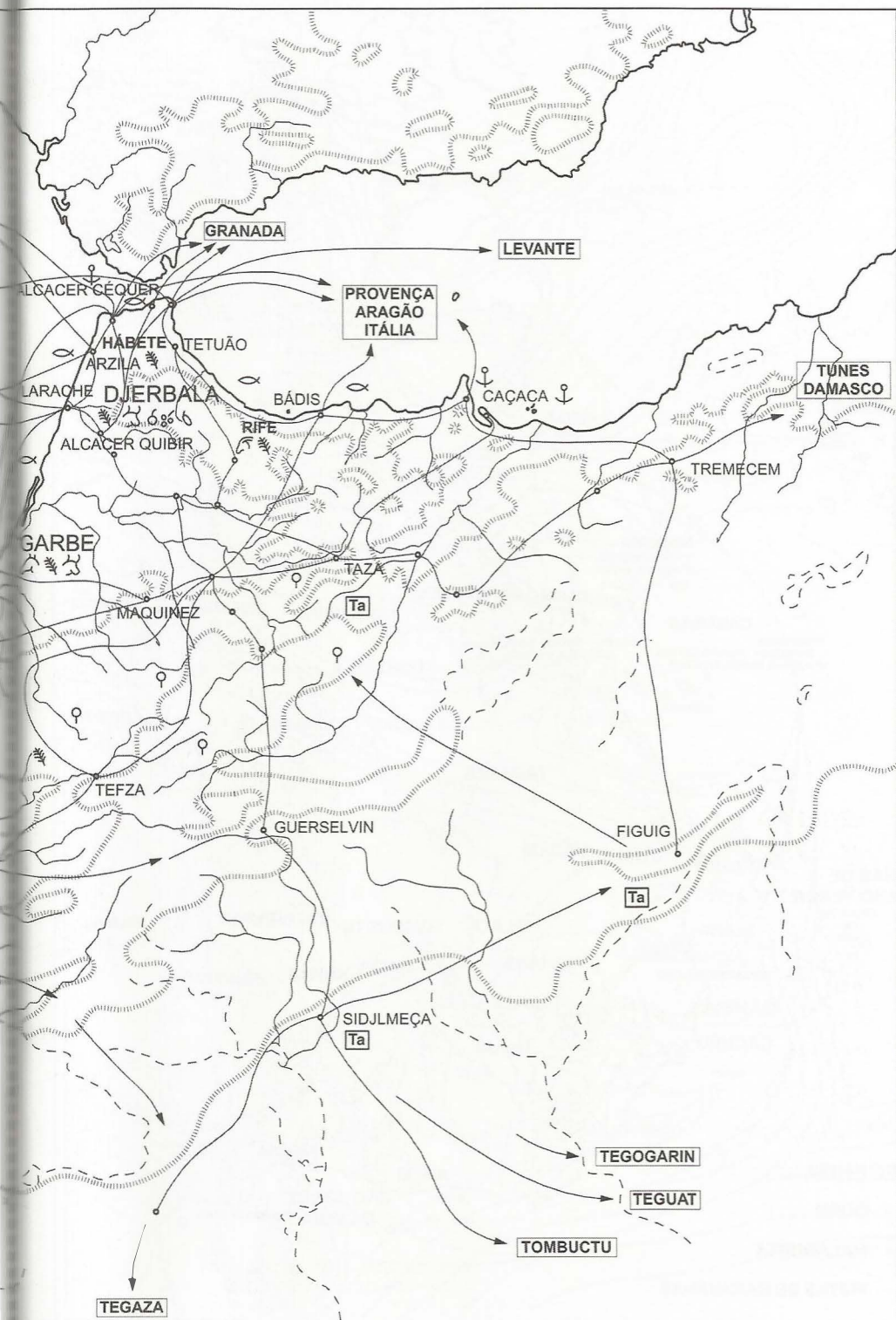


O complexo da Europa atlântica – século xv

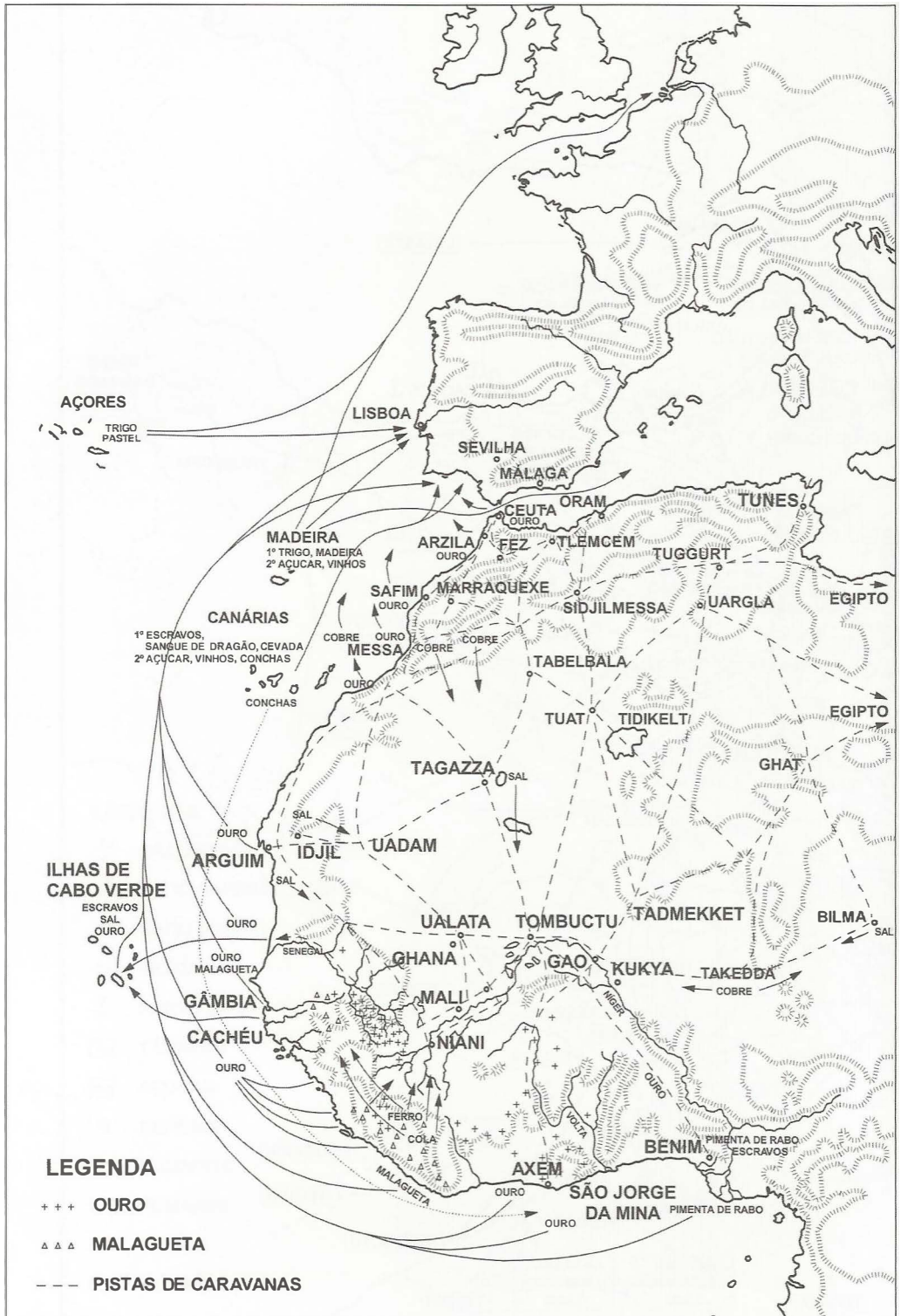






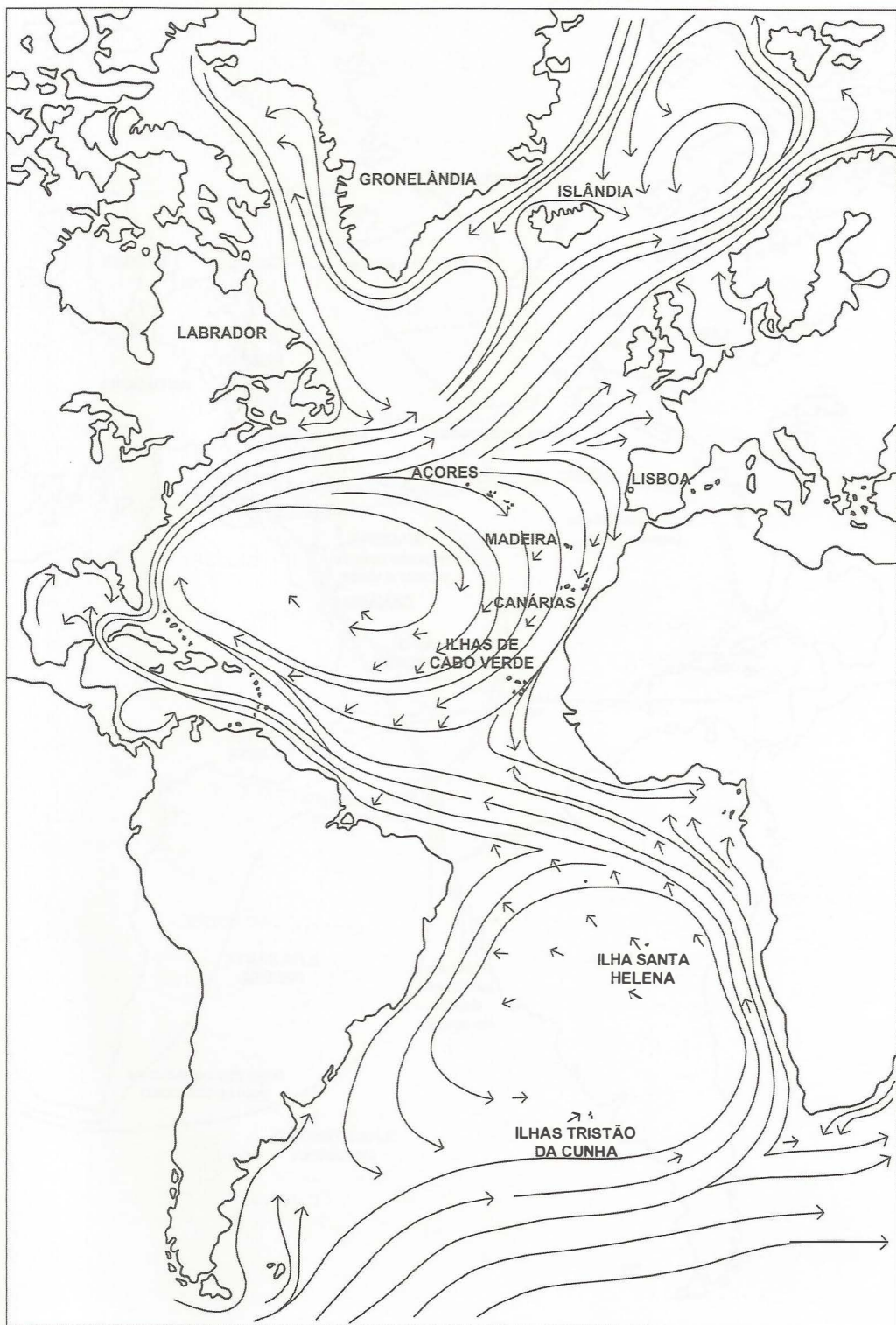


O complexo das ilhas e do Noroeste africano – século xv

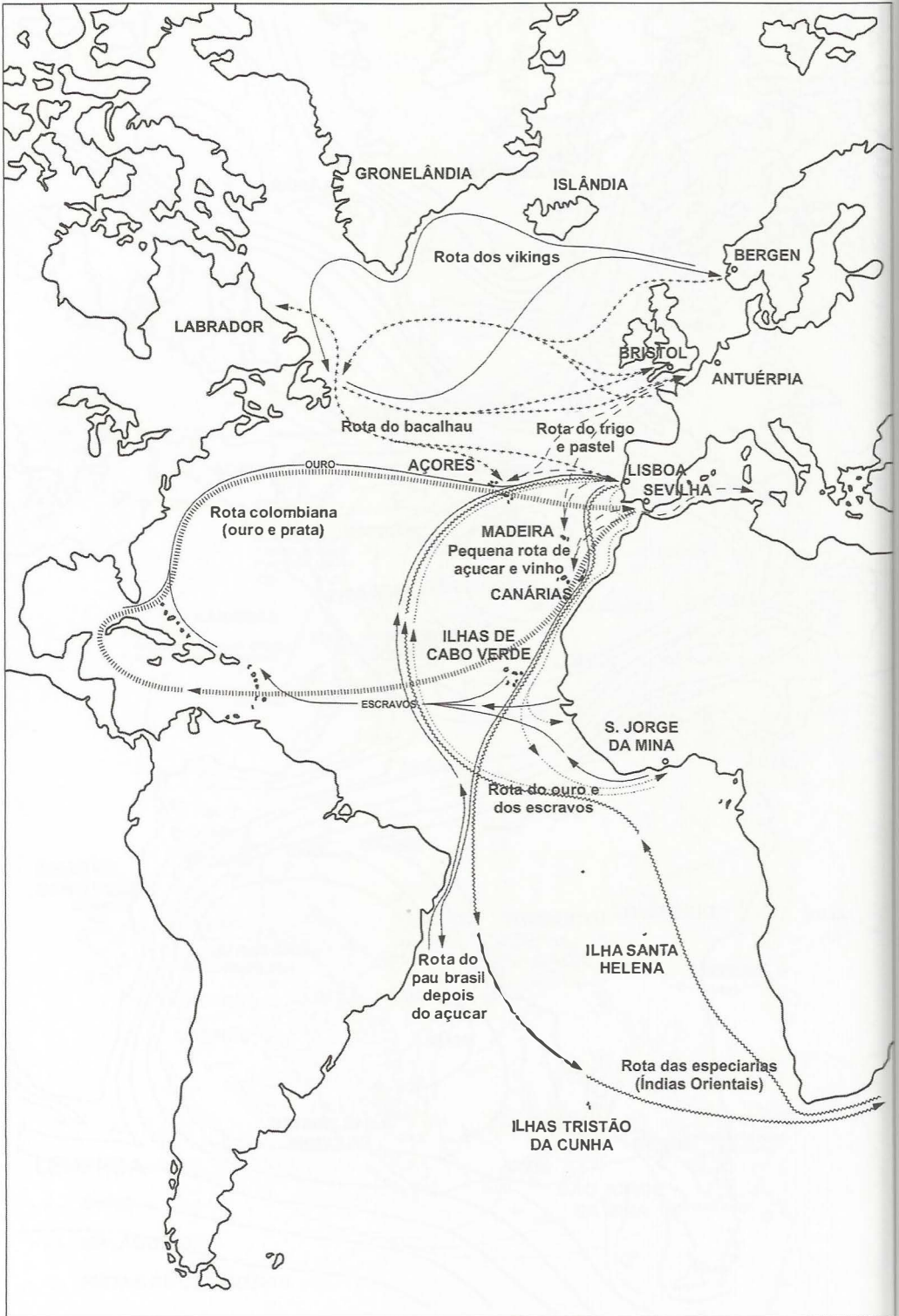




Ventos e correntes no oceano Atlântico (simplificado)



A construção do mundo atlântico (à volta de 1500)



Os Descobrimentos são o cadinho onde se forjam um tipo social novo – chamar-lhe-emos o cavaleiro-mercador? –, uma nova constelação social – o senhorio capitalista –, uma reestruturação dos laços político-económicos – o Estado nacional mercantilista-nobiliárquico. Velhas formas e velhas atitudes mentais veŕtem e enformam actividades jovens, exercendo-se em quadros geográficos dantes insuspeitados para onde se transpõem experiências e rotinas vindas de trás.

De cerca de 1409 a cerca de 1475, a expansão portuguesa alterna entre as modalidades e feixes de objectivos vários. A um lado, uma política de conquistas territoriais pela «cruzada» contra o Islame maghrebino; a outro, a metódica devassa do oceano desconhecido para desenvolver os circuitos mercantis, e colonização dos arquipélagos ermos. Crise financeira da nobreza e necessidades de mercados, e escápulas da burguesia. O ouro do mundo negro como alvo dominante, mas também os escravos, as cores tinturiais, o trigo e o açúcar. Políticas ora acerbamente opostas ora em convergência. Forma-se assim um complexo económico-social de configuração geográfica bem desenhada: abrange o Noroeste africano? Marrocos, Sáara e Sudão atlânticos?, bem como as ilhas dos Açores, Madeira, Cabo Verde, Canárias.

581145

ISBN 978-972-20-3510-1



9 789722 035101